

REVISTA DO  
**Arquivo Geral da Cidade  
do Rio de Janeiro**

REVISTA DO

# Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro

n.7 – 2013 – ISSN 1983-6031  
publicação anual  
webriomail.rio.rj.gov.br

## Expediente

Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro  
*Eduardo Paes*

Vice-prefeito  
*Adilson Nogueira Pires*

Secretário-Chefe da Casa Civil  
*Pedro Paulo Carvalho Teixeira*

Diretora do Arquivo Geral da Cidade  
do Rio de Janeiro  
*Beatriz Kushnir*

Gerência de Pesquisa  
*Sandra Horta*

Editores  
*Beatriz Kushnir*  
*Sandra Horta*

Conselho Editorial  
*André Luiz Vieira de Campos (UFF e UERJ)*  
*Ângela de Castro Gomes (CPDOC/FGV/ e UFF)*  
*Ismênia de Lima Martins (UFF)*  
*Ilmar R. de Mattos (PUC/RJ)*  
*James N. Green (Brown University)*  
*Jeffrey D. Needell (University of Florida)*  
*José Murilo de Carvalho (UFRJ)*  
*Luciano Raposo de Almeida Figueiredo (UFF)*  
*Maria Luiza Tucci Carneiro (USP)*  
*Mary del Priori (USP)*  
*Stella Bresciane (UNICAMP)*  
*Paul Knauss (UFF e Arquivo Público do Estado do RJ)*  
*Tania Bessone (UERJ)*

Conselho Consultivo  
*Aldrin Moura de Figueiredo (UFPA)*  
*Daniel Flores (UFESM)*  
*Luciana Quillet Heymann (CPDOC/FGV)*

Revisão  
*Claudia Boccia*

Versão Inglês  
*Priscilla Moura*

Projeto Gráfico  
*www.ideiad.com.br*

Foto de capa  
Praça Mauá, provável Malta, s/d, AGCRJ – Vê-se o  
edifício que atualmente abriga o MAR (Museu de  
Arte do Rio)

O conteúdo dos textos é de única responsabilidade  
de seus autores.

REVISTA DO

# Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro

n.7, 2013



Este é o sétimo número de uma Revista que, a cada dia, vem se tornando mais conhecida no meio acadêmico e entre os interessados em temas referentes à cidade do Rio de Janeiro. O fato inovador, nestes sete anos de existência profícua, é que, desde janeiro de 2013, o Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro e seu periódico estão vinculados à Casa Civil da Prefeitura do Rio. Desejo antigo de sua direção e equipe, seguindo o caminho percorrido pelos mais importantes arquivos brasileiros, alcança posição que facilita e impulsiona o trabalho de organização, preservação e acesso à documentação sob sua custódia.

A *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro* segue acolhendo artigos da lavra dos mais renomados pesquisadores e estudiosos da urbe carioca, contribuindo para divulgar não só os trabalhos de conceituados profissionais, como também oferece um espaço aos que estão iniciando sua vida acadêmica, estimulando-os a prosseguir na sua árdua, mas gratificante tarefa. Historiadores, antropólogos, cientistas sociais e políticos, arquitetos, urbanistas, geógrafos, comunicadores, analistas da vida cultural da cidade têm integrado suas páginas, trazendo a público as reflexões mais atuais sobre suas áreas de conhecimento.

Desejamos vida longa a este periódico e que continue cumprindo sua missão, constituindo um fórum democrático para debates que envolvem diferentes perspectivas e abordam ângulos distintos sobre os mesmos fatos, e enriquecendo a literatura especializada em Rio de Janeiro e em Arquivologia, de forma que seus exemplares conquistem lugar privilegiado nas estantes de bibliotecas públicas e privadas, de estudantes e especialistas no tema.

*Pedro Paulo Carvalho Teixeira*

Chefe da Casa Civil



# Sumário

<b>Apresentação</b>	9
<b>Dossiê Concurso de Monografias Arquivo da Cidade/Prêmio Afonso Carlos Marques dos Santos/ 2012</b>	
Uma outra cultura de edificar: a produção da nova arquitetura no Rio de Janeiro das reformas urbanas de Pereira Passos (1902-1906) Paula Silveira De Paoli	15
Aqueles que querem viver segundo o seu compromisso: permanência e transformação em meio ao conflito entre os sapateiros e a Câmara, Rio de Janeiro, c. 1764-c. 1821 Mariana Nastari Siqueira	45
Análise das hipóteses sobre a origem da Capoeira por meio da etimologia ou de especulações sobre o vocábulo capoeira Ricardo Martins Porto Lussac	63
<b>Artigos</b>	
Onde moram os pobres? Representações literárias das habitações populares (Rio de Janeiro, fins do século XIX e inícios do XX) Magali Gouveia Engel	89
Considerações sobre dois panoramas viajantes do Rio de Janeiro no século XIX Carla Hermann	105
As políticas públicas de transformação urbana na cidade do Rio de Janeiro no início do século XX Cláudia Míriam Quelhas Paixão	119
Entre a fé e a ilegalidade: a atuação da Federação Espírita Brasileira diante dos processos criminais que envolveram espíritas no Rio de Janeiro (1891-1905) Adriana Gomes	141
Memórias de “bicho” Marcos Alvito	155
União como acesso à cidade: a UTF entre a história e a memória do movimento associativo de favelas do Rio de Janeiro Rafael Soares Gonçalves e Mauro Amoroso	175
A paisagem e o grafite na cidade do Rio de Janeiro Leandro Tartaglia	191
<b>Dossiê Arquivo em questão</b>	
O Curso de Arquivologia da UNIRIO: breve histórico, características e sua importância no cenário da Arquivologia brasileira Anna Carla Almeida Mariz, Andressa Furtado da Silva de Aguiar	205
Relação de ruas vinculadas às suas respectivas Freguesias Urbanas registradas na Décima Urbana de 1808 Georgia Tavares	223
<b>Dossiê Workshop de Acervos Fotográficos</b>	
<b>Apresentação</b> Beatriz Kushnir, Maria Teresa Villela Bandeira de Mello	237
<b>Quatro variações em torno do tema acervos fotográficos</b> Aline Lopes de Lacerda	239

<b>Perspectivas de pesquisa em acervos fotográficos a partir da experiência do Grupo de Pesquisa Acervos Fotográficos</b>	249
André Porto Ancona Lopez	
<b>Visibilidade e difusão do patrimônio fotográfico. Proposta para a criação de um guia de coleções e fundos fotográficos da Espanha, Portugal e Ibero-América</b>	259
Antonia Salvador Benitez	
<b>O acervo histórico do CPDOC: novas perspectivas</b>	269
Martina Spohr	
<b>O gerenciamento de conteúdos digitais no acervo fotográfico do Instituto Moreira Salles</b>	279
Roberta Zanatta e Sergio Burgi	
<b>Resenhas</b>	
<b>Memórias do Rio – Um Livro que faz jus a seu título</b>	293
Ismênia Martins	
Resenha do Livro: Kushnir, Beatriz e Horta, Sandra (org). <i>Memórias do Rio: o Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro na sua trajetória republicana</i>	
<b>Arquivologia e Internet: novas possibilidades para os arquivos públicos brasileiros</b>	297
Marcelo Nogueira de Siqueira	
Resenha do Livro: Mariz, Anna Carla Almeida. <i>A informação na Internet. Arquivos públicos brasileiros</i>	
<b>Por novos caminhos: algumas reflexões e muitas possibilidades</b>	302
Paola Rodrigues Bittencourt	
Resenha do Livro: Heymann, Lucia Quillet. <i>O lugar do arquivo: a construção do legado de Darcy Ribeiro</i>	
<b>Entrevista</b>	
<b>Depoimento de Coriolano de Loyola Cabral Fagundes</b>	311
Entrevista concedida a Beatriz Kushnir	

# Apresentação

O número sete da *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro* apresenta uma variedade de artigos e resenhas, além de três dossiês, assim intitulados porque reúnem estudos que têm algum tipo de afinidade. O primeiro contempla os premiados no Concurso de Monografias Arquivo da Cidade/Prêmio Afonso Carlos Marques dos Santos. O segundo, denominado *Arquivo em questão*, traz discussões cujo tema são os arquivos e seus acervos. O terceiro contém as palestras apresentadas no **Workshop de acervos fotográficos**, realizado no Arquivo da Cidade, em 13/11/2012, com a colaboração de profissionais da área que exercem suas funções nas mais renomadas instituições do Brasil e da Espanha.

Paula de Paoli, premiada no citado Concurso de Monografias, inicia este número. Seu artigo, baseado em tese de doutorado, que obteve o apoio da Faperj para publicação, investiga a arquitetura produzida durante a administração de Pereira Passos, na área central do Rio de Janeiro, afirmando que a ideia da reforma total da cidade teria ocultado, ao contrário do afirmado por inúmeras análises, uma relação bem mais complexa com seu passado. Seguem-se os artigos de Mariana Nastari Siqueira e Ricardo Martins Porto Lussac, que receberam menção honrosa no referido certame. O primeiro aborda o conflito entre a Irmandade de S. Crispim e S. Crispiniano e a Câmara do Rio de Janeiro, entre 1764 e 1821, em torno do comércio ambulante de calçados. O segundo analisa a etimologia do vocábulo *capoeira* pelo viés da origem do jogo-luta, constatando sua complexa diversidade terminológica.

No dossiê sobre arquivos, um estudo discute os rumos da Arquivística contemporânea. Suas autoras, Anna Carla Mariz e Andressa de Aguiar abordam o histórico, as características e a importância do Curso de Arquivologia da Unirio no cenário da Arquivologia brasileira. Georgia Tavares apresenta uma relação de ruas do Centro histórico do Rio de Janeiro, inscritas na Décima Urbana de 1808 (acervo do AGCRJ), e atualiza suas denominações. Ainda no universo da Arquivologia, Marcelo Nogueira de Siqueira e Paola Rodrigues Bittencourt realizam resenhas, respectivamente, das obras *A informação na Internet: arquivos públicos brasileiros*, de Anna Carla Mariz, e *O lugar do arquivo: a construção do legado de Darcy Ribeiro*, de Luciana Heymann. Ismênia Martins elabora uma resenha sobre a obra *Memórias do Rio: o Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro em sua trajetória republicana*, organizado por Beatriz Kushnir e Sandra Horta, chamando a atenção para o título do livro que, pensado inicialmente como um apelo editorial, após a conclusão do primeiro bloco de entrevistas

já revela tratar-se de uma obra que ultrapassa a história institucional e administrativa, espalhando-se sobre a complexidade política e socioeconômica do espaço urbano no período estudado.

O terceiro dossiê reúne as palestras proferidas por Aline Lopes Lacerda, André Porto Ancona Lopes, Antonia Salvador Benitez, Martina Spohr, Roberta Zanatta e Sergio Burgi, que tecem algumas reflexões e discutem questões alusivas aos acervos fotográficos, como guarda, preservação, acesso, tecnologias, inclusive a experiência de pesquisa científica desenvolvida pelo Grupo de Pesquisa Acervos Fotográficos (GPAF). Antonia Benitez, da Faculdade de Ciências da Documentação da Universidade Complutense de Madri, enfoca o projeto Censo-Guia de fundos e coleções fotográficas de instituições públicas da Espanha, de Portugal e da Iberoamérica, iniciativa promovida pelo grupo de pesquisa Griweb, da mesma Universidade.

Entre os artigos, alguns se debruçam sobre as condições de vida das classes trabalhadoras, como o de Magali Engel, que reflete em torno das visões sobre as habitações populares, expressas por escritores de significativa projeção no campo intelectual carioca da época, buscando identificar as diferentes percepções, as contradições e ambiguidades de seus olhares. Rafael Soares e Mauro Amoroso analisam a atuação e as propostas da União dos Trabalhadores Favelados, um dos primeiros órgãos surgidos com o objetivo de unificar sob sua égide diferentes associações de favelas. Criada em 1954 e extinta com o golpe de 1964, a UTF possuía um projeto político que visava garantir acesso a direitos e bens de infraestrutura urbana aos moradores desses espaços. Claudia Paixão dissecou o desmonte do morro do Castelo como uma das tentativas das elites de deslocar as camadas populares de determinados espaços urbanos em busca de um ideal próprio de modernidade, assim como a reação dos castelenses a esse projeto.

Marcos Alvito traz uma abordagem bastante original baseada em entrevistas com membros da Polícia Militar do Rio de Janeiro, demonstrando que as práticas não oficiais, porém arraigadas na cultura da corporação, desenvolvidas quando cadetes da Escola de Formação de Oficiais, acarretam a interiorização de estruturas de pensamento, valores e comportamento, tais como a aprendizagem da linguagem da violência, do respeito à autoridade e à hierarquia, bem como a importância das relações pessoais em detrimento das normas universais. Adriana Gomes discute a atuação da Federação Espírita Brasileira, através do seu periódico *Reformador*, diante de alguns processos criminais que incidiram sobre cidadãos espíritas, por adotarem práticas então consideradas antissociais e anômicas.

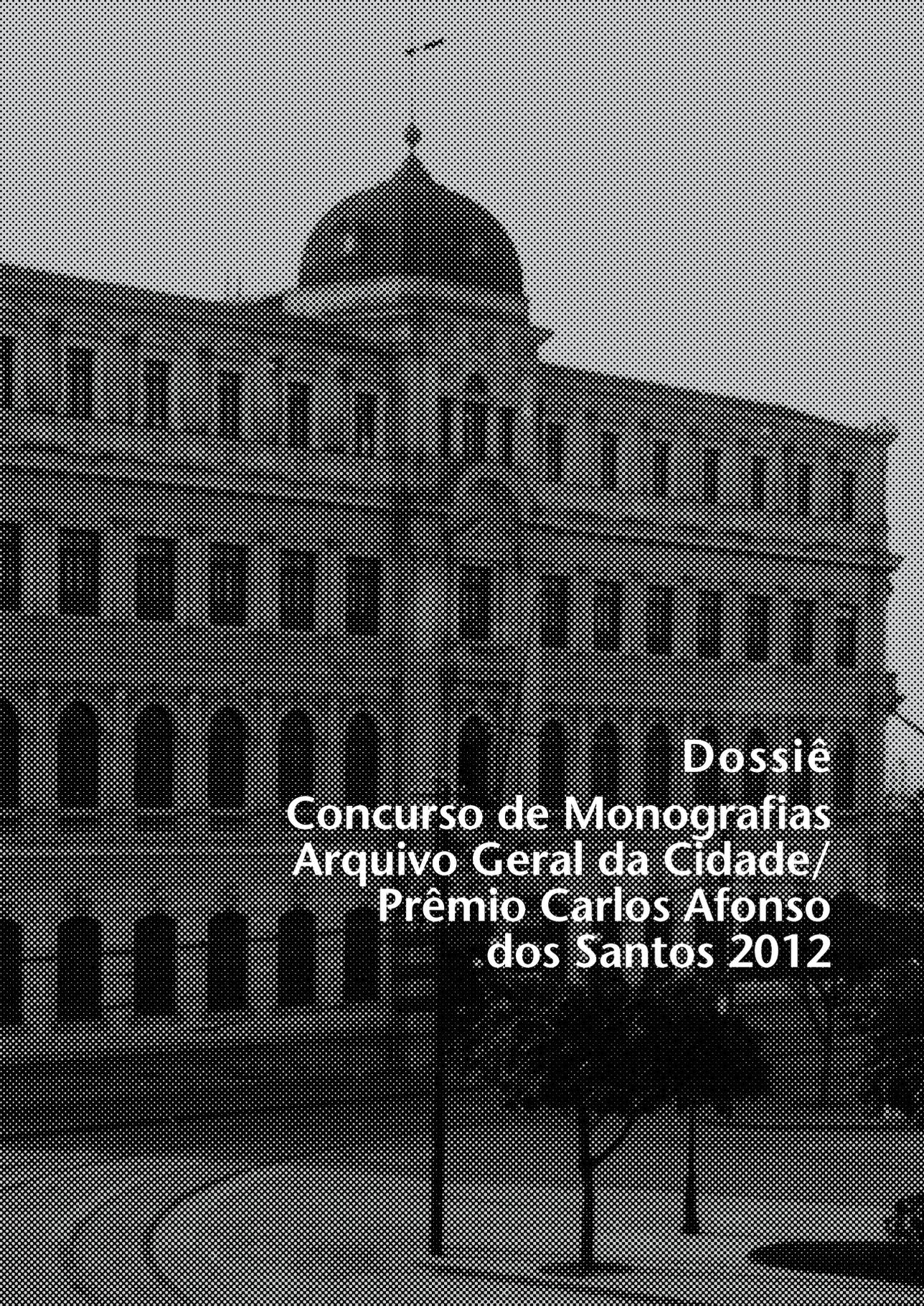
Dois textos trabalham a questão da imagem. Carla Hermann tece considerações sobre dois panoramas da cidade do Rio de Janeiro realizados e expostos na Europa no século XIX e sua relação com a representação do espaço da paisagem nesse século e a conformação de uma imagem para a cidade do Rio de Janeiro. Leandro Tartaglia ressalta o papel do grafite e do grafiteiro na produção da paisagem urbana. Para o autor, pesquisar o grafite

é uma maneira de compreender um ponto de vista sobre a cidade e, portanto, desvendar uma geografia urbana.

Uma entrevista realizada por Beatriz Kushnir encerra este breve comentário sobre o conteúdo deste número da *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, revelando um pouco da interessante personalidade de Coriolano Loyola de Cabral Fagundes, chefe da Censura Federal no governo do presidente José Sarney.

*As editoras*





**Dossiê**  
**Concurso de Monografias**  
**Arquivo Geral da Cidade/  
Prêmio Carlos Afonso  
dos Santos 2012**



# Uma outra cultura de edificar: a produção da nova arquitetura no Rio de Janeiro das reformas urbanas de Pereira Passos (1902-1906)

## *Another building culture: the production of the new architecture of the urban reforms of Pereira Passos in Rio de Janeiro (1902-1906)*

Paula Silveira De Paoli

Arquiteta pelo Istituto Universitario di Architettura di Venezia

Mestre e Doutora em Urbanismo pelo PROURB / FAU / UFRJ

Técnica do IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

pauladepaoli@ig.com.br

### RESUMO:

O artigo tem por objetivo investigar a relação entre a arquitetura produzida durante a administração de Pereira Passos e as preexistências, na área central do Rio de Janeiro. Os discursos que justificaram as reformas urbanas do período Passos construíram esta relação nos termos da antinomia entre um “velho” e um “novo”, produzindo a ideia de que uma vetusta cidade colonial, com vielas estreitas e casarões insalubres e sem arte, seria integralmente substituída por uma cidade radiosa, dotada de largas avenidas para a circulação do ar e do tráfego, ladeadas por edificações higiênicas com uma linguagem arquitetônica renovada. No entanto, esta potente imagem da reforma total da cidade revela-se esquemática, no sentido de que não abarca a complexidade das relações entre a nova arquitetura produzida e a preexistente – relações visíveis no parcelamento do solo, nas técnicas construtivas empregadas, na escala arquitetônica dos novos imóveis, nas funções, e ainda, nas inúmeras reformas de edifícios existentes, alguns dos quais provenientes do mesmo período colonial depreciado nos discursos que justificavam as obras.

**Palavras-chave:** análise de discurso; modernização; narrativa do passado

### ABSTRACT:

*This article aims to investigate the relationship between the architecture produced during the Pereira Passos administration and the pre-existing architecture in the central area of Rio de Janeiro. The discourses that justified the urban reforms of the Passos period built this relationship in terms of the antinomy between the “old” and the “new”, creating the idea that an ancient colonial city, with narrow alleyways and insalubrious, artless houses, would be completely replaced by a radiant city endowed with wide avenues for air and traffic circulation, and flanked by hygienic buildings with a renewed architectural language. However, this powerful image of a total renovation of the city turned out to be schematic, in the sense that it did not encompass the complexity of the relationship between the new architecture and the pre-existing one – a relationship visible in the allotment of the land, in the building techniques employed, in the architectonic scale of the new real estate, in its functions and even in the countless renovations of existing buildings, some of which were from the same colonial period diminished in the discourse that justified the building works.*

**Keywords:** discourse analysis; modernisation; narrative of the past

## Introdução

Este artigo expõe parte dos resultados da minha Tese de Doutorado, intitulada *Entre relíquias e casas velhas. A arquitetura das reformas urbanas do prefeito Pereira Passos no Centro do Rio de Janeiro (1902-1906)*<sup>1</sup>. A Tese, defendida no PROURB – Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da FAU-UFRJ – em fevereiro de 2012, teve por objetivo analisar as relações entre as reformas urbanas do período Passos e as preexistências arquitetônicas, na área central do Rio de Janeiro. O tema pareceu-me relevante porque os discursos que justificaram as reformas urbanas construíram esta relação nos termos de um antagonismo aberto entre a cidade “velha” e a cidade renovada, dando a entender que nada da cidade existente sobreviveria às obras. Mas, justamente pela condenação tão veemente do passado, pareceu-me oportuno desconfiar destes discursos, o que me levou a reconstituir parte da complexa teia de conexões que as reformas urbanas engendraram entre o passado, o presente e o futuro da cidade.

A pesquisa teve por base a análise dos pedidos de licença de obras depositados no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ), com foco na rua Uruguaiana – a rua mais importante, do ponto de vista simbólico, dentre as alargadas pela Prefeitura durante a administração Passos. O recorte temporal adotado foi o período entre 1890 e 1920. Isso me permitiu comparar as ações da administração Passos no licenciamento das obras com as ações de algumas administrações anteriores e posteriores, de modo a assinalar as continuidades e descontinuidades entre suas práticas.

O artigo terá como fio condutor o conceito de *cultura de edificar*. Segundo o *Dicionário Aurélio*, *cultura* seria, dentre outras definições, “o complexo dos padrões de comportamento, das crenças, das instituições e doutros valores espirituais e materiais transmitidos coletivamente e característicos de uma sociedade; civilização [...]”. Neste sentido, a *cultura de edificar* seria o padrão de comportamento ligado à produção das edificações da cidade, que pode ser observado a partir do conjunto das práticas que cercam esta produção num dado momento histórico. A principal hipótese aqui aventada é que a potente imagem da reforma total da cidade, que justificou as obras em seu tempo, teria ocultado uma relação bem mais complexa da cidade com seu passado e suas preexistências materiais. A relação com o passado, naquele momento, dar-se-ia dentro de uma outra cultura de edificar, em que a produção do novo não era incompatível com a conservação do existente. Tal cultura emerge com força da documentação consultada, contrariando a ideia das reformas urbanas como *tabula rasa*, que, de certa forma, permeia as leituras do período Passos até os dias de hoje.

## Os discursos: as reformas urbanas como *tabula rasa*

A administração do engenheiro Francisco Pereira Passos como prefeito do Distrito Federal (1902-1906) foi marcada pela realização de grandes reformas urbanas, que atingiram,

sobretudo, a área central da cidade do Rio de Janeiro. As obras foram empreendidas por dois setores distintos da administração pública. O Governo Federal, sob o comando do presidente da República Rodrigues Alves, ficou encarregado da remodelação do Porto do Rio de Janeiro, empreendimento que compreendia a construção do trecho final do Canal do Mangue, na região da atual avenida Francisco Bicalho, e a abertura de uma avenida que conectava o porto ao centro comercial da cidade. A avenida foi inicialmente pensada para ligar o largo da Prainha (atual Praça Mauá) ao largo da Carioca, que era então o coração da cidade mas, no decorrer da elaboração do projeto, optou-se por um traçado que atravessava todo o Centro de mar a mar, ligando o largo da Prainha ao largo da Mãe do Bispo, na região da atual Cinelândia, aos pés do morro do Castelo. Esta avenida, batizada de Central, foi a obra mais emblemática dentre todas aquelas realizadas na época, e tornou-se o grande símbolo das reformas urbanas.

As obras a cargo da Prefeitura foram condensadas no Plano de Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro, organizado pela Comissão da Carta Cadastral, repartição que integrava a Directoria Geral de Obras e Viação. O Plano consistia na abertura de novas ruas e no alargamento e prolongamento de algumas já existentes, localizadas, em sua maioria, na área central da cidade, com algumas ramificações para os bairros adjacentes. A obra mais emblemática realizada pela Prefeitura foi a construção da avenida Beira-Mar, sobre aterro, ligando o Centro à praia de Botafogo. Embora se tratasse de dois âmbitos distintos da administração pública, ambos estavam bem sintonizados e afinados no principal aspecto do discurso, que era a necessidade de modernizar a então Capital da República, transformando-a numa cidade “civilizada”, símbolo do destino radioso que o Brasil desejava para si.

O conjunto das obras projetadas iria atingir profundamente o Centro da cidade, a área que concentrava os principais serviços e negócios, mas também a área de formação mais antiga, cujo traçado viário provinha do período colonial e não havia sofrido modificações substanciais desde então, apesar dos planos urbanísticos e dos numerosos projetos de alargamento de ruas elaborados ao longo do século XIX, mas nunca realizados. Além do traçado viário, considerado inadequado para a circulação do ar e do tráfego, o discurso técnico da época condenava as velhas edificações da cidade, dotadas de alcovas, cômodos de dormir que não recebiam ar nem luz diretamente do exterior. As alcovas foram consideradas o grande vilão da insalubridade daquelas edificações. Por este motivo, uma das principais justificativas das reformas urbanas foi a necessidade de sanear a massa edificada da cidade, o que deveria ser obtido com a demolição das casas mais antigas e sua substituição por edificações modernas. A escala urbana das intervenções e a escala da produção arquitetônica aparecem intimamente ligadas no documento de exposição de motivos do Plano de Melhoramentos:

Certamente não basta obtermos agua em abundancia e esgotos regulares para gosarmos de uma perfeita hygiene urbana. É necessario melhorarmos a hygiene domiciliaria, transformar a nossa edificação, *fomentar a construcção de predios*

*modernos e este desideratum sómente pode ser alcançado rasgando-se na cidade algumas avenidas, marcadas de forma a satisfazer as necessidades do trafego urbano e a determinar a demolição da edificação actual onde ella mais atrazada e mais repugnante se apresenta.* (PREFEITURA DO DISTRICTO FEDERAL, 1903; grifos meus)

Outro momento importante da construção do discurso oficial a respeito das reformas urbanas foram as Mensagens que o prefeito Pereira Passos proferiu nas sessões do Conselho Municipal. As atividades da Prefeitura, naqueles anos, estiveram voltadas de maneira significativa para os melhoramentos da cidade, de modo que as Mensagens continham informações detalhadas sobre os planos organizados e depois realizados pela Prefeitura, o passo a passo de sua implementação, as expectativas e a leitura que estava sendo feita da cidade. Estes relatórios também construíam a relação entre a situação existente e a intervenção projetada nos termos de uma antinomia entre velho e novo, depreciando a “velha” cidade, ao mesmo tempo que apontavam as vantagens das reformas urbanas.

A primeira Mensagem foi lida na sessão do Conselho Municipal realizada em 1º de setembro de 1903. No relato narrado em primeira pessoa, o prefeito referiu-se à cidade que encontrara no início de sua administração como um local de ruas estreitas e mal calçadas, ladeadas por edificações antiestéticas e anti-higiênicas. Este local seria frequentado por uma população de bárbaros costumes, muito distantes do que se esperava de um povo “civilizado”.

*Velhas usanças se mantinham que, em muitos casos, lhe negavam os foros de capital e mesmo de simples “habitat” de um povo civilisado. Deficiencias de vias de comunicação para desafoço do intenso movimento urbano, calçamento geralmente pessimo, limpeza publica precaria, carencia quasi completa de embelezamentos ou de quaesquer attractivos nos logradouros públicos, afastando delles a população; edificação antiquada, anti-hygienica, anti-esthetica e uma infinidade de outros defeitos a attestarem o longo e continuo descuremento das mais palpitantes necessidades.* (MENSAGEM DO PREFEITO, 1903, p. 3-6)

A segunda parte do relato estava relacionada aos melhoramentos urbanísticos. Aparece aqui, novamente, a mesma relação entre as “vias estreitas” e a arquitetura “antiquada” da cidade que estivera presente no documento de exposição de motivos do Plano de Melhoramentos.

*Não careço demonstrar aqui a necessidade de aperfeiçoar a viação e melhorar a hygiene urbana, rasgando algumas avenidas, dispostas de modo a facilitar o movimento da cidade e a substituir uma parte, ao menos, da sua casaria antiquada e insalubre por novos predios higienicos. Ha cincoenta, ha cem annos, o Rio de Janeiro aspira por estes melhoramentos.* (MENSAGEM DO PREFEITO, 1903, p. 11)

As reformas urbanas foram, portanto, justificadas através de um discurso que contrapunha nitidamente duas imagens: de um lado, a velha cidade colonial, com suas vias estreitas e seus casarões insalubres e sem arte. E de outro, a nova cidade que estava

sendo produzida, dotada de amplas avenidas para a circulação do ar e do tráfego, ladeadas por belos edifícios higiênicos.

Quando observamos a contraposição destas imagens, notamos que a *narrativa do passado* foi uma etapa fundamental da construção das justificativas das reformas urbanas realizadas durante a administração Passos. Isso ocorreu porque o significado da palavra *novo* é relativo – o ato de declarar-se *novo* ocorre sempre frente a algo considerado *velho*. Assim, a imagem da nova cidade radiante que as reformas urbanas pretendiam produzir só poderia ser delineada em sua plenitude quando contraposta a uma outra imagem, que retratava uma cidade decrépita, decadente, insalubre. Como (no *plano do discurso*, é bom lembrar) só teria sentido promover reformas tão profundas numa estrutura urbana considerada decrépita, a imagem da nova cidade, saneada e bela, tinha como contraponto necessário e fundamental a imagem de uma cidade velha e decadente. As duas imagens olhavam-se como num espelho às avessas, em que uma não poderia existir sem a outra.

Porém, havia mais. Os discursos reformistas do período Passos condenaram abertamente o passado mas, ao fazerem isso, condenavam veladamente o *presente*. Isso ocorria porque o passado não seria condenável *enquanto passado*, mas apenas na medida em que se reconhecia que suas condições, consideradas negativas, se perpetuavam no presente. As reformas urbanas foram justificadas com base na condenação da “velha” cidade do Rio de Janeiro – vista como uma cidade de vielas estreitas e casarões insalubres e sem arte – porque os reformadores projetaram aquela imagem no então *presente da cidade*. A partir desta narrativa, deveria ser construída a *nova* cidade, por meio de reformas aptas a reverter as condições consideradas naquele momento indícios do atraso da cidade. Assim, o discurso reformista revelava sua face operativa. As narrativas do passado funcionavam como *estratégia discursiva* para criticar o presente e justificar os projetos de transformação da cidade, em direção ao futuro.

A imagem da cidade “velha” e decadente foi potencializada pela historiografia da década de 1980, que construiu a ideia de que aquelas casas “velhas” haviam sido transformadas em *cortiços*, ideia esta que não constava dos documentos oficiais da época das reformas, mas que povoa a concepção que temos hoje a respeito do período.

Era a “regeneração” da cidade e, por extensão, do país, na linguagem dos cronistas da época. Nela são demolidos os imensos casarões coloniais e imperiais do centro da cidade, transformados que estavam em pardieiros em que abarrotava grande parte da população pobre, a fim de que as ruelas acanhadas se transformassem em amplas avenidas, praças e jardins, decorados com palácios de mármore e cristal e pontilhados de estátuas importadas da Europa. (SEVCENKO, 2003, p. 43)

A década de 1980 representou uma mudança de rumos na historiografia a respeito do período Passos. Ao contrário dos escritos publicados até aquele momento, que reproduziam o tom ufanista dos discursos da época das reformas urbanas e atribuíam às obras efeitos positivos sobre a cidade, foram então produzidos numerosos trabalhos que tinham como

característica mais marcante o *cunho social*. Estes trabalhos traziam uma visão crítica das reformas, apresentando-as de maneira negativa. Apontaram, acima de tudo, seu alto custo para as classes mais pobres. Para os autores que escreveram neste momento histórico, as reformas teriam produzido um espaço urbano excludente, para o deleite das elites apenas. O que teria comportado o despejo dos pobres residentes no Centro da cidade, a consequente segregação das classes sociais no espaço urbano e o fomento à especulação imobiliária, agravando ainda mais o problema da habitação. Este seria o cunho do livro *Trabalho, lar e botequim*, de Sidney Chalhoub:

Escondida então por detrás de uma política de planejamento urbano que visaria apenas ao “saneamento” e “embelezamento” da cidade [...], uma elite de empresários intimamente associada ao poder público coordenou um processo de urbanização que *visava orientar a ocupação do espaço urbano de acordo com os imperativos da acumulação capitalista*. A administração de Pereira Passos seria o apogeu deste processo, quando, por meio de uma concentração de poderes nas mãos do prefeito, desencadeia-se um período bastante violento de reforma urbanística nas áreas centrais da cidade, temperado por arbitrariedades de toda ordem e demolidores golpes de picareta. *Em apenas quatro anos, milhares de pessoas tiveram de deixar suas casinhas em cortiços ou estalagens e seus quartos em casas de cômodos, que foram desapropriadas e demolidas por ordem da prefeitura. Em seu lugar surgem a Avenida Central e outras ruas no centro da cidade*, valorizando assim ainda mais o espaço urbano e aumentando o processo de acumulação de capital por meio da especulação imobiliária. Quanto aos populares, que habitavam em grande número os cortiços e casas de cômodos demolidos, restaram-lhes poucas opções: uma delas era pagar aluguéis ainda mais exorbitantes que antes pelas casinhas ou quartos nos cortiços e casas de cômodos ainda existentes; outra opção era tentar mudar-se para os subúrbios, o que trazia o grave inconveniente de aumentar a distância a ser percorrida diariamente até o emprego; uma terceira opção era ir habitar um dos inúmeros morros que rodeavam o centro da cidade. (CHALHOUB, 2001, p. 135; grifos meus)

No trecho acima, bem como em diversos escritos que integram a historiografia da década de 1980, também pode ser observada a presença da nítida contraposição entre um momento velho e um novo, a narrativa de uma transformação total da área do Centro da cidade, por obra das reformas urbanas. Apesar da crítica social aqui contida, a *estrutura* destes discursos seria muito próxima a daqueles que defenderam as reformas em seu tempo. A principal diferença está na *atribuição de valor* que eles fazem às reformas urbanas, e não propriamente na *forma*.

Por outro lado, é importante notar o esquematismo desta construção teórica, a bipolaridade que ela traz consigo, reduzindo as inúmeras leituras possíveis da cidade a duas imagens estáticas, como quadros. Estas imagens estavam atreladas a uma estratégia discursiva precisa, da qual os reformadores lançaram mão para justificar as obras (reproduzida pela historiografia da década de 1980 porque adequada aos seus objetivos de crítica social). Mas para além desta estratégia estava a *cidade*, habitada por outros sujeitos, com outras

expectativas e visões de mundo. Estava também toda uma cultura de produzir e habitar a cidade, de resto compartilhada pelos próprios técnicos que elaboraram os projetos de renovação urbana. Os discursos que justificaram as obras nos termos de uma antinomia entre velho e novo pairavam sobre esta cidade, conferindo-lhe uma imagem extremamente emblemática, tanto que dominou as leituras posteriores a respeito das reformas urbanas até os dias de hoje. Mas tal imagem, em seu esquematismo, não é capaz de abarcar a complexidade dos processos de construção da cidade que estavam em curso naqueles anos. O objetivo deste artigo é reconstituir parte do quadro bem mais intrincado que subjaz à potente imagem da reforma total da cidade.

## **Dois modos de produção da nova arquitetura (1890-1920)**

Um dos argumentos utilizados pela Prefeitura para a realização das reformas urbanas foi o mau estado de conservação das edificações existentes na cidade, que estariam, naquele momento, reduzidas a pardieiros infectos. Mas a análise dos documentos e a observação das edificações ainda hoje existentes no Centro da cidade permitem questionar a ideia de que os velhos casarões provenientes do período colonial estivessem degradados, ou obsoletos. Começo minha análise da documentação depositada no Arquivo da Cidade mostrando os projetos de dois edifícios que iriam abrigar duas sedes de bancos. Realizados em 1890, os dois funcionam como uma espécie de introdução para o que ocorreria durante a última década do século XIX e as duas primeiras do século XX, aí incluindo o período da administração de Pereira Passos.

O primeiro projeto diz respeito à sede do *Banco Unido Ibero Americano*, localizada à rua Primeiro de Março nº 27-A, esquina com a rua do Rosário (AGCRJ, L.O.1890, cx. 01, doc. 32). Trata-se de uma construção totalmente nova – um imponente sobrado de dois pavimentos, com a fachada ornamentada por uma platibanda decorada e por parastas coríntias nas laterais do edifício (Figura 2). O imóvel possuía três portas na menor dimensão do lote e sete portas na maior. O segundo projeto refere-se à sede do *Banco Franco Brasileiro*, localizada à rua da Candelária s/n, esquina com a rua General Câmara (AGCRJ, L.O.1890, cx. 03, doc. 01). O imóvel, de três pavimentos, tinha duas portas na menor dimensão do lote e oito portas na maior. Portanto, um lote de dimensões bastante semelhantes ao do primeiro banco. Mas, à diferença daquele, não se trata aqui de uma construção ex-novo, mas da remodelação da fachada de um imponente sobrado proveniente do período colonial. As obras projetadas consistiam na construção de uma platibanda ornamentada com vasos e estátuas, no alargamento de quatro portas no térreo, que tiveram as formas das vergas alteradas, e na adição de ornamentação em relevo, sob a forma de parastas que marcavam o ritmo da fachada (Figura 1).

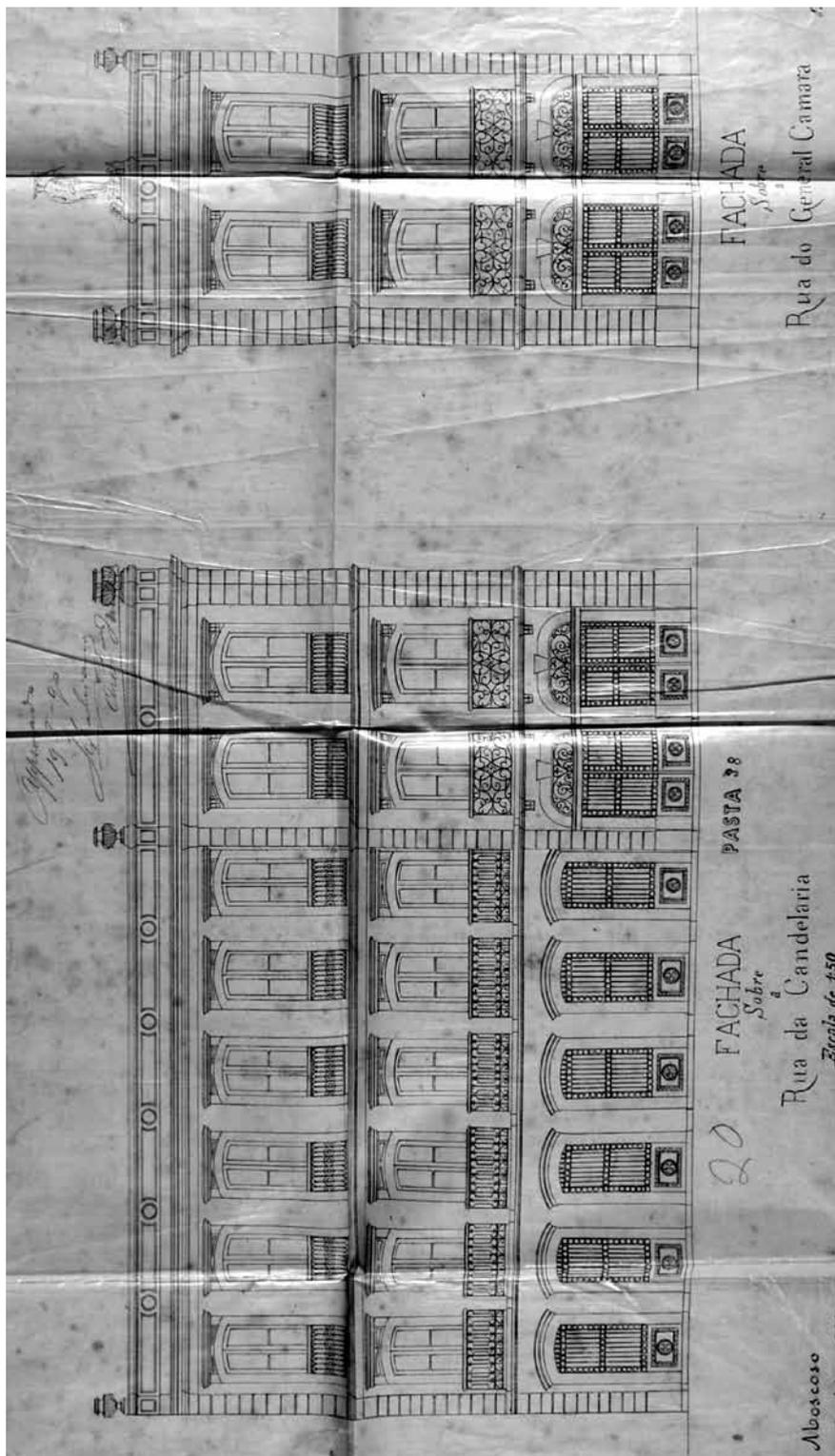


Figura 1 – Remodelação de um sobrado colonial para abrigar a sede do Banco Franco Brasileiro à rua da Candelária s/n, esquina com rua General Câmara. Fonte: Acervo AGCRJ.

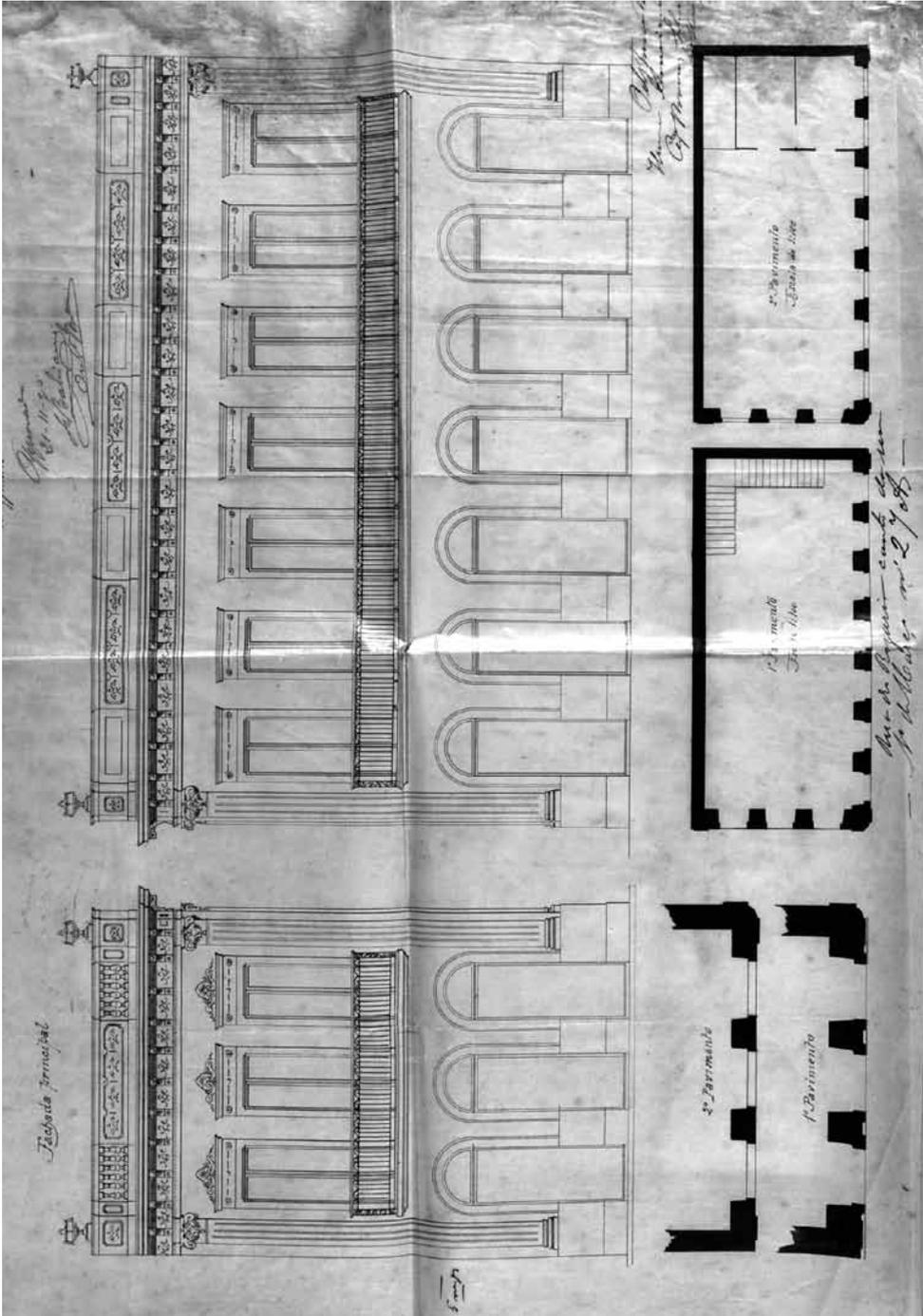


Figura 2 – Projeto para a construção da sede do Banco Unido Ibero-Americano, à rua do Rosário s/n, esquina com rua Primeiro de Março n.º 27-A. Fonte: Acervo AGCRJ.

Estes dois edifícios podem ser vistos como paradigmas de duas maneiras de construir diferentes que seriam empregadas ao longo do período 1890-1920: uma *ex-novo*, e a outra, promovendo uma releitura do existente. É importante ressaltar que ambas estiveram aptas a produzir edifícios imponentes, de representação. Edifícios que abrigariam sedes de bancos, e como tal, deviam transmitir uma imagem de solidez, seriedade e segurança. Vê-se aqui que a remodelação do existente – no caso, um edifício bastante antigo, provavelmente proveniente do período colonial – não era considerada uma solução meia-sola, de gente remediada, mas também estava apta a produzir o *novo* para todos os efeitos – um edifício importante, imponente, *moderno*. Nada mais distante da visão dos velhos sobrados caindo aos pedaços, dos cortiços insalubres e superpovoados que emerge da historiografia da década de 1980 e de tantos outros discursos sobre a época das reformas urbanas...

Uma comparação semelhante, entre edifícios ainda existentes, pode ser feita entre dois imóveis localizados à rua do Ouvidor – um ponto nobre da cidade na virada do século XX. O primeiro (Figura 3), na esquina da rua Primeiro de Março, foi reconstruído em 1907. Trata-se, portanto, de uma construção completamente nova. O lote tinha 20,00m de testada pela rua do Ouvidor e 8,30m pela Primeiro de Março, e o projeto foi feito pelo engenheiro civil Vicente de Carvalho (AGCRJ, L.O.1907, cx. 04, doc. 22). Observa-se, na faixa de coroamento, uma sequência de elementos ornamentais em relevo, que conferem ritmo à fachada, evidenciando determinados módulos, ao mesmo tempo em que pequenos elementos unem visualmente a platibanda às janelas de sacada do sobrado. Sob os balcões das janelas, outros elementos em relevo estabelecem a conexão visual entre as janelas e as portas do térreo.

O segundo edifício (Figuras 4 e 5) está localizado na esquina da rua do Mercado. O projeto não foi encontrado mas, a julgar pelo formato das vergas das portas do térreo e pela sua localização, trata-se, provavelmente, de um edifício do século XVIII, remodelado no início do século XX. O lote tem dimensões muito próximas às do primeiro edifício. Observa-se que a remodelação se deu através da construção de uma platibanda decorada, dotada de elementos que conferem um novo ritmo à fachada, colocando em evidência alguns módulos. Ocorreu também a reconstrução do canto do edifício, cortando-se trecho da esquina das duas ruas, de acordo com a legislação da época, e a adição de diversos elementos ornamentais em relevo, segundo um repertório formal muito semelhante ao do primeiro sobrado.

Uma das características que mais chamam a atenção neste sobrado são as portas do térreo, com vergas em arco abatido, características do século XVIII. No entanto, observa-se que suas proporções são mais alongadas do que as das portas do período colonial. Quando da reforma, suas ombreiras, formadas por uma única peça de granito ao longo da altura original da porta, receberam um acréscimo, que possibilitou a elevação das vergas até a altura de 3,30m, determinada pela legislação da época, e a inserção de bandeiras gradeadas na parte superior, hoje desaparecidas. Este reaproveitamento da cantaria original das portas, visível nas vergas, inclusive na reconstrução do canto cortado, foi um gesto deliberado do projetista



Figura 3 – Edifício à rua do Ouvidor nº 45, esquina com a Rua Primeiro de Março.  
Fonte: autora, 08/08/2011.



Figura 4 – Edifício à rua do Ouvidor nº 16, esquina com a Rua do Mercado.  
Fonte: autora, 22/11/2011.



Figura 5 – Sobrado à rua do Ouvidor nº 16. Detalhe das portas do térreo.  
Fonte: autora, 22/11/2011.

que planejou a reforma. Ele optou por reutilizar os materiais de construção e conservar as formas preexistentes, apenas adaptando-as aos novos tempos.

Assim como no caso das duas sedes de bancos, citadas anteriormente, observamos que tanto a construção do novo quanto a remodelação do existente seguiram um repertório formal muito semelhante, servindo-se do mesmo tipo de elementos decorativos. O segundo edifício conservaria, após as obras, as portas com vergas em arco abatido, que, somadas à localização do prédio, permitem apontar que sua construção se deu, possivelmente, no século XVIII. Mas esta conservação de elementos formais provenientes do passado – que denotavam, de maneira inequívoca, a idade do prédio – não foi considerada pelos projetistas nem pelos proprietários incompatível com a imagem do novo que estava sendo produzida. O prédio era considerado *novo* para todos os efeitos, pois atendia perfeitamente as necessidades e expectativas de seus proprietários, na virada do século XX.

Esta resiliência dos edifícios provenientes do passado colonial, naquele momento, decorria sobretudo da *continuidade tipológica* entre tais edifícios e os novos. Ambos seriam erguidos dentro do mesmo parcelamento do solo e do mesmo esquema de distribuição interna, segundo as mesmas técnicas construtivas, e abrigariam as mesmas funções.

No livro *Quadro da Arquitetura no Brasil*, Nestor Goulart Reis Filho estabelece uma relação estreita entre o desenvolvimento da arquitetura e o parcelamento do solo na qual está implantada. Lote e edifício constituiriam um todo indissociável, onde a forma dos lotes encontra-se em correspondência direta com o tipo de arquitetura que vão receber. No período colonial, a arquitetura urbana estaria baseada num parcelamento do solo em lotes longos e estreitos. As ruas eram conformadas pelas testadas das edificações, que tinham a fachada principal sobre a via pública e as paredes laterais construídas nos limites dos lotes, compartilhadas com os vizinhos (REIS FILHO, 1978, p. 22). Trata-se de uma forma bastante densa de ocupação do solo, onde as edificações eram erguidas sobre três dos limites dos lotes, permanecendo apenas uma área livre nos fundos, onde estava localizado o quintal. Para o autor, a uniformidade dos terrenos refletia-se na uniformidade dos partidos arquitetônicos e das distribuições internas das edificações:

As salas da frente e as lojas aproveitavam as aberturas sobre a rua, ficando as aberturas dos fundos para a iluminação dos cômodos de permanência das mulheres e dos locais de trabalho. Entre estas partes com iluminação natural, situavam-se as alcovas, destinadas à permanência noturna e onde dificilmente penetrava a luz do dia. A circulação realizava-se sobretudo em um corredor longitudinal que, em geral, conduzia da porta da rua aos fundos. Este corredor apoiava-se a uma das paredes laterais, ou fixava-se no centro da planta, nos exemplos maiores. (REIS FILHO, 1978, p. 24)

Segundo Reis Filho, o tipo de implantação no lote e a tipologia de planta provenientes do período colonial conservaram-se intactos até meados do século XIX. Na segunda metade daquele século, ocorreram mudanças significativas na implantação das edificações no lote,

com o afastamento da construção dos limites laterais (REIS FILHO, 1978, p. 44). O processo de afastamento das casas dos limites do lote iria se aprofundar no início do século XX, com lotes de maiores dimensões e residências isoladas no centro do terreno, o que possibilitava maiores variações em planta, e um distanciamento daquela tipologia. No entanto, estas novidades na implantação estavam associadas à produção de edifícios exclusivamente residenciais, em bairros mais novos. Aqueles que tinham função comercial no térreo continuavam a depender do contato direto com a rua para o desenvolvimento desta atividade. Estas inovações tipológicas não atingiam, portanto, a área central da cidade. Seja pela maior valorização do solo, que estimulava uma ocupação mais densa, seja pela função comercial dos edifícios, no pavimento térreo, e ainda pela herança histórica do lugar, que não devemos menosprezar, as edificações do Centro da cidade conservariam a mesma implantação no lote e a mesma distribuição interna do período colonial, com a sala de visitas na frente, a cozinha nos fundos, ligada à sala de jantar, e quartos na parte central.

A condenação das alcovas pelos meios técnicos, a partir de meados do século XIX, levou à introdução de uma inovação importante na tipologia de planta proveniente do período colonial, nas áreas mais centrais e adensadas da cidade. As casas continuariam sendo construídas nos limites do lote, tendo a sala de visitas voltada para a rua, a sala de jantar nos fundos e os quartos no meio. No entanto, estes quartos não seriam mais alcovas, mas passariam a ser intercalados com áreas internas cobertas por claraboias, que permitiam sua iluminação e ventilação. No Centro da cidade, pude identificar o emprego das áreas internas cobertas por claraboias a partir da década de 1880, como atesta o projeto de um sobrado de dois pavimentos a ser construído à rua de São Pedro nº 54, de 1882 (Figura 6 – AGCRJ, L.O.1882, cx. 01, doc. 06).

As edificações erguidas no Centro do Rio de Janeiro entre 1890 e 1920 seguiriam esta mesma tipologia de planta. Portanto, as edificações do período Passos, embora atendessem os novos padrões de salubridade, eram descendentes diretas das edificações do período colonial. Justamente pelo fato de não haver uma ruptura tipológica em relação ao passado mais remoto, as edificações mais antigas puderam ser preservadas e conservadas de modo tão extenso naquele momento. A continuidade tipológica fazia com que os edifícios coloniais tivessem uma boa aceitação pela sociedade de então. Aquelas edificações atendiam as expectativas e necessidades das pessoas da época, precisando passar apenas por alguns ajustes para serem consideradas atuais. Estes ajustes podiam ser tanto de caráter mais eminentemente técnico (como a instalação dos equipamentos sanitários e tubulações em geral, e a abertura das áreas internas cobertas por claraboia) quanto estético, através das inúmeras reformas de fachada que adicionavam ornamentos ecléticos às edificações preexistentes. Tais operações permitiam atualizar a aparência e o funcionamento dos imóveis, adaptando-os *plenamente* aos novos tempos. A continuidade tipológica, somada à continuidade das técnicas construtivas, foi um dos principais fatores a constituir uma cultura de edificar que era uma cultura de conservação dos imóveis preexistentes.

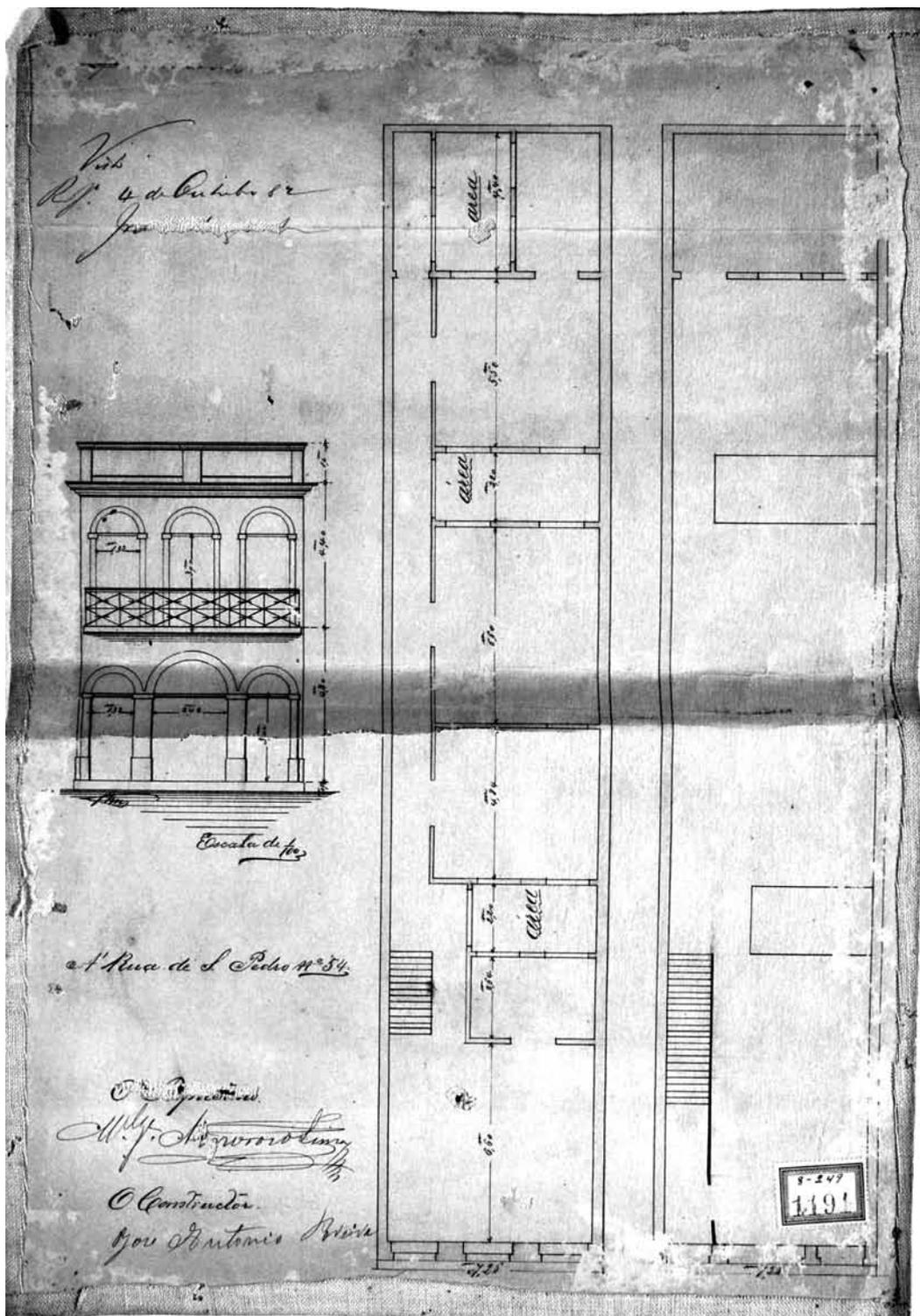


Figura 6 – Edifício a ser construído à rua de São Pedro nº 54, em que se observam duas áreas internas cobertas por claraboia. Fonte: Acervo AGCRJ.

Além disso, mesmo nos casos da produção arquitetônica ex-novo, foram inúmeras as situações de compromisso e de continuidade em relação às preexistências. Esta questão seria visível no parcelamento do solo, que estava determinado desde o período colonial, e sobre o qual o período do meu estudo não promoveu mudanças importantes. Aqueles lotes longos e estreitos continuavam atendendo o padrão das edificações da época, de modo que seus proprietários não viram razões para modificá-los. (Daí decorreria a proibição de subdividir os lotes, presente nos editais de venda dos terrenos nas ruas melhoradas pela administração Passos e nas regras para as construções na avenida Central, onde o aumento do tamanho dos lotes teve de ser imposto aos proprietários de forma compulsória.) A questão seria visível ainda na escala arquitetônica dos novos imóveis, que teriam o mesmo número de pavimentos dos antigos, nas técnicas construtivas empregadas, na tipologia de planta e no reaproveitamento de materiais de construção provenientes de edifícios demolidos na produção das novas edificações. Trata-se de um novo sem *tabula rasa*, de um novo que se mantém ligado ao fio de uma tradição secular, ainda que os discursos da época afirmassem o contrário.

### **A rua da Uruguayana no Plano de Melhoramentos da Cidade**

Neste quadro estariam inseridas as obras de alargamento da rua da Uruguayana, incluída no Plano de Melhoramentos da Cidade implementado pela administração Passos. Ela foi, provavelmente, a rua mais importante, do ponto de vista comercial e simbólico, dentre aquelas melhoradas pela Prefeitura. A rua da Uruguayana teve sua largura ampliada de 6,00m<sup>2</sup> para 17,00m, e o alargamento foi feito pelo lado ímpar. Para tanto, a maior parte dos edifícios daquele lado foi desapropriada e demolida. De acordo com o desiderato expresso no Plano de Melhoramentos da Prefeitura, de “determinar a demolição da edificação actual onde ella mais atrazada e mais repugnante se apresenta”, poderíamos supor que esta área tinha uma arquitetura degradada, correspondente à imagem da “cidade velha” frente à qual as reformas urbanas foram justificadas. No entanto, a análise de algumas obras feitas do lado ímpar da rua nos anos anteriores às reformas nos permite duvidar desta imagem.

Em 1895, foi reconstruído o imóvel de nº 75. No processo há menção ao alargamento da rua, através do método do recuo progressivo, posteriormente descartado por Pereira Passos por não garantir o alargamento imediato das ruas atingidas (AGCRJ, cod.21.1.19, fl.14-17; fl.26). Em 1896, foi realizado o acréscimo de um andar de sobrado a uma edificação térrea, no nº 17 (AGCRJ, L.O.1896, cx. 06, doc. 35). Em 1897, foi pedida a modificação das portas da loja de um edifício de dois pavimentos, localizado no nº 31 (AGCRJ, L.O.1897, cx. 09, doc. 30). Em 1898, foram reconstruídos dois prédios nos nº 11 e 91 (AGCRJ, cod.21.2.19, fls.401-402; fl.393 / L.O.1898, cx.04, doc.50). O sobrado de nº 11 possuía uma bela fachada de inspiração francesa, com as escritas “Bazar”, “Brinquedos”, “Artigos de Paris”. Também em 1898, foi pedida a modificação das portas da loja do sobrado de nº 53 (AGCRJ, L.O.1898,

cx. 04, doc. 49). E em 1899, foram reconstruídos mais dois sobrados do lado ímpar, o nº 63 e o nº 117 (AGCRJ, L.O.1899, cx.15, doc.07 / L.O.1899, cx.15, doc. 08).

Em 1900, foi reconstruído um belo edifício dedicado a um “grande estabelecimento comercial” de roupas, tecidos e artigos de armarinho, à rua da Alfândega, nº 123 esquina da rua da Uruguayana. Tratava-se de um imponente sobrado de dois pavimentos, com 5,00m de pé direito no térreo e 4,50m no primeiro pavimento. Possuía cinco portas para a Rua da Alfândega (menor dimensão do terreno) e nove para a rua da Uruguayana (maior dimensão), e mais uma porta na esquina, cortada por um plano de 2,00m segundo a legislação da época (AGCRJ, cod.21.3.19, fls.19-23). Também este belo e novo imóvel, muito semelhante àqueles que seriam erguidos durante as reformas Passos, foi desapropriado.

Em 1901, foi reconstruído um pequeno prédio no nº 3, e a fachada de outro pequeno sobrado, localizado no nº 49 (AGCRJ, cod.22.1.2, fls.55-56 / cod.22.1.2, fls.60-61). Em 1902, foi reconstruído um único prédio ocupando os lotes nº 131 e 133, o que constituiu o remembramento destes lotes, um dos pouquíssimos remembramentos realizados na época (AGCRJ, cod.22.1.15, fls.118-125). Neste caso, o proprietário entrou em acordo com a Prefeitura para não ser desapropriado, mas teve de ceder a frente do terreno para o alargamento da rua, de forma que foi obrigado a reconstruir o prédio novamente, pouquíssimo tempo depois. O mesmo acordo aconteceu com o imóvel nº 43, de José Antonio Martins, que também fora reconstruído em 1902 (AGCRJ, cod.22.2.4, fls.81-85).

Estas obras foram as mais importantes realizadas do lado ímpar da rua, mas houve também diversas outras, menores, de manutenção dos imóveis existentes. A sequência de obras do lado ímpar da rua da Uruguayana antes das reformas urbanas demonstra a sua vitalidade. Não se tratava de edificações decrépitas, pobres pardieiros encortiçados, mas de uma massa edificada que vinha sendo renovada continuamente, com edifícios em bom estado de conservação, muitos dos quais recentes. Isso quer dizer que as reformas Passos condenaram muitas belas casas novas, algumas recém-construídas, abrigando lojas elegantes... O que nos permite apontar que a imagem da “cidade velha” presente nos discursos de justificativa do Plano seria muito mais uma *imagem de efeito* (e este efeito teve um alcance considerável, tanto que tal imagem permanece viva no imaginário das reformas urbanas até os dias de hoje), apta a construir um consenso em torno da necessidade das obras no momento de sua realização, do que propriamente um diagnóstico da massa edificada da cidade antes das reformas urbanas.

Quanto à cronologia das reformas, os planos da Prefeitura para os melhoramentos da cidade, que compreendiam o alargamento da rua da Uruguayana, foram aprovados através do Decreto Municipal nº 459, de 19 de dezembro de 1903. Portanto, embora os rumores a respeito das reformas urbanas tivessem acompanhado o prefeito Passos desde os primeiros dias de sua administração, e a elaboração dos planos tenha sido seguida pelo público por meio de diversas notícias sobre o assunto nos jornais, foi necessário esperar quase um ano inteiro

para que se tivesse certeza do que realmente iria acontecer (Passos assumiu a Prefeitura no dia 29 de dezembro de 1902). No ano de 1904 ocorreram as desapropriações e acordos com os proprietários que mantiveram seus imóveis do lado ímpar da rua. A Prefeitura tomou posse dos imóveis, ainda ocupados, no segundo semestre daquele ano, e os ocupantes tornaram-se seus inquilinos, pagando aluguel durante alguns meses, até a desocupação definitiva dos imóveis, ocorrida nos primeiros meses de 1905. As demolições foram feitas rapidamente, e os novos lotes foram a leilão em meados daquele ano, com o compromisso, por parte dos proprietários, de que as novas edificações estivessem prontas no prazo de um ano, a contar da data da assinatura da escritura (o mesmo prazo valia para as reconstruções dos imóveis que foram fruto de acordos). Desta forma, 1905 foi o ano da aprovação dos projetos das novas edificações junto à Prefeitura, e concentrou a grande maioria dos pedidos de licença de obras, restando apenas alguns “retardatários” em 1906, além de alguns pedidos de modificação de projetos anteriormente aprovados. E o prefeito Pereira Passos, que deixou o cargo em 15 de novembro de 1906, entregou todas as obras prontas ou em fase de finalização.

Como já foi visto, a rua da Uruguayana foi alargada pelo lado ímpar. Para tanto, a maior parte dos edifícios daquele lado foi desapropriada e demolida. Após as demolições, as sobras dos terrenos que não haviam sido usados para formar o leito da rua foram loteadas e revendidas em hastas públicas. Para formar os novos lotes, o parcelamento do solo preexistente não foi conservado. A Prefeitura constituiu ali lotes mais largos, com intuito de que viessem a abrigar edifícios de caráter mais monumental. O novo parcelamento do solo contrastava abertamente com o preexistente, baseado em pequenos lotes longos e estreitos, provenientes do período colonial, que permanecia do lado par da rua. Na rua da Uruguayana, os lotes preexistentes eram especialmente pequenos, com testadas médias entre 3,50m e 4,50m, sendo muito poucos os lotes com mais de 5,00m de frente (a média em outras ruas era um pouco maior, algo entre 5,50m e 6,50m). Estes pequenos lotes foram considerados pelos reformadores inadequados para receber a arquitetura que desejavam para as novas avenidas, condizente com a imagem de opulência que queriam construir para a cidade. Mas pela própria natureza do empreendimento, que partia da decisão de revender os terrenos, a Prefeitura delegava aos compradores a tarefa de produzir, em primeira pessoa, a nova arquitetura desejada.

Além disso, nem todos os lotes do lado ímpar da Rua da Uruguayana foram desapropriados. Houve casos de proprietários que negociaram a manutenção dos imóveis com a Prefeitura, comprometendo-se a ceder a porção do terreno necessária ao alargamento da rua – uma faixa de 11,00m na frente dos lotes. Os únicos vestígios do parcelamento do solo preexistente podem ser encontrados nestas edificações que foram fruto destes acordos. Seus proprietários foram levados à reconstrução compulsória dos imóveis, mas conservaram, algumas vezes, os cômodos dos fundos sem alterações, concentrando as obras na parte da frente do imóvel, que seria demolida. Isso mostra que, mesmo naquele momento em que a

produção do novo se dava de maneira tão categórica, não houve uma *tabula rasa* absoluta da situação preexistente.

Os acordos foram, por vezes, objeto de um jogo fundiário intrincado, como fica evidente no seguinte caso. No dia 13 de junho de 1905, José Antonio Martins apresentou petição para expedição das cartas de aforamento relativas às sobras de três lotes que havia adquirido à Prefeitura por escritura pública de 26 de maio do mesmo ano – portanto, cerca de um mês antes do primeiro leilão de venda dos lotes desapropriados (AGCRJ, Série *Aforamentos*, cx.U5, rua da Uruguayana lotes 23-29 e 37-43 (antigos)). Parte do acerto fora paga em dinheiro, e parte constituía uma compensação pela cessão da frente de outros quatro lotes que possuía na mesma rua. José Antonio Martins tornou-se, com este acordo, o maior proprietário de lotes do lado ímpar da rua da Uruguayana. Além dos três lotes que adquiriu através do acordo com a Prefeitura, ele possuía quatro lotes contíguos, aos nº 37, 39, 41 e 43. O pedido de licença para as obras de reconstrução foi feito em 9 de agosto de 1905, nos seguintes termos:

José Antonio Martins requer licença para de accôrdo com as plantas juntas reconstruir os predios nº 39, 41 e 43 da rua Uruguayana, e bem assim fazer a reconstrucção da fachada do predio nº 37 da rua Uruguayana, arma andaime e pede o prazo de 8 mezes; e a respectiva Certidão de Numeração. (AGCRJ, cod.24.2.8, fl.71-A; fls.73-82)



Figura 7 – Cópia da carta cadastral mostrando os lotes nº 37, 39, 41 e 43, e as mudanças no parcelamento do solo que deveriam sofrer. Fonte: Acervo AGCRJ.

O pedido aponta que os quatro imóveis receberiam um tratamento diferente quando da reconstrução, e haveria mudanças no parcelamento do solo preexistente. A cópia da carta cadastral que acompanha os projetos mostra que a largura dos lotes nº 37 e 39 seria mantida, ao passo que o lote nº 43, muito estreito, deveria avançar sobre uma faixa do nº 41. As paredes de meação seriam aproveitadas, com exceção da parede entre os lotes nº 41 e 43, que, devido à mudança no parcelamento do solo, deveria ser construída nova (Figura 7). Apesar de se tratar de quatro lotes contíguos pertencentes a um mesmo proprietário, ele optou por não fazer o remembramento, e construiu quatro prédios independentes, dentro da tipologia recorrente na cidade na época. O que mostra que aquela tipologia, descendente direta dos edifícios do

período colonial, atendia plenamente as suas necessidades e expectativas. Sua permanência não era apenas o reflexo de uma adaptação ou de um compromisso com o parcelamento do solo anterior, já que havia ali bastante espaço para se produzir uma tipologia diferente. A Prefeitura, por sua vez, também não prefigurou em momento algum que ali se erguessem edifícios dentro de outra tipologia. As soluções de fachada dos imóveis seriam diferentes, para evidenciar que se tratava de quatro edifícios distintos. Os quatro existem até os dias de hoje, os nº 31, 33, 35 e 37 (Figura 8).

Os projetos foram feitos por um profissional de renome: o engenheiro civil Vicente de Carvalho. O construtor foi Nicolau Mendes de Castro, um dos principais da cidade. Os edifícios nº 39, 41 e 43 foram integralmente reconstruídos, seguindo um padrão semelhante, tanto na fachada quanto em planta. Os três tinham três pavimentos, com uma loja no térreo, denominada em planta “armazém”, um salão único no primeiro sobrado e um apartamento no segundo. Os pés direitos eram de 5,00m, 4,50m e 4,00m. Os edifícios nº 39 e 43, um pouco mais estreitos, tinham a área interna coberta por claraboia junto a uma das paredes de meação, e os cômodos dispostos em linha. O nº 41, mais largo, tinha a área interna ao centro da planta, com os cômodos dispostos ao redor. O edifício nº 37 era bastante semelhante aos demais, mas teve apenas a fachada reconstruída. O que quer



Figura 8 – Edifícios à rua Uruguaiana nº 31, 33, 35 e 37. Foto: autora, 22/11/2011.

dizer que foi apenas “cortado”, isto é, perdeu a parte da frente no alargamento da rua, ao passo que os cômodos dos fundos ficaram inalterados. Isto pode ser constatado nas plantas do “antes” e do “depois”, mostradas no mesmo desenho, em que a nova fachada aparece tracejada sobre a planta antiga. Todas as paredes perimetrais foram conservadas, menos a fachada (Figuras 9 e 10).

Estas permanências, apenas “cortando a frente” do imóvel, eram possibilitadas pela

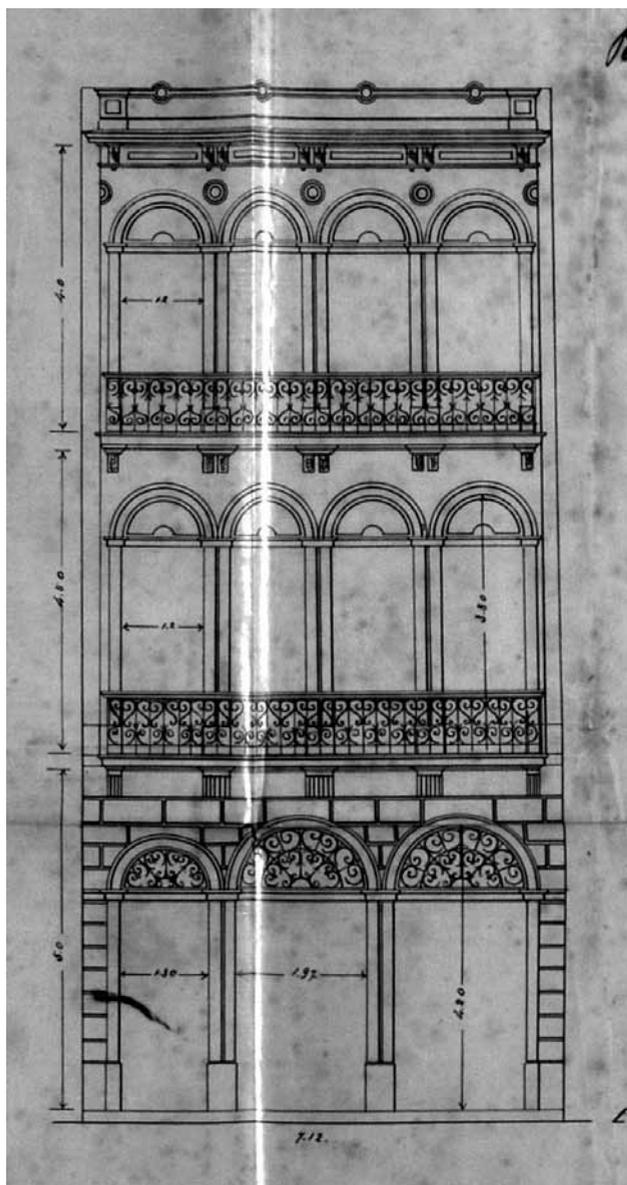


Figura 9 – Edifício à rua da Urugayana n° 37 – fachada.  
Fonte: Acervo AGCRJ.

cultura de edificar do período, de reaproveitamento de porções dos edifícios existentes na produção do novo. Podemos avaliar esta questão sob dois aspectos. Por um lado, tratava-se de *preexistências selecionadas*. Ou seja, os edifícios que puderam ser “cortados” eram edifícios que atendiam os padrões da nova arquitetura num quesito considerado pela Prefeitura fundamental: a largura dos lotes. Esta largura permitia a produção de edifícios maiores, condizentes com a imagem de opulência que se queria produzir para a cidade naquele momento. Por outro lado, esta adaptação era possível porque a produção do novo apresentava fortes traços de continuidade em relação à arquitetura preexistente – no número de pavimentos das edificações, nas tipologias de plantas e fachadas, nas técnicas construtivas empregadas, nos materiais de construção.

A preocupação com a largura dos lotes é fundamental para entendermos os mecanismos postos em prática pela Prefeitura no momento das desapropria-

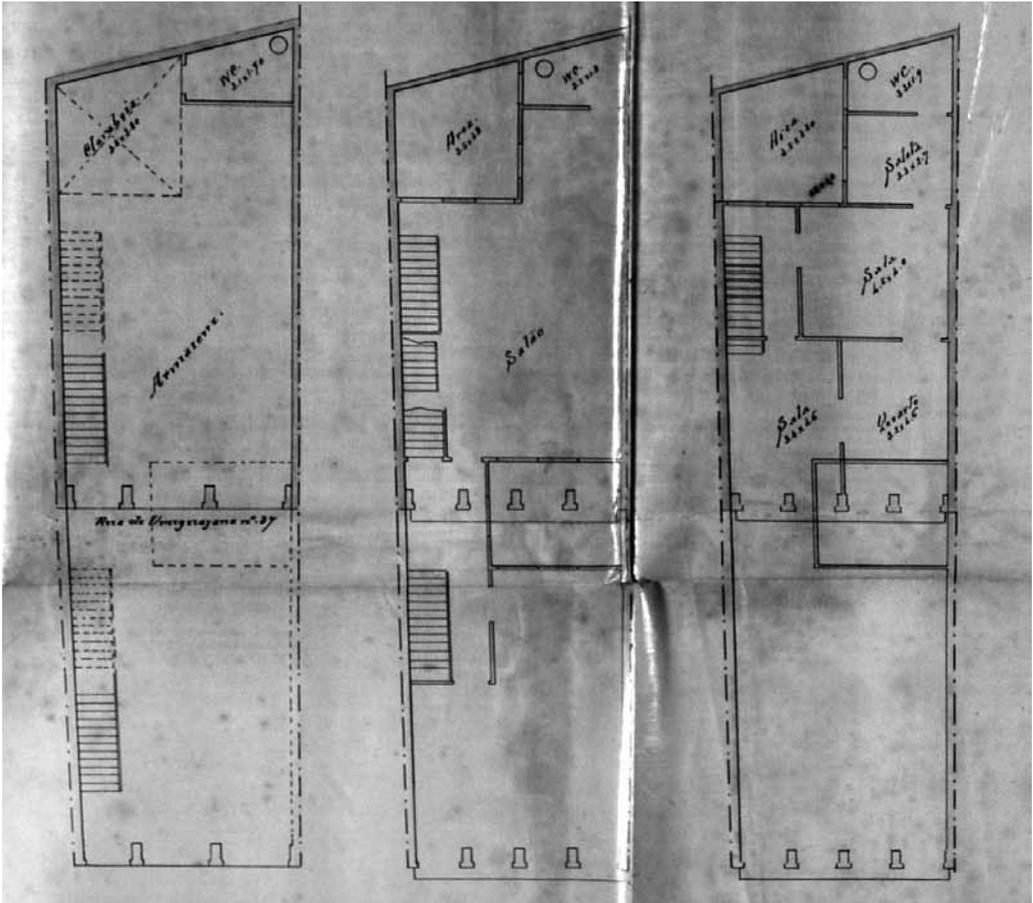


Figura 10 – Edifício à rua da Urugayana nº37 – plantas.  
 Fonte: Acervo AGCRJ.

ções e reconstruções de prédios, nas ruas melhoradas. A condenação dos lotes estreitos não era propriamente nova. A Postura de 15 de setembro de 1892 trazia, no Art. 7º, as seguintes disposições:

- § 1º. Nenhum lote de terreno com largura inferior a sete metros de frente poderá receber construção alguma.
- § 2º. Nas ruas, praças, etc., novamente abertas, não será permitida a construção de edifício algum com menos de sete metros de desenvolvimento de fachada.

A recomendação foi reiterada, em termos semelhantes, pelo Decreto nº 391 de 10 de fevereiro de 1903, a lei de edificações promulgada pela administração Passos, que dispunha, no Art.10, que “em ruas novas ou pouco edificadas nenhum terreno que tenha menos de seis metros de largura poderá receber edificação”. No entanto, estas larguras podiam ser praticadas apenas nos bairros mais novos, de ocupação rarefeita. Era impossível atender estas disposições na área central da cidade, porque tal imposição inviabilizaria boa parte

dos lotes ali existentes. Portanto, a Prefeitura viu nos alargamentos de ruas a possibilidade de reverter este quadro, produzindo nas sobras dos terrenos remanescentes lotes mais largos do que no restante do tecido urbano do Centro da cidade.

Mas havia outro lado nesta questão. Quais seriam as expectativas dos proprietários das edificações do Centro da cidade em relação à largura dos lotes em que estavam situadas? Esta pergunta é importante porque justamente das expectativas daqueles proprietários decorreriam suas ações nos lotes recém-produzidos pela Prefeitura nas ruas alargadas, ações estas fundamentais para completar o ciclo da produção da nova arquitetura da cidade engendrado pela administração Passos. Podemos entender certas precauções tomadas pela Prefeitura quando da venda dos lotes em leilão como respostas a estas expectativas e ao comportamento dos proprietários delas decorrente.

Como foi visto no caso dos edifícios de José Antonio Martins, os remembramentos de lotes ocorridos no fim do século XIX e início do XX foram muito poucos. Na grande maioria dos casos, os proprietários de lotes contíguos optaram por construir vários edifícios independentes lado a lado, ao invés de fundir os lotes num edifício único. E, quando ocorreram remembramentos, muitas vezes a distribuição interna das novas edificações remetia ao parcelamento do solo anterior, mantendo uma duplicidade de estruturas, como se fossem duas edificações paralelas e não uma só. Não podemos ver esta resiliência do parcelamento do solo apenas como um reflexo da técnica construtiva empregada, que dependia dos lotes estreitos para lançar de um lado ao outro da edificação as vigas de madeira que constituíam suas estruturas horizontais. O pequeno número de remembramentos e a manutenção da divisão interna nos imóveis remembrados decorriam, sobretudo, da tipologia arquitetônica daqueles imóveis – tipologia esta profundamente arraigada na *cultura local*. A reprodução do padrão de edificações longas e estreitas estava muito mais ligada a traços culturais do que a fatores técnicos, embora técnica construtiva e tipologia arquitetônica caminhassem juntas. Tudo isso quer dizer, em última análise, que os proprietários estavam *satisfeitos* com o parcelamento do solo em lotes estreitos, e que este não constituía, de modo algum, um obstáculo às suas expectativas em relação aos seus imóveis.

Haveria, portanto, uma tendência, por parte dos proprietários, de reproduzir aquele parcelamento nos novos lotes vendidos pela Prefeitura, subdividindo-os após a compra. A Prefeitura, por sua vez, havia constituído lotes mais largos justamente com o intuito de que viessem a abrigar uma arquitetura de caráter mais monumental, e queria salvaguardar a produção daquela arquitetura. Tomou, portanto, providências para que o fracionamento dos lotes não ocorresse, estipulando, no edital de venda dos lotes em leilão, que estes não poderiam ser subdivididos. E para que a cidade não demorasse a ficar de cara nova, estipulou também que as construções deveriam estar prontas um ano depois da data de assinatura das escrituras de compra dos lotes. Assim, o prefeito Passos poderia colher os louros de suas obras antes de encerrar sua administração.

Os compradores obrigam-se:

- a) a pagar á Municipalidade, na fórmula da legislação vigente, para aforamento dos terrenos municipais, fôro perpetuo á razão de 100 réis (cem) por metro quadrado e por anno [...];
- b) a construir nos terrenos, respeitadas as posturas municipais, concluindo as construções no prazo maximo de um anno, contado da assignatura da escriptura, sob pena de multa de um conto de réis por mez ou fracção de mez que exceder o mesmo prazo.
- c) a não dividir os lotes de terreno de que fizerem aquisição, aproveitando-os para construção de mais de um predio, podendo, entretanto, construir um só predio em mais de um lote. (AGCRJ, série *Aforamentos*, cx.U4. Edital de venda dos lotes)<sup>3</sup>

A proibição de subdividir os lotes nada mais era do que o reconhecimento, por parte da Prefeitura, de que os terrenos estreitos presentes no Centro da cidade atendiam perfeitamente as expectativas e necessidades dos proprietários, e que eles tentariam reproduzir aquele padrão espacial nos novos lotes, se tivessem liberdade para tal. Muitos anos se passariam até que os novos lotes produzidos durante a administração Passos começassem a ser considerados pequenos. Durante todo o período Passos, as edificações em lotes longos e estreitos constituíram a tipologia dominante. Daí decorreria a intenção de subdividir as lojas dos edifícios maiores produzidos durante a administração Passos, objeto de um pedido de licença de obras feito em 21 de janeiro de 1908:

Espindula & Medeiros, estabelecidos com negocio de Açougue na Rua da Uruguayana nº 51, vem respeitosamente a presença de V<sup>a</sup> Ex<sup>a</sup> pedir licença para fazer uma parede divisoria, de estuque, ou de frontal, na parte dos fundos onde tem uma loja de barbeiro. (AGCRJ, cod.27.1.25, fls.18-21)

Observamos que, quando foi feito o pedido, já funcionavam na loja dois negócios, de natureza bem diferentes – açougue e barbeiro. Pedia-se apenas para construir uma divisão que formalizasse o que já existia. O caso permaneceu sem desfecho, mas é interessante porque mostra a diferença entre a apropriação do espaço por parte dos usuários e aquilo que fora prefigurado pela Prefeitura. Outros pedidos para subdivisões de lojas foram deferidos, mas tratava-se apenas de divisões internas, ao passo que as imposições legais por parte da Prefeitura de fato garantiram a produção de uma arquitetura mais monumental, do lado ímpar da rua da Uruguayana.

Mas o que aconteceria do lado par, o lado “velho” da rua, que não esteve sujeito a desapropriações? Como os proprietários daqueles imóveis teriam reagido a toda a movimentação de demolições e reconstruções do lado ímpar, que ocorria bem diante de seus olhos, fomentada ainda pela forte propaganda do discurso oficial da época em favor da nova arquitetura? Teriam corrido a renovar suas casas? Teriam sido obrigados a isso pela Prefeitura? Teriam as obras do lado par comportado alguma mudança no parcelamento do solo, com a formação de lotes maiores?

No biênio 1905-1906, foram feitos 32 pedidos de licença de obras do lado par da rua da Uruguayana – mais do que o dobro dos anos anteriores, aí incluídos os primeiros anos da administração Passos. Esta intensificação bastante significativa do ritmo dos licenciamentos naquele momento poderia mostrar, por um lado, que os proprietários do lado par da rua atenderam ao apelo da Prefeitura e à propaganda maciça das reformas urbanas, e se apressaram em renovar seus imóveis. Mas por outro, o grande número de pedidos de licença de obras poderia ser o reflexo de um acirramento da perseguição às edificações existentes, por parte da Prefeitura, obrigando os proprietários a consertarem ou mesmo a reconstruírem seus imóveis, de forma compulsória...

Dos 32 pedidos de licença de obras, metade foi para reformas em edificações existentes, e metade para construções ou reconstruções de prédios. O que constitui, por si só, uma diferença importante em relação ao lado ímpar da rua, sujeito a uma renovação integral e compulsória. Dentre os 16 pedidos de licença para consertos, houve quatro segundo intimação da Saúde Pública. Este percentual expressivo, que foi encontrado na rua apenas no ano de 1904, indica que houve uma perseguição às edificações consideradas indesejadas pela Prefeitura, no momento em que os melhoramentos da rua estavam sendo implementados. Por outro lado, notamos um número também expressivo de proprietários que renovaram seus imóveis espontaneamente, talvez por temor de represálias ao seu estado de salubridade por parte da Prefeitura (tais obras espontâneas demonstram que os modernos padrões de higiene das edificações eram bem conhecidos pelos proprietários dos imóveis), ou por simples vontade própria. Desta forma, observamos que a propaganda da produção do novo engendrada pelas reformas urbanas agia diretamente na mente dos habitantes da cidade, naquele momento.

Notamos também que, em vários casos, a natureza das obras a serem realizadas nos imóveis não diferia muito daquelas feitas na década anterior. Isso ocorreu, em parte, porque ao longo de toda a sua vida útil, aqueles imóveis passaram por uma manutenção regular. Não eram decrépitos, em sua grande maioria, quando Pereira Passos assumiu a Prefeitura. Além disso, aquelas obras eram consideradas pelos proprietários dos imóveis aptas a atualizá-los, adaptando-os aos novos usos e comodidades da vida moderna. Para eles, aqueles edifícios reformados, do lado par da rua, também eram *novos* a todos os efeitos.

Por sua vez, as construções e reconstruções de prédios do lado par da rua da Uruguayana no biênio 1905-1906, de uma maneira geral, partiram da iniciativa dos proprietários e não de uma imposição da Prefeitura. O procedimento de condenação de edificações por “ameaça de ruína”, por meio de vistorias administrativas, foi verificado em apenas dois casos, dentre os 16 analisados. Mas a nova arquitetura que estava sendo produzida do lado par da rua da Uruguayana era substancialmente diferente da nova arquitetura do lado ímpar, constituída por grandes edifícios erguidos em lotes bem mais largos. E, ao mesmo tempo, substancialmente parecida com a “velha” arquitetura daquele mesmo lado par, constituída

por pequenos sobrados em lotes longos e estreitos. Os técnicos da Prefeitura que analisaram os pedidos de licença de obras em primeira instância levantaram a questão da oportunidade (ou não) de concedê-las, já que os lotes tinham, na grande maioria, testadas menores do que os 6,00m mínimos exigidos por lei para as reconstruções de imóveis. Mas esta discussão legal escapava às expectativas dos proprietários, a cujas necessidades aqueles pequenos sobrados satisfaziam perfeitamente. (De resto, se isso não fosse verdade, o prefeito Passos não precisaria ter tomado tantas precauções para que os grandes lotes recém-constituídos do lado ímpar da rua não fossem desmembrados. Aqueles lotes eram uma *exceção*, que deveria ser mantida tal, mas não constituíam a regra da cidade naquele momento...) Por este motivo, os proprietários do lado par quase nunca buscaram fazer, por iniciativa própria, os remembramentos que teriam permitido a formação de lotes maiores. E, da parte dos técnicos da Prefeitura, sempre prevaleceu o entendimento de que as obras de reconstrução de prédios daquele lado deveriam ser autorizadas, mesmo em lotes com largura menor do que a mínima exigida por lei. A discussão sobre o parcelamento do solo constitui a tônica dos processos de licença de obras do lado par da rua no biênio 1905-1906, e despachos como este, relativo à reconstrução parcial do prédio nº 136, foram comuns:

Pode ser concedida a licença, devendo ser reconstruída qualquer das paredes que vão ser conservadas se isto se verificar ser preciso no correr da obra. A largura da fachada é apenas de 4.50 porem me parece que isso não pode impedir a reconstrucção, *não só por causa dos precedentes que já existem, como por se tratar da parte antiga da rua, onde não houve demolições*. Resolvereis entretanto como vos parecer acertado. (AGCRJ, cod.24.2.8, fls.63-71; grifos meus)

Por estes motivos, a nova arquitetura implantada nos lotes mais largos gerados pelo Plano de Melhoramentos estava fadada a ser uma exceção na cidade, do ponto de vista de sua escala, ao mesmo tempo que a grande maioria das reconstruções do lado par da rua da Uruguayana no período Passos ocorreu dentro do parcelamento do solo preexistente. Produzia-se, assim, uma diferença de escala entre o lado ímpar da rua, com seus grandes edifícios, e o lado par, constituído por uma sucessão de pequenos sobrados, tanto que, na numeração atual da rua (que data de 1909), o lado ímpar termina no nº 149 e o lado par no nº 226. Esta diferença de escala pode ser observada até os dias de hoje, apesar das inúmeras substituições das edificações do início do século XX por outras mais recentes, frutos de outras necessidades e de outra tipologia arquitetônica, que exigiram a realização de remembramentos importantes (Figuras 11 a 13).

Deste modo, o lado par e o lado ímpar da rua da Uruguayana – o novo e o velho – olhavam-se como num espelho às avessas. Por um lado, a Prefeitura esperava que os proprietários do lado par se mirassem no exemplo do lado ímpar, e corresse a renovar seus imóveis. Como pudemos notar a partir do aumento de pedidos de licença do lado par no período, os proprietários acorreram a este chamado. Mas, ao mesmo tempo, os novos



Figura 11 – Rua Uruguaiana entre o largo da Carioca e a rua Sete de Setembro, lado ímpar. Nesta quadra e na seguinte, estão localizadas as edificações mais monumentais da rua.  
Fonte: autora, 22/11/2011.

imóveis foram produzidos dentro do parcelamento do solo preexistente, constituindo uma sucessão de pequenos sobrados. Quanto ao lado ímpar, houve no período vários pedidos de licença para a subdivisão de lojas, em geral deferidos. Estes pedidos mostram o quanto a nova escala arquitetônica, mais monumental, podia parecer desconfortável aos proprietários da época. Isso ocorria porque os lotes longos e estreitos provenientes do período colonial atendiam perfeitamente as suas necessidades e expectativas. A retórica de produção do novo que justificava as reformas urbanas contrastava com estas expectativas, produzindo uma espécie de “demanda artificial” por edifícios maiores, que teve de ser garantida através de imposições legais. Por esse motivo, as novas edificações da época foram produzidas dentro da mesma tipologia arquitetônica das anteriores. Embora maiores, aquelas edificações tinham



Figuras 12 e 13 – Rua Uruguiana entre as ruas Sete de Setembro e Ovidor, lado par. Observam-se edificações em lotes muito estreitos, de pouco mais de três metros de testada. Fonte: autora, 01/07/2011 e 13/04/2011.

o mesmo número de pavimentos, as mesmas funções e a mesma distribuição interna das preexistentes.

Mas, para além da retórica da produção do novo, tanto a arquitetura do lado ímpar da rua da Urugayana quanto a do lado par eram objeto de desejo por parte de seus habitantes. Talvez os habitantes do lado par invejassem a arquitetura do lado ímpar por sua imponência e a “modernidade” exaltada pela propaganda da época. Mas talvez os habitantes do lado ímpar também invejassem a arquitetura do lado par por seu aconchego. Neste jogo de espelhos e desejos não havia vencedores nem vencidos. Os dois lados da rua se olhavam, e se admiravam mutuamente.

### Considerações finais

A força das imagens antinômicas que justificaram as reformas urbanas e sua permanência tão marcante na historiografia posterior a respeito do período fazem com que a análise das licenças de obras da administração Passos surpreenda ao leitor de hoje, porque elas mostram uma *outra cidade*, muito diferente daquela propalada nos discursos. Talvez o que mais chame a atenção no quadro que emerge das licenças seja justamente a *coexistência* de um enfático discurso de produção do novo com uma cultura de edificar baseada nas permanências, num período que se enuncia como profundamente transformador da cidade. Como interpretar o fato de o projeto de reformas urbanas em ato durante a administração Passos ter incorporado tantos elementos provenientes da cidade preexistente? Teria sido incompleto em seus propósitos? Ou teriam sido as reformas, de algum modo, *compatíveis* com aquelas permanências?

Creio que podemos interpretar esta questão de duas maneiras complementares. Em primeiro lugar, não podemos desprezar a enorme potência da estratégia discursiva que justificava as reformas urbanas, que faz acreditar que haja uma ruptura para com o passado, uma reforma total da cidade, quando o que ocorre de fato é uma transformação bastante parcial de sua massa edificada. É o *discurso reformista* que preenche o espaço entre a realidade e a ideia da reforma total. A antinomia entre velho e novo que lhe dá forma constrói, assim, uma *maneira de olhar a realidade* – constrói, sob certos aspectos, a própria realidade. Neste sentido, a ausência de uma reforma total da cidade, em sua materialidade, não seria indício de uma realização imperfeita do discurso na prática, mas indício de que o discurso *potencializa e amplifica* os significados da reforma real e a eleva ao *status* de reforma total, que ela não foi e *nem precisava ser*. Por esse motivo, não devemos pensar o projeto de reformas urbanas colocado em prática no período Passos nos termos da “aplicação real” de uma “ideia” (que antecederia a “aplicação”), porque as duas agem simultaneamente. As ações práticas que o projeto produz sobre a cidade e o plano das ideias se alimentam e interpenetram, constituindo um todo indissociável. (De resto, a permanência tão marcante da contraposição entre a

“velha” e a “nova” cidade na historiografia posterior a respeito do período é um forte indício do sucesso das reformas urbanas.)

Uma segunda questão a ser ressaltada na interpretação das reformas urbanas do período Passos é que fomos acostumados a pensar os processos de renovação urbana em termos de *tabula rasa* – a cultura de edificar do século XX mais recente e o Movimento Moderno nos levaram a isso. Mas, para as pessoas do início do século XX – aí incluídos os técnicos da Prefeitura que concediam as licenças de obras e o próprio prefeito Passos – as edificações coloniais reinterpretadas por meio de reformas mais ou menos extensas também eram *novas*, dentro de uma *outra cultura de edificar*, que incorporava os elementos do passado à produção do novo.

É interessante notar que não se tratava, aqui, de um valor patrimonial. As antigas casas incorporadas à cidade modernizada por estas releituras, ou pelo simples fato de seguirem sendo habitadas no presente, não eram vistas como *patrimônio histórico*. Era um *valor de uso* que as tornava atuais. Isso ocorria porque aquelas casas atendiam plenamente as expectativas e necessidades de seus habitantes no período Passos, tanto em termos de parcelamento do solo quanto de funções, distribuição interna e número de pavimentos. A escala arquitetônica e a tipologia de planta das edificações antigas e novas eram muito próximas. Isso vale também para os edifícios mais monumentais, erguidos nos novos lotes nas áreas desapropriadas. Eles também teriam o mesmo número de pavimentos, as mesmas funções e a mesma tipologia de planta daqueles menores, e seriam erguidos com a mesma técnica construtiva e os mesmos materiais. Por todos esses motivos, a arquitetura produzida durante as reformas urbanas foi marcada, em grande medida, pela *continuidade* em relação à arquitetura preexistente, que por sua vez, não era velha nem decrépita, mas vinha passando por um processo contínuo de renovação, tanto através de manutenção e reformas como de reconstruções, ao longo de toda a história da cidade.

## Notas

1 - O trabalho venceu o Concurso de Monografias do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro - Edição 2012, prêmio do qual declinei por ter sido selecionada em edital de Auxílio à Editoração da Faperj. O livro será publicado em 2013.

2 - A medida de 6,00m aparece em todos os termos de aruação que integram os processos de construção e reconstrução de edifícios na rua, antes do alargamento.

3 - Precaução semelhante foi tomada nas regras para as construções na Avenida Central, que estipulavam, no Item VIII, que “nenhum edifício a se construir na Avenida Central poderá ter menos de dez metros de frente sobre ella, nem numero de pavimentos inferior a tres.” (AGCRI, cod.33.2.24, fls.42-47).

## Referências Bibliográficas

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque* (1ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1986). Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.

DE PAOLI, Paula Silveira. *Entre relíquias e casas velhas. A arquitetura das reformas urbanas de Pereira Passos no centro do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Rio Book's / FAPERJ, 2013.

DE PAOLI, Paula Silveira. *Entre relíquias e casas velhas. A arquitetura das reformas urbanas do prefeito Pereira Passos no Centro do Rio de Janeiro (1902-1906)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2012. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, s/d.

PREFEITURA DO DISTRICTO FEDERAL. *Mensagem do Prefeito do Districto Federal lida na sessão do Conselho Municipal de 1º de Setembro de 1903*. Rio de Janeiro: Typographia da "Gazeta de Notícias", 1903.

PREFEITURA DO DISTRICTO FEDERAL. *Melhoramentos da cidade projectados pelo Prefeito do Distrito Federal Dr. Francisco Pereira Passos*. Rio de Janeiro: Gazeta de Notícias, 1903.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *Quadro da Arquitetura no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão. Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. (1ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.) 2ª ed. revista e ampliada: São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

Recebido em 29/04/2013

***Aqueles que querem viver segundo o seu compromisso: permanência e transformação em meio ao conflito entre os sapateiros e a Câmara, Rio de Janeiro, c. 1764-c. 1821***

***Those who want to live according to their Commitment: permanence and transformation in the conflict between cobblers and the Municipal Chamber, Rio de Janeiro, c. 1764-c. 1821***

Mariana Nastari Siqueira

Graduada e licenciada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro  
Mestre em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

nastarihist@gmail.com

**RESUMO:**

O presente artigo busca abordar o conflito entre a Irmandade de S. Crispim e S. Crispiniano e a Câmara do Rio de Janeiro, entre 1764 e 1821. O mesmo girava em torno do comércio ambulante de calçados, algo que a Irmandade buscava proibir. Dentro deste contexto, procura-se abordar a referida Irmandade como uma irmandade de ofício. Por outro lado, destaca-se o período analisado, chamando atenção para as continuidades e descontinuidades que o mesmo comportava, enfatizando a permanência dos valores e códigos de Antigo Regime, mas também as importantes transformações que se encontravam em curso no âmbito do Império português e da cidade do Rio de Janeiro, fossem elas no campo político, administrativo, social, cultural, ou no campo das ideias (iluminismo, liberalismo). Aos confrades sapateiros, restava lutar pela manutenção de uma instituição tradicional, no interior dos mecanismos legais e institucionais que se moldavam a novos tempos.

**Palavras-chave:** irmandade de ofício; conflito; continuidade e descontinuidade.

**ABSTRACT:**

*This article deals with the conflict between the Irmandade de S. Crispim e S. Crispiniano (Brotherhood of St Crispin and St Crispinian) and the Municipal Chamber of Rio de Janeiro between 1764 and 1821. The conflict revolved around shoe peddlers, which the Brotherhood sought to outlaw. In this context, we attempt to deal with the Brotherhood as a craft brotherhood. On the other hand, we also pay attention to the period analysed, drawing attention to the continuity and discontinuity contained within it, emphasising the permanence of the values and codes of the Old Regime, but also the important transformations happening in the Portuguese empire and the city of Rio de Janeiro, whether political, administrative, social, cultural or in ideas (Enlightenment, Liberalism). It remained for the cobbler brothers to fight for keeping a traditional institution, within the legal and institutional mechanisms that were adapting to modern times.*

**Keywords:** craft brotherhood; conflict; continuity and discontinuity

**D**espertou-me interesse a documentação encontrada no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro<sup>1</sup> relativa à Irmandade de S. Crispim e S. Crispiniano e à atividade de seus oficiais empenhados na regulação do ofício de sapateiro. Esses documentos, em sua maior parte, são avulsos<sup>2</sup>, havendo apenas um “auto”<sup>3</sup>, ambos contendo representações, petições, certidões e editais. Apesar do caráter fragmentário, esse *corpus* documental provocou-me interesse fruto de um conflito envolvendo a Irmandade de S. Crispim e S. Crispiniano e a Câmara, por conta da venda ambulante de calçados, comércio que a Irmandade tentava impedir.

Assim, este artigo dá conta de uma reflexão posterior à conclusão de minha dissertação de mestrado, ressaltando seus principais eixos, enfatizando a importância dessas fontes de ordem jurídica localizadas no AGCRJ.

### **A Irmandade de S. Crispim e S. Crispiniano do Rio de Janeiro, uma irmandade de ofício**

A história das irmandades de ofício da América Portuguesa relaciona-se intrinsecamente com o percurso de organização dos ofícios mecânicos do Reino e com a complexa relação, desde os tempos medievais, entre estes ofícios e as confrarias ou irmandades leigas (CAETANO, 1943). Assim, a Irmandade de S. Crispim e S. Crispiniano do Rio de Janeiro tinha o Reino – em especial a Irmandade de S. Crispim e S. Crispiniano de Lisboa – como parâmetro. No entanto, a constituição propriamente escravista da sociedade do Rio de Janeiro, imprimia um perfil singular à congênere fluminense, a partir da exclusão de determinados elementos de acordo com os critérios classificatórios da cor/condição social, relacionados às noções hierárquicas de Antigo Regime, comunicadas por Portugal e adaptadas às possessões lusas.

No ultramar e no Rio de Janeiro, a Irmandade de S. Crispim e S. Crispiniano é conhecida por congregar os sapateiros<sup>4</sup>. Nesta cidade, a Irmandade surgiu em torno de 1754 (CAVALCANTI, 2004), em data que não é possível especificar. Tudo indica que a Irmandade esteve situada na Igreja de N. S. da Candelária, pelo menos entre os anos de 1764 e 1886, ou seja, surgiu sediada em outro templo<sup>5</sup>.

O único “estatuto” que encontramos na íntegra intitula-se *Regimento do Governo econômico da Bandeira e ofício de sapateiro do Rio de Janeiro*, datado de 1817<sup>6</sup>. Como a possível data de fundação da Irmandade gira em torno do ano de 1754, pode-se imaginar que estatutos anteriores tivessem sido redigidos e postos em vigor. De fato, num documento da Irmandade, datado de 1764, já se faz referência a um *compromisso*<sup>7</sup>. Em 1813, temos a confirmação de que um *compromisso* da Irmandade teve aprovação real. A partir desse fato, pode-se imaginar que, mesmo antes disso, já tivesse sido criado e modificado pelos confrades, visto que a Irmandade surge em data bem anterior<sup>8</sup>.

No estudo sobre a Irmandade de S. Crispim e S. Crispiniano do Rio de Janeiro percebi que concentrar esforços numa delimitação precisa entre aquilo que pertencia ao “compromisso” (circunscrito aos assuntos relativos à esfera devocional) e aquilo que pertencia ao “regimento” (como parte reguladora do trabalho) – tal como pensa Marcelo Caetano para Portugal (CAETANO, 1943) –, não contribui para a interpretação das irmandades no ultramar. Em outras palavras, buscar uma classificação rígida no sentido de categorizar as irmandades leigas enquanto *corporações de ofícios* ou *irmandades* que tratavam de assuntos exclusivamente espirituais ou religiosos, não oferece ganhos na interpretação acerca dessas instituições.

Os textos normativos se interpenetravam, assim como os âmbitos do trabalho dos oficiais mecânicos e sua religiosidade. A este respeito, o regimento dos sapateiros do Rio de Janeiro, de 1817, foi elaborado, estando os *irmãos* (assim como eram chamados os confrades)

congregados em Mesa no Consistório desta Nossa Irmandade de São Crispim e São Crispiniano, os Irmãos Juizes Antonio Jose de Bitancur e o Irmão Juiz do Ofício, Faustino Sobral, com o seu Escrivão, José Duarte e mais *Oficiais da Mesa atual*. Foi por mim, Escrivão atual, proposto que este Regimento estava Visto (...): o que ouvido, disseram todos, *em Nome dito da Irmandade que representam*, o aceitavam e queriam para sempre, de hoje em diante, guardar os quarenta e cinco Capítulos deste Regimento, e assim o prometiam *mediante o favor de Deus e dos Nossos Gloriosos Santos Mártires* e que, inviolavelmente, em nome de toda a Corporação que representam, cumprirão e guardarão todo o disposto neste Regimento, como feito e ajustado pelos dem [sic.] da Mesa atual, ao que tudo, por este Termo de aceitação e sujeição se obrigam em seu Nome e no de toda referida *Corporação ou Irmandade*.<sup>9</sup>

Pelo trecho citado, fica patente que a organização do ofício de sapateiro fazia sentido na Irmandade de S. Crispim e S. Crispiniano. Primeiramente, percebe-se que os oficiais que ocupavam cargos na mesa da Irmandade estavam presentes e tiveram participação ativa na confecção do regimento<sup>10</sup>. Além destes, havia aqueles “irmãos”, que eram o juiz do ofício<sup>11</sup> e o escrivão do ofício, além do escrivão da Irmandade. Fizeram o regimento sob a proteção de Deus e de seus santos protetores e em nome da Irmandade. Ao final, revela-se de forma ainda mais viva o entrelaçamento entre seu trabalho e a irmandade da qual faziam parte, sob a invocação de seus oragos; precisamente na letra da lei que pretendiam legalizar no intuito de reafirmar a regulação do ofício de sapateiro, todos aceitavam aquele documento em nome da “*referida* Corporação ou Irmandade”, ou seja, a Irmandade de S. Crispim e S. Crispiniano.

O conceito de *irmandade de ofício* delimita-se precisamente no aspecto de entrelaçamento entre o ofício e a irmandade, isto é, na medida em que a regulação do ofício e o controle de seu exercício pelos oficiais partiam da irmandade. Além disso, a priori, o oficial mecânico relacionava-se a uma devoção específica, consoante com o ofício que exercia. Desta forma, no caso dos sapateiros, a pertença a este ofício constituía, pelo menos, um dos critérios de filiação à irmandade.

Em tese, todo oficial de sapateiro – ocupando ou não cargos na Irmandade<sup>12</sup> – era obrigado a alistar-se na mesma antes de ser examinado e obter “carta de exame”<sup>13</sup>. Dentro desse contexto, a regulação do ofício era realizada pela Irmandade – sobretudo pela atuação do juiz de ofício e do escrivão de ofício – e pela Câmara, as instituições ora complementando-se, ora competindo no que concerne às atuações de ambas as partes.

Contudo, textos legais e práticas vivenciadas nem sempre – ou quase nunca – coincidem completamente. Nesse caso, a norma estabelecida encobre uma realidade multifacetada. O título do regimento dos sapateiros é “Regimento do Governo econômico da *Bandeira e ofício de sapateiro do Rio de Janeiro*”. O documento não explicita quais são seus ofícios anexos (ofícios afins ao de sapateiro, quer dizer, que utilizassem pele e couros como matérias-primas), que comporiam, junto com o ofício de sapateiro, a *Bandeira de S. Crispim e S. Crispiniano*, como em Portugal (MESQUITA, 1996). Contudo, podemos supor que a referência à bandeira estivesse relacionada à representação da Irmandade e de seus oficiais nas cerimônias públicas.

Fato é que não há como sobrepor a estrutura organizativa das corporações de ofícios do Reino à realidade da América Portuguesa. Aqui, a sociedade constituiu-se assentada no escravismo. Assim, os referenciais do Antigo Regime, baseados numa herança medieval, fizeram um novo sentido, multiplicando a hierarquia social, “dando-lhe novas cores e novos matizes.” (FRAGOSO, BICALHO e GOUVÊA, 2001).

Contudo, a Irmandade de S. Crispim e S. Crispiniano do Rio de Janeiro não reunia apenas oficiais dedicados à fabricação de calçados. Quer dizer, a linha divisória entre o ofício de sapateiro e outras atividades que se utilizavam das mesmas matérias-primas, embora não fosse nula, mostra-se mais tênue, senão na América Portuguesa como um todo, pelo menos para o caso específico do Rio de Janeiro.

Tomemos, a título de exemplo, o caso de Antônio José Bitencourth, “Mestre Sapateiro Examinado com Loja aberta do mesmo Ofício”. Ele foi notificado pelo almotacé por vender em sua sapataria diversos utensílios “por miúdo e Grosso”, sem ter licença para tanto. Em sua defesa, argumentou que vendia apenas “Couro a retalho e Algumas miudezas pertencentes ao mesmo Ofício [de sapateiro], pois Sempre lhe foi concedido, *Sem lhe ser preciso outra Licença*”<sup>14</sup>.

Para além do fato de um oficial sapateiro estar vendendo outros artigos que não estavam relacionados ao seu ofício – o que era proibido – chama atenção o argumento do oficial em sua defesa, dizendo que vendia em sua loja artigos que não eram propriamente calçados, mas “miudezas” relacionadas ao ofício de sapateiro. Os ofícios anexos, ou as atividades correlatas ao ofício de sapateiro do Rio de Janeiro existiam, porém, interpenetravam-se de forma mais fluida.

Assim, era a partir da Irmandade de S. Crispim e S. Crispiniano do Rio de Janeiro que os sapateiros controlavam e exerciam hegemonia sobre os outros ofícios, já que oficiais de sapateiro também acabavam desempenhando, na mesma oficina (ou loja), outras atividades.

É preciso atentar, contudo, para o fato de que nem todos os ofícios mecânicos existentes em Portugal verificaram-se na América Portuguesa (FLEXOR, 1974, 15). Maria Helena Flexor aponta que, em Salvador, os curtidores e surradores eram anexos aos sapateiros (Idem, Ibidem). Diferentemente, no Rio de Janeiro, o ofício de surrar couros era atividade desempenhada quase que exclusivamente por escravos<sup>15</sup> e não se encontrava ligada institucionalmente à Irmandade de S. Crispim e S. Crispiniano, visto que a mesma não permitia o ingresso de “pretos e pardos cativos” em seus quadros.

Por sua cor e condição social, os surradores não se faziam representar entre os oficiais da “Bandeira e Ofício de sapateiro” sob a proteção dos santos Crispim e Crispiniano, não obstante o fato de que estes últimos dependessem do que era produzido pelos primeiros.

A questão remete à própria constituição escravista da sociedade fluminense (FLORENTINO, 1997), já que as hierarquias sociais que levavam em conta os referenciais portugueses ganhavam novos significados com o advento do escravismo (FRAGOSO, BICALHO e GOUVÊA, 2001).

Dentro desse contexto, o capítulo trigésimo do regimento dos sapateiros do Rio de Janeiro explicita que

se algum Oficial se quiser examinar e *não for Irmão* da Irmandade de São Crispim, ou *não puder ser por alguma causa*, dando à Irmandade a esmola que costumam dar os Oficiais que nela se assentam por Irmãos, poderá ser examinado e se lhe passar a sua carta; mas não poderá votar, nem ser provido em cargo algum do dito Ofício<sup>16</sup>.

O fato, aparentemente ambíguo, de haver oficiais que não faziam parte da Irmandade, mas poderiam examinar-se no ofício de sapateiro, muito embora a norma deixasse claro que todos os oficiais de sapateiro deveriam estar alistados na mesma para serem examinados, revela ainda outra faceta deste universo e que pode possuir desdobramentos nas filiações religiosas dos oficiais.

No Rio de Janeiro, a julgar pelo que dispõe o regimento, é possível que a Irmandade de S. Crispim e S. Crispiniano buscasse estabelecer certo controle sobre os surradores por meio do processo de “examinação” (avaliação), já que a norma estipulava que os oficiais que não pudessem ser membros da Irmandade, como no caso dos surradores, poderiam ser examinados sob certas circunstâncias.

Por outro lado, é provável que esses oficiais procurassem outro – ou outros – espaço (s) de inserção social, fundando, ou inserindo-se em outra(s) irmandade(s). Essa poderia ser uma via plausível mesmo para oficiais filiados à Irmandade de S. Crispim e S. Crispiniano, porém, menos proeminentes tanto em termos materiais, quanto no que concernia a sua atuação na mesma. Lançando mão da estratégia de criarem ou inserirem-se em outras irmandades, é provável que tenham forjado novos espaços sociorreligiosos com maiores possibilidades de atuação (VIANA, 2007).

## O conflito entre a Irmandade e a Câmara entre continuidades e descontinuidades

Por cerca de cinco décadas (pelo menos, c.1764 a c.1820) verifica-se um conflito entre a Irmandade de S. Crispim e S. Crispiniano – sobretudo levado a cabo pelo juiz do ofício e pelo escrivão do ofício de sapateiro – e a Câmara, sendo levado à frente, ao longo dos anos, pelos membros sucessores da Irmandade. Este quadro diz respeito à venda ambulante de calçados, comércio que a Irmandade tentava impedir. Afinal, seus oficiais trabalhavam de acordo com uma estrutura de organização e regulamentação impostas por ela e pela Câmara, algo que implicava gastos<sup>17</sup>.

O “ponto nevrálgico” do conflito girou em torno de um termo feito pela Irmandade em 1764, para aprovação pela Câmara. O termo pleiteava que fosse proibida a venda ambulante de calçados, pois, de acordo com o documento, eram os escravos oficiais de sapateiros quem vendiam “obras imperfeitas” pelas ruas, a mando de seus senhores. Mediante este argumento, prescreve-se a proibição do exame de pardo ou preto cativo<sup>18</sup>.

Apesar de alcançarem a validação do termo pela Câmara, em 1770, no decurso dos anos, esses oficiais de sapateiro não alcançaram o êxito esperado. Muitas vezes, eram os próprios vereadores quem impunham obstáculos ao cumprimento da norma.

A elaboração deste documento pela Irmandade, assim como a tentativa de fazê-lo cumprir ao longo dos anos, contendendo com a Câmara insere-se num quadro maior de transformações pelas quais a cidade do Rio de Janeiro vinha passando.

Em 1763 – apenas um ano antes da elaboração do termo – a cidade passou a ser sede do Vice-Reinado e capital (CAVALCANTI, 2004: 218), demonstrando sua crescente e inequívoca importância nos quadros do Império português (FLORENTINO, FRAGOSO, 2001: 74-79). À crescente importância da cidade em termos políticos, econômicos e culturais, soma-se considerável aumento populacional, inclusive com a vinda de Portugal, de artífices de várias categorias das atividades mecânicas. Tal conjuntura produziu reflexos na configuração dos ofícios mecânicos, havendo um incremento em sua estrutura organizativa, em resposta ao aumento da demanda por serviços artesanais (MARTINS, 2008, 72). Não sem razão, aumentou, igualmente, o fluxo de escravos para a cidade (CAVALCANTI, 2005: 18; ALENCASTRO, 2000: 31, 34) e a estrutura dos ofícios mecânicos, por conseguinte, também requiritava uma maior demanda de escravos. Neste sentido, a conjuntura de uma cidade que crescia provocava reflexos na configuração dos ofícios mecânicos no Rio de Janeiro. A Irmandade de S. Crispim e S. Crispiniano procurava responder aos seus efeitos buscando normatizar cada vez mais o ofício de sapateiro, contendendo com a Câmara quando julgava necessário.

Pouco mais tarde, em 1808, o Rio de Janeiro recebeu a Corte portuguesa, marcando o início de um processo instaurador de grandes mudanças na configuração do Império português (IPANEMA, 2008; SCHULTZ, 2008, dentre outros). Esta nova configuração

afetou, igualmente, o mercado varejista, especialmente aquele relacionado à produção dos ofícios mecânicos. No plano econômico, a abertura dos portos permitiu uma enxurrada de variados produtos que abarrotavam a cidade. Desnecessário dizer que isso representava uma concorrência direta com os confrades sapateiros da Irmandade de S. Crispim e S. Crispiniano.

Mas não era só na política ou na economia que as modificações se revelavam. Igualmente se faziam sentir social e culturalmente. Afinal, como diz Mary Del Priore,

a rápida intensificação do processo de urbanização, o aumento populacional e a passagem de uma economia fechada para uma aberta se fizeram acompanhar de reflexos nos mais variados grupos sociais. A massa anônima, independentemente da aparente pobreza com que era vista por estrangeiros, traduzia movimento, trabalho e esforço (PRIORE, 2008: 69).

Apesar de todas as mudanças econômicas, políticas e culturais, ao analisarmos o conflito entre a Irmandade de S. Crispim e S. Crispiniano e a Câmara a partir da segunda metade do século XVIII e as duas primeiras décadas do XIX, não podemos prescindir da análise da permanência de valores e códigos do Antigo Regime adaptados a uma sociedade escravista e hierárquica que ainda os levava em conta (FLORENTINO; FRAGOSO, 2001), refletindo “o amálgama peculiar entre *continuidades e descontinuidades*” (COSTA, 2006).

Na esteira do conflito entre a Irmandade de S. Crispim e S. Crispiniano e a Câmara, desde o início chama atenção a constante atualização, por parte dos confrades, da restrição à estrutura do ofício de sapateiro aos “pretos e pardos cativos”<sup>19</sup>. Para isso, de modo geral, e ao longo dos anos, recorriam ao já mencionado Termo de 1764.

A Irmandade de S. Crispim e S. Crispiniano do Rio de Janeiro foi identificada por Mary Karasch como uma irmandade de pardos (KARASCH, 2000: 134). No entanto, até o momento não encontrei evidências de que os confrades se identificavam, ou eram identificados como pardos<sup>20</sup>. Sabemos, contudo, em relação a quais elementos os confrades contrastavam: escravos, “pretos” e “pardos”, estes últimos aceitos na Irmandade mediante as ressalvas de serem forros e livres, respectivamente.

Mediante um indício documental – já que nos faltam informações acerca da composição social da Irmandade e sobre as possíveis classificações de seus membros –, é plausível supor que os sapateiros que proibiam a entrada de cativos nos seus quadros, mas que permitiam o ingresso de “pretos forros” e “pardos livres”, fossem considerados – ou pelo menos se considerassem – brancos<sup>21</sup>.

Neste sentido, importa perceber que, no século XIX, a “política da diferença”, que, segundo Larissa Viana “era o traço dominante da constituição das irmandades coloniais” (VIANA, 2007: 80-82, 167,169, 170), ainda pode ser verificada na Corte do Rio de Janeiro, na Irmandade de S. Crispim e S. Crispiniano.

Neste contexto, Beatriz Catão Cruz Santos identifica para as irmandades de S. Jorge e de S. José do Rio de Janeiro, critérios de limpeza de sangue<sup>22</sup> para ingresso. Não obstante, a presença

de cativos, além de “forros”, “pardos” e “mulatos” era verificada em ambas as confrarias. Nesse sentido, Santos destaca que os conflitos envolvendo tais elementos relacionam-se às noções de hierarquia e honra de acordo com a ordem do Antigo Regime (SANTOS, 2010).

Nesta linha de raciocínio, é válido supor que a tentativa dos confrades sapateiros de impedir a entrada de indivíduos cativos em sua confraria tivesse a ver, igualmente, com um desejo de se manterem desvinculados de uma associação direta com a escravidão. Por outro lado, os confrades da Irmandade de S. Crispim e S. Crispiniano também tentavam impedir que escravos que trabalhavam no ofício de sapateiro, pudessem ser incorporados na escala hierárquica do ofício.

Em 1770, esses confrades alcançaram da Câmara um edital para o cumprimento do termo de 1764, aquele que arbitrava contra a venda ambulante de calçados. No documento de 1770, acrescentaram ao termo que “os três aprendizes permitidos a cada Mestre [fossem] meninos brancos, ou ao menos Pardos livres e *nunca* pretos e Pardos cativos”<sup>23</sup>.

Mais tarde, ao elaborarem o Regimento dos sapateiros, em 1817, estabeleceram no 28º capítulo: “E não poderão os examinadores examinar a pardos, nem a pretos, sem que estes lhes mostrem por Certidão em como são livres e forros (...)”<sup>24</sup>.

Desta maneira, a norma que partia da Irmandade, tentava bloquear a ascensão social de cativos no interior da regulação do ofício de sapateiro, buscando manter esses elementos apenas como força de trabalho complementar (LIMA, 1997: 36, 37).

No correr da longa contenda envolvendo a Irmandade e a Câmara contra a venda ambulante de calçados, os sapateiros filiados à Irmandade não cansam de denunciar aqueles que – alugando ou possuindo escravos – os colocavam para vender calçados pelas ruas, fugindo por completo da ingerência normativa da Irmandade.

A venda ambulante não era problema exclusivo da Irmandade de S. Crispim e S. Crispiniano. Beatriz Catão Cruz Santos ressalta a tentativa de proibição deste tipo de comércio pelos confrades da Irmandade de São José, que reunia pedreiros, carpinteiros, marceneiros e canteiros. Santos destaca que as súplicas dos marceneiros reclamavam a “mesma atenção” com relação ao “benefício dos sapateiros em dois de abril de 1813” (SANTOS, 2010), um Aviso Régio que proibia o comércio ambulante de calçados<sup>25</sup>. Isto evidencia que os artífices na cidade do Rio de Janeiro não estavam alheios uns aos outros na luta pela manutenção da estrutura monopolista ensejada pelas irmandades de ofícios.

Mas o escravo colocado no ganho diário como jornaleiro, vendendo pelas ruas, era apenas parte do problema enfrentado pelos confrades da Irmandade de S. Crispim e S. Crispiniano. Em 1780, José da Silva, Manoel Francisco e outros “sapateiros examinados” representaram-se à Câmara, advogando *a favor* da venda de calçados pelas ruas. Ou seja, iam exatamente de encontro ao que outros membros da Irmandade tentavam conseguir. Os confrades que eram contra a venda ambulante, retrucaram justamente com a menção ao termo de 1764, “*que solenemente fez a Irmandade de S. Crispim e Crispiniano [...]*”<sup>26</sup>.

Explicita-se o conflito entre os próprios oficiais de sapateiro. Assim, parte dos sapateiros da Irmandade de S. Crispim e S. Crispiniano tentava controlar o acesso ao ofício. Lutavam por enquadrar, sobretudo, aqueles que fugindo por completo da estrutura que a Irmandade forjava para o ofício, vendiam calçados e artigos do gênero pelas ruas, juntamente com seus escravos.

Esses sapateiros ambulantes provavelmente ofereciam o serviço do remendão, o que consertava, mas também fabricava calçados grosseiros. Eram também os que se imiscuíam nos trabalhos dos ofícios anexos ao de sapateiro, como o já citado caso do sapateiro Antônio José Bitencourth. As pessoas de menor condição – uma massa de pessoas livres e libertas – iam procurar-lhes os serviços.

Por outro lado, é plausível sugerir que os sapateiros que buscaram sustentar um conflito tão longo com a Câmara – amparados, sem dúvida, na estrutura organizacional da Irmandade, através de sua mesa diretora e dos juízes e dos escrivães do ofício – fizessem parte de uma “aristocracia” dos sapateiros; eram os mestres sapateiros mais proeminentes, fabricantes de calçados de luxo e que possuíam as melhores lojas, que se voltavam contra os que saíam da esfera de controle da Irmandade.

À luz dessas considerações, é possível aventar a hipótese de que as nuances de hierarquia a partir da irmandade estavam relacionadas em boa parte com a qualidade do calçado que fabricavam e com o seu público-alvo, algo que ia, de um extremo a outro, do sapateiro que vivia apenas de fabricar calçados de luxo até aquele que, muito mais do que fabricar, consertava calçados e produzia artigos afins ao ofício de sapateiro em sua modesta loja, servindo o público humilde.

Creio que poderíamos falar, nesse sentido, – ao lado de uma hierarquia dos sapateiros – em uma hierarquia dos calçados, que devia ser visível em meio ao ir e vir das pessoas pela cidade; algo que ia desde o mais nobre e bem acabado calçado, nos pés de gente da elite – mas também nos pés daqueles que buscavam se vestir como a elite –, até aqueles mais grosseiros, feitos para aguentar a lida diária, nos pés de livres e libertos pobres.

Neste contexto, o que estava em jogo para os mestres sapateiros de maior proeminência na Irmandade, era a construção ou a manutenção de uma imagem mais valorosa para esse grupo, muito embora houvesse gradações hierárquicas que emanavam a partir de seu espaço.

Tais artesãos buscavam tecer laços sociorreligiosos e de reciprocidade, laços comunitários e identitários na Irmandade de S. Crispim e S. Crispiniano, através dos quais podiam construir uma valoração social mais positiva para suas pessoas, sempre em relação ao grupo no qual estavam inseridos. Estabeleciam estrategicamente a “construção de relações socialmente úteis” (ABREU, 1992: 431), em meio às quais trabalho e religiosidade andavam juntos.

Esse grupo revestia-se de uma certa noção de honra que se ligava à concepção corporativa de mundo (MARAVALL, 1989: 46) e que repercutiu de alguma maneira na América lusa. Tal imagem positivada era tecida – para além da tentativa de dissociação em relação ao elemento escravo – a partir da valorização que envolvia a esfera de seu trabalho.

No 15º capítulo do regimento dos sapateiros do Rio de Janeiro, consta que “não poderá ser Eleito para servir os Cargos do dito Ofício aquele Oficial que não for Irmão de São Crispim, ou aquele que tiver exercitado *ocupação infame*<sup>27</sup> (...)”. Isto indica que as pessoas congregadas nessa irmandade de ofício construíam para o seu grupo uma imagem honrada e valorosa em relação a outras ocupações, conferindo um sentido positivo a respeito de seu trabalho. Em outras palavras, os confrades sapateiros colocavam-se numa posição superior em meio ao universo dos ofícios mecânicos, ou, de forma geral, em meio ao universo do trabalho na cidade.

Ou seja, num mundo marcado pela concepção de natural desigualdade entre as pessoas, no qual as noções de “impureza de sangue” e “defeito mecânico”<sup>28</sup> prestavam-se como critérios de exclusão social, certamente os confrades sapateiros estavam marcados pela pecha de mecânicos. Contudo, isto não os impedia de – no interior de uma hierarquia social mais geral, a qual delimitava aquela “divisão fundamental entre nobres e plebeus” (SCHWARTZ, 1988: 211) – situarem-se hierarquicamente num patamar superior em relação a outras ocupações exercidas na cidade do Rio de Janeiro, ou que o cargo de juiz de ofício pudesse ser definido em oposição a qualidades depreciativas. Afinal, como bem sinaliza Roberto Guedes, “do desprestígio institucional, não necessariamente segue depreciação social” (GUEDES, 2006: 383).

Na, e a partir da Irmandade de S. Crispim e S. Crispiniano, os laços de dependência e as obrigações perante o trabalho e a sociabilidade, o compartilhamento da vivência religiosa e dos auxílios materiais entre os confrades passava por um senso de comunidade marcado pelo ofício de sapateiro, em meio ao que buscavam afirmar sua “honra”, por mais desnaturalizada que esta pudesse se evidenciar, já que, em princípio, enquanto mecânicos, eles estavam relegados à desonra.

Com relação aos sapateiros alijados do núcleo de poder mais primordial da Irmandade, já foi dito que os mesmos certamente buscavam inserir-se em outras irmandades, sob o manto de outras devoções, movidos pelo mesmo desejo de serem mais atuantes e “honrados” em meio à ordenação social hierarquizada, porém não estagnada.

Essa, quem sabe, era uma possibilidade aos “pretos” e “pardos”, os quais eram aceitos como oficiais de sapateiro, sob a ressalva de serem “forros” ou “livres”, respectivamente. É bem possível, também, que esses “pretos forros” e “pardos livres” estivessem entre aqueles oficiais examinados que peticionaram à Câmara contra o juiz do ofício de sapateiro em defesa da liberdade de venderem, “ou mandar vender” suas “obras” pelas ruas.

Por outro lado, é possível imaginar que um sapateiro mais modesto – talvez um “preto forro”, ou “pardo livre” – além de fazer parte da Irmandade de S. Crispim e S. Crispiniano, buscasse, como falamos, congregar-se em outra irmandade na qual pudesse alcançar uma inserção sociorreligiosa mais significativa, mas, quando fosse o caso, lançasse mão de sua filiação à Irmandade de S. Crispim e S. Crispiniano, acionando uma valoração identitária específica, relacionada a esta instituição.

Creemos, portanto, que é hora de relativizar a desvalorização social dos sapateiros, como alguns autores sustentam (BOXER, 2002: 24; LIMA, 2007 apud FALCI, 2008: 334, 335). Antes das afirmações por demais generalistas, é preciso analisar de perto a configuração dos ofícios mecânicos em cada localidade, além dos caminhos, escolhas e estratégias de inserção social proporcionadas pela intensa e plural sociabilidade emanada pelas irmandades leigas relacionadas a estes trabalhadores artífices.

Falta-nos, por hora, uma pesquisa mais aprofundada investigando nominalmente esses indivíduos nas fontes paroquiais, como os registros de testamentos e óbitos, os quais podem ajudar a descortinar os vínculos do trabalho ao das filiações religiosas nas irmandades.

### **Jurisdicionalismo e liberalismo no século XIX**

A documentação disponível no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, produzida em decorrência do conflito envolvendo a Irmandade de S. Crispim e S. Crispiniano e a Câmara, é bastante significativa quanto às práticas governativas, administrativas e os dispositivos legais do Império português.

Em despacho da postura de 25 de junho de 1771, os vereadores mostram claramente sua posição contrária aos confrades sapateiros, decidindo proibir a venda ambulante de calçados apenas aos oficiais que não tivessem sido examinados e aprovados (tanto na instância que competia à Irmandade de S. Crispim e S. Crispiniano, quanto na que competia à Câmara)<sup>29</sup>.

Nesta contenda judicial, os sapateiros foram indeferidos e, apesar de, em 1780, terem encontrado posição mais favorável junto aos vereadores, conseguindo da Câmara um mandato para o cumprimento do termo de 1764<sup>30</sup>, mesmo assim, não conseguem fazê-lo cumprir.

Os trâmites legais em que transcorre o conflito envolvendo a Irmandade de S. Crispim e S. Crispiniano e a Câmara do Rio de Janeiro, entre a segunda metade do século XVIII e as duas primeiras décadas do XIX, se dá no interior de uma lógica jurisdicionalista.

Dentro deste contexto, a Irmandade e a Câmara divergiam entre si, porém orientados por uma concepção através da qual cada parte agia em prol da manutenção de uma ordem divina preestabelecida, mediante um “dispositivo institucional capaz de satisfazer grande parte das necessidades da vida colectiva”, sem necessidade, a priori, de intervenção da Coroa (CARDIM, 2005: 53).

A Irmandade de S. Crispim e S. Crispiniano possuía certa margem de autonomia para estabelecer normas que se prestavam a guiar a vida desta coletividade, como a elaboração de compromissos e do regimento do ofício. Mesmo que sua atuação na elaboração destas normas dependesse da confirmação real, e que houvesse uma complementação entre o seu poder de intervenção e o poder de intervenção da Câmara – hierarquicamente superior –, como era o caso na regulação do ofício de sapateiro, a Irmandade não se furtava a evocar o Termo de 1764 como a sua “Lei”. Os confrades ressaltam que a mesma tinha sido aprovada

pela Câmara, mas, sobretudo, devia-se “guardar e observar como coisa acordada entre eles”, “Oficiais e Irmãos daquela Irmandade e Ofício de Sapateiro”<sup>31</sup>.

No caso, os membros da Irmandade que moviam a contenda contra a Câmara, sabiam que era legítimo invocar uma autoridade política centrada em seu poder normativo, ou seja, numa norma elaborada entre eles (o Termo de 1764) e que havia sido aprovada e publicada pela Câmara.

Em resposta, a Câmara demarca sua autoridade política hierarquicamente superior afirmando que os confrades sapateiros não possuíam

jurisdição para fazerem Estatutos respectivos ao seu ofício, ainda que seja para se executarem entre eles mesmos [...], a quem [Câmara] privativamente tocam todas as providências respectivas ao Ofício dos Agravantes<sup>32</sup>.

A contenda entre a Irmandade e a Câmara continuou até 1821, até onde pude acompanhar. Neste sentido, importou perceber a maneira pela qual os confrades sapateiros se moviam, buscando alcançar seus interesses, dispendo dos mecanismos e das práticas governativas, administrativas e dos dispositivos legais emanados pelo Império português.

Como exemplo, ao passo que contendiam com a Câmara, esses sapateiros buscavam outros canais de atuação, como a súplica direta ao príncipe regente. Numa dessas súplicas, em 8 de julho de 1821, Joaquim José Gomes, Francisco de Azevedo e “outros Mestres Sapateiros” da Corte representaram-se ao príncipe regente contra a concorrência estrangeira, argumentando que o calçado produzido pelos sapateiros da Corte resulta numa “maior fortuna dos *Vassalos Portugueses em geral*”. Imploraram a “Soberana Bondade” do príncipe e a proibição da importação e venda de “toda e qualquer obra pertencente àquele Ofício”, seja ela “importada por Franceses, e Ingleses, quer por outra Nação *sedenta do ouro Português*”. Na mesma representação ao príncipe, esses sapateiros referem-se a si mesmos como uma “Classe Social tão útil, como necessária”, na justificativa para subirem o apelo ao regente<sup>33</sup>.

A segunda década do século XIX exacerba alterações importantes no que diz respeito às concepções políticas na cidade do Rio de Janeiro (SCHULTZ, 2008). Dentro deste contexto, as classes populares não estavam alijadas desse processo, além de possuírem um canal de vinculação ao soberano enquanto vassalos, algo que era estimulado pelo próprio monarca (Idem: 232).

Na representação dos sapateiros ao príncipe regente, destaca-se – além do fato de serem artífices invocando uma estima social relacionando-a ao seu trabalho –, justamente, que os sapateiros reforcem sua pertença ao Império, relacionando o produto de seu trabalho (calçados) a uma maior fortuna dos “Vassalos Portugueses em geral”, considerando-se “úteis” e “necessários” para a economia imperial.

Pelo exposto, já é hora de conferirmos atenção especial aos personagens “subalternos”, àqueles que, em teoria, estavam relegados à desonra e à desqualificação em meio a uma sociedade escravista calcada em princípios hierarquizantes, como era o caso do Rio de Janeiro.

Aqui proponho pensar em sapateiros congregados numa irmandade que realizam escolhas e atuam politicamente, dispondo, com conhecimento de causa, dos mecanismos legais que partiram de Portugal. Esses confrades sapateiros encontram-se a todo o momento negociando, seja com a Câmara, seja com o rei, mediante os canais institucionais de que dispunham e de acordo com os seus interesses.

O que é digno de atenção, neste caso, é – não obstante a assimetria hierárquica entre vereadores e sapateiros – o traçado de uma estratégia política ao longo de décadas por parte desses oficiais mecânicos. Eles conseguiram, por vezes, sucesso em seus intentos (mandados, editais, Aviso Régio), não só pleiteando o que desejavam frente ao rei, mas também suplicando aos vereadores. São governados, subalternos, desonrados que, por vezes, como que invertem os preceitos hierárquicos e conseguem, de certo modo, interferir e modificar a atuação dos governantes, negociando com eles.

Na tentativa de alcançarem seu intento, os confrades sapateiros reforçavam um discurso que evocava o *bem comum*, na medida em que o espaço extradoméstico era o próprio âmbito da jurisdição (CARDIM, 2005: 55).

Por outro lado, nos idos da segunda década do século XIX, a lógica de argumentação dos vereadores parece mudar. Estes passam a defender abertamente o livre comércio de calçados contra a estrutura monopolista da Irmandade de S. Crispim e S. Crispiniano. No interior do acalorado debate político da segunda década do século XIX, a posição de uma elite camarária composta, em boa parte, por mercadores (FLORENTINO; FRAGOSO, 2001: 80) que defendiam – agora abertamente – o livre comércio de calçados pelas ruas da cidade, aponta no sentido de que estes vereadores estivessem empenhados numa dinamização do comércio interno, adotando, para isto, medidas de cunho liberal.

Em meio a esse debate político mais amplo, estava José da Silva Lisboa – futuro visconde de Cairu, influente político da época e ferrenho defensor das ideias liberais –, o qual se opunha frontalmente às irmandades enquanto gestoras da produção e do comércio mobilizado pelos oficiais mecânicos. Em minha dissertação de mestrado, pude demonstrar que havia consonância entre as ideias liberais de Silva Lisboa e o discurso camarário, que ia de encontro às pretensões dos sapateiros (SIQUEIRA, 2011: 86-88). Portanto, esses ideais liberais adaptados à conjuntura brasileira, estavam encontrando receptividade junto aos vereadores, membros de uma elite mercantil que continuava a personificar os valores do Antigo Regime a partir da hierarquização socioeconômica (FLORENTINO; FRAGOSO, 2001: 231-234).

À Irmandade de S. Crispim e S. Crispiniano restava o argumento de que a mesma era “formalizada em benefício de todos os Irmãos e bem comum dos Povos”<sup>34</sup>, os confrades sapateiros procuravam defender uma das razões de ser da instituição da qual faziam parte, uma irmandade que buscava controlar o ingresso dos oficiais na atividade, bem como a produção e comercialização deste setor. Em outras palavras, era contra essa intervenção

liberalizante dos vereadores que os sapateiros vinculados à Irmandade de S. Crispim e S. Crispiniano procuravam preservar a estrutura monopolista ensejada a partir da mesma e que encontrava sua legitimação de acordo com a explicação corporativa do mundo, por mais que esta representação social estivesse já profundamente transformada.

Por outro lado, não obstante as transformações sociais, políticas, econômicas, culturais e no campo das ideias (iluminismo, liberalismo) que o período entre meados do século XVIII e as primeiras décadas do XIX apresentou, havia uma continuidade no que tange às práticas governativas e administrativas levadas a cabo na América Portuguesa.

Ao fim e ao cabo, a “lógica do contencioso jurídico” imperou durante todo o conflito em análise, permitindo que o mesmo transcorresse por décadas. A “práxis” jurisdicionalista ainda era a chave mestra para sua resolução, evidenciando uma “peculiar elasticidade” (CARDIM, 2005: 64); no entanto, moldava-se, ou ressignificava-se a novas concepções políticas. Essa “cultura política de Antigo Regime” (Idem: 61), ainda fazia sentido na década de 1820, porém adaptou-se aos novos tempos. As mudanças inerentes ao período não significaram, por hora, a extinção desta dinâmica administrativa.

Mais que um discurso veementemente enfatizado em defesa de uma instituição tradicional, para os confrades sapateiros, era todo um sistema socioeconômico que ruía. Neste sentido, a historiografia ainda carece de pesquisas de fôlego que estudem detidamente o importante papel das irmandades de ofício enquanto fontes credoras. Contudo, fato é que as práticas econômicas, bem como a própria concepção de uma economia que englobava, para além do ganho ou do lucro, os longos anos de aprendizagem no ofício, a preocupação com a qualidade das obras e uma intensificação das relações pessoais e de proximidade entre os confrades, com a clientela e para com aquelas pessoas para quem as irmandades emprestavam dinheiro, estavam entrando em colapso diante do processo de acumulação da elite mercantil (MARTINS, 2008: 135).

Mesmo assim, há que se ter cautela em afirmar uma decadência das irmandades de ofício, nomeadamente nas duas primeiras décadas do século XIX. Se é verdade que a esta época grande parte das operações que envolviam a concessão de crédito estavam nas mãos de homens de negócios (Idem: 141, 142), por outro lado, as irmandades de ofício continuaram atuando como credoras para pessoas que faziam parte do círculo de relações sociorreligiosas desses confrades, algo que encontrava-se diretamente relacionado com o trabalho que realizavam.

Legalmente, o complexo vínculo entre ofícios mecânicos e irmandades foi extinto com a Constituição outorgada em 1824. Como vimos, o debate em torno das irmandades de ofícios, e sua ingerência sobre o comércio vinculado à produção artesanal, era polêmico e perdurou até a sua extinção pela letra da lei. Desta forma, ao falarmos na “decadência” dessas instituições, não podemos minimizar o fato de que elas atuaram politicamente em favor da manutenção de suas prerrogativas – por vezes obtendo êxito – até o dia em que, pelo

menos legalmente, elas deixam de existir. Isso é o que deixa transparecer o conflito entre a Irmandade de S. Crispim e S. Crispiniano e a Câmara.

Outra questão é o fato de que a uma extinção sancionada pela lei, não necessariamente corresponde – na prática cotidiana – o desaparecimento dos vínculos estreitos entre artífices e suas filiações religiosas relacionadas ao universo do trabalho. Há que se investigar a esse respeito, e acerca de suas implicações no universo dos ofícios mecânicos, em momento posterior a 1824. Quer dizer, será que, após essa data, desaparece por completo o vínculo entre os artífices e as irmandades que tradicionalmente congregavam esses oficiais? Ou será que há um rearranjo – possivelmente extraoficial – de forma que ainda se verifiquem nexos sociorreligiosos e profissionais sob outra roupagem? Afinal, a tradição não se extingue de todo, pois a prática da mestrança e do aprendizado no interior das oficinas ainda permanece (Idem: 150). Estas são questões que ainda merecem investigação mais detalhada.

## Notas

1 - Doravante, AGCRJ.

2 - AGCRJ, códice 50-1-12, (documentos sobre ofícios de juízes e escrivães de sapateiros, 1813-1827); 46-4-45 (classes de ofícios, 1792-1802/1813-1820).

3 - Espécie de processo judicial. Cf. AGCRJ; códice 50-1-11(sapateiros, autos, 1771-1772).

4 - Era em torno da proteção dos santos que estavam relacionadas as atividades referentes aos ofícios mecânicos.

5 - Pelo menos, de 1764 a 1886, a Irmandade abrigou-se nesta igreja. Cf. AGCRJ, códice 50-1-11, op. cit.; códice 50-1-12, op. cit.; ACMRJ, Relatório Paroquial, notação 35, v. 1(documentação relativa aos festejos em diversos templos da cidade).

6 - Cf. Arquivo Nacional (doravante AN), códice 773 (Regimento do Governo econômico da Bandeira e ofício de sapateiro do Rio de Janeiro, 1817).

7 - Cf. AGCRJ, códice 50-1-12, op. cit., fls. 5 a 7 v.

8 - Idem, fsl. 17-32.

9 - Cf. AN, códice 773, op. cit., esp. fls. 11v, 12. Ênfases minhas.

10 - Eram, inclusive, “os Irmãos da mesa da Irmandade” que elegiam o juiz do ofício e o escrivão do ofício de sapateiro. Cf. AN, códice 773, op. cit., fl. 1v.

11 - O juiz do ofício era encarregado de cuidar da regulação do ofício de sapateiro, de acordo com a norma estabelecida pela Irmandade, como a fiscalização das lojas e o procedimento de “exame” dos oficiais, em consonância com a atuação da Câmara. Cf. AGCRJ, códice 50-1-12, op. cit., fls. 7v, 8 e 9.

12 - As irmandades, em geral, possuíam uma mesa administrativa, composta por vários cargos. No

caso da Irmandade de S. Crispim e S. Crispiniano do Rio de Janeiro, no período em questão, sua mesa compunha-se, pelo menos, por “escrivão da mesa” e tesoureiro, além do juiz de ofício e do escrivão de ofício. Certamente, havia outros cargos, mas não os encontramos mencionados nos estatutos. Cf. AN, códice 773, op. cit., fl. 4 v; AGCRJ, códice 50-1-12, op. cit., fl. 25.

13 - Cf. AGCRJ, códice 50-1-12, op. cit. O procedimento do exame e o documento conhecido como “carta de exame” atestavam a capacidade do oficial para exercer determinada atividade mecânica.

14 - AGCRJ, códice 50-1-12, op. cit., fls. 34 e 34 v. Ênfase minha.

15 - Cf. tabela oferecida por Carlos Alberto Medeiros de Lima. *Pequenos patriarcas: pequena produção e comércio miúdo, domicílio e aliança na cidade do Rio de Janeiro (1786-1844)*. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, Tese de Doutorado em História, 1997, 2 vols.

16 - AN, códice 773, op. cit., fl. 7 v. Ênfases minhas.

17 - Cf. AGCRJ, códices 50-1-11, op. cit.; 50-1-12, op. cit.; 46-4-45, op. cit., fls. 16, 16 v, 19-21 v, 40.

18 - O termo encontra-se transcrito integralmente em: AGCRJ, códice 50-1-12, op. cit., fls. 5-7 v.

19 - Com relação às categorias classificatórias como “crioulo”, “preto” e “pardo”, Cf. MATTOS, Hebe Maria. “A escravidão moderna nos quadros do Império português: o Antigo Regime em perspectiva atlântica”. In: BICALHO, M; FRAGOSO, J; GOUVÊA, M. F. *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, pp. 141-162, esp. pp. 154, 155; VIANA, op. cit., 2007.

20 - Mary Karasch baseia-se num documento que, segundo ela, contém “assinaturas de pardos”. A referência é: AN, caixa 289, pacote 2, documento 23 (1809). Cf. o já citado trabalho da referida autora.

21 - Cf. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, códice 7,4,4: “Relação Geral de todos os Oficiais examinados, que se acham trabalhando ao Público com Lojas abertas dos diferentes Ofícios mecânicos existentes nesta Cidade, até ao princípio do presente ano de 1792.” O documento apresenta uma listagem com os nomes de vários oficiais examinados, de acordo com o ofício que exerciam, no ano de 1792. Os 28 sapateiros cujos nomes aparecem transcritos não têm ao lado de seu nome nenhuma especificação de cor/condição social vinculada à escravidão ou que aludisse ao passado escravo. Portanto, dada esta ausência, é de se supor que os sapateiros que foram examinados em 1792 se considerassem e fossem considerados como brancos.

22 - Os estatutos de pureza de sangue surgem na Península Ibérica no século XV, criando impedimentos aos judeus e mouros. Posteriormente, foram incorporados neste rol os cristãos-novos, ciganos e indígenas (século XVI) e negros e mulatos (século XVII). Para Portugal, Fernanda Olival apontou que foi a partir da década de 1570 que tais estatutos iriam criar obstáculos à ascensão social da elite de judeus conversos, ou cristãos-novos. Cf. VIANA, op. cit.; OLIVAL, Fernanda. “Juristas e mercadores à conquista das honras: quatro processos de nobilitação quinhentistas”. In: *Revista de História Econômica e Social*, nº 4, 2ª série, Lisboa: Âncora, 2002, p. 7-53, esp. p. 43.

23 - Cf. AGCRJ, códice 50-1-12, op. cit., fl. 11. Ênfase minha.

24 - Cf. AN, códice 773, op. cit., fl. 7.

25 - Cf. AGCRJ, códice 50-1-12, op. cit., fls. 19v, 20.

26 - AGCRJ, códice 39-4-48: “Auto de apelação e agravo de Manoel Francisco da Silva e outros do ofício de sapateiro, novembro de 1780, série B. Ênfase minha.

27 - Cf. o significado da palavra nos seguintes dicionários da época: BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico ...* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712 – 1728, p. 120, v. 4. Disponível em [www.brasiliana.usp.br](http://www.brasiliana.usp.br), acesso em 11/2010; SILVA, Antonio Moraes. *Diccionario da língua portugueza - recompilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado*, por ANTONIO DE MORAES SILVA. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813, p. 155, v. 2. Disponível em [www.brasiliana.usp.br](http://www.brasiliana.usp.br), acesso em 11/2010. A referência do regimento é: AN, códice 773, op. cit., fl. 4. Ênfase minha.

28 - Larissa Viana salienta que o qualificativo de “defeito mecânico” era uma “distinção de caráter aristocrático” que discriminava aqueles que exerciam ou descendiam de trabalhadores mecânicos. Cf. VIANA, op. cit., p. 52.

29 - AGCRJ, códice 50-1-11, op. cit., fl. 21.

30 - AGCRJ, códice 50-1-12, op. cit., fls. 9v, 10.

31 - AGCRJ, códice 50-1-11, op. cit., fl. 18.

32 - Idem, f. 22, 22v. AGCRJ, códice 50-1-12, op. cit., fls. 19 v, 20.

33 - BN, Manuscritos, códice II-34, 26, 21: Sapatos-Indústria; representação feita por Joaquim José Gomes.

## Referências Bibliográficas

ABREU, Laurinda Faria dos Santos. “Confrarias e irmandades: a santificação do quotidiano”. In: SANTOS, Maria Helena Carvalho dos (coord.). *VIII Congresso Internacional A Festa*. Lisboa: Sociedade Portuguesa de Estudos do século XVIII, 1992. v. 2, p. 429-440.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BICALHO, M. F.; FRAGOSO, J.; GOUVÊA, M. F. (orgs.). *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

BOSCHI, Caio César. *Os leigos e o poder*. Irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais. São Paulo: Ática, 1986.

BOXER, Charles R. *O império marítimo português (1415-1825)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CAETANO, Marcelo. “A antiga organização dos mesteres da cidade de Lisboa”. In: LANGHANS, F. P. *As corporações dos ofícios mecânicos: subsídios para a sua história*. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, 1943.

CARDIM, Pedro. “‘Administração’ e ‘governo’”: uma reflexão sobre o vocabulário do Antigo Regime. In.: BICALHO, M. F.; FERLINI, V. L. *Modos de governar: ideias e práticas políticas no império português, séculos XVI ao XIX*. São Paulo: Alameda, 2005, pp. 45-68.

CAVALCANTI, Nireu. *O Rio de Janeiro setecentista: a vida e a construção da cidade, da invasão francesa até a chegada da Corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

- COSTA, Wilma Peres. O Império do Brasil: dimensões de um enigma. Almanack Braziliense, Universidade de São Paulo, v. 01, n.01, p. 1-17, 2006.
- FALCI, Miridan Britto. "A escravidão no tempo de D. João". In.: IPANEMA, R. M. de. *D. João e a cidade do Rio de Janeiro: 1808-2008*. Rio de Janeiro: IHGB, 2008, pp. 325-344.
- FLEXOR, Maria Helena Ochi. *Oficiais mecânicos na cidade do Salvador*. Salvador: Prefeitura Municipal do Salvador/ Departamento de Cultura/Museu da Cidade, 1974.
- FLORENTINO, Manolo. *Em costas Negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro: séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- FRAGOSO, João. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia*. Rio de Janeiro, c. 1790-c. 1840. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- GARRIGA, Carlos. "Orden Jurídico e Poder Político em el Antigo Régimen". In: *Istor IV (16)*, p. 13-44, 2004. Disponível em: [www.istor.cide.edu/istor.html](http://www.istor.cide.edu/istor.html). Acesso em 17 de out. 2010.
- GUEDES, Roberto. "Ofícios mecânicos e mobilidade social: Rio de Janeiro e São Paulo (sécs. XVII-XIX)". In: *Topoi: Revista de História*. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ/Letras, 2006, vol. 7, nº 13, jul-dez, 2006, p. 379-423.
- HESPANHA, A. M.; XAVIER, A. B. "A representação da sociedade e do poder". In: HESPANHA, António Manuel. (coord.); MATTOSO, J. (dir.). *História de Portugal: o Antigo Regime (1620-1807)*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993, v. IV, p. 120-155.
- IPANEMA, Rogéria Moreira de (org.). *D. João e a cidade do Rio de Janeiro (1808-2008)*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, 2008.
- KARASCH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- LANGHANS, F. P. *As corporações dos ofícios mecânicos: subsídios para a sua história*. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, 1943.
- LIMA, Carlos Alberto Medeiros. *Pequenos patriarcas: pequena produção e comércio miúdo, domicílio e aliança na cidade do Rio de Janeiro (1786-1844)*. Tese de Doutorado - UFRJ/IFCS, Rio de Janeiro. 1997.
- MARAVALL, José Antonio. *Poder, honor y elites em el siglo XVII*. Madrid: Siglo XXI, 1989.
- MARTINS, Mônica de Souza Nunes. *Entre a cruz e o capital: as corporações de ofícios após a chegada da família real (1808-1824)*. Rio de Janeiro: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro/Garamond, 2008.
- MESQUITA, António. *Os sapateiros no contexto económico, político e religioso do Reino*. São João da Madeira: Câmara Municipal de São João da Madeira, 1996.
- PRIORE, Mary Del. "Cotidiano, permanências e rupturas no Rio de Janeiro à época da chegada da família real". In.: IPANEMA, R. M. de. *D. João e a cidade do Rio de Janeiro: 1808-2008*. Rio de Janeiro: IHGB, 2008, pp. 67-80.
- SANTOS, Beatriz Catão Cruz. *O corpo de Deus na América: a festa de Corpus Christi nas cidades da América Portuguesa, século XVIII*. São Paulo: Annablume, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Cantos Comuns: ofícios, irmandades e vilancicos no Rio de Janeiro do século XVIII*. Projeto de pesquisa apresentado à Fundação Biblioteca Nacional. Janeiro de 2007.
- \_\_\_\_\_. "The Feast of Corpus Christi: Artisans Crafts and Skilled Trades in Eighteenth-Century Rio de Janeiro". In: *The Americas*. October 2008, 193-216.
- \_\_\_\_\_. "Irmandades, oficiais mecânicos e cidadania no Rio de Janeiro do século XVIII". *Varia História*, 26(43): 131-153, jun. 2010.
- \_\_\_\_\_. "Vidas quase anônimas: Os oficiais mecânicos, as irmandades de ofício e o Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro". In.: *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, n.6, 2012, p.39-59.
- SIQUEIRA, Mariana Nastari. *Entre o signo da mudança e a força da tradição: o conflito entre a Irmandade de S. Crispim e S. Crispiniano dos sapateiros e a Câmara, Rio de Janeiro, c. 1764- c. 1821*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2011.
- SCHULTZ, Kirsten. *Versalhes tropical: Império, monarquia e a Corte real portuguesa no Rio de Janeiro, 1808-1821*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- VIANA, Larissa. *O idioma da mestiçagem: as irmandades de pardos na América Portuguesa*. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2007.

Recebido em 27/04/2013



# Análise das hipóteses sobre a origem da Capoeira por meio da etimologia ou de especulações sobre o vocábulo capoeira

## *An analysis of the hypotheses about the origin of Capoeira by means of the etymology of the word “capoeira” or speculations on it*

Ricardo Martins Porto Lussac  
Bolsista de Doutorado do CNPq  
PROPED – Universidade do Estado do Rio de Janeiro  
ricardolussac@yahoo.com.br

### RESUMO:

No campo da Capoeira, no intuito de desvendar a origem do jogo-luta, pesquisadores de diferentes áreas formularam um razoável número de hipóteses baseadas em especulações, e na concepção e definição da etimologia do termo *capoeira*. Isto fez aumentar os discursos divergentes sobre a origem desta prática corporal durante um longo período. Por um bom tempo, a maioria das pesquisas sobre a origem da Capoeira partiu da análise da etimologia do próprio vocábulo que nominou a prática. Este estudo teve como objetivo estudar a etimologia do vocábulo *capoeira* pelo viés da origem do jogo-luta da Capoeira. Foi possível constatar a complexa diversidade terminológica do vocábulo estudado. Também foi verificado que o Rio de Janeiro não foi somente o palco no qual surgiu a Capoeira, mas, inclusive, foi o local onde a prática corporal do jogo e luta denominada Capoeira começou a ser conhecida e nominada como tal.

**Palavras-chave:** capoeira; etimologia; Rio de Janeiro.

### ABSTRACT:

*In the field of Capoeira, in an attempt to unmask its origin, researchers from different areas have formulated a reasonable number of hypotheses based on speculation and the conception and definition of the etymology of the term capoeira. This caused an increase in divergent discourses on the origin of this body practice for a long period of time. For a good while, the majority of research on the origin of Capoeira was based on the analysis of the etymology of the word that gave the practice its name. This aim of this study was to study the etymology of the word capoeira through the lens of the origin of the Capoeira game-fight. The complex terminological diversity of the word was ascertained, as was the fact that Rio de Janeiro was not only the setting in which Capoeira arose, but also the place where the practice of the game-fight called Capoeira started to be known and termed as such.*

**Keywords:** capoeira; etymology; Rio de Janeiro.

No campo da Capoeira, no intuito de desvendar a origem do jogo-luta, pesquisadores de diferentes áreas formularam um razoável número de hipóteses baseadas em especulações, e na concepção e definição da etimologia do termo *capoeira*. Isto fez aumentar os discursos divergentes sobre a origem desta prática corporal, o que fez com que este artigo, conseqüentemente, abordasse alguns autores, assemelhando sua narrativa a uma revisão de literatura.

Durante um longo período, a maioria das pesquisas sobre a origem da Capoeira partiu da análise da etimologia do próprio vocábulo que nominou a prática: *capoeira*. Existem discussões e diferentes posições dos pesquisadores, referentes às interpretações etimológicas do referido vocábulo, e do próprio termo e emprego da mesma, que é encontrada em documentos a partir do final do século XVI (ARAÚJO, 2005).

É comum que autores afirmem que as capoeiras, terreno de mato ralo ou cortado, eram o local no qual a luta Capoeira era treinada, praticada ou mesmo onde aconteciam os combates dos escravos fujões ou quilombolas com os capitães do mato. Estas hipóteses estão ligadas ao vocábulo *capoeira* em seu sentido e significado como *mato*. Geralmente tais linhas de pensamento iniciam seus argumentos pelas primeiras aparições do vocábulo, como se pode verificar com o sociólogo João Lyra Filho e logo após Manoel Cordeiro Lima:

Waldeloir Rego reabriu o assunto no seu erudito ensaio socioetnográfico sobre a capoeira de Angola. Suas pesquisas levaram-no a afirmar que “o vocábulo capoeira foi registrado pela primeira vez em 1712, por Rafael Bluteau, seguido por Moraes em 1813, na segunda e última edição que deu em vida de sua obra”. De então por diante, acrescenta, o vocábulo “entrou no terreno da polêmica e da investigação etimológica”. A primeira contribuição para o deslinde etimológico teria sido a de José de Alencar, no romance *Iracema*, editado pela primeira vez em 1865; a contribuição “foi repetida em 1870, em *O Gaúcho*, e sacramentada em 1878, na terceira edição de *Iracema*”. O romancista chamou o vocábulo capoeira o tupi *caa-apuam-era*, que significa ilha de mato já cortado (LYRA FILHO, 1973: 311).

No entanto, de acordo com Souza Vieira (2005), a primeira utilização deste vocábulo na língua portuguesa data de 1577 e foi feita por Padre Fernão Cardin (SJ), na obra “Do Clima da Terra do Brasil”, com a conotação de vegetação secundária, roça abandonada (LIMA, 2006, p. 23).

Campos reafirma quanto ao termo original capoeira, que ele se refere à mata, herdado do tupi: “Atualmente, são quase unânimes os tupinólogos em aceitarem o étimo Caá, ‘mato, floresta virgem, mais Puëra, pretérito nominal que quer dizer ‘o que foi, o que não existe mais’” (CAMPOS, 1998: 19). O autor ainda complementa com outra concepção do vocábulo, citando o dicionarista Aurélio Buarque de Holanda Ferreira: “Capoeira 2, s. f. - Terreno em que o mato foi roçado ou queimado para cultivo da terra ou para outro fim” (CAMPOS, 1998: 19). Araújo (2005: 21) cita *Histórias e tradições da Cidade de São Paulo. Vol. II (1828/1872) São Paulo, 1984, p. 738*, de Ernani Silva Bruno, no qual é possível encontrar referências ao termo capoeira com o significado de mato no Brasil colônia:

Código de Posturas da Câmara de Abrantes – Bahia. Sessão do dia 12/03/1836. Códice 5413 dos anos de 1830 a 1836.

Art. 39 - Toda a pessoa que lançar fogo as matas e capoeiras, ou em qualquer lugar, e terreno próprio para a lavoura, ainda sendo a pretexto de fazer pasto para seus animais, pagará multa de 30 mil réis e 8 dias de prisão.

Novas Posturas da Câmara de Caetité do ano de 1838 de 17/01/1738.

Art. 54 - (...) sobre poder fazer extração de lenhas e pastagens em torno das povoações, que a lei de 13/04/1738 concede como logradouro dos habitantes com a pena de 2 mil réis para venda do Conçelho, devendo entender que esta liberdade é só para cortar paus secos e nunca madeiras verdes que, estando em atual crescimento, possa servir para obras. Esta determinação não se entende naqueles matos ou capoeiras que se acham cercadas ou aforadas à Câmara (BRUNO *apud* ARAÚJO, 2005: 21; ênfases no original).

É possível localizar passagens em Lyra Filho (1973: 307-311 e 316), nas quais são constatadas várias definições do termo capoeira como prática de marginais. Lyra Filho não concordava com tais definições, achava que estas deviam ser revistas, pois não guardavam coincidência com a análise dos sociólogos. Parte do preconceito que atingia, e atinge até hoje, a Capoeira, remonta a estas análises etimológicas e definições passadas, o que só faz repensar uma maior discussão acerca da origem nominal da Capoeira, e sobre o desenvolvimento do senso comum sobre o jogo-luta através dos tempos.

Mas nem todos os autores embarcaram somente nestas definições generalizadas ou mesmo preconceituosas com relação a esta prática corporal. Na tentativa de elucidar a origem da Capoeira, outras hipóteses surgiram. Segundo Campos:

Outro argumento para o vocábulo é a existência, no Brasil, de uma ave chamada Capoeira (Odontophores Capueira-Spix) que se acha espalhada por vários estados brasileiros, além de ser também encontrada no Paraguai. “Essa ave é também chamada de Uru, uma espécie de perdiz pequena que anda em bandos e no chão”. Antenor Nascentes, em 1955, na *Revista Brasileira de Filologia*, explica que o jogo da Capoeira se liga à ave, informa que o macho da capoeira é muito ciumento e por isso trava lutas tremendas com o rival que ousa entrar em seus domínios. Concluindo que naturalmente os passos de destreza desta luta, as negaças, foram comparados com os destes homens que, na luta simulada para divertimentos, lançavam mão apenas da agilidade. Existe ainda o vocábulo português Capoeyra que significa “cesto para guardar capões” (CAMPOS, 1998: 19).

Sobre a ave Uru<sup>1</sup>, é desconhecida uma maior abordagem sobre esta hipótese relativa às pesquisas no campo da Capoeira. Após analisar a obra “Ornitologia Brasileira”, de Helmut Sick (1997), umas das maiores referências para os biólogos, médicos veterinários e principalmente ornitólogos, não foi possível encontrar nenhuma semelhança com o que Antenor Nascentes citou. Nascentes poderia até ter extraído tais considerações de outra referência e mais antiga, visto que a citada *Revista Brasileira de Filologia* foi publicada em 1955. Diferentemente, com uma perspectiva científica mais moderna, Sick descreve que o território

da ave Uru era defendido por toda a falange ou bando e não somente pelo macho apenas com ciúmes de sua fêmea, sentimento esse geralmente iniciado em época de reprodução. Poderia até acontecer que tal ciúme fosse relativo ao território, o que também não consta na bibliografia, pois “aparentemente são monógamos” como relatado por Sick (1997). As únicas correspondências seriam o seu nome científico e um dos locais de ocorrência da ave “capoeiras sombrias”, em vários estados brasileiros, que provavelmente teria batizado a ave “Uru” e ou “capoeira” com o nome científico *Odontophorus capueira*. Apesar de não parecer uma ave com hábitos, postura e comportamento violento, como as utilizadas em rinhas de galo, outra atividade comumente associada à origem da Capoeira, a ave Uru desperta, até hoje, certa curiosidade por parte dos capoeiristas.

Continuando, Lyra Filho, completa e finaliza sua versão da origem do jogo da Capoeira e de seu termo:

Em face destes estirões etimológicos exibidos entre tantas jogadas ilustres, sinto-me um simples espectador. Encerro o jogo com esta súmula de Waldeloir Rego: Brasil Gerson, o historiador das ruas do Rio de Janeiro, fazendo a história da rua de D. Manoel, informa que lá ficava o nosso grande mercado de aves e que nele nasceu o jogo da capoeira, em virtude das brincadeiras dos escravos que povoavam toda a rua transportando nas cabeças as suas capoeiras cheias de galinhas. Partindo dessa informação é que o pioneiro de nossos estudos etimológicos, o ilustre Mestre Antenor Nascentes, se escudou para propor novo étimo para o vocábulo capoeira, designando o jogo atlético, assim como praticante do mesmo. Por carta de 22 de fevereiro de 1966, que tive a honra de receber, Nascentes deixa bem claro o seu pensamento: “A etimologia que eu hoje aceito para capoeira é a que vem no livro de Brasil Gerson sobre as ruas do Rio de Janeiro”. Eis o flagrante que a crônica registra: Como galos de rinha, dois homens defrontam-se em posição de ataque, agachados no meio da roda. De repente, pernas sobem do chão em vôo elástico; entre gingas, negaças e golpes coreográficos, rodopios ao som de chulas como estímulos à agressividade (LYRA FILHO, 1973: 315).

A rinha de galo é uma atividade comumente associada à origem da Capoeira, mas não há evidências sobre isto. Inclusive, tal prática é comum em alguns países e não há registro de origem de lutas associadas à rinha de galo e nem da prática da Capoeira ou de práticas similares em outras nações. Além disso, a analogia referente à relação de uma rinha de galo com o jogo-luta da Capoeira, no início do século XIX, não se alinha. O jogo-luta da Capoeira era caracterizado como um jogo de cabeçadas (RUGENDAS, 1998; LUSSAC, 2009) neste período da história, portanto, muito diferente do comportamento motor destas aves de rinha. Mas talvez haja uma possibilidade de ser uma das possíveis influências que a Capoeira recebeu e com quem dialogou ao longo de todo o século XIX.

Campos, completa ainda com outras concepções do vocábulo, citando o dicionarista Aurélio Buarque de Holanda Ferreira:

Semanticamente, falando, o vocábulo comporta várias acepções, conforme consta do dicionário de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira:

Capoeira 1, s. f. - Gaiola grande ou casinhola onde se criam e alojam capões e outras aves domésticas.

Capoeira 2, s. f. - Terreno em que o mato foi roçado ou queimado para cultivo da terra ou para outro fim. Jogo atlético constituído por um sistema de ataque e defesa (...).

Capoeiragem, s. f. - Sistema de luta dos capoeiras.

Capoeirada, s. f. - Conjunto de capoeirista.

Capoeirano, s. f. - Morador de terras de capoeira (CAMPOS, 1998: 19 e 20).

É possível encontrar na obra de Mano Lima a referência a outros significados sobre o vocábulo como:

Capoeira (IV) – s.f. Local onde fica a criação. (Rego, 1968) “O equivalente a galinheiro, em algumas regiões de Portugal.” (Squisito, 2005)

Capoeira (V) – s.f. Carruagem velha. (F.J. Caldas Aulete, apud Rego, 1968)...

Capoeira (VI) – s.f. Tipóia. (Rego, 1968)

Capoeira (VII) – s.f. Espécie de cesto com que os defensores duma fortaleza resguardam a cabeça. (Laudelino Freire, apud Rego, 1968)

Capoeira (VIII) – s.f. Designa uma peça de moinho. (A.R. Gonçalves Viana, apud Rego, 1968).

Capoeira (X) – s.m. Ladrão de galinha. (Rego, 1968)...

Capoeira (XII) – s.m. Espécie de veado que existe no nordeste brasileiro. (Gustavo Barroso, apud Rego, 1968)

Capoeira (XIII) – s.m. Lenha miúda que se retira da capoeira. (Plínio Ayrosa, apud Rego, 1968)

Capoeira (XIV) – Termo de fortificação, designando a escavação no fundo de um poço seco, guarnecida de um parapeito com seteiras e de um teto de franchões, sobre que se deita uma grossa camada de terra. (Rafael Bluteau, apud Rego, 1968) [*sic*] (LIMA, 2006: 71 e 72).

Alguns destes termos já haviam sido identificados por Plínio Ayrosa (1942), e em sua grande maioria revistas por Waldeloir Rego (1968). Revendo a obra de Karasch, Soares escreveu sobre a origem da Capoeira e sua possível relação com o cesto também assim denominado:

Mas é difícil estabelecer a origem da terceira principal dança dos escravos do Rio, a capoeira (ou simplesmente jogo). Suas origens são incertas. Uma teoria afirma que ela surgiu entre os escravos do Rio que carregavam coisas em grandes cestas, conhecidas como capoeiras, sobre a cabeça. Trabalhando nas ruas, nas praias e nos mercados, aprenderam a proteger suas mercadorias e a si mesmos dando golpes potentes com os pés e a cabeça, acabando por estilizá-los em uma forma de dança (KARASCH *apud* SOARES, 2002: 55).

Soares descreve como origem do termo ligado ao jogo da capoeira os carregadores<sup>2</sup> dos cestos chamados “Capú”, carregados pelos “capoeiros” (SOARES, 2002: 51, 52, 84 e 84), reforçando o que Lyra Filho afirma quando cita Waldeloir Rego, que se refere a Nascentes, que por sua vez concorda com Brasil Gerson.



Figura 1: “Negros vendedores de aves”, 1822-1825 (RUGENDAS, 1998).

Em artigos escritos para o jornal *Rio Esportivo* entre julho e outubro de 1926, o estudioso argentino radicado no Brasil, Adolfo Morales de Los Rios Filho, fez cuidadosas observações etimológicas” (SOARES, 1999: 22):

Com efeito, os grandes cestos carregados pelos escravos no período colonial para desembarcar e carregar mercadorias eram chamados “Capú”. Esses escravos, como carregadores quase exclusivos dos grandes cestos, muitos colocados ao ganho, se tornariam, segundo a lógica do autor, “capoeiros”, ou aqueles encarregados de carregar o “Capú”, como açougueiros, leiteiros e aguadeiros formariam outros tantos ofícios da escravidão urbana (SOARES, 1999: 22 e 23).

Adolfo Morales buscou no “Cá” indígena, que se refere a qualquer material oriundo da mata, da floresta, com o “Pú” referente a cesto, indicando o termo nativo que significa cestos feitos com produtos da mata: “Cá-Pú”. Nas hipóteses do estudioso, a capoeira como luta teria nascido nas disputas da estiva, nas horas de lazer, nos “simulacros de combate” entre companheiros de trabalho, que pouco a pouco se tornaram hierarquias de habilidades, em que se duelava pela primazia no grupo. Dessas disputas de perna teria nascido o “jogo da capoeira” ou dança do escravo carregador do “Capú” (SOARES, 1999: 23).

Adolfo Morales também chega a entrar em detalhes sobre onde à gênese da Capoeira teria ocorrido, em um ambiente urbano: a praia da Piaçava, atual rua Dom Manuel, antigamente fronteira com o morro do Castelo, local predileto de embarque e desembarque do Rio pré-

joanino, também local de rinhas de galo, como já visto em Brasil Gerson, citado por Lyra Filho e, com certeza, de embates entre tipos e grupos sociais que viviam naquela região. Segundo Soares (1999), décadas depois, este local seria marco da fronteira entre Guayamús e Nagôas, as maltas que dividiriam o Rio na segunda metade do século XIX, e região que, mais tarde ainda, sofreria uma ampla reforma empreendida pelo prefeito Pereira Passos (KESSEL, 2001), com o desmonte do morro do Castelo, quando foram perdidas muitas informações arqueológicas e referências histórico-sociais.

Sobre os estudos etimológicos concorda-se com a teoria de Morales, descrita por Soares, pois o termo “capoeira” pode parecer distante quanto ao real simbolismo da prática do jogo-luta, quando não considerando a origem do nome do cesto, o que e quem os carregava. Mas por que os registros de prisões não evidenciaram os capoeiras, ou capoeiros, como um ofício? Então, devem-se observar outras teorias acerca da origem nominal da Capoeira. Certas hipóteses não têm subsídios suficientes para maiores considerações, com as quais não se pode concordar por não terem fundamento, tratando-se, em muitos casos, de uma analogia muito linear, como a elaborada por Araújo:

Por outro lado, ao identificar para muito destes personagens a inexistência de meios de subsistência e domicílio certo e reconhecendo viver grande número deles acoitados em mocambos nas matas próximas (*capoeira*) às vilas e cidades, logo, indivíduo(s) *capoeiro*(s), mais concretamente pode ter sido associada esta prática corporal como sendo a luta/jogo de *capoeiro*, que através do uso popular e de adaptações vocabulares popularizou-se e afirmou-se como sendo a luta/jogo *do* (indivíduo) *capoeira*, ou *da capoeira*, por se detectar emanar destes espaços a dita expressão corporal que passou posteriormente a denominar-se exclusivamente como *capoeira* (ARAÚJO, 2005: 59-60).

Inclusive, como observado anteriormente, outro termo é conhecido para definir os habitantes das capoeiras: “Capoeirano, s. f. – Morador de terras de capoeira” (CAMPOS, 1998: 20). Um ponto interessante é o levantado por Araújo ao citar Valdemar Oliveira (1971), em que pode ser verificada uma possível vinculação do termo capoeira - referente aos malfeitores e à gaiola - para os praticantes do jogo-luta, que tanto comprometeram a ordem pública durante todo o século XIX, sobretudo no Rio de Janeiro. Este tópico será visto mais adiante:

Encontro, em documento de 1757, citado por Oliveira, [...] 1971, p. 78) pela primeira vez, a associação da palavra *capoeiras* com a idéia de gaiola grande, significando prisão para guardar *malfeitores*. Esta vinculação vem demonstrar que já de há muito, os portugueses estreitaram relações entre os termos assinalados e, onde reconheciam que as referidas gaiolas, comportavam “*ladrões de profissão, assassinos e outros malfeitores semelhantes [...]*”, comportamentos que mais tarde foram utilizados para identificar certos indivíduos ou grupos que atentavam contra a ordem pública (ARAÚJO, 2005: 17; ênfases no original).

Em 1926, Adolfo Morales de Los Ríos publicou, entre julho e outubro, no Rio Esportivo, uma série de matérias nas quais elaborou considerações etimológicas no intuito de refutar

a origem do termo ou da luta Capoeira ser derivada dos quilombos, e onde também demonstrou achar muito estranho que escravos fugitivos preferissem as capoeiras - como eram e são denominados os campos abertos - do que o alto dos morros ou matas fechadas, para um confronto com os capitães domato (figura 2), bem armados e a cavalo. Morales via com zombaria a temeridade no uso de golpes de Capoeira contra jagunços com armas de fogo em terreno aberto (RIOS FILHO, 1926).

É comum encontrar vários autores afirmando que era nas capoeiras, terreno de mato ralo ou cortado, que a luta Capoeira era treinada, praticada ou mesmo onde aconteciam os combates dos escravos fujões com os capitães do mato. Tais autores cometeram o equívoco de propagar mais um mito ou propagar ideias e crenças pessoais, como semiverdades, sem nenhum embasamento teórico, que foi até motivo de zombaria por parte de Morales, como visto.

Outra hipótese totalmente plausível e bastante relevante sobre o termo capoeira é a que Vieira e Assunção (1998) nos apresentam, pois estes autores afirmam que o uso indiferenciado do termo capoeira tanto para técnicas de combate quanto para grupos à margem da sociedade colonial, propõe que o primeiro significado se tenha criado por extensão do segundo, sugerindo então, curiosamente, um processo de reversão da metonímia *res pro persona*, em virtude das circunstâncias históricas que, de acordo com uma das hipóteses mais difundidas, teria dado origem ao nome da luta, o que foi também constatado posteriormente, de modo mais aprofundado, por Araújo (2005). Segundo os referidos autores:

Pode reforçar a hipótese, já antiga, de que o nome capoeira para a arte marcial deriva do vocábulo tupi para designar a mata secundária, na medida em que parece haver algum tipo de associação entre estes grupos e a capoeira-mata. A diferença é que se trataria das capoeiras da periferia urbana do Rio de Janeiro, e não, como antes se argumentava, das capoeiras do interior nordestino (VIEIRA e ASSUNÇÃO, 1998: 98).

Considerando e reafirmando este fato, é oportuno lembrar que um dos significados já vistos da palavra capoeira corresponde ao mato que já foi cortado, mato baixo, entre outros similares; e que as matas aos arredores da cidade do Rio de Janeiro foram devastadas para o cultivo do café, para a exploração do território, consumo de lenha e aproveitamento das madeiras de lei, tanto que após a verificação da falta d'água devido ao desmatamento, o imperador Dom Pedro II ordenou a proibição do corte das madeiras de lei e o reflorestamento de parte do território, onde se encontravam principalmente os mananciais e que hoje se conhece como Floresta da Tijuca (HEYNEMANN, 1995). No estudo de Heynemann sobre a história da Floresta da Tijuca não foi encontrada nenhuma citação sobre a prática da Capoeira, somente e brevemente sobre negros ladrões de galinhas, que também podiam ser denominados "capoeiro" (SOARES, 2002: 52).

Um curioso ofício de 1824, requisitando auxílio aos pedestres que conduziam negros escravos fugidos e aquilombados vindos do interior das Minas Gerais em direção ao Rio de Janeiro, pode remeter a novas considerações sobre o papel dos capoeiras e suas redes de

relações e informações com o interior do Brasil, e também quanto ao nível de politização destes, ao se arriscarem para libertar presos, conforme afirma Soares (2002: 185-187).

[...] não se necessita para tais diligências de auxílio da tropa de polícia, exceto para conduzir escravos apreendidos a prisão ou aos corpos de guarda, pois então, se por ele foi requerido, convém que sejam os pedestres auxiliados, *mesmo para dissipar ataques que os capoeiras fazem*, como têm feito, aos ditos pedestres quando conduzem presos [...] (*ibidem*, 2002: 185-186; ênfase no original).

Mas, também, pode ser que a denominação destes capoeiras seja a mesma dada aos capoeiras salteadores de estradas, que se escondiam nos matos para cometer delitos, e não a de praticantes e conhecedores do jogo-luta. Este é um ponto que comporta mais investigações e análises:

Decisão (205) de 27 de Julho de 1831, documentada na Collecção de Leis do Brasil do ano de 1876, pp. 152-153.

“Manda que a Junta Policial proponha medidas para a captura e punição dos capoeiras e malfeitores”.

N.C. – capoeiras era a denominação dada aos negros que viviam no mato e atacavam passageiros” (ARAÚJO, 1997: 79).



Figura 2: Capitão do Mato, 1822-1825 (RUGENDAS, 1998)



Figura 3: Crioulo Fugido (RIO, 2007)

O ato de capoeiras resgatarem outros capoeiras ou escravos não era algo incomum no meio urbano, como se pode verificar pelo ofício do chefe de Polícia ao ministro da Justiça, de 1849:

Em cumprimento do aviso de V. Exc. sobre o fato do ferimento feito por capoeiras em um preto escravo, que consta da parte do Corpo de Permanentes datado de ontem, tenho a honra de declarar a V. Exc. que empreguei todas as diligências para fazer prender, afim de serem rigorosamente castigados como capoeiras que são, os pretos que armados de facas pretenderam tirar do poder da força de permanentes o preto que havia feito o ferimento acima referido, e asseverar a V. Exc. que há muito tempo emprego todos os meios possíveis a fim de ver se extingo a capoeiragem<sup>3</sup>

Araújo cita novamente Ernani Silva Bruno, fornecendo um possível vínculo – em uma fonte de São Paulo – entre o termo capoeira mato, onde se escondiam desordeiros no século XIX, e os capoeiras praticantes do jogo-luta:

As capoeiras e os capinzais que havia em torno do Tanque Reúno, no Bexiga, como em outros pontos da baixada em que corriam no Anhamgabaú e o riacho Saracura, serviam sempre de esconderijo onde se aquilombavam negros cativos e desordeiros. Era o que dizia em 1831 o requerimento apresentado (...), em cujas margens se acoitavam ladrões e escravos fugidos (BRUNO *apud* ARAÚJO, 2005: 41-42).

Também no século XIX podem ser encontradas várias referências relacionando o termo capoeira à desordem, denominando assim, como desordeiros, os capoeiras. Era comum a prisão de capoeiras por desordem no Rio de Janeiro, como se pode constatar através de exemplos como em um ofício de novembro de 1821, enviado pelo intendente de Polícia, João Inácio da Cunha ao juiz do crime da freguesia de Santa Rita (SOARES, 2002: 462): “[...] a respeito da continuação de desordens praticadas nesta cidade pelos negros capoeiras [...]”; e nas referências logo abaixo: primeiro em uma portaria da Justiça de 1824, e após, no primeiro edital de Polícia especificamente voltado para a repressão às maltas escravas, em 1817 (*ibidem*, 2002: 455):

(...) a respeito dos negros capoeiras, remeta para os trabalhos do mencionado dique todos aqueles que foram apanhados em desordem para ali trabalharem por correção, e pelo tempo de três meses marcados nas mesmas ordens, cessando em consequência a pena de açoites, que ultimamente se lhes mandaram dar pelos distúrbios que freqüentemente cometem dentro da cidade.

Palácio do Rio de Janeiro em 30 de Agosto de 1824 – Clemente Ferreira França (*ibidem*, 2002: 249).

Nesta mesma pena incorrerão todos os que se debandam pela cidade com assobios e paus e fazem desordens as mais das vezes sem destino certo, e que são bem conhecidos com o nome de capoeiras, ainda quando não façam ferimentos e mortes nem outro algum crime, porque devem ser punidos com as penas ordinárias que estão sempre em seu vigor. (...) Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 1817 (*ibidem*, 2002: 557).

Estas referências reforçam a vinculação entre o termo capoeira e a prática da desordem, definindo o capoeira como uma “qualidade de indivíduo”, conforme o ofício do intendente

de Polícia, João Inácio da Cunha, enviado ao ministro da Guerra, em dezembro de 1821 (*ibidem*, 2002: 463). E mais, esta última, da segunda década do século XIX – período em que começa a ser verificada a existência da prática do jogo-luta da Capoeira em registros policiais e processos jurídicos (LUSSAC, 2009) – define que tipo de desordem era praticada pelos capoeiras: “sem destino certo”, portanto, pode-se inferir que a prática do jogo-luta da Capoeira naquele período era também um tipo específico de desordem, mais parecido com desordens de jovens em busca de afirmação de masculinidade, de *status* e posição em seus grupos, de domínio territorial, entre outros fatores que ainda merecem ser levantados e aprofundados em suas análises.

O Código de Postura da cidade do Rio de Janeiro, aprovado pelo Conselho Geral em 1º de fevereiro de 1833, e publicado em 14 de março do mesmo ano, é a primeira fonte que caracteriza explicitamente a Capoeira como uma luta:

Toda pessoa que nas praças, ruas, casas públicas ou em qualquer outro lugar também público, praticar ou exercer o *jogo denominado de capoeira ou qualquer outro gênero de luta*, sendo livre será preso e pagará de 1 a 3 mil réis, e sendo cativo será preso e entregue ao seu Senhor para o fazer castigar na grade, com 25 a 50 açoites, e quando, não o faça, sofrerá a mesma multa de 1 a 3 mil réis<sup>4</sup>(ênfase no original).

Fica muito claro, através do texto do Código de Posturas da cidade do Rio de Janeiro, de 1833, que o jogo da Capoeira era reconhecido como um gênero de luta. Também é possível constatar que os textos de código de posturas de outras cidades do Brasil sejam uma reprodução do código de posturas da capital do país, no caso, o Rio de Janeiro, local de maior ocorrência do fenômeno do jogo-luta da capoeira, como se pode verificar pelo exemplo:

1884. Em 17 de maio desde ano é proclamada a Lei de no.1.341 em Turiaçu-MA, em que constava: “Artigo 42 – é proibido o brinquedo denominado *Jogo Capoeira ou Carioca*. Multa de 5\$000 aos contraventores e se reincidente o dobro e 4 dias de prisão”. (Código de Posturas de Turiaçu, Lei 1342, de 17 de maio de 1884. Arquivo Público do Maranhão, vol. 1884-85, p. 124) (VAZ *apud* DA COSTA, 2006: 3-2.6; ênfase no original).

Os valores sociais desejados pelo Estado e pela elite dominante estavam predeterminados pela legislação vigente, neste caso, as posturas locais exerciam um papel doutrinador de certos elementos. Incluem-se, neste rol de valores sociais, as condutas e comportamentos motores, pois todo gesto é dotado de intencionalidade operante e de uma simbologia, portanto, toda atitude social emergente do corpo deveria ser permitida e vigiada; não sendo permitida, esta então, deveria ser reprimida, punida e expropriada. Acontece que quando se trata de valor, mesmo sendo o valor de uma conduta e comportamento motor, esta ganha uma dimensão de valoração diferente, de acordo com o grupo de sujeitos que sofre o julgamento de valor.

O Código Criminal de 1830, e posteriormente o Código do Processo Criminal em Primeira Instância de 1832, as Posturas e Leis, constituem-se em documentos normatizadores

das tradições populares dos indivíduos de vida pobre. A partir dessas leis imperiais são redefinidos os valores sociais até então tolerados no período colonial (...)

No novo modelo político imperial (...) vemos uma característica do Estado-Nação em inserir os pobres no modelo de nação por meio de mecanismos jurídico/policial estranhos a eles, uma vez que sem cidadania alguma tinham que preencher os requisitos exigidos pelo Código Criminal e pelo Código de Posturas, tendo na Polícia o seu aparelho vigilante (MARTINS, 2007).

A Capoeira e outras práticas e expressões populares e escravas também foram reprimidas e combatidas por meio de ordens e editais da Intendência de Polícia, e por decisões da Justiça através de portarias emitidas pelo Palácio do Rio de Janeiro. Uma das principais preocupações do Estado eram os “ajuntamentos” de escravos, nos quais os laços eram fortalecidos, e a comunicação e organização destes que poderiam propiciar uma possível rebelião da massa escrava.

Constando-me por informações oficiais que os capoeiras continuam em seus costumados desatinos, principalmente de noite, cumpre que V. Exc. Dê as mais terminantes ordens a fim de que sejam apalpadados todos os pretos que forem encontrados e dissolvidos seus ajuntamentos, quer nas ruas, quer nas tabernas, procedendo V. Exc. contra os taberneiros que admitirem estas reuniões (...) 18 de junho de 1836<sup>5</sup>.

Como afirma Soares, estes “ajuntamentos” sempre foram uma preocupação na legislação municipal e um problema de difícil solução devido à grande população escrava na Corte, com suas ruas estreitas e outros inúmeros locais para agregação da massa escrava. “O chefe de Polícia tinha claro que estes eram, talvez, a raiz de todos os atos perigosos de subversão escrava na Corte” (SOARES, 2002: 189). As maltas – como eram conhecidos e denominados os “ajuntamentos” de capoeiras – não só eram um destes tipos de “ajuntamentos”, mas as que mais perturbavam a ordem e a segurança pública. Tais ajuntamentos também eram fruto de reuniões para práticas lúdicas da massa escrava. O francês Charles Ribeyrolles, que viveu de 1812 a 1860, esteve no Brasil possivelmente a partir de 1835 e teceu um interessante relato<sup>6</sup>:

No sábado, à noite, finda a última tarefa da semana, e nos dias santificados, que trazem folga e repouso, concedem-se aos escravos uma ou duas horas para a dança. Reúnem-se no terreiro, chamam-se, agrupam-se, incitam-se e a festa principia. Aqui é a capoeira, espécie de dança pírrica, de evoluções atrevidas e combativas, ao som do tambor do congo. Ali é o batuque, com suas atitudes lascivas, que o urucungo acelera ou retarda. Mais além é uma dança louca, com a provocação dos seios e das ancas. Espécie de convulsão inebriante a que chama de lundu (RIBEYROLLES *apud* ABREU, 2005: 37).

Constata-se que, em um mesmo local, havia a presença de muitas práticas concomitantemente, proporcionando rica troca de informações e cultura entre os sujeitos e suas respectivas práticas. Esta troca de informações era fundamental para ações e formas de luta e defesa contra a opressão escravista.

A referência acima fornece margem de especulações sobre a relação do Tambor do Congo e a prática da Capoeira naquele período, o que merece um maior aprofundamento em pesquisas. O tambor é um instrumento musical também constatado na litografia *Jogo de Capoeira*, de Rugendas (1998).

As palavras de Ribeyrolles afirmam que a prática de danças era concedida nas folgas, e parece contradizer a do pesquisador Passos Neto (2001), que afirma que as mesmas eram proibidas e repreendidas. Mas nota-se que, quando tais manifestações eram permitidas, em uma política de alívio de tensões sociais, também eram de certa forma vigiadas. A proibição de práticas de escravos, como as danças, não era uma regra. O aspecto relacional entre permissão e proibição é muito mais complexo e não pode ser analisado fora de uma contextualização sob vários fatores. Contudo, no mesmo período em que Charles Ribeyrolles teceu suas considerações e que Rugendas retrata um tambor na litografia *Jogar Capoeira*, o então chefe de Polícia, Eusébio de Queirós, ordena a reconstrução do pelourinho da cidade<sup>7</sup>, que havia sido extinto em 1830<sup>8</sup>, e propõe à Câmara Municipal que o Código de Postura da cidade proíba tambores nas danças de rua de escravos<sup>9</sup>.

Mas a presença deste instrumento musical não era deixada de lado em relatos de ofícios policiais na segunda década do século XIX no Rio de Janeiro, principalmente quando na presença do tipo social do capoeira, agravado por “ajuntamento”: “Leão Angola, escravo de José Pedro de Sousa, por ser encontrado em ajuntamentos de capoeiras, achando-se-lhe um tambor pequeno”<sup>10</sup>. Assim como na litografia de Rugendas, o tambor pode representar o instrumento agregador para se formar uma “roda”, um “ajuntamento”, para o jogo da Capoeira. O tambor pequeno pode sugerir a facilidade de levá-lo a qualquer lugar, devido ao peso reduzido se comparado com os grandes tambores, e para poder escondê-lo, a fim de se livrar da repressão.

No Rio de Janeiro, como mencionado anteriormente, a Capoeira poderia ser praticada junto às batucadas, aos lundus e a outras práticas afro-brasileiras e festas profanas. Mesmo assim, a verdade é que não existe diretamente nenhum termo linguístico africano empregado na Capoeira, apesar de a própria língua portuguesa conter muitos destes termos.

Durante toda a vigência deste Código Criminal, a ordem da sociedade em suas respectivas localidades era regida pela “Postura” aprovada pelo Conselho Geral e pelas Posturas das Câmaras Municipais, as Posturas das Vilas e Cidades, que eram aprovadas pelo Governo da Província após passar pela Assembleia Provincial. Na cidade do Rio de Janeiro, o primeiro Código de Posturas da Municipalidade foi aprovado pelo Conselho Geral, em 1º de fevereiro de 1833, e publicada em 14 de março do mesmo ano. Outros códigos de postura desta cidade entraram em vigor respectivamente nos anos de 1854<sup>11</sup>, 1860<sup>12</sup> e 1870<sup>13</sup>, demonstrando que este primeiro vigorou durante relativo tempo em comparação com os seus posteriores. No primeiro destes códigos, que repousam atualmente no Arquivo Geral da

Cidade do Rio de Janeiro, já constava o olhar repressor em relação ao jogo e luta da Capoeira, como demonstrado na nota número quatro deste artigo.

Vieira e Assunção (1998) também citam que, durante muitos anos, um dos principais debates da historiografia sobre o tema girou em torno da origem da palavra que dá o nome à luta, o que já foi comentado aqui. Referindo-se aos discursos que estruturam o campo de estudo da Capoeira, mencionados no artigo destes autores, estes não estranham o fato de terem surgido três etimologias diferentes, apontando ora para a origem tupi, ora para a origem portuguesa ou africana da palavra. Entretanto, não mencionam uma origem brasileira para o termo, como faz Araújo (2005). Entretanto, Araújo (2005) também não estipula uma vertente africana para a origem do termo.

É oportuno citar a afirmação de Vieira: “discutir a origem da nossa luta envolve pensar a partir de que momento consideramos essa instituição musical, ritual, corporal e lúdica como capoeira” (2005: 31), deste modo, é peremptório verificar a partir de que ponto a prática passou a ser reconhecida e nomeada por Capoeira, e não propriamente entendida e analisada por todos os significados do vocábulo. Neste sentido, é necessário compreender que:

Ao longo desse espaço de tempo, muitas destas expressões culturais africanas sofreram modificações e adaptações em alguns dos componentes culturais que as configuravam agora não mais como manifestações genuínas dos seus pontos de origem, para enquadrar como práticas nacionalizadas, sem, contudo, perder as características essenciais de africanidade tão presentes, principalmente, nos elementos musicais, rítmicos, ritualísticos e outros, que contribuíram significativamente para a construção, no século, de um corpo de cultura nacional (ARAÚJO, 2002: 108).

Compreende-se também que para a construção de um corpo de cultura de uma nação, está presente um jeito de compreensão de mundo e de vida existencial, de vivência, e de impressão de valores e atitudes destes agentes envolvidos neste processo, que acabaram por fim, estando intrinsecamente presentes e por serem refletidas nas manifestações e expressões deste corpo de cultura, inclusive, na condição de motricidade e corporeidade presentes nos praticantes da Capoeira.

Continuando, segundo Vieira e Assunção:

Mais importante que a origem da palavra é hoje a pergunta: que significado recobre a palavra capoeira a partir do momento em que aparecem nas fontes, no início do século XIX, não para designar os outros significados do termo (gaiola, cesto, ou terreno com vegetação secundária) mas para designar uma técnica de luta ou pessoas associadas a esta luta? Pode-se, de fato, notar uma tendência comum a muitos estudiosos de minimizar as mudanças semânticas que ocorreram desta época para cá, e que nos devem levar a questionar esta suposta “essência” de uma capoeira atemporal (VIEIRA & ASSUNÇÃO, 1998: 95).

Sobre a origem africana da palavra capoeira os mesmos autores citam Nei Lopes e Gerhard Kubik, mas estes não comportam subsídios consistentes para uma explicação sobre

a origem da Capoeira. Nesse caso, Lopes propôs a origem umbundo da palavra *kapwila* (espancar, bofetada, tabefe) e Kubik sugeriu que o vocábulo capoeira comportava uma espécie de senha entre escravos que se preparavam para a fuga ou para a luta por liberdade:

Eu acho que a **Capoeira** pode muito bem ter sido uma **palavra código** utilizada pelos angolanos no Brasil para seu treinamento secreto. Talvez realmente houvesse algo como uma ‘operação capoeira’. Nesse caso, o termo português capoeira, significando galinheiro, teria sido usado como um código para algo muito mais ‘sigiloso’. Provavelmente isso foi mantido em segredo por um longo tempo. Se capoeira é realmente uma palavra angolana, sua expressão fonética, coincidente com a expressão do vocábulo português ‘galinheiro’, pode ter sido recebida por aqueles que lutavam pela liberdade com zombaria. Nesse caso, eles podiam falar a palavra na cara do Homem Branco e aproveitar o fato de que ele apenas era capaz de reconhecer o estúpido significado que isso tinha em sua própria língua, sendo incapaz de descobrir o que isso significava para os angolanos no Brasil (KUBIK *apud* VIEIRA e ASSUNÇÃO, 1998: 112; ênfases no original; tradução do autor).

Finalizando, Vieira e Assunção (1998) afirmam que a palavra capoeira era usada tanto para designar uma prática, quanto para um grupo de pessoas, compartilhando esta ideia com Holloway (*apud* SOARES, 2002: 66-67). “Como já enfatizou Holloway (1989b: 649), é importante estar atento para os diversos significados do vocábulo, nesta época, para não incorrer em confusões, nem anacronismos” (VIEIRA e ASSUNÇÃO, 1998: 98), com o que se pode concordar e que também foi levado em consideração nesta pesquisa.

O Dr. Paulo Coelho de Araújo (2005), em seu trabalho *Capoeira, um nome – uma origem* estudou a origem nominal com abordagens delimitativas e conceituais relativas ao vocábulo *capoeira*, baseadas na história e nos aspectos socio-antropológicos e etimológicos. O autor identificou o vocábulo Tupy-Guarany, que basicamente se refere a *mato*; e o vocábulo português, no qual se encontram significados como cesto, cesto para a cabeça, fosso ou escavação com fins militares, carro velho, galinheiro em Portugal, entre outros encontrados em dicionários – como já visto, e mais: indivíduos mal ajustados / marginais escondidos nos matos, provocadores de distúrbios. O autor cita a generalização do vocábulo nas perspectivas individual e coletiva, ocultando uma diferença entre *praticantes da luta Capoeira* e *capoeiras*, como estes *indivíduos mal ajustados / marginais escondidos nos matos, provocadores de distúrbios*.

É interessante um ponto que Araújo não mencionou: a própria origem do vocábulo *capoeira*, pois de acordo com as fontes, este estava presente tanto na cultura Tupy-Guarany como na portuguesa, quando começa a ser verificado pela cultura europeia ocidental. Como um mesmo vocábulo com significados tão próximos pode ter surgido em dois lugares distantes e diferentes? Pode-se afirmar que o termo seja originário da cultura Tupy-Guarany, e que foi absorvido pela cultura portuguesa após o início da colonização do Brasil. Além do tronco linguístico Tupy, o vocábulo capoeira poderia estar presente com o mesmo ou com um diferente significado, ou ainda de outra forma, nos outros três principais troncos

linguísticos indígenas do Brasil: Je, Aruak e Karib? Com certeza a origem do vocábulo *capoeira* é outro ponto que poderia ser pesquisado para se obter esclarecimentos sobre o assunto e consequentemente sobre a origem nominal da Capoeira. Mas é possível inferir que o vocábulo originário da cultura Tupy-Guarany foi absorvido pela cultura portuguesa após o início da colonização do Brasil devido ao seu primeiro registro na língua portuguesa, em 1577, através do Padre Fernão Cardim (SJ), na obra “Do clima e da Terra do Brasil”, com a conotação de vegetação secundária, roça abandonada (VIEIRA *apud* DA COSTA, 2006: 1.44).

Segundo Araújo (2005), no contexto vocabular popular brasileiro, *capoeira* guarda os seguintes significados: como qualificação de indivíduos fugitivos; como qualificação de toda a sorte de indivíduos malfeitores; e como qualificação de indivíduos que praticavam ou exerciam a luta ou o jogo. Deste modo, o fato do vocábulo *capoeira* ter diferentes significados, teria contribuído para uma confusão em relação ao significado da prática do jogo-luta e os outros significados da palavra. O autor também afirma que semelhante confusão aconteceu acerca da palavra *negro*, pois eram considerados *negros* todos cuja pele não fosse branca. Sabe-se que mesmo se a pele de um indivíduo fosse branca, mas se a legitimidade da sua descendência branca fosse contestada, este indivíduo poderia não ser considerado branco. Por tais razões, tanto os *negros da Guiné*, oriundos da África, como os *negros da terra*, os índios brasileiros, eram chamados de negros (ARAÚJO, 2005: 39-40). Esta não distinção pode ter sido aplicada aos negros capoeiras presentes em fontes do início do século XIX. Sobre a utilização do termo capoeira, Araújo afirma que:

No que tange à utilização deste termo para a designação dos indivíduos de má índole, creio ter ela surgido paralelamente à identificação dos indivíduos fugitivos desde a época colonial, atravessando, assim, vários períodos históricos e consolidando-se mais fortemente durante o século XIX, de acordo com registros jurídico-policiais sobre os indivíduos dos grupamentos marginais, em particular os escravos e malfeitores aquilombados nos arredores da cidade ou mesmo os residentes na malha urbana, incluindo, entre eles, aqueles que praticavam os exercícios de agilidade e destreza corporal como forma de defesa pessoal ou como atividade lúdica (2005: 42).

Analisando os significados do vocábulo *capoeira*, é possível supor, apoiado nas considerações de Araújo (2005), que a origem do termo capoeira para malfeitores de toda a ordem teria surgido de homens que saíam de fossos e matas ao longo dos caminhos ermos para praticar delitos – como os capoeiras que atacavam pedestres que escoltavam presos –, já visto anteriormente, retornando em sua fuga para se esconder novamente na capoeira-mata, de onde tais tipos poderiam ainda perpetrar diversas outras ações semelhantes, também se escondendo em tais lugares – como também já foi constatado, estigmatizando negativamente tal vocábulo.

Desta maneira, não seria estranho a associação da prática – não tolerada – do jogo-luta da Capoeira à um ou mais tipos sociais negativos e repreendidos pelas autoridades, mas tendo a denominação de *capoeiras* em comum:

Acreditando que as autoridades jurídico-policiais, ao identificarem uma prática corporal de caráter lúdico ou mesmo de luta e desconhecendo sua origem e denominação, por certo, vincularam-na diretamente aos indivíduos dos grupos marginais (*capoeiras*) que as realizavam, depreendendo-se daquela manifestação de agilidade e destreza corporal que lhes apresentava como sendo uma luta-jogo de *capoeiras*, evidenciando-se preponderantemente, neste caso, o vocábulo designativo de tais personagens como determinante para a qualificação nominal da *coisa* (ARAÚJO, 2005: 59: ênfases no original).

Deste modo, pode-se acreditar que a terminologia atribuída a este tipo social passou a ser relacionada aos diversos comportamentos e atitudes de toda a sorte de fugitivos, malfeitores, vadios, turbulentos, desordeiros, tumultuadores, assassinos, agressores, ladrões e de outros tipos – como os negros e escravos que tanto causavam desordem urbana no início do século XIX no Rio de Janeiro.

Enfim, é possível concordar com uma das conclusões de Araújo:

Pela configuração metonímica, onde a identificação terminológica atribuída aos malfeitores de toda a ordem foi relacionada com os exercícios de agilidade e destreza corporal, como fundamento teórico para a atribuição nominal desta manifestação corporal (a atribuição nominal dos indivíduos passou para uma prática a eles relacionada) (2005: 63).

Esta contribuição de Araújo é derivada de apontamentos inicialmente feitos por Bretas (1989), Holloway (1989) e por Vieira e Assunção (1998). Portanto, estudos sobre a Capoeira devem levar em conta esta generalização do vocábulo, tanto para o jogo-luta como para o tipo social, em determinadas fontes e períodos. Falhas na definição e delimitação terminológica e conceitual, e do contexto e concepção do vocábulo, podem chegar a comprometer algumas narrativas ou construções teóricas.

Já o termo *Capoeiragem* aparece em texto de lei no Código Penal Brasileiro de 1890. Araújo (2005: 27) afirma que este seria um novo vocábulo para uma velha prática, e que teria aparecido pela primeira vez em 1872. Mas Araújo entra em contradição: “Códice 403 Vol. II Arquivo Nacional. Ano: 1817 / 1819 e 1820 (...) “José Antônio escravo forro por ser encontrado em capoeiragem com outros que fugiram” (*ibidem*, 2005: 52), pois como se pode verificar, em sua própria obra consta a existência do vocábulo na segunda década do século XIX, apesar de se poder encontrar o termo *capoeiragem*, agregado ao termo *roda*, desde 23 de março de 1814 – até onde foi investigado: “José Angola, preso numa roda de capoeiragem, era cativo do Convento de Santa Teresa. Seus dois companheiros pertenciam, respectivamente, a uma mulher e um homem. Vol. 1, 23/3/1814, f. 193” (SOARES, 2002: 148). E ainda agregado ao termo *jogos*:

Mande V. Exc. hoje mesmo, amanhã, e os mais dias, prender todos os negros e mulatos que se encontrarem entretidos em jogos de capoeiragens pelos rossios da Sé, Carioca, Santa Rita, São Domingos, Praça do Capim, São Francisco de Paula, e Praia dos Mineiros (...)¹⁴.

Em um ofício, enviado ao ministro de Estado do Reino em 1820, encontra-se este vocábulo agregado ao uso de armas brancas: “No particular regime desta Corte tenho há muitos anos experimentado a irregularidade de ver que os pretos milicianos achados com facas em capoeiragem...”<sup>15</sup>; e agregado ao termo *gestos*: “José Moçambique fugiu de lá – onde estava preso em correção – e foi apanhado na rua de São Pedro, em gestos de capoeiragem”<sup>16</sup> Pode-se verificar a existência do termo *capoeiragem* em diferentes fontes por toda a primeira metade do século XIX, seja em documentos oficiais ou outros, conforme se pode verificar na obra de Soares (2002). Isto demonstra ser a *capoeiragem* um termo comumente utilizado para designar a prática da Capoeira, seja como jogo-luta, seja como prática de malfeitores, desordeiros, turbulentos, entre outros. O termo capoeiragem teve uma definição oferecida pelo ministro da Justiça dr. Manuel Caetano Duarte de Azevedo, através do Relatório do Chefe de Polícia Ludgero Gonçalves da Silva, anexo ao de 07 de maio de 1874 (ARAÚJO, 1997: 153). Neste, o ministro afirma ser a capoeiragem “(...) o ajuntamento de turbulentos com fim maléfico oportunamente realizado (...)” (*ibidem*, 1997: 153).

Porém, é em 1890, com o Código Penal Brasileiro, que o termo capoeiragem obtém uma definição mais detalhada, na medida em que tenta nomear, definir e caracterizar o que seria um específico exercício de destreza corporal, a prática e utilização da luta-jogo Capoeira e suas

respectivas ações derivadas:



Figura 4: “Negros que vão levar açoutes”, 1832-1836, Briggs (TURAZZI, 2002)

#### Capítulo XIII – Dos Vadios e Capoeiras

Art. 339. Deixar de exercitar profissão, ofício ou qualquer mister em que ganhe a vida, não possuindo meio de subsistência e domicílio certo em que habite: prover a subsistência por meio de ocupação proibida por lei, ou manifestamente ofensiva da moral e dos bons costumes.

Pena – De prisão celular por 15 a 30 dias.

Parágrafo Primeiro. Pela mesma sentença que condenar o infrator como vadio ou vagabundo, será ele obrigado a assinar termos de tomar ocupação dentro de 15 dias, contados do cumprimento da pena.

Parágrafo Segundo. Os menores de 14 anos serão recolhidos a estabelecimentos industriais, onde poderão ser conservados até a idade de 21 anos.

Art. 400. Se o termo for quebrado, o importará reincidência, o infrator será recolhido, por um a três anos, a colônias penais do território nacional, podendo para esse fim ser aproveitados os presídios militares existentes.

Parágrafo único. Se o infrator for estrangeiro será deportado.

Art. 401. A pena imposta aos infratores, a que se referem os artigos precedentes ficará extinta se o condenado provar superveniente aquisição de renda bastante para sua subsistência, e suspensa, se apresentar fiador idôneo que por ele se obrigue.

Parágrafo único. A sentença que, a requerimento do fiador, julgar quebrada a fiança, tornará efetiva a condenação suspensa por virtude dela.

Art. 402. Fazer nas ruas e praças públicas exercícios de agilidade e destreza corporal, conhecidos pela denominação de capoeiragem, andar em correrias, com armas ou instrumentos capazes de produzir uma lesão corporal, provocando tumulto ou desordem, ameaçando pessoa certa ou incerta, ou inculcando temor de algum mal: Pena – de prisão celular de dois a seis meses.

Parágrafo único. É considerada circunstância agravante pertencer o capoeira a algum bando ou malta. Aos chefes ou cabeças se imporá a pena em dobro.

Art. 403. No caso de reincidência será aplicado ao capoeira, no grau máximo, a pena do art. 400.

Parágrafo único. Se for estrangeiro será deportado depois de cumprida a pena.

Art. 404. Se nesses exercícios de capoeiragem perpetrar homicídio, praticar lesão corporal, ultrajar o pudor público e particular, e perturbar a ordem, a tranqüilidade e a segurança pública ou for encontrado com armas, incorrerá cumulativamente nas penas cominadas para tais crimes (LOPES, 1999: 45-46).

Não por acaso, os *vadios* e *capoeiras* foram colocados juntos no texto da lei. Como já afirmara Bretas, “a imagem dos capoeiras é a reprodução das muitas faces da pobreza. Desfilam cegos, pernetas, escrupulosos, todos reunidos sob o manto igualitário e discriminador de capoeiras” (1989: 244). O Códice 323 demonstra que desde o início do século XIX, vadio era um termo que também poderia ser utilizado para definir certos comportamentos sociais:

Tudo quanto parece vadios são calafates da ribeira, guardas da alfândega, lapidários e ourives, moços de ofícios da Marinha e brigada, que enquanto passeiam pelas ruas se juntam em botequins parecem vadios, e que se prendem, e se aparecem com estes títulos é necessário largá-los<sup>17</sup>.

Já na Bahia, até onde foi investigado, este termo aparece em 30 de setembro de 1879, na *Revista Democrática – Órgão da Sociedade Democrática Classe Caixeiral*, n. 4, anno I, de publicação mensal (ABREU, 2005: 148), e em registro de correspondências expedidas para subdelegados em 1881/1882 (*ibidem*: 161 e 166).

Quanto ao termo vadiagem, derivado de vadio, vadiação, tem sua ocorrência inicial ao longo dos registros policiais, mas foi na Bahia, que após o Código Penal de 1890 e sobretudo durante o início do século XX, foi relacionada à Capoeira e a outras práticas populares.

Ainda na Bahia, respeitando as diferenças cronológicas entre as regiões comparadas, foram encontradas cinco diferenças marcantes em comparação à Capoeira do Rio. A primeira,

já bastante conhecida, é a prática do jogo acompanhada de música, indicando ser específica da Capoeira na Bahia no início do século XX, mesmo com relatos de prática da Capoeira acompanhada por batuques e lundus no Rio de Janeiro, onde não se pode constatar um ritmo carioca característico e específico da Capoeira, e ainda, com todo um ritual praticado por alguns grupos, com acompanhamento musical característico, como verificado na formação da Capoeira da Bahia já no final das primeiras três décadas do século XX.

A segunda é a utilização do termo *Vadiagem* em referência à prática e ao jogo, quando no Rio o termo *Capoeira* e, posteriormente, *Capoeiragem* era mais utilizado para a prática da Capoeira. A própria prática da Capoeira luta no Rio parece – analisando superficialmente e separadamente de outras práticas lúdicas – ter menos aspectos lúdicos, portanto, podendo ter pontos diferentes da baiana neste aspecto, o que seria o terceiro ponto diferencial.

A quarta era o contexto social dos agrupamentos de capoeiras, as maltas, diferente dos grupamentos em outros estados até por conta do contexto do Rio de Janeiro, centro político-econômico e capital da época. Em quinto e último, após a vigência do Código Penal de 1890, nos registros policiais e processos jurídicos do Rio de Janeiro encontra-se – em sua grande maioria – a ocorrência do artigo 402, que tratava da capoeiragem, junto com os artigos 403 e 404, associados também aos artigos 399, 400 e 401, que tratavam da *vadiagem*, todos do Capítulo XIII – Dos Vadios e Capoeiras – do Código Penal 1890 – Decreto no. 487 de 11 de outubro de 1890. Já na Bahia, segundo Pires (2004), não é encontrado registro de prisões por capoeiragem como no Rio, mas de acordo com Pires, podem ser encontrados indícios da prática da Capoeira nos registros policiais e processos jurídicos sob o artigo 303, que trata das lesões corporais, o que dificulta uma constatação acerca do registro da prática da Capoeira luta na Bahia. Mais conclusões sobre estes aspectos podem ser reveladas por meio de pesquisas que abordem uma análise da legislação brasileira neste sentido.

## Considerações finais

A Capoeira faz parte de uma importante parcela da história e da cultura do Brasil e do Rio de Janeiro. Sofreu grandes influências no século XX, principalmente no âmbito da esportivização e da institucionalização. Sobretudo, tais mudanças foram resultantes da modificação da conjuntura político-social advinda da modernidade que modificou o cenário brasileiro no século XX, afetando as camadas populares e conseqüentemente as suas manifestações, hábitos e cultura (DIAS, 2001; FERNANDES, 2001; KESSEL, 2001; NORONHA, 2003). É vasta e complexa a história da Capoeira, e isto pode ser comprovado, inclusive, pela diversidade de significados que o vocábulo *capoeira* comporta.

Conhecer estes significados terminológicos é também conhecer um pouco do Brasil, de sua história, já que a palavra e, conseqüentemente, seu(s) significado(s) não se mantêm estático(s) ao longo do tempo. Deste modo, para se conhecer a história do jogo-luta da

Capoeira é necessário conhecer sua origem nominal, com seus respectivos significados e demais aspectos envolvidos.

Este artigo teve como objetivo estudar a etimologia do vocábulo *capoeira* pelo viés da origem do jogo-luta da Capoeira. Pela análise, foi possível compreender que a origem do termo *capoeira* para malfeitores de toda a ordem teria surgido de homens que saíam de fossos e matas ao longo dos caminhos ermos para praticar delitos, ou outras ações semelhantes, e que também se escondiam e fugiam para estas matas, como foi visto de acordo com as constatações de Araújo (2005), estigmatizando negativamente tal vocábulo. Deste modo, pode-se acreditar que a terminologia atribuída a este tipo social passou a ser relacionada aos diversos comportamentos e atitudes de toda a sorte de malfeitores, vadios, desordeiros e turbulentos, e de outros tipos mais – como os negros e escravos, sempre vigiados e reprimidos em suas expressões e atitudes sociais.

Deste modo, após a análise dos significados do referido vocábulo, percorrendo as contribuições de diversos autores, foi possível perceber que as contribuições compreensivas feitas inicialmente por Bretas (1989) e por Holloway (1989) forneceram pistas para estudos posteriores de outros pesquisadores.

Vieira e Assunção (1998) avançaram afirmando que o uso indiferenciado do termo *capoeira*, tanto para técnicas de combate quanto para grupos à margem da sociedade colonial, sugere que o primeiro significado se tenha criado por extensão do segundo, sugerindo então, curiosamente, um processo de reversão da metonímia *res pro persona*, em virtude das circunstâncias históricas que, de acordo com uma das hipóteses mais difundidas, teria dado origem ao nome da luta, o que foi também constatado posteriormente, de modo mais aprofundado, por Araújo (2005).

Também é possível conjecturar que houve uma associação da denominação *capoeira* – entendida como vadio, turbulento, desordeiro, ou malfeitor de toda ordem – com os *capoeiras* ou *capoeiros*, que carregavam os cestos também denominados por *capoeira*, ou mesmo com a gaiola para prender estes tipos sociais, como já visto. Portanto, a manifestação corporal e atitudinal do jogo-luta praticado por *capoeiras* nominou a prática a eles relacionada como *Capoeira* ou *jogo da/de Capoeira* e *luta de Capoeira(s)*, e o termo *capoeiragem* designando e correspondendo à prática da/de *capoeiras*, conforme é observado nos primeiros indícios de fatos no início do século XIX no Rio de Janeiro (LUSSAC, 2009; SOARES, 2002).

Destarte, também é possível inferir que a origem nominal do jogo-luta Capoeira, por ser derivada do tupy, é a única e certa contribuição indígena brasileira na origem da Capoeira. Neste sentido, após as análises deste artigo, é possível afirmar que além de o Rio de Janeiro ter sido o palco onde surgiu a Capoeira (LUSSAC, 2009), também foi o local onde esta prática corporal de jogo-luta começou a ser conhecida e nominada como tal.

As considerações etimológicas e conceituais são cruciais para o entendimento e fundamentação de futuras pesquisas sobre a Capoeira. Deste modo, compreender a amplitude

cultural e histórica do vocábulo capoeira, sem anacronismos ou generalizações de qualquer natureza, é um dos princípios norteadores metodológicos da atual academia. Portanto, estudos sobre a Capoeira devem levar em conta esta generalização do vocábulo, tanto para o jogo-luta como para o tipo social, em determinadas fontes e períodos. Falhas na definição e delimitação terminológica e conceitual, e do contexto e concepção do vocábulo, podem chegar a comprometer algumas narrativas ou construções teóricas.

#### Notas:

1 - Sobre a ave Uru, mais informações e imagens também podem ser obtidas em: [www.uru.org.br](http://www.uru.org.br) ou na bibliografia utilizada: Sick (1997)

2 - Tais carregadores poderiam também estar no rol de indivíduos que, com cestos na cabeça, vendiam aves no meio urbano. Ver figura 1.

3 - Ij6 – 212, 1849, 29/5/1849, Ofício do chefe de Polícia ao ministro da Justiça, Arquivo Nacional.

4 - *Código de Postura da Ilustríssima Câmara Municipal do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typographia Imperial Nacional, 1833 – Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

5 - Código 40-5-78, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

6 - É possível que Charles Ribeyrolles talvez estivesse retratando cenas da cidade de Salvador. No entanto, segundo o historiador Carlos Eugênio Líbano Soares (2002), este cenário pode não ser a Bahia, e sim, fazendas do interior do Rio de Janeiro, que serviram de campo para as observações do francês, onde ele se estabeleceu e morreu.

7 - Ofício 47-2-45 de 1834, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

8 - Ofício 47-2-44 de 1830, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

9 - Ofício 6-1-25 de 1833, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

10 - Códice 403, Vol. 2, 1817-1819, Arquivo Nacional.

11 - *Código de Postura da Ilustríssima Câmara Municipal do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typographia Dois de Dezembro, 1854 – Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

12 - *Código de Postura da Ilustríssima Câmara Municipal do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typographia de F. de Paula, 1860 – Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

13 - *Código de Postura da Ilustríssima Câmara Municipal do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typographia Universal Laemmert, 1870 – Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro

14 - Códice 327, Vol. 1, 5/9/1817, Arquivo Nacional.

15 - Códice 323, Ofício enviado ao ministro de Estado do Reino, Vol. 6, 16/5/1820, f. 3, Arquivo Nacional.

16 - Códice 403, Vol. 2, 31/1/1820, Arquivo Nacional.

17 - Cód. 323, Vol. 1, 8/9/1809, f. 124 verso, Arquivo Nacional

#### Referências Bibliográficas

ABREU, F. J. de. *Capoeiras – Bahia, séc. XIX: imaginário e documentação*, v. 1. Salvador: Instituto Jair Moura, 2005.

AGCRJ. *Memória da Destruição: Rio – Uma História que se perdeu (1889-1965)*. Rio de Janeiro. Secretaria Municipal de Culturas, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2002.

ARAÚJO, P. C. de. *Abordagens sócio-antropológicas da luta/jogo da capoeira*. Portugal: PUBLISMAI – Departamento de Publicações do Instituto Superior Maia, Série “Estudos e Monografias”, 1997.

\_\_\_\_\_. O revivalismo africano e suas implicações para a prática da capoeira. *Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte*, ano 1, n. 1, p. 107-116, 2002.

\_\_\_\_\_. *Capoeira: um nome – uma origem*. Juiz de Fora, MG: Notas & Letras – Livraria & Editora, 2005.

ARAÚJO, P. C. de; JAQUEIRA, A. R. F. *Do jogo de imagens às imagens do jogo: nuances de interpretação iconográfica sobre a capoeira*. 1. ed. Coimbra: Centro de Estudos Biocinéticos – Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física, jun. 2008.

- AYROSA, P. Capoeira. In: *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*. Ano 7, v. 84. p. 344-346, jul./ago. 1942.
- BRETAS, M. L. *Navalhas e Capoeiras: uma outra queda*. *Ciência Hoje*. Rio de Janeiro: SBPC, n. 59, nov. 1989.
- CAMPOS, H. *Capoeira na Escola*. 1. ed., Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 1998.
- DA COSTA, L. (org.). *Atlas do Esporte no Brasil*. Rio de Janeiro: CONFEF, 2006.
- DIAS, L. S. *Quem tem medo da Capoeira?* Rio de Janeiro 1890-1904. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Culturas, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Divisão de Pesquisa, Coleção Memória Carioca v. 01, 2001.
- FERNANDES, N. da N. *Escolas de Samba: sujeitos celebrantes e objetos celebrados – Rio de Janeiro 1928-1949*. Rio de Janeiro. Secretaria Municipal de Culturas, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, divisão de Pesquisa, Coleção Memória Carioca v. 03, 2001.
- HEYNEMANN, C. B. *Floresta da Tijuca: natureza e civilização no Rio de Janeiro – século XIX*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1995.
- HOLLOWAY, T. H. *O Saudável Terror: repressão policial aos capoeiras e resistência dos escravos no Rio de Janeiro no século XIX*. Cadernos Cândido Mendes. CEAA, 16. Rio de Janeiro, 1989.
- KESSEL, C. *A Vitrine e o Espelho: o Rio de Janeiro de Carlos Sampaio*. Rio de Janeiro. Secretaria Municipal de Culturas, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Divisão de Pesquisa, Coleção Memória Carioca v. 02, 2001.
- LIMA, M. C. *Dicionário de Capoeira*. 2. ed. revista e ampliada. Brasília: 2006.
- LOPES, A. L. L. *A Volta do Mundo da Capoeira*. 1. ed. Rio de Janeiro: Coreográfica Editora e Gráfica, 1999.
- LUSSAC, R. M. P. Dissertação de Mestrado: *“Da cabeça aos pés”: a origem da Capoeira: novos olhares sobre a gênese de um patrimônio cultural do Brasil*. Rio de Janeiro: PROCIMH - Universidade Castelo Branco, 2009.
- LYRA FILHO, J. *Introdução à Sociedade dos Desportos*. 1. ed., Rio de Janeiro: Block S.A, 1973.
- MARTINS, E. *Vigiar para punir: os processos-crime de termos de bem viver*. Texto parte constitutivo da Dissertação de mestrado em história política: *“Os pobres e os termos de bem viver: novas formas de controle social no Império do Brasil”*, produzida junto ao Departamento de História da UNESP de Assis – Faculdade de Ciências e Letras, 2003 Disponível em: <<http://www.unb.br/fe/tef/filoesco/foucault/art10.html>>. Acesso em 29 ago. 2007.
- NORONHA, L. *Malandros: notícias de um submundo distante*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Prefeitura – Coleção Arenas do Rio - 12, 2003.
- OLIVEIRA, V. de. *Frevo: capoeira e passo*. Recife: Cia. Ed. de Pernambuco, 1971.
- PASSOS NETO, N. S. dos. *Capoeira: os fundamentos da malícia*. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- PIRES, A. L. C. S. *A capoeira na Bahia de todos os santos: um estudo sobre a cultura e classes trabalhadoras (1890-1937)*. 1. ed. Tocantins/Goiânia: NEAB/Grafset, 2004.
- REGO, W. *Capoeira Angola: ensaio sócio-etnográfico*. Salvador: Itapuã, Coleção Baiana, 1968.
- RIO de Janeiro. Rio um olhar no tempo. Disponível em: <[www.rio.rj.gov.br/rio\\_memória](http://www.rio.rj.gov.br/rio_memória)>. Acesso em: 30 abr. 2007.
- RIOS FILHO, Adolfo Moralles de. *Capoeiras e Capoeiragem*. *Rio Esportivo*. 19 jul., 27 jul., 03 ago., 31 ago., 16 set. e 18 out. Rio de Janeiro, 1926.
- RUGENDAS, J. M. *Viagem pitoresca através do Brasil*. Tradução de Sérgio Milliet; ilustrações de Rugendas; Belo Horizonte, Itatiaia, Coleção Reconquista do Brasil, série 3, v. 8, 1998.
- SICK, H. *Ornitologia Brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.
- SOARES, C. E. L. *A Negregada Instituição: os capoeiras na corte imperial 1850-1890*. Rio de Janeiro: Access, 1999.
- \_\_\_\_\_. *A capoeira escrava e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro (1808-1850)*. 2. ed., revisada e ampliada. Campinas, SP: UNICAMP/Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 2002.
- TURAZZI, M. I. (org.). Frederico Guilherme Briggs: *“Negros que vão levar açoutes” 1832-1836*. In: Tipos e cenas do Brasil Imperial; a Litografia Briggs na Coleção de Geyer. Petrópolis: Museu Imperial, 2002.

VIEIRA, L. R. Capoeira: tradições e identidades. *Revista Praticando Capoeira*, ano 3, n. 29, p. 30 e 31, São Paulo: D+T, 2005.

VIEIRA, L. R; ASSUNÇÃO, M. R. *Mitos, controvérsias e fatos: construindo a história da capoeira. Estudos Afro-Asiáticos*, n. 34, p. 81-121, 1998.

Recebido em 30/04/2013



**Artigos**



# Onde moram os pobres? Representações literárias das habitações populares (Rio de Janeiro, fins do XIX e inícios do XX) \*

## *Where do the poor live? Literary representations of slum dwellings (Rio de Janeiro, late 19th century and early 20th century)*

Magali Gouveia Engel

Doutora em História pelo Programa de Pós Graduação em História da UNICAMP  
Professora adjunto da UERJ

e-mail: magaligengel@gmail.com

### RESUMO:

As condições de vida das classes trabalhadoras, especialmente, o custo de vida, que incluía a precariedade das condições de moradia, foram um dos pontos prioritários da agenda de muitos intelectuais cariocas do período. As narrativas ficcionais e as crônicas, veiculadas em diversos periódicos que circularam no Rio no período da chamada Primeira República, constituíram espaços privilegiados para o debate em torno deste e de muitos outros problemas que marcaram o cotidiano dos habitantes da cidade. Proponho-me aqui a desenvolver uma breve reflexão em torno das visões sobre as habitações populares, expressas por escritores de significativa projeção no campo intelectual carioca da época, buscando, não apenas, identificar as diferentes percepções que revelaram neste sentido, mas também as contradições e ambiguidades de seus próprios olhares. A hipótese central da investigação é a de que tais percepções revelam diferentes compreensões sobre a realidade social da cidade e de seus habitantes pertencentes às classes trabalhadoras comprometidas com projetos políticos de modernização da capital republicana também distintos entre si. Entre os escritores selecionados figuram Coelho Netto, João do Rio, Lima Barreto, Benjamin Costallat, Aluísio de Azevedo e Orestes Barbosa.

**Palavras-chave:** habitações populares, intelectuais, cidade do Rio

### ABSTRACT:

*The living conditions of the working classes – especially the cost of living –, which included the precariousness of housing conditions, were one of the main priorities of the agenda of several of the period's carioca intellectuals. The fictional narratives and chronicles published in the many periodicals that circulated in Rio during the period known as the First Republic were privileged spaces for debate around this and many other problems present in the daily lives of the city's inhabitants. Here I propose to briefly reflect on the views regarding slum dwellings expressed by high profile writers of the carioca intellectual field of the time, seeking not only to identify the different perceptions revealed, but also the contradictions and ambiguities in their views. The hypothesis central to the investigation is that these perceptions reveal different understandings of the social reality of the city and of its working class inhabitants engaged in political projects of modernisation of the republic's capital, which also differed amongst each other. Among the writers selected are Coelho Netto, João do Rio, Lima Barreto, Benjamin Costallat, Aluísio de Azevedo and Orestes Barbosa.*

**Keywords:** *slum dwellings; intellectuals; city of Rio*

\* Este artigo é um dos resultados parciais da pesquisa "Os intelectuais, a cidade e a nação (Rio de Janeiro, 1870-1930)", contemplada com a bolsa Cientista do Nosso Estado da FAPER

O problema habitacional não era uma novidade quando a cidade do Rio de Janeiro passou de Corte à capital republicana no final do século XIX. Conforme assinalou Sidney Chalhoub, houve um aumento considerável de cortiços<sup>1</sup> na cidade a partir dos anos 1850/1860, em decorrência da ampliação “do fluxo de imigrantes portugueses”, do “crescimento do número de alforrias obtidas pelos escravos” e, ainda, das “situações nas quais os escravos obtinham autorização para ‘viver sobre si’” (Chalhoub, 1996:27).<sup>2</sup> Desde então, associados cada vez mais frequentemente à proliferação das epidemias de febre amarela e de cólera que assolavam a cidade, e vistos, ainda, como focos de desordem social, os cortiços ou estalagens passaram a ser alvo da crescente preocupação de administradores, autoridades policiais, médicos higienistas, engenheiros e políticos. Neste contexto, se desencadearam as primeiras discussões em torno da necessidade de regulamentação das habitações coletivas na Câmara Municipal que, contudo, não levariam a ações concretas até o advento da República.

Depois de instaurado o novo regime, em fins de 1889, a questão habitacional na capital republicana agravou-se radicalmente, não apenas em decorrência do crescimento populacional – para o qual contribuíram vários fatores, entre os quais o aumento significativo da imigração e a migração, sobretudo, de libertos provenientes de outras regiões do país –, mas também de uma política mais agressiva voltada para a destruição das habitações populares. Exemplo emblemático neste sentido foi a demolição de um dos cortiços mais famosos do Rio, o *Cabeça de Porco*, ocorrida em janeiro de 1893, durante a gestão do prefeito Barata Ribeiro, considerada como marco inaugural da proliferação das favelas na cidade do Rio. Mas o problema de moradia se tornaria ainda mais exacerbado, a partir das reformas urbanas implementadas pelas administrações de Rodrigues Alves – na esfera federal (1902-1906) – e de Pereira Passos – no âmbito municipal (1902-1906). A “era das demolições”, conforme expressão consagrada pelo historiador Oswaldo Porto Rocha (1986), destruiu grande parte dos cortiços, das casas de cômodos, das estalagens e das hospedarias, situadas nas regiões centrais da capital republicana, que abrigavam um número considerável de representantes das classes trabalhadoras. Mais tarde, as gestões dos prefeitos Paulo de Frontin (1919) e Carlos Sampaio (1920-1922) – não por acaso considerados legítimos sucessores de Pereira Passos – promoveram intervenções sobre o espaço urbano que agravariam ainda mais a questão habitacional.

As condições de vida das classes trabalhadoras, especialmente, o custo de vida, que incluía a precariedade das condições de moradia, foram um dos pontos prioritários da agenda de muitos intelectuais cariocas do período. As narrativas ficcionais (contos e romances) e, sobretudo, as crônicas – situadas nas fronteiras entre realidade e ficção – veiculadas em diversos periódicos que circularam no Rio de Janeiro no período da chamada Primeira República, constituíram espaços privilegiados para o debate em torno deste e de muitos outros problemas que marcaram o cotidiano dos habitantes da cidade. Proponho-me aqui a desenvolver uma breve reflexão em torno das visões sobre as habitações populares, expressas

por escritores de significativa projeção no campo intelectual carioca da época, buscando, não apenas, identificar as diferentes percepções que revelaram neste sentido, mas também as contradições e ambiguidades de seus próprios olhares. A hipótese central da investigação é a de que tais percepções revelam diferentes compreensões sobre a realidade social da cidade e de seus habitantes pertencentes às classes trabalhadoras comprometidas com projetos políticos de modernização da capital republicana também distintos entre si.

Entre os escritores selecionados figuram Coelho Netto,<sup>3</sup> João do Rio,<sup>4</sup> Lima Barreto,<sup>5</sup> Benjamin Costallat,<sup>6</sup> Aluísio de Azevedo<sup>7</sup> e Orestes Barbosa.<sup>8</sup> Pertencentes a gerações cronológicas distintas, estes intelectuais foram contemporâneos de um tempo profundamente marcado pelas transformações históricas que em suas mais diversas dimensões – sociais, econômicas, políticas e culturais – caracterizaram a sociedade brasileira a partir do último quartel do século XIX, cujos desdobramentos estenderam-se pelas três primeiras décadas do XX. Assim, atuaram como intelectuais<sup>9</sup> comprometidos com as tarefas de interpretar a realidade brasileira e de apontar os caminhos para o futuro do país. A partir do golpe militar de 15 de novembro de 1889, fracassado o projeto de transformar o Brasil em uma República dos Sábios, que muitos deles alimentaram atuando nos movimentos republicano e abolicionista, fizeram de suas penas instrumentos de militância, combatendo ou apoiando as ações dos poderes públicos. Em muitos momentos de suas narrativas, transformaram suas penas em pincéis e, através de olhares sensíveis, críticos, indignados, complacentes ou preconceituosos, esboçaram representações das habitações populares em cores e formas distintas entre si.

Cortiços, casas de cômodos, estalagens, hospedarias ou zungas eram termos empregados de modo fluído e impreciso para designar diversos tipos de moradias que abrigavam as classes trabalhadoras na cidade do Rio durante as primeiras décadas republicanas. À medida que as reformas urbanas agravavam a crise habitacional, proliferavam-se cada vez mais as habitações coletivas na capital republicana. Com base no relatório de Everardo Backheuser, apresentado ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores, J.J. Seabra, em 1906, Sylvia Damazio (1996), ressalta que muitos dos antigos palacetes que haviam sido habitados por famílias fidalgas – alguns dos quais remontavam ao período colonial –, situados, por exemplo, nas ruas Camerino, Barão de São Félix, Visconde de Inhaúma, Riachuelo, entres outras situadas na região central da cidade, tinham os quartos subdivididos por toscas separações de madeira, transformando-se, assim, em casas de cômodo.

Em um tom carregado de lusofobia, Aluísio Azevedo escreve a crônica intitulada “Casas de Cômodos”, na qual o escritor faz uma crítica mordaz aos “donos” desse tipo de moradia que proliferavam na capital federal, onde havia “mais quem habite do que onde habitar”.

Quase sempre forasteiro, exercia antes um ofício na pátria que deixou para vir tentar fortuna no Brasil; mas percebendo que aqui a especulação velhaca produz muito mais do que o trabalho honesto, tratou logo de esconder as ferramentas do ofício e de fariscar os meios de, sem nada fazer, fazer dinheiro” (AZEVEDO, 1944:55).<sup>10</sup>

Segundo Aluísio Azevedo, tais indivíduos – comumente de origem portuguesa – alugavam casarões enormes, de dois ou três andares e sublocavam seus quartos, pouco maiores do que “uma sepultura”, a “uma interminável procissão de desamparados da sorte e de magros lutadores pela vida”, entre os quais,

... estudantes pobres, carteiros e praticantes do correio, repórteres de jornais efêmeros, moços de botequim, operários de todas as profissões, comparsas e figurantes de teatro, pianistas de contrato por noite, cantores de igreja, costureiras sem oficina, cigarreiros sem fábrica, barbeiros sem loja, tipógrafos, guarda-freios, limpa-trilhos, bandeiras de bondes, enfim toda essa gente, para quem se inventaram os postos mais ingratos na luta pela vida, os mais precários e os mais arriscados” (AZEVEDO, 1944:56).

Muitos acabavam não conseguindo pagar os alugueis eram expulsos ou fugiam deixando no “negro e frio castelo”, a sua parca mobília. Assim, os exploradores desse tipo de habitação passavam a cobrar mais caro pelos quartos, anunciados como “mobiados”.

Foi numa casa de cômodos, situada no Rio Comprido, que o jovem Isaías Caminha – protagonista do primeiro romance publicado de Lima Barreto –, passou a residir duas semanas após chegar à capital sonhando em dar continuidade aos estudos e conseguir uma boa colocação sob a proteção do deputado Dr. Castro (Barreto, 1984).

“Era longe; mas escolhera-a por ser barato o aluguel. Ficava a casa numa eminência, a cavaleiro da Rua Malvino Reis e, atualmente, os dois andares do antigo palacete que ela fora estavam divididos em duas ou três dezenas de quartos, onde moravam mais de cinquenta pessoas.

(...)

A casa pertencera talvez a um oficial de Marinha, um chefe de esquadra. Havia ainda no teto do salão principal um Netuno com todos os atributos. O salão estava dividido por meio por um tabique; os cavalos marinhos e uma parte da concha ficaram de um lado e o deus do outro, com um pedaço do tridente, cercado de tritões e nereidas.

Num cômodo (em alguns) moravam às vezes famílias inteiras e eu tive ali ocasião de observar de que maneira forte a miséria prende solidamente os homens.

De longe, parece que toda essa gente pobre, que vemos por aí, vive separada, afastada pelas nacionalidades ou pela cor; no palacete, todos se misturavam e se confundiam” (BARRETO, 1984:109).

Mesmo admitindo que os conflitos entre os moradores eram frequentes, o escritor enfatiza os laços de solidariedade que os uniam na difícil batalha cotidiana pela sobrevivência, conforme observou Rômulo Costa Mattos (2010). Admirava-se Lima Barreto como “essa gente” conseguia viver enfrentando a “fome”, a “moléstia” e a “civilização”, “tantos males”, “privações e dificuldades”: “Não sei que estranha tenacidade a leva a viver e por que essa tenacidade é tanto mais forte quanto mais humilde e miserável” (Barreto, 1984:110). Vale ressaltar nessa passagem que o autor explicita claramente a luta dos segmentos pobres da população da cidade contra a *civilização* tão clamada e glorificada por outros intelectuais

– tais como, Olavo Bilac e Coelho Netto –, denunciando de modo bastante perspicaz a dimensão excludente do projeto de modernização que vinha sendo implementado a partir das primeiras administrações republicanas.

Em *Triste fim de Policarpo Quaresma* – publicado pela primeira vez sob a forma de folhetim no *Jornal do Commercio*, em 1911 – Lima Barreto menciona a existência de casas de cômodo também nos subúrbios. Mas aí as condições desse tipo de habitação eram muito piores, pois ao invés de palacetes antigos constituíam “casas que mal dariam para uma pequena família”, “divididas, subdivididas, e os minúsculos aposentos assim obtidos, alugados à população miserável da cidade. Aí, nesses caixotins humanos, é que se encontra a *fauna* menos observada da nossa vida, sobre a qual a miséria paira com um rigor londrino” (Barreto, 2001:320, grifo meu). A “gente que habita tais caixinhas” teria também um perfil distinto do que o escritor havia traçado para os moradores das casas de cômodo localizadas na área urbana e talvez, por isso, seja por ele identificada, de modo preconceituoso, como *fauna*. Tratava-se, segundo Lima Barreto daqueles que exerciam as “profissões mais tristes e mais inopinadas”:

Além dos serventes de repartições, contínuos de escritórios, podemos deparar velhas fabricantes de rendas de bilros, compradores de garrafas vazias, castradores de gatos, cães e galos, mandingueiros, catadores de ervas medicinais, enfim, uma variedade de profissões miseráveis que as nossas pequena e grande burguesias não podem adivinhar” (BARRETO, 2001:320).

Sem dúvida um perfil extremamente próximo ao esboçado por João do Rio para os que exerciam as “profissões da miséria” que revelavam o *outro lado* do progresso e da modernidade capitalistas, descritas na crônica “Pequenas profissões” – publicada, originalmente, na *Gazeta de Notícias* de 6 de agosto de 1904, com o título “Profissões exóticas”. Trapeiros, apanhadores, selistas, caçadores, ledoras de *buena dicha*, ratoeiros, apanhadores de papéis, de cavacos e de chumbo, marcadores ou tatuadores, enfim, “todos esses pobres seres vivos tristes” que “vivem do cisco”, “que apanham o inútil para viver”. “Inconscientes aplicadores à vida das cidades daquele axioma de Lavoisier: nada se perde na natureza”, sobreviviam desempenhando atividades que constituíam “o progresso, a dor, a miséria da vasta Babel”, na qual se transformava a cidade do Rio (JOÃO DO RIO, 1987:24 e 27).

Conforme mencionei anteriormente, não havia uma definição precisa para a palavra cortiço, que podia ser empregada como sinônimo de estalagens ou casas de cômodos ou, ainda, se referir a construções específicas, como as descritas pelo Dr. Antônio Pimentel, em seu *Subsídios para o estudo da higiene no Rio de Janeiro*, publicado em 1890:

... quartos ou casinhas (como os chamam os moradores) dispostos em uma ou duas filas, havendo uma praça entremeada com uma fonte, um tanque e latrina comum. (...) As moradas, de mínimas dimensões, em alguns compõem-se de uma saleta, um ou dois pequenos quartos ou alcovas, cozinha com fogão de tijolos para uma ou duas panelas, – noutras nem há fogão, mas um simples fogareiro de ferro; e na

maioria dos cortiços, porém, faltam a saleta e o fogão de tijolos, e tudo se reduz ao quarto de porta e janela e uma recâmara sem ar, sem luz, úmida e doentia. (*Apud* DAMAZIO, 1996:56).

As habitações coletivas de um modo geral e os cortiços, em particular, foram objeto de grande preocupação de médicos e higienistas, já que eram apontados como focos privilegiados de doenças endêmicas e epidêmicas, bem como espaços da desordem social e moral, onde se confundiam trabalhadores, vagabundos e criminosos entre as tênues fronteiras que, aos olhos das autoridades públicas, tornavam as classes pobres indiferenciáveis das *classes perigosas*. Sob um olhar marcado pelas referências da ciência médica, tingidos pelas cores do naturalismo, os cortiços foram representados na obra clássica de Aluísio Azevedo, publicada, originalmente, também em 1890. O tom profundamente preconceituoso (ausente, aliás, da crônica sobre as casas de cômodo às quais nos referimos anteriormente), agravado pelo comprometimento com a *verdade científica*, não impede que possamos vislumbrar, através do romance, o cotidiano dos moradores do *Carapicus* – inspirado no *Cabeça de Porco* –, seus hábitos, seus valores, suas atividades de sobrevivência, as formas de lazer, os laços de solidariedade, as brigas e rixas entre eles próprios e as rivalidades com os habitantes do *Cabeças-de-Gato*.

Habitado por uma população bastante heterogênea, composta por operários, mascates, soldados, lavadeiras, capoeiras, entre outros, o cortiço de Aluísio Azevedo é descrito como um espaço onde coabitavam o *bem* e o *mal*, o operário e o vagabundo, a mãe de família e a prostituta. Personagens, cujos perfis e destinos eram inteiramente diversos, como a bela Rita Baiana, mulata faceira, sensual e independente; a desconsolada e triste Piedade de Jesus, portuguesa honesta, fiel e submissa; e, Pombinha, menina bonita de “boa família”, que enveredou para o mundo da prostituição, levada pelas mãos da madrinha Léonie, famosa cocote. Enfim, homens como Firmo, “mulato pachola”, “capadócio de marca, pernóstico, só de maçadas, e todo ele se quebrando nos seus movimentos de capoeira” (AZEVEDO, 1983:49). Ou como Jerônimo, imigrante português que, ao chegar ao cortiço *Carapicus* era o verdadeiro protótipo do *bom trabalhador*. Mas sob a influência perniciosa do *meio* e completamente subjugado pelos encantos irresistíveis da Rita Baiana, acabou incorporando a identidade e o estilo de vida de Firmo – “oficial torneiro, oficial perito e vadio: ganhava uma semana para gastar num dia” –, recusando-se, assim, a se submeter à rotina disciplinada dos trabalhadores que possuíam atividades regulares.

A definição dos cortiços como espaço da vadiagem e do crime, aparece também numa crônica de Coelho Netto, publicada no jornal carioca *O Paiz*, no dia 22 de janeiro de 1893:

Nesses cortiços, que formam dentro da cidade, pequenos departamentos sórdidos, de onde o vício emigra, onde prolifera a infâmia, onde o crime nasce, onde a inocência morre, a julgar pelo que vemos diariamente nas ruas – há uma grande escola de miséria, vive oculta, trabalhando clandestinamente na sombra e na lama, a alma perversa e ignóbil de Clopin Trouillefou (COELHO NETTO, 2002:185).<sup>11</sup>

Para o escritor, trata-se de um espaço da miséria, habitado exclusivamente por aqueles que já estariam irremediavelmente perdidos em termos sociais, econômicos e morais, para a sociedade, de onde toda manhã “saem para a peregrinação das ruas, todas as turmas de miseráveis”, “velhos cegos”, “aleijados”, “leprosas”, “velhas de sabá”, “moças em pleno vigor dos anos chorando por estarem grávidas”. Um espaço corrompido e corruptível, onde a esperança de um futuro promissor para a nação brasileira era cotidianamente destruída, já que, sem uma intervenção enérgica das autoridades públicas, as crianças ali nascidas jamais poderiam se transformar em cidadãos produtivos e patriotas:

Essas crianças crescem no pântano, educam-se na mendicidade, formam-se na promiscuidade do vício e do crime, acompanham com os olhos inocentes todas as abjeções do mundo e habitam-se por fim, dando mais tarde, quando os sexos se pronunciam – os grandes fornecimentos do prostíbulo e as grandes levas dos presídios (COELHO NETTO, 2002:185).

De uma perspectiva distinta, na imagem criada por Aluísio Azevedo, como vimos, o cortiço possui uma dimensão ambígua e contraditória, onde convivem trabalhadores e vadios, a honestidade e o crime. O cortiço é caracterizado pelo escritor naturalista como um meio deletério que, favorecendo a manifestação dos instintos selvagens da natureza humana, *pode* corromper, social e moralmente, os seus habitantes, cuja maioria, contudo, é vista como pertencente aos segmentos socioeconômicos explorados.

Uma diferença semelhante pode ser observada ao compararmos as descrições feitas por Coelho Netto e por João do Rio das chamadas casas de dormida ou hospedarias baratas. A casa que parecia um “túmulo de vivos”, abrigava, segundo o primeiro, “o rebotalho da sociedade”, “todas as moléstias da alma humana”, enfim, “o homem bêbado, a mulher gasta, a criança impura”:

À porta, o Aqueronte que dá passagem para o Letes imundo, recebe a moeda ganha com a miséria ou com o vício, desenrola as esteiras e volta ao seu posto.

Os sonolentos estiram-se vestidos como estão, bêbados e nauseabundos. Em torno, os que vieram mais cedo roncam, outros, com os olhos ainda abertos, meditam crimes – mãos negras procuram as carnes flácidas das *coureuses*, bocas vomitam o fermento da embriaguez, e nem uma voz para a criança que cerra as pálpebras no lodo, como uma rosa murchando ao cair na água lóbrega de um pântano.

Os vermes da imundice resvalam pelos corpos, bocejos soam como estertores, há pragas e maldições ... (Coelho Netto, 2002:166).<sup>12</sup>

Note-se, mais uma vez, que a imagem revela uma forte associação entre os frequentadores das casas de dormida, indivíduos extremamente pobres que não possuíam moradia fixa, com a degeneração e a morte. Homens, mulheres e crianças, completamente destituídos de moral, vivendo de expedientes nas fronteiras da ilegalidade, representavam uma chaga que ameaçava o futuro do Brasil como nação próspera e *civilizada*.

Convidado por um delegado a conhecer os “círculos infernais” que expressavam os aspectos mais “sórdidos” da cidade do Rio, João do Rio aceita viver a experiência, segundo ele próprio muito comum no mundo urbano e literário europeu,<sup>13</sup> visitando algumas hospedarias localizadas na Gamboa e na Cidade Nova. A descrição feita por João do Rio de uma zunga ou hospedaria barata, localizada no beco do Ferreiro, na crônica intitulada “Sono calmo” – publicada no jornal carioca *Gazeta de Notícias*, em 10 de junho de 1904, com o título “Sono da miséria” –, é bastante intensa:

Trepamos todos por uma escada íngreme. O mau cheiro aumentava. Parecia que o ar rareava, e, parando um instante, ouvimos a respiração de todo aquele mundo como o afastado resfolegar de uma grande máquina. Era a seção dos quartos reservados e a sala das esteiras. Os quartos estreitos, asfixiantes, com camas largas antigas e lençóis por onde corriam percevejos. A respiração tornava-se difícil. (...) Alguns desses quartos, as dormidas de luxo, tinham entrada pela sala das esteiras, em que se dorme por oitocentos réis, e essas quatro paredes impressionavam como um pesadelo.

(...) Havia ... mais um andar, mas quase não se podia chegar, estando a escada cheia de corpos, gente enfiada em trapos, se estirava nos degraus, ... – mulheres receosas da promiscuidade, de saias enrodilhadas. Os agentes abriam caminho, acordando a *canalha* com a ponta dos cacetes. Eu tapava o nariz. A atmosfera sufocava ... Parecia que todas as respirações subiam, envenenando as escadas, e o cheiro, o fedor, um fedor fulminante, impregnava-se nas nossas próprias mãos (...) A sala estava cheia. Já não havia divisões, tabiques, não se podia andar sem esmagar um corpo vivo. A metade daquele *gado humano* trabalhava; rebentava nas descargas dos vapores, enchendo paióis de carvão, carregando fardos. Mais uma hora e acordaria para esperar no cais os batelões que a levassem ao ceppo do *labor*, em que *empedra o cérebro* e rebenta os músculos.

(...) O dr. delegado teve uma última ideia – a visão de uma cena ainda mais cruel.

– Vamos ver os fundos!

Foi aí então que vimos o sofrer inconsciente e o último grau da miséria. O hospedeiro torpe dizia que por ali dormiam alguns de favor, mas pelo corredor estreito, em derredor da sentina, no trecho do quintal, cheio de trapos e de lama, nas lajes, os mendigos, faces escaveiradas e sujas, acordavam num clamor erguendo as mãos para o ar. E de tal forma a treva se ligava a esses *espectros da vida* que o quadro parecia formar um todo homogêneo e irreal.

– Tudo grátis aos desgraçadinhos, *sibilava* o homem musculoso.

Curvei-me, perto da latrina. Era uma velha embiocada num capuz preto.

– Quanto pagou v., minha velha?

– O que tinha, filho, o que tinha, dois tostões ... (JOÃO DO RIO, 1991:121-123, grifos meus).

O tom profundamente preconceituoso em muito se assemelha ao utilizado por Coelho Netto. Entretanto, é possível notar algumas diferenças importantes entre os dois discursos. Enquanto o olhar de Coelho Netto homogeneiza o mundo da miséria, João do Rio revela diferenças e, até mesmo hierarquias, que o caracterizavam. No que se refere a esse último

aspecto, menciona os diversos tipos de acomodações a que correspondiam diferentes preços. Mas todos pagavam, até mesmo os mendigos que, aliás, são objeto de comiseração, diferentemente de Coelho Netto que os desqualifica pela sua inutilidade para a sociedade. Na crônica de João do Rio, embora a promiscuidade apareça como uma das características das zungas, ela não é naturalizada como traço intrínseco à *natureza* das mulheres pobres, como nos escritos de Coelho Netto anteriormente citados.

Mais próxima da perspectiva de Aluísio de Azevedo, a descrição de João do Rio parece apreender o espaço observado como lugar de ambiguidades e contradições, onde a vadiagem e o crime coabitam com o trabalho e a exploração. Nem por isso seria um espaço menos *perigoso* para a sociedade, tanto em termos sociais e econômicos, quanto morais. Mas como a degradação da maioria dos seres humanos submetidos àquelas condições era produto da miséria e da exploração, e não de sua *natureza*, poderia haver, teoricamente, *salvação* ou *regeneração*, se tais condições fossem modificadas. Observe-se, nesse sentido, que o embrutecimento do cérebro (ou da inteligência) era visto pelo cronista como produto do trabalho braçal e, portanto, das condições de exploração às quais os operários eram submetidos. Entretanto, João do Rio não parece ter acreditado na possibilidade efetiva da transformação social e econômica que *redimiria* os trabalhadores braçais do embrutecimento intelectual e, nem mesmo, se manifestado claramente a seu favor.

Poucos anos depois, em mais uma de suas peregrinações pela cidade, João do Rio deparou-se com um grupo de seresteiros que o convidaram para conhecer o morro de Santo Antônio onde moravam. A partir das impressões colhidas nas andanças pelas ruelas do morro, localizado na região central da capital republicana, o cronista escreveu “A cidade do morro de Santo Antônio”, publicada, originalmente no jornal carioca *Gazeta de Notícias* do dia 3 de novembro de 1908,<sup>14</sup> na qual descortinava aos seus leitores uma “outra cidade”:

... percebi, então, que estava numa cidade dentro da grande cidade. Sim. É o fato. Como grande se criou ali aquela curiosa vila de miséria indolente? O certo é que hoje há, talvez, mais de quinhentas casas e cerca de mil e quinhentas pessoas abrigadas lá por cima. (...) Todas são feitas sobre o chão, sem importar as depressões do terreno, com caixões de madeira, folhas de Flandres, taquaras. (...) Tinha-se, na treva luminosa da noite estrelada, a impressão lida da estrada do arraial de Canudos, ou a funambulesca ideia de um vasto galinheiro multiforme. (...) A cidade tem mulheres perdidas, inteiramente da gandaia. (...) Há casas de casais com união livre (...) Mas também há casas de famílias, com meninas decentes. (...) Pergunto a profissão de cada um. Quase todos são operários, ‘mas estão parados’. Eles devem descer à cidade, e arranjar algum cobre. As mulheres, de certo também, descem a apanhar fitas nas casas de móveis, amostra de café na praça, – troços por ai. E a vida lhes sorri e não querem mais e não almejam mais nada. (...) E quando de novo cheguei ao alto do morro, dando outra vez com os olhos na cidade, que embaixo dormia iluminada, imaginei chegar de uma longa viagem a outro ponto da terra, de uma corrida pelo arraial da sordidez alegre, pelo horror inconsciente da miséria cantadeira, com a visão dos casinhotos e das caras daquele povo vigoroso, refestelado na indigência

em vez de trabalhar, conseguindo bem no centro de uma grande cidade a construção imediata de um acampamento de indolência, livres de todas as leis (JOÃO DO RIO, “A cidade do morro de Santo Antônio”, *Gazeta de Notícias*, 3/11/1908)

Num tom mais próximo do utilizado por Coelho Netto em seus relatos sobre os cortiços e as casas de dormida, o morro é apresentado como um espaço do *não trabalho* que se configuraria mais como uma opção de quem lá vivia do que uma consequência de condições sociais, econômicas e políticas. Entretanto, para João do Rio, tal *opção*, apesar de “sórdida”, produzia felicidade. Perspectiva reforçada pela referência em vários outros trechos da crônica ao lado lúdico, alegre, autêntico da vida no morro, expresso, por exemplo, pelo som dos violões tocando modinhas e sambas. Por outro lado, não fica muito evidente se, para o autor, os operários que lá residiam estavam parados por opção ou por faltar emprego para eles. Além disso, observamos, mais uma vez, que o morro é descrito como um espaço de ambiguidades, onde convivem “mulheres perdidas, inteiramente da gandaia”, “casais com união livre”, “famílias” e “meninas decentes”.<sup>15</sup>

Tais hesitações não impediriam, contudo, que dois anos mais tarde, João do Rio sustentasse a necessidade do arrasamento do morro de Santo Antônio, num embate com a escritora Júlia Lopes de Almeida que defendia a sua preservação.<sup>16</sup> As ambiguidades que marcaram tão profundamente o olhar de João do Rio caracterizaram muitas das representações das favelas de fins do século XIX até os dias de hoje. Na crônica intitulada “A favela que eu vi”,<sup>17</sup> Benjamin Costallat revela uma visão contraditória na qual se confrontam os olhares “naturalista” e “romântico”. Num primeiro momento, o morro da Favela é apresentado como o “morro do crime”, onde,

Há bem pouco tempo, assaltava-se em pleno dia, na Ponte dos Amores. À noite, matava-se.

Hoje, tudo está melhor.

Mas ainda é perigosa, muito perigosa, a ponte de madeira, agasalhadora dos amores violentos dos malandros e das crioulas ...” (Costallat, 1995:33).

Entretanto, mais adiante o cronista redefine sua posição, criticando a visão corrente que caracterizava o morro como reduto do perigo:

“O maior perigo que eu encontrei na Favela foi o risco, a cada passo, de despencar-me de lá de cima pela pedreira ou pelo morro abaixo.

(...)

Os pequeninos casebres feitos de latas de querosene também suspendem-se no ar, por cima de verdadeiros abismos, num milagre de equilíbrio, mas também não caem.

Deus protege a Favela!...

E a Favela merece a proteção divina porque ela é alegre na sua miséria.

Aquela gente, que não tem nada, dá uma profunda lição de alegria àqueles que têm tudo. Sem higiene, sem conforto, naqueles pequeninos casebres fétidos e imundos, que se arriscam, a cada instante, a voar com o vento ou despencar-se lá de cima; aquela

população de homens valentes – estivadores, carvoeiros, embarcações – e de mulheres anemiadas e fracas, e de crianças mal alimentadas e em trapos, cria porcos, bebe cachaça, toca cavaquinho e canta!...

O dia inteiro, de dentro de um daqueles casebres feitos a lata de querosene, partem vozes dolentes de um violão ou os arrepios saltitantes de um cavaquinho.

À noite, tudo samba.

Apesar da miséria em que vive, toda a Favela, sambando, é feliz sob um céu salpicado e lindo de estrelas!...” (COSTALLAT, 1995:34-35).<sup>18</sup>

Se, por um lado, se trata indiscutivelmente da valorização dos habitantes da Favela, definidos de forma inequívoca como trabalhadores – “estivadores, carvoeiros, embarcações” – “homens valentes” que se sobrepõem às figuras dos “malandros que assaltam com a mesma facilidade com que se dá bom-dia” – por outro, há uma certa mistificação da situação de pobreza, de miséria e de exploração como se estas pudessem ser superadas ou vivenciadas de forma mais *amena* pela alegria inerente à cultura das classes trabalhadoras.

Um ano antes da publicação de *Mistérios do Rio*, de Benjamin Costallat, Orestes Barbosa publicava o seu famoso *Bambambã!*, no qual reunia várias de suas crônicas, entre as quais, “A Favela”, onde o morro da Favela era, mais uma vez, apresentado como *espaço do perigo*: “... labirinto das baiucas, esconderijos, sepulturas vazias e casinhas de portas falsas que formam toda a originalidade do bairro terrorista onde a polícia do 8º distrito não vai”(BARBOSA, 1993:111). A visão profundamente negativa se estende a outras regiões da cidade. Segundo o cronista, o “mundo criminal” se estendia por D. Clara, Madureira, Portugal Pequeno, Buraco Quente e Recreio das Paraguaiais (BARBOSA, 1993:114). Entretanto, tais lugares são contrapostos ao bairro de Botafogo que “toma ópio”, mas que “não oferece perigo, porque os bandidos não gostam de ópio e não vão lá ...” (BARBOSA, 1993:114). Para Orestes Barbosa, como para João do Rio, existiam duas cidades no Rio:

A Misteriosa é a que mais me encanta.

Eu gosto de vê-la e senti-la na luta contra a outra – a cidade que todos têm muito prazer em conhecer...

Tão viciado e tão perverso quanto a Favela, mas muito mais obtuso, Botafogo não entusiasma porque é postiço.

Na Favela o observador vê uma sociedade de espíritos excepcionais.

Talvez a miséria apure os sentidos.

(...)

Sem imunidades parlamentares, sem dinheiro para comprar juízes, promotores ou desembargadores da Corte de Apelação, a Favela mata sempre que é preciso matar.

(...) a Favela tem talento e humor de fazer inveja.

Cada vagabundo da rua é uma inteligência espontânea, criadora de frases que logo a cidade toda aceita e não sabe criar.

Da Favela e zonas congêneres saem a modinha e o samba ...” (BARBOSA, 1993:115).

Diferentemente de João do Rio, no confronto entre as duas cidades, Barbosa opta, sem vacilar, pela *cidade submersa* ou a *outra cidade*, não só pela sua autenticidade, comparada à artificialidade da cidade branca e burguesa, mas também pela sua criatividade expressa na “inteligência espontânea”, símbolo da identidade da própria cidade. Talento, humor, modinha e samba seriam expressões da criatividade da cultura dessa outra cidade que compreendia os morros e os subúrbios da capital republicana.

Bem diferente, contudo, seria a descrição de Lima Barreto das favelas dos subúrbios em seu clássico romance *Clara dos Anjos*:

Há casas, casinhas, casebres, barracões, choças, por toda a parte onde se possa fincar quatro estacas de pau e uni-las por paredes duvidosas. Todo o material para essas construções serve: são latas de fósforo distendidas, telhas velhas, folhas de zinco, e, para as nervuras das paredes de taipa, o bambu, que não é barato.

Há verdadeiros aldeamentos dessas barracas, nas coroas dos morros, que as árvores e os bambuais escondem aos olhos dos transeuntes. Nelas, há quase sempre uma bica para todos os habitantes e nenhuma espécie de esgoto. Toda essa população, pobríssima, vive sob ameaça constante da varíola e, quando ela dá para aquelas bandas, é um verdadeiro flagelo” (BARRETO, 2001a:691).

Se, tal representação não dá conta das possibilidades de contestação desses segmentos da população suburbana, por outro, revelam o lado trágico da realidade em que viviam extensos segmentos sociais da cidade.

Benjamin Costallat, Orestes Barbosa e Lima Barreto expressaram diferentes percepções das favelas do Rio. Em todas elas, contudo, era apreendida, de um modo ou de outro, as dimensões de uma realidade marcada pela violência, pela exploração e pela injustiça social. Dimensão completamente ausente na famosa pintura do Morro da Favela de Tarsila do Amaral (1924), na qual as cores e as formas dos barracos, das pessoas, dos animais e da vegetação, escondem a precariedade das condições de vida e as lutas dos moradores das favelas cariocas. Na cena, a pobreza, a miséria e as estratégias de resistência dos moradores do morro são apagadas, dando lugar a uma representação harmoniosa e romântica do seu cotidiano.

## Notas

1 - Sobre as controvérsias em torno da definição de cortiço que envolveram as autoridades públicas da cidade do Rio na segunda metade do século XIX veja-se Sidney Chalhoub (1996, p. 38 e segs).

2 - A permissão de “viver sobre si” podia ser concedida aos escravos por seus senhores e implicava a possibilidade de que pudessem morar longe da casa dos proprietários, sendo responsáveis pelo seu próprio sustento, o que representava a possibilidade de que levassem uma vida quase indiferenciada em relação aos segmentos livres. De acordo com Chalhoub a multiplicação da concessão das autorizações para “viver sobre si”, tornou-se “mais

um importante elemento desagregador da instituição da escravidão na Corte” (1996, p. 27).

3 - Henrique Maximiliano Coelho Netto (1864-1934) nasceu na cidade de Caxias no Maranhão. Era filho de Ana Silvestre, descendente de indígenas, e de Antônio da Fonseca, pequeno comerciante de origem portuguesa. Em 1870 passou a residir na Corte com seus pais. Ingressou na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, mas não concluiu o curso. Frequentou também as Faculdades de Direito de São Paulo e do Recife, onde sofreu perseguições em função do seu engajamento nos movimentos abolicionista e republicano, terminando por abandonar o

curso. Enveredou pelos caminhos da literatura, do jornalismo e da política, tendo sido deputado federal pelo Maranhão, de 1909 a 1918. Membro fundador da Academia Brasileira de Letras publicou mais de cem títulos – romances e contos –, destacando-se como um dos escritores mais lidos de sua época. Teve também intensa participação como cronista na imprensa.

4 - Filho do professor de matemática Alfredo Coelho Barreto e de Florência Cristóvão dos Santos Barreto – mulata, filha do médico Dr. Joaquim C. dos Santos –, João Paulo Emílio Cristóvão dos Santos Barreto (1881-1921) foi aluno do colégio do Mosteiro de São Bento e do Ginásio Nacional. Tornou-se um jornalista bastante conhecido – atuando na grande imprensa carioca – e um escritor de sucesso – tendo quase todos os seus livros publicados pela Garnier, a mais poderosa editora da época. A partir de janeiro de 1904 começou a assinar suas reportagens na *Gazeta de Notícias* com o pseudônimo “João do Rio” que terminou substituindo seu nome civil. Depois de duas tentativas infrutíferas conseguiu ingressar, em 1910, com apenas trinta anos, na Academia Brasileira de Letras. Sua expressiva produção abarca quase todos os gêneros (crônicas, contos, novelas, romances e peças teatrais), incluindo também a crítica (literária, teatral e de artes plásticas).

5 - Afonso Henriques de Lima Barreto (1881-1922) era filho do tipógrafo João Henriques de Lima Barreto e da professora primária Amália Augusta Barreto, ambos mestiços. Completados os primeiros estudos no Liceu de Niterói, Lima Barreto foi para o Colégio Pedro II. Em 1897, ingressou na Escola Politécnica de Engenharia, na qual, em 1902, iniciou a sua colaboração no periódico dos estudantes, *A Lanterna*. Após o enlouquecimento do pai e a quinta reprovação no curso de Mecânica, Lima Barreto abandonou a Escola de Engenharia, ingressando no funcionalismo público. Um dos mais importantes escritores brasileiros, fez de sua literatura um instrumento de transformação social, denunciando as desigualdades raciais e de classe que caracterizavam a sociedade em que viveu, bem como as arbitrariedades dos primeiros governos republicanos.

6 - enjamim Delgado de Carvalho Costallat (1897–1961) formou-se em Direito pela Faculdade do Rio de Janeiro, mas fez carreira como jornalista e literato. Violinista amador tornou-se crítico musical do periódico *O Imparcial*. Foi também redator de dois importantes jornais da capital republicana, a *Gazeta de Notícias* e o *Jornal do Brasil*. Sua produção literária tem início em 1919, com a publicação de uma coletânea de contos intitulada *A luz vermelha*. O primeiro romance de Benjamin Costallat, *Mlle. Cinema*, publicado em 1922, foi um verdadeiro sucesso de mercado, atingindo na 5ª edição a marca de 60.000 exemplares vendidos. Obteve grande sucesso editorial, chegando a publicar mais de trinta obras (reunindo crônicas, contos e romances) e, até mesmo, a fundar uma editora, a Costallat & Miccolis.

7 - Considerado o principal escritor brasileiro naturalista, Aluísio Tancredo Gonçalves de Azevedo

(1857-1913) nasceu em São Luís no Maranhão da união de Emília Amália Pinto de Magalhães com vice-cônsul português, Davi Gonçalves de Azevedo. Depois de concluir o curso secundário na cidade natal, em 1876, veio, a chamado do irmão, Arthur Azevedo, para a corte, onde trabalhou como caricaturista em periódicos políticos e humorísticos. Voltou para São Luís em 1878, onde atuou na imprensa de oposição até 1881, quando decidiu retornar ao Rio. De 1882 a 1895 dedicou-se a escrever romances, contos, crônicas, revistas teatrais, operetas, num ritmo alucinante, garantindo a sua sobrevivência exclusivamente da atividade literária. Mesmo tendo sido bem sucedido e reconhecido como literato acabaria optando pela carreira diplomática, na qual ingressou, em 1895, após ter sido aprovado num concurso para cônsul. Exerceu o cargo em Vigo, em Nápoles, em Tóquio, vindo a falecer em Buenos Aires, em 21 de janeiro de 1913, aos cinquenta e cinco anos de idade. Foi membro fundador da Academia Brasileira de Letras.

8 - Mais conhecido pelos célebres versos da canção “Chão de Estrelas”, Orestes Barbosa (1893-1966), além de poeta, assumiu todas as funções possíveis em jornais (revisor, secretário, cronista, editor, repórter de polícia e repórter político) e trabalhou em quase todos os diários da cidade do Rio. Filho do major de Brigada Militar Caetano Lourenço da Silveira Barbosa e de Maria Angélica Bragança Dias Barbosa, teve uma infância difícil em virtude da demissão do pai. Chegou a viver só, nas ruas da cidade, ainda menino. Sem escola aprendeu a ler com a ajuda de Clodoaldo Pereira de Moraes, pai de Vinícius de Moraes, nos cabeçalhos de jornais e nos letreiros de bondes. Apesar de ter ficado mais conhecido como letrista e poeta, Orestes Barbosa publicou em vida, ao todo, dez livros.

9 - Adoto aqui a concepção de Antonio Gramsci, segundo a qual, se todos os seres humanos são intelectuais, apenas alguns exercem a função de intelectuais na sociedade, ou seja, de organizadores da cultura ou de construtores da hegemonia ou contra hegemonia dos grupos sociais ou das frações de classe que representam. Deste modo, os intelectuais não podem ser concebidos como um grupo “acima das classes sociais”, atuando como árbitros neutros dos conflitos e disputas políticas (Gramsci, 2006, p. 18).

10 - A crônica foi publicada na coletânea *O touro negro* de 1938 depois da morte do escritor. Não há referência à data da sua publicação, nem ao periódico onde o texto teria sido veiculado originalmente. Aluísio de Azevedo escreveu também o romance intitulado *Casa de pensão*, publicado originalmente como folhetim, em 1883. O enredo gira em torno da vida de Amâncio e do convívio entre os moradores da casa de pensão de propriedade de Madame Brizard, onde residia o jovem estudante maranhense.

11 - Clopin Trouillefou é um dos personagens do famoso romance de Victor Hugo, *Notre Dame de Paris* (ou, como ficou mais conhecido, *O corcunda de Notre Dame*), publicado, originalmente, em 1831.

12 - Trata-se de uma crônica publicada no jornal *O Paiz*, em 17 de dezembro de 1892. De acordo com a mitologia grega, Aqueronte e Letes eram rios que banhavam o Inferno, domínio de Hades, deus das profundezas subterrâneas. Para atingir Hades, os mortos deveriam atravessar o Aqueronte na barca de Caronte.

13 - Nesse sentido, João do Rio refere-se às experiências de Oscar Wilde, Jean Lorrain e de muitos jornalistas franceses (JOÃO DO RIO, 1991:119).

14 - O mesmo texto foi publicado também em *Vida vertiginosa* (1911), com o título "Livres acampamentos da miséria".

15 - A diferenciação preconceituosa entre "casais com união livre", "famílias" e "meninas decentes" expressa o olhar do cronista. Como observou Martha Abreu, embora houvesse uma expectativa em torno do casamento oficial, os amasiamentos costumavam ser tão respeitadas quanto as uniões oficializadas pelos segmentos populares cariocas (Abreu Esteves, 1989).

16 - O cronista afirmava em artigo publicado na *Gazeta de Notícias*, em 20 de fevereiro de 1910, que

não via "beleza alguma numa bossa de terra, coberta de barracas de folha e sarrafo", cujo aspecto seria "vergonhoso e hostil aos olhos do estrangeiro". Ao traçar o perfil dos moradores do morro, desapareciam as pinceladas vacilantes, dando lugar a traços firmes que os caracterizavam como o que havia "de sórdido, de torpe e infame: assassinos conhecidos, marafonas, desordeiros, vagabundo", uma "população" constituída "de párias sociais, engaiolados em caixões de batatas", enfim, "uma lepra tremenda" (*Gazeta de Notícias*, 20/02/1910).

17- A crônica foi publicada, originalmente, no *Jornal do Brasil*, integrando posteriormente a coletânea *Mistérios do Rio*, cuja primeira edição é de 1924.

18 - Impossível não estabelecermos alguma relação com as visões românticas e/ou enaltecida das favelas ou da população pobre que nela habita, veiculadas em músicas que atravessam os séculos XX e chegam ao XXI, como por exemplo, "Chão de estrelas", de Sílvio Caldas e Orestes Barbosa (1935) e "Eta povo pra lutar" de Zeca Pagodinho (2008).

## Fontes

AZEVEDO, Aluísio. Casa de cômodos. In: *O touro negro* (crônicas e epistolário). Rio de Janeiro: F. Briguet e Cia., 1944 (2ª ed.), p. 55-63.

BARBOSA, Orestes. *Bambambã!* Rio de Janeiro: SMC/DGDIC/DE, 1993 (2ª ed.).

COELHO NETTO. *Bilhetes postais*. São Paulo: Mercado das Letras, 2002.

COSTALLAT, Benjamin. *Mistérios do Rio*. Rio de Janeiro: SMC/DGDIC/DE, 1995.

JOÃO DO RIO. *A alma encantadora das ruas*, RJ, Sec. Mun. De Cult., DGDIC, 1987.

\_\_\_\_\_. *Vida vertiginosa*. Paris: Garnier. 1911.

LIMA BARRETO. *Recordações do escrívão Isaías Caminha*. São Paulo: Ática, 1984 (1ª ed. 1909).

\_\_\_\_\_. Triste fim de Policarpo Quaresma. *Lima Barreto. Prosa Seleta*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2001, p. 259-411.

\_\_\_\_\_. Clara dos Anjos. *Lima Barreto. Prosa Seleta*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2001, p. 635-748.

## Referências Bibliográficas

ABREU Esteves, Martha. *Meninas perdidas*. Os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

BELCHIOR, Pedro. *Tristes subúrbios: literatura, cidade e memória na experiência de Lima Barreto (1881-1922)*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

BOURDIEU, Pierre. Campo intelectual e projeto criador. In: Vários. *Problemas do estruturalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril*. Cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

DAMAZIO, Sylvia F. *Retrato social do Rio de Janeiro na virada do século*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006 (4ª ed.), Vol. II.

ENGEL, Magali Gouveia. Modernidade, dominação e resistência: as relações entre capital e trabalho sob a ótica de João do Rio. *Tempo*: Departamento de História-UFF, Rio de Janeiro, Vol. 9, n. 3, p. 53-78. Jul. 2004.

MATTOS, Rômulo C. Os “trágicos asilos da miséria”: habitações populares e literatura na *Belle Époque* carioca. *Revista do Mestrado em História*. Vassouras, v. 12, n. 1, p. 55-70, jan./jun. 2010.

MOTTA, Marly Silva da. O “Hércules da prefeitura” e o “demolidor do Castelo”: o Executivo municipal como gestor da política urbana da cidade do Rio de Janeiro. In: Oliveira, Lúcia Lippi (org.). *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, p. 194-211. 2002.

NEVES, Margarida de Souza. O povo na rua: um “conto de duas cidades”. In: Pechman, Robert Moses (org.). *Olhares sobre a cidade*. Rio de Janeiro: Ed.UFRJ, p. 135-155. 1994.

Rio de Janeiro. Secretaria Municipal de Urbanismo. Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos. *Planos urbanos. Rio de Janeiro. O século XIX*. Rio de Janeiro: IPP, 2008.

ROCHA, Oswaldo Porto. *A era das demolições: cidade do Rio de Janeiro, 1870-1920*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1986.

Recebido em 01/04/2013



# Considerações sobre dois panoramas viajantes do Rio de Janeiro no século XIX

## *Considerations on two travelling panoramas of the city of Rio de Janeiro in the 19<sup>th</sup> century*

Carla Hermann

Geógrafa (Centro de Arquitetura e Urbanismo/SMU)

Doutoranda em História da Arte (PPGArtes/UERJ)

Carla.hermann@gmail.com

### RESUMO:

O texto tece considerações sobre dois panoramas da cidade do Rio de Janeiro realizados e expostos na Europa no século XIX. São *Panorama do Rio de Janeiro*, de Felix-Émilie Taunay, encomendado em 1822, e exposto em Paris em 1824, e *Description of a view of the city of St. Sebastian, and the Bay of Rio Janeiro*, de Robert Burford, exibido em Leicester-Square em Londres, em 1828. São abordadas a partir deles a representação do espaço da paisagem no século XIX e a conformação de uma imagem para a cidade do Rio de Janeiro.

**Palavras-chave:** Rio de Janeiro; panorama; paisagem

### ABSTRACT:

*This text examines two panoramas of the city of Rio de Janeiro made and exhibited in Europe in the 19th century – Panorama do Rio de Janeiro, by Felix-Émilie Taunay, commissioned in 1822 and exhibited in Paris in 1824, and Description of a view of the city of St. Sebastian, and the Bay of Rio Janeiro, by Robert Burford, exhibited in Leicester Square, London, in 1828. Based on them, we reflect on the representation of landscape in the 19<sup>th</sup> century and on the conformation of an image for the city of Rio de Janeiro.*

**Keywords:** Rio de Janeiro; panorama; landscape

Desde o fim do século XVIII os panoramas estiveram presentes nas capitais europeias, espalhando uma noção de relação com a pintura de paisagem que era, por si só, a constituição da sensibilidade moderna. Foram patenteados por Robert Barker, em 1787, e obedeciam a uma estrutura arquitetônica bastante específica destinada a exibir telas circulares colocadas na parede sem janelas de uma sala fechada circular e giratória, formando uma vista de 360°, a ser observada do centro da sala. O espectador era conduzido por corredores escuros até o centro de uma plataforma. O túnel escuro servia para desorientar e desconectá-lo do mundo exterior do qual tinha vindo para colocá-lo, adiante, envolvido por uma tela de proporção monumental, de 5, 8 ou 14m de altura. A escala monumental trazia a função de não permitir a visualização do mecanismo operacional, assim como a base e o topo da tela, o que influenciava também o modo de experimentar o próprio espaço, além de seduzir o público com sua presença grandiosa. As pinturas buscavam o maior realismo possível, num esforço de reproduzir o mundo de maneira fiel. Essa procura pela imitação fidedigna das paisagens não deixa de ser uma celebração dos avanços científicos. Fica bastante claro que o homem, naquele momento, era capaz de construir e manipular a realidade através da sua técnica, utilizando, inclusive, dispositivos óticos e cálculos para corrigir as distorções ocasionadas pela ampliação e curvatura das telas.

Os aspectos formais dos panoramas são indicativos do exercício de consciência e sensibilidade crítica que desejavam despertar. O fato de serem pinturas de paisagem sem molduras opera com a ausência de limites entre o sujeito que percebe e aquilo que é representado. O formato circular marca a possibilidade de recriar uma vista externa existente e possível. Baseia-se na ideia de proporcionar a experiência de um indivíduo que, do topo de um morro ou montanha, pudesse vislumbrar uma mirada total girando sobre seu próprio eixo<sup>1</sup>, domando a cidade ao seu redor, conhecendo as camadas espaciais organizadas de modo por vezes até cartográfico. Essa reconstrução do mundo mostra que é possível subjugar-lo, a despeito da sua grandiosidade, lembrada pela dimensão monumental da tela sem começo nem início.

É a busca por uma experiência total, abarcadora, que une a objetividade do ordenamento do mundo à subjetividade do sujeito. A obrigação de uma experiência estética de unidade, atitude própria do romantismo, coloca, antes de mais nada, o espectador no centro da observação exatamente por esta afirmação do sujeito. Por isso, os panoramas podem ser considerados construções emblemáticas daquilo que se entenderia como modernidade. “É a busca da teorização e racionalização dos mecanismos de estímulo dos sentidos e exercício da consciência e da razão, através do ‘realismo’ artístico e da individuação – tanto do espectador quanto da obra – que está no centro do modo de formalização e enquadramento do visível, implícito nos panoramas.” (PEREIRA, 2006: p.142)

## Subsídios para entender a paisagem: corografia e geografia

Na Europa do século XV, a aparição da paisagem indicou uma transformação do olhar do homem europeu sobre o mundo. O ordenamento físico da natureza se tornou objeto de apreciação, e não mais dependia da subjetividade humana para a construção desse conhecimento. O nascimento dessa razão paisagística está diretamente ligado à dualidade moderna entre sujeito e objeto, e por isso a representação da natureza exterior é não apenas representativa de um processo modernizador, mas também tradução de um olhar que busca compreender o espaço natural.

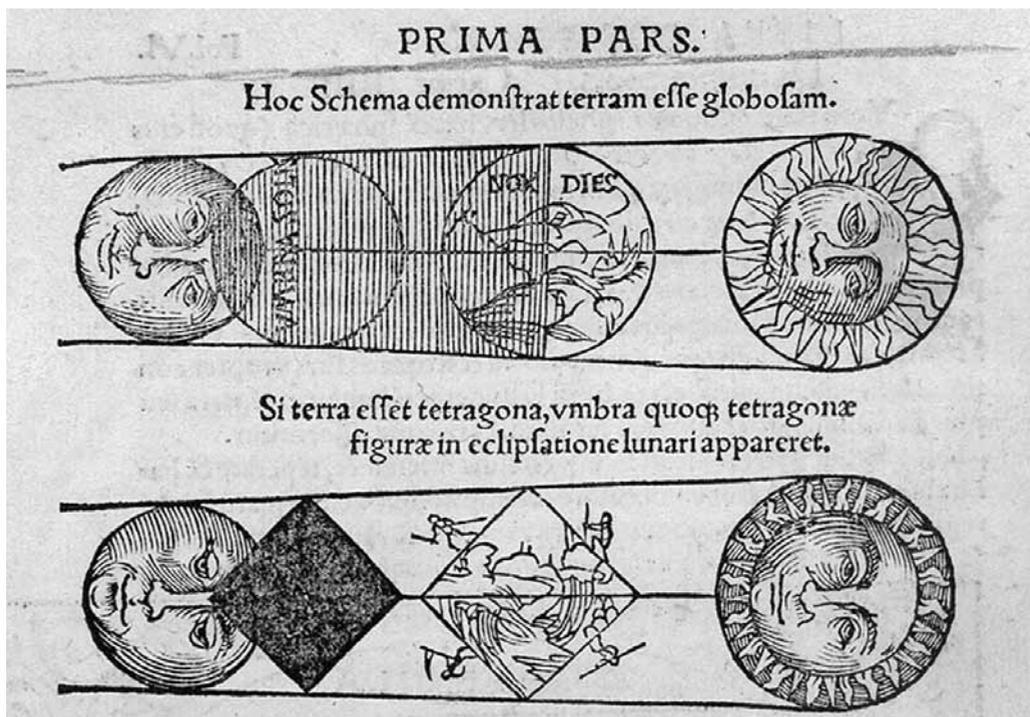
Segundo Denis Cosgrove, (2003; p. 21) entre 1550 e 1620, os europeus experimentaram mudanças dramáticas na sua capacidade de conceitualizar e representar o mundo. Isso se deu não só pelos novos espaços materiais descritos pelo heliocentrismo e pela ação geopolítica oceânica e continental, mas também pelos espaços representacionais do entendimento matemático e da representação técnica. A geometria aplicada à balística e a pesquisa em triangulação, uso da grade no mapeamento e tanto a teoria quanto a prática da perspectiva no desenho e na pintura, somados à mecanização da visão ocasionada pela câmera obscura e as lentes, transformaram fundamentalmente as “espacialidades” europeias. A tipografia móvel e a emergente cultura da gravura foram cruciais não somente para a comunicação e, por conseguinte, ao impacto social dessas mudanças, mas para a realização efetiva da transformação da espacialidade. O debate entre a autoridade clássica antiga e eclesiástica de um lado e a experiência contemporânea do outro era mediado através dos textos impressos; “novos mundos” eram anunciados e representados pela imprensa e por gravuras, e a consistência dos cálculos e ilustrações científicas era assegurada por uma comunidade científica e erudita geograficamente espalhada. Práticas científicas recém-reavivadas, como a Geografia e a Arquitetura – que tinham em comum o interesse de conceitualizar e representar o espaço material e entender a maneira como os humanos transformam o mundo físico – foram profundamente afetadas por esses processos. Dois textos redescobertos no Renascimento foram fundamentais. A Geografia foi transformada em teoria e prática pelo reaparecimento no Ocidente do texto de Claudius Ptolomei *A Geografia*, do segundo século d.C., enquanto *Dez livros da Arquitetura*, de Vitruvius Pollio, datado de um século antes, teve um impacto similar na arquitetura. Cada qual ofereceu uma espécie de manual técnico para a sua respectiva prática espacial: de um lado, classificação, registro e mapeamento de lugares. Do outro, engenharia, planejamento e construção deles. Cada qual localizava seu conhecimento e práticas específicos dentro de uma concepção de ordem espacial mais ampla, que abarcava desde o cosmos às localizações individuais. E cada um enfatizava a representação gráfica dessa ordem espacial, problematizada nas iconografias comuns a ambos, o uso da *sphaera mundi* e o compasso. As tensões epistemológicas e práticas que acompanharam a revolução espacial do Ocidente, notadamente entre a retórica humanista

e a *techne* mecânica, aparecem em ambos os textos e os sumários e comentários derivados deles. Tensões estas que não permanecem desconectadas da amarga divisão entre fé e prática religiosa do século XVI europeu.

A própria origem etimológica da palavra paisagem é ambígua, podendo designar tanto as coisas do ambiente físico (grande natureza) quanto a representação dessas coisas (imagem). Ela “se constitui, então, na reciprocidade entre as dimensões material e simbólica, objetiva e subjetiva, factual e fenomenal” (LIRA, 1999: p. 182). Para o geógrafo francês Augustin Berque, a ideia principal é a de que paisagem não possui apenas uma dimensão material, é considerada “uma mediação entre o mundo das coisas e aquele da subjetividade humana” (BERQUE apud LIRA, 1999: 182). Algumas investigações histórico-filosóficas podem nos ajudar a entender as razões do idealismo específico da arte de paisagem. Novamente Denis Cosgrove (apud OLWIG, 2011: p. 45) associa o advento da paisagem cênica às técnicas de representação perspectivas decorrentes da descoberta renascentista da cartografia e da corografia das formulações feitas por Ptolomeu, para quem a corografia estava ligada à arte pictórica, e esse aspecto visual foi enfatizado quando da reinterpretação renascentista, devido à influência neo-platônica. O radical grego para corografia, *choros* ou *chora*, significa literalmente “espaço definido, porção de chão, lugar”, enquanto *graphia* é definida por Ptolomeu como “*mimesis dia-graphis*”, significando imitação/ representação através da forma gráfica. No processo de tradução para o latim teria sido entendido como “*imitatio picturae*”. O próprio Ptolomeu parece ter sido influenciado por Platão e o papel da representação na filosofia platônica sugere que a *graphia* permitiria a visualização das ideias arquetípicas da cosmologia platônica. Portanto, implicava algo mais do que a simples semelhança gráfica. Da mesma forma, a cosmografia ptolomeica criou uma imagem do mundo que era antes de mais nada uma representação do quadro espacial ideal platônico, dentro do qual o mundo se inscrevia e, especialmente através da perspectiva linear, criava a ilusão do espaço vivido cotidianamente.

Kenneth Olwig identifica que Ptolomeu tinha consciência da habilidade do espaço mapeado criar um todo ilusório, tal qual um rosto, uma face. Ele localiza uma fala do grego que “o propósito da corografia é a descrição de partes individuais, como se fosse desenhar uma orelha ou um olho, mas o propósito da geografia é ter uma visão do todo, como por exemplo, como se desenha uma cabeça inteira” (PTOLOMEU apud OLWIG, 2011: p. 145) e relaciona essa noção de *todo* representado pela cabeça com uma famosa xilogravura do século XVI. Uma ilustração sobre a Cosmografia de Ptolomeu, impressa no livro *Cosmographicus Liber*, em 1533, traz a imagem do globo terrestre como um rosto. Ao representar a Terra como um rosto, os cosmógrafos renascentistas deram à paisagem uma máscara, uma personalidade capaz de ser capturada pelos pintores, tal como em um *retrato do espaço*.

A paisagem sendo fundamentalmente a representação de um espaço ideal dentro do qual é dado ao mundo um rosto e uma personalidade pitoresca e subjetiva subsidia a consolidação de noção moderna que se desenvolveria ao longo dos séculos seguintes.



Apianus Petrus. *Cosmographicus Liber*. Vaeneunt Antuerpiae excusum Antuerpiae, 1529, P. 12

Fonte: Biblioteca Nacional de España. Disponível em: <http://bdh.bne.es/bnearch/detalle/3212849> Acesso em 03.11.2012

A analogia entre a descrição do espaço e o delineamento de um rosto humano é embasamento para a busca moderna por aspectos marcantes das cidades, que deviam ser salientados nestas representações emblemáticas delas para o mundo. A eleição da descrição minuciosa para a composição dos desenhos dos panoramas do Rio de Janeiro parece obedecer à mesma lógica.

## Os panoramas e a linguagem descritiva cartográfica

A chamada “visão de pássaro” dos panoramas pretendia alcançar a realidade em sua totalidade, como se nos desse o mundo para ler. Formalmente isso se traduz numa configuração que precisa conformar a realidade geográfica em prol da necessidade de se construir uma obra linear. E, para isso, os panoramas tiveram muitas vezes que lançar mão do poder de descrição da imagem cartográfica.

As pinturas de paisagem do século XIX que alimentaram os panoramas ora evocam lugares cativantes – destacando o aspecto pitoresco das representações instituído pela escola italiana ou aquela do sublime romântico – ora um lado descritivo advindo da escola holandesa que tem por base a cartografia e as vistas topográficas. Para Svetlana Alpers (1999: p. 247), não havia uma distinção nítida na arte holandesa do século XVII entre arte pictórica e a maneira elaborada das representações cartográficas numa época em que os mapas eram

considerados um tipo de pintura, e em que as pinturas desafiavam os textos como uma maneira fundamental de compreender o mundo. O gosto pelos mapas se fez para além de fonte de transmissão de conhecimento através do registro de áreas específicas de interesse – fosse comercial, científico, militar ou de gestão de bens naturais –, e que combinava ainda os levantamentos topográficos e desenhos elaborados, não havendo uma distinção clara entre cartógrafos e artistas desse período. Voltados para a expansão de seus domínios econômicos, os holandeses se aventuraram por países tão distantes quanto o Brasil, onde fundaram a Nova Holanda, governada por Maurício de Nassau.

As imagens produzidas pelos artistas Frans Post e Albert Eckhout tinham por função o registro da flora e da fauna, assim como dos costumes e vistas topográficas da região, a fim de despertar o interesse de investidores europeus no então vasto e admirável domínio holandês no Brasil, que se estendia entre a província de Alagoas e a do Maranhão.

A equipe sem precedentes de observadores ou descritores (se assim podemos chamá-los) que o príncipe de Maurício reuniu incluía homens peritos em história natural e em cartografia, e também em desenho e pintura. [...] Eles reuniram um registro pictórico único da terra brasileira, seus habitantes, sua flora e suas coisas exóticas. (ALPERS, 1999: p. 309)

Todo um repertório descritivo passa a compor a escola de pintura de gênero holandesa fundamentado em registros topográficos, nas amplas vistas panorâmicas dos campos e nos perfis das cidades que se elevam como recortes – onde constava além das vistas das cidades, uma excelente qualidade formal e elevado domínio de distintos meios gráficos de representação que passam a impulsionar a vontade de viajar nos artistas e a influenciar os modos de ver a paisagem e de representá-la.

É dentro deste contexto que surgem as pinturas de paisagem e as vistas topográficas das cidades. Alpers (1999: p. 271) assinala ainda que a escola holandesa se fundamenta nas imagens cartográficas desde Van Goyen, Ruisdael e Koninck, que produziram visões panorâmicas em suas pinturas muitas vezes consideradas como a mais importante contribuição feita pelos pintores holandeses para a imagem da paisagem.

## **Panoramas viajantes: difundir as imagens de cidades**

As vistas urbanas trazidas nos panoramas afirmam a cidade como temática para a arte. Não apenas acostumaram a população à própria existência das cidades enquanto formas construídas que fossem vivíveis e experimentáveis, como contribuíram para uma mudança de ideal, deixando as visões arcadianas e buscando o enfrentamento com o mundo urbano. Indo além, permitia que o público se familiarizasse também com outras cidades e suas características fisionômicas, como determinados marcos arquitetônicas ou naturais que viriam a ser conhecidos como característicos de cada uma delas. As cidades passam a ser conhecidas e reconhecidas ao redor do globo.

Os panoramas permitiam aos seus visitantes uma experiência de vida real de lugares que eles não poderiam conhecer de outra maneira. Considerado um “verdadeiro substituto para as viagens” (DELLA DORA, 2007: 296), as rotundas não eram somente lugares de entretenimento e educação da classe média, mas portais para outros mundos: para cidades dentro de cidades, cenários exóticos e até mesmo para o passado, revisitado em vistas de cidades antigas, como Atenas e Constantinopla. Em outros momentos, a projeção de uma vista panorâmica da mesma cidade permitia a seus habitantes se reapropriar dela. Um dos mais bem-sucedidos panoramas mostrado no Regent’s Park Colloseum foi uma vista de Londres desde a cúpula de Saint Paul, em 1829. O ponto de vista elevado permitiu aos cidadãos recuperar o controle mental sobre a metrópole que havia rapidamente se expandido e modificado com a Revolução Industrial.

Para imprimir o senso de realidade necessário, não apenas os panoramas eram ampliados com instrumentos óticos e contavam com indicações topográficas e bases cartográficas, como os pintores viajavam em busca das vistas. O próprio Barker, inventor da rotunda, viajou para Constantinopla em 1799 e de lá para Palermo, Copenhague, Malta, Elba, Waterloo, Gibraltar e Veneza com o único propósito de preparar esboços de paisagens para os panoramas, servindo como bom exemplo para seus sucessores.

Além dos pintores, os panoramas – tanto as telas quanto as rotundas - também viajavam. Para otimizar os ganhos a cada temporada era comum que as estruturas fossem desmontadas e enviadas para outras cidades, inclusive comprometendo ocasionalmente a qualidade das pinturas, que tinham as telas enroladas e desenroladas diversas vezes.

O Rio de Janeiro do século XIX, como outras cidades, diante da visão universalista da cultura moderna, precisa se firmar como uma cidade importante. Internamente precisa reforçar a sua “capitalidade” para com toda a Colônia e consigo mesma. É preciso convencer como uma cidade cosmopolita a despeito da falta de infraestrutura, dos hábitos coloniais. Segundo Margareth da Silva Pereira (2006: p.145) “a circulação de imagens de cidades capitais nos panoramas auxiliam a construção de uma visão ‘global’ dos fenômenos [...] construindo o que passamos a chamar seu cosmopolitismo”. Por conta dessa demanda, o Rio de Janeiro foi mostrado como a capital do novo Império do Brasil, recém-separado de Portugal, nas rotundas para panorama mais importantes da Europa naquele momento, a Passage des Panoramas em Paris (1824) e em Leicester Square, em Londres (1828). É com esses dois exemplos que vamos trabalhar, por terem sido apresentados na fase inicial de exibição de panoramas, (que se localiza temporalmente até 1830) e por serem as duas exibições no exterior, nesse momento, mais bem documentadas, embora carecendo ainda de considerável pesquisa posterior. Nesses locais de exibição, precederam as pinturas do Rio em Paris os panoramas de Wagram, Calais, Antuérpia e, sobretudo, Londres, Florença, Jerusalém e Atenas, nessa ordem. Em Londres, na rotunda de propriedade de Robert Burford, exibiu-se a imagem do Rio precedida de vistas de Pompéia, da Cidade do México, de Madri e de

Genebra<sup>2</sup>. O fato é que ao ser exibido junto a tantas outras cidades, nossa cidade mostrava-se aberta ao contato e ao novo industrialismo liberal.

Em Paris, referimo-nos ao Panorama do Rio de Janeiro, de Felix-Émilie Taunay, encomendado em 1822, e composto por uma sequência de oito aquarelas medindo cada uma 51 cm x 39 cm. Sabe-se que a grande ampliação desta obra foi feita por Frédéric Guillaume Ronmy para a exibição na capital francesa dois anos mais tarde, na Passage des panoramas. Devido ao sucesso da mostra parisiense, inúmeras tiragens dessa vista do Rio de Janeiro foram gravadas, e por isso encontramos hoje esse panorama em alguns arquivos e coleções particulares<sup>3</sup>, por vezes com pequenas diferenças em relação ao desenho original, pertencente à coleção privada dos herdeiros de Synphorien Meunié, arquiteto aluno de Grandjean de Montigny, e integrante pouco conhecido da Missão Artística Francesa de 1826 (PEREIRA, 1994: p.174).

A cidade se confunde com a sua própria natureza, que se torna bastante presente. Daí a definição das montanhas e escarpas, a iluminação que confunde construções e a colina na parte esquerda do panorama. A imagem de uma cidade desconhecida, mas que buscava se espelhar no Velho Continente, identificada por ser um lugar de características peculiares e ao mesmo tempo um lugar no qual cabia uma mirada moderna. Mirada essa, percebida através da identificação dos elementos naturais da fauna e da flora, dispostos de maneira quase documental, dentro de um sistema embalado pelo ideal cientificista, o que reforça o caráter científico como registro de um instante histórico recém-ocorrido à época: a figura de D. Pedro I, já proclamado imperador, acompanhado por uma comitiva.

A construção perspectiva parece trazer o espectador do fundo da baía gradualmente até o centro urbano – denso e povoado. A cidade e a natureza, tornadas em unidade, servem como receptáculo da única ação da extensa cena, a do imperador da jovem nação há pouco independente. A ideia de uma unidade – tanto no desenho quanto na apresentação do panorama – procura engendrar uma realidade da cidade do Rio de Janeiro que hoje nos parece dada como um fato histórico apreendido pelo artista, mas capaz de convencer o sujeito



*Panorama do Rio de Janeiro* de Felix-Émilie Taunay, realizado em 1822. Fundação Biblioteca Nacional.

observador. A manipulação da perspectiva, que é alongada para caber o detalhamento das construções da parte central da cidade, parece ter sido o grande truque para fazer caber todo esse conteúdo informativo em uma única tela. Da mesma forma, a colocação da faixa de nuvens mais claras próximas à linha do relevo ao fundo, expande também a linha do horizonte, dando mais amplitude vertical para a vista.

A recepção do panorama na capital francesa parece ter sido boa, com a edição de um livro com mais de cem páginas dedicado ao Brasil acompanhando a exibição do panorama, consolidando a percepção de uma cidade que cristalizava as mudanças que foram necessárias para colocá-la em uma nova ordem liberal. Isso era personificado pelo retrato do imperador Pedro I e seu séquito, do qual inclusive fazia parte José Bonifácio, no morro do Castelo, berço da cidade. O apuro técnico de execução do mesmo também foi digno de nota, e num prospecto informativo sobre ele o autor do texto salienta a preocupação científica que organizava a vista. Os oito quadros que a compunham haviam sido feitos a partir da técnica de “Camera Obscura”, garantindo a fidelidade da reprodução ampliada.

Gilberto Ferrez (1981: p. 14) fala do “mais belo e acurado panorama circular do Rio de Janeiro; executado do alto do morro do Castelo. Compõe-se de 8 folhas de 370 x 540mm cada, permitindo reconhecer todos os acidentes geográficos e edificações importantes”, realizado em 1825 e exibido em Londres em 1828, uma vista desenhada por W. John Burchell, e reimpressa pelo Instituto Histórico Brasileiro, no ano de 1966. De fato, na publicação organizada por Ferrez sobre a obra do botânico Burchell, temos uma vista tomada do alto do morro do Castelo, cuja posição do observador no topo fica bastante evidente pelo mato no primeiro plano. O detalhamento desta vista<sup>4</sup> é impressionante, com traçado fino de grafite que só é preenchido pela tinta aguada quando é necessário criar algumas sombras e tonalidades. Assim, todo detalhamento e a sucessão perspectiva é construída com vazios do branco do papel e poucas nuances de cinza. Na terceira folha do desenho, correspondente à parte mais adensada da vista, telhados, empenas e alguns muros são coloridos pelo cinza esmaecido para detalhar as construções da cidade. Mais uma vez a linguagem cartográfica



se faz presente e o ordenamento dos planos manipula a perspectiva para mostrar aquilo que lhe convém ou parece ser o mais importante a ser mostrado. O clarão da ausência de traços e preenchimento do primeiro plano do mato adjacente ao observador é uma maneira de nos dizer que a natureza do morro serve apenas de ponto de partida para a observação, não carecendo de detalhamento. Sua forma acontece na combinação de traços simples de perfis de grama, arbustos e folhas com algumas pinceladas ligeiras e quase desprezíveis que conferem manchas muito tênues. À exceção de um jardim doméstico no qual as folhas de bananeira são cuidadosamente construídas com a própria tinta aguada, a maior atenção de detalhamento é dada às construções que tomam o segundo plano. A outra exceção à falta de detalhamento no primeiro plano é bastante interessante. Na quarta folha da sequência vemos o balão do Observatório Astronômico do Rio de Janeiro, que diariamente se fechava ao meio-dia, para dar com precisão a hora aos cariocas. Esse detalhe poderia ser um termômetro para mostrar para o mundo o desenvolvimento científico que existia na cidade. Não menos por acaso, a figura humana que seria operadora do balão é bastante fantasmagórica: traços rápidos e quase abstratos não detalham o homem responsável pela operação.

O giro completo sobre o corpo desse observador permite ver o avanço da cidade entre o morro e o mar: há a parte mais urbanizada, que ocupa o centro da composição, e há aquela nem tanto, para onde a cidade se expandia no momento. O plano mais distante traz o mar e os morros além, característico do posicionamento da cidade na baía de Guanabara, ou simplesmente morros, como quando vemos o Corcovado. Sintomaticamente as encostas não são detalhadas. A organização natureza-cidade-natureza coloca as construções urbanas emolduradas pelos atributos naturais da cidade, de forma mais evidente até do que observamos no panorama de Taunay. Os destaques acabam sendo as partes comerciais e de encontros, como as ruas do Carmo, Candelária, largo do Paço e o mar e alguns espaços importantes e simbólicos como o conjunto do convento de Santo Antônio, o hospital da Ordem Terceira no largo da Carioca, o largo do Rocio e o teatro São João.

Entretanto, na pesquisa pelo livreto lançado juntamente com a exibição do panorama em Londres, encontramos a informação de que a tela exibida teria sido outra, diferente da vista indicada por Ferrez. Estamos diante de um panorama náutico, com uma frota de pelo menos 20 navios na baía de Guanabara. Descobrimos que acompanhava a experiência do panorama um livreto que podia ser comprado à parte, com ilustrações e detalhado texto explicativo da cidade.

O livreto, chamado *Description of a view of the city of St. Sebastian, and the Bay of Rio Janeiro: now exhibiting in the Panorama, Leicester-Square; painted by the proprietor, Robert Burford, from drawings taken in the year 1823*, nos dá informações importantes e passamos a saber que simultaneamente havia a exibição de três panoramas: além da vista do Rio, havia outra vista da cidade e da baía de Gênova em Leicester Square, enquanto uma pintura da Batalha naval de Navarin era exibida no Panorama de Strand. Ademais, o texto traça um

EXPLANATION OF A VIEW OF RIO JANEIRO, exhibiting in the PANORAMA, LEICESTER SQUARE.



- 1 The Tower
- 2 Bay of Nampula
- 3 The Dock
- 4 South Quay

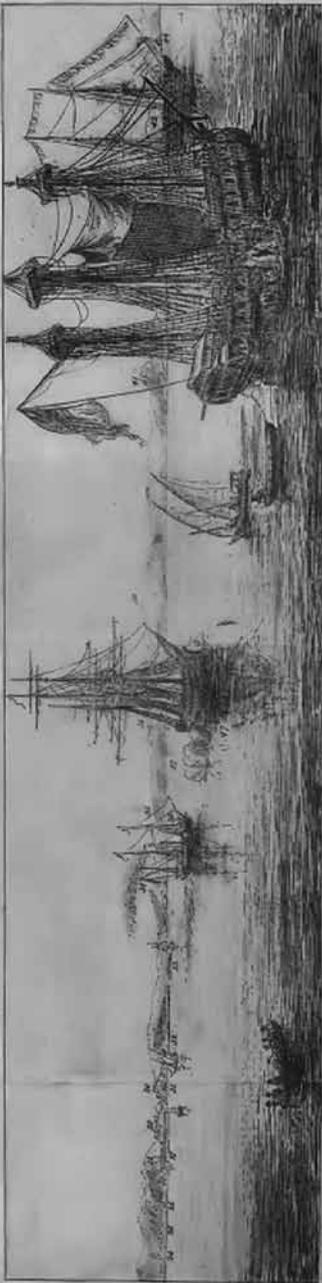
- 5 Light
- 6 Batteries of St. João & St. Thome
- 7 The Dispensary
- 8 Fort St. Joseph

- 9 Bay of Rio de Janeiro
- 10 St. Thome
- 11 St. João
- 12 Gloria

- 13 Carmo
- 14 Bay of Lage
- 15 Santa Theresa
- 16 Apuruck

- 17 Puerto de S. Pedro
- 18 Mercaderes
- 19 Military Hospital
- 20 Cathedral

- 21 Towers
- 22 Bay
- 23 The Quay



- 24 St. Paul
- 25 Bay
- 26 Bay of Nampula
- 27 South Quay

- 28 Cathedral
- 29 Bay of S. Pedro
- 30 St. Thome
- 31 Arsenal

- 32 Bay of Rio de Janeiro
- 33 St. Thome
- 34 St. João
- 35

- 36 Fort St. Pedro
- 37 Bay of Lage
- 38 Cathedral
- 39 St. Thome

- 40 Distance 25 Miles
- 41 Bay
- 42 Bay of Lage
- 43 Bay
- 44 Fort St. Pedro

- 45 The Spindle
- 46 The Bay
- 47 Bay of Lage
- 48 Bay
- 49 Bay

DESCRIPTION  
OF A VIEW OF THE  
CITY OF ST. SEBASTIAN,

AND THE BAY OF  
**RIO JANEIRO,**  
NOW EXHIBITED IN THE  
PANORAMA, LEICESTER-SQUARE.

PAINTED BY THE PROPRIETOR,  
ROBERT BURFORD,  
FROM  
DRAWINGS TAKEN IN THE YEAR 1828.

THE VIEW OF THE CITY AND BAY OF  
**GENOA**  
IS ALSO OPEN.

LONDON,  
PRINTED BY G. WOODS, BATHINGURCH-GATE,  
1828.  
Price Sixpence.  
Peter St. James.

Description of a view of the city of St. Sebastian, and the Bay of Rio Janeiro: now exhibiting in the Panorama, Leicester-Square; painted by the proprietor, Robert Burford, from drawings taken in the year 1823. London: Printed by J. and C. Adlard, 1828. Fonte: The Getty Research Portal  
Disponível em: [http://archive.org/details/gri\\_000033125008613255](http://archive.org/details/gri_000033125008613255) Consulta em 25/02/2013.

apanhado histórico que vai desde o descobrimento do Brasil até a Independência, em 1822. Segundo ele, desde então o Brasil vem “superando com felicidade suas principais dificuldades e vêm subindo rapidamente em distinção e prosperidade” (DESCRIPTION, 1828: p. 6).

Descobrimos ainda que o desenho foi tomado da fragata de Lord Cochrane, convidado para comandar a frota, e que para esse propósito chegou à baía da Guanabara, em 13 de março de 1823. “Mais ou menos na mesma época a presente vista foi tomada, e o navio da sua senhoria, juntamente com outras embarcações que compunham a marinha brasileira, estão representados em várias partes da Baía.” (DESCRIPTION, 1828: p. 6)

Além de alguns dados (como a população de 135 mil habitantes) e muitos elogios, o texto encerra com a enumeração e descrição dos lugares e acidentes naturais que são mostrados na vista. Há dos mais frequentemente citados pelos viajantes dessa época (como forte de Santa Cruz, Pão de Açúcar, baía de Botafogo, Glória, Corcovado) até outros mais incomuns como botes e canoas na baía da Guanabara, manejados por “4,6 ou 8 negros cujas feições incultas e selvagens e membros tatuados e nus são uma visão extraordinária para os europeus” (DESCRIPTION, 1828: p. 10) e a ilha dos Ratos, sobre a qual o autor se limita a descrever o quanto a cidade toda é cheia de roedores enormes e temíveis.

A questão principal que nos cabe analisar é a da escolha pela vista naval. De acordo com o autor, essa vista do porto, “distante uma milha da cidade é a melhor e a mais *compreensiva* que se poderia obter; de onde suas terras altas, coroada com conventos e belas montanhas ao redor entremeados com residências e jardins com aparência rica e magnífica” (DESCRIPTION, 1828: p. 6). É como se a vista do fundo da baía fosse mesmo a ideal, e isso é defendido pelo autor como a maneira de garantir a melhor e mais real experiência para o espectador que vê a obra ampliada na rotunda londrina.

Fica difícil nos desligar da noção de que se trata de uma fragata estrangeira que está de frente para a cidade. A cidade colonial cheia de ratos e ao mesmo tempo elogiada por suas construções, suas encostas, está aberta para os navios estrangeiros e para o mundo. A chegada dos navios pode ser um ato civilizatório e mercantil, de inserção no circuito universalista da cultura moderna.

Os panoramas seguem sendo pouco privilegiados nos estudos da academia brasileira. A exceção às quais foram dedicados mais estudos talvez seja o *Panorama circular do Rio de Janeiro*, realizado por Victor Meirelles e exibido em 1889, na Exposição Universal de Paris, e trazido para uma rotunda na Praça XV, em 1891. Assim, ao presente texto não cabe nenhum tipo de comentário final, deixando em aberto questões a serem desenvolvidas. São elas a investigação de quais imagens do Rio de Janeiro circularam por rotundas na Europa, seus autores e a recepção dessas imagens. Isso inclui, por exemplo, saber se o desenho de Burchell foi efetivamente transformado em um panorama na Inglaterra e qual foi o caminho que percorreu para tal.

Há ainda uma relação que deve e pode ser estabelecida: a da circulação das imagens de viagens pelo continente europeu. Não podemos descartar toda a tradição das vistas de cidade e seus modelos, que vem desde *Civitates Orbis Terrarum* de Braun e Hogenberg, publicado entre 1572 e 1617 e cujo propósito declarado era oferecer o prazer da viagem aos que ficavam em casa (ALPERS, 1999: p. 294). É de grande interesse a questão da circulação desses desenhos, gravuras ou pinturas e a construção de um ideário moderno e da imagem construída *para* o Rio de Janeiro e *pelo* Rio de Janeiro.

## Notas

1 - Autores como BORDINI (1984) e COMMENT (1993) defendem que Barker teria tido a ideia dos panoramas durante um passeio na colina de Carlton Hill, tendo a cidade de Edimburgo aos seus pés.

2 - A rotunda de Leicester Square recebeu, entre 1823 e 1853, nada menos que 78 panoramas diferentes.

3 - Aqui trabalhamos com o exemplar da Fundação Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro, onde a atribuição

de autoria é, inclusive, dada ao realizador na França, Ronmy. Disponível para visualização em: [http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_iconografia/icon408452.jpg](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon408452.jpg)

4 - Não contamos neste artigo com uma imagem da vista devido à impossibilidade de reprodução do exemplar consultado da publicação citada.

## Referências Bibliográficas

ALPERS, Svetlana. O Impulso Cartográfico na Arte Holandesa. In: *A Arte de Descrever: a arte holandesa no século XVII*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999, pp.241-317.

COSGROVE, Denis. Ptolomy and Vitruvius: spatial representation in the Sixteenth-Century texts and commentaries. In: *Architecture and the Sciences: exchanging metaphors*. PONTE, Alessandra & PICON, Antoine (orgs.) Princeton Architectural Press, 2003. P. 21

DELLA DORA, Veronica. Putting the World into a Box: A Geography of Nineteenth-century 'Travelling Landscapes'. *Geogr. Ann.*, 89 B. December 2007, pp. 287-306.

Description of a view of the city of St. Sebastian, and the Bay of Rio Janeiro: now exhibiting in the Panorama, Leicester-Square; painted by the proprietor, Robert Burford, from drawings taken in the year 1823. London: Printed by J. and C. Adlard, 1828. Disponível em: [http://archive.org/details/gri\\_000033125008613255](http://archive.org/details/gri_000033125008613255) Consulta em 25/02/2013.

FERREZ, Gilberto. *O Brasil do Primeiro Reinado visto pelo botânico William John Burchell*. Rio de Janeiro: Fundação João Moreira Salles: 1981

LIRA, Lenice da Silva. Les raisons du paysage – de la Chine antique aux environments de syntèse. Paris: Éditions Hazan, 1996. Resenha de BERQUE, Augustin. Le raison du paysage In: FERREIRA, Glória; VENANCIO FILHO, Paulo (org.). *Arte & Ensaios n.6 Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais/ Escola de Belas Artes, UFRJ, 1999.*

OLWIG, Kenneth. Choros, Chora and the question of landscape. In: DANIELS, Stephen; DELYSER, Dydia; ENTRIKIN, J. Nicholas; RICHARDSON, Douglas. *Envisioning landscapes, making worlds: Geography and the Humanities*. Londres: Routledge, 2011.

PEREIRA, Margareth da Silva. Romantismo e objetividade: notas sobre um panorama do Rio de Janeiro. In: *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Ser. V.2, Jan./Dez. 1994. pp. 169-195.

\_\_\_\_\_. O olhar panorâmico: a construção da cidade como experiência e objeto do conhecimento (1800-1830). In: *RUA - Revista de Urbanismo e Arquitetura*, vol. 7 n. 6. Salvador: UFBA, 2006. P. 143

Recebido em 29/04/2013



# As políticas públicas de transformação urbana na cidade do Rio de Janeiro no início do século XX

## *Public policies of urban transformation in early 20th century Rio de Janeiro*

Cláudia Míriam Quelhas Paixão

Mestre em História pela Universidade Federal Fluminense, bacharel e licenciada em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e professora de História da Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro

cmqpaixao@uol.com.br

### RESUMO:

Considerando a discussão e a disputa em torno da proposta de desmonte do morro do Castelo na cidade do Rio de Janeiro durante as três primeiras décadas do século XX, e a tentativa por parte das elites em deslocar as camadas populares de determinados espaços urbanos em busca de um ideal próprio de modernidade, este artigo analisa as visões elaboradas sobre o morro e seus moradores e o cotidiano de sua população durante o processo de seu arrasamento, ocorrido na cidade do Rio de Janeiro entre os anos de 1904 e 1922, discutindo acerca das relações e disputas sociais que se refletem nas questões urbanas. Assim, pretende-se expor e analisar neste artigo a ação do Estado e as estratégias dos castelenses em torno do desmonte do morro e das disputas pelos espaços urbanos na cidade do Rio de Janeiro no início do século XX.

**Palavras-chave:** morro do Castelo; Rio de Janeiro; política urbana

### ABSTRACT:

*This article considers the discussion and dispute over the proposal for removal of the Morro do Castelo (Castelo Hill) in the city of Rio de Janeiro in the first three decades of the 20<sup>th</sup> century and the attempt by the elites to displace the working classes from certain urban spaces, in the search for an ideal of modernity. It analyses the views about the morro and its dwellers, and the day-to-day life of its population during the process of its levelling to the ground – which took place between 1904 and 1922 –, discussing the social relations and disputes reflected in the urban questions. Thus, the article intends to present and analyse the State's action and the castelenses' strategies regarding the hill's levelling and the disputes over urban spaces in early 20<sup>th</sup> century Rio de Janeiro.*

**Keywords:** morro do Castelo; Rio de Janeiro; urban policy

## De uma cidade colonial para uma cidade republicana

De 1567, quando Mem de Sá transferiu o núcleo urbano fundado por Estácio de Sá na Urca, até 1922, quando foi arrasado por Carlos Sampaio, o morro do Castelo e sua história marcaram a evolução urbana do Rio de Janeiro. Foi sobre o morro, no século XVI, que se estabeleceram os primeiros habitantes e governadores, protegidos pela recém-erguida fortaleza de Santiago. À medida que o núcleo urbano crescia, moradores e administradores foram descendo o morro em direção à várzea, atual praça XV, impulsionados pelo aumento populacional e pelas dificuldades de acesso à água<sup>1</sup>.

Sobre o morro foram construídos os primeiros monumentos arquitetônicos de nossa cidade, como a igreja de Santo Inácio e o Colégio dos Jesuítas, que mais tarde abrigou a Escola de Medicina Imperial, o Hospital São Zacarias e o Imperial Observatório Astronômico; a fortaleza de Santiago, também teve suas funções alteradas ao longo do tempo, servindo de proteção à cidade recém-fundada na época do Brasil Colônia e depois, durante o Império, passou a sediar o Telégrafo Imperial, importante centro de comunicações à época<sup>2</sup>.

O morro do Castelo contava também com outros monumentos importantes como a igreja de São Sebastião e o Convento dos Capuchinhos, onde se encontravam depositados os ossos de Estácio de Sá e o marco de fundação da cidade. A igreja foi catedral da cidade até meados do século XVIII, quando o cabido da Sé foi transferido para a igreja de São José. Mesmo perdendo o posto de catedral, a igreja dos Capuchinhos serviu de cenário para inúmeras procissões e festas do padroeiro da cidade. A missa do Galo, a da primeira sexta-feira do ano e a do dia 20 de janeiro de 1921 levaram milhares de pessoas ao topo do morro<sup>3</sup>. A igreja só foi transferida do Castelo em janeiro de 1922, com uma grande procissão saindo do Centro até a rua Haddock Lobo na Tijuca, onde se encontra até hoje, levando a imagem de São Sebastião, os ossos de Estácio de Sá e o marco da cidade. Ainda no morro do Castelo encontrava-se o Seminário de São José, colégio eclesiástico de boa referência, considerado por Spix e Martius, viajantes europeus do início do século XIX, o melhor colégio da cidade<sup>4</sup>.

Durante todo o século XIX, o Centro do Rio de Janeiro, onde estava localizado o morro, concentrava as principais atividades políticas, econômicas e culturais da Corte. Com o advento da República e a virada do século, o Rio de Janeiro sofreu várias intervenções na sua estrutura urbana marcadas pelo domínio do conhecimento científico de engenheiros, médicos e sanitaristas. Prevalciam, no âmbito administrativo, seus ideais urbanos representados pelo desejo de modernizá-la e solucionar os problemas de insalubridade aos quais estava condenada. Aliado a tais ideais estava o objetivo de inserir o Brasil na economia mundial e o Rio de Janeiro, então Capital Federal, representava a nação brasileira. Assim sendo, era preciso transformar a capital em uma cidade limpa, moderna e pronta para o investimento de capital estrangeiro<sup>5</sup>.

Assim, no início do século XX, o morro foi alvo de duas demolições significativas. A primeira, em 1904, durante a administração de Pereira Passos, quando foi aberta a avenida Central, com a demolição da ladeira do Seminário e parte do próprio morro. A segunda e definitiva demolição foi iniciada em 1921 e bastante discutida na imprensa, entre governantes e intelectuais. Houve várias atividades solenes no morro, como a última missa dos capuchinhos, que lotou a igreja com cerca de 10.000 pessoas<sup>6</sup> e a procissão de traslado dos ossos de Estácio de Sá e do marco da cidade.

Até que em 17 de agosto de 1920, legitimado pelo ideal modernizador que defendia a construção de uma cidade moderna, e diante da carência da maioria da população que o habitava, Carlos Sampaio, como representante do Poder Executivo municipal, assinou o decreto que autorizava o desmonte do morro<sup>7</sup>. Suas terras foram usadas para construir a sequência da avenida Beira Mar, aberta na administração de Pereira Passos, apontando uma continuidade na política administrativa dos dois prefeitos.

Durante o governo de Carlos Sampaio travou-se uma discussão na imprensa acerca da derrubada do morro<sup>8</sup>. Lima Barreto, que então escrevia para a revista *Careta*, insistia regularmente na questão das habitações e dos moradores do morro. Em um texto intitulado “Megalomania”, Lima Barreto chamava a atenção para a “lógica administrativa” adotada pela Prefeitura que, segundo ele, investia em “arremedos parisiense, fachadas e ilusões” e esquecia de “obras de utilidade geral e social”<sup>9</sup>. Devido à carência habitacional sofrida na cidade desde a administração de Passos, aponta para a ausência de casas populares na cidade, agravada por conta de projetos como o de “arrazar o morro do Castelo, tirando habitação de alguns milhares de pessoas”. Criticando ainda mais profundamente o projeto de arrasamento do morro, Barreto afirma que o Rio sem os morros “não será mais o Rio de Janeiro: será toda outra qualquer cidade que não ele”<sup>10</sup>.

Calcados em ideias que defendiam a tradição, o patrimônio, a história e a beleza natural – proporcionada pela vista da baía de Guanabara – existentes no morro, os demais discursos contrários ao desmonte insistiam que a demolição era desnecessária<sup>11</sup>. Em 1916, o engenheiro Luiz Rafael Vieira Souto, consultor técnico da Prefeitura, havia elaborado um projeto, ainda remodelando os morros do Castelo e de Santo Antônio. Para o Castelo, além do saneamento e embelezamento, propunha também a abertura de túneis para facilitar o tráfego e ainda canalizar correntes de ar para toda a região<sup>12</sup>. Havia também aqueles que argumentavam contra o contrato firmado pela Prefeitura com a empresa que faria as obras do desmonte, alegando que interesses particulares foram maiores que os interesses do Estado e ainda questionando a ausência de uma licitação pública para a escolha da empresa<sup>13</sup>. Porém, mesmo assim, o ideal urbano defendido por políticos e demais autoridades prevaleceu e calou vozes que defendiam a permanência do morro. Mesmo sobre fortes discussões e opiniões intelectuais contrárias ao desmonte, o morro foi arrasado por um novo sistema, moderno e veloz: a jatos de água.

## Novos ideais urbanos para uma cidade colonial

A partir da segunda metade do XIX, a cidade do Rio de Janeiro apresentou um crescimento populacional constante e intenso: o censo de 1890 registrou 522.651; o de 1906, 811.443; e o de 1920 contabilizou 1.157.873 pessoas morando na cidade<sup>14</sup>. Vários fatores contribuíram para este crescimento, dentre eles, o grande fluxo de imigração, tanto europeia como aquelas oriundas de outras cidades brasileiras. Com isso, ocorreu uma grande concentração das habitações coletivas nas freguesias centrais do Rio de Janeiro. Isso porque para a maioria da população estar mais próximo ao Centro da cidade era condição indispensável para a própria sobrevivência. O trabalho, ainda não calcado nas relações capitalistas que viriam a se consolidar baseando-se na relação patrão e empregado, tinha que ser procurado diariamente.

Desde então, as preocupações urbanas e sanitárias se tornaram cada vez mais em voga, em especial quando, a partir da década de 1880, a cidade foi assolada por inúmeras epidemias. Alguns projetos, no início da década de 1890, elaborados pela recém-instituída Comissão da Carta Cadastral para a definição de uma planta cadastral para a cidade, foram detalhados, refletindo as preocupações urbanas e sanitárias que vinham sendo discutidas há pelo menos 50 anos<sup>15</sup>. Ainda em 1893, o prefeito Barata Ribeiro, imbuído de valores que defendiam a modernização da cidade através de sua higienização, promoveu a derrubada de vários cortiços, entre eles o mais famoso da cidade – conhecido como Cabeça de Porco – localizado no bairro da Gamboa<sup>16</sup>.

A administração de Francisco Pereira Passos, de 1902 a 1906, foi incumbida de promover uma grande reforma na cidade do Rio de Janeiro. Esta reforma, a primeira das grandes reformas urbanas realizadas no Rio de Janeiro, iniciou a questão da intervenção do Estado no espaço urbano. A grande proposta dessa reforma foi a alteração do uso do espaço urbano. Antes dela, a cidade do Rio de Janeiro havia crescido sem uma ordenação específica e apresentava pouca diferença entre o espaço do trabalho e o espaço de moradia. A reforma de Passos alterou profundamente a relação entre o espaço urbano e o seu uso específico, e objetivava transformar o Centro da cidade, até então um local de grande concentração tanto comercial como residencial. Um dos principais objetivos da reforma de Pereira Passos fora exatamente separar esses espaços, tanto para controlar o seu uso como para separar as classes sociais. Para tal, Pereira Passos delegou os bairros do Centro para a produção e circulação financeira, os novos bairros da Zona Sul para os ricos e os novos bairros do subúrbio para os pobres<sup>17</sup>.

A reforma de Pereira Passos não apenas alterou o uso do espaço urbano no Rio de Janeiro, como também alterou a maneira pela qual o Estado controlava as habitações populares. Maurício de Abreu, ao analisar a evolução da questão da habitação popular no Rio de Janeiro no fim do século XIX e início do XX, percebe a reforma urbana promovida

pela administração de Pereira Passos como fundamental para a compreensão da questão habitacional na cidade do Rio de Janeiro, pois o prefeito desloca-a da órbita da *forma* para o *espaço*, ou seja, a partir do governo Pereira Passos (1902-1906), o Estado deixou de priorizar o controle social pela forma da habitação popular – sendo ela o cortiço ou a vila operária – e passou a priorizar o controle social através do espaço ocupado por essas habitações. O Estado passou a preocupar-se com o local que as habitações populares ocupavam, ou, nas palavras do autor, com o seu *habitat* – definido como o conjunto das condições de organização e povoamento pelo homem no meio em que vive, podendo ser ele o loteamento, o subúrbio, a periferia e mesmo a favela<sup>18</sup>.

Como explicitado, o processo de controle do espaço urbano pelo Estado, apesar de ter se concretizado na administração Pereira Passos e ter sido inserido no processo das reformas urbanas ocorridas nas primeiras décadas da República brasileira, não foi fruto exclusivo do novo regime. O prefeito Pereira Passos, alicerçado pelo governo de Rodrigues Alves, comandou, no curto período de quatro anos, a maior transformação já verificada no espaço carioca até aquele momento. Colocou em prática um amplo programa de reforma urbana, que não surgiu do nada. Tais mudanças já vinham sendo discutidas desde meados do século XIX. As ideias propagadas por engenheiros e sanitaristas foram cada vez mais sendo postas em prática na tentativa de contornar os graves problemas que assolavam a cidade desde o período imperial, sendo adequada às novas necessidades de uma política econômica mais dinâmica e voltada para a exportação e ainda de acordo com a concepção do que seria moderno na época: o limpo e o belo, gerando saúde e ordem, contrapondo-se ao feio e ao sujo, geradores de doença e de desordem<sup>19</sup>. Em outras palavras, antes de se mudar a cidade, se muda primeiro a maneira de pensá-la.

O início da década de 1920 também foi marcado por uma vasta discussão em torno da imagem internacional da cidade devido a dois grandes episódios: a visita do rei Alberto e da rainha Elisabeth, monarcas belgas, marcada para setembro de 1920, e a comemoração do Centenário da Independência do Brasil, em 1922. Esses dois eventos trouxeram uma grande preocupação para as autoridades e para a imprensa de modo geral. Como o Rio de Janeiro, e por consequência o Brasil, seriam vistos e avaliados pelas autoridades internacionais e, por conseguinte, pelos investidores estrangeiros era a grande discussão nesse período.

Como exposto, a reforma Pereira Passos agravou o problema habitacional da cidade do Rio de Janeiro. As habitações para as classes populares localizadas no Centro foram alvo de inúmeras demolições, ficando cada vez mais escassas e inflacionando o mercado de aluguéis. Tal problema gerou uma concentração nos bairros mais carentes, que não foram atingidos pela reforma de Passos. Quando Carlos Sampaio assumiu a Prefeitura da cidade, encarregado pelo presidente Epitácio Pessoa de preparar a cidade para os dois grandes eventos, preocupou-se exclusivamente em arrumar uma de suas partes mais nobres: a Cinelândia.

A reforma desenvolvida por Carlos Sampaio foi amplamente baseada na experiência anterior de Pereira Passos. A Cinelândia, praça localizada no final da avenida Central e onde se concentravam quatro importantes prédios: o Supremo Tribunal Federal, o Teatro Municipal, a Biblioteca Nacional e a Escola de Belas Artes, recebeu novas alterações. A administração de Carlos Sampaio reformou a praça e construiu outro prédio tão imponente quanto os já existentes: o prédio da Câmara Municipal. A presença do morro do Castelo, cujas encostas ficavam atrás da Biblioteca Nacional, em espaço tão nobre e simbólico, não condizia com os objetivos da administração municipal.

Apesar da grande ação de remover a população pobre do Centro durante o governo Passos, estes atores sociais não abandonaram o Centro e a Zona Sul da cidade. Isso se deu, dentre outros fatores, devido a uma certa flexibilização da lei municipal que proibia reformas nos cortiços existentes, bem como também a condescendência, por parte dos delegados sanitaristas, que relaxaram quanto às fiscalizações. A ação dos proprietários de cortiços, que visavam defender seu patrimônio, foi precisa para manutenção de alguns cortiços no Centro<sup>20</sup>. Dentre estes cortiços, apontamos aqueles existentes no morro do Castelo.

A população de baixa renda que habitava o Centro da cidade do Rio de Janeiro morava em habitações coletivas, sendo os cortiços apenas um desses tipos de habitação. O Decreto nº 391 de 1903 definia como habitações coletivas toda a habitação que, dentro de um mesmo terreno, ou sob o mesmo teto, abrigasse famílias distintas em pequenas unidades independentes. A partir dessa definição, podiam ser consideradas como habitações coletivas, além dos cortiços ou estalagens, as avenidas, as casas de cômodos, as vilas operárias e mesmo as favelas<sup>21</sup>. Apesar do controle e da ação do Estado, mesmo após a reforma Passos, o número de habitações populares não diminuiu na cidade<sup>22</sup>. Ou seja, apesar de os populares terem tido seu local de moradia removido, frente a uma reforma autoritária, desenvolveram estratégias e continuaram a disputar o espaço urbano com as elites.

A proximidade ideológica da administração de Carlos Sampaio com a de Pereira Passos é evidente. Apesar de momentos políticos e econômicos distintos, seus ideais são os mesmos. A experiência vivida por Passos foi acumulada por Sampaio, e este acabou por completar a grande obra do governo de Pereira Passos, a avenida Central, com a abertura da avenida Rui Barbosa e a conclusão da avenida Beira Mar, ligando o Centro da cidade ao bairro de Botafogo. Com o arrasamento do morro do Castelo, promovido por Carlos Sampaio, e, conseqüentemente, com o desaparecimento dos bairros do Castelo e da Misericórdia, desapareceram também da área central da cidade dois bairros tipicamente residenciais destinados às classes populares, que haviam sobrevivido à reforma Passos, “mas que desde aquela época, tinham seus dias contados”<sup>23</sup>.

## Muda a cidade, mudam-se as pessoas

As transformações e o crescimento urbano do Rio de Janeiro também alteraram o perfil dos moradores do morro do Castelo, conhecidos como castelenses. Se nos tempos coloniais havia a concentração de instituições e funcionários ligados à Coroa e nos tempos do Império alguns prédios de média importância, no início do século XX sua população era, em sua maioria, composta por pessoas de baixa renda. Uma das justificativas para o desmorte era o fato de que a sua população, segundo o cronista Luiz Edmundo, se resumia a:

“homens de carão pálido e chupado, a barba por fazer denunciando moléstia ou penúria estrema; mulheres, burras de trabalho, de ar desalinhado e pobre, as saias de cima na cintura, úmidas da água dos tanques onde trabalham o dia inteiro; crianças cobertas de feridas e endiabradas residindo em casa de “estilo feio e forte da colônia”<sup>24</sup>.

Até que ponto este discurso fora elaborado por setores das elites para justificar a sua ação interventora? Elaborar uma imagem negativa do morro e de seus moradores ajudaria bastante na ação do desmorte. Em setembro de 1921 havia no morro do Castelo 408 prédios nos quais habitavam cerca de 4.200 pessoas<sup>25</sup>. Pouco se fala a respeito desses agentes sociais. Periódicos da época, como a revista *Careta*<sup>26</sup>, ao apoiar o desmorte, representavam seus moradores como pobres, desarticulados, sujos e malvestidos, destoando do novo cenário composto pela praça Cinelândia, no final da agora avenida Rio Branco<sup>27</sup>.

Até mesmo os que se colocavam contrários ao desmorte argumentavam em nome da tradição, do patrimônio, da história e da beleza natural existentes no morro. Sobre os moradores e suas residências, o discurso girava em torno da pobreza e da falta de higiene em que se encontravam. Uma reportagem feita pelo jornal *A Notícia* narrando a visita de dois repórteres ao morro, e defendendo a sua permanência por conta de suas belezas naturais, mostra como esses populares eram vistos. Os repórteres, depois de descreverem a bela vista da baía de Guanabara que o morro proporcionava, argumentam que “ao sol da manhã faiscante, a miséria daquele casario amontoado e sujo parecia ressaltar a paisagem maravilhosa – a Baía toda azul, a cidade fulgurando – tornando o contraste ainda maior”<sup>28</sup>.

## Um novo olhar sobre os populares

Na maioria dos trabalhos sobre as reformas urbanas encontramos os discursos produzidos por engenheiros, políticos e empreiteiros envolvidos nessas obras<sup>29</sup>. Esses agentes sociais, por estarem em uma posição social de maior destaque e por terem acesso a determinados instrumentos políticos e econômicos que garantiam a sua hegemonia perante as classes menos favorecidas, acabaram por se tornar os “produtores do espaço”<sup>30</sup>. Assim, calcados em discursos científicos, poder político e estratégias econômicas, atribuíram-se a função de construir o espaço moderno urbano no Rio de Janeiro, deixando além de uma série de relatos, a própria reforma registrando o seu discurso.

A elaboração da expressão “produtores do espaço” está inserida na reflexão acerca da atenção dada ao polo que tem sido privilegiado nas discussões sobre o fenômeno urbano, focadas nos discursos e ações daqueles que intervieram de alguma maneira no espaço urbano, ou seja, os ditos “produtores do espaço”. A fim de dar um outro enfoque ao seu objeto, o geógrafo francês Marcel Roncayolo propõe que as representações da cidade sejam consideradas a partir das perspectivas dos próprios habitantes da cidade, cuja relação se dá através do uso do espaço urbano e não da intervenção técnica.

Tendo o conceito desenvolvido por Marcel Roncayolo como base, defendo que o espaço urbano reflete as relações sociais nele existentes. Entendo que diferentes subjetividades sociais formam o fenômeno urbano e sendo a cidade uma construção do homem, ela reflete suas ideias e disputas, fazendo do espaço urbano uma representação das disputas sociais. As reformas do início do século XX na cidade do Rio de Janeiro refletem claramente as disputas sociais travadas em outros campos, como o econômico, o político, o cultural e o social. Dessa maneira pretende-se perceber quem eram e como viviam os moradores do morro do Castelo.

Assim, o principal objetivo deste artigo é apresentar uma tentativa de aproximação aos moradores do morro do Castelo, através da análise de dois tipos de fontes: fontes policiais e fontes orais. O enfoque aqui aplicado pretende construir uma análise voltada menos para o teor técnico das reformas e mais preocupada em perceber como as pessoas se relacionavam com o espaço da cidade, e as suas dicotomias físicas e simbólicas: o público e o privado; a casa e a rua; as ladeiras e a avenida.

O desmonte do morro do Castelo desalojou centenas de pessoas, e mesmo aqueles que se colocavam contrários ao desmonte argumentavam em nome da tradição, do patrimônio, da história e da beleza natural existentes no morro. Sobre seus moradores, o discurso girava em torno da pobreza e da falta de higiene em que viviam, parecendo justificar a retirada dessa população. A transferência da população e o pagamento de indenização sobre a propriedade não foi um assunto amplamente discutido. E ainda, se houve indenizações, estas foram destinadas aos proprietários dos imóveis. Como a maioria dos moradores do Castelo era formada de inquilinos, não teriam sido beneficiados por tal medida. Algumas casas de madeira foram improvisadas na praça da Bandeira destinadas aos moradores mais carentes que não tinham para onde ir<sup>31</sup>. Mesmo em difícil situação, poucos foram os que para lá se mudaram e menos ainda os que lá permaneceram.

Este artigo discute até que ponto o discurso elaborado a favor do progresso e da modernidade, legitimando as grandes reformas urbanas do início do século XX, foi manipulado pela elite republicana para justificar a sua ação interventora. Tal discurso não somente condenava o aspecto urbano do Rio de Janeiro, segundo o mesmo, marcado pelos traços coloniais, como também condenava a sua população, seus hábitos e maneira de viver. Perceber quem eram os moradores do morro do Castelo no período do seu desmonte; quais as suas ocupações, estratégias e como vivia esse grupo social são preocupações presentes neste texto.

## O olhar da polícia como filtro

O início do século XX trouxe algumas transformações, em voga desde meados da década de 1880, na organização social europeia e, conseqüentemente, na brasileira. O desenvolvimento de algumas ciências e medidas com o intuito de controlar melhor uma grande massa de pobres e trabalhadores por parte do Estado e de capitalistas gerou, entre outras, a institucionalização da Polícia e o aprimoramento dos procedimentos policiais.

Inserido no contexto da reforma urbana desenvolvida pelo Estado brasileiro a partir de 1902, o papel da Polícia cresceu consideravelmente: controlar os grupos mais pobres passou a ser primordial em uma cidade que tinha o objetivo de expressar a modernidade<sup>32</sup>. Em 1907, o Decreto no 6.440 instituiu uma reforma na Polícia carioca e estipulou como tarefa principal dos comissários a elaboração dos livros de ocorrência<sup>33</sup>. Esses livros eram compostos de registros diários feitos por esses comissários – funcionários que ocupavam uma posição média na hierarquia policial – responsáveis pelo plantão das delegacias.

Nos livros de ocorrência, os comissários de Polícia registravam os fatos mais importantes ocorridos em seu plantão de 24 horas e que deveriam chegar ao conhecimento do delegado do distrito. Decidir o que anotar, registrando nome, local de nascimento, filiação, estado civil, idade, profissão, endereço, hora e motivo da detenção à autoridade e a lista de objetos de valor apreendidos das pessoas envolvidas eram as tarefas dos comissários<sup>34</sup>. Os livros de ocorrência da 5ª Delegacia de Polícia serviram como fonte de pesquisa para tentarmos perceber o cotidiano e quem eram os moradores do Castelo que passaram pela delegacia de Polícia<sup>35</sup>.

Na análise das ocorrências é preciso atentar que elas são a visão da polícia sobre a população: é o comissário quem decide o que e como anotar os fatos que aconteceram no seu plantão. Além de perceber como se dava a relação da polícia com os grupos populares, pretendemos analisar as estratégias e as redes de sociabilidade dos castelenses, bem como elucidar seus problemas cotidianos de sobrevivência. Com base em fontes seriais é possível reconstruir as diversas conjunturas sociais existentes em um grupo, tendo para isso o nome como o fio condutor. Pretende-se, a partir de pequenas histórias de vida, entender o que une essas pessoas: em outras palavras, partiremos de casos individuais para dar conta do coletivo<sup>36</sup>.

O período pesquisado foi de 1916 a 1922, num total de sete anos de registros diários. O resultado da pesquisa foi o levantamento de 426 ocorrências envolvendo os castelenses ou o morro do Castelo propriamente dito. Desse total, encontrei 54 tipos diferentes de ocorrências registradas, sendo que as que mais se repetiram foram: 62 acidentes; 48 agressões; 44 furtos; 41 acidentes de trânsito; 34 agressões entre moradores e 25 furtos em residências<sup>37</sup>.

Alguns pontos devem ser destacados. Dos 62 acidentes identificados nas ocorrências, a maioria, 42 deles, ficou concentrada nos anos de 1921 e 1922, e ocorreram em razão das obras de desmonte. Interessante também destacar que nos furtos em residência normalmente os

envolvidos, vítima e infrator, eram companheiros de quarto nas casas de cômodos existentes no Castelo. Essas casas, por sinal, eram visivelmente motivo de preocupação por parte da polícia. A maioria dos moradores que aparece nas ocorrências morava em casas desse tipo. A mais famosa delas, chamada de Chácara da Floresta, tinha inclusive um posto policial em frente à sua entrada e concentrou os registros de furto em residência.

Nas 426 ocorrências conseguimos identificar 553 pessoas que declararam ser moradores do morro do Castelo. Nem todos estavam envolvidos da mesma maneira. Alguns apenas presenciaram os fatos, o que nos fez chamá-los de testemunhas. Do total dos moradores, a maioria apareceu nas ocorrências na condição de testemunha: foram 252 moradores ao todo. Isso se explica por conta de alguns motivos: primeiro porque quanto mais testemunhas fossem arroladas pelos policiais na hora dos fatos, mais fácil seria localizar algumas caso fosse necessário abrir inquérito. Segundo, quando acontecia algum fato no morro, as testemunhas eram sempre os moradores. Terceiro, reparamos que na maior parte dos acidentes de trânsito – atropelamento ou choque de veículos – ocorridos na avenida Rio Branco, os castelenses aparecem como testemunha provavelmente por estarem por ali ou trabalhando – como carroceiro ou carregadores – ou apenas circulando. Das testemunhas pouco sabemos pois para a polícia apenas interessava anotar o local em que residiam.

De uma maneira geral percebe-se que os castelenses em primeiro lugar viam; em segundo, sofriam; e em terceiro, agiam: foram 252 testemunhas, 148 vítimas e 104 infratores. Ainda havia os que se queixavam, 26 deles; os que foram causadores de alguma situação, 12; os 10 enfermos e até um salvador de um menor que se afogava na praia de Santa Luzia.

Dos moradores registrados, achamos 69 solteiros, 45 casados e sete viúvos. A faixa etária variou bastante. De um total de 203 que tiveram a idade registrada pela polícia, encontramos 80 menores de 16 anos; 22 moradores com idade entre 16 e 20 anos; 53 entre 21 e 31 anos; 12 entre 31 e 40 anos; 15 castelenses com 41 a 50 anos; 17 com idade entre 51 e 60 anos; 1 morador com idade entre 61 e 70 anos e três castelenses com idade entre 71 e 80 anos.

Outra pista que extrai na leitura das ocorrências foi a profissão dos castelenses. A ocupação que mais apareceu foi a de doméstica: 13 num total de 115 registros de moradores que informaram a sua profissão. Em segundo lugar, 11 castelenses que trabalhavam como carregadores e 11 que se declararam como trabalhadores. Também encontrei nove castelenses que trabalhavam no comércio, oito que eram alfaiates, sete que se declararam operários e carpinteiros, seis sapateiros e no restante um ou dois caixeiro, dono de botequim, ferreiro, leiteiro, jornalista, ourives, pedreiro, peixeiro, quitandeiro, pintor, soldado, tarifário e vendedor. Poucas foram as ocorrências que informaram o grau de instrução dos castelenses: 17 eram analfabetos e 19 sabiam ler e escrever.

Das ocorrências que informam a nacionalidade dos castelenses encontrei metade delas tendo brasileiros envolvidos, foram 69 brasileiros de um total de 142. Os portugueses foram o segundo grupo que mais apareceu: estiveram envolvidos em 55 ocorrências. Em seguida,

encontrei 14 ocorrências envolvendo italianos; três envolvendo espanhóis e uma envolvendo um argentino.

Quanto ao gênero, encontrei mais homens do que mulheres, seguindo a tendência das estatísticas criminais do período que sub-representavam a mulher<sup>38</sup>. Foram 391 homens e 171 mulheres. Do total de homens envolvidos<sup>39</sup>, 162 foram registrados na condição de vítima; 113 na condição de testemunha; 86 na condição de infrator; 16 dos homens envolvidos nas ocorrências foram registrados como queixosos; nove deles registrados como causadores; dois deles como enfermos e um dos homens envolvidos nas ocorrências foi registrado como salvador. Das mulheres envolvidas, 88 foram registradas como vítimas –também incluídas aquelas que sofreram abortos; 45 delas foram registradas como testemunhas; 17 como infratoras; 12 como queixosas; sete como enfermas e duas delas registradas como causadoras da ocorrência.

Finalizando as características dos moradores do morro do Castelo que aparecem nas ocorrências, encontrei uma grande maioria de brancos: das 147 pessoas cujas ocorrências informam a cor dos envolvidos, 127 eram de cor branca; 13 de cor parda; e sete eram de cor negra. Esta tendência vai de encontro aos estudos sobre crimes do período que mostram como a população negra e parda era super-representada nas estatísticas criminais – esses estudos utilizaram os relatórios anuais da Polícia<sup>40</sup>. Levanto algumas possibilidades para explicar esta tendência. Primeiro, a concentração de imigrantes no morro: além dos portugueses e italianos declarados, encontrei pessoas de nome explicitamente italiano ou declarados filhos de portugueses – casos que não considero nas nossas estatísticas quando contabilizo a variável nacionalidade, por dois motivos: ou por que não se fazia referência à nacionalidade ou se deixava implícito o fato de serem brasileiros filhos de imigrantes. Segundo, se pensarmos que apenas 147 dos 553 moradores envolvidos informaram ou tiveram registrado a cor da sua pele<sup>41</sup>, fica a pergunta: e quanto aos que não registraram essa informação?

Durante a leitura das ocorrências tive a preocupação de destacar aquelas que se deram no morro. Dessas, a grande incidência foram as que registravam algum tipo de acidente. Já destaquei que grande parte dessas ocorrências aconteceu durante as obras de desmonte. Várias foram aquelas que registravam explosões indevidas e mal procedidas, e ainda queda de pessoas de barreiras. A segunda maior incidência foi a de agressão, com 42 registros. Nessas estão incluídas tanto aquelas entre moradores quanto aquelas ocorridas entre os mais diversos tipos de pessoas. A terceira maior incidência no morro eram os furtos em residências – com 23 ocorrências – em especial aqueles ocorridos nas casas de cômodos, como já explicado anteriormente.

Durante os sete anos pesquisados, encontrei 15 ocorrências registrando óbito em domicílio e 10 que registravam aborto – todos eles com período de gestação avançado. Esses dois tipos de ocorrências apontam para a realidade vivida pela população mais carente da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. A atuação da Assistência Médica

ou Assistência Pública – como era chamado pela polícia o serviço público que garantia atendimento médico – parece ter sido uma das preocupações dos comissários. Eles anotavam tanto a prestação dos serviços médicos após um acidente ou briga, bem como recebiam e registravam informações sobre a entrada de doentes na enfermaria da Santa Casa. Tal medida parece estar inserida na necessidade de controlar um determinado grupo social, e também aponta a grande quantidade de pobres que morriam sem assistência médica, mesmo o morro estando tão próximo da sede da Assistência, naquela época localizada na Santa Casa da Misericórdia<sup>42</sup>.

Além disso, encontrei, entre outras, nove ocorrências registrando furto ou roubo, em especial aqueles ocorridos nos botequins; oito registrando tiros de revólver; sete registrando quedas de ribanceiras e de objetos sobre as pessoas; sete registrando mordidas de cão; quatro registrando navalhadas; outras quatro registrando incêndio; três registrando morte sem assistência; outras três registrando práticas de atos imorais; mais três registrando defloração e casos únicos de ocorrência registrando abandono de menores, encontro de um cadáver, desabamento, desordem, embriaguez, estupro, funcionamento indevido de botequim, crise de loucura e venda de objetos roubados<sup>43</sup>.

O morro do Castelo, como percebi a partir da leitura das ocorrências policiais durante os anos de 1916 e 1922, era um lugar bastante complexo. Habitado por gente simples e pobre, muitas vezes pequenos contraventores das normas estabelecidas pelas classes mais abastadas, a sobrevivência nem sempre era a das mais agradáveis possíveis. Encontrei algumas situações que aparentemente seriam adequadas aos padrões desejados: indivíduos com residência fixa, trabalhadores, com instrução, idade produtiva e até com carteira de identidade, mas pegos em pequenas infrações. Romeu de Araújo e Otávio de Oliveira eram eletricitistas e, por coincidência ou não, foram presos<sup>44</sup>. Romeu roubava lâmpadas e Otávio, que era funcionário da Light and Power, roubava fios. A princípio essas ocorrências não têm nenhuma ligação, mas é curioso pensar que os dois moravam no Castelo, tinham uma profissão, e ainda assim praticavam pequenos delitos, provavelmente para vender o objeto do furto futuramente.

Enfim, os moradores do morro do Castelo foram montando estratégias de sobrevivência, diante das enormes dificuldades que viviam. Cometiam pequenos delitos, mas também eram duramente perseguidos pela ação da polícia, reforçada pela presença de um posto policial na entrada de uma das maiores habitações coletivas existentes na subida do morro: a Chácara da Floresta. As profissões que mais se destacaram entre os castelenses foram exatamente aquelas que exigiam pouca qualificação, como as domésticas e os carregadores. Mas também encontrei um número razoável de alfaiates, sapateiros e operários, levando-me a pensar este grupo social como um grupo bastante heterogêneo.

O local de moradia para essas pessoas era vital para sua sobrevivência, pois tais profissões dependiam diariamente de uma demanda que o Centro da cidade naquele momento, quando ainda concentrava um grande número de moradores, era essencial para a manutenção de

uma clientela. Até que, dentro do contexto das comemorações do Primeiro Centenário da Independência do Brasil, para transformar a cidade em um centro urbano moderno e acabar de vez com o passado colonial, não pode mais sobreviver, pelo menos no espaço mais nobre da nova capital: a avenida Rio Branco. Para alguns setores das elites, o morro do Castelo e sua população não eram condizentes com a imagem moderna que se queria para o Rio de Janeiro e, para retirá-los de onde estavam, as autoridades locais não pouparam dinheiro, tecnologia e descaso.

## E o que pensavam seus moradores?

“A gente não queira sair de jeito nenhum”.

D. Florinda

“A população foi saindo progressivamente, à medida que o morro foi abaixo”.

Sr. Francisco.

No dia 30 de outubro de 1985, às 15 horas na rua Paula Matos em Santa Teresa, os pesquisadores Oswaldo Rocha, Jaime Benchimol, Mario Aizen, e Lílian Vaz gravaram, para o Projeto Arquivo Vivo do Museu da Imagem e do Som, o depoimento de Florinda Alói e Francisco Alói Moreno. Irmãos, eles moraram no morro do Castelo até o momento de seu desmonte, em 1922. Os dois só deixaram sua casa às vésperas de ser demolida, quando Florinda Alói tinha 20 anos e Francisco Alói, 12. Nesse depoimento, eles contam como era a vida no morro do Castelo; falam de vários aspectos do morro, lembrando pessoas e o cotidiano que presenciaram, contando como viviam, as suas impressões, suas experiências e como reagiram a perda de uma referência: o seu local de moradia.

Eles iniciam o depoimento contando que nasceram no morro e lá viveram com o pai comerciante e a mãe costureira. O pai era italiano e dono de uma barraca de frutas no Mercado da praça XV e a mãe, além de parteira, trabalhava costurando para uma loja na rua do Carmo. Para eles, o morro nada tinha de decadente, perigoso ou miserável. Era um lugar de alegria, onde muitos descendentes de italianos e portugueses viviam com suas famílias. O sr. Francisco explica que o morro era uma só família, e que não havia nenhum perigo para se sair à noite; todos se conheciam e se davam muito bem.

- Não é verdade que era uma área degradada e pobre, era um lugar de alegria, vivia-se com alegria e satisfação. As crianças tinham o colégio Carlos Chagas na praça do Castelo e catecismo na igreja dos Barbadinhos.

E como todas as crianças que viveram no morro, os dois estudaram no colégio Carlos Chagas, na praça do Castelo, e fizeram catecismo na igreja dos Barbadinhos. Interessante destacar que a afirmação acima, feita pelo sr. Francisco, foi espontânea. Ninguém havia dito, na entrevista, que a área era degradada e pobre. Isto partiu do depoente como uma defensiva inicial. E ainda, continua falando que havia um posto policial que não tinha nenhum trabalho:

“Difícilmente havia alguma ocorrência”, completa. Os dois enfatizam exatamente o contrário. Dizem que era um morro muito festivo. Lembram das festas de São Sebastião na igreja, que eram cheias de gente de todos os lugares, que subiam e lotavam o morro. Na noite de Natal, contam que a Missa do Galo e sua procissão também atraíam muitas pessoas.

Quanto à estrutura do morro, contam que demorou a ter luz elétrica e que a iluminação antes era feita com lampião a querosene. Mencionam que havia algumas casas velhas, mas muita casa bonita do tipo colonial. E enfatizam: “Não era favela”<sup>45</sup>.

Os dois irmãos descrevem fisicamente o morro, informando que ele possuía basicamente quatro pontos: o Pau da Bandeira, que ficava do lado oposto à igreja dos Barbadinhos, virado para a praça Tiradentes, e onde se localizava o Observatório Nacional; a igreja dos Barbadinhos, que ficava do lado do Pão de Açúcar; a ladeira do Seminário, por onde se subia para a Chácara da Floresta, localizada do lado norte do morro; e o ponto do lado sul.

Explicam que a Chácara da Floresta era como uma avenida grande, onde havia muitas casas e era chamada apenas de Floresta. Ali não era permitida a entrada a qualquer pessoa, apenas de quem morava no local. Havia um portão de ferro que era fechado a uma determinada hora; era toda arborizada, com uma estrada bonita, com casas do lado direito. Ficava localizada na subida da ladeira do Seminário e do Hospital São Zacarias, que foi transferido para a entrada do Túnel Novo<sup>46</sup>. Ali havia controle de entrada. Por conta desse controle, o acesso ao morro normalmente era feito pela ladeira da Misericórdia ou pela ladeira do Castelo. Mesmo sendo ladeiras íngremes, d. Florinda e sr. Francisco dizem que ninguém reclamava por ter que subi-las.

Os depoentes contam que havia muita estalagem no morro. Algumas muito grandes, inclusive. Lembram as que pertenciam ao Marinho, localizadas perto da Floresta, e as do Bastos, que segundo eles era dono de quase todas as estalagens do morro, em especial uma enorme, que começava na ladeira do Seminário e terminava na Santa Luzia, junto à ladeira da Misericórdia<sup>47</sup>.

Os entrevistadores insistem, perguntando se a Floresta era uma estalagem. O sr. Francisco responde que não, e sim “uma avenida, bem arborizada e bonita” e explica as relações entre os moradores: “Era quase como uma família só. Se uma pessoa ficasse doente, passando mal, se a família estava cansada tinha sempre um padre, uma pessoa amiga que tomava conta”. Quanto à questão da propriedade das residências, ele explica: “A maioria dos moradores do morro morava de aluguel, 90% era aluguel. Mas era um lugar muito bom”.

Florinda e Francisco citam algumas pessoas que eram proprietárias de casas no morro. Uma delas era o senhor Giacomo Kinder, um italiano que possuía várias propriedades. Ele era alfaiate, trabalhava muito, mas também bebia muito: “Uma pena!” – comentam. Contam que volta e meia ele saía pelo morro gritando: “Viva o Brasil! Viva a Itália! Morte à Portugal! Era engraçado!”<sup>48</sup>. Segundo eles, no morro, a maioria dos moradores era de imigrantes e descendentes, por isso eram muito fechados, só trabalhavam e ficavam no morro, quase sem sair: “Havia um certo receio, pois a maioria era do interior da Europa e eram muito

reservados, muito medrosos. Vieram para o Brasil para trabalhar e trabalhavam mesmo. Tinham um certo receio de se dar com pessoas estranhas. Era uma família só, não havia disputa absolutamente. A única rivalidade era entre os dois blocos de carnaval”, explica o sr. Francisco, muito bem articulado.

Os dois depoentes seguem falando que o morro tinha uma vida social agitada, com dois blocos de carnaval: o Castelo de Ouro, cujo estandarte era verde, e o Prazer do Castelo, de estandarte verde e amarelo, que faziam a festa durante o ano inteiro. Havia uma rivalidade quando chegava o carnaval, que às vezes dava briga, mas, segundo os dois, era uma festa muito bonita. A festa acontecia no morro, com torcida e disputa da melhor fantasia. A pastorinha que ganhava era tratada como princesa o ano todo. Contam também que o bloco da rua da Misericórdia, chamado Miséria e Fome, tinha um coral de tenores baixos maravilhoso, que quando cantavam podia-se ouvir de cima do Castelo. Eles eram amigos do pessoal do morro e de vez em quando subiam suas ladeiras, fazendo um lindo espetáculo<sup>49</sup>.

Além dos blocos, o morro contava também com um time de futebol: o *Paulistano*. O clube situava-se no morro mas o campo ficava ao lado da praça XV, onde hoje é o Museu da Marinha. Em dia de jogo praticamente todos os moradores iam torcer pelo time. Segundo eles, a comunidade do morro tinha tudo perto. A facilidade de morar no Centro foi destacada pelos dois. Seguem dizendo que todas as crianças estudavam, faziam primário no colégio Carlos Chagas e o ginásio no São Bento.

D. Florinda lembra-se de um episódio ocorrido no morro relacionado à Revolta da Chibata, quando João Cândido visitou a ladeira do Seminário por conta de uma bala de canhão que durante a Revolta atingiu uma casa, matando duas meninas. Ela conta que durante a revolta se mudou para Cascadura e lá ficou até as coisas se acalmarem.

D. Florinda conta que havia muitos armazéns, alfaiates, quitandas e botequins no morro do Castelo. “O que dava emprego lá em cima era o comércio”. Quem não trabalhava com comércio tinha que trabalhar fora do morro. Muita gente do morro trabalhava no Mercado Municipal da praça XV, como o pai dos dois, que trabalhava vendendo frutas em uma barraca do mercado. Havia também muita lavadeira. Na estalagem do Bastos, por exemplo, tinha uma caixa d’água enorme para não faltar água. Luz algumas vezes faltava, pois o sistema era a lampião. A água não era encanada e cada um pegava água em latas para abastecer sua moradia. Quando a água não chegava no morro, os moradores pegavam na Santa Casa.

O sr. Francisco e a d. Florinda lembram que frequentavam a praia de D. Constança, em frente à igreja de Santa Luzia, localizada aos pés do morro. iam à festa da Penha em trens lotados e quando chegavam à igreja, seus pais pagavam suas promessas e depois faziam picnic, com comida à vontade. Eles escolhiam uma barraca de bebida e ficavam o dia todo na festa. A Semana Santa no morro era muito divertida. Tinha teatro e procissão na igreja dos Barbadinhos, e se queimava o Judas no sábado de Aleluia. A festa do Divino era na Floresta. Segundo os dois, na Floresta as pessoas eram mais pobres, mas eram boas.

Lembram que havia problemas de segurança mas, segundo eles, apenas nos arredores do morro. Contam que à noite, na ladeira da Misericórdia, ficavam uns valentões que jogavam pimenta nos olhos dos outros e roubavam. Mas isso era na ladeira, em cima do morro do Castelo não. Para eles, a rua da Misericórdia é que era “meio barra pesada”. Havia uma concentração de chineses, turcos e árabes que cheiravam ópio. Ninguém entrava onde os chineses moravam. O que havia no morro era muito bicheiro, pois muita gente jogava, inclusive a mãe e a avó dos depoentes. Para eles, aquela era a diversão dos moradores, pois não faziam outra coisa.

D. Florinda conta que só foi ao cinema duas vezes em sua vida: uma quando criança e outra quando estava noiva. Lembra que o divertimento das crianças do morro era brincar de roda, cantar, jogar amarelinha, cabra-cega, berlinda e outras brincadeiras que não se brincam mais.

D. Florinda lembra que ela e suas irmãs casaram-se na igreja dos Barbadinhos, que infelizmente não existe mais. Ela lembra também o dia em que Nair de Teffé visitou o Hospital S. Zacharias. Segundo ela, era um ótimo hospital infantil. Conta que Gago Coutinho também visitou o morro, mais ou menos em 1921<sup>50</sup>. Lembra ainda que carro não subia o morro do Castelo.

Ao serem questionados sobre a demolição, relatam que não queriam sair do morro de jeito nenhum. Contam que houve comunicação por parte das autoridades. Segundo os dois, eles iam avisando de casa em casa a necessidade de sair do morro. Ainda assim, a população foi saindo aos poucos, à medida que o morro ia abaixo.

Lembram que foi construída uma quantidade enorme de barracões de madeira na praça da Bandeira para abrigar as famílias castelenses que não tinham para onde ir. A família do sr. Francisco e de d. Florinda saiu um dia antes de sua casa ser demolida e foi para a praça da Bandeira. Para eles, o novo lugar era muito ruim, pois sequer tinha água. Sobre os outros moradores do Castelo, d. Florinda e o sr. Francisco contam que também não queriam sair do morro, mas não houve revolta, pois ninguém acreditava que o Castelo pudesse vir abaixo. Terminam seu relato informando que depois de alguns anos morando na praça da Bandeira, a família Alói mudou-se para a rua Paula Matos, na subida do morro de Santa Teresa, e ressentem-se com a demolição: “O Castelo era bom. Eu me sentia bem”.

O depoimento de d. Florinda e do sr. Francisco pode estar carregado de saudosismo e com um pouco de romantismo para com um local que não existe mais; mas com certeza nos faz refletir sobre a necessidade de buscar outras lembranças do passado da nossa cidade, e não apenas aquelas dos “produtores do espaço”. O desmonte do morro do Castelo foi um episódio da história carioca que ficou esquecido durante alguns anos, tendo sido resgatado nos anos 1980, por conta de novos estudos sobre as transformações urbanas da cidade. Como explica Michael Pollack, “A memória organizada, que é a memória nacional, constitui um objeto de disputa importante, e são comuns os conflitos para determinar que datas e que

acontecimentos vão ser gravados na memória de um povo”<sup>51</sup>. Portanto, resgatar a memória de um grupo que não existe mais, como o dos ex-moradores do Castelo, e que fora pouco lembrado na memória nacional, é resgatar a própria história nacional. No depoimento de Florinda e de Francisco percebe-se a necessidade em destacar o quanto o morro do Castelo era um lugar positivo em suas lembranças. Os dois sentem saudades e lamentam a todo momento a demolição do morro e procuram enfatizar o quanto as imagens negativas construídas sobre o lugar e seus moradores não eram verdadeiras.

O depoimento dos ex-moradores do morro do Castelo é rico em lembranças que nos apontam para um lugar que pouco espaço obteve na memória nacional. A sua demolição, na época, autoritária e de acordo com os ideais das classes mais favorecidas, hoje é vista como uma perda irreparável do antigo núcleo urbano do Rio de Janeiro. Podemos dizer que esse depoimento reproduz a visão de um grupo social que, por ser hierarquicamente inferior, não conseguiu deixar sua voz registrada na história, e ainda recupera a sua participação no processo de alteração do uso do espaço urbano carioca. Mesmo que carregado de sentimentos dos anos 1980, percebe-se claramente uma tentativa, por parte dos castelenses, em amenizar as dificuldades e a pobreza existente no morro do Castelo.

A Chácara da Floresta era um grande cortiço do início do século XX, como se pode perceber através das ocorrências policiais – por conta das inúmeras pessoas que o citam como residência e as subdivisões existentes. Mas na concepção dos ex-moradores, o cortiço virou avenida. Não como sendo um outro tipo de habitação coletiva mais higiênica e que estava sendo formulada no início do século XX como substituição aos cortiços e casa de cômodos, mas ao que parece, pelo depoimento, uma avenida no sentido mais moderno da palavra, uma via pública mais larga e arborizada, de acordo com os novos padrões de higiene e modernidade.

Para eles, o posto policial que havia no morro indicando a preocupação das autoridades em controlar aquele espaço, quase não produzia ocorrências. Como amenizam a condição da Chácara da Floresta, também atenuam a atuação da polícia no local e pouco falam das brigas e desavenças ocorridas nas habitações coletivas espalhadas pelo morro do Castelo. Em seu depoimento, os dois não definem muito ao certo a temporalidade de sua narrativa. Eles descrevem o morro e ao mesmo tempo falam sobre o momento da demolição, explicando como a vida foi se alterando, num claro sentimento nostálgico. E mais, defendem o passado utilizando-se de argumentos do presente, como a declaração de d. Florinda afirmando não terem sido moradores de uma favela, expressão essa que só iria se consolidar nos anos 1950 e assumir um sentido pejorativo nos anos 1980, quando prestam o depoimento. Definitivamente, eles sentem saudades ao falar dos lugares, recordando a organização social e o desmonte.

Além disso, os depoentes gostam de destacar fatos históricos que consideram importantes e de grande destaque na memória nacional, dando importância ao morro.

Percebe-se ao relatarem o episódio da Revolta da Chibata, que eles tinham a opção de morar no subúrbio, mas que fora descartada devido à vantagem de morar no Centro da cidade; vantagem enfatizada e destacada pelos dois. Mesmo quando contam que no morro não havia água e luz, eles falam de uma maneira amena. Por outro lado, quando falam sobre a praça da Bandeira, local onde parte dos moradores do Castelo foi alojada, reclamam da falta de água. Mesmo sendo uma situação parecida com a do morro, para eles, enquanto estavam no morro, a falta de água não era um problema. O depoimento de Florinda e Francisco mostra como os moradores do morro do Castelo foram deslocados de seu local de moradia de uma maneira autoritária e sem nenhum planejamento.

Esta visão do desmorte – que até então havia sido enfocado pelas suas questões técnicas e defendido por grupos sociais, principalmente os engenheiros, aponta um outro prisma deste episódio: como foi o desmorte para os moradores. Esta foi a grande contribuição que a entrevista com os ex-moradores do morro do Castelo trouxe para a historiografia urbana carioca, resgatando a fala de um grupo social excluído, até mesmo da construção da memória nacional.

A defesa do desmorte do morro do Castelo fortemente assumida pelas elites, e sua visão denegrida de seus moradores, faz concluir que tanto o Estado, neste trabalho explicitado através da ação da administração municipal e da polícia, como as classes favorecidas social e economicamente, como a dos engenheiros, condenaram o morro e seus moradores a não fazerem parte da nova cidade em construção: moderna e preparada para o progresso.

O estado republicano brasileiro, durante os seus primeiros anos de existência, caracterizou-se por ser fortemente excludente e hierarquizador<sup>52</sup>. A ciência, em busca de uma cidade limpa e moderna, condenou hábitos populares. Higienistas puseram em evidência os problemas que geravam um ambiente pouco saudável e os engenheiros deveriam edificar uma cidade racional e melhor planejada, que assegurasse a remoção dos pobres da área central e impondo normas para torná-la mais higiênica, com casas menos insalubres e ruas mais largas e retilíneas<sup>53</sup>. No entanto, o Estado não assumiu totalmente tal função, deixando para a iniciativa privada a construção de casas adequadas às normas de higiene por ele determinadas. Ainda no final do século XIX, foi elaborado o primeiro plano urbanístico para a cidade, pela Comissão de Melhoramentos<sup>54</sup>. A reforma realizada durante a administração de Pereira Passos inaugurou uma série de alterações urbanísticas que se estenderiam por praticamente todo o século XX. E a estratégia utilizada pelos governantes e pelas classes mais favorecidas não se reduziu somente à elaboração e execução de planos urbanísticos, mas também na mudança de hábitos e no cotidiano dos populares, através de decretos municipais que proibiam antigas práticas, agora consideradas insalubres e de péssima reputação para a cidade<sup>55</sup>.

Como já foi exposto, a concentração populacional no Centro era um problema que as autoridades vinham enfrentando desde pelo menos o final do século XIX. As freguesias com as maiores densidades domiciliares, como São José – onde ficava o morro do Castelo –, Santa

Rita, Santana e Santo Antônio, continuaram crescendo mesmo depois das reformas urbanas de Pereira Passos, que derrubaram morros e habitações coletivas. Apesar da perseguição policial, apontada através da análise das ocorrências policiais entre os anos de 1916 e 1922, e da condenação por parte das elites cariocas, o morro do Castelo era, para seus moradores, um lugar de referência e nada tinha de degradado, perigoso e insalubre. Grande parte da população do morro, após o desmonte autoritário promovido pelas autoridades, transferiu-se para o morro do Pinto, para o morro de Santo Antônio, ou para a subida do morro de Santa Teresa, como foi o caso de d. Florinda e do sr. Francisco. Talvez essa tenha sido a grande resistência popular à reforma urbana: não deixar de morar no Centro da cidade.

E quanto às políticas públicas urbanas, deveríamos estar mais atentos ao nosso patrimônio histórico-cultural e levar em conta, além das questões técnicas e relativas ao progresso, as questões sociais e de patrimônio cultural da cidade. Se a história pudesse nos ensinar algo, o desmonte do morro do Castelo deveria servir de exemplo de como é importante preservar e cuidar do nosso patrimônio histórico-cultural.

## Notas

1 - Ver NONATO, José Antonio e SANTOS, Núbia M. *Era uma vez o morro do Castelo*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.

2 - MACEDO, Joaquim Manuel de. *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1991, pp. 213-219.

3 - Revista *Careta* de 1, 15 e 29 de janeiro de 1921.

4 - NONATO, *Idem*; p.73.

5 - Ver ABREU, Maurício de Almeida. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar / Iplan Rio, 1987. BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussman tropical*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes/ Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992; DEL ROSSO, Giovanna Brenna (org.). *O Rio de Janeiro de Pereira Passos: uma cidade em questão*. Rio de Janeiro: Index, 1985; KESSEL, Carlos. *A vitrine e o espelho: o Rio de Janeiro de Carlos Sampaio*. Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio de Janeiro / Secretarias de Culturas / Departamento Geral de Informação Cultural/ AGCRJ/ Divisão de Pesquisa, 2001; MOTTA, Marly Silva da. *A nação faz 100 anos: a questão nacional no centenário da Independência*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas / CPDOC, 1992; PECHMAN, Sérgio e FRITSCH, Lílian. "A reforma urbana e seu avesso: algumas considerações a propósito da modernização do Distrito Federal na virada do século". *Revista Brasileira de História* nº 8/9. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1985; ROCHA, Oswaldo Porto. *A Era das Demolições: Cidade do Rio de Janeiro: 1870-1920*. Rio de Janeiro:

Secretaria Municipal de Cultura: Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1986.

6- Revista *Careta*, janeiro de 1922. A missa de São Sebastião em 1923, primeira após a demolição do Castelo, foi celebrada pelos capuchinhos na praça Saenz Pena, pois a nova igreja, na rua Haddock Lobo, ainda não estava pronta. Mas, apesar do altar provisório, a sagrada imagem do santo foi levada até o local, que foi pequeno para a grande quantidade de fiéis presentes. *O Jornal*, 20/01/1923.

7 - Ver KESSEL, Carlos. *A vitrine e o espelho: o Rio de Janeiro de Carlos Sampaio*. Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio de Janeiro / Secretarias de Culturas / Departamento Geral de Informação Cultural/ AGCRJ/ Divisão de Pesquisa, 2001.

8 - Ver MOTTA, *Idem* p. 61.

9 - BARRETO, Lima. "Megalomania". *Careta*, 28 de agosto de 1920.

10 - BARRETO, Lima. *Idem*.

11 - *A Notícia*, 29 de setembro de 1920 e *Jornal do Brasil*, 15 de setembro de 1920. Interessante destacar que o discurso contrário ao desmonte se concentrou no mês seguinte a assinatura do decreto municipal que autorizou o arrasamento do morro.

12 - *Jornal do Brasil*, 9 de setembro de 1920.

13 - *Jornal do Brasil*, 7 e 9 de setembro de 1920.

14 - BRASIL, Directoria Geral de Estatística. Rio de Janeiro, 1922. "Resumo histórico dos inquéritos censitários realizados no Brasil." Introdução ao *Recenseamento do Brasil realizado em 01 de setembro de 1920*.

15 - ABREU, Mauricio de Almeida. *Idem*. p. 52. Nesta planta cadastral, foram propostas a demolição das ruas estreitas do centro da cidade e a abertura de ruas largas e mais bem arejadas.

16 - ABREU, Mauricio. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPLAN / J. ZAHAR, 1987, p. 50.

17 - Ver ABREU, Mauricio de Almeida. "Da habitação ao habitat: a questão da habitação popular no Rio de Janeiro e sua evolução". *Revista do Rio de Janeiro*. Niterói, v. 1, n. 2, pp. 47-58, jan./abr. 1986.

18 - ABREU, Mauricio de Almeida. *Idem*, p. 48.

19 - Ver CAVALCANTE, Berenice. "Beleza, limpeza ordem e progresso: a questão da higiene na cidade do Rio de Janeiro". In: *Revista Rio de Janeiro I*. Niterói: dezembro de 1985.

20 - PECHMAN e FRITSCH, *Idem*, p. 179.

21 - CARVALHO, Lia Aquino. "Habitações Populares": capítulo 2 de *Contribuição ao estudo das habitações populares*. 2. ed. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1995 (Biblioteca Carioca, v.1), pp. 133-134.

22 - PECHMAN e FRITSCH, *Idem*, p. 180.

23 - ABREU, Mauricio de. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPLAN / J. ZAHAR, 1987, p. 77.

24 - EDMUNDO, Luis. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. Rio de Janeiro: Xenon, 1987, p. 65.

25 - IHGB, Coleção Carlos Sampaio, Lata 642, documento 25.

26 - A revista *Careta*, ao referir-se ao morro do Castelo, muitas vezes chamava-o de "montanha de estreme", "trambolho" e criticava os que o defendiam em nome da tradição, questionando até que ponto as tradições deveriam ser mantidas em detrimento da cidade.

27 - Em 1912, com a morte do influente diplomata barão do Rio Branco, a avenida Central passou a ser chamada de avenida Rio Branco em sua homenagem.

28 - "Um passeio ao Morro do Castelo – aspectos da vida pobre naquele canto da cidade". *A Notícia*, 29 de setembro de 1920.

29 - Na introdução de *Pereira Passos*: um Haussmann tropical, Jaime Benchimol explica que a documentação a qual teve acesso, no Arquivo da Cidade, apesar de extremamente rica, era essencialmente "oficial", apresentando sempre algum tipo de relação jurídica com o Estado. Por conta disso, seu estudo, por ter tido acesso parcial às informações, acabou ilustrando apenas "um determinado prisma da realidade".

30 - A expressão "produtores do espaço" foi desenvolvida por Marcel Roncayolo e utilizada por Mônica Velloso em seu livro *A cultura das ruas do Rio de Janeiro*. VELLOSO, Mônica Pimenta. *A cultura das ruas do Rio de Janeiro (1900-1930): mediações, linguagens e espaço*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2004. (Coleção FCRB, Série Estudos 1).

31 - MIS / Projeto Arquivo Vivo / 674.1/2 - Florinda Alói e Francisco Moreno (30.10.1985).

32 - Em *Cidade Febril*, Sidney Chalhoub faz uma análise interessante sobre o conceito de classes perigosas. Segundo o autor, o termo surgiu por volta de 1840 na Inglaterra para designar pessoas que já houvessem passado pela prisão. No Brasil, ele aparece nos meses que sucederam a abolição da escravidão, em discussões no Congresso onde a pauta era a repressão à ociosidade. Aos poucos este conceito se mistura ao de classes pobres e na visão dos deputados brasileiros, classe perigosa passa a ser todo indivíduo pobre que não possuísse um trabalho comprovado, enquanto que o bom cidadão era aquele que se dedicasse ao trabalho. Como explica Chalhoub, a noção de que a pobreza de um indivíduo era fato suficiente para torná-lo um malfeitor em potencial teve enormes consequências para a história de nosso país, e cita como exemplo, a adoção dessa definição do conceito em questão como um dos fundamentos teóricos da estratégia de atuação da Polícia brasileira nas grandes cidades desde pelo menos o início do século XX. Ou seja, para a Polícia do início do século XX todo cidadão pobre e sem trabalho comprovado era um malfeitor em potencial.

33 - BRETAS, Marcos. *Ordem na cidade*: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro, 1907-1930. Rio de Janeiro: Rocco, 1997; pp. 21-22.

34 - Porém, muitas vezes isto não ocorria por completo, visto que é enorme o número de ocorrências em que falte um ou mais itens desta lista.

35 - A 5ª Delegacia abrangia o 4º distrito da cidade do Rio de Janeiro, local onde se encontrava o morro do Castelo.

36 - GINZBURG, Carlo. "O nome e o como". In: GINZBURG, Carlo. *A micro história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Cia. das Letras 1989.

37 - Sempre que possível manteve a classificação dada pela delegacia para as ocorrências registradas.

38 - BRETAS, Marcos. *Idem*; p. 86.

39 - As condições de envolvimento elencadas foram extraídas dos próprios registros de ocorrência, que sempre determinavam a condição do envolvimento de cada pessoa, conforme o padrão de redação policial: o queixoso tal, a vítima tal, o infrator tal etc.

40 - BRETAS, Marcos. *Idem*. p. 87.

41 - Digo "informaram ou foram registrados" porque considero as duas hipóteses: no momento do registro o comissário anota o que ouviu e/ou o que viu.

42 - Onde até hoje se encontra: na subida do que sobrou da ladeira da Misericórdia.

43 - A tabela completa, contendo todos os tipos de ocorrências encontradas, pode ser conferida nos documentos em anexo, com o título "Ocorrências no morro".

44 - De 1 para 2.12.1918 e de 09 para 10.02.1920.

45 - Interessante destacar que no ano em que foi dado o depoimento – 1985 – o governador do estado do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, era acusado constantemente pela mídia de ser responsável pela desordem urbana instalada na cidade do Rio de Janeiro, com o número de favelas, que vinha aumentando progressivamente. D. Florinda, ao falar do morro do Castelo, defende-o, informando espontaneamente que não se tratava de uma favela.

46 - Localizado em Botafogo.

47 - Segundo essa descrição, a estalagem daria a volta no morro! Acredito que eles estavam se referindo à própria Chácara da Floresta que, através da análise de fotografias, se percebe tratar-se realmente de uma avenida, mas não no sentido dado pelos depoentes e sim como sendo um conjunto de habitações coletivas, inseridas nas definições de habitações coletivas desenvolvidas no início do século XX. Ver BACKHEUSER, Everardo. “Onde moram os pobres”. *Revista Renascença* Revista Mensal de Letras, Ciências e Artes. Ano 2 Março de 1905. Numero 13.

48 - Interessante destacar que este comportamento, que foi considerado engraçado pelos moradores, era exatamente aquele perseguido pela polícia. Além do mais esta situação expõe a rivalidade que havia entre pessoas de nacionalidades diferentes, em especial a rivalidade entre brasileiros e lusitanos, intensificada desde a década de 1820, durante o processo de Independência do Brasil. Ver RIBEIRO, Gladys. *A liberdade em construção*. Identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado. Rio de Janeiro: Relumê-Dumará / Faperj, 2002.

49 - Interessante destacar o nome dos blocos. O *Miséria e Fome*, bloco da rua da Misericórdia brinca com as necessidades que sabidamente viviam seus moradores.

50 - Nair de Tefé foi primeira dama brasileira, casada com o presidente da República, Hermes da Fonseca. Gago Coutinho, junto com Sacadura Cabral, completou a primeira viagem de volta ao mundo de avião.

51 - POLLAK, Michael. “Memória e identidade social”. In: *Estudos Históricos* n° 10. Rio de Janeiro: FGV, 1992; pp. 199-215; p. 204.

52 - NEVES, Margarida de Souza. “Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX”. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília. (ORG.) *O Brasil Republicano - o tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003; p. 37.

53 - BENCHIMOL, Jaime Larry. “Reforma urbana e Revolta da Vacina na cidade do Rio de Janeiro”. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília. (org.) *O Brasil Republicano - o tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 240.

54 - BENCHIMOL; Jaime Larry. *Idem*, p. 241.

55 - BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussman tropical*, p. 277.

## Referências Bibliográficas

Ocorrências policiais da 5ª Delegacia 1916 a 1922 (Casa de Rui Barbosa, microfilme).

Revista *Careta* (Biblioteca Nacional)

Depoimento de Florinda Alói e Francisco Alói (MIS / Projeto Arquivo Vivo / 674.1/2)

BARRETO, Lima. “Megalomania”. Revista *Careta*, 28 de agosto de 1920.

BRASIL, Directoria Geral de Estatística. Rio de Janeiro, 1922. “Resumo histórico dos inquéritos censitários realizados no Brasil.” Introdução ao Recenseamento do Brasil realizado em 1º de setembro de 1920.

IHGB, Coleção Carlos Sampaio, Lata 642, p.25.

ABREU, Maurício de Almeida. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar / Iplan Rio, 1987.

ABREU, Maurício de Almeida. “Da habitação ao habitat: a questão da habitação popular no Rio de Janeiro e sua evolução”. *Revista do Rio de Janeiro*. Niterói, v. 1, n. 2, pp. 47-58. jan./abr. 1986.

BACKHEUSER, Everardo. “Onde moram os pobres”. *Revista Renascença*. Revista Mensal de Letras, Ciências e Artes. Ano 2, n. 13, março de 1905.

BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussman tropical*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes/ Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992.

BORGES, Maria Eliza Linhares. O ideal de metrópole moderna: entre o visto e o não-visto. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23., 2005, Londrina. Anais do XXIII Simpósio Nacional de História – História: guerra e paz. Londrina: ANPUH, 2005. CD-ROM.

- BRETAS, Marcos. *Ordem na cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro, 1907-1930*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- BRENNNA, Giovanna Rosso Del (org.). *O Rio de Janeiro de Pereira Passos: uma cidade em questão*. Rio de Janeiro: Index, 1985.
- CARVALHO, Lia Aquino. *Contribuição ao estudo das habitações populares*. 2.ed. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1995 (Biblioteca carioca, v.1).
- CAVALCANTE, Berenice. "Beleza, limpeza ordem e progresso: a questão da higiene na cidade do Rio de Janeiro". In: *Revista Rio de Janeiro I*. Niterói: Dezembro de 1985.
- CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- COARACY, Vivaldo. *Memórias da cidade do Rio de Janeiro*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988.
- FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia. (org.) *O Brasil Republicano - o tempo do liberalismo excluyente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- GINZBURG, Carlo. "O nome e o como". In: GINZBURG, Carlo. *A Micro História e outros ensaios*. Rio de Janeiro Cia. das Letras, 1989.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. "Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional". *Estudos Históricos*, v. 1, n. 1, pp. 5-27, 1998.
- HAHNER, June E. *Pobreza e política: os pobres urbanos no Brasil – 1870-1970*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1993.
- KESSEL, Carlos. *A vitrine e o espelho: o Rio de Janeiro de Carlos Sampaio*. Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio de Janeiro / Secretarias de Culturas / Departamento Geral de Informação Cultural/ AGCRJ/ Divisão de Pesquisa, 2001.
- MACEDO, Joaquim Manuel de. *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1991.
- FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína. (coords.). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV Editora 6ª ed., 2005.
- MOTTA, Marly Silva da. *A nação faz 100 anos: a questão nacional no centenário da Independência*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas / CPDOC, 1992.
- MATOS, Maria Izilda Santos de. *Cidade e Cotidiano*. História Cidade e Trabalho. São Paulo: EdUsc, 2002.
- NONATO, José Antônio e SANTOS, Núbia M. *Era uma vez o morro do Castelo*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.
- PECHMAN, Sérgio e FRITSCH, Lílian. "A reforma urbana e seu avesso: algumas considerações a propósito da modernização do Distrito Federal na virada do século". *Revista Brasileira de História*, n. 8/9. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1985. pp. 139-196.
- POLLAK, Michael. "Memória e identidade social". *Estudos Históricos*, n. 10, 1992, pp. 199-215.
- RESENDE, Beatriz. "Introdução". In: BARRETO, Lima. *O subterrâneo do morro do Castelo*. Rio de Janeiro: Dantes, 1997, pp. 9-16.
- REVEL, Jacques. "Microanálise e construção do social" In: REVEL Jacques. (org.), *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.
- RIBEIRO, Gladys. *A liberdade em construção. Identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro: Relumé-Dumará / Faperj, 2002.
- ROCHA, Oswaldo Porto. *A Era das Demolições: Cidade do Rio de Janeiro: 1870-1920*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura: Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1986.
- SANTOS, Noronha. *As freguesias do Rio Antigo*. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1965.
- SOUZA, Rodolfo Maia. *A cidade dos imortais: o Rio de Janeiro e o arrasamento do morro do Castelo*. Niterói: UFF, 1997. (Dissertação de Mestrado em História).
- VAZ, Lílian Fessler. *Modernidade e moradia: habitação coletiva no Rio de Janeiro, séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 2002.
- VELLOSO, Mônica Pimenta. *A cultura das ruas do Rio de Janeiro (1900-1930): mediações, linguagens e espaço*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2004. (Coleção FCRB, Série Estudos; 1).

Recebido em 02/05/2013

# Entre a fé e a ilegalidade: a atuação da Federação Espírita Brasileira diante dos processos criminais que envolveram espíritas no Rio de Janeiro (1891-1905)

## *Between faith and illegality: the Brazilian Spiritist Federation's actions in the face of criminal procedures involving Spiritists in Rio de Janeiro (1891-1905)*

Adriana Gomes  
(Mestre/UERJ)

adrigomes.rj@outlook.com

### RESUMO:

O artigo se propõe a discutir a atuação da Federação Espírita Brasileira através do seu periódico *Reformador*, diante de alguns processos criminais em que cidadãos espíritas se envolveram por adotarem práticas consideradas antissociais e anômicas. Estes cidadãos passaram a ser inseridos pelas autoridades políticas, policiais e médicas no que juridicamente ficou denominado de charlatanismo e curandeirismo. No Código Penal de 1890, práticas espíritas foram criminalizadas nos artigos 156, 157 e 158 do referido código, especialmente no artigo 157. Aos agentes sociais envolvidos nos processos criminais, sobretudo advogados e juizes, coube a tarefa de diferenciar conceitualmente, o que era religioso e o que era magia. Assim como o que era crença e o que era exploração, num emaranhado de práticas e representações subjetivas do que se compreendia como sendo espiritismo.

**Palavras-Chave:** espiritismo; Código Penal de 1890; processos criminais

### ABSTRACT:

*This article proposes to discuss the actions of the Federação Espírita Brasileira (Brazilian Spiritist Federation) by means of its periodical, Reformador (Reformer), in the face of criminal procedures that Spiritist citizens were involved in for having adopted practices considered antisocial and an anomaly. These citizens came to be considered by the police, political and medical authorities as being involved in what became legally denominated as charlatanism and witch-doctory. In the 1890 Penal Code, Spiritist practices were criminalised by articles 156, 157 and 158 of the Code, especially by article 157. It fell to the social agents involved in the criminal procedures, especially the lawyers and judges, to conceptually differentiate between religion and magic, as well as between what was belief and what was exploitation, in the tangled web of practices and subjective representations of what Spiritism was understood to be.*

**Keywords:** spiritism; 1890 Penal Code; criminal procedures

O *Reformador*, periódico criado em 1883, tornou-se porta-voz da Federação Espírita Brasileira (FEB), instituição criada em 1884. A proposta do periódico, inicialmente, era divulgar a doutrina espírita na cidade do Rio de Janeiro e rebater as acusações da Igreja Católica contra o espiritismo, divulgadas no jornal católico *O Apóstolo*. Ao longo dos anos, o *Reformador* também tornou-se um transmissor do posicionamento político dos cidadãos espíritas diante dos acontecimentos em voga na sociedade no fim dos anos oitocentos: Abolição da Escravatura, Proclamação da República, secularização do Estado, dentre outros. Nesse bojo, a proposta do presente artigo é discutir a atuação e o papel de destaque do *Reformador* quando espíritas foram levados aos tribunais de Justiça no início da República.

E os espíritas foram aos tribunais de Justiça porque, com o advento do novo regime no Brasil e a posterior criação do Código Penal de 1890, algumas de suas práticas foram criminalizadas nos artigos 156, 157 e 158 do referido código, sobretudo no artigo 157. O espiritismo tornou-se um crime contra a saúde pública.

O movimento espírita já apresentava disputas simbólicas com a Igreja Católica desde o Império. Esta compreendia o espiritismo como uma heresia (*O Apóstolo*, 16/03/1883, p. 2). E, com a criminalização no limiar da República, os conflitos se dimensionaram para outros campos: o Poder Judiciário que o associava a uma infração à lei; o saber médico que o interpretava como uma enfermidade; e os policiais que viam o espiritismo como um iminente problema que precisava ser cerceado.

O arcabouço teórico do artigo fundamenta-se nas concepções de Pierre Bourdieu (2004, p. 119). Ele compreendeu que existem campos científicos, religiosos, políticos, intelectuais e artísticos na sociedade e que, interiormente, existem lutas de imposição nestes campos para que se possa dominar o jogo. Nestas lutas buscam-se definir regras que determinam o que é legítimo a partir das disputas geradas pelos jogadores.

As práticas espíritas se situavam na interseção das vertentes religiosas e científicas. Nestes parâmetros, o movimento espírita buscava legitimação nos referidos campos simbólicos. Sendo um novo jogador em busca de reconhecimento na sociedade brasileira, os espíritas precisavam buscar a sua legitimidade através de conflitos com os agentes sociais que estavam hierarquicamente numa posição superior e com a capacidade de agir de maneira autorizada e com autoridade. No advento da criminalização, os espíritas precisaram buscar o reconhecimento de suas práticas como legítimas no espaço público e social por meio desses embates. E estes ocorreram, sobretudo, com o Poder Judiciário, com a Polícia e com a classe médica.

A criminalização das práticas espíritas relacionadas à arte de curar ocorreu no momento em que o pensamento médico passou a estar atrelado à modernidade. A salubridade do país, sobretudo do Rio de Janeiro, propiciava contornos civilizados à capital da República (RODRIGUES, 2009, p. 97). O processo de urbanização e a valorização de novos saberes científicos legitimavam-se como sendo a garantia de veracidade e concedia a autenticação de

civilidade. Os médicos conseguiram o espaço que há tempos desejavam, a fim de reclamarem a proteção legal para o exercício de sua profissão. No entanto, eles só conseguiram essa proteção jurídica quando as relações sociais tradicionais já estavam desestruturadas. E, dessa forma, os curandeiros puderam ser criminalizados (SCHRITZMEYER, 2004, p. 75).

Foi no Código Penal de 1890 que os médicos conseguiram a garantia efetiva de se impor contra quem ameaçasse curar e demonstrasse o conhecimento do funcionamento do corpo, que não fosse através de técnicas e da cientificidade. No fim do século XIX, os médicos já haviam formado uma identidade de grupo. Sob esse prisma, as práticas terapêuticas populares, que mesclavam elementos culturais diversos da formação da sociedade brasileira, deixavam de ser aceitas pelas autoridades do país e tinham, também, que deixar de ser acreditadas e aceitas pela população, mesmo que a força. Crer e fazer uso dessas práticas era ilegal, atrasado e irracional.

Como as práticas terapêuticas populares eram muito comuns pelo comportamento sociocultural dos brasileiros e, também, pela própria carência na prestação dos serviços públicos na área da saúde de assistência à população, eram os praticantes ilegais da medicina que supriam a ausência do Estado. E essas pessoas que exerciam, até então, livremente o curandeirismo foram rotulados como charlatães e praticantes da medicina ilegal (SCHRITZMEYER, 2004, p. 76).

Nesse bojo, em meio ao processo de secularização do Estado brasileiro, é que o espiritismo foi criminalizado. Havia liberdade religiosa para o que se compreendia como religioso. E para se discernir o que era religioso e legal do que era mágico e ilegal, ocorreu um intenso debate no âmbito jurídico ao longo da Primeira República. No âmbito político, as discussões sobre quais as religiões que teriam liberdade no espaço civil eram inexpressivas, muito mais quando as práticas populares entravam em pauta como sendo confissões religiosas (MONTERO, 2006, p. 52).

Ao longo da Primeira República, coube às confissões religiosas mediúnicas demonstrarem ao Estado que não eram uma ameaça à saúde e à ordem pública. Ainda que tivessem em suas práticas procedimentos que, no caso do espiritismo, pudessem suscitar a cura através de passes ou de prescrições de receitas homeopáticas por um médium “inspirado pelo ‘espírito’ de um médico já falecido” (GIUMBELLI, 2006, p. 287).

Os artigos 156, 157 e 158 foram debatidos, discutidos no âmbito judicial sob múltiplas interpretações. Porém, as bases fundamentais nas quais se construíram os debates foram a partir da lógica de suas criações: a regulamentação do exercício legal da medicina e o combate ao curandeirismo. No entanto, as discussões religiosas permearam os processos. Afinal, a criminalização do espiritismo ocorreu poucos meses após o início do processo de secularização do Estado e a consequente liberdade religiosa.

Foram recorrentes nos processos as discussões acerca da liberdade religiosa, como mencionado, assim como a liberdade de consciência e a liberdade profissional. Os discursos

imbuídos de fé, crenças, concepções de liberdade, cientificismo médico, emaranharam-se nos tribunais do Rio de Janeiro. Na Justiça ocorreram intensos debates subjetivos sobre a forma legítima ou ilegítima de se praticar o espiritismo.

Aos agentes sociais envolvidos nos processos, sobretudo advogados e juizes, coube a tarefa de diferenciar, conceitualmente, o que era religioso e o que era magia. Assim como o que era crença e o que era exploração. Essa diferenciação tornou-se necessária para que os agentes sociais supracitados discernissem o que era religioso e legal do que era charlatanismo e ilegal.

Outrossim, recorrente nas discussões dos processos era a distinção entre a esfera pública e a esfera privada. Havia a necessidade de se definir e delimitar suas áreas de atuações. O direito privado adquirido à liberdade individual e de consciência, e o dever público de manter a tranquilidade e a legalidade.

Na República, o “privado” passou a ser um espaço da arbitrariedade. As autoridades legais podiam monitorar a vida dos cidadãos, invadir casas e realizar prisões. Enfim, por uma causa pública a privacidade podia ser violada, mesmo, paradoxalmente, as “liberdades” sendo garantidas na Constituição.

O *Reformador*, após a criminalização do espiritismo, passou a ser um porta-voz das vicissitudes que o movimento espírita enfrentava com a perseguição aos adeptos da doutrina codificada por Kardec. A partir da argumentação de que a intolerância estava prevalecendo nas relações entre os espíritas, a classe médica e os opositores às curas espíritas, o *Reformador* criou uma coluna inicialmente intitulada “Processo de Espírita”. Esta coluna relataria a perseguição e o desrespeito à falta de liberdade de consciência que os espíritas estivessem vivenciando, sobretudo aqueles envolvidos em processos criminais.

Ao relatar os fatos, o *Reformador* já dava o desfecho dos processos. Em muitos casos, as discussões perpassavam por várias edições do periódico. Os nomes dos espíritas processados, geralmente, eram omitidos pela revista sob a alegação de proteção. Normalmente, eram chamados de “irmãos espíritas”. Um desses casos relatados pelo *Reformador* (01/07/1895, p. 2) foi um processo iniciado em maio de 1894. Segundo o periódico, espíritas foram vítimas da arbitrariedade policial quando estavam envolvidos nos seus trabalhos relacionados à doutrina. A polícia durante a noite invadiu uma casa onde celebravam sessões espíritas e prenderam quatro espíritas, que foram levados à casa de correção. O processo criminal foi aberto. Mediante pagamento de fiança, os espíritas foram postos em liberdade para aguardar o julgamento.

No julgamento, a defesa utilizou a Constituição Brasileira de 1891 para dar legitimidade às suas argumentações. Em relação ao enquadramento dos réus no artigo 157, a defesa discorreu sobre a inconstitucionalidade no que se refere ao espiritismo, pela liberdade religiosa instituída na Constituição. Além disso, a defesa procurou enfatizar que a atitude da polícia ao invadir a casa dos acusados às onze horas da noite havia sido arbitrária e ilegal. Nada do

que estava ocorrendo na residência poderia justificar a ação da polícia. A Constituição, no § 11 do artigo 72, protegia a casa do indivíduo como um asilo inviolável, ninguém poderia invadi-la, sobretudo à noite e sem o consentimento do morador, a não ser para acudir em casos de emergência. A invasão à casa dos acusados fez a polícia infringir vários artigos da Constituição Federal.

Na invasão, os policiais apreenderam livros do Allan Kardec (*Livro dos Espíritos* e o *Evangelho segundo o Espiritismo*) e atas das sessões espíritas sem mandado e nem autorização dos acusados. O objetivo dos policiais era munir-se de provas para em juízo mostrarem a relação dos acusados com o espiritismo. O advogado, a partir dessa situação ocorrida durante a prisão dos réus, argumentou que o espiritismo era a religião dos seus clientes, portanto, a Constituição de 1891, no seu § 3º do artigo 72, permitia a todos os indivíduos exercerem pública e livremente o seu culto religioso. Portanto, a Carta Magna refutava o artigo 157 e permitia as sessões espíritas.

Para legitimar ainda mais a sua defesa, o advogado expôs as discussões ocorridas no *Jornal do Commercio*, argumentando que a intenção do legislador do artigo era punir os especuladores e os charlatães e, nesses casos, os acusados não se inseriam. Tentando reverter os rumos do processo, a defesa alegou que o artigo 179 do Código Penal dizia ser crime com pena de prisão quem perseguisse alguém por motivo religioso e político e, também, o artigo 186 penalizava com prisão quem impedisse uma celebração religiosa ou perturbasse a realização de solenidades e ritos no exercício do culto, justamente o que os policiais fizeram ao invadirem a casa dos acusados.

As argumentações da defesa se fundamentavam nas contradições legais. O artigo 157 se opunha ao § 3º do artigo 72 da Constituição, assim como também seria antinômico aos artigos 179 e 186 do Código Penal.

Em relação ao exercício ilegal da medicina, o artigo 158, outra acusação recebida pelos réus, a defesa também utilizou a Constituição para fundamentar suas argumentações. A Carta mencionava, no § 24 do artigo 72, que era garantido o livre exercício de qualquer profissão moral, intelectual ou individual. Além desse fato, os réus não ministravam drogas às pessoas enfermas, tampouco havia ocorrência de queixas de que a saúde de alguém tivesse ficado comprometida por intervenção dos acusados.

Quanto às provas dos autos do processo, o *Reformador* (15/07/1895, p. 3) publicou que só havia uma testemunha de acusação e que era um empregado da polícia. A testemunha referida havia declarado que os réus recebiam dinheiro de esmolas e as colocavam num pires de louça ou metal localizado na sala das sessões espíritas. As demais testemunhas negaram o recebimento de dinheiro por parte dos réus.

Com base nessa acusação, a defesa questionou a ausência material do referido pires. Se o pires existisse deveria estar com a polícia. No entanto, o pires não foi apreendido como fizeram com os livros de Allan Kardec. A ausência da suposta prova sinalizaria a sua inexistência.

As testemunhas de defesa, por sua vez, declararam que os acusados recebiam pessoas com enfermidades buscando a cura nas reuniões. E que essas pessoas, para a obterem por meio do espiritismo, recebiam água fria da bica e rezas. Reiteraram no depoimento o não recebimento de dinheiro.

Após os depoimentos de defesa e acusação, o juiz Edmundo Luiz Barreto proferiu a sua sentença. Em relação ao artigo 157, o juiz considerou que o espiritismo professado pelos acusados era uma religião, portanto, a Constituição, no § 3º e artigo 72, permitia o livre exercício do culto. Quanto ao enquadramento dos acusados no artigo 158, o juiz considerou que os réus não tinham proveito pecuniário com as práticas de cura através do espiritismo. O depoimento do empregado da polícia contrastava com todos os outros. Ministar água fria ou água da bica não é crime. Não haviam sido preparadas substâncias para que ficasse comprovado o curandeirismo.

A partir de suas interpretações do processo, o juiz Edmundo Barreto julgou improcedentes as denúncias contra os acusados, mandando libertá-los caso estivessem presos. Porém, como já relatado, os réus estavam aguardando o processo em liberdade após o pagamento de fiança.

Outro processo criminal também publicado pelo *Reformador* (15/11/1898, p. 1) na coluna intitulada “O espiritismo e a Justiça” foi o de Joaquim José Ferraz. Esse processo foi julgado por Francisco Viveiros de Castro, em outubro de 1898. A sentença desse processo também foi publicada pelo *Jornal do Commercio*, em 06 de outubro de 1898.

O *Reformador*, antes de publicar os autos do processo, teceu elogios ao jurista Viveiros de Castro. O periódico o considerava “um dos mais ilustres magistrados” do Rio de Janeiro. Alguém “inacessível a paixões de qualquer natureza”, pois havia permitido aos espíritas o direito de se voltarem para os seus estudos em assembleias e reuniões, sem a inoportuna possibilidade de ocorrer uma interferência policial (*Reformador*, 1/11/1898, p. 2).

Para o periódico, o jurista Viveiros de Castro era um intelectual da mais alta esfera. A sua tolerância permitia que ele discernisse o que de fato era espiritismo e o que eram as especulações. Essas práticas especulativas que diziam ser espíritas, realmente deveriam ser coibidas e exauridas pela polícia da capital (*Reformador*, 1/11/1898, p. 2).

O processo do carpinteiro Joaquim José Ferraz foi aberto a partir da denúncia do 3º promotor público da capital como incurso nos artigos 156 e 157 do Código Penal. O crime de praticar o espiritismo havia ocorrido na rua da Serra no bairro do Andaraí Grande, numa localidade que era conhecida como Annel no Rio de Janeiro. Depuseram no processo cinco testemunhas na presença do réu.

A defesa pronunciou-se para o Ministério Público alegando que o carpinteiro não exercia ilegalmente a medicina e que não havia receitado remédios. O que de fato o acusado realizava eram sessões espíritas, muito frequentadas, em sua casa. No entanto, o réu no papel de médium curador só fazia “invocar espíritos superiores para cura” (*Reformador*, 1/11/1898, p. 2).

A defesa do réu legitimou-se na Constituição da República, já recorrente em outros processos. Utilizou o discurso de infração da plena liberdade religiosa salvaguardada pela Carta. Construiu as suas argumentações na concepção de que o direito à liberdade era inerente a “todo povo culto e democrático”. E sob esse prisma, o espiritismo, que era uma religião culta e civilizada, deveria ser respeitado como qualquer outra crença religiosa (*Reformador*, 1/11/1898, p. 2).

Numa analogia com o catolicismo, com o intuito de buscar legitimidade para as práticas espíritas, a defesa considerou que ao evocar espíritos superiores para curar enfermos, o espírita estaria procedendo como um sacerdote católico, que também invoca cura para os santos ou à Virgem Maria.

Prosseguindo o discurso com analogias às práticas católicas, a defesa considerou inerente à natureza humana pedir auxílio ao sobrenatural quando se está em sofrimento. A esperança em obter a intervenção misteriosa e superior era comum em qualquer religião. Portanto, as práticas espíritas deveriam ser compreendidas e não serem associadas a fraude, ilusão e abuso da confiança de terceiros.

A defesa exigiu que o Ministério Público demonstrasse existir três elementos que constituiriam os atos do acusado em crime: a intervenção do réu em adquirir o lucro para si em prejuízo da vítima; se o réu havia feito uso de nome, títulos ou qualidades falsas para manobrar fraudulentamente a vítima; e se os procedimentos espíritas resultaram em lucro ilícito com o prejuízo da vítima. O Ministério Público pronunciou-se de forma muito obtusa. Limitou-se a denunciar o acusado por iludir a credulidade pública, no entanto, não mencionou os nomes das vítimas e nem declarou os prejuízos que elas poderiam ter sofrido.

Mediante a falta de provas que pudessem incriminar o réu, assim como a não ocorrência de queixas sobre a sua atuação na prática do espiritismo através do estelionato ou iludindo alguém, o juiz Viveiros de Castro, em 1º de outubro de 1898, julgou improcedente a denúncia e absolveu Joaquim José Ferraz da acusação que lhe foi deferida.

No *Reformador* de 15/11/1898, na coluna intitulada “notícias”, foi publicado que haviam cessado as perseguições policiais aos grupos espíritas e aos médiuns receiptistas. Os processos contra os espíritas ainda em tramitação na Justiça eram consequências de perseguições ocorridas num momento anterior. Portanto, para não parecer que a revista levantava “tempestade em copo d’água” (*Reformador*, 15/11/1898, p. 2), o assunto estaria encerrado nas páginas do periódico. No entanto, apesar da “trégua”, o *Reformador* foi claro ao sinalizar que, na primeira investida que os espíritas sofressem no cerceamento dos seus direitos à liberdade de crença garantida na lei básica da República, o periódico novamente estaria no posto para defender a doutrina, os direitos e a razão.

Esse posicionamento do *Reformador* perdurou até a virada do século, com mais propriedade até a gestão do prefeito Pereira Passos, quando ocorreu a implementação da política civilizatória da cidade que estava atrelada, também, à higienização e à erradicação

de doenças. Nesse bojo, o espiritismo voltou a ser alvo de perseguição policial. O projeto de lei elaborado pelo sanitarista Oswaldo Cruz, Decreto 5.156, que passou a regulamentar os serviços sanitários na capital, nos seus artigos 250 e 251 referia-se a alguns procedimentos dos espíritas, sobretudo o artigo 251 que reafirmava a proibição à prática do espiritismo. As infrações cometidas contra o Regulamento Sanitário deveriam ser fiscalizadas pelos inspetores sanitários, que atuariam com uma polícia sanitária, e esta se reportaria a um delegado da saúde. Este delegado teria todo um aparato de profissionais que agiriam no combate às irregularidades sanitárias.

A partir do incremento do Decreto 5.156, as perseguições aos espíritas intensificaram-se novamente. A principal justificativa utilizada para a perseguição seria o exercício ilegal da medicina na cura de enfermidades. A Federação Espírita Brasileira, que tinha um centro espírita funcionando internamente com a atuação constante de médiuns receiptistas homeopatas, não havia sido alvo de perseguições policiais até o combate às irregularidades sanitárias.

A propagação da homeopatia no meio espírita brasileiro favoreceu sobremaneira o incremento do espiritismo por todos os segmentos sociais, sobretudo os menos favorecidos. Estes enfrentavam grandes dificuldades de acesso ao atendimento público de saúde e, de certa forma, os atendimentos médicos pelos espíritas acabavam preenchendo a ausência do poder público. Além desse fator, vale ressaltar a questão cultural. Os tratamentos alternativos mantinham as tradições populares de cura já reconhecidas como as benzeduras e o curandeirismo, que reconfigurados no universo espírita passaram a ser identificados nos passes e nos atendimentos de cura através da homeopatia.

A atuação da Federação Espírita Brasileira nesse campo da cura ficou claramente registrada na ocasião da visita do jornalista João do Rio, em 1900, na sede da instituição. Ele relatou em seu livro *Religiões do Rio* as suas experiências numa casa espírita. João do Rio mostrou-se admirado com o número expressivo de oitocentos sócios participativos na instituição e com a expedição de oito mil receitas, só em 1899<sup>1</sup>. Essa menção ao quantitativo de receituários expedidos pelos médiuns receiptistas, que atuavam no centro espírita que funcionava na FEB, demonstrou a permissividade das autoridades policiais em agir na instituição dos espíritas, que podiam ser enquadrados, pelos relatos de João do Rio, no artigo 157, obviamente, como também nos artigos 156 e 158 por exercerem ilegalmente a medicina e prescreverem receitas praticando o curandeirismo (RIO, 2008, p. 267-293).

No entanto, João do Rio em nenhum momento faz referência às infrações legais cometidas pela instituição. Muito pelo contrário, ele faz reverência à “gente educada” que havia encontrado nas salas de estudos psíquicos. Diferente dos traficantes que enganavam a credulidade das pessoas com uma “inconsciente mistura de feitiçaria e catolicismo” (RIO, 2008, p. 269), o espiritismo encontrado nas sessões da Federação Espírita Brasileira apresentava um comportamento europeu.

Os números impressionaram João do Rio. Segundo o relatório que a FEB havia enviado ao Congresso Espírita e Espiritualista de Paris, em 1900, existiam 79 associações que haviam aderido à FEB. Havia 32 jornais e revistas espíritas em circulação e o *Reformador* já contava 24 anos de publicação (RIO, 2008, p. 272).

Segundo João do Rio, a FEB parecia um banco de caridade. Os doentes aguardavam os espíritas que, através de intervenção mediúnica, psicografavam receitas médicas. Ele próprio interrogou um médium sobre as curas já realizadas e identificou que em uma hora de trabalho no consultório ele já havia prescrito receitas para 47 pessoas (RIO, 2008, p. 273).

Já nos primeiros parágrafos do relato de suas experiências entre os “exploradores” do espiritismo, João do Rio demonstrou um pensamento muito similar ao posicionamento de alguns juristas na orientação sobre o que seria o espiritismo. “É preciso, porém não confundir o espiritismo verdadeiro com a exploração, com a falsidade, com a credence ignorante” (RIO, 2008, p. 282), que era denominado por ele de “Baixo Espiritismo”<sup>2</sup>.

Ao seu ponto, mesmo com as considerações positivas de João do Rio em relação à FEB e ao centro espírita que funcionava na instituição, a Federação atuava à margem da lei. Era recorrente a prescrição de receitas médicas homeopáticas por médiuns receitistas que não tinham a habilitação para o exercício da medicina. Até a criação do Regulamento Sanitário pelo Oswaldo Cruz (08/03/1904), a instituição passou incólume ante as investidas da polícia. Porém, entre junho de 1904 e maio de 1905, a Federação Espírita Brasileira foi alvo de três processos judiciais.

O primeiro processo contra a FEB<sup>3</sup> foi aberto a partir de uma denúncia contra o presidente da instituição, Leopoldo Cirne. O inspetor sanitário da 2ª Delegacia de Saúde alegou que a FEB prestava assistência espírita médico-homeopata a uma enferma, moradora do bairro da Glória, infectada por varíola. O presidente da FEB foi enquadrado nos artigos 156 e 157 do Código Penal e nos artigos 250 e 251 do Regulamento Sanitário por manter sob os seus cuidados uma doente infectada por varíola sem ter habilitação legal para exercer a medicina e pela utilização de práticas espíritas com a manipulação da homeopatia, sob a intervenção mediúnica, para praticar a cura.

A denúncia foi encaminhada para o subprocurador dos Feitos Contra a Saúde Pública. A comprovação da acusação ao Leopoldo Cirne foi por meio da apresentação de receitas homeopáticas que foram entregues pelo marido da doente e por uma cópia dos estatutos da FEB, que mesmo contrariando a legislação do país, mantinha um posto de “receituário mediúnico” e uma farmácia homeopática em funcionamento dentro da instituição, que aviava os medicamentos prescritos pelos “médiuns curadores”.

A partir dessa denúncia, a FEB também foi autuada por não ter notificado o caso de varíola à Delegacia de Saúde. Desde a aprovação do Regulamento Sanitário passou a vigorar a obrigatoriedade de notificação ao referido órgão competente dos casos de pessoas com doenças transmissíveis para que fossem tomadas as medidas cabíveis. Conclusão, outro processo teve que ser aberto contra a FEB.

Os dois processos foram para a apreciação dos juízes, respectivamente, em setembro e outubro de 1904. As testemunhas de acusação arroladas no processo foram Manoel da Silva, que era o senhorio da casa onde residia a doente, e João do Nascimento, marido da enferma.

Quando inquirido, Manoel da Silva declarou que suspeitava da doença da inquilina e, por isso, notificou o caso ao inspetor sanitário. Segundo o senhorio, a doente dizia que tinha fé e se curaria através dela. No entanto, ele só passou a ter o conhecimento de que ela se tratava com medicamentos trazidos da FEB, quando o inspetor sanitário chegou à casa da infectada a fim removê-la para um hospital. Durante esse trâmite, João Nascimento fez a declaração de que ele buscava os remédios regularmente na Federação Espírita para o tratamento de sua esposa.

O inspetor sanitário e a Procuradoria de Justiça chegaram à conclusão de que a FEB, através dos medicamentos e das visitas recorrentes de membros da instituição à casa da doente, a tratava de uma doença contagiosa. Esse parecer já daria punição à Federação Espírita por não ter notificado a ocorrência ao órgão sanitário competente, com o agravante do surto epidêmico de varíola que assolava a cidade do Rio de Janeiro.

Para o inspetor sanitário, o que mais o inquietava e fundamentava as suas argumentações acusatórias contra a FEB era o fato de a enferma estar sendo tratada por pessoas sem a habilitação legal e que, ainda, faziam uso da homeopatia por meio de práticas do espiritismo para curar uma doença contagiosa e epidêmica.

No entanto, o juiz dos Feitos da Saúde Pública, Eliezer Tavares, ao dar sentença ao processo, o analisou sob uma perspectiva bem distinta do inspetor sanitário. O juiz compreendeu que o autor das irregularidades, o presidente da FEB, não poderia ser responsável pelas irregularidades sinalizadas. A FEB era uma entidade abstrata, portanto, não poderia ser infratora. Assim como, também, não poderiam transferir a responsabilidade para o seu presidente.

Esse parecer do juiz invalidou o primeiro processo contra a FEB. Já o segundo, perdeu a razão de sua abertura quando o senhorio da enferma declarou que havia notificado o caso de varíola à repartição sanitária, isto é, as autoridades já estariam cientes do caso. Essas sim, que foram omissas e não intervieram em tempo hábil no caso, a fim de conduzir a doente a um hospital para o isolamento.

Nas sentenças, o juiz não discutiu se a FEB ou os seus representantes estavam exercendo ilegalmente a prática da medicina ou se praticavam o espiritismo para realizarem a cura. Nos dois processos a acusação utilizou argumentos baseados na medicina para enquadrar a FEB nos artigos, no entanto, por mais veemente que fosse a argumentação, ela ficava fragilizada com a perspicácia e habilidade dos advogados de defesa ou diante da interpretação do juiz.

A medicina legal apresentava dificuldades em atuar em campos que eram de domínio dos policiais e advogados. Estes, por razões profissionais e práticas, já dominavam com mais destreza os mecanismos de persuasão dos juízes, obtinham um maior conhecimento do funcionamento e tramitação de um processo criminal.

Segundo Giumbelli (1997, p. 139), o procurador de Justiça era o elo entre o médico e o juiz, ou seja, entre o saber legal e o saber científico, nesses tipos de processo. A tarefa do procurador era tentar observar as lacunas deixadas pelos inspetores sanitários nos processos. Como esses procuradores encontravam dificuldades em reparar essas lacunas, porque já haviam sido observadas e questionadas pela defesa e pelos juízes, os casos de recursos eram desnecessários.

O terceiro processo que envolveu a FEB<sup>4</sup> foi aberto após a invasão à sua sede, em 15 de abril de 1905, pelas autoridades sanitárias que faziam parte da 4ª Delegacia de Saúde. Na ocasião da invasão, a instituição situava-se à rua do Rosário, no Centro da capital federal.

Durante a invasão estavam presentes um inspetor sanitário, dois farmacêuticos, empregados da Diretoria Geral da Saúde Pública. No entanto, o delegado do distrito, Plácido Barbosa, um jornalista e mais um outro farmacêutico, que flagraram Domingos Filgueiras, supostamente, realizando consultas médicas sem habilitação profissional e prescrevendo receitas, cujos remédios e tinturas homeopáticas eram manipuladas e entregues numa sala adjacente por Arlindo Nunes, funcionário da FEB.

Na denúncia contra Domingos Filgueiras, o subprocurador de Justiça anexou 25 receitas prescritas e os remédios homeopáticos, que foram apreendidos na invasão à instituição espírita. A acusação debruçou-se em fundamentar as suas argumentações caracterizando a cena flagrada como sendo de um ambiente onde eram realizadas consultas médicas, portanto, atuando na ilegalidade.

Para tanto, a acusação ao referir-se a Domingos Filgueiras recorrentemente fazia o uso do termo “médium receitista”, que atendia num gabinete de consultas e que exercia a arte de curar através da prescrição médica homeopática por meio do espiritismo. O discurso sucessivo tinha a intenção de enfatizar a prática da medicina ilegal executada por Filgueiras. Nessa perspectiva, o réu seria perfeitamente enquadrado no artigo 156 do Código Penal. No entanto, o acusado não foi enquadrado no artigo 157, que nem foi mencionado durante todo o processo. Pressuponho que já estaria intrínseca a sua relação com o espiritismo por sua prisão ter ocorrido na instituição espírita. Seria, possivelmente, redundante acusá-lo de praticar o espiritismo. Outra pressuposição para a omissão do artigo 157 seriam os esforços em definir claramente o réu como um médium receitista. Esta afirmação não abriria precedentes para ser utilizado o argumento de que Filgueiras estivesse sob intervenção mediúcnica proferindo a sua fé quando a FEB foi invadida. A preocupação, presumivelmente, era evitar a argumentação da liberdade de consciência, individual e de religião mais uma vez recorrendo à Constituição.

O advogado de defesa do espírita, antes de a audiência ser marcada, contestou as acusações sofridas por seu cliente numa petição ao juiz. A sua alegação fundamentava-se na ausência de perícia sobre o material apreendido, sobretudo nas receitas prescritas. Diante da solicitação do advogado de defesa, o juiz compreendeu que deveria, realmente, haver uma análise minuciosa do material apreendido. Para tanto, exigiu que dois peritos analisassem

os papéis encontrados e conferissem se as assinaturas presentes nas receitas eram de fato do réu e se foram aviadas. Os laudos dos peritos negaram as acusações contra Filgueiras.

No dia da audiência, 13 de junho de 1905, o juiz Eliezer Tavares intimou que estivessem presentes Domingos Filgueiras e as testemunhas arroladas no processo. No entanto, apesar de intimadas, as testemunhas de acusação não compareceram à audiência. As testemunhas de defesa, por sua vez, só foram inquiridas pelo advogado do réu. O subprocurador de Justiça absteve-se de inquiri-las.

As proposições do advogado de defesa influenciaram a análise do processo pelo juiz dos Feitos da Saúde Pública, que absolveu Domingos Filgueiras. As principais argumentações para a absolvição do réu foram as ocorrências de irregularidades no auto de infração: a falta de assinaturas comprobatórias, a ausência de testemunhas de acusação e a referência à contravenção ao invés de crime para justificar as acusações. Essas irregularidades, para a defesa, já desqualificariam o processo.

Porém, o juiz continuou com a audiência para analisar o enquadramento do réu no artigo 156 do Código Penal. Eliezer Gerson Tavares interpretava que o artigo só incriminava quem fazia da arte de curar uma profissão e para estes é que era exigida a habilitação profissional. Na particularidade do caso de Filgueiras, não havia habilitação específica para quem exercia a medicina pela mediunidade, “não é possível que um indivíduo se habilite do exercício da medicina pela mediunidade”. Segundo o juiz, se a faculdade de cura era atribuída aos espíritos, imbuída de fé e crença, a questão estava relacionada à consciência individual e opção religiosa, dessa forma a Constituição de 1891 garantia os direitos. Além disso, Filgueiras não exercia a medicina como ofício. As atividades desempenhadas pelo réu na Federação Espírita Brasileira não lhe rendiam remuneração, ele obtinha os seus proventos exercendo a profissão de guarda da Alfândega.

No entanto, o posicionamento do juiz Eliezer Gerson Tavares em relação a Domingos Filgueiras, não era um comportamento de praxe na sua forma de julgar indivíduos que se envolviam em questões criminais relacionadas ao espiritismo ou ao que se dizia ser espiritismo. O procedimento do referido juiz em outro processo analisado por Maggie (1992, p. 77), suas considerações foram bem diferenciadas com relação a outro acusado enquadrado no artigo 157. Ele condenou o réu porque este iludia as pessoas com feitiçarias ao fazer uso de pipoca, galinha, e outros materiais, praticando a magia e os sortilégios. O condenado era um praticante de cultos afro-brasileiros.

Na comparação entre os processos contra a FEB e do praticante dos cultos afro-brasileiros fica perceptível que o juiz tinha um fator decisivo na sua absolvição ou condenação do réu: compreender se o espiritismo realizado era uma crença religiosa, portanto uma prática legítima e legal fundamentada na Constituição Federal; ou se era magia, deste modo compreendido como charlatanismo e curandeirismo, por isso condenável.

Aos agentes sociais envolvidos nos processos, sobretudo advogados e juízes, coube a tarefa de diferenciar, conceitualmente, o que era religioso e o que era magia. Assim como o que era crença e o que era exploração, num emaranhado de práticas e representações subjetivas do que se compreendia como sendo espiritismo. Nos tribunais de Justiça as práticas espíritas da “mediunidade” e da “psicografia” foram intensamente debatidas como sendo ritos religiosos, portanto, protegidos pela Constituição de 1891 do Brasil, que concedia aos cidadãos o direito à liberdade religiosa e à liberdade de consciência.

## Notas

1 - De acordo com um artigo publicado no *Jornal do Commercio* (21/03/1904), em resposta a implementação do Regulamento Sanitário, a Federação Espírita Brasileira declarou que, em 1903, os “Serviços aos Necessitados” que funcionava na instituição, haviam atendido 48.309 consultantes.

2 - Segundo Ubiratan Machado (1996: 228-229), João do Rio, imbuído de repulsa por tudo que emanasse do

povo, sobretudo da influência dos afrodescendentes, refutava quaisquer de suas manifestações culturais, qualificando-as como grosseiras superstições.

3 - Processo s/nº, Caixa 1827, Arquivo Nacional.

4 - Processo s/nº, Caixa 1764, Arquivo Nacional

## Referências Bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. *Coisas Ditas*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.

GIL, Marcelo Freitas. A inserção do espiritismo no universo cultural europeu: uma análise panorâmica. *Revista Brasileira das Religiões*: ANPUH, 2010.

GIUMBELLI, Emerson. *O cuidado dos mortos*: uma história da condenação e legitimação do espiritismo. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.

\_\_\_\_\_. Espiritismo e medicina: introyeção, subversão, complementaridade. In: ISAIA, Artur César. Orixás e Espíritos: o debate interdisciplinar na pesquisa contemporânea. Uberlândia: EDUFU, pp. 283-304, 2006.

MACHADO, Ubiratan. *Os intelectuais e o espiritismo*: de Castro Alves a Machado de Assis. Rio de Janeiro: Publicações Lachâtre, 1996.

MONTERO, Paula. Religião, pluralismo e esfera pública no Brasil. *Revista Novos Estudos*. São Paulo: CEBRAP, 2006.

RIO, João do. *As Religiões do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.

RODRIGUES, Antônio Edmilson Martins. História da Urbanização no Rio de Janeiro: a cidade capital do século XX no Brasil. In: CARNEIRO, Sandra de Sá; SANT’ANNA, Maria Josefina Gabriel (orgs.). *Cidade*: olhares e trajetórias. Rio de Janeiro: Garamond, pp. 85-119, 2009.

SCHRITZMEYER, Ana Lúcia Pastore. *Os sortilégios de Saberes*: curandeiros e juízes nos tribunais brasileiros (1900-1990). São Paulo: IBCCRIM, 2004.

## Fontes Históricas

Processo s/nº, Caixa 1827. Processo criminal contra a Federação Espírita Brasileira a partir da denúncia ao presidente da instituição Leopoldo Cirne, 1904.

Processo s/nº, Caixa 1764. Processo criminal envolvendo a Federação Espírita Brasileira em que Domingos Filgueiras, sob intervenção mediúcnica, prescrevia receitas médicas na sede da instituição, 1905.

## Periódicos

*O Apóstolo*  
*Reformador*

Recebido em 02/05/2013



# Memórias de “bicho”\*

## *Memories of a “bicho”*

Marcos Alvito

Professor do Departamento de História da UFF,  
doutor em Antropologia Social pela USP, fez estágio pós-doutoral sobre  
o policiamento de torcidas de futebol na University of Leicester.

marcosalvito@gmail.com

### RESUMO:

A partir de entrevistas com oito oficiais da Polícia Militar do Rio de Janeiro, percebemos que as memórias acerca dos tempos em que eram jovens cadetes na Escola de Formação de Oficiais são bem mais marcadas pelas experiências extracurriculares como trotes, “brincadeiras” e sobretudo pela relação individualizada entre o “veterano” (aluno do terceiro ano) e seu “bicho” (aluno do primeiro ano). Nossa hipótese é que este conjunto de práticas não previstas oficialmente mas extremamente arraigadas na cultura da corporação constituem uma das formas primordiais de interiorização de estruturas (de pensamento, valores e comportamento) que caracterizam o *habitus* específico deste grupo, especialmente a aprendizagem da linguagem da violência, do respeito à autoridade e à hierarquia, bem como da importância das relações pessoais em detrimento das normas universais.

**Palavras-chave:** polícia; sociabilidade violenta; *habitus*

### ABSTRACT:

*Based on interviews with eight officers of the Rio de Janeiro Military Police, we noted that the memories of their time as young cadets are very marked by extracurricular experiences such as hazing, “games” and particularly by the individualised relationship between “veterans” (third year students) and their “bichos” [animals] (first year students). Our hypothesis is that this set of practices, which are not official but are deeply ingrained in the corporation’s culture, constitutes one of the prime forms of internalisation of structures (of thought, values and behaviour) that characterise the specific habitus of this group, especially the learning of the language of violence, of respect for authority and hierarchy, as well as the importance of personal relationships to the detriment of universal norms.*

**Keywords:** *police; violent sociability; habitus*

\* Comunicação apresentada durante o IX Encuentro Nacional y Congreso Internacional de Historia Oral de la República Argentina, no dia 9 de outubro de 2009, em Buenos Aires.

“*A partir de agora, entrego essas almas pra vocês*”. Com estas palavras, o major comandante da Escola de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Rio de Janeiro (EsFO) termina seu discurso de recepção aos alunos que acabavam de entrar na instituição. Ele sai, tranca a porta do auditório e a partir daí, relembra mais de vinte anos depois. Walter<sup>1</sup>:

Putaquepariu! Começou! O trote começou ali, uma coisa de louco, rola no chão, pula daqui, e todo mundo de terno! E tudo cagado! Que porra é essa? Que que é isso? Aí, vem um cara cortar seu cabelo, raspa sua cabeça, aí, caramba! Você não sabia de onde vinha! O esporro, a sacanagem.

Naquele momento, os jovens aprovados no concurso para a EsFO<sup>2</sup> deixavam de ser civis e passavam a virar *bicho*, como são designados os alunos do primeiro ano. E como lembra o próprio Walter: “*Uma vez, um cara do terceiro ano chegou e falou o seguinte: - Bicho tem que ser adestrado!*”. Durante todo o primeiro ano, os *bichos* vão sofrer o trote, que pode ser de dois tipos, moral e físico. O primeiro tipo é definido duramente por Bernardo<sup>3</sup>, um tenente-coronel já aposentado:

o trote moral é aquele que humilha você como homem. Você como homem. O cara mandar você ir na frente de todo mundo, como aconteceu com um colega meu de turma (...) estava chovendo e o cara mandou ele entrar com um cabo de guarda-chuva enfiado na boca e ele desfilou ali em frente a todos nós.

Já o trote físico, como o próprio nome diz, consiste em *pagar* “barra, flexão, polichinelo, corrida, banho frio” (idem), enfim, aquele dirigido ao corpo mais do que à alma. Mais adiante voltarei ao conteúdo do trote e às suas modalidades. Por ora, quero apenas apresentar o objetivo deste artigo: examinar, através da memória do “tempo de bicho”, de que maneira um conjunto de práticas não previstas oficialmente, mas extremamente arraigadas na cultura da corporação constitui uma das formas primordiais de interiorização de estruturas (de pensamento, valores e comportamento) que caracterizam o *habitus* específico deste grupo.

## **Palavra de xerife**

Antes de tentar fazê-lo, todavia, preciso explicar a origem desta pesquisa e do título deste artigo: “Memórias de bicho”. Minha pesquisa de doutorado tratou da favela de Acari<sup>4</sup> e do impacto sobre a localidade da guerra cotidiana entre policiais e traficantes de drogas. Em um dos capítulos<sup>5</sup> faço uma comparação entre os policiais militares, chamados de azuis, e as “facções” ou “comandos” do tráfico de drogas na cidade do Rio de Janeiro. Ao retornar à universidade, fui convidado por um colega para dar uma palestra em um curso de pós-graduação lato sensu sobre justiça criminal e segurança pública. A particularidade maior deste curso consistia no fato de que os alunos eram quase que exclusivamente oficiais da Polícia Militar do Rio de Janeiro. Temeroso da recepção junto a esses alunos, hesitei mas acabei aceitando o convite. A palestra versou sobre a história da problemática relação entre as instituições policiais e a população pobre no Rio de Janeiro e não poupei críticas à atuação

da Polícia Militar, embora fizesse questão de tentar mostrar a história da corporação como a origem de muitos dos problemas ainda hoje existentes em uma análise “despersonalizada”. Para minha surpresa, ao final da aula, o xerife<sup>6</sup> veio até mim agradecer em nome da turma pelos conhecimentos que haviam sido transmitidos. Não sem antes salientar que a impressão anterior foi a de que eu era um indivíduo contrário à Polícia Militar – depois vim a descobrir que uma outra professora havia lhes pedido que lessem um capítulo da minha tese – mas que agora haviam mudado de opinião a meu respeito.

Naquele ano mesmo, em razão da boa repercussão causada pela minha aula e a pedido dos próprios oficiais, fiquei encarregado de ministrar anualmente a disciplina “A Polícia e os Pobres” com uma carga horária que tem variado entre 12 e 16 horas-aula. Após dois ou três anos, resolvi aproveitar a boa relação com os alunos para iniciar uma pesquisa de história oral versando sobre histórias de vida de oficiais da PM carioca. Devo esclarecer que o meu curso, ao contrário de outros, ainda tinha o *status* de um conjunto de palestras, o que me desobrigava de impor-lhes qualquer tipo de verificação dos conhecimentos<sup>7</sup>. Este ponto é importante porque os oficiais que se voluntariaram para conceder-me entrevistas o fizeram sem nenhuma perspectiva de melhorarem uma possível nota<sup>8</sup>.

Das oito entrevistas, cinco foram realizadas na minha sala de trabalho na universidade, duas em quartéis da Polícia Militar e uma teve sessões na universidade e em um quartel. Seis delas foram com oficiais do sexo masculino e duas com oficiais do sexo feminino, chamadas na corporação de “Fem” (major Fem, capitão Fem etc.). Tirando uma oficial recém-formada e que tinha a patente de tenente, todos os entrevistados eram oficiais superiores, majores ou tenentes-coronéis, indivíduos com vinte anos ou mais de trabalho na Polícia Militar. Sete estavam na ativa e um era aposentado.

Como já afirmei, foram entrevistas de “histórias de vida” com ênfase no processo de formação e na atuação profissional, resultando em um material com dezenas de horas gravadas<sup>9</sup>. Além das entrevistas e do momento extremamente rico de troca em sala de aula, fiz também algumas visitas a quartéis da PM e conversei com alguns oficiais na universidade fora da sala de aula, sobretudo durante as refeições, fui a reuniões e festas promovidas pelo grupo e troquei algumas mensagens de e-mail além das necessárias para marcar as entrevistas. De qualquer forma, as análises e conclusões presentes neste artigo têm como base as entrevistas. Por conta da especificidade dos assuntos tratados, todas as entrevistas foram concedidas tendo o anonimato garantido.

## **Um grande emprego**

Antes de voltar ao primeiro dia na escola e ao trote, é preciso tentar responder a duas perguntas fundamentais: de onde vêm esses oficiais, a que classe pertencem? E o que leva um jovem ou uma jovem a optar pela carreira de policial militar no Estado do Rio de Janeiro?

Embora este artigo não possa substituir uma pesquisa de cunho quantitativo acerca da origem social dos oficiais da Polícia Militar do Rio de Janeiro, é preciso salientar que no caso dos nossos entrevistados eles têm uma origem relativamente humilde. Dos oito, dois vieram de famílias que poderíamos qualificar como de classe média enquanto os restantes, nas palavras dos entrevistados, vieram de famílias “*sem muitos recursos*”<sup>10</sup>, “*sem uma condição de vida razoável*”<sup>11</sup>, tendo passado uma “*infância pobre*”<sup>12</sup>.

Quanto aos pais, impressiona a forte recorrência de policiais e de militares. Três dos entrevistados fogem dessa regra: um deles, órfão de pai foi criado pela mãe, costureira e professora primária; outro é filho de pai balconista de loja e um terceiro de pai engenheiro. Entre os cinco cujos pais tinham carreiras afins à de policial militar, dois eram filhos de policiais civis com cargos modestos, um de fuzileiro naval (praça da Marinha) e outro de um oficial do Exército. Um deles teve como pai um oficial da própria Polícia Militar do Rio de Janeiro.

Embora as motivações afirmadas por eles tenham variado muito, quase sempre tiveram por base muito mais a *necessidade* do que a *vocação*. Apenas este último entrevistado afirmou que desde pequeno desejou ser oficial da PM, exatamente por vir de uma família de policiais militares:

Eu venho de uma família de policiais militares. Meu avô foi policial militar e foi pra inatividade como primeiro-tenente; iniciou a carreira como praça. Meu pai é coronel reformado da Polícia Militar, e eu fui criado desde moleque frequentando quartel de Polícia Militar, assistindo desfile de Polícia Militar e por conta disso ingressei na corporação (...) eu tinha um orgulho muito grande de ser filho de policial militar.

O curioso é que este filho de um oficial da PM *não* foi aconselhado por seu pai a seguir a carreira de policial militar. Quando eu lhe perguntei se o pai queria que ele fosse oficial da PM, Venâncio<sup>13</sup> respondeu:

Não, não, não: em hipótese alguma! Embora ele nunca tenha manifestado isso, ficou evidente pra mim quando vibrei: - Passei no concurso da ESP! Eu não percebi essa vibração nele.

Quando o irmão de Venâncio, que havia sido aprovado para a Escola Naval, pensa em desistir, a reação do pai deixa clara a sua preferência por uma carreira na Marinha em detrimento da PM:

Então meu pai enfatizou a questão de como se abria para ele um universo, sendo oficial de Marinha. Isso foi algo que me tocou e eu não entendi. E eu falei para ele: - Não estou te entendendo. Eu sou tenente de Polícia, tu é coronel de Polícia: tá cuspidando no prato que come? E ele ficou numa posição complicada, porque eu dei um xeque nele. Mas eu entendo a posição dele de pai, porque ele quer o melhor pra o filho, e talvez, ideal a parte, Marinha fosse o melhor pro filho, levando em conta custo-benefício, segurança, e até questão financeira...

As carreiras de militar e de policial são alvo de um interesse especial por parte das camadas mais pobres da população, o que sem dúvida pode ser explicado pelas vantagens financeiras, de estabilidade e de *status* que elas proporcionam. Mas neste campo de possibilidades<sup>14</sup>, as carreiras militares *stricto sensu*, ou seja, de oficial de Marinha, Aeronáutica ou Exército, são bem mais valorizadas do que a de oficial da Polícia Militar.

Bernardo, por exemplo, tentou carreira na Aeronáutica e depois de ser desligado por problemas físicos volta à vida civil, ingressando no curso de Ciências Sociais de uma universidade pública. Ele só faz concurso para a EsFO “orientado pelo (...) pai e premido pela necessidade”. Walter, por exemplo, fez concurso para a AMAN<sup>15</sup>, para a Escola Naval<sup>16</sup> e só não fez prova para a Aeronáutica por ter problemas de visão. Entra na EsFO somente pelo fato de o resultado sair antes de todas as outras “escolas”, pois ele afirma claramente:

Eu não tinha nenhuma vocação para ser policial militar, meu interesse era sobreviver (...) eu nunca tive vontade de ser policial (...) eu vim a ser policial por uma questão famélica, de ter que arrumar um emprego, trabalhar. O primeiro salário que eu recebi na vida foi emocionante.

Andrade<sup>17</sup> queria ser advogado mas perde a inscrição no vestibular e vai fazer a prova da PM por ter visto o anúncio na televisão e “assim quase sem querer”:

aquele negócio de “ah, tudo bem, eu vou lá”. Aí eu fui lá. Não sabia nem o que eu ia fazer. Aí eu fui lá, fiz a inscrição, fiz a prova pro psicotécnico, e tal, passei na prova. Eu era, sempre fui magro, né, agora tô gordo, eu fui magro, eu passei no exame físico, não era muito de fazer ginástica, mas também não tinha nada demais naquele exame, passei no exame físico, e vim cursar a polícia. (...) Aí eu fiz a prova, passei na prova, assim quase sem querer, né.

Nélio começa a fazer Física em uma universidade pública, mas abandona o curso embora gostasse, porque “aquilo não me traria os benefícios de uma carreira vantajosa financeiramente” e “o salário de tenente era bom”. Luíza, criada pela mãe, que vivia da pensão paga pelo pai separado, passa no vestibular de Odontologia para uma faculdade privada, mas não cursa por falta de condições financeiras. Sendo assim, é alertada por um colega de escola sobre o primeiro concurso da PM para oficiais mulheres e decide:

a minha chance taí, de conseguir emprego. (...) A gente sempre lutou por uma vida melhor, de forma que conseguisse um emprego até para ajudar a mãe, porque a mãe é que ficou com a barra toda, né?

Dagoberto, vindo de família muito pobre, o que o obrigou a trabalhar durante toda a infância, faz prova para Geologia interessado em um concurso para a Petrobras. Faz prova também para a AMAN e para a EsFO. Passa no vestibular, mas quando é aprovado no concurso da EsFO prefere a carreira de policial militar porque:

era uma coisa tida como um grande emprego. Como o Banco do Brasil também era tido. Era militar, Banco do Brasil e Petrobras. (...) Segundo informações era um

emprego certo, que eu tinha dinheiro certo. Eu já tava cansado de ser kombista, camelô e essas coisas todas.

Mariana<sup>18</sup>, a outra oficial “Fem” que entrevistei, vinda de uma família de classe média e já formada em Psicologia, vai fazer o concurso para oficial da PM por conta do desengano quanto à possibilidade de uma carreira acadêmica na sua área de especialização. E por um motivo pouco usual: o seu interesse em continuar dançando balé:

Tipo assim; vou lá, cumpro meu horário e depois dançar. Naquele momento, na minha cabeça, o trabalho na PM estava a serviço da dança. (...) Aí eu pensei em fazer esse concurso, ganho uma grana, e consigo dançar em paz.

Sendo assim, exceto no caso de Venâncio, filho de oficial da PM, nenhum dos nossos entrevistados ingressou na EsFO por vocação e sim devido sobretudo à necessidade de “ganhar a vida” e pelo grau de “estabilidade” e “segurança financeira” proporcionados pela profissão.

## Medo da PM

Na verdade, alguns deles tiveram inclusive que superar traumas já existentes em decorrência de contatos anteriores com a Polícia Militar e a Polícia Civil. Nélio, por exemplo, quando trabalhava de cobrador na kombi *pirata*<sup>19</sup>.

muitas vezes eu perdi a fêria toda arrecadada, que a polícia não abria mão. Tinha uma tal de Delegacia de Trânsito da época, que essa atribuição é da Delegacia de Trânsito, paravam as kombis assim em fila, tomavam o dinheiro de todo mundo e iam embora. A gente dava dinheiro pra kombi não ser apreendida. E quando não tinha dinheiro, como já houve algumas vezes, a kombi era apreendida e mandada pra um depósito. Se não desse o dinheiro era pro depósito.

Walter, mesmo sendo filho de um policial civil que trabalhava para o DOPS<sup>20</sup> pela forma de atuação no subúrbio onde morava:

PM eu tinha medo, tinha medo da porrada da PM. PM era aquele negócio da guarnição para dar porrada em todo mundo na rua jogando bola, era mais ou menos assim. (...) A gente via passar. A gente sabia que a polícia dava porrada. Ali no subúrbio, tinha a famosa Invernada de Olaria. Tinha um delegado, o famoso H. Meu irmão tomou muita porrada dele uma vez. Dele não, da guarnição da PM.

Como já vimos, até mesmo Venâncio, o único a “abraçar” a carreira por gosto, descobre depois que o próprio pai, exatamente por ser oficial da PM, queria coisa melhor para o filho e hoje em dia Venâncio concorda:

E eu sou muito crítico. Eu falo com ele hoje, e digo: - Mas você não me contou o que acontecia... E ele: - Mas você vibrava muito como cadete. Eu não poderia te contar. Você vibrava muito como cadete, como aspirante. Se eu te contasse o que acontecia, eu ia trazer implicações pra sua vibração. Então eu vejo mais como um posicionamento de vergonha da cultura interna, que eu levei, naturalmente, um certo

tempo pra ler. E essa leitura aconteceu aos trancos e barrancos, na minha vivência de batalhão da Polícia Militar.

Os motivos para essa “*vergonha da cultura interna*” são muitos. O principal é que a Polícia Militar do Rio de Janeiro é a polícia mais violenta de um país muito violento, recordista absoluta em número de mortes e tristemente célebre pelo artifício da contabilização de execuções sumárias como “autos de resistência”<sup>21</sup>. À época em que realizamos as entrevistas, entre 2002 e 2005, a PM do Rio matava cerca de mil pessoas por ano. Um estudo realizado pelo Centro de Justiça Global (organização não governamental) e pelo Grupo de Pesquisa de Violência e Criminalidade da Uerj mostrou que no ano de 2003, 61% dessas mortes foram causadas por tiros na cabeça ou nas costas<sup>22</sup>. Soma-se a isso uma corrupção endêmica e, como veremos, uma tradição interna de tráfico de influência e favorecimentos pessoais<sup>23</sup>.

O estigma de ser policial militar é tão grande que Walter não confessava para a sua filha de 8 anos que era policial, dizendo-se advogado:

Minha filha não tem consciência do que eu faço. Tem 8 anos de idade e não tem consciência do que eu faço. Eu procuro esconder dela, eu digo pra ela que sou advogado, bacharel em direito. (...) mas vai chegar o momento de contar pra ela o que eu faço, eu espero que ela entenda.

Quando se casou, demorou quase um ano para contar à *própria mulher* que era policial, fato que de início também não revela aos amigos, pois sabe que só querem o amigo policial para resolver problemas:

Hoje em dia ser policial é uma coisa meio complexa. Tanto na parte social, que você não tem uma aceitação social muito boa, você é visto como jagunço (...). Querem você para tirar multa, pra dar porrada, pra segurar alguém, pra fazer um trabalho, pra cobrar uma dívida. Agora, amizade, eu tenho uma estratégia: eu prefiro dizer que eu não sou para se, eventualmente, a pessoa descobrir quem eu sou, tirar suas conclusões.

Esta passagem revela que o uso da violência por parte dos policiais militares é uma expectativa dos setores da sociedade, o que também é percebido por Dagoberto:

Já tive problemas, namoradas, namorada, pretensas namoradas minhas que ao dizer minha profissão, “não, que isso, você é policial, você deve ser isso”, a conceituação é essa: “pô, tu deve ser bandido, deve matar gente, eu não quero sair contigo, desculpe, não dá pra mim, eu sou, meu nível é outro, meu nível é outro”. Então, tem discriminação na sociedade. Não é culpa da pessoa não, é culpa da sociedade nossa que criou esse mito de que polícia só faz mal: rouba, mata e prende, né, por aí

Há até os que acham que a polícia mata menos do que deveria, revela Dagoberto:

Acredite se quiser, eu ouço pessoas de bem, pessoas esclarecidas, pessoas esclarecidas, de bem, que têm uma ótica: “você estão muito legais, se vocês matassem todos esses bandidos a polícia não era tão criticada”. Eu escuto isso de pessoas intelectuais inclusive. (...) Tem amigo no prédio que fala pra mim num churrasco que teve: (...)

“porra, vocês têm que matar todo mundo, bandido tem que morrer”, tem muita gente que tem esse conceito, não são poucos não, e não são policiais. Já ouvi até de juiz.

### ***Inoculando o vírus da meganha***

A principal aposta deste artigo consiste na hipótese de que o “trote” seja uma parte decisiva do processo de socialização dos futuros oficiais da Polícia Militar, a partir da observação feita por Bourdieu (1983:74) de que “os sujeitos não sabem, propriamente falando, o que fazem, que o que eles fazem tem mais sentido do que eles sabem”. É através das práticas de um grupo que ocorre a interiorização das mesmas estruturas objetivas (Idem:74), todas as formas de interação entre os sujeitos estão dominadas pelo *habitus* (Idem:75), definido como um “senso prático” (1994:45):

(...) sistema adquirido de preferências, de princípios de visão e de divisão (o que chamamos comumente de um gosto), de estruturas cognitivas duráveis (que são essencialmente o produto da incorporação das estruturas objetivas) e de esquemas de ação que orientam a percepção da situação e da resposta adaptada. O *habitus* é este tipo de senso prático do que fazer em uma determinada situação – o que nós chamamos, no esporte, o senso do jogo, arte de antecipar o futuro do jogo que está inscrito em pontilhado no estado presente do jogo. (tradução de Marcos Alvito)

Voltando ao episódio relatado por Walter acerca da sua traumática entrada na EsFO, é importante notar as palavras finais do comandante antes de “entregar as almas” aos veteranos:

Aí, entra o Major X, que era o comandante do corpo de alunos. Todo mundo se apresenta a ele, parará, ele sobe no palco, (...). Aí ele vai fazer um discurso, eu lembro até um termo que ele usava muito: “vocês têm que inocular o vírus da Meganha ou então vocês peçam para ir embora.” E o modo de falar dele, muito peculiar, a entonação [imita uma entonação de voz grave e ameaçadora] (...): “Vocês têm que inocular o vírus da Meganha! Ou inocula ou cai fora! Esqueçam o quartel de fora, o quartel não existe; é só aqui dentro.”

*Meganha* é um termo depreciativo para policial, tanto que chegou a ser censurado em um samba de Wilson Batista<sup>24</sup>. Que o comandante da escola, de forma absolutamente enfática, tenha comparado o “ser policial” a um vírus é extremamente esclarecedor dos objetivos não oficiais da formação na EsFO. E também da forma pela qual este “espírito”<sup>25</sup> será transmitido: da mesma forma que o vírus, pelo contato direto através das práticas cotidianas exatamente como afirmado por Bourdieu. O comandante opõe o quartel visto “de fora”, que “não existe” e o quartel real, isto é, com as práticas efetivas que se davam ali para muito além do currículo escolar: “é só aqui dentro”. Essa distinção entre o que é visto por quem está de fora e por quem passa a viver dentro dos muros da escola sem dúvida já aponta para uma questão fundamental em torno da polícia brasileira e da contradição existente entre a sua função legal e suas práticas cotidianas. Em um livro pioneiro sobre a polícia no Rio de Janeiro, Roberto Kant de Lima apresenta o que ele chama de “o paradoxo legal brasileiro”, ou seja (LIMA, 1995:1):

No Brasil, uma ordem constitucional igualitária é aplicada de maneira hierárquica pelo sistema judicial. Diferentes tratamentos legais são dispensados às mesmas infrações, dependendo da situação social ou profissional do suspeito.

Em suma, se em teoria todos os cidadãos têm os mesmos direitos, na prática, como diz o provérbio (Idem:3) “*No Brasil todas as pessoas são iguais. Mas há sempre algumas que são mais iguais do que as outras*”. A polícia desempenharia exatamente este papel, de “*complementar o sistema judicial oficial*” por meios extraoficiais, é claro. Vide a passagem já citada na qual vizinhos de um policial em um bairro da Zona Sul reclamam com ele que a polícia estaria “matando pouco”. Quando o major comandante diz que “*o quartel não existe*” ele está na verdade afirmando que a definição legal do papel da escola é irrelevante, só pra civil ver, e que eles na verdade não são alunos, são *bichos*. Muito antes de os “alunos” entrarem em sala de aula, eles começam o seu *adestramento* como *bichos* nas mãos dos veteranos, ansiosos para apossarem-se dos *bichos* assim que cruzam o portão da escola (Andrade):

Na hora que a gente tava lá, falou: “vamos”, falei: “tá”, porque todo mundo entrou, todo mundo junto, os veteranos que era o pessoal do terceiro ano tava esperando a gente de goela aberta, começaram a gritar: “malha” e “paga” e você sabia que pagar flexão, que era flexão que todo mundo paga, porque tem esse negócio do trote, né. Então você, aquilo foi um trauma pra mim porque tinha que obedecer e porque tem que obedecer tem que pagar. E era aquilo ali, todo mundo fazia, um mandava fazer, aí botava em forma, e marcha daqui, marcha dali, eu não sabia marchar, paguei muito mico, foi muito difícil porque eu nunca tinha ido.

O trote não se restringe à primeira noite sem dormir passada na escola, definida por Andrade como “coisa bem traumática” e que mesmo Venâncio considera como “chocante”. O trote vai acontecer durante *todo* o primeiro ano. Cada *bicho* é designado a um veterano, isto é, a um aluno do terceiro e último ano da escola. A vida de *bicho* é comparada por Walter a um *inferno*:

Quando começou o trote. Aí começou um inferno. Não tem motivo, não tem consideração nem previsibilidade. Tá passando no corredor “Pá (...), correndo!” Bicho não anda, bicho só corre. Você não pode andar, é proibido andar. Tem as três máximas do bicho: o bicho não tem direitos, o bicho não pode reclamar desses direitos, e o bicho só tem três palavras: “Sim, Senhor”, “Não Senhor” e “Vou me embora”.

Aqui temos basicamente um *rito de passagem*. Explicando melhor: ritos de passagem são definidos por Van Gennep como uma sequência cerimonial que acompanha “*a passagem de uma situação a outra, e de um mundo (cósmico ou social) a outro*” (VAN GENNEP, 1978: 31). Se o comandante da escola diz aos bichos que eles têm que esquecer o mundo “*lá fora*” é porque serão transformados em outros seres, para o que terão que “*inocular o vírus da meganha*”. Como diz Luíza, a entrada na escola dá início a “*uma vida totalmente diferente*”, o que poderíamos complementar com a frase de Walter: “*você tem que ficar esperto e despertar para uma realidade diferente*”.

Mas os ritos de passagem não se completam em apenas uma etapa, eles constituem-se de ritos de *separação*, de *margem* e de *agregação* (Idem, ibidem). No caso da EsFO, o primeiro ano pode ser caracterizado como um rito de *separação*, “*bicho*”, diz textualmente Walter “*era uma merda*”. Algo informe, ainda não é um militar tampouco um policial, para isso acontecer ele tem que deixar de ser civil (Bernardo):

O mundo das escolas militares é totalmente diferente da sociedade civil. Então o civil, intramuros, ele é um bisonho, ele é um bisonho, e você tem que entrar, queira ou não queira, em uma rotina.

Por isso o *bicho* “*precisa ser adestrado*”: quando eles são entregues aos veteranos pelo comandante não passam de “almas”, são apenas uma matéria-prima bruta a ser trabalhada. Seus cabelos serão cortados, marcando a ruptura com a vida anterior e apagando as individualidades, uniformizando o conjunto que se torna “o corpo dos alunos” como é chamado o conjunto de alunos oficiais da escola. Como lembra Andrade: “*Tinha um barbeiro na época, a gente foi lá de cabelo, voltou todo mundo de cabelo careca, que ele [oficial] mandou cortar o cabelo de todo mundo*”. A importância da “apresentação pessoal” deriva daí: cabelos cortados, barba feita, uniforme de acordo com o padrão, postura corporal, tudo isso vai ser cobrado dos *bichos*, de forma exagerada e até injusta, exatamente para dramatizar a importância destes traços que simbolizam a ruptura com a vida civil. A forma básica de fazer isso na EsFO era exatamente impedir o retorno temporário do *bicho* à condição de civil sonhando-lhe o direito de sair da escola no fim de semana, o famoso “LS” ou “licenciamento sustado”. E o motivo era normalmente irrelevante, reclama Dagoberto:

Na escola tinha uma suspensão de fim de semana chamada licenciamento sustado. Era muito punido por coturno, cabelo grande, isso não era uma constante, mas, uma bobeira que a gente desse, uma barbinha e tinha que pagar, e havia uma revista no final de semana, sexta-feira, 5 da tarde, “vamos revistar todo mundo. Ah, teu sapato tá sujo, fica de LS”, fiquei muito com isso, muito. Às vezes eu pensava que tava limpinho, quando eu chegava lá o cara dizia que eu tava com um pelinho no rosto.

O *bicho* não tem o direito nem mesmo de alimentar-se da mesma forma que os outros alunos, entra por último no refeitório e por vezes só pode comer aquilo que sobrava, os restos, e até mesmo debaixo da mesa, como se fosse um cão. Pode parecer que estou exagerando, mas a dramatização da condição de *bicho* às vezes operava em um sentido literal, pois eram obrigados a ficar nus no pátio, a imitar animais como o boi, servir de montaria como se fossem cavalos ou até mesmo a se comportar como animais de estimação, sempre para marcar a superioridade do veterano sobre o bicho, como explica Walter:

Tinha um cara da minha turma que era baixinho, e o bicho dele, mais alto. Então, por uma questão de demonstrar a subserviência dele ao veterano, só andava na coleira, de quatro.

É ainda Walter quem lembra, às gargalhadas, do coral de *bichos* que despertava a ele e seus colegas como se fossem passarinhos:

E nós demos trote legal mesmo! Eu como era símbolo da turma de terceiro ano, eu tinha dois bichos. A gente fazia um revezamento; tinham que arrumar a cama. De manhã, tinha que botar minha pasta de dente, escova de dente, na posição correta. Era do 01 ao 07 ali, então os nossos bichos acordavam com um coro. Tocava a alvorada, eles cantavam: - Bom dia senhor veterano! Ficava um regendo... era muito divertido!

Cada veterano “tem direito” a pelo menos um *bicho*, designado *automaticamente* de acordo com a numeração inicial dos *bichos*, ainda não hierárquica<sup>26</sup> “quando entrarem os outros calouros, eu vou ter direito a um bicho” (Andrade), “que corresponde a seu número” (Venâncio). E, dentro da lógica hierárquica, os veteranos melhor classificados na escola (“era do 01 ao 07 ali”) têm direito a mais. Na verdade, eles só serão chamados “oficialmente” de *bicho*, só terão direito ao *status* de *bicho* depois de três meses de trote, relembra Walter:

“Trinta de maio, você recebe a espadinha. A partir de então, você é oficialmente bicho. Aí acontece uma festa do bicho, onde o veterano reconhece: - Não...você já ralou de março até maio, março, abril, maio...Aí você vai acostumando.”

A “espadinha” a que ele se refere é o espadim, “réplica em tamanho reduzido da espada (...) [de] Tiradentes”<sup>27</sup>, que será substituída por sua espada de oficial no momento da formatura. O curioso é que esse dia, previsto no calendário oficial da escola como dia da entrega do espadim aos “alunos-oficiais” é chamado de por todos de “Dia do Bicho”, o que mostra o entrelaçamento perfeito entre o currículo escolar e o processo de “aprendizagem informal”, “daquilo que não está escrito” na expressão utilizada por Venâncio.

Mas o *bicho* só vai conseguir chegar até o dia de receber o espadim se suportar o trote sem *aloprar*. *Aloprar* consta no dicionário como “tornar-se inquieto, agitado” e “amalucar”<sup>28</sup>. Na gíria da escola, *aloprar* é o mesmo que tomar atitudes inesperadas e inaceitáveis diante do grupo qualificáveis como *loucura*: por exemplo, no caso de um *bicho* que não obedece, se revolta contra o trote ou desrespeita um veterano, o que aconteceu com Dagoberto:

Eu alopei seriamente num momento, eu, pessoal, mas depois toda turma foi. Eu me alopei seriamente num rancho, com um veterano, que resolveu me obrigar a comer uma laranja com casca e tudo e eu falei que não comia porra nenhuma. “Me prende o caralho, rapaz, eu te dou é porrada”. Aí foi a primeira alopração que foi quando nego achou que eu era maluco. Eu não era maluco, eu já não tava mais aceitando o trote.

No caso de Dagoberto, ele não desrespeita o seu veterano e sim um outro que queria obrigá-lo a se comportar como um animal. No caso dele, vai ser a intervenção do *seu* veterano que irá protegê-lo contra o trote abusivo dos outros veteranos, nessa interessante comparação que ele faz da escola com um presídio:

Então encontrei naquele cara um apoio. Tanto é que quando eu me revoltava perante os alunos do terceiro ano, os amigos dele, [ele, o seu veterano] falou [para os outros

veteranos]: “não, você tá pensando que ele é um bobão? Não, ele é esperto. Esse não é bobo não, esse aqui não é criado em apartamento não, esse aqui tem uma história de vida”, que ele perguntou sobre a minha história, eu contei pra ele no ato. Aí mudou muito, ele foi como um protetor. Parece até um presídio, né, ele falou, “Sou protetor”. Quer dizer, vulgarmente, metaforicamente, não é essa a comparação, mas falou: “pô, vou dar um valor a ele”, e me deu mesmo. Me deu uma protegida, diminuíram os trotes.

Esta passagem mostra que a relação bicho/veterano é mais complexa do que parece à primeira vista. O bicho, diante do veterano, é obrigado a diversas “prestações”, psicológicas, morais e até mesmo monetárias, em espécie (“pagar lanche”) ou em gênero: Walter fazia seus bichos o presentear com chocolates (“*eu nunca comi tanto chokito na minha vida*”). O veterano, como se diz entre eles, *suga* o bicho, que tem que acordar antes da alvorada para fazer a cama do veterano, engraxar os *coturnos* (botas), lustrar o cinto, aprontar as roupas etc. Mas há também a contrapartida (ou o contra-dom): o veterano ensina ao bicho os macetes para cumprir estas mesmas tarefas, chamados na escola de *bizus*. Este caráter de reciprocidade foi muito bem percebido por Andrade: “*a relação do veterano com o bicho era uma relação*”. E é na dinâmica desta relação que o bicho vai aprender aquilo que Andrade chama de “*o contrato oculto*” do militarismo:

O veterano acaba ensinando o bicho a marchar, a se fardar, ele acaba, o bicho, acaba ensinando o bicho a se comportar. Aquele contrato oculto que tem de comportamento dentro do militarismo quem passa, é o veterano que passa por bicho

A importância desta relação é admitida tacitamente pelos oficiais que atuam na escola e até mesmo pelo comandante, como já vimos. Afinal, todos eles já foram *bichos* e já foram veteranos. E talvez pensem como Andrade, para quem o trote é uma parte indispensável da formação do futuro oficial:

Então, quer dizer, é uma coisa que é interessante. Então, o que acontece: muitas vezes você vê hoje o oficial que não tem certos comportamentos porque não teve um veterano pra ensinar

Todavia, faz parte do trote esse caráter pretensamente “oculto”, “não oficial”, tanto que por vezes os oficiais “fazem de conta” que estão intervindo:

Algumas vezes os oficiais intervinham, a gente sabe, hoje eu digo, naquela época não, mas pra amenizar, pra evitar alguma coisa mais drástica: “não, terceiro ano, que porra é essa, não faz isso”. Mas a gente sabia que era só falácia e a gente ficava pensando que tava tudo bem mas no dia seguinte voltava tudo: “primeiro ano, tá fazendo muita bobagem, vai pagar aí, fica aí acordado até meia-noite [altera o tom de voz, como se estivesse dando uma ordem de comando], vai lá, vamos limpar o pátio”.

Aos poucos, depois do choque inicial, o trote vai se tornando banal a tal ponto que os bichos começam até a dar trote uns nos outros, como aconteceu com a turma de Dagoberto:

Nós começamos a dar trote entre nós. Chegava de noite, imputava, sacaneava colega de alojamento pra imputar um veterano, que foi ele escondido jogar uma “hidráulica”, que era uma bomba-d’água, um plástico cheio de água na cama do cara dormindo, pela janela, pá, corria, e ia na nossa cama, ficava quietinho. Pra gente imputar o veterano, entendeu?

Ou seja, estes *bichos*, de tanto serem tratados como *bichos*, já estavam treinando para serem veteranos. O próprio Dagoberto, dos entrevistados o que parece ter tido a relação mais difícil com o trote, ao chegar ao terceiro ano dá o trote normalmente:

O trote eu nunca gostei. Engraçado, eu vou lhe falar uma coisa, lhe confidenciar: eu nunca gostei do trote como aluno, mas no terceiro ano dei trote.

O mais importante do trote, embora ele seja coletivo, é o bicho obedecer ao seu veterano, jamais desrespeitar o veterano (Andrade):

O bicho não pode aloprar com o veterano, não pode dizer que não vai fazer. Você até não quer fazer, mas você não pode dizer que não vai fazer. Você até não faz, mas você não pode dizer que não vai fazer. Isso é ensinado nesse relacionamento e aí você vê um, e vê eles convivendo, engraxando sapato, fazendo as coisas, a gente vai aprendendo como é que, como é que funciona a coisa. E isso é importante.

O veterano só ensina se o bicho for um “bom bicho”, aí “daqui a pouco o veterano tá ajudando o bicho” (Andrade). Isto é: se, como no caso de Dagoberto, o bicho demonstrar ao veterano que ele tem valor, o veterano vai passar a ser uma espécie de pai, como explica Nélio: “Depois o veterano acabava se identificando com o bicho e virava uma relação meio pai e filho”. Venâncio faz logo a equivalência direta entre o veterano e um pai: “Você quando entra, tem um veterano, um pai”. Por um lado, o veterano exige do seu bicho mais do que ninguém, e pode até mesmo castigá-lo fisicamente, tanto que Walter afirma sem ser perguntado a respeito:

Limpar espadim, limpar tênis, arrumar a cama dele de manhã. Nunca meu veterano me deu surra<sup>29</sup>

Dagoberto vai além e diante do entrevistador que nada sugerira a este respeito faz questão de afastar a possibilidade de que existissem práticas *homossexuais* entre veterano e bicho:

“Mas não tinha nenhum trote que denegrísse moralmente o cara, negócio de pederastia, nada disso.”

Mais do que revelar uma preocupação homofóbica e um cuidado em defender a reputação do grupo diante do pesquisador, essa passagem não é tão despropositada assim, pois o termo utilizado por ele, *pederastia*, remete a um tipo de prática que ocorria na Grécia antiga e que era vista sobretudo como uma relação pedagógica entre o *erasta* (ativo) e o *erômena* (passivo) (DOVER, 1978). De qualquer forma, essas duas passagens nos permitem avaliar a profundidade da relação bicho/veterano que pode realmente ser comparada a uma

relação pai e filho, pois o pai se tem o direito (e o dever) de punir o filho, também é obrigado a protegê-lo na medida em que é *responsável* por ele. Para que um veterano dê parte do *bicho* de outro veterano, isto é, faça uma acusação formal junto a um oficial quanto a alguma falta cometida por um *bicho*, tem que haver antes a comunicação (e a autorização) do veterano a quem aquele bicho pertence (Walter):

“Pode parecer incrível, mas existe um respeito entre os veteranos... [e seus bichos] cada veterano tem seu bicho, então cada bicho quem ministra é o veterano. Até pra dar parte do bicho do outro, você comunica ao cara: ‘ó, teu bicho fez uma boa [comigo] vou dar parte dele’. Pode até negociar com o cara, um dia quebra o galho do bicho dele, ele quebra o teu. Até porque tem que ter a simpatia do bicho. Há uma relação de simpatia.”

Se o filho deve respeitar o pai acima de tudo, o pai deve também ser digno deste respeito: “*tem que ter a simpatia do bicho*”. Exatamente como uma relação de parentesco, uma vez instituída, esta relação bicho/veterano vai perdurar durante toda a carreira (Nélio):

E essa relação não acaba nunca: hoje quando eu encontro meus veteranos eu lhes chamo de veteranos, tenho o maior prazer de encontrá-los, e os meus bichos quando me encontram só me chamam de veterano [fala com voz feliz]. E onde estiver são dois tenentes-coronéis e é veterano e bicho falando, mas sem qualquer melindre.

Walter, como vimos, afirmou existir uma relação de “respeito” e até de “simpatia” entre veterano e bicho. Venâncio vai além e afirma que além da boa relação que até hoje mantém com seus *bichos* (nenhum deles jamais usou a expressão ex-bicho) continuou *tutelando* um deles quando trabalharam juntos em um batalhão já como oficiais:

Marcos Alvito: E como é o relacionamento hoje, quando o senhor os encontra?

Venâncio: Bom, bom. (...) ficou um relacionamento bom, tanto com um como com outro. Eu agora tive a oportunidade de trabalhar com um no (...) batalhão. (...) Confesso que lá na época, me sentia na obrigação de permanecer tutelando esse tenente e dizia pra termos cuidado com que os valores que nós vamos apresentar aqui não sejam os corretos, eu tenho ainda essa consciência crítica e tentava manter essa tutela, não apenas pela relação veterano/bicho, mas também no sentido de agregar valores; ter mais gente do meu lado.

A relação bicho/veterano, portanto, não só é vista como parte indispensável do processo de formação mas cria um vínculo permanente e até mesmo estratégico no prosseguimento da carreira. Exatamente por isso, no caso de um bicho *aloprar* seriamente e rejeitar o trote, de forma considerada inaceitável pelo grupo, o conjunto dos alunos vai submetê-lo ao que eles chamam de “surra psicológica” até que o insubmisso desista de permanecer na escola (Walter):

“O trote a princípio era uma brincadeira (...) mas o bicho que se rebelava, ele enquanto não pedia desligamento, ele não deixava de ser literalmente sacaneado. A minha turma fez isso com dois bichos nossos. Enquanto não pediram desligamento, eles

foram devidamente massacrados até com a surra psicológica, a gente chamava. Fica sem dormir um dia com os veteranos se revezando a noite toda: “Pede desligamento”, até que o cara pedia. Uma hora o cara pede, ele não aguenta. Eles pediram e foram embora.

Esta passagem é muito reveladora por vários motivos. Walter falou longamente sobre o trote durante a entrevista e diz ter participado de uma “*surra psicológica*”, de um “massacre” destinado a obrigar dois bichos rebeldes a pedirem desligamento. Apesar disso, diz que o trote “*a princípio era uma brincadeira*”. Para Bourdieu, um dos pressupostos da reprodução de determinada ordem social é exatamente o fato de que “os agentes são possuídos pelo *habitus* mais que o possuem” (BOURDIEU, 2002:202). A incorporação das estruturas não pode se dar de forma totalmente consciente, daí o caráter aparentemente lúdico e descompromissado do trote, “*a princípio uma brincadeira*”, o que é logo desmentido pelo que ocorre quando há uma insubmissão considerada grave pelo grupo.

Isso se dá porque esta “brincadeira” é vista como um teste para “os brios” e o valor daqueles que pretendem “sair oficiais” (uma expressão que lembra o caráter de “presídio” mencionado acima por Dagoberto). Tanto que Walter acrescentou o seguinte depois de dizer que os dois “rebelados” pediram para sair: “*Mas não foram grandes perdas pra PM não.*”

A passagem de bicho para aluno de segundo ano ou aluno propriamente dito se dá em um outro ritual bastante dramático, a chamada “Noite de São Bartolomeu”, nome que remete ao massacre de milhares de protestantes ordenado pelos reis católicos da França no século XVI. No caso da EsFO, a “Noite de São Bartolomeu” ocorre na noite entre 30 de novembro e 1º de dezembro, o dia em que o primeiro ano vai passar para o segundo e o segundo para o terceiro ano, enquanto o terceiro ano vai se formar, tornar-se aspirante a oficial, o que leva esta noite a ser chamada também de “Aspirantada”. Nessa noite “Bicho tinha que pegar o veterano!” (Walter):

A Noite de São Bartolomeu é a noite que permite ao bicho capturar o veterano, fazer com ele o que quiser, e os veteranos se escondem.

Invertem-se momentaneamente as posições, pois normalmente “*você tinha que estar fugindo do veterano*” (Nélio) e agora são os veteranos que têm que se proteger do ataque dos bichos, fazendo barricadas e usando artifícios:

Lá no chão da escola, era dum material que escorrega pra burro. Então nós fizemos umas bombas hidráulicas, um saco com água dentro pra sacanear os outros. Era uma mistura de água com sabão em pó. Fomos lá na ala dos bichos; caramba, foram uns 40 correndo! Aí jogamos aquilo; -Porra, caiu todo mundo! Eles num podiam entrar no nosso apartamento, mas se pegassem fora, podia pegar. Montar uma cama de barricada...era interessante essa noite pro bicho poder retaliar o veterano. Era a Noite de São Bartolomeu.

A partir daí chega ao fim o rito de *separação*. Os bichos passam a ser os alunos do segundo ano. Agora considerados alunos-oficiais, vão cumprir a segunda etapa, o *rito de margem*.

Não são nem *bichos* nem *veteranos*. Não podem dar trote nos bichos, nem aceitar serem desrespeitados por eles. Quanto aos veteranos, os alunos do segundo ano devem dirigir-se a eles tratando-os respeitosamente de “Senhor”. Essa situação transitória era considerada como ideal, avalia Walter:

o melhor ano da Academia é o segundo ano. (...) porque, no segundo ano, se você for amigo dos veteranos e não se meter com os bichos, tá beleza.

Os alunos do terceiro ano são chamados de “veteranos”, termo de origem militar para designar aqueles que já foram à guerra e de lá voltaram vivos. Eles estão prestes a passar pelo *ritual de agregação*, cuja cerimônia principal será a formatura na qual receberão a espada de oficial. No seu sangue já corre o “vírus da meganha”, desta forma eles são encarregados de transmiti-lo aos seus *bichos*. Estes são literalmente engolidos pelos veteranos (“*o pessoal do terceiro ano estava esperando a gente de goela aberta*”), é como se fosse uma relação antropofágica em que o *bicho* vai ser cuspidado quando estiver pronto. Depois de escaparem da Noite de São Bartolomeu os veteranos tornar-se-ão *aspirantes* e os alunos de segundo ano serão os novos *veteranos*, encarregados de por todo o ciclo em movimento novamente.

## O significado do contrato oculto

Quando comecei a entrevistar alguns oficiais da Polícia Militar do Rio de Janeiro, fiquei surpreso com a riqueza e a extensão das memórias relativas ao “tempo de bicho”. Era um tema diante do qual os meus entrevistados pareciam sentir-se à vontade, talvez por considerarem-no menos sério e não tão comprometedor quanto outros, relativos ao cotidiano policial. As lembranças relativas às relações entre bicho e veterano, afora um ou outro incidente, eram relatadas em meio a risos, sempre em um tom engraçado e lúdico. Percebi, todavia, que havia ali um rico veio a explorar e que talvez constituísse uma chave para o entendimento da cultura institucional

A epígrafe do terceiro capítulo de *Esboço de uma teoria da prática* consiste em um “jogo ritual” com uma bola de cortiça durante o qual a bola é chamada de “filha” e o jogador encarregado de protegê-la é chamado de “pai” (BOURDIEU, 2002:57). A relação bicho/veterano funciona exatamente como um jogo, servindo o seu caráter lúdico para mascarar sua efetividade enquanto prática de *incorporação* das estruturas objetivas, de inscrição das leis do grupo no corpo dos seus membros. Como lembra Bourdieu em seu livro acerca das “grandes escolas” e do “espírito de corpo”, seus alunos “são a instituição tornada homem” (BOURDIEU, 1989:10) e a *illusio*, “o investimento no jogo” é a forma pela qual “os dominados contribuem sempre para a sua própria dominação” (Idem:12). Daí a morte social experimentada pelos maus jogadores (Walter): “*O trote a princípio era uma brincadeira (...) mas o bicho que se rebelava*”. Há que saber ser um “bom bicho”. Os inúmeros conflitos em torno do trote funcionam como “dramas sociais” no sentido dado ao termo por Victor

Turner (1974:23ss.). Não por coincidência, Mariana, a única dentre os entrevistados que não passou pela escola militar nem sofreu trote, devido à sua condição especial de contratada como psicóloga, percebe a vida militar como um teatro:

“A gente aprendeu a fazer teatro, que é fazer esses procedimentos militares na hora em que precisa ser feito. Por exemplo: o momento da parada diária é um momento em que tem que fazer valer. Cantar a canção do policial militar, tem que fazer valer toda a hierarquia, a disciplina. Tem que aprender que tem que fazer a hora do teatro.

As instituições militares têm como lar “a hierarquia e a disciplina”. Estes dois princípios, embora abertamente afirmados enquanto tal, são ensinados de forma consciente e inconsciente por meio do trote. Não é à toa que a relação bicho/veterano é comparada a uma relação de parentesco e após o trote é vivenciada como um vínculo do mesmo tipo, que nunca pode ser rompido. E “a família aparece”, esclarece Bourdieu (1994:139), “como a mais natural das categorias sociais”, e por isto está destinada “a fornecer o modelo de todos os corpos sociais”, funcionando “nos *habitus*, como esquema classificatório e princípio do mundo social”.

Bicho/veterano são filho/pai encarnados, o que serve para naturalizar a aceitação da hierarquia e da disciplina como se fosse uma relação natural, inscrita na ordem das coisas. É isso que significa “inocular o vírus da meganha”: é transformar-se em um outro ser, não é simplesmente adquirir uma série de conhecimentos ministrados nas disciplinas regulares da “escola”.

Este conjunto de práticas não previstas oficialmente, mas extremamente arraigadas na cultura da corporação constitui uma das formas primordiais de interiorização de estruturas (de pensamento, valores e comportamento) que caracteriza o *habitus* específico deste grupo, sobretudo a aprendizagem da linguagem da violência, do respeito à autoridade e à hierarquia, bem como da importância das relações pessoais em detrimento das normas universais. Tudo isso remete, é claro, ao papel da Polícia na sociedade brasileira.

#### Notas:

1 - Nome fictício assim como *todos os outros mencionados no texto*. Walter, 41 anos, tenente-coronel, Niterói-RJ, 22 de julho de 2003.

2 - A Escola de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Rio de Janeiro recebeu este nome em 1951, vindo a substituir a antiga Escola Profissional. Em 1998, recebeu o nome atual, Academia de Polícia Militar Dom João VI. Dos oito entrevistados, sete frequentaram a EsFO e somente um a Academia de Polícia Militar Dom João VI. Doravante, afora menção em contrário, quando aparecer no texto “a Escola” estaremos nos referindo à EsFO.

3 - Bernardo, 63 anos, tenente-coronel aposentado, Niterói-RJ, 29 de abril de 2004.

4 - Publicada como *As cores de Acari: uma favela carioca*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2001. Disponível em [http://books.google.com/books?id=rez-bkfglOsC&dq=As+cores+de+acari&hl=pt-BR&source=gbs\\_navlinks\\_s](http://books.google.com/books?id=rez-bkfglOsC&dq=As+cores+de+acari&hl=pt-BR&source=gbs_navlinks_s)

5 - Capítulo 3: Azuis, verdes, vermelhos... , disponível em [http://books.google.com/books?id=rez-bkfglOsC&pg=PA75&dq=As+cores+de+acari&hl=pt-BR&source=gbs\\_toc\\_r&cad=7#v=onepage&q=&f=false](http://books.google.com/books?id=rez-bkfglOsC&pg=PA75&dq=As+cores+de+acari&hl=pt-BR&source=gbs_toc_r&cad=7#v=onepage&q=&f=false)

6 - *Xerife*, em linguagem militar, é aquele que está temporariamente no comando de um grupamento, muitas vezes encarregado de conduzi-lo de um lugar a outro, de uma sala de aula ao refeitório, por

exemplo. O xerife é encarregado de reunir, colocar em forma e conduzir ordenadamente o grupamento até apresentá-lo a um superior hierárquico, já que o xerife é por definição um igual a seus comandados, é um aluno comandando alunos, um cabo comandando cabos assim por diante. O interessante é que mesmo se tratando de uma turma de oficiais superiores (majores e tenentes-coronéis) a estudar em uma instituição civil (a Universidade Federal Fluminense) eles haviam recriado a figura do xerife com outras funções: coordenar a obtenção de fotocópias, servir de elo de comunicação entre os alunos e a direção do curso, organizar festas e reuniões etc. Foi portanto o *xerife* quem teve a incumbência de se dirigir a mim no final da aula.

7 - Apesar disso, é óbvio que eu sempre pedia a eles que fizessem uma avaliação por escrito – anônima e voluntária – do conteúdo do curso, solicitando críticas e sugestões.

8 - Das oito entrevistas, em apenas uma pareceu existir algum “interesse” específico: em um caso fui solicitado a ser orientador da monografia de conclusão do curso. Mas como este é um pedido normal, previsto perfeitamente nas normas de funcionamento do curso, não acredito que tenha sido decisivo para a concessão da entrevista.

9 - Foram feitas mais de 30 horas de gravação.

10 - Luíza, 39 anos, major fem, Niterói-RJ, 4 de julho de 2003.

11 - Dagoberto, 47 anos, tenente-coronel, Niterói-RJ, 3 de julho de 2002.

12 - Nélio, 47 anos, tenente-coronel, Rio de Janeiro, 7 de abril de 2005.

13 - Venâncio, 31 anos, major, Niterói, 11 de julho de 2003.

14 - Para o conceito de “campo de possibilidades”, ver VELHO, 1994: 31 ss.

15 - Academia Militar das Agulhas Negras, instituição que forma os futuros oficiais do Exército Brasileiro.

16 - Instituição que forma os futuros oficiais da Marinha brasileira.

17 - Andrade, 40 anos, major, Niterói-RJ, 27 de março de 2002.

18 - Mariana, 25 anos, tenente do Quadro de Oficiais de Saúde (Q.O.S.), Niterói-RJ, 10 de julho de 2003.

19 - Transporte *pirata* é o transporte não regulamentado.

20 - Departamento de Ordem Política e Social, órgão criado ainda durante a ditadura do Estado Novo (1937-1945), era um órgão da Polícia Federal que durante a Ditadura Militar iniciada em 1964 era encarregado da repressão política e da censura aos meios de comunicação.

21 - Para uma análise dos “autos de resistência” como sendo uma fabricação da Polícia Militar, ver CANO, 1997.

22 - “Mais de mil mortes em 2003”. *O Globo*, 30 de junho de 2004.

23 - Em 1º de agosto de 2004, o sítio eletrônico do jornal *O Globo*, *Globo Online*, fez uma pesquisa com internautas perguntando o seguinte: “Você confia na polícia do Rio?”. Sim, apesar de algumas exceções os policiais, em sua maioria, são honestos, responderam 13,29%. A esmagadora maioria, 86,61%, respondeu que “Não, a corrupção e a brutalidade são generalizadas na polícia do Rio”. A despeito das limitações de uma pesquisa deste tipo e do fato de que “polícia” engloba tanto a Polícia Militar quanto a Civil, qualquer morador do Rio de Janeiro diria a “olho nu” que a percepção que a população da cidade tem da sua polícia é bem expressa por estes números.

24 - Em “Chico Brito”, música de Wilson Batista e Afonso Teixeira, datada de 1950, a prisão de um malandro de morro por um policial é descrita assim: “Lá vem o Chico Brito/ Descendo o morro nas mãos do Peçanha”. Segundo indicação do meu amigo Rômulo da Costa Mattos, o verso “nas mãos do Peçanha” era originalmente “nas mãos do Meganha”.

25 - Para a idéia de um “espírito militar” transmitido na AMAN, ver CASTRO, 1990.

26 - A partir do segundo ano e até o fim da carreira de oficial da Polícia Militar, haverá uma numeração começando no mítico “zero um”, ou seja, no aluno com as melhores notas da escola. Essa numeração corresponde a uma hierarquia, em que são concedidos determinados privilégios aos melhor colocado: moradia no apartamento 01, chamado de “Morada dos Deuses” e onde os calouros não podem pisar.

27 - [http://pt.wikipedia.org/wiki/Academia\\_de\\_Pol%C3%ADcia\\_Militar\\_Dom\\_Jo%C3%A3o\\_VI](http://pt.wikipedia.org/wiki/Academia_de_Pol%C3%ADcia_Militar_Dom_Jo%C3%A3o_VI), acesso em 11 de agosto de 2009.

28 - *Novo Aurélio Século XXI*: o dicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. 3.ed. Verbete “aloprar” à p.104.

29 - Havia outras possibilidades de castigo físico corporal. Venâncio relembra com horror (“Depois fiquei com a consciência pesada três dias”) que chegou a dar um cascudo na cabeça de um dos seus bichos no primeiro dia: “No primeiro dia de veterano, esse Y (nome do bicho) cometeu um deslize e eu dei uma semelhada nele. Que que é uma semelhada? É isso aqui: Toc!” (fecha a mão e faz o gesto de quem bate de cima para baixo na extremidade da cabeça de alguém). O termo “semelhada” é interessante, pois pode estar apontando que o castigo permitido pelo trote visa transformar o bicho em alguém “semelhante” a seu veterano.

**Referências Bibliográficas:**

BOURDIEU, Pierre. *Bourdieu: Sociologia*, São Paulo, Ática, 1983. *La noblesse d'État – grandes écoles et esprit de corps*, Paris, Les Editions de Minuit, 1989.

\_\_\_\_\_, *Raisons pratiques – sur la théorie de l'action*, Paris, Seuil, 1994.

\_\_\_\_\_, *Esboço de uma teoria da prática, precedido de três estudos de etnologia cabila*, Oeiras: Celta, 2002.

CANO, Ignácio. *Letalidade da ação policial no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: ISER, 1997.

DOVER, Kenneth John. *Greek Homosexuality*, London: Basil Blackwell, 1978.

LIMA, Roberto Kant de. *A polícia da cidade do Rio de Janeiro: seus dilemas e paradoxos*, Rio de Janeiro, Forense, 1995.2.ed

MONJARDET, Dominique. *O que faz a polícia: sociologia da força pública*. São Paulo, EDUSP, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza e SOUZA, Edinilsa Ramos de (orgs.). *Missão investigar: entre o ideal e a realidade de ser policial*. Rio de Janeiro, Garamond, 2003.

NUMMER, Fernanda Valli. *Ser polícia, ser militar: o curso de formação na socialização do policial militar*, Niterói, EDUFF, 2005.

SOARES, Luiz Eduardo *et alii*. *Elite da tropa*. Rio de Janeiro, Objetiva, 2006.

TURNER, Victor. *Dramas, Fields and Metaphors: symbolic action in human society*, London and Ithaca, Cornell University Press, 1974.

VAN GENNEP, Arnold. *Os ritos de passagem*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1978.

VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

Recebido em 01/05/2013



# União como acesso à cidade: a UTF entre a história e a memória do movimento associativo de favelas do Rio de Janeiro

## *The Confederation as a form of access to the city: the UTF, between the history and the memory of the favela association movement in Rio de Janeiro*

Rafael Soares Gonçalves

Jurista e doutor em História pela Universidade de Paris 7,  
professor do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio

rafaelsoncalves@yahoo.com.br

Mauro Amoroso

Mestre em História pela UFF e doutor em História pelo CPDOC/FGV,  
professor da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (FEBF/UERJ)  
e da Universidade Cândido Mendes

amoroso.mauro@gmail.com

### RESUMO:

O objetivo do presente artigo é analisar a atuação e as propostas da União dos Trabalhadores Favelados (UTF), um dos primeiros órgãos surgidos com o objetivo de unificar sob sua égide diferentes associações de favelas. A UTF, surgida em 1954 e extinta com o golpe de 1964, possuía um projeto político de garantir acesso a direitos e bens de infraestrutura urbana para os moradores desses espaços. No final dos anos 1970, sua memória foi usada para legitimação de uma nova postura do movimento associativo de favelas, a partir dos projetos de construção de uma plataforma de direitos e serviços da União, fato também debatido neste trabalho.

**Palavras-chave:** União dos Trabalhadores Favelados; Magarinos Torres; associativismo

### ABSTRACT:

*The aim of this article is to analyse the actions and proposals by the União dos Trabalhadores Favelados (Confederation of Favela Workers – UTF), one of the first organisations born with the aim of unifying different favela associations under its umbrella. The UTF, born in 1954 and extinguished with the 1964 coup, had a political project of guaranteeing access to rights, and urban infrastructure and public goods for the inhabitants of these spaces. In the late 1970s, its memory was used to legitimise the favela association movement's new posture, based on projects for the construction of a platform of rights and services of the Confederation, a fact also discussed in this text.*

**Keywords:** União dos Trabalhadores Favelados; Magarinos Torres; associativism

A formação da União dos Trabalhadores Favelados (UTF), em 1954, é uma referência na historiografia das favelas cariocas como movimento pioneiro e mobilizador dos favelados em escala municipal. Contudo, não deve ser ignorado que a mobilização nas favelas em torno da reivindicação pelo direito à cidade se confunde com a própria história desses espaços, sendo possível mapear ações mobilizatórias desde o final do século XIX, assim como a existência de estruturas mais institucionais, as Associações Pró-melhoramentos, já na década de 1920. O processo de democratização pós-Estado Novo e o acirramento dos conflitos fundiários na cidade nos anos 1950, com a expansão do setor imobiliário nessa década, trouxe um novo vigor ao movimento associativista nas favelas, sendo a UTF uma das principais estruturas que emergem no cenário político carioca.

O objetivo central do presente artigo é debater a centralidade adquirida pela UTF a partir de relatos orais de moradores de favelas e lideranças políticas, assim como de fontes documentais de arquivos públicos e privados e da imprensa escrita. Neste contexto, levantaremos brevemente, em primeiro lugar, a presença de movimentos favelados anterior à formação da UTF nos anos 1950; em seguida, analisaremos o contexto histórico de formação da UTF e seus aspectos pioneiros, e, enfim, a retomada do movimento associativo favelado no período de redemocratização, já no final dos anos 1970, que voltou seus olhares para a memória da UTF no processo de reconstrução política do movimento associativo nas favelas cariocas.

## **O Associativismo nas favelas cariocas na primeira metade do século XX**

A mobilização política dos favelados é tão antiga quanto as próprias favelas. Gonçalves (2010) identifica que no final do século XIX, os favelados do morro de Santo Antônio já se articulavam coletivamente para fazer valer seus interesses. Endereçaram cartas à Prefeitura, pleiteando o direito de permanecer no morro onde já estavam instalados. Ora, a mobilização dos favelados sempre esteve profundamente associada com o espaço onde moravam, em uma perspectiva de garantir os benefícios que a localização privilegiada das favelas lhes permitia usufruir, e não se resumia somente ao direito à moradia, que poderia ser assegurado em outras áreas distantes e isoladas da cidade.

Essa mobilização já se revestia de um fino conhecimento dos instrumentos jurídicos que os favelados poderiam evocar na garantia de seus direitos, conforme nos relata, por exemplo, o trecho abaixo do *Jornal do Commercio*, em 1913, alguns anos depois, sobre as tentativas de remoção dos moradores do mesmo morro de Santo Antônio pela Diretoria de Saúde Pública do Distrito Federal:

Ainda há quem encontre recursos no Poder Judiciário para dilatar, protelar e até annullar a ação da autoridade. E assim se explica, como e porque tem sido infructífero, em muitos casos, o esforço da Directoria da Saúde Pública. Não é difícil apresentar casos concretos. Quem há ahi que não lastime e censure, por exemplo, a situação

em que se vê esta cidade, cingida de bellos morros e collinas, aquelles e estes, porém, hediondamente, enxertados de barracões toscos e de casebres de horrível aspecto, fétidos, repelentes, abrigando moradores de ambos os sexos, em inteira promiscuidade, sem água e sem esgotos.

A mobilização dos moradores de favela já se manifestava de maneira mais institucionalizada a partir da década de 1920, com a formação dos primeiros centros pró-melhoramentos de bairros. O Centro Político de Melhoramentos do Morro do Pinto, por exemplo, foi fundado no dia 12 de outubro de 1925 e seus estatutos registrados em 1928. Dentre o rol de finalidades da associação, o seu artigo 4º estabelecia que ele deveria empregar todos os esforços possíveis junto aos poderes públicos para que fossem melhoradas as ruas que dão acesso ao morro do Pinto e adjacências, assim como garantir que tais ruas fossem servidas por *bonds* e luz elétrica (GONÇALVES, 2010)<sup>1</sup>

Estas associações foram reconhecidas pela política empreendida pelo prefeito Pedro Ernesto (1931-1936) no Distrito Federal, que procurou imprimir uma nova relação entre os poderes públicos e os favelados. Pedro Ernesto multiplicou o número de visitas às favelas e aos bairros do subúrbio. Largamente divulgadas pela imprensa, essas visitas contribuíram para consolidar a sua popularidade junto às classes populares. Conforme nos relata o *Jornal do Brasil*, em 1933, atendendo ao convite do Centro Político de Melhoramentos do Morro de São Carlos, a sua comitiva:

Preferiu a parte mais accidentada do morro, precisamente aquella onde nada se fez, até hoje, para melhorar as condições de vida de centenas de famílias que habitam os barracões (...) o interventor percorreu o morro, indo até as grimpas. Alli pode certificar-se de quanto necessita aquele bairro. Dando volta pela caixa d'água, o Dr. Pedro Ernesto desceu por verdadeiros precipícios e essa atitude do governador da cidade causou funda impressão à massa popular que o acompanhava na excursão. ».<sup>2</sup>

Alguns dias mais tarde, o mesmo jornal, ao lembrar as “excursões” do prefeito, observava o aparecimento de sólidas organizações de bairro, visando assegurar os interesses da população local. Essas comissões se concentravam nas áreas populares, tanto nos subúrbios como nas favelas, *locus* privilegiado da ação do prefeito: “Nem aos domingos o interventor carioca descansa, porque para esses dias elle aceita convites de commissões de melhoramentos que se organizam em todos os bairros da cidade e que o homenageiam com festas de character popular.”<sup>3</sup>

Com a destituição de Pedro Ernesto, o reconhecimento dessas associações foi abalado, sobretudo depois da instalação do Estado Novo. A dinâmica associativa retomou fôlego no processo de democratização do pós-guerra. As favelas se tornaram definitivamente um local importante de ação política na cidade, com uma presença importante de militantes comunistas. Para entender a relação entre os comunistas e as favelas, é importante que se olhe sobre a forma dos primeiros conceberem a realidade social brasileira e como essa concepção pautou suas iniciativas.

Ao final do Estado Novo, o partido apregoava a tese da União Nacional. Essa visão seguia pelo caminho no qual a superação do capitalismo poderia ser feita sem grandes rupturas dentro do regime. No caso específico do Brasil, primeiramente deveria ser buscado o seu desenvolvimento capitalista, a fim de que fosse realizada uma revolução antifeudal, anti-imperialista e democrática. Assim, segundo esse tipo de interpretação, operários e burgueses não estariam, nesse momento, em campos necessariamente opostos, devendo-se apoiar os setores da burguesia que os comunistas consideravam progressistas, ligados ao capital nacionalista (PANDOLFI, 1995).

No que diz respeito à aproximação do Partido Comunista com as camadas populares, o período de 1945 a 1947 marca o auge da filiação de intelectuais, fenômeno que já vinha ocorrendo desde a década de 1930. Por trás desse fato, é possível identificar um projeto de educação política das massas pela cultura, no qual o Partido atuaria como um elemento de mobilização e organização do proletariado. Outro exemplo concreto dessa atuação mobilizadora é a criação, em 1945, do jornal *Tribuna Popular*, que seria um veículo para atingir as massas. Este periódico já anunciava e estimulava, em sua edição de 30 de maio de 1945, a expansão do movimento associativo de bairro no Rio de Janeiro:

Em todos os bairros do Distrito Federal, vão se formando para defesa das aspirações e necessidades locais, agrupamentos cujos membros se reúnem independente de opiniões políticas, mas desejosos de resolver eficientemente os problemas mais sentidos.

Durante o seu curto período de legalidade (1945-1947), o Partido Comunista instala células ou subcomitês nos morros da cidade, como foi o caso do subcomitê do morro da Liberdade (atual morro do Turano)<sup>4</sup>, pertencente ao comitê da Tijuca e com uma forte presença de intelectuais desse bairro, sobretudo juristas. Segundo o *Jornal Imprensa Popular*, de 19 de julho de 1946, um dos membros desse comitê informou à redação do jornal que advogados dessa organização estavam agindo constantemente em defesa dos direitos dos que residiam naquele local, concentrando suas lutas contra a expulsão da favela pelo grileiro Turano e pela reivindicação de melhorias das condições de vida junto à Prefeitura.

Entretanto, no governo Dutra (1945-1950), durante o qual vigora o contexto da Guerra Fria e do recrudescimento contra o comunismo, o PCB retorna à ilegalidade em 1947, sendo cassados seus congressistas eleitos em 1945 e 1947. No entanto, a presença dos comunistas se manteve nas favelas cariocas, atuando no seio de Comissões de Ajuda de Bairros ou de Comitês pela Paz e contra a Guerra da Coreia, braços legais do partido, que mantiveram acesa a influência comunista em algumas favelas da cidade. O documento nº1817 (sem data e sem assinatura), do acervo da Divisão Política e Social da Polícia demonstra a preocupação das forças públicas quanto à presença comunista nesses espaços no final dos anos 1940:

Esclarecimentos em forma de relatório quanto a núcleo ou célula comunista existente em terrenos de propriedade do Sr. Emilio Turano no morro do Itapagipe. Nos terrenos que margeiam e circundam a “Casa Branca” também denominada

“Fazenda Turano”, existe uma célula, núcleo ou sub-comitê, denominado “André Rebouças”, com ramificações em vários pontos da grande área de terrenos onde se acha edificada a conhecida “Casa Branca” de propriedade do referido Sr. Emílio Turano, presentemente, com a denominação que lhe deram os comunistas de “Morro da Liberdade”, atentando, assim, sobre o direito de propriedade desse verdadeiro proprietário (...). Atualmente, com a interdição da célula comunista feita pela polícia, ou seus membros se reúnem ora no barracão de Rogério Manoel Domingos, ora num determinado local do morro previamente anunciado pela imprensa e por folhetos distribuídos entre os seus adeptos. Foi criada, recentemente, uma comissão de ajuda ao Morro da Liberdade dirigida por destacados elementos comunistas, que vem funcionando ativamente em determinados locais, inclusive no próprio morro, jamais no local anunciado pela imprensa, o que se traduz no despistamento da polícia especializada.<sup>5</sup>

Apoiando-se em questões que suscitavam forte apoio popular, como as reivindicações pela paz e contra a bomba atômica, tais associações penetravam nos bairros, exercendo um papel crucial na formulação de uma pauta de reivindicações de interesse local. Através da análise do programa de atividades sociais do Movimento Carioca pela Paz, cujo secretário era o advogado Antoine de Magarinos Torres, figura central na criação da UTF, compreende-se que essa estratégia comunista de inserção nas questões locais era deliberadamente concebida. O seu ponto 4º evocava: “4) levantar, sob a bandeira da paz, as reivindicações locais, tais como água, esgoto, calçamento, escolas, transportes, assistência médica, melhoria de condições de trabalho e, principalmente, a luta contra a crescente carestia de vida;”<sup>6</sup>.

## **O contexto histórico da formação da UTF nos anos 1950**

Conforme evocamos brevemente acima, o movimento associativo nas favelas era antigo e vivia uma forte ebulição entre os anos 1940 e 1950. Da mesma forma, apesar da ausência de uma política pública voltada para a remoção em massa das favelas, vários processos de reintegração de posse de áreas faveladas foram ajuizados a partir dos anos 1950, revelando profundas transformações urbanísticas de certos bairros da cidade, que perdiam paulatinamente o seu caráter proletário para adquirir ares mais burgueses e elitistas com forte interesse do mercado imobiliário (ABREU, 1984, 2006).

É o caso, por exemplo, do tradicional bairro da Tijuca, que, no início do século XX, possuía uma região de caráter operário, com fábricas que começaram a surgir ainda no século XIX<sup>7</sup>. Tal fato acabou contribuindo para duas situações: a maior urbanização da área e o crescimento de ofertas de trabalho mais favoráveis à população de baixa renda (CARDOSO, VAZ, ALBERNAZ, AIZEN & PECHMAN, 1984). Porém, o aumento das oportunidades empregatícias, não acompanhado pelo planejamento habitacional, criou uma conjuntura favorável ao aparecimento de formas de moradias caracterizadas pela informalidade. A vocação industrial do bairro já estava em concorrência com grupos de classes médias que

se interessavam pela sua posição estratégica, próximo do Centro e das principais artérias da cidade.

Segundo a versão de um antigo morador, a área onde atualmente está localizada a favela do Borel teria pertencido à família francesa Puri Borel, que a utilizava para a exploração madeireira. Em 1918, esses proprietários teriam desaparecido e trabalhadores de origem portuguesa, empregados dos antigos donos, passaram a atuar como grileiros, erigindo moradias de aluguel para os que trabalhavam nas inúmeras fábricas daquele entorno (GOMES, 1980). Em 1945, a imobiliária Borel Meuron teria começado a realizar uma série de obras de terraplanagem na rua Conde de Bonfim, nas proximidades do morro, o que teria começado a preocupar seus moradores. Tal temor se deveu à possibilidade de especulação imobiliária, com base em loteamentos e edificações, e o consequente o despejo da favela (ARQUITRAÇO, 1996).

Essa possibilidade não se revelaria infundada ao se dar a abertura de um processo de despejo. Nesse contexto, é criada a UTF, em 1954, objetivando, primeiramente, angariar fundos para fazer frente às custas processuais, e buscando, ainda, mobilizar os moradores pela reivindicação por melhores condições de moradia. Procurado para auxiliar juridicamente no processo, Magarinos Torres se tornou figura central para a definição de objetivos e reivindicações, assim como na organização de atos de protestos, passeatas e vigílias. Sua importância para a organização é tamanha que seu retrato estampa a capa de seu estatuto (LIMA, 1989).

A criação da entidade está relacionada ao contexto de influência crescente do Partido Comunista<sup>8</sup>, a partir do pós-guerra, através da participação em movimentos de resistência a despejos em favelas como Mata Machado, além do próprio Borel, ambas localizadas na Tijuca (LIMA, 1989). Através da unificação de questões relativas à habitação e emprego, o órgão visou, igualmente, a criação de uma identidade que associasse o morador de favelas ao universo do trabalho. A instituição foi um importante instrumento para a construção de uma identidade específica para os moradores de favelas, associada à esfera do trabalho, diferenciando-os das imagens de vadio e de malandro. Essa questão foi uma característica interessante da UTF enquanto movimento associativo, pois unificava debates em torno das questões da moradia e do trabalho.

Além da defesa contra a reintegração de posse, a UTF, sob a forte influência de seu fundador, teve um papel destacado e pioneiro na construção de um discurso pautado no acesso a direitos pelos favelados. Magarinos Torres formulou um projeto de lei que reivindicava o direito de posse da terra aos favelados.<sup>9</sup> Nas suas considerações iniciais, esse projeto já previa a condenação à política de remoção das favelas para conjuntos habitacionais distantes, política que se consolidou, no entanto, no Rio de Janeiro, a partir dos anos 1960<sup>10</sup>.

O projeto previa também que o trabalhador favelado teria a capacidade de melhorar paulatinamente o seu barraco se ele tivesse segurança da posse e se lhe fosse facilitado o acesso

ao crédito para a compra de material de construção. Além de prever a regularização do solo e a urbanização da área, o projeto pretendia também regularizar a situação dos comerciantes.<sup>11</sup> Apesar dos receios da influência comunista no funcionamento da UTF, este projeto de lei não defendia medidas socializantes, mas procurava, sobretudo, romper o aspecto precário e provisório das favelas, consolidando-as definitivamente à cidade<sup>12</sup> e assegurando aos seus moradores os mesmos direitos dos demais cidadãos.

Dentro dessa perspectiva, podemos notar a construção de uma memória sobre a UTF que reforça, justamente, o caráter associativista da entidade que não se restringisse às fronteiras de uma única favela. Segundo o depoimento de Manoel Gomes (1980: 24)<sup>13</sup>:

- 1º - manter-se organizado dentro da associação local;
- 2º - estender a União dos Favelados em todo âmbito territorial do Rio de Janeiro;
- 3º - que seja criado um órgão central que controle todas elas, como os elos de uma corrente para acorrentar a sanha dos grileiros nas suas incontidas investidas contra os trabalhadores favelados, como tem sido até então.

Vamos agora decidir o que vamos fazer aqui. Ali está um terreno vago, onde deverá ser construída uma escola para que as crianças daqui aprendam a ler e escrever. Aqui ao lado, depois dessa jaqueira, poderá ser construído um posto médico, para atender em casos não graves as suas famílias, porém, isso só poderá ser feito se vocês quiserem, se acharem justo. Para isso têm que ser todos associados da União, para conseguirem recursos financeiros para essas e outras despesas, caso venham a surgir.

Através dessa passagem, vemos a valorização que a questão associativa assume na memória de Manoel Gomes, uma vez que o foco privilegiado diz respeito à organização interna dos moradores de favelas feita de forma interligada e coordenada por uma entidade central, no caso, o primeiro diretório da UTF, que surge justamente no Borel. Outro fator para o qual se deve atentar são as duas outras medidas sugeridas por Magarinos: a criação de uma escola<sup>14</sup> e de um posto médico, esse com a ressalva de atender a casos “não graves”. Ou seja, criar meios de acesso a serviços pertencentes à “cidade formal” e, com isso, reduzir a distância em direção às benesses que caracterizariam o *direito à cidade* (LEFEBVRE, 2001). Por último, gostaríamos de chamar a atenção para a caracterização dos moradores do Borel não como sujeitos passivos, mas como agentes executores dessas propostas a partir de sua própria vontade, afinal, sua execução só ocorreria “se vocês quiserem, se acharem justo” (GOMES, 1980, p. 24).

A UTF não se resumiu aos interesses locais da favela do Borel ou das outras favelas onde existiam suas secretarias,<sup>15</sup> suas iniciativas estimularam a constituição de uma solidariedade entre as favelas. Além das festas, eventos e manifestações que procuravam agremiar todos os favelados da cidade, a UTF procurou reforçar a ajuda mútua entre as favelas. O caso do desmonte do morro de Santo Antônio, a partir da segunda metade dos anos 1950, é emblemático: Amoroso (2011) analisou a cobertura da mídia sobre o desmonte desse morro e identificou que a favela ali existente “não saiu na foto”, ou seja, o desmonte foi tratado como

uma intervenção pública de melhoria urbanística da cidade sem mencionar que ali viviam milhares de pessoas. No entanto, os impactos sociais e políticos da remoção dessa favela foram notórios. Gomes (1980, p.33) afirma, por exemplo, que um dos critérios para poder obter uma permissão da UTF para construir uma nova moradia no Borel, na segunda metade dos anos 1950, era ser justamente originário do morro de Santo Antônio. Enfim, a sua intenção era se tornar o porta-voz dos favelados, aumentando o poder de mobilização dos favelados, como demonstra as considerações finais do projeto de estatuto da UTF:

Não deixe, favelado, de ingressar na União dos Trabalhadores Favelados, porque você, unido ao meio milhão de favelados existentes no distrito federal, poderá tudo, até eleger inteirinha a “Câmara de vereadores do Distrito Federal” e uma grande maioria dos deputados, indicando o nome dos próprios companheiros favelados para representá-lo naquelas casas do povo. A riqueza dos “grileiros” nada valerá contra a força da nossa união.<sup>16</sup>

Desse modo, vemos que há uma busca constante pelo direito à permanência, seja pelo questionamento ao processo de despejo presente no discurso de Magarinos, seja pela exigência de desapropriação de terrenos de favelas vista no anteprojeto de lei do advogado. Porém, a permanência está aliada ao alcance de serviços que vão de equipamentos públicos (água, iluminação e coleta de lixo) ao acesso à educação e saúde. E tendo em vista a necessidade de privilegiar o movimento associativo, vemos, igualmente, que o direito à permanência precisa, segundo a visão de Magarinos em seu anteprojeto, ser embasado pelo associativismo para se tornar direito à cidade e garantir acesso a bens de infraestrutura, como condições de saneamento e escolas.

Ou seja, apenas a garantia de existência das favelas não é o suficiente, sendo ressaltada a urgência de se estabelecer elos desse grupo social com instrumentos legais que viabilizem um convívio com o poder público que não seja pautado pela ambiguidade – fator que acaba por se transformar em moeda política e reforça a condição hierarquicamente desprivilegiada desses indivíduos (FISCHER, 2008 e GONÇALVES, 2010) –, mas que pavimente caminhos sólidos rumo a condições que permitam a fruição de serviços básicos.

Apesar de os líderes da UTF declararem a sua autonomia política, o apoio dos militantes comunistas era notório, como se manifestava pela cobertura ostensiva dada pelo jornal de tendência comunista *Imprensa Popular* às suas atividades. A UTF suscitou uma forte preocupação das autoridades a ponto do presidente Café Filho afirmar, à época, que era preferível escutar que um batalhão tinha se insurgido que escutar que o povo revoltado desceria das favelas (citado por Coutinho, 1959, p.19).

O relatório SAGMACS (1960, p.31) formulou, no entanto, duras críticas às atividades de Magarinos Torres, afirmando que ele tinha “práticas terroristas” de usar crianças e mulheres na frente das manifestações políticas para evitar a violência policial.<sup>17</sup> Segundo o mesmo relatório, a UTF cobrava mensalidades e comercializava terrenos nas favelas e

estava em conflito aberto contra a Fundação Leão XIII, forçando mesmo o fechamento do posto desta fundação na favela do Borel. O relatório afirmou, ainda, que Magarinos andava armado e mandava atear fogo aos barracos quando os moradores se negavam a comparecer às passeatas ou não pagavam as mensalidades devidas à UTF para o seu funcionamento.

O inquérito policial nº13, de 1962, trouxe uma série de depoimentos extremamente negativos de moradores das favelas Parque União e Rubens Vaz do complexo da Maré quanto à atuação violenta de Magarinos nessa área.<sup>18</sup> Os jornais da época fizeram ampla cobertura desse evento:

Magarinos vendia e alugava barracos que não eram seus, sob a alegação de que, assim, estava defendendo os favelados de um possível despejo. Cobrava aluguéis de 3 mil cruzeiros e 40 mil por uma tendinha. Com sua “gang”, constituída de mais de trinta marginais, despejava aqueles que não queriam pagar o aluguel e ainda mandava espanca-los.<sup>19</sup>

É preciso, no entanto, relativizar essas fontes policiais, já que essas favelas eram objeto de disputa política com a intervenção de diferentes políticos, desde o bispo D. Helder Câmara até o governador da Guanabara, Carlos Lacerda.<sup>20</sup>

A influência da UTF e de Magarinos declinou consideravelmente no início dos anos 1960. Novas lideranças e instituições emergiram, tendo como principal resultado a criação, em 1963, da Federação de Associações de Moradores da Guanabara (FAFEG), que exerceu um importante papel contra as remoções iniciadas por Carlos Lacerda. Com a instalação da ditadura de 1964, a UTF já esvaziada é, inclusive, obrigada a mudar seu nome no próprio local de sua fundação e passa a se chamar Associação de Moradores do Borel, o que denota uma separação do movimento dos trabalhadores e sindical, além de restringir a prática do associativismo apenas à favela do Borel. As lideranças, consideradas subversivas pelos militares, também são afastadas, e ao longo da década de 1960 e boa parte da década de 1970, a associação passa a dedicar-se mais a questões relativas à infraestrutura habitacional e sanitária, abandonando a problemática política e a postura antirremocionista (ARQUITRAÇO, 1996). O próprio advogado passaria por um curto período de exílio, vindo a falecer no Brasil, por problemas de saúde, em 1966.

## **O protagonismo da UTF na memória sobre o movimento associativo das favelas**

A virada dos anos 1970 para os anos 1980 foi um período de ampla reorganização de diversas instâncias de mobilização da sociedade brasileira, quadro no qual se encaixa o movimento associativo de moradores de favelas (BURGOS, 1998, BRUM, 2006, GONÇALVES, 2010). No final dos anos 1970, a Federação de Associações de Moradores de Favelas do Estado do Rio de Janeiro (FAFERJ)<sup>21</sup> vinha sofrendo uma série de críticas, no que diz respeito a ligações de sua diretoria com a corrente política conhecida como

“chaguismo”<sup>22</sup> e a ausência de uma postura mais combativa. Através do uso desse discurso de desqualificação, um novo corpo de lideranças passou a reivindicar um maior espaço de ação na FAFERJ, passando a ter o controle da entidade sobretudo a partir dos anos 1980 (DINIZ, 1982, BRUM, 2006).

Outros elementos podem ser apontados dentro dessa disputa no movimento associativo de favelas, entre eles a concorrência entre diferentes grupos de oposição à ditadura militar brasileira, como o Partido Comunista Brasileiro (PCB), o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) e a Ação Popular (AP)<sup>23</sup> (AMOROSO, 2012). Essa convivência, marcada por uma disputa de tonalidades variáveis, ocorrerá em diferentes favelas e na própria Faferj, sendo um importante fator para o entendimento da reorganização associativa desse setor populacional (*idem*).

Dentro desse contexto, é possível perceber a mobilização de uma memória sobre a UTF, como forma de valorizar a retomada do movimento de moradores de favelas. Em entrevista concedida em 1980, Irineu Guimarães, antigo militante do PCB que depois se filiará ao MR-8, então presidente da Faferj, chega a citar a UTF como um modelo (COSTA, 1980: 24): “O Borel representa toda uma tradição de luta nos trabalhos para a filiação em 1954, apoiado pelo único deputado que tínhamos, Roberto Morena”. Ou seja, notamos uma referência direta ao ano de criação da UTF e ao político pecebista Roberto Morena, um dos principais colaboradores da instituição, cuja escola por ela construída chegou a ter seu nome (AMOROSO, 2012: 117), além da menção à “tradição de luta nos trabalhos para a filiação”.

Outro exemplo da valorização de uma memória sobre a UTF é o lançamento do livro *As lutas do povo do Borel*, em 1980. Escrito por Manoel Gomes, antigo morador dessa favela e militante do PCB, a obra foi editada pela Livraria Muro, ligada ao “Partidão” e com filiais em Ipanema, Catete e Tijuca. A publicação foi prefaciada por uma das principais figuras históricas do Partido, Luiz Carlos Prestes. Em seu prefácio, o “Cavaleiro da Esperança” chega a evidenciar um discurso de valorização do passado da UTF como exemplo e modelo em um período de reconstrução democrática no Brasil (GOMES, 1980: 2-3):

Mas o aspecto mais estimulante desta história do morro do Borel está no ensinamento que nos transmite a respeito da *força que alcançam os explorados quando se unem e se organizam*. A história do surgimento da União dos Trabalhadores Favelados – hoje, União dos Moradores do Morro do Borel – revela a *força que pode alcançar a democracia quando posta em prática pelas próprias massas trabalhadoras*. (...) *Que este livro chegue às mãos do povo é pois o que desejo* (grifos nossos)

Ou seja, na própria apresentação de *As lutas do povo do Borel* já podemos perceber três fatores. O primeiro é que se trata de uma história da UTF, objeto central do relato de Gomes. O segundo é que essa história é vista como um exemplo da “força que alcançam os explorados” quando, mobilizados e organizados, constituem um coletivo de reivindicação. O terceiro diz respeito à vontade e interesse de que essa história chegue “às mãos do povo”, ou seja, alcance um considerável grau de veiculação e se torne conhecida.

Sua circulação, assim, possibilitaria o uso de um fato histórico, a criação e atuação da UTF, e suas interpretações como um exemplo de modelo a ser seguido, por significar “a força que pode alcançar a democracia quando posta em prática pelas próprias massas trabalhadoras”. Assim, notamos uma tendência ao uso do passado como um referencial positivo a ser seguido e considerado como modelo<sup>24</sup>. Outro aspecto a ser sublinhado é o fato de que a memória e a atuação de um grupo dentro da UTF, ligado ao PCB, constituem o ponto de valorização desse discurso sobre o passado. Contudo, essa situação ocorre em um momento de disputa por grupos de esquerda dentro do próprio Borel, favela na qual a União foi criada, fato que serve como ponto de apoio para uma crítica mais aprofundada acerca dessa valorização memorial sobre a entidade.

A entrada do MR-8 na cena política do Borel se dá no já mencionado contexto de aumento de disputa com os comunistas, quando o primeiro oficializa seu apoio à “Frente Popular”, intensificando sua participação junto aos ditos “meios operários”. Nesse período, a disputa ocorre igualmente na Faferj, que viria a ser assumida por Irineu Guimarães, do MR-8, conforme citado anteriormente. Essa disputa é exposta por Armando Sampaio, militante do PCB, da seguinte forma:

Nós só entrávamos em disputa em dois momentos, basicamente. No MDB, onde se disputava uma participação lá dentro, e formas de visões diferentes de encarar as coisas, (...) em geral nós tendíamos mais para uma política democrática, uma política de frente democrática (...). E, é, outro momento também em que a gente se encontraria em atrito era na Federação de Favelas do Rio de Janeiro, a Faferj, onde o MR-8 tinha uma grande participação. Nós tínhamos uma razoável participação, aí tinham várias zonas, a Faferj tinha zonais por áreas, e tinha a Faferj como um todo, que o presidente na época até era o Irineu, que era do MR-8. Mas nós tínhamos participação lá dentro também.

Ainda com relação ao “Oito”, é possível notar uma memória de sua atuação no Borel que evidencia uma disputa com os comunistas. Josias Pereira foi integrante da chapa encabeçada por José Ivan, membro do MR-8 e que seria presidente da Associação de Moradores do Borel inúmeras vezes, que concorreu às eleições na virada dos anos 1970 para 1980. Embora não possuísse filiação ao MR-8, faz a seguinte referência sobre à época diretoria da Associação, composta, em grande parte, por antigos militantes pecebistas que chegaram a participar do auge da UTF (depoimento de Josias Pereira, 24/09/2010): “Nós começamos a trabalhar, era o seguinte, nós trabalhávamos na associação por fora e nós falamos que íamos lançar um candidato novo, para disputar contra a “velharia” que era o Lira, aqueles “coroas” da antiga, do passado, o Bonifácio”. No mesmo depoimento, chegará a ser afirmado (*idem*): “*Você não podia viver agora em torno de Magarinos, ele já tinha passado. Agora você tinha que trazer outra geração para pelear também*” (grifos nossos).

Com isso, temos configurado um quadro de disputa política entre dois grupos distintos por um importante espaço de atuação junto à população de favelas. Esse tipo de embate

envolve a construção de representações negativas que visam desqualificar a ação do oponente (BOURDIEU, 1989), a exemplo do ato de chamar a atenção de “trazer uma nova geração para pelear”, não dependendo só da “velharia”. No caso, os oponentes à chapa à qual pertenciam Josias Pereira e José Ivan fazem parte do grupo retratado por Manoel Gomes em seu livro. Por mais que, conforme anteriormente visto, Josias Pereira chame a atenção para a importância do livro de Manoel Gomes, tal fato não impede a desqualificação desses atores no contexto de disputa pela associação da virada dos anos 1970 para o 1980, tendo em vista que estamos tratando de sujeitos pertencentes a órgãos que concorrem por esse espaço.

Tendo em vista o quadro de disputa política apresentado, fica o questionamento: a despeito de uma memória de valorização da UTF na reorganização do movimento associativo de favelas, é possível tomar essa visão como homogênea? Sobre o conteúdo do livro de Manoel Gomes, o já mencionado José Ivan (depoimento de 24/04/2009) chega a afirmar:

Porque, na verdade, quem estava por trás disso era o Partidão. O Partidão é que fez o livro e tinha histórias de Manoel Gomes, referências de Manoel. (...) Aquele livro foi uma edição muito simbólica e pequena. Foi mais para fazer referência ao PCB. Não foi um livro de grande escala, de grande divulgação, era um negócio meio fechado ao grupo, e era mais ou menos assim, e é claro que eu discordo completamente, porque eram pessoas que se diziam representativas, mas não tinham compromissos com mudanças de que o Borel precisava.

A passagem acima é ilustrativa sobre a necessidade de se relativizar uma memória de valorização da atuação da UTF. José Ivan foi membro do MR-8, grupo concorrente do PCB no que diz respeito à Faferj e favelas, das quais o Borel é um exemplo. Desse modo, é compreensível seu discurso possuidor de certo elemento de denúncia com relação ao livro de Manoel Gomes, cuja UTF pela visão do PCB é o principal traço, no que diz respeito à versão de um único grupo. Porém, há um fato para o qual gostaríamos de chamar a atenção: a fala de Irineu Guimarães citada anteriormente, de quem José Ivan se considerava discípulo, que revela a UTF como um exemplo de mobilização.

O que teria motivado tal citação? Será que no mesmo período José Ivan teria revelado opinião semelhante a Guimarães? Outras indagações podem ser feitas ainda nesse sentido: por que a UTF teria figurado como modelo valorizativo para a reorganização do movimento de favelas? Por que não usar a Fafeg como referência, a partir das lembranças sobre a atuação, em 1969, contra o programa de remoção de favelas dos militares? Tal fato teria relação com o objetivo de se evitar referências a uma entidade que desafiou diretamente o regime ainda vigente no Brasil? Mas, nesse caso, o discurso positivo sobre a UTF significaria um elemento menos problemático, uma vez que se tratava de uma entidade amplamente influenciada pelos comunistas?

## À guisa de conclusão

Conforme visto, a criação da UTF pode ser considerada um marco para o movimento associativo dos moradores de favelas, ao se propor como uma entidade de convergência de órgãos representativos dos interesses desse grupo. Desse modo, pretendeu-se a criação de um polo de conagração de iniciativas anteriormente existentes, não sendo possível desconsiderar a ascendência comunista sobre a iniciativa, bem como a importante participação do advogado Antoine de Magarinos Torres. Em um período em que a batalha pela posse da terra e pelo direito à cidade se desenrolava na esfera jurídica, através de processos de reintegração de posse, a UTF foi um importante ator revelador de um projeto de cidade que considerasse as aspirações de uma parte considerável dos moradores das favelas.

A força da UTF no imaginário do movimento de favelas pode ser vista no uso de sua memória durante a reorganização desse movimento associativo, realizada no apagar das luzes da ditadura militar brasileira. Mesmo com a disputa entre MR-8 e PCB, além de outros grupos já citados, pela influência sobre o movimento associativo de favelas, há a instrumentalização de representações a partir de uma visão específica sobre o passado de uma entidade fortemente associada ao segundo partido. Tal fato pode ser notado na entrevista, anteriormente mencionada, de Irineu Guimarães, membro do MR-8, na qual há a valorização de um discurso sobre a UTF<sup>25</sup>.

Uma possibilidade para o entendimento desse quadro é o fato de a União ter sido pioneira ao reivindicar para si uma instância de articulação do associativismo em favelas, além de construir um projeto para essas áreas, garantindo o acesso à regulação fundiária, serviços de infraestrutura urbana, saúde e educação. Houve um claro desejo de implementação dessa proposta através da tentativa de viabilização de um mandato parlamentar de Magarinos Torres, sendo que o mesmo escreveu um projeto de lei sem sequer possuir mandato. Desse modo, na visão desses atores, não serviria a UTF como um “exemplo do passado” mostrando o caminho a ser pavimentado pelo órgão representativo das associações de favelas em um período de reconstrução democrática?

Contudo, deve-se voltar um olhar mais atento e demorado sobre as condições sob as quais ocorreram o uso dessa memória sobre a UTF, a fim de compreender os diferentes interesses e atores envolvidos na mencionada reorganização, sem que se caia na equivocada interpretação de uma memória homogeneamente compartilhada e aceita, em um quadro totalmente harmônico e isento de conflitos e disputas.

## Notas

1- Para mais informações ver o Fundo: DPS, Pasta sobre o Centro Político de Melhoramentos do Morro do Pinto, do Arquivo do Estado do Rio de Janeiro (APERJ)..

2 - *Jornal do Brasil*, 24 de janeiro de 1933.

3 - *Jornal do Brasil*, 11 de fevereiro de 1933.

4 - A favela do morro do Turano surgiu na década de 1920, a partir de um contrato de exploração de aluguéis de um cortiço na rua Barão de Itapagipe obtido pelo mencionado imigrante italiano. Nos anos 1940, com o fracasso de Emilio Turano ocorrido no morro do Salgueiro, a exploração sobre os moradores da favela do Turano prosseguiu, mais uma vez sendo relatada uma série de casos de abusos e violências. Seus moradores, então, passaram a organizar um movimento de resistência, contando com a participação de militantes comunistas e alguns advogados. O nome do morro alterou-se para “morro da Liberdade”, o pagamento dos aluguéis foi suspenso e um jovem advogado simpatizante comunista, Benedito Calheiros Bomfim, assume a causa. O caso da favela do Turano não resultou na expulsão de seus moradores, o que também não significou a garantia de estabilidade, direito à propriedade e acesso a serviços públicos (FISCHER, 2008, GONÇALVES, 2010).

5 - APERJ, fundo DPS, notação nº 1681.

6 - Transcrição sem data do Plano do Movimento Carioca pela Paz. Ver APERJ, fundo DPS, – Notação nº30.061. Podemos citar também, alguns anos antes, as sugestões do Comitê do Morro de São Carlos à convenção popular do Distrito Federal para a nova Carta Constitucional de 1946. Dentre os 32 itens encaminhados, o último pleiteava: “32. As favelas devem ser transformadas em bairros ou vilas operárias confortáveis (ver jornal *A Voz Popular*, de 17 de maio de 1946).

7 - Podemos destacar a Fábrica das Chitas (1820), onde hoje localiza-se a Praça Saens Peña, e a Cervejaria Brahma Villezer e Cia. (1895) (VIII REGIÃO ADMINISTRATIVA, 1971: 18-28).

8 - Ainda é difícil de estabelecer os laços de Magarinos Torres com o Partido Comunista. Ainda não encontramos provas que demonstrem que ele foi membro do Partido Comunista, apesar dos inúmeros recortes de jornais e de boletins reservados dos fundos de Polícia Política e da DPS (APERJ), que o descreviam como um perigoso comunista. No entanto, tudo leva a crer que existia um forte laço, ao menos como simpatizante ativo, sobretudo nos primeiros anos da década de 1950, já que ele participou de importantes associações e iniciativas que contavam com o apoio do Partido Comunista. Ele foi um dos encarregados, pela Conferência Continental de Juristas, tendo, inclusive viajado boa parte do continente latino-americano, de divulgar o evento. Este evento era organizado pela Associação de Juristas democratas e contava com a simpatia do Partido Comunista.

(ver APERJ. Fundo: DPS. notação nº30.147. Boletim reservado nº226 ). Da mesma forma, como já citamos anteriormente, ele foi o secretário do Movimento Carioca Pela Paz e Contra a Arma Atômica (ver APERJ. Fundo DPS – Notação 30.061).

9 - Este projeto de lei nunca foi apreciado pela Câmara dos Vereadores.

10 - Há uma vasta bibliografia sobre a questão das remoções, assunto que vem sendo estudado desde a virada dos anos 1960 para 1970, tendo como referências principais PERLMAN, 1977, VALLADARES, 1978, e LEEDS & LEEDS, 1978. Como contribuição recente, podemos citar GONÇALVES, 2010 e BRUM, 2011.

11 - Arquivo do Estado do Rio de Janeiro, fundo DPS, nº 1046.

12 - O artigo 18 do projeto de estatuto da UTF afirmou que o primeiro objetivo da União era obter para os seus sócios o direito de morar nos terrenos em que ocupam quer por desapropriação, compra ou aquisição da posse ou usucapião. O artigo 19 reivindicava a urbanização das favelas com a instalação de serviços públicos (Arquivo do Estado do Rio de Janeiro, fundo DPS nº293).

13 - Manoel Gomes foi um antigo morador do morro do Borel e, ao que tudo indica, membro do Partido Comunista. Sua figura será melhor explorada posteriormente.

14 - A escola em questão foi implementada em 1954 e nomeada como Escola Morena, em homenagem a Roberto Morena, político ligado ao PCB e um dos principais parceiros da UTF durante seus primeiros anos. Chegou a haver tentativas de sua desativação e derrubada da simples e pequena edificação onde funcionava. Tal fato não aconteceu devido à mobilização dos moradores do Borel, que chegou a enfrentar a polícia (AMOROSO, 2012: 116). É importante frisar a importância da construção de uma escola em uma favela em um período no qual o número de escolas públicas existentes não era o equivalente aos dias de hoje, sendo que as famílias de classe média e alta, em grande parte, costumavam frequentar esses colégios. Também deve ser mencionado que nessa época, para o aluno ingressar no segundo segmento do atual ensino fundamental, a antiga quinta série, era necessária a realização de uma prova, conhecida como exame de admissão, cuja reprovação impossibilitava a progressão do aluno. Tal fato também dificultava que as crianças de situação social e econômica mais humilde dessem prosseguimento à sua formação escolar.

15 - Segundo Gonçalves (2010, p.113), os centros sociais da UTF estavam presentes nas seguintes favelas: Borel, Jacarezinho, Esqueleto, Santo Anônio, Santa Marta, Formiga, Turano, Alemão, Providência, Mangueira, Salgueiro, Rocinha e Mata Machado.

16 - APERJ, fundo DPS nº293.

17 - “Nada porém, iguala em violência os métodos

do candidato a vereador M.T. [Magarinos Torres] na favela do Borel. Iniciou sua penetração fundando a União dos trabalhadores favelados". (SAGMACS, 1960, p.31).

18 - Ver APERJ. Fundo: PolPol.

19 - O *Globo*, 20 de março de 1962.

20 - O sr. João Alexandrino, principal testemunha do inquérito policial citado anteriormente, relatou da seguinte maneira a ação de Magarinos na favela da Maré: "Em todos os comícios, o Sr. Magarinos Torres fala da vida na Rússia e das maravilhas do comunismo soviético. Diz horrores da SERFHA e da Cruzada São Sebastião. Afirma, até, que D. Helder Câmara está milionário com o dinheiro conseguido em suas campanhas." (O *Globo*, 3 de março de 1962).

21 - No final dos anos 1960, a antiga Federação de Associação de Moradores de Favelas do Estado da Guanabara (FAFEG), foi um importante polo de resistência contra a política de remoções de favelas. Tendo em vista o contexto histórico de repressão crescente, principalmente após a proclamação do Ato Institucional número 5 (AI-5), houve perseguição política às lideranças mais combativas da Federação, que acabou por abrandar, em muito, sua postura (BRUM, 2006). Desse modo, esse quadro irá marcar a atuação da entidade nos anos 1970 após a fusão da Guanabara com o estado do Rio de Janeiro.

22 - Corrente associada a Antônio de Pádua Chagas Freitas, governador do Rio entre 1979 e 1983, caracterizada pela negociação política localista e pelo atendimento de demandas, muitas vezes, isoladas

e específicas como um de seus principais capitais políticos (MOTTA, 2000).

23 - Fundado em 1922, o PCB é o mais antigo desses grupos, possuindo uma tradicional atuação em favelas desde os anos 1950 (FISCHER, 2008, GONÇALVES, 2010). O MR-8 surge a partir de uma dissidência interna do Partido Comunista, passando a adotar tal denominação em 1969, ano em que foi responsável pelo sequestro do embaixador norte-americano Charles Elbrick (CAMURÇA & REIS FLHO, 2007). A AP surge no início da década de 1960. Inicialmente influenciada pela doutrina católica, posteriormente aderiu ao marxismo-leninismo e ao maoísmo (CIAMBARELLA, 2007).

24 - As formas como as sociedades ocidentais têm lidado com os discursos sobre o passado, bem como a relação desse com as noções de presente e futuro, foram tomadas como base a partir da ideia de *regimes de historicidade*. Essa categoria diz respeito às formas de articulação, a partir de diferentes ordenamentos e graus de ênfase, entre passado, presente e futuro, constituindo, portanto, uma forma de entender e saber se colocar na própria experiência temporal (HARTOG, 1996 e 2006).

25 - É interessante observar que na diretoria da FAPERJ havia nomes ligados à "memória pecebista" sobre a UTF, como José Batista Lira, o que poderia ser indicativo de que mesmo com a disputa entre MR-8 e PCB, haveria possibilidade de uma espécie de "convivência tática" entre os dois grupos (AMOROSO, 2012: 169).

## Referências Bibliográficas

VIII REGIÃO ADMINISTRATIVA. *Resumo histórico e informações sobre a Tijuca*. Rio de Janeiro: VIII Região Administrativa/Governo do Estado da Guanabara, 1971.

ABREU, Maurício. *Da habitação ao habitat: uma interpretação geográfica da questão da habitação popular no Rio de Janeiro (1850-1930)*. Rio de Janeiro: FCRB/IBAM/IUPERJ, 1984.

\_\_\_\_\_. "Reconstruindo uma história esquecida: origem e expansão inicial das favelas do Rio". *Espaço & Debates*. São Paulo, v. 14, n. 37, 1994.

\_\_\_\_\_. *A evolução urbana do Rio de Janeiro*. 4ª edição. Rio de Janeiro: IPP, 2006.

AMOROSO, Mauro. *Nunca é tarde para ser feliz? A imagem das favelas pelas lentes do Correio da Manhã*. Curitiba: Ed. CRV, 2011.

\_\_\_\_\_. *Caminhos do lembrar: a construção e os usos políticos da memória no morro do Borel*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: PPHPBC-CPDOC/FGV, 2012.

ARQUITRAÇO. *Diagnóstico da primeira etapa do projeto urbanístico "Favela Bairro" no Morro do Borel*. Rio de Janeiro: Arquitraço, 1996.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

BRUM, Mario. "O povo acredita na gente": rupturas e continuidades no movimento comunitário das favelas cariocas nas décadas de 1980 e 1990. Dissertação de mestrado. Niteroi: PPGH-UFF, 2006.

\_\_\_\_\_. *De favelados a favelados: dos programas de remoção de favelas à favelização do Conjunto Habitacional de Cidade Alta (1969-2006)*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: PPGH-UFF, 2011.

BURGOS, Marcelo. "Dos parques proletários ao favela-bairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro". In: ZALUAR, Alba & ALVITO, Marcos (orgs.). *Um século de favela*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998.

- CAMURÇA, Marcelo Ayres & REIS FILHO, Daniel Aarão. "O Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8). Da luta armada contra a ditadura à luta eleitoral no PMDB". In: FERREIRA, Jorge & REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs.). *Revolução e democracia (1964-...)*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2007. (coleção "As esquerdas no Brasil", v. 3).
- CARDOSO, Elizabeth, VAZ, Lílian F., ALBERNAZ, Maria Paula, AIZEN, Mário & PECHMAN, Roberto Moses. *História dos bairros, memória urbana*: Tijuca. Rio de Janeiro: João Fortes Engenharia/ Index Editora, 1984.
- CIAMBARELLA, Alessandra. "Do cristianismo ao maoísmo: a história da Ação Popular". In: FERREIRA, Jorge & REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs.). *Revolução e democracia (1964-...)*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2007. (coleção "As esquerdas no Brasil", v. 3).
- COSTA, Marcus de Lontra. "Favelas, Rio: a terceira cidade do Brasil". Módulo. Rio de Janeiro: n. 57, fev. 1980.
- COUTINHO, Nadyr, Um ensaio de aplicação das técnicas de organização social de comunidade num projeto piloto de conjunto residencial para ex-favelados. Rio de Janeiro : SESC, 1959.
- DINIZ, Eli. *Voto e Máquina Política*: patronagem e clientelismo no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- FISCHER, Brodwyn. *A poverty of rights: citizenship and inequality in twentieth century Rio de Janeiro*. California: Stanford, 2008.
- GOMES, Manoel. *As lutas do povo do Borel*. Rio de Janeiro: Edições Muro, 1980.
- GONÇALVES, Rafael Soares. *Les favelas de Rio de Janeiro: histoire et droit – XIX et XX siècles*. Paris: L'Harmattan, 2010.
- HARTOG, François. "Tempo e História: "como escrever a História da França hoje?". *História Social*, n. 3. Campinas/São Paulo: IFCH/Unicamp, 1996.
- \_\_\_\_\_. "Tempos do mundo, história, escrita da história". In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (org.). *Estudos sobre a escrita da História*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2006.
- LEEDS, Anthony & LEEDS, Elizabeth. *A sociologia do Brasil urbano*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1978.
- LIMA, Nísia V. Trindade, O movimento de favelados do Rio de Janeiro. Políticas do Estado e lutas sociais (1954-1973). Dissertação de mestrado em Ciências Políticas, IUPERJ/Universidade Cândido Mendes. Rio de Janeiro, 1989.
- \_\_\_\_\_. *Saudades da Guanabara: o campo político da cidade do Rio de Janeiro (1960-1975)*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000.
- \_\_\_\_\_. "Mania de estado: o chaguismo e a estadualização da Guanabara". *História Oral*. São Paulo: v. 3, 2000.
- PANDOLFI, Dulce. *Camaradas e companheiros: memória e história do PCB*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/ Fundação Roberto Marinho, 1995.
- PERLMAN, Janice. *O mito da marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais (SAGMACS), 1960. "Aspectos humanos da Favela Carioca." *O Estado de São Paulo*. 8 et 15 Avril 1960. Sao Paulo. v.II
- VALLADARES, Lícia. *Passa-se uma casa: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1978.

Recebido em 04/02/2013

# A paisagem e o grafite na cidade do Rio de Janeiro

## *Landscape and graffiti in the city of Rio de Janeiro*

Leandro Tartaglia

Mestre em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (UFF)

leandro\_rst@hotmail.com

### RESUMO:

O presente artigo destaca o papel do grafite enquanto elemento presente na paisagem da cidade do Rio de Janeiro e que se destaca como arte urbana capaz de revelar uma análise específica dessa geografia urbana. Identifica o papel do grafiteiro e sua influência na produção dessa paisagem. No texto está presente uma apresentação geral do tema e a metodologia utilizada na construção da dissertação de mestrado que o originou.

**Palavras-chave:** paisagem; grafite, espaço urbano

### ABSTRACT:

*This article highlights the role of graffiti as an element present in the city of Rio de Janeiro, which stands out as a form of urban art able to reveal a specific analysis of the urban geography. It identifies the role of the graffiti artist and his/her influence in producing this landscape. There is a general presentation of the theme and the methodology used in the creation of the Master's dissertation from which the article originated.*

**Keywords:** *landscape; graffiti; urban space*

## Introdução

O Rio de Janeiro como metrópole apresenta uma paisagem muito peculiar em relação aos seus pontos turísticos, no entanto, ao analisar a sua paisagem urbana em meio aos seus equipamentos urbanos e vias de circulação nem sempre inclusos em seus cartões postais, é possível identificar pinturas e escritas que marcam esta paisagem com imagens e cores vibrantes. Este artigo busca examinar um processo de identificação e pesquisa destas grafias urbanas inscritas na paisagem carioca a qual denominamos grafites.

Os grafites não são imagens exclusivas da paisagem do Rio de Janeiro, no entanto vêm ganhando significativo destaque desde a última década, tendo em vista a sua multiplicação e difusão no espaço urbano. O grafite como objeto de pesquisa passou a ser visado a partir da sua relação íntima com o espaço urbano, isto é, pesquisar o grafite é uma maneira de compreender um ponto de vista sobre a cidade e, portanto, desvendar sua geografia urbana.

O presente artigo é oriundo de uma investigação participante iniciada no ano de 2005, da qual resultou uma monografia e uma dissertação no âmbito científico e uma produção artística paralela derivada da imersão feita pelo autor nesse contexto cultural nos anos subsequentes. Por conta disso, o estudo apresenta em certos momentos uma narrativa pessoal relatando experiências e contextos que são necessários para o leitor compreender o processo de construção desta pesquisa desde a escolha do objeto analisado até os procedimentos para obtenção de dados.

O ponto de partida se deu pela admiração por esta arte de rua, estimulado pela visualização constante desses grafites que passaram a ilustrar a paisagem desde então. Ao percorrer a cidade em transportes coletivos ou a pé, ao longo das vias, em meu trajeto diário, os grafites destacavam-se diante dos demais apelos visuais da cidade. Ao iniciar os estudos, o grafite tornou-se relevante ao se discutir a paisagem urbana de uma metrópole como o Rio de Janeiro nos dias de hoje. O método de investigação se deu por meio de um duplo papel assumido, como pesquisador e grafiteiro<sup>1</sup>. Com essa proposta, o objeto passou a ser investigado simultaneamente a partir do olhar de quem reconhecia e outro olhar de quem produzia, tornando mais rica a análise em questão.

Este artigo busca fazer uma análise da produção artística do grafite em sua relação direta com o espaço urbano, mais especificamente com a cidade do Rio de Janeiro. Os dados e informações apresentados são resultado das pesquisas realizadas nos últimos anos sobre a temática em questão, bem como as opiniões e conceitos discutidos derivam da opção pela pesquisa participante.

## Considerações sobre o grafite

Estabelecer uma definição precisa para qualquer expressão artística é um trabalho que tem se mostrado desgastante e nem sempre capaz de atingir seus objetivos, por isso opto

aqui por fazer uma caracterização daqueles que são os elementos balizadores da relação entre o grafite e a cidade.

A palavra grafite origina-se do latim derivada de *graffiti*, cujo significado é “escritas feitas com carvão” em locais públicos. Grafitar muros e paredes, portanto, não é um fenômeno recente, mas que ganha maior notoriedade contemporânea a partir de outro fenômeno semelhante: a pichação.

Pichação e grafite não podem ser entendidos como uma coisa só. Sua diferença se faz tanto pela forma visual como pela prática de seus autores, que fazem questão de se distinguirem entre pichadores e grafiteiros. Na forma, a pichação é feita basicamente por letras que ganham diferentes contornos e que são repetidas diversas vezes na paisagem. Podem ser frases de efeito, mensagens políticas ou simplesmente nomes. Essas assinaturas foram a forma mais comum de pichação que proliferou pelas cidades brasileiras nos últimos 30 anos. Não há uma proposta de embelezamento e ferem intencionalmente a preservação das fachadas de construções públicas e privadas. Se a pichação ganhou contornos políticos nas décadas de 1960 e 1970, houve um claro processo de despolitização dessa manifestação, mantendo-a como uma prática marginalizada em praticamente todos os segmentos da sociedade (TARTAGLIA, 2010).

Apesar de ter a assinatura do autor como parte de uma produção de grafite, a sua diferença está no acabamento artístico, na mistura de cores e, principalmente, na proposta de embelezar a paisagem. Foi a partir da combinação desses elementos que o grafite passou a adquirir recentemente o *status* de movimento artístico, sendo produzido originalmente nas ruas e chegando a ser tema principal de exposições em galerias de arte e centros culturais importantes no Brasil e em países como Estados Unidos, Alemanha, Inglaterra, entre outros.

O grafite surge como uma manifestação oriunda de movimentos populares reivindicatórios nos anos 1970, em algumas cidades dos Estados Unidos. Protagonizados por populações consideradas minorias étnicas, os primeiros grafiteiros eram em sua maioria negros e imigrantes latinos que habitavam justamente os bairros mais populares dessas cidades. Antes mesmo de ser considerada uma manifestação artística o grafite era visto como uma manifestação política que se materializava nos guetos. Em pouco tempo, esses grafismos se espalharam pelo espaço urbano através de pinturas feitas fora dos guetos ou em meios de transporte como trens e metrô (BAUDRILLARD, 1976).

No Brasil, as primeiras manifestações de grafite ocorreram na cidade de São Paulo nos anos 1980. Na década de 1990, a emergência do movimento *Hip Hop*<sup>2</sup> canaliza a prática do grafite e continua fazendo de São Paulo seu polo difusor, além de efetivamente espalhar-se para outras cidades do país, inclusive o Rio de Janeiro (OLIVEIRA, 2006).

Dentro de uma perspectiva geográfica, o grafite tem uma relação intrínseca com o espaço urbano, determinando a territorialidade (HAESBAERT, 2007) de seus autores. A territorialidade dos grafiteiros pode ser entendida como a sua afirmação enquanto sujeitos

atuantes na cena cultural das cidades que habitam, ou mesmo de outras cidades, por meio da produção de imagens vibrantes nessas paisagens (TARTAGLIA, 2010). Há, no entanto, o aspecto jurídico no qual a lei de crimes ambientais (9.605/98) enquadrava o grafite, tanto quanto a pichação como crimes passíveis de penalidade. Isto interfere diretamente na prática do grafiteiro e conseqüentemente na sua maneira de manifestar-se nas cidades, e cria uma tensão entre os responsáveis pela gestão do espaço urbano e esses artistas que buscam a arte de rua como sua forma de expressão.

## Paisagem e experiência urbana

O historiador da arte Giulio C. Argan (2005) compara a circulação de habitantes de uma



Figura 1 – Quadro de Jackson Pollock de 1950. As linhas e manchas em preto assemelham-se, segundo Argan, a sobreposição de caminhos feitos nas cidades (Fonte: *Mestres da Pintura – Pollock*, 1978).

cidade a um quadro de Jackson Pollock, com seus emaranhados de linhas e pontos coloridos, demonstrando como estes deslocamentos, assim como a própria experiência urbana, ocorrem muitas vezes por fatores que vão além da funcionalidade do espaço urbano. Na leitura do autor, a escolha individual de um caminho a ser percorrido na cidade em detrimento de outros, envolve questões mais subjetivas e espontâneas. Assim:

É evidente que, se nove décimos da nossa existência transcorrem na cidade, a cidade é a fonte de nove décimos das imagens sedimentadas em diversos níveis da nossa memória. Essas imagens podem ser visuais ou auditivas e, como todas as imagens, podem ser mnemônicas, perceptivas, eidéticas. Cada um de nós, em seus itinerários urbanos diários, deixa trabalhar a memória e a imaginação: anota as mínimas mudanças, a nova pintura de uma fachada, o novo letreiro de uma loja (...) (ARGAN, 2005: 232).

Vivenciar a cidade é uma experiência que pode ser realizada de diferentes modos. Argan deixa transparecer em seu texto uma noção mais subjetiva

que norteia o deslocamento dos habitantes, inclusive o dele mesmo, dentro de uma cidade. Circular pela cidade, observando-a e percebendo suas transformações corrobora o que Lynch (1997) desenvolve em *A imagem da cidade*. Ambos os autores discutem a cidade, em contextos geográficos distintos<sup>3</sup>, a partir da percepção e da vivência de seus próprios habitantes.

A proposta desta análise apresenta semelhanças com a dos autores citados. Em ambos, a paisagem surge como o elemento que possibilita a percepção dos habitantes em relação ao espaço urbano em que vivem, especialmente por meio da visibilidade. Nesse caso, a paisagem estimula visualmente proporcionando múltiplas experiências para cada indivíduo cotidianamente ao se deslocar pelo espaço urbano. No entanto, o que destacamos é a percepção da paisagem e a experiência urbana apreendida especificamente por grafiteiros na cidade do Rio de Janeiro. Qual é a diferença, então, da experiência urbana dos grafiteiros em relação às demais pessoas que circulam pela cidade?

Podemos dizer com certeza que a principal diferença consiste na percepção da paisagem. Um dos procedimentos mais comuns e certamente mais importantes da prática do grafite é perceber a paisagem. Notar as possibilidades que a paisagem urbana oferece é um exercício ao qual grafiteiros dedicam sua percepção e sensibilidade ao circularem pela cidade<sup>4</sup>. Esta percepção exige uma atenção especial às possibilidades que a paisagem urbana oferece ao grafiteiro, especialmente no que diz respeito à visibilidade e permanência de seu grafite (além de segurança). Em outras palavras, é possível afirmar que os grafiteiros observam, em momentos e situações diversas, a paisagem urbana em busca de pontos que propiciem a visibilidade permanente (ou quase) de suas marcas.

Mas, como foi possível chegar a esta conclusão? Inicialmente circulando pela cidade de forma experimental e, posteriormente, na produção artística de grafites que passei a desenvolver nesse mesmo espaço urbano. Os trajetos percorridos em linhas de ônibus propiciavam uma observação “ingênua” dos grafites na paisagem. Ingênua porque os trajetos ainda não tinham um caráter de investigação científica concebidos na forma de trabalho de campo. Nem mesmo eram vistos com um olhar de quem pretendia efetivamente naquele momento fazer um grafite. Era um olhar perplexo e curioso. Mesmo assim, estes percursos espontâneos, e posteriormente programados, tornaram-se uma forma de análise dentro da pesquisa participante, visando assim proporcionar uma percepção da paisagem semelhante a dos demais grafiteiros da cidade. A paisagem permite a experiência de ver a cidade conforme os grafiteiros o fazem, é esta experiência urbana a qual me refiro.

Ver e, principalmente, perceber a paisagem na perspectiva dos grafiteiros não é estabelecer um inventário minucioso sobre os elementos que a compõem. Para o grafiteiro, este procedimento busca identificar os grafismos já existentes, e os pontos que permitem novas intervenções (vazios de intervenções e com ampla visibilidade). Essa é a leitura que o grafiteiro faz da paisagem urbana, e que passou a nortear o procedimento de análise desta pesquisa participante, especialmente nos momentos em que me vi recorrendo a esse

procedimento durante os trabalhos de campo ou para fazer os meus grafites. Para que o grafiteiro tenha essa leitura da paisagem é preciso um trabalho duplo, observando-a também na perspectiva de um habitante alheio a tudo isso, ou seja, o transeunte em geral (LYNCH, 1997; ARGAN, 2005).

Todavia, buscar outros grafismos na paisagem é identificar formas de representação no espaço urbano. Nesse caso, a paisagem é o principal meio que permite a representação dos grafiteiros através de imagens e símbolos (BERQUE, 2004), o que os tornam conhecidos pelo adjetivo de artistas de rua (urbanos)<sup>5</sup>.

De acordo com Foerst (2004) a representação distingue-se da mera apresentação, e está ligada a uma forma de retratar, refletir ou reproduzir a realidade percebida. Essa foi por algum tempo a principal forma de atribuir notoriedade a esse tipo de manifestação<sup>6</sup> desenvolvida por artistas de rua.

Na representação de sua territorialidade, cada grafiteiro pode criar a sua própria paisagem, inserindo-a na paisagem urbana. De certa forma, esses “portais” estimulam a experiência de ser e estar na cidade, construindo na epiderme urbana uma imagem de mundo (ver figuras 2 e 3). Em resumo, podemos afirmar que a paisagem permite, em seu aspecto visual, a representação da territorialidade dos grafiteiros pela construção material e simbólica de imagens (TARTAGLIA, 2010).

## **O grafite na cidade do Rio de Janeiro**

Seria o grafite uma arte ainda marginalizada? É possível falar em arte subversiva e de vandalismo na forma como o grafite é feito na cidade do Rio de Janeiro nos dias de hoje? Passado pouco mais de uma década de uma efetiva territorialização dos grafiteiros no espaço urbano carioca (TARTAGLIA, 2010), o que se percebe mais claramente é que há uma legitimação quase inquestionável do grafite enquanto movimento artístico e produto cultural.

Caberia aqui, no entanto, perguntar qual seriam as premissas e os objetivos desse movimento? Acredito que sim, mesmo sabendo que a resposta do ponto de vista dos grafiteiros não conduziu a uma perspectiva de transformação profunda da sociedade, e sim a uma direção de reflexão da vida na cidade, o que não exclui uma adequação ao mercado profissional e comercial. Nesta última década, o grafiteiro parece ganhar certa autonomia em relação ao *Hip Hop*, ampliando a construção estética de suas pinturas para além das premissas ideológicas e sociais do *Hip Hop*, difundindo-se enquanto artista por diferentes segmentos sociais. Daí já poderíamos concluir que a subversão ideológica contida neste recente movimento artístico estaria debilitada.

Porém, o que torna esta análise mais complexa, é que não há uma diretriz exclusiva que conduza os grafiteiros a um comportamento padronizado na cidade do Rio de Janeiro. Por se tratar de um grupo bastante heterogêneo e repleto de distinções sociais como padrão de



Figura 2 – Mimetismo e paisagem – Os grafiteiros San e Hgib utilizam a paisagem “árida” da Vila Operária para construir a sua própria paisagem desértica – Duque de Caxias - RJ (Foto: Leandro Tartaglia – 2009)



Figura 3 – O grafiteiro ECO reelabora a partir da sua própria representação a paisagem densamente urbanizada do Rio Comprido (Foto: Leandro Tartaglia – 2009)

renda, etnia e gênero, suas ações acabam sendo muitas vezes desconectadas umas das outras e não produzem um efeito mais amplo de contestação da realidade cotidiana, tal qual se pensava atingir em um passado recente. Estariam, portanto, distanciando-se da organização semelhante a de um movimento social de caráter mais politizado e ideológico tal como era característico dos seus primórdios na década de 1990, quando os grafiteiros estavam ainda muito atrelados ao movimento *Hip Hop*. Por mais que pensemos nas ações que estes artistas façam articulados a projetos sociais em comunidades de baixa renda, ainda assim não se apresentam como sujeitos capazes de romper a lógica comercial e institucional que paira sobre o grafite como movimento artístico. O grafite como produto cultural, assume uma nova atribuição no espaço urbano, a reconfiguração estética da paisagem (TARTAGLIA, 2010) com o intuito de embelezamento desta. Uma nova funcionalidade passa a ser atribuída ao grafite, estendendo-se, portanto, ao papel do grafiteiro. Num primeiro momento, nos primórdios do movimento *Hip Hop* no Brasil, o grafite era categoricamente repudiado em praticamente todos os setores da sociedade (governo, sociedade civil, empresas etc.).

Esse repúdio estava inevitavelmente ligado à prática da pichação, já bastante difundida por aqui nesse período, a qual prima por um inexorável desejo de aventura e irresponsabilidade estética, sendo, inclusive, utilizada como recurso de comunicação contra o poder institucional (como inscrições políticas). No entanto, havia um erro recorrente na interpretação genérica cometida nesse julgamento prévio do grafite, já que a sua proposta era indiscutivelmente o embelezamento e não a degradação da paisagem urbana, além, é claro, de uma politização por meio da mensagem visual. O maior receio na sua difusão estava muito mais na divulgação de mensagens políticas do que na deterioração visual dos espaços públicos e das propriedades. Temor ideológico institucional ainda muito vivo no Brasil pós-ditadura. Mesmo assim, o grafite supera esta adversidade e adentra a primeira década do século XXI como uma arte visualmente diferenciada e polêmica.

Diferenciada por ocupar a paisagem urbana com uma linguagem visual que passa a ser paulatinamente compreendida, mas também por tornar mais espetacular a observação de trechos desta paisagem urbana. Polêmica porque sua inserção visual na cidade se faz mediante a subversão da lei que institui a proibição dessa prática sem a autorização prévia dos pontos grafitados, o que ocorre em mais da metade dos casos (ver Lei nº 9.605/98). Inicialmente desenvolvido em favelas, o grafite passa a ser reconhecido como uma marca estética e, por vezes, identitária desses espaços populares, quando na verdade, grande parte dos grafiteiros não reside ou nem sequer nasceu nessas comunidades. Não há efetivamente uma correspondência direta, ou mesmo um vínculo de motivação ideológica, entre grafiteiros e moradores das favelas na cidade do Rio de Janeiro.

Mais recentemente, no ano de 2010, foi elaborado e confeccionado um grande painel grafitado no bairro da Lapa, que agregou os principais nomes da cena do grafite carioca. Esta produção parece bastante significativa para elucidar a diluição subversiva dos grafiteiros e

suas ações na cidade. Patrocinado e apoiado por empresas privadas (Antártica) e a própria Prefeitura do Rio de Janeiro, o painel tem mais de 10 metros de altura e, mesmo estando posicionado em espaço público, possui iluminação própria, placa em reconhecimento dos artistas e até uma cabine do “famoso” choque de ordem em frente, como medida de segurança<sup>7</sup>. Todos esses elementos em torno do grafite são extremamente contraditórios à sua própria identificação jurídica, taxado, até então, como ação criminal. Ora, o que tudo isso sugere? De acordo com Gohn:

(...) As novas políticas sociais do estado globalizado priorizam processos de inclusão social de setores e camadas tidas como “vulneráveis ou excluídas” de condições socioeconômicas ou direitos culturais (índios, afrodescendentes etc.). Este papel é realizado de forma contraditória. Captura-se o sujeito político e cultural da sociedade civil, antes organizado em movimentos e ações coletivas de protesto, agora parcialmente mobilizados por políticas sociais institucionalizadas. Transformam-se as identidades políticas destes sujeitos – construídas em processos de lutas contra diferenciações e discriminações socioeconômicas – em políticas de identidades, pré-estruturadas segundo modelos articulados pelas políticas públicas (...) Criam-se, portanto, novos sujeitos sociopolíticos em cena, demarcados por laços de pertencimento territorial, étnico, de gênero etc., como partes de uma estrutura social amorfa e apolítica. (GOHN, 2010)

Seria este painel fruto de uma reivindicação e uma conquista coletiva dos grafiteiros em torno da sua livre expressão no espaço urbano ou apenas mais uma ação de *marketing* da Prefeitura da cidade?<sup>8</sup>



Figura 4 – Painel de grafite no bairro da Lapa/RJ. Destaque para a cabine do “Choque de ordem” (em azul) posicionada bem à frente da obra. (Fonte:www.marceloeco.org.br, 2010)

## A reconfiguração estética da paisagem urbana

O que as imagens anteriores mostram é uma multiplicação efetiva de grafites impressos na paisagem da cidade, atingindo proporções nunca vistas antes no Rio de Janeiro. Em hipótese alguma podemos afirmar com isso que é possível fazer grafite em qualquer parte da cidade, mesmo que haja indícios de parcerias institucionais, e que paulatinamente o grafite passe por um processo de descriminalização. A paisagem surge como um elemento geográfico que denota uma rica significação capaz de apontar o que ainda resta de subversivo do grafite na cidade. Mais especificamente, será discutido a seguir como o grafite insere-se na paisagem como um destacado recurso de comunicação mediante a capacidade de visualidade e visibilidade que estas grafias apresentam (SILVA, 2001).

É muito comum observar na cidade do Rio de Janeiro um comportamento, por parte de seus habitantes, que demonstra uma clara falta de compromisso com a higiene e com o cuidado estético do seu próprio espaço público. Este comportamento transcende a dimensão do poder aquisitivo e atinge a população como um todo, generaliza-se a noção de que o que é público não é de ninguém, e que, por isso, não merece o devido cuidado e respeito. Essa própria noção de não pertencimento do cidadão ao seu espaço público que se vive na metrópole carioca está muito ligada a uma valorização, material e simbólica, do que é privado. Assim, o que é privado adquire um *status* de ser melhor, merecendo mais respeito e cuidado. O que é público assume o papel do que é sujo, violento, perigoso e malcuidado dentro do espaço urbano. O reflexo disso está na deterioração da paisagem observada nas ruas e vias de circulação, praças e parques, praias e equipamentos urbanos em geral. Uma das vertentes do vandalismo é justamente a depredação consciente e planejada destes elementos que compõem o espaço público, além do privado, e que pode ser exemplificado na prática da pichação.

Se há uma subversão no ato de grafitar a cidade nos dias de hoje, isto ocorre fundamentalmente quando se inverte a noção de vandalismo a qual esteve, por muito tempo, atribuída ao grafite. Inverter a noção de vandalismo e depredação é, portanto, embelezar e tornar agradável um ponto da paisagem. O que há de subversivo nisso? A mudança de postura daquele que grafita diante do seu espaço público é um ponto essencial. Por mais que haja uma produção de grafites patrocinados em pontos específicos da cidade, como vimos anteriormente, a grande maioria dos grafites são feitos a partir de interesses e recursos dos próprios grafiteiros. Dessa forma, o grafiteiro torna-se um “prestador de serviços” voluntário na cidade. Por mais variável e subjetivo que seja o gosto estético de um transeunte que observe um grafite na paisagem urbana carioca, existe uma espécie de consenso hoje que fará esse pedestre compreender tal trabalho como uma produção artística que se distancia da depredação. Essa nova concepção estética subverte o valor moral depreciativo que está atrelado indevidamente ao espaço público, e, simultaneamente, atesta uma prática mais ativa de participação na vida pública da cidade, mediante o uso construtivo de uma estética da paisagem.

## Considerações finais

Esta “nova” atribuição do grafite, e, por conseguinte do grafiteiro, não está desvinculada de sua proposta original, porém o que ganha nova significação é a sua valorização estética, agora entendida como o belo urbano. Se o grafite tem ou não um papel subversivo em nossa sociedade, parece cada vez mais difícil de afirmar, mas efetivamente há uma legitimação mais ampla dessa prática artística nos mais variados setores da sociedade. O que teria levado a essa mudança de perspectiva quanto ao grafite? Teriam os grafiteiros melhorado esteticamente suas produções ao longo desta década ao ponto de serem devidamente reconhecidos por isso? Teriam esses artistas abandonado suas convicções ideológicas e motivações políticas? Teria o movimento *Hip Hop* diluído sua capacidade de organização em torno de sua causa ativista e reivindicativa, permitindo que a sua produção cultural se voltasse mais para o mercado e o consumo?

Estas e outras questões ainda precisam de mais tempo para ser devidamente respondidas, no entanto, é imprescindível se questionar sobre o uso da paisagem na metrópole carioca em tempos de divulgação midiática mundial relativa aos grandes eventos que a cidade irá abrigar. A paisagem é hoje um elemento altamente valorizado em setores econômicos como o turismo, a especulação imobiliária e o planejamento urbano. Por isso o seu uso deve ser pensado de forma criteriosa em que o cuidado estético e a valorização econômica não sejam seletivos, e sim um elemento democratizado no espaço urbano, e que sirvam para beneficiar aqueles que vivem e circulam cotidianamente na cidade em que vivem.

## Notas

1 - Grafiteiro é o artista que pinta nas ruas e imprime sua marca na paisagem urbana da cidade em que vive.

2 - Foi um movimento de caráter político e cultural originado nos Estados Unidos durante os anos 1970 e 1980 como forma de resistência das populações negras e latinas em guetos urbanos. No Brasil esse movimento ganhou força nas periferias de São Paulo e em favelas de outras grandes metrópoles como Rio de Janeiro durante a década de 1990. O grafite é considerado uma das bases culturais do *Hip Hop*, juntamente com o *Rap* (poesia e música) e o *Break* (dança).

3 - Argan realiza seu estudo a partir de cidades italianas, em especial Roma. Lynch desenvolve sua pesquisa em grandes cidades dos Estados Unidos como Boston e Los Angeles, entre outras.

4 - Circular pela cidade não implica estar necessariamente procurando um local para fazer grafite. Para os grafiteiros isto ocorre mais naturalmente, eles circulam como qualquer pessoa pela cidade. O que se destaca é a sua percepção espontânea do circuito que percorrem, notando as possibilidades que cada paisagem oferece, ou mesmo, notando

também como outros grafiteiros utilizam o recurso da visibilidade na paisagem.

5 - Arte de rua ou arte urbana são termos equivalentes, utilizados para se referir de uma forma genérica a manifestações artísticas diversas realizadas publicamente nas cidades. Em alguns casos essas manifestações são proibidas, sendo realizadas de forma clandestina. Os grafites são considerados arte de rua, que incluem também performances teatrais, musicais e de outros tipos de artes plásticas. Ver: MacNaughton (2006) e Ganz (2008).

6 - Hoje, a mídia e a publicidade utilizam o grafite atribuindo-lhe uma visão positiva e legitimando-o como manifestação artística, que atinge grandes proporções, talvez maiores que a sua inscrição na paisagem urbana pelos próprios grafiteiros nas ruas. Ver: *Jornal O Globo* – Rio Show “Ta na rua” (17/11/2006); *O Globo* – Boa Viagem “Cores da metrópole” (30/04/2009).

7 - Segurança é um termo bastante ambíguo, à medida que o grafite não representa mais o perigo nem o vandalismo, e deve ser, portanto, protegido de possíveis atos de vandalismo e depredação.

Nesse sentido, a cabine do “Choque de ordem” postada à frente do painel grafitado parece sugerir uma proposta de institucionalização deste junto à Prefeitura do Rio de Janeiro.

8 - Não é possível desprezar ações coletivas de intervenção em comunidades e espaços populares, realizados periodicamente durante os últimos quatro

anos em diferentes cidades da região metropolitana do Rio de Janeiro. Estas ações festivas, também chamadas de mutirões, além de ter um caráter reivindicativo, apresentam também importantes formas de articulação e mobilização entre os grafiteiros.

## Referências Bibliográficas

- ARGAN, Giulio Carlo. *Arte Moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- \_\_\_\_\_. *História da arte como história da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- BAUDRILLARD, J. Kool Killer. *A Insurreição pelos Signos*. L'échange symbolique et la mort. Éditions Gallimard, 1976.
- BERQUE, Augustin. Paisagem-marca, Paisagem matriz: Elementos da problemática para uma geografia cultural. In: CORRÊA, R. L., ROSENDAHL, Z. (org.). *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.
- FOERSTE, Gerda Margit Schutz. *Leitura de imagem*. Um desafio à educação contemporânea. Vitória: EDUFES, 2004.
- GANZ, Nicholas. *O mundo do grafite*. Arte urbana dos cinco continentes. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- GOHN, Maria da Glória. *Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
- HAESBAERT, Rogério. *O Mito da Desterritorialização*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- \_\_\_\_\_. Território e Multiterritorialidade: um debate. In: Revista *Geographia*, Rio de Janeiro: Ano IX, nº 17, Junho 2007.
- KNAUSS, Paulo. Grafite Urbano Contemporâneo. In: TORRES, S. (org.) *Raízes e rumos: perspectivas interdisciplinares em estudos americanos*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2001.
- LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- MACNAUGHTON, Alex. *London street art*. Londres: Prestel, 2006.
- Mestres da Pintura. Pollock. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- NOGUÉ, Juan. *La construcción social del paisaje*. Madrid: Biblioteca Nueva, 2007.
- OLIVEIRA, Denilson A. *Territorialidades no mundo globalizado: outras leituras de cidade a partir da cultura Hip Hop na metrópole carioca*. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.
- RODRIGUES, Glauco Bruce e SOUZA, Marcelo Lopes. *Planejamento urbano e ativismos sociais*. São Paulo: UNESP, 2004.
- SAUER, Carl. A morfologia da paisagem. In: CORRÊA, R. L., ROSENDAHL, Z. (org.). *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.
- SILVA, Armando. *Imaginários urbanos*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2001.
- TARTAGLIA, Leandro Riente da Silva. *Geograf(it)ando: a territorialidade dos grafiteiros na cidade do Rio de Janeiro*. (180f.) Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

## Periódicos:

- O *Globo*. “Grafite até entre quatro paredes” Caderno Tijuca nº 1.393 Rio de Janeiro, 24/4/2008.
- O *Globo*. “Cores da metrópole” Boa Viagem Rio de Janeiro, 30/4/2009.
- O *Globo*. “Ta na rua” Rio Show Rio de Janeiro, 17/11/2006.

Recebido em 10/05/2013



**Dossiê**  
**Arquivo em questão**



# O Curso de Arquivologia da UNIRIO: breve histórico, características e sua importância no cenário da Arquivologia brasileira

## *The Archival Science Course at UNIRIO: a brief history, characteristics and its importance in the setting of Brazilian Archival Science*

Anna Carla Almeida Mariz

Doutora em Ciência da Informação, IBICT-UFRJ, mestre em Memória Social e Documento e bacharel em Arquivologia pela UNIRIO. Professora adjunta da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO desde 1991 e Diretora da Escola de Arquivologia da UNIRIO desde 2006.

annacarla@unirio.br

Andressa Furtado da Silva de Aguiar

Mestranda em Ciência da Informação, IBICT-UFRJ, bacharel em Arquivologia pela UNIRIO. Arquivista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN.

andressa.aguiar@iphan.gov.br

### RESUMO:

O curso de Arquivologia da Unirio foi o primeiro curso de nível superior da área no Brasil, advindo do Curso Permanente de Arquivos e outros cursos avulsos do Arquivo Nacional, podendo, por esta peculiaridade, ser considerado um marco da Arquivologia no país. Este trabalho tem como objetivo mapear a trajetória do curso de Arquivologia da Unirio, seus primórdios, sua evolução curricular, o perfil do corpo discente e o corpo docente, assim como os eventos da área organizados e promovidos pela instituição, a fim de verificar as transformações ocorridas não somente dentro do curso na Unirio, mas como estas transformações se alinham com os movimentos da área arquivística no contexto brasileiro.

**Palavras-chave:** curso de Arquivologia; Unirio; história.

### ABSTRACT:

*Unirio's Archival Science course was the first university-level course in its field in Brazil, originating from the Permanent Archives Course and other random courses of the Arquivo Nacional (National Archives). Because of this peculiarity, it can be considered a landmark in Archival Science in Brazil. This article aims to map the trajectory of Unirio's Archival Science course – its beginnings, the evolution of its curriculum, the profile of its student body and its faculty, as well as the events in the field organised and promoted by the institution – so as to verify not only the transformations that have taken place within the course at Unirio, but also how these transformations are aligned with developments in the archival field in Brazil.*

**Keywords:** Archival Science Course; Unirio; history

## Introdução

A atividade arquivística – enquanto prática – existe, pelo menos, desde a Antiguidade. As instituições arquivísticas eram, então, ligadas à administração pública e ao governo. Um marco importante para a constituição da disciplina arquivística teria sido a publicação do *Manual dos Holandeses* e a proposição do princípio de respeito aos fundos, no século XIX.

No plano da academia, é recente a inserção da Arquivologia como campo do conhecimento, não só no Brasil, mas também em outros países. Especificamente no caso brasileiro, o primeiro curso universitário de Arquivologia foi criado na década de 1970, no Arquivo Nacional, onde já funcionava um curso de formação de arquivistas. Contudo, tal curso não possuía caráter de formação universitária. Mais tarde, já com mandato universitário, o curso do Arquivo Nacional foi absorvido pela Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro (Fefierj), atual Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio).

Atualmente existem 16 cursos de Arquivologia no Brasil. Considerando os três primeiros iniciados na década de 1970 (Unirio, Universidade Federal de Santa Maria e Universidade Federal Fluminense), isso significa um aumento de cerca de 450% em três décadas. Esse é um dos elementos que indica uma relevante mudança no cenário arquivístico brasileiro, o que torna importante recuperar a história do curso de Arquivologia da Unirio, enquanto marco de institucionalização do ensino da área no país.

## Histórico do Curso

O curso de Arquivologia da Unirio foi o único dos cursos de Arquivologia do Brasil que não nasceu em uma universidade. Teve sua origem no Curso Permanente de Arquivos (CPA) do Arquivo Nacional, onde já funcionava com regularidade, tendo sido criado com o objetivo de formar pessoal para trabalhar na Instituição. O decreto que determina sua criação data de 1911. Segundo José Honório Rodrigues “A partir de 1959 começam os cursos técnicos, inclusive com a participação de um professor francês, Henri Boullier de Branche” (apud CASTRO, 2008, p. 156).

Em 1973, recebeu o *status* de graduação, com mandato universitário da UFRJ e, em 1977, foram transferidos o corpo docente, o corpo de funcionários, o corpo discente (os alunos que estavam cursando naquele momento), e o acervo arquivístico para a Unirio, que à época tinha o nome de Fefierj, sendo alterado para Unirio em 1979.

Cerca de dois anos após a aprovação do currículo mínimo, que se deu em 1974 pela Resolução nº 28 do Conselho Federal de Educação (CFE), é formada uma comissão com representantes do Arquivo Nacional, do Ministério da Justiça, do MEC e da Federação das Escolas Federais Isoladas da Guanabara (Fefieg) para discutir a transferência do Curso Permanente de Arquivos para o MEC, como unidade filiada à Fefieg (MARQUES, 2007, p. 97).

Em 1977, por meio do Decreto nº 79.329 de 2 de março de 1977, o Curso Permanente de Arquivos foi transferido para a Fefierj, atualmente Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), sendo o primeiro curso superior de Arquivologia a ser reconhecido em âmbito federal. Conforme termo de convênio assinado entre o Arquivo Nacional e a Fefierj, em 21 de julho de 1977, esta última deveria congrega ao centro de Ciências Humanas o Curso Permanente de Arquivo, com a denominação de Curso de Arquivologia, ficando este completamente subordinado à legislação do ensino superior. O Arquivo Nacional, por sua vez, deveria assegurar a permanência do curso de Arquivologia em suas dependências até que a Fefierj dispusesse de instalações adequadas para ministrar o referido curso. Os estágios profissionalizantes poderiam ser realizados no próprio Arquivo Nacional ou em outras instituições. O Arquivo Nacional deveria ainda assessorar o curso de Arquivologia no ensino das matérias técnicas da área e das “ciências auxiliares da História”.

Conforme Wehling, o curso de Arquivologia da Fefierj era a continuidade do curso de Arquivos criado pelo Arquivo Nacional ainda na década de 1920 e, posteriormente transformado no Curso Permanente de Arquivos. A relação entre o Curso do Arquivo Nacional e o curso transferido para a Fefierj é exemplificada por Wehling:

Coube observar que o currículo guardava muita semelhança com a tradição anterior, isto é, era fortemente voltado para a documentação permanente e oficial, de modo a atender as demandas do serviço público e em particular do Arquivo Nacional. Disciplinas como Paleografia e Heráldica (esta devido à documentação colonial e imperial) eram expressões importantes do currículo (WEHLING apud GAK, 2004, p. 93).

O curso de Arquivologia da Fefierj continuou a ter suas aulas ministradas no espaço físico do Arquivo Nacional até 1979. Desta forma, os primeiros formandos que a Unirio registra já datam de 1977, sendo esses os alunos que iniciaram seu curso no Arquivo Nacional e concluíram na Unirio, ainda que por um período o curso tenha continuado a funcionar nas dependências do Arquivo Nacional, até que a Unirio pudesse se preparar para recebê-lo de forma completa.

Assim, em 1977, ano em que começa a funcionar o Curso da Universidade Federal de Santa Maria, a Unirio já registrava 27 formandos, que iniciaram seu curso no Arquivo Nacional e já haviam recebido seus diplomas pela Unirio.

Mais mudanças significativas durante a década de 1980 seriam feitas. Uma delas foi a criação da Jornada Arquivística, que é realizada até os dias de hoje, promovida pela Escola de Arquivologia da Unirio. Outra foi a criação do DEPA (Departamento de Estudos e Processos Arquivísticos), em março de 1986, pela Resolução nº 486, onde estão lotados os professores das disciplinas específicas do curso de Arquivologia e as disciplinas propriamente ditas.

Ainda na década de 1980, a questão da interdisciplinaridade ganhou força dentro da Unirio. A inspiração levou, em 1986, à criação de um grupo de estudos que integrava docentes dos cursos de História, Biblioteconomia, Museologia e Arquivologia para a elaboração de um

programa de Mestrado que envolvesse questões abordadas pela História e pelas disciplinas da área de informação (Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia). Vale ressaltar que a Unirio, durante muito tempo, foi a única universidade do Brasil a agregar esses três cursos e, conseqüentemente, estava bastante envolvida na questão interdisciplinar.

No final de 1987, como nos aponta Lena Pinheiro, as ações interdisciplinares levaram à institucionalização do Mestrado em Administração de Centros Culturais que, a partir do ano de 1995, passou a ser denominado Mestrado em Memória Social e Documento. Esse mestrado não está diretamente vinculado à Escola de Arquivologia, mas recebia parte dos alunos do curso interessados em um programa de mestrado, já que não havia um programa de pós-graduação *stricto sensu* em Arquivologia (PINHEIRO, 1998, p.12).

O curso de Arquivologia da UNIRIO vem atuando no cenário arquivístico do país e assumindo posição pioneira em muitas iniciativas até os dias de hoje, como a criação, em 2005, do Núcleo de Paleografia e Diplomática, primeiro do gênero na América Latina, e a criação, em 2012, da Pós-graduação *stricto sensu* em Gestão de Documentos e Arquivos, também o primeiro mestrado na área de Arquivologia da América Latina e dos países de língua portuguesa. A primeira turma, que teve início em 2012, conta com ex-alunos de Arquivologia egressos de três universidades brasileiras, o que vem a confirmar o que havia sido apontado por JARDIM:

Como tal, a qualificação de gestores de documentos e arquivos no marco de um Mestrado Profissional, oferecido na UNIRIO, responde a uma demanda regional, mas sua implementação poderá suscitar demandas de outros estados, dada a inexistência de pós-graduação *stricto sensu* em Arquivologia no país. Vale lembrar que essa demanda poderá ser ampliada aos países do MERCOSUL e África portuguesa que não contam com programas de pós-graduação *stricto sensu* em Arquivologia. (2012, p.185)

## **Estrutura curricular**

O curso de Arquivologia da Unirio passou por uma série de mudanças curriculares desde sua formação. As próprias mudanças e exigências da sociedade demandaram uma reestruturação da área em si, com novos olhares sobre o objeto, novos pensamentos e estabelecimentos colaborativos interdisciplinares. Essas transformações influenciam diretamente as relações de trabalho e os perfis profissionais demandados pelo mercado, havendo necessidade de constante adequação a essas exigências, na tentativa de suprir uma formação que seja adequada ao que se espera no âmbito das competências assimiladas aos profissionais da área. Desta forma, podemos afirmar que as transformações ocorridas no currículo do curso não têm relação com uma possível fragilidade da área arquivística, mas se relaciona diretamente com o fato de a sociedade não ser estanque, e que, justamente por estar em constante movimento, é necessário que essas transformações socioeconômicas sejam refletidas no âmbito educacional e de formação profissional.

No que tange à necessidade de adequação da grade curricular ao contexto social e científico em que se insere a área arquivística, Jardim destaca o seguinte:

A ampliação da Arquivologia como campo científico num cenário informacional em constantes alterações tem suscitado novos desafios nos processos de gestão da informação arquivística. Como tal, a formação do arquivista tem requisitado processos inovadores em termos político-pedagógicos. A demanda por mais arquivistas com perfis diversos para os setores público e privado, no Brasil, tem favorecido redesenhos na graduação. De maneira geral, os cursos de graduação em Arquivologia têm respondido a esses desafios com a busca por novos parâmetros curriculares, ampliação das possibilidades de aprendizagem discente e qualificação do seu corpo docente. (JARDIM, 2012, p.183)

A compreensão das questões que envolvem a formação das grades curriculares é essencial para o entendimento das mesmas. É necessário ressaltar que os currículos são uma forma de organização e planejamento de atividades, disciplinas e experiências que, transmitidas através de ferramentas de docência em instituições de ensino, culminam em processos de ensino-aprendizagem (LOPES; MACEDO, 2011, p.19).

Segundo Mariz, o processo dos desenvolvimentos curriculares atende a uma necessidade histórica de planejamento e controle em relação ao que se chama de ensino coletivo:

Historicamente, o surgimento dos desenhos curriculares, tal como se concebe hoje, está relacionado à necessidade de controle administrativo-pedagógico da escola e de agrupar “aprendizes” num mesmo local para que ao mesmo tempo um único “instrutor” possa trabalhar com eles. Assim, torna-se indispensável uma tecnologia que propicie o ensino coletivo. Um dos aparatos dessa tecnologia é o currículo, que tem como questões mais importantes a organização temporal, o agrupamento dos alunos e a seleção e organização dos saberes que farão parte do currículo escolar. Ao longo dos anos, a organização mais tradicional dos saberes escolares se fez em disciplinas ou matérias. Na busca de alternativas para essas questões foram se constituindo diferentes formas de organização curricular. (MARIZ, 2012, p.191)

Originalmente, o curso de Arquivos foi constituído por disciplinas específicas da área conforme o disposto no currículo mínimo proposto pelo CFE, em 1974. Havia também o estágio supervisionado em instituições especializadas, que correspondia a 10% do total de horas-aula, privilegiando a formação de profissionais que atuassem no âmbito do serviço público, sem considerar, na época, a relevância de disciplinas voltadas para a pesquisa na área (MARIZ, 2012). A grade curricular do CPA no Arquivo Nacional era dividida em dois ciclos: o primeiro, chamado “Tronco Comum”, e o segundo, denominado “Ciclo Profissional – Parte diversificada”. As disciplinas eram distribuídas em cada um dos ciclos da seguinte forma:

#### **A – Tronco Comum – 1º Ciclo**

Introdução ao Ensino do Direito

Introdução ao Estudo da História

Introdução à Contabilidade

Noções de Estatística

Arquivo I – VI  
Documentação  
Introdução à Administração  
História do Brasil  
Paleografia  
Diplomática  
Notariado  
Inglês  
Introdução à Comunicação  
Administração  
Introdução à Metodologia Científica  
Estudos de Problemas Brasileiros  
História da Historiografia Brasileira  
Heráldica e Genealogia  
Reprografia

**B – Ciclo Profissional – Parte Diversificada**

Notariado  
Noções de Pesquisa Histórica  
Genealogia  
Heráldica  
Paleografia  
Diplomática  
Cronologia  
História Eclesiástica  
Arranjo e Descrição de Documentos  
Técnica de Exposições  
Destinação dos Documentos  
Imunologia dos Documentos  
Patologia dos Documentos  
Reprografia  
Técnica de Divulgação  
Noções da História das Ciências  
Técnicas Especiais de Classificação  
Computação em Arquivologia  
Recursos Audiovisuais  
Noções de Administração de Empresas  
Arquivos de Plantas, Desenhos, Mapas e Material Iconográfico  
Noções de História da Tecnologia  
Arquivos de Computadores  
Audiovisuais  
Introdução à Técnica de Administração – Material  
Noções de Informática

Fonte: Regimento do Curso Permanente de Arquivos, Arquivo Nacional, 1976.

Podemos observar que a grade curricular comum (primeiro ciclo) tende a atender a uma demanda específica advinda do próprio Arquivo Nacional, segundo o apontamento de Wehling (GAK, 1993, p. 93). Observamos nesta disposição disciplinar os laços interdisciplinares da área arquivística com o Direito, a Diplomática, a Administração e a História, ressaltando a importância do olhar para a instância pública dos documentos arquivísticos, com um forte caráter historicista (MARIZ, 2012, p. 206). Já no ciclo correspondente à parte diversificada do curso, verificamos a inserção de disciplinas relacionadas [ainda que sutilmente] a questões tecnológicas, provavelmente já por conta de uma mudança paradigmática que começava a incitar questionamentos sobre o objeto, uma vez que a chamada *Sociedade da Informação* já tomava forma a partir das décadas de 1960 e 1970, começando, então, a interferir de modo mais incisivo sobre as discussões acerca do tratamento documental e a inserção das TICs (Tecnologias de Informação e Comunicação) no novo contexto que se desenhava.

Entre 1974 e 1996, as reformas curriculares foram incipientes, especialmente pelo fato de a grade estar atrelada às determinações do CFE em relação ao currículo mínimo (MARIZ, 2012, p. 203).

Em 1979, o currículo sofreu uma alteração em relação às cargas horárias de algumas disciplinas e à inclusão de uma disciplina (Reprografia II). Em 1984, uma nova alteração

**Quadro 1**  
Currículo em vigor: 2º semestre 1974-2º semestre 1978.

Disciplinas	Carga Horária / Créditos					
	Período Curricular					
	1º	2º	3º	4º	5º	6º
Arquivo I a VI	60-4	60-3	60-3	60-3	60-3	120-5
Estudo de Problemas Bras. I e II	60-4	60-4				
Inglês I e II	60-3	60-3				
Intr. ao Estudo do Direito	60-4					
Intr. ao Estudo da História I e II	60-4	60-4				
Intr. à Metod. Científica I e II	60-3	60-3				
Intr. à Administração		60-3				
Educação Física I e II	30-1	30-1				
Administração			45-2			
História do Brasil I e II			60-4	60-4		
Noções de Estatística			45-2			
Paleografia e Diplomática I e III			60-3	60-3	60-2	
Notariado I e II			45-3	45-2		
Documentação				45-2		
Noções de Contabilidade				60-3		
Hist. da Historiografia Bras. I e II				60-3	60-3	
Intr. à Comunicação					45-2	
Reprografia					45-2	
Estágio Supervisionado I e II					120-4	120-4

Fonte: Escola de Arquivologia, Conforme Resolução nº 28 CFE de 13/05/1974.

curricular é realizada em relação às cargas horárias das disciplinas. A disciplina de Notariado foi reduzida a somente uma. Paleografia e Diplomática foi desmembrada, sendo Diplomática ministrada em um período e Paleografia em dois.

A grade curricular que vigorou do primeiro semestre de 1986 ao segundo semestre de 1990 apresentou poucas mudanças em relação à carga horária, mas passou a ter 38 disciplinas e alguns nomes foram alterados: i) Introdução ao Estudo do Direito para Histórias das Instituições Jurídicas; ii) Arquivo V para Conservação e Preservação de Documentos; iii) Arquivo VI para Métodos e Técnicas da Pesquisa Arquivística. Além disso, a disciplina História da Historiografia Brasileira foi retirada do currículo e foram incluídas três disciplinas: Arquivos Contábeis, Arquivos Especiais e Estágio Supervisionado III (MARIZ, 2012, p. 214).

**Quadro 2**  
Currículo em vigor: 1º semestre 1986-2º semestre 1990, alterado  
conforme Resolução 532 de 08/01/1986

Disciplinas	Carga Horária / Créditos					
	Período Curricular					
	1º	2º	3º	4º	5º	6º
Arquivo I a IV	60-4	90-4	60-3	45-2		
Estudo de Problemas Bras. I e II	30-2	30-2				
Term. e Redação Técnica Estrangeira I e II	60-3	60-3				
História das Inst. Jurídicas	60-3					
Intr. aos Estudos Históricos I e II	60-3	60-3				
Intr. à Metod. Científica I e II	60-3	60-3				
Intr. à Administração		45-2				
Educação Física I e II	30-1	30-1				
Administração			45-2			
História Econômica e Adm. do Brasil I e II			60-3	60-3		
Estatística Aplicada a Proc. Téc. Instrumentais			60-3			
Diplomática			60-3			
Paleografia I e II				45-2	45-2	
Reprografia I e II				45-2	45-2	
Notariado				60-3		
Intr. à Documentação Arquivística				45-2		
Noções de Contabilidade				45-2		
Conserv. e Restauração de Documentos					90-4	
Hist. da Historiografia Brasileira					60-3	
Intr. à Comunicação					45-2	
Arquivos Especiais						45-2
Arquivos Contábeis						45-2
Métodos e Técnicas da Pesquisa Arquivística						180-8
Estágio Supervisionado I a III					120-4	120-4
Heráldica e Genealogia						90-5

Fonte: Escola de Arquivologia, Unirio

No início da década de 1990, o curso de Arquivologia passou por uma reforma curricular aprovada em 1990 pelos Conselhos de Ensino e Pesquisa e Universitário, que entrou em vigor em 1991. A reestruturação do curso, com inclusão de disciplinas e o acréscimo de mais um ano para sua conclusão deram-lhe um novo alcance. Disciplinas com característica de pesquisa foram implementadas, como por exemplo, Monografia I e II, além de Organização Prática de Arquivo I e II. A carga horária do curso que era de 1.160h passou a ter 2.830h, na qual o trabalho intelectual ganhou mais espaço.

Em 1996, a criação da Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional (Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996) permitiu a remodelação da grade curricular do curso de Arquivologia. De acordo com o aconselhamento da LDB, grades curriculares deveriam deixar a rigidez dos currículos mínimos e se adaptarem a perspectiva do profissional cidadão. Esta lei permitiu a abertura das grades curriculares do curso, que se tornou bastante optativo, no qual o aluno pode alinhar as disciplinas de interesse intelectual.

O currículo de 1991 apresentava um caráter de transição entre um currículo eminentemente centrado nos acervos permanentes, como era o primeiro currículo do curso superior de Arquivologia, ainda embasado no CPA, e um enfoque mais contextualizado, característica do aprovado em 2006.

**Quadro 3**  
**Currículo em vigor de 1991 a 2006**

<b>Disciplinas</b>	<b>CH – Créditos</b>	<b>Período</b>
Arquivo I a IV	60-4	1 a 4
Introdução aos Estudos Históricos I e II	60-3	1 e 2
História das Instituições Jurídicas	60-3	1
Terminologia e Redação Técnica Estrangeira I e II	60-3	1 e 2
Realidade Urbana Brasileira (optativa)	30-2	1
Introdução à Metodologia Científica	60-3	1 e 2
Introdução à Administração	60-3	2
Administração	45-2	3
História Econômica e Administrativa do Brasil I e II	60-3	3 e 4
Organização e Adm. De Arquivos (optativa)	60-3	3
Estatística Aplicada a Proc. Téc. Documentais	60-3	3
Noções de Contabilidade	45-2	4
Notariado	60-3	4
Estágio Supervisionado I a III	90-4	6 a 8
Reprografia I e II	60-3	4 e 5
Diplomática	60-3	4
Introdução à Documentação Arquivística	45-2	4
Introdução à Comunicação	45-2	5
Paleografia	60-3	5
Arquivos Empresariais (optativa)	60-3	4
Conservação e Restauração de Documentos	90-4	5
Heráldica e Genealogia	60-3	6

**Quadro 3 (cont.)  
Currículo em vigor de 1991 a 2006**

<b>Disciplinas</b>	<b>CH – Créditos</b>	<b>Período</b>
Arquivos Contábeis	45-2	6
Métodos e Téc. Da Pesquisa Arquivística	180-8	6
Gestão Documental	60-3	6
Arquivos Especiais	60-3	6
Elementos de Análise e Sist. de Computação (optativa)	60-3	-
História da Historiografia Brasileira	60-3	5
Organização Prática de Arquivos	180-120-14	7 e 8
Monografia	120-180-14	7 e 8

Fonte: Escola de Arquivologia, Unirio

A partir de 2007, entrou em vigor a atualização curricular que, além do enfoque técnico preconizado nos currículos anteriores, também priorizava práticas relacionadas à pesquisa e à reflexão da função social tanto do arquivista quanto dos acervos. Para tanto, a Escola de Arquivologia da Unirio elaborou um Projeto Político Pedagógico voltado para a imersão do profissional em formação em articulações com o contexto social – e não apenas técnico – em que se insere a disciplina arquivística.

**Quadro 4  
Currículo em vigor a partir de 2007**

<b>Disciplinas</b>	<b>CH – Créditos</b>	<b>Período</b>
Introdução à Arquivologia	60-04	1
Construção do Pensamento Arquivístico	60-04	
Metodologia Científica	60-04	
Introdução à Sociologia	60-04	
Cultura, História e Documento	60-04	
Expressão Oral e Escrita	60-03	
<i>Gestão da Informação Arquivística</i>	60-04	2
<i>Metodologia da Pesquisa Arquivística</i>	60-04	
<i>Ética Profissional Arquivística</i>	30-02	
<i>Introdução à Ciência da Informação</i>	60-04	
<i>Memória, Cultura e Sociedade</i>	60-04	
<i>Teoria da Classificação</i>	60-04	
<i>Leitura e Produção de Textos</i>	60-03	
<i>Lógica</i>	60-04	3
<i>Antropologia Cultural</i>	60-04	
Classificação de Documentos Arquivísticos	60-03	
Avaliação de Documentos Arquivísticos	60-04	
Administração I	60-04	
Redes e Sistemas de Informação Arquivística	30-02	
Seminário de Arquivística I	30-02	
Tópicos Especiais	30-02	
Informação, Memória e Documento	60-04	
Epistemologia	60-04	

Quadro 4 (cont.)  
Currículo em vigor a partir de 2007

<b>Disciplinas</b>	<b>CH – Créditos</b>	<b>Período</b>
<i>Diplomática</i>	60-03	4
<i>Arranjo e Descrição de Documentos</i>	60-03	
<i>Conservação Preventiva de Documentos</i>	60-04	
<i>Estágio Supervisionado I</i>	120-04	
<i>Tecnologia de Reprodução e Armazenamento de Docum.</i>	60-03	
<i>Filosofia da Cultura</i>	60-04	
<i>Estatística Aplicada a Processos Técnicos Documentais</i>	60-03	
<i>Arquivos Médicos</i>	60-04	
<i>Administração II</i>	60-03	
<i>Paleografia</i>	60-03	5
<i>História do Brasil Contemporâneo</i>	60-04	
<i>Restauração de Documentos</i>	60-03	
<i>Pesquisa em Arquivística</i>	60-03	
<i>Estágio Supervisionado II</i>	120-04	
<i>Informática Aplicada à Arquivística</i>	60-04	
<i>Seminário de Arquivística II</i>	30-02	
<i>Arquivos Contábeis</i>	60-03	
<i>Fundamentos de Inglês Instrumental</i>	60-03	
<i>Teoria e Prática Discursiva na Esfera Acadêmica</i>	60-03	6
<i>Trabalho de Conclusão de Curso I</i>	90-04	
<i>Gestão de Documentos Arquivísticos</i>	60-03	
<i>Gestão Arquivística de Documentos Eletrônicos</i>	60-03	
<i>Estágio Supervisionado III</i>	120-04	
<i>Documentação Audiovisual e Digital</i>	60-03	
<i>Comunicação</i>	60-03	
<i>Educação Especial</i>	30-02	
<i>Trabalho de Conclusão de Curso II</i>	90-04	
<i>Organização Prática de Arquivos</i>	120-04	7
<i>Legislação Arquivística</i>	30-02	
<i>Comunicação Técnica e Científica</i>	60-03	
<i>Educação à Distância</i>	30-02	
<i>Projetos Arquivísticos</i>	30-02	8
<i>Gestão de Instituição Arquivísticas</i>	60-04	
<i>Políticas de Acesso à Informação Arquivística</i>	60-04	

Fonte: Escola de Arquivologia, Unirio

Percebe-se nesta atualização curricular um leque de interações interdisciplinares muito mais amplo do que nas versões anteriores. Fica mais evidente a aproximação com disciplinas relacionadas à Informática, Biblioteconomia, Ciência da Informação, Linguística e Administração, o que representa uma transformação da área arquivística desde o marco da formalização de seu ensino no Brasil.

Em 2012, foi feito um novo ajuste curricular, que alterou o *status* de algumas disciplinas de obrigatórias para optativas e vice-versa. Foram criadas mais três disciplinas do DEPA, ou

seja, específicas da área da Arquivologia, e foram incluídas disciplinas optativas oriundas de outros cursos do CCH, disciplinas criadas posteriormente à Reforma Curricular do curso de Arquivologia (2006) que, portanto, não existiam à época. São principalmente os cursos de Biblioteconomia e Museologia, que reformularam seus currículos em 2010 e criaram disciplinas que podem interessar aos alunos de Arquivologia. Pelo atraso causado por uma greve em 2012, o ajuste curricular foi aprovado no Consepe de 9 de janeiro de 2013.

## Corpo discente

A Unirio registra 1.486 formandos de 1977 a 2012, sendo 989 do sexo feminino e 497 do sexo masculino. Temos atualmente duas entradas por ano de 40 alunos em cada semestre.

No segundo semestre de 2012, registramos 246 alunos com idades entre 18 e 62 anos e média de 27 anos, sendo 59% do sexo feminino e 41% do sexo masculino. Os alunos entre 18 e 29 anos correspondem a 67% sendo que de 18 a 24 anos correspondem a 40%.

Em algumas ocasiões foram empreendidas pesquisas com o objetivo de verificar o perfil do aluno do curso de Arquivologia e de comparar os resultados. São elas: i) em 1996 realizada por Indolfo; ii) em 2000 empreendida por Mariz; iii) em 2004 pelos então discentes do curso Ridolphi e Pena, sob orientação de Indolfo; iv) e em 2010 novamente por Ridolphi.

É irrelevante a diferença de gênero entre os resultados apurados, com maioria do sexo feminino. Em 1996 eram 57,8%; em 2000, 61,7%; em 2004, 58,5%; e em 2010 eram 57,7%. Neste segundo semestre de 2012 são 59% do sexo feminino. Se observarmos o total de formandos de 1977 a 2012, chegamos ao seguinte resultado: 66,5% são do sexo feminino, o que demonstra uma maior evasão do gênero masculino ao longo dos quatro anos do curso.

Quanto ao local de moradia, temos ampla maioria na cidade do Rio de Janeiro, local onde se localiza a Universidade: em 1996 eram 71%; em 2000, 81%; em 2004, 79,3%; e em 2010, 84,5% (RIDOLPHI, 2010, p. 4).

Com relação ao trabalho, vemos que permanece crescente a porcentagem dos alunos que não têm emprego regular: em 1996 eram 50%; em 2000, 55%; em 2004 a porcentagem atingia 58,5%; e em 2010 já são 60,3%.

Sobre esse assunto, podemos comparar os resultados com outra pesquisa desenvolvida por Mariz tendo como tema os estágios realizados por alunos de Arquivologia da Unirio, durante os anos de 2009 e 2010.

Na pesquisa realizada com os estagiários, a proporção de gênero é um pouco diferente, 68% do sexo feminino para 32% do sexo masculino, registrando uma média de remuneração masculina significativamente superior à feminina (MARIZ, 2010, p. 9).

Em relação às idades, as pesquisas sobre perfil do aluno e perfil do estagiário também apontou diferença expressiva. A média das idades dos estagiários é de 25 anos, a classe mais expressiva é a de 21 a 24 anos, com 103 estágios (46%), enquanto a média das idades dos alunos do curso é de 27 anos. Somando as duas classes dos

alunos mais novos, a de 18 a 20 e a de 21 a 24, entre os estagiários temos 56% e entre os alunos do curso temos 48,6%. E a soma das classes a partir de 25 anos, entre os estagiários temos 38% e entre os alunos do curso temos 51,4%. Observa-se que de uma maneira geral os alunos que estão fazendo estágios são os mais novos (Tabela 1). (MARIZ, 2010, p. 9).

Classe de Idades (anos)	Valor Médio da Bolsa (R\$)	Estagiários	Alunos do Curso
18 a 20	R\$ 638,00	23 (10%)	35 (13,2%)
21 a 24	R\$ 749,00	103 (46%)	94 (35,4%)
25 a 29	R\$ 780,00	54 (24%)	66 (24,8%)
30 a 35	R\$ 690,00	20 (9%)	39 (14,6%)
36 em diante	R\$ 783,00	10 (4,5%)	32 (12%)

Fonte: Mariz, 2010, p. 10: Tabela 1 – Valor médio da bolsa, número de estagiários e alunos do curso de Arquivologia, com suas respectivas porcentagens, distribuídos por classes de idade.

Ficou clara a existência de uma diferença das médias de idade entre os alunos do curso e os estagiários. A média das idades dos alunos do curso, de 27 anos, é maior que a média de idade dos estagiários da amostra analisada, de 25 anos. Pode-se supor, observando os índices das faixas etárias, que os alunos que fazem estágios são os mais novos. Vemos também que os de mais idade são mais bem remunerados (MARIZ, 2010, p. 10).

As pesquisas do perfil do aluno apontam uma diminuição dos estágios de 40 horas semanais: 28,3% em 2004 para 7,1% em 2010 e o aumento dos estágios de 30 horas semanais de 34% em 2004 para 62,5% em 2010 (RIDOLPHI, 2010, p. 9). Deve-se observar que em 2008 entrou em vigor a nova Lei de Estágios, a Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008, que determinou a carga horária máxima para estágios de 30 horas semanais.

A pesquisa sobre estágios encontrou como resultado 73% de estágios de 30 horas semanais, confirmando o que foi detectado nas pesquisas de perfil de aluno.

Um fato muito interessante apontado por Ridolphi é o aumento bem expressivo da quantidade dos estagiários que tem como supervisor um arquivista, em 2004 eram cerca de 50% e em 2010 eram praticamente 70%. Esse ponto não constava dos questionários anteriores, em 1996, ano da primeira pesquisa, quando havia somente quatro cursos de Arquivologia no Brasil.

Ainda outro aspecto interessante e que não havia sido abordado anteriormente é o seguinte:

Uma nova questão que esta pesquisa procurou verificar foi se a Arquivologia é a única formação superior iniciada pelos estudantes. Constatou-se que a maioria iniciou ou concluiu outro curso, 55,1% (somando 26,7% que iniciaram e abandonaram outro curso, 17,2% que já concluíram outro curso e 11,2% que ainda estão cursando outro curso). Daqueles que concluíram ou estão cursando outra graduação, a maioria predominante é de História, com 66,7%, sendo citados também os cursos de Administração e Museologia, ambos com 3,0%.” (RIDOLPHI, 2010, p. 10)

Esse aspecto vinha sendo observado de maneira informal pelos professores do curso e pela Direção da Escola, pela quantidade cada vez maior de pedidos de isenção de disciplinas já cursadas anteriormente em outras instituições.

Ridolphi também detectou o interesse de quase 80% dos alunos de se especializarem na área, realizando pós-graduação (2010, p. 12).

Após análise das quatro pesquisas, Ridolphi conclui que houve diminuição da faixa etária, aumento da renda familiar média, considerável elevação no nível educacional dos pais e a maioria dos alunos cursou o ensino médio em escolas particulares (2010, p. 12).

A formação de profissionais cada vez mais capacitados também é evidente, seja em arquivos públicos ou privados, ocupando, gradativamente, cargos de maior relevância nas instituições. Nos sindicatos e organizações profissionais, ex-estudantes da Unirio também são destacados: os principais fundadores da AAERJ (Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro) e o atual presidente estudaram no curso, além da atual presidente da AAB (Associação dos Arquivistas do Brasil) e muitos profissionais fundadores do Sinarquivo. Isso se aplica até no corpo docente da Escola: dos 15 professores, 13 são arquivistas dos quais 12 possuem graduação em Arquivologia no próprio curso.

## **Corpo docente**

O início do curso teve como corpo docente profissionais e eruditos da área de arquivos e do que se considerava importante para a Arquivologia. Eram profissionais principalmente especializados em arquivos históricos. Nos anos 1980, começam a surgir como docentes alguns arquivistas, ex-alunos do próprio curso, ainda no Arquivo Nacional. Até o ano de 1990, dos oito professores do DEPA, 4 eram arquivistas. Entretanto, a participação de professores de outros departamentos também foi de fundamental importância para o desenvolvimento do curso.

A partir da década de 1990, a Arquivologia brasileira começa a ganhar novo formato, com o surgimento de novos cursos e a reformulação dos que já existiam, com o objetivo de formar um novo profissional, mais completo, com a formação menos voltada para a prática e não apenas orientado para a vertente histórica. Os professores do curso buscaram uma maior qualificação e novas diretrizes interdisciplinares para o curso em áreas como Memória Social, Ciência da Informação, Educação, entre outros.

Os docentes atuais iniciaram suas carreiras acadêmicas após os anos 1980, e a maioria está na Escola a partir do final dos anos 1990. Atualmente, o DEPA tem 14 professores efetivos e um temporário, dos quais sete são doutores, seis doutorandos, um livre docente e um mestre. Dos 15 professores, 13 são arquivistas.

## As Jornadas Arquivísticas da Unirio

Durante toda a existência do curso, sempre foi tradição a promoção de eventos, seminários, palestras, entre outros, pela Escola, corpo docente e discente. Um dos exemplos é a Jornada Arquivística, o evento com o maior número de edições da área no país.

Outro exemplo de evento de relevância é o Enearq, Encontro Nacional dos Estudantes de Arquivologia. A primeira edição foi em 1997, organizada por alunos da Unirio, com apoio da direção e dos docentes. Desde então, vem sendo realizado com periodicidade, e a sede e a organização vão se alternando a cada ano. Voltou a acontecer na Unirio em 2003, em sua oitava edição, e já está na décima sétima no ano de 2013.

A Jornada Arquivística foi criada com o objetivo de contribuir para novos debates, inserindo os alunos da graduação nesses debates e em seu futuro campo de atuação profissional, sempre trazendo como convidados profissionais de diversas instituições e de reconhecida atuação para expor suas ideias, trabalhos e pesquisas. Em muitas edições a programação também incluiu a apresentação de trabalhos de alunos do curso.

A Jornada constitui-se em um grande momento no âmbito acadêmico para a Escola de Arquivologia, uma vez que proporciona aos professores e alunos de todos os períodos um momento ímpar para interação e trocas de conhecimento.

A primeira Jornada Arquivística da Unirio aconteceu entre os dias 20 e 23 de outubro de 1986 e incluiu uma visita a cidade de Vassouras. A principal preocupação naquele momento relacionou-se com discussões como o perfil do curso de Arquivologia, o currículo do curso, e a questão de publicações direcionadas para a área.

Nesse momento, tentou-se trazer para o âmbito das discussões vários aspectos pertinentes ao interesse do profissional em formação, assim como se debateu a necessidade de reavaliar essa formação, cujo curso apresentava um forte caráter histórico. Profissionais representantes de várias instituições enriqueceram as palestras, além de apresentarem projetos em execução em diversas entidades. Um projeto apresentado foi o que trabalhou a documentação cartorária do século XIX da cidade de Vassouras. Para tornar possível o seu desenvolvimento, fez-se necessária a formação de uma equipe interdisciplinar.

A primeira Jornada na verdade tornou-se o ponto inicial para um processo de aperfeiçoamento das relações acadêmicas, processo que se mantém até hoje. Analisar a trajetória das Jornadas Arquivísticas permite-nos perceber sua importância não só para aqueles que apresentaram trabalhos nos encontros, mas também levaram adiante as questões ali exaustivamente debatidas.

Em relação às temáticas abordadas nas Jornadas, pode-se dizer que permearam questionamentos que se mantiveram atuais desde a primeira edição do evento (1986) até o presente. Um dos temas de maior recorrência nos eventos foi sobre ensino e pesquisa na área, especialmente sobre formação acadêmica e a evolução curricular, assim como

questões marginais ao assunto, como o perfil dos graduandos e os rumos e as novas configurações do mercado de trabalho para o arquivista. Também foram abordados temas sobre interdisciplinaridade e a configuração da Arquivologia enquanto área do conhecimento. As temáticas notadamente alinharam-se com debates de relevância em cada momento. O tema sobre acesso à informação, por exemplo, foi debatido em 2004 e voltou à tona recentemente, em 2010 e 2012, nesta última edição (XXIII) tendo sido promovido em conjunto com o Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos. Em algumas das edições foram realizadas viagens de estudos pelo estado do Rio de Janeiro, com o objetivo de promover a aproximação dos alunos com arquivos em funcionamento, projetos arquivísticos em andamento, atividades desempenhadas na prática e a importância social dos acervos. Pode-se afirmar que o permanente processo das Jornadas nos permite interagir não apenas com os alunos da Unirio, mas também com ex-alunos, profissionais e alunos de outras universidades.

### **Considerações finais**

Ao longo dessa pesquisa, percebemos que o curso de Arquivologia da Unirio passou por uma longa trajetória que teve sua origem no curso técnico de arquivos oferecido, oficialmente, pelo Arquivo Nacional. O curso técnico tinha como objetivos a capacitação profissional e a qualificação de mão de obra dos profissionais que já atuavam na área (amanuenses).

A análise das fontes levantadas na pesquisa nos apresenta o curso superior de Arquivologia da Unirio com uma trajetória complexa e bem divergente dos outros cursos de Arquivologia existentes no país, que surgiram em universidades.

O estudo da evolução dos currículos do curso de Arquivologia deixa claro as transformações pelas quais passou a Escola e a relação de cada grade curricular com o contexto da época nos mais variados campos: a situação do país, do sistema educacional vigente e da Arquivologia nacional e internacional. A evolução curricular reflete, inclusive, o estreitamento dos diálogos interdisciplinares com áreas que apresentam em suas bases teóricas elementos que contribuem para a construção do pensamento teórico e metodológico da disciplina arquivística. Essa transformação se evidencia na mudança de um currículo que privilegiou por anos o caráter técnico e historicista da disciplina para um currículo mais flexível e voltado para a reflexão social e epistemológica da área. São identificadas aproximações com a Ciência da Informação, com a Informática, com a Linguística, entre outras. A mudança dos contextos sociais e laborais do período também influenciaram as transformações curriculares, uma vez que o mercado passou a exigir profissionais com perfis e competências cada vez mais diversificados para atender a todas as possibilidades de atuação que a área passou a proporcionar.

Devido ao crescimento da área e à demanda de profissionais no mercado, verifica-se a necessidade do conhecimento da Arquivologia em todo o país. Assim, o trabalho proposto

mostra sua relevância, pois muitas questões que permeiam o ensino da Arquivologia na Unirio apontam para a importância da Escola enquanto marco da institucionalização do ensino arquivístico na história da área no Brasil.

### Referências Bibliográficas

- ARQUIVO NACIONAL. Mensário do Arquivo Nacional, ano IV, v. 10, Rio de Janeiro, out. 1973.
- BOTTINO, Mariza. Panorama dos cursos de Arquivologia no Brasil. Graduação e pós-graduação. Arquivo e Administração, Rio de Janeiro, v.15-23, p. 12-18, jan./dez. 1994.
- BRASIL. Decreto nº 9.197, de 9 de dezembro de 1911. Aprova o regulamento do Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, 1911.
- BRASIL. Lei nº 6.655, de 5 de junho de 1979. Transforma a Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro – FEFIERJ – em Universidade do Rio de Janeiro – UNIRIO. Brasília, 1979.
- CASTRO, Astréa de Moraes e. *Arquivologia sua trajetória no Brasil*. Brasília: Stilo, 2008.
- FONSECA, Maria Odila Kahl. *Arquivologia e Ciência da Informação*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- GAK, Luiz Cleber. Rumos da Educação Arquivística no Brasil. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2005.
- GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 1994. 207 p.
- JARDIM, José Maria. Desafios e perspectivas da pós-graduação stricto sensu em Arquivologia no Brasil: a proposta de Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivo da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). In: MARIZ, C.A, JARDIM, J.M., SILVA, S.A. (orgs.) *Novas dimensões da pesquisa e do ensino da Arquivologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Mobile/ AERJ, 2012. p. 181-197.
- \_\_\_\_\_. A produção de conhecimento arquivístico: perspectivas internacionais e o caso brasileiro (1990-1995). *Ciência da Informação*, Brasília, DF, v. 27, n. 3, p. 243-252, set./dez. 1998.
- \_\_\_\_\_. A universidade e o ensino de arquivologia no Brasil. In: JARDIM, J.M., FONSECA, O. (orgs.). *A formação do arquivista no Brasil*. Niterói, RJ: EdUFF, 1999. p. 31-51.
- JARDIM, José Maria, FONSECA, Maria Odila Kahl (orgs.). *A formação do arquivista no Brasil*. Niterói, RJ: EdUFF, 1999, 202 p.
- LOPES, Alice Casimiro, MACEDO, Elizabeth. *Teorias de currículo*. São Paulo: Cortez Editora, 2011. 279 p.
- MAIA, Augusto Moreno. A construção do Curso de Arquivologia da UNIRIO: dos primeiros passos à maturidade universitária? Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, UNIRIO. Rio de Janeiro, 2006.
- \_\_\_\_\_. O processo histórico de construção do curso de Arquivologia no Brasil. 2005. Disponível em: < [www.histedbr.fae.unicamp.br/acer\\_histedbr/.../GT5.../501.PDF](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/.../GT5.../501.PDF)>. Acesso em: 20 de abril de 2010.
- MARIZ, Anna Carla Almeida. O campo profissional do estudante de Arquivologia: análise dos estágios realizados pelos alunos da UNIRIO. Anais do IV Congresso Nacional de Arquivologia, 19 a 22 de outubro de 2010. Vitória, ES: AARQES, 2010.
- \_\_\_\_\_. Reformas curriculares do curso de arquivologia da UNIRIO: reflexões e propostas. In: VENÂNCIO, Renato; NASCIMENTO, Adalson (orgs.). *Universidades e arquivos: Gestão, ensino e pesquisa*. Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação da UFMG, 2012.
- MARQUES, Angelica Alves da Cunha. Os espaços e os diálogos da formação e configuração da arquivística como disciplina no Brasil. Dissertação de Mestrado. Brasília, 2007. 298 f.
- \_\_\_\_\_. Cursos de Arquivologia no Brasil: adaptações curriculares. In: VENÂNCIO, Renato; NASCIMENTO, Adalson (orgs.). *Universidades e arquivos: Gestão, ensino e pesquisa*. Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação da UFMG, 2012.
- \_\_\_\_\_ e RODRIGUES, Georgete Medleg. Os cursos de Arquivologia no Brasil: conquista de espaço acadêmico-institucional e delineamento de um campo científico. Anais do XV Congresso Brasileiro de Arquivologia. Goiânia: AAB, 2008. Disponível em: < [www.aag.org.br/anaisxvcb2/conteudo/resumos/.../angelica.pdf](http://www.aag.org.br/anaisxvcb2/conteudo/resumos/.../angelica.pdf)>. Acesso em 25 de março de 2010.

- MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, Arquivo Nacional, Curso Permanente de Arquivos. Rio de Janeiro, 1976.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. 4.ed. Petrópolis: Vozes, 1998.
- MONTEIRO, Norma de Góes. Reflexões sobre o ensino arquivístico no Brasil. Acervo, Rio de Janeiro, v. 3, p. 79-90, n. 2, jul./dez. 1988.
- PAIVA, José Maria Bezerra de. Discurso proferido por José Maria Bezerra de Paiva. Anais do Congresso Brasileiro de Arquivologia. Brasília: AAB, 1976.
- PINHEIRO, Lena Vânia Ribeiro. Em busca de um caminho interdisciplinar: Proposta de núcleo teórico e prático de disciplinas comuns aos cursos de Biblioteconomia, Museologia e Arquivologia. Rio de Janeiro: UNIRIO, 1995.
- RIDOLPHI, Wagner Ramos. O perfil dos estudantes de Arquivologia da UNIRIO em 2010. Anais do IV Congresso Nacional de Arquivologia, 19 a 22 de outubro de 2010. Vitória, ES: AARQUES, 2010.
- SILVA, Mônica Ribeiro da. Currículo e Competências: a formação administrada. São Paulo: Cortez Editora, 2008. 165 p.
- SIQUEIRA, Ângela C. de, NEVES, Lúcia Maria W. (orgs.), LIMA, Kátia Regina de S, CÊA, Georgina Sobreira dos S, MELO, Adriana Almeida S. de. Educação Superior: uma reforma em processo. São Paulo: Xamã, 2006. 180 p.
- UNIRIO. Projeto Político Pedagógico da Escola de Arquivologia. 2006.
- \_\_\_\_. Curso de bacharelado em Arquivologia. Disponível em <<http://www.unirio.br/cch/curriculo/arq.html>>. Acessado em 13 de outubro de 2012.

Recebido em 29/04/2013

# Relação de ruas vinculadas às suas respectivas Freguesias Urbanas registradas na Décima Urbana de 1808

*A record of streets linked to their respective Boroughs  
registered in the 1808 Décima Urbana.*

Georgia Tavares  
Mestre em História Social pela UFRJ  
Subgerente de Documentação Escrita (AGCRI)  
Georj2004@gmail

## RESUMO:

Trata-se de uma relação de ruas da cidade do Rio de Janeiro, registradas nos livros de Décima Urbana, imposto criado por ocasião da transferência da família real portuguesa para o Brasil, cujas denominações foram atualizadas. Este acervo é custodiado pelo Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro e aberto à consulta pública.

**Palavras-chave** – Décima Urbana; logradouros; D.João VI

## ABSTRACT:

*This is a record of the streets of the city of Rio de Janeiro registered in the books of the Décima Urbana – a tax created on the occasion of the transfer of the Portuguese royal family to Brazil –, whose names were updated. This collection is under the care of the Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (General Archives of the City of Rio de Janeiro) and is open to public consultation.*

**Keywords** – *Décima Urbana; street names; D. João VI*

**E**m 7 de março de 1808, D. João VI e a Corte portuguesa chegaram ao Rio de Janeiro, escapando às tropas napoleônicas que haviam invadido Portugal. A transposição do governo da Metrópole para a Colônia exigiria a criação de uma série de instituições políticas, financeiras, comerciais e culturais, além de medidas saneadoras e embelezadoras do espaço urbano carioca. Todo um aparato burocrático foi erguido com vistas a fixar o governo português nas terras d' além-mar, mas era também urgente providenciar meios para sustentar a sua montagem e seu funcionamento. Um dos principais impostos criados para aumentar a arrecadação do erário foi a Décima Urbana, antecedente do atual Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU). Esse imposto já era exigido em Portugal nas ocasiões em que eclodiam guerras ou quando o governo se encontrava em dificuldades financeiras, perfazendo 10% de todos os rendimentos da população, derivando daí o nome Décima.

O Alvará de 27 de junho de 1808 cria, então, no Rio de Janeiro, a Décima Urbana, assim chamada porque incidia apenas sobre os imóveis localizados no perímetro urbano, que foi portanto demarcado para estabelecer os limites da cobrança. Segundo Nireu Cavalcanti, na área citada

(...) foram incluídas, integralmente, as freguesias da Sé, Candelária e Santa Rita e, parcialmente a de São José, no trecho que se estendia pelo bairro da Glória e do Catete, indo até a ponte sobre o rio Carioca, na atual praça José de Alencar, penetrando, ainda, pelo então caminho das Laranjeiras, em direção às Paineiras. Também incluiu pequeno trecho do território da Freguesia do Engenho Velho, antes considerada totalmente rural, correspondendo ao caminho de Mataporcos (atual bairro do Estácio), que terminava às margens do rio Comprido (CAVALCANTI, 2004)<sup>1</sup>.

A Décima Urbana constitui um acervo, custodiado pelo Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, composto de 1.536 livros, de cerca de 200 páginas cada, que cobrem o período que se estende de 1808, quando de sua criação, até 1938, quando é instituído o IPTU, permitindo resgatar a evolução da construção civil na cidade do Rio de Janeiro nesse espaço de tempo. Esse acervo encontra-se restaurado e digitalizado para consulta, e dele extraímos as referências às ruas sobre cujos imóveis o imposto recaía. Para mais fácil entendimento, procuramos atualizar seus nomes e localização<sup>2</sup>. Como se poderá observar, alguns logradouros são repetidos, pois atravessam mais de uma freguesia.

Esta pesquisa foi realizada para fornecer subsídios à análise do comércio de carnes verdes no Rio de Janeiro, dissertação apresentada para a obtenção do grau de mestre pela Universidade Federal do Rio de Janeiro<sup>3</sup>. Esperamos que a reconstituição dos logradouros existentes à época da criação do imposto e sua atualização sejam de algum auxílio para os pesquisadores e estudiosos em suas investigações sobre a urbe carioca.

## Freguesia de São José

- Açougue, beco do (ou do Açougue Grande) – atual rua Vieira Fazenda. Começa na avenida Alfred Agache e termina na rua de Dom Manuel.
- Aflitos, beco dos – último registro encontrado é de 1879. Começava na rua da Alfândega e terminava na rua General Câmara.
- Ajuda, rua da – mesma nomenclatura atualmente. Em 1828 começava na rua São José e terminava no largo do Passeio. Em 1879 começava na rua São José e terminava no mar. Hoje começa na avenida Nilo Peçanha e termina na avenida Rio Branco.
- Arcos, rua dos – mantém a mesma nomenclatura. Começa na rua Evaristo da Veiga e termina na rua do Lavradio.
- Barbonos, rua dos – atual rua Evaristo da Veiga. Começa na praça Floriano, na ladeira de Santa Teresa.
- Batalha, largo da – hoje inexistente. Incorporado à praça Marechal Âncora.
- Boa Morte, beco da – hoje inexistente. Em 1871 passou a se chamar travessa de Dom Manuel, desaparecida com a construção da Esplanada do Castelo.
- Boqueirão da Lapa – não identificado.
- Cadeia, rua da – atual rua da Assembleia. Começa na rua da Misericórdia, termina no largo da Carioca.
- Calabouço, rua do – em 1867 passou a se chamar travessa Santa Luzia. Começa na rua da Misericórdia e rua Santa Luzia e termina na avenida General Justo.
- Cano, rua do – atual rua Sete de Setembro, nomenclatura alterada em 1856. Começa na praça XV de Novembro, termina na praça Tiradentes.
- Carmo, beco do – mesma nomenclatura. Começa na rua do Carmo, termina na rua da Quitanda.
- Catete, bairro do – sem registro encontrado para os séculos XVIII e XIX.
- Catete, caminho do – não identificado.
- Detrás do Carmo, rua – atual rua do Carmo. Começa na rua São José, termina na rua do Ouvidor.
- Detrás da Lapa, rua – atual rua da Lapa. Começa no largo da Lapa e termina na rua da Glória.
- Colégio, ladeira do – hoje inexistente por conta do desmonte do Morro do Castelo.
- Cotovelo, rua do – hoje inexistente.
- Detrás do Recolhimento, rua – deixou de existir para dar espaço à construção do Hospital da Misericórdia.
- Direita, rua – atual rua Primeiro de Março. Começa na praça XV de Novembro, termina na ladeira de São Bento.
- Dom Manoel, praia de – hoje inexistente na geografia carioca. Remanescente a rua de Dom Manoel, que começa na praça XV de Novembro e termina na avenida Erasmo Braga.

- Ferreiro, beco dos – mantém a mesma nomenclatura. Começa na rua de Dom Manoel e termina na rua Vieira Fazenda.
- Fidalga, beco da – hoje inexistente. Desaparecido com a urbanização do Castelo.
- Glória, bairro da – em 1828 começava na rua da Lapa do Desterro e terminava na ladeira que dá acesso à Igreja da Glória.
- Glória, ladeira da – mantém a mesma nomenclatura. Começa na rua do Russel e termina na praça Nossa Senhora da Glória.
- Glória, largo da – mantém a mesma nomenclatura. Hoje localizado entre as ruas da Glória, Catete e Russel.
- Guarda do Quartel, beco da – não identificado.
- Guarda Velha, rua da – em 1890 passou a se chamar rua Treze de Maio. Começa na praça Floriano e termina no largo da Carioca.
- Guindaste, beco do – hoje inexistente. Desaparecido com a urbanização do Castelo.
- Laranjeiras – sem registro encontrado para os séculos XVIII e XIX.
- Mangueiras, rua das – em 1871 passou a se chamar rua Visconde de Maranguape. Começa no largo da Lapa e termina na rua Evaristo da Veiga.
- Manoel de Carvalho, beco do – não identificado.
- Marrecas, rua das – mesma nomenclatura. Em 1889 chamava-se rua Barão de Ladário. Em 1917 voltou a se chamar rua das Marrecas. Começa na rua do Passeio e termina na rua Evaristo da Veiga.
- Matacavalos, rua de – atual rua do Riachuelo. Começa no largo dos Pracinhas e termina na rua Frei Caneca.
- Música d´Moura, beco da – hoje inexistente. Desapareceu com a urbanização da Esplanada do Castelo.
- Ourives, rua dos – em 1936 passou a se chamar rua Miguel Couto. Em 1879 começava na rua São José e terminava na Prainha. Hoje começa na rua do Ouvidor esquina com avenida Rio Branco e termina na rua Acre.
- Paço, travessa do – mantém a mesma nomenclatura. Começa na rua São José e termina na avenida Erasmo Braga.
- Passeio, rua do – Em 1888 chamava-se rua Joaquim Nabuco. Em 1917 voltou a se chamar rua do Passeio. Começa na praça Mahatma Gandhi e termina no largo da Lapa.
- Propósito, beco do – atualmente faz parte da avenida Almirante Barroso, após seu prolongamento. Chamou-se também beco do Cotovelo. Em 1879 começava na rua da Ajuda e terminava na rua da Guarda Velha.
- Quitanda, rua da – mantém a mesma nomenclatura. Em 1888 chamava-se rua João Alfredo, voltou a chamar-se rua da Quitanda em 1890. Começa na rua São José, termina na rua São Bento.

- Santa Luzia, rua – mantém a mesma nomenclatura. Começa no largo da Misericórdia e termina na rua do Passeio.
- Santo Antônio, rua de – em 1921 passou a se chamar rua Bitencourt da Silva. Em 1828 começava na rua da Ajuda e terminava no largo da Carioca. Hoje começa na avenida Rio Branco e termina na avenida Treze de Maio.
- Santa Thereza, rua de – último registro encontrado foi do final do século XIX. Começava na praia da Lapa e terminava na rua Evaristo da Veiga.
- São José, rua – mantém a mesma nomenclatura. Começa na avenida Alfred Agache e termina na avenida Rio Branco.
- Tambores, beco dos – não identificado.
- Torre, beco da – em 1870 passou a se chamar travessa da Natividade. Começa na rua de Dom Manuel e termina na rua da Misericórdia.

### **Freguesia do Rosário – Sé**

- Alfândega, rua da – mantém a mesma nomenclatura. Começa na rua Primeiro de Março e termina na praça da República.
- Aljube, rua do – último registro encontrado é de 1828. Começava no fim da rua dos Ourives e terminava da rua do Valongo.
- Areal, rua do – em 1921 tem sua nomenclatura alterada para rua Moncorvo Filho. Começa no largo do Caco e termina na rua Frei Caneca.
- Cano, rua do – atual rua Sete de Setembro. Sua nomenclatura foi alterada em 1856. Começa na praça XV de Novembro, termina na praça Tiradentes.
- Capim, largo do – atual praça General Osório, nomenclatura dada em 1869.
- Carioca, praça – sem registro encontrado para os séculos XVIII e XIX.
- Catumbi – sem registro encontrado para os séculos XVIII e XIX.
- Ciganos, rua dos – em 1865 sua nomenclatura foi alterada para rua da Constituição. Começa na praça Tiradentes e termina na praça da República.
- Conceição, rua da – mantém a mesma nomenclatura. Começa na rua Luís de Camões e termina na rua Senador Pompeu.
- Conde, rua do – em 1871 tem a nomenclatura alterada para rua Visconde do Rio Branco. Começa na praça Tiradentes e termina na praça da República.
- Detrás do Hospício, rua – atual rua Buenos Aires, alterada em 1915. Começa na rua Primeiro de Março e termina na praça da República.
- Espírito Santo, rua do – atual rua Pedro I. Começa na praça Tiradentes e termina 18,80m depois da rua do Senado.
- Fisco, beco do – último registro encontrado data de 1879. Começava na rua do Rosário e terminava na rua Detrás do Hospício.

- Flores, rua das – em 1879 recebeu a denominação de rua de Santana. Começa na rua General Pedra e termina na rua Frei Caneca.
- Fogo, rua do – atual rua dos Andradas. Começa no largo de São Francisco de Paula e termina 24 m depois da rua Júlia Lopes de Almeida.
- Formosa, rua – em 1873 sua nomenclatura foi alterada para rua General Caldwell. Começa na rua General Pedra e termina na rua do Senado e avenida Mem de Sá.
- Inválidos, rua dos – mantém a mesma nomenclatura. Começa na praça da República e termina na rua Riachuelo.
- João Baptista, beco de – último registro encontrado é de 1879. Começava no largo de Santa Rita e terminava na rua Teófilo Otoni.
- Ladeira, rua da – não identificado.
- Largo de São Francisco de Paula, rua do – não identificada.
- Latoeiros, rua dos – em 1865 sua nomenclatura foi alterada para rua Gonçalves Dias. Começa no largo da Carioca e termina na rua do Rosário.
- Lavradio, rua do – mantém a mesma nomenclatura. Começa na rua Visconde do Rio Branco e termina na rua do Riachuelo.
- Ourives, rua dos – em 1936 passou a se chamar rua Miguel Couto. Em 1879 começava na rua São José e terminava na Prainha. Atualmente começa na rua do Ouvidor esquina com avenida Rio Branco e termina na rua Acre.
- Ouvidor, rua do – mantém a mesma nomenclatura. Começa na avenida Alfred Agache e termina no largo de São Francisco de Paula.
- Pedreira, largo da – não identificado.
- Pedreira, travessa da – não identificada.
- Piolho, rua do – atual rua da Carioca, sua nomenclatura foi alterada em 1848. Começa no largo da Carioca e termina na praça Tiradentes.
- Rezende, rua do – mantém a mesma nomenclatura. Começa na rua do Lavradio e termina na rua do Riachuelo.
- Rocio, largo do – em 1822 houve alteração de nomenclatura para praça da Constituição, e, em 1890, nova alteração para praça Tiradentes. Situada entre as ruas Sete de Setembro, da Constituição, Visconde do Rio Branco e da Carioca.
- Rosário, rua do – mantém a mesma nomenclatura. Começa na Alfred Agache e termina na rua Uruguaiana.
- Sabão, rua do – hoje inexistente. Desaparecida com a abertura da avenida Presidente Vargas.
- Santana, arraial de – não identificado.
- Santana, arraial de (frente de cima) – não identificado.
- Santana, arraial de (frente de baixo) – não identificado.

- São Diogo, rua de – atual rua General Pedra. Começa na praça Duque de Caxias e termina na rua Pedro Rodrigues.
- São Domingos, largo de – Hoje inexistente. Desaparecido com a abertura da avenida Presidente Vargas.
- São Domingos, travessa – mantém a mesma nomenclatura. Começa na rua da Alfândega e termina na avenida Presidente Vargas.
- São Francisco de Paula, travessa de – em 1900 há um prolongamento do logradouro até a rua da Carioca. Em 1921 chamava-se rua Cannig. Em 1924 foi alterada para rua Ramalho Ortigão, nomenclatura que permanece até hoje. Começa na rua da Carioca e termina no largo de São Francisco de Paula.
- São Joaquim, rua de – atual avenida Marechal Floriano. Começa na rua Miguel Couto e termina na praça da República.
- São Joaquim, travessa de – não identificada.
- São Jorge, rua de – atual rua Gonçalves Ledo. Começa na praça Tiradentes e termina na rua da Alfândega.
- São José, rua – mantém a mesma nomenclatura. Começa na avenida Alfred Agache e termina na avenida Rio Branco.
- São Pedro, rua de – hoje inexistente. Desaparecida com a abertura da avenida Presidente Vargas.
- São Salvador, rua – mantém a mesma nomenclatura. Começa na rua Marquês de Abrantes e termina na rua Ipiranga.
- Senado, rua do – mantém a mesma nomenclatura. Começa na rua Primeiro de Março e termina na rua Riachuelo.
- Senhor dos Passos, rua – mantém a mesma nomenclatura. Começa na rua Uruguaiana e termina na praça da República.
- Sentinela, lagoa da – sem registro encontrado para os séculos XVIII e XIX. Localizava-se na Cidade Nova. Foi aterrada.
- Valla, rua da – atual rua Uruguaiana. Começa no largo da Carioca e termina na avenida Marechal Floriano.
- Valongo, rua do – atual rua Camerino. Começa na rua Sacadura Cabral e termina na avenida Marechal Floriano.
- Viollas, rua das – atual rua Teófilo Otoni. Começa na rua Visconde de Itaboraá e termina na rua da Conceição.

### **Freguesia do Engenho Velho**

- Mataporcos, rua de – em 1865 sua denominação foi alterada para rua Estácio de Sá. Começa na rua Frei Caneca e termina no largo do Estácio de Sá.

- Mataporcos, travessa de – sem registro encontrado para os séculos XVIII e XIX. Rua desde Mataporcos até a divisão do Rio Comprido – sem registro encontrado para os séculos XVIII e XIX.
- Travessa desde a igreja de Mataporcos até a divisão do Rio Comprido – Sem registro encontrado para os séculos XVIII e XIX.

## **Freguesia da Candelária**

- Alfândega, beco da – não identificado.
- Alfândega, rua da – mantém a mesma nomenclatura. Começa na rua Primeiro de Março e termina na praça da República.
- Arco do Telles, rua do – atual travessa do Comércio. Nomenção dada em setembro de 1863. Começa na praça XV de Novembro e termina na rua do Ouvidor.
- Barbeiros, beco dos – mantém a mesma nomenclatura. Começa na rua Primeiro de Março e termina na rua do Carmo.
- Braz de Pina, Cais – Antiga praia de Braz de Pina, depois praia dos Mineiros.
- Cancelas, beco das – mantém a mesma nomenclatura. Começa na rua do Ouvidor e termina na rua Buenos Aires.
- Candelária, rua da – em 1877 começava na rua do Hospício e terminava na rua de Bragança. Atualmente começa na rua Buenos Aires e termina na rua Conselheiro Saraiva.
- Cano, rua do – atual rua Sete de Setembro, sua nomenclatura foi alterada em 1856. Começa na praça XV de Novembro e termina na praça Tiradentes.
- Detrás do Carmo, rua – atual rua do Carmo. Começa na rua São José e termina na rua do Ouvidor.
- Detrás do Hospício – atual rua Buenos Aires, alterada em 1915. Começa na rua Primeiro de Março e termina na praça da República.
- Direita, rua – atual rua Primeiro de Março. Começa na Praça XV de Novembro e termina na ladeira de São Bento.
- Lapa, beco da – em 1879 começava na rua do Ouvidor e terminava na rua do Rosário. Não encontramos registros atuais.
- Nova do Ouvidor, rua – em setembro de 1892 chamava-se rua Sachet ou travessa Sachet. Em 1917 recebeu a denominação de travessa do Ouvidor. Começa na rua Sete de Setembro e termina na rua do Ouvidor.
- Ourives, rua dos (vindo de Santa Rita) – em 1936 passou a se chamar rua Miguel Couto. Em 1879 começava na rua São José e terminava na Prainha. Hoje começa na rua do Ouvidor esquina com avenida Rio Branco e termina na rua Acre.
- Ouvidor, rua do – mantém a mesma nomenclatura. Começa na avenida Alfred Agache e termina no largo de São Francisco de Paula.

- Paço, largo do – atual praça XV de Novembro, nome dado em fevereiro de 1890 em substituição à antiga denominação de praça D. Pedro II.
- Praia, rua da – não identificada.
- Quitanda, rua da – mantém a mesma nomenclatura. Em 1888 chamava-se rua João Alfredo, voltou a denominar-se rua da Quitanda em 1890. Começa na rua São José e termina na rua São Bento.
- Sabão, rua do – hoje inexistente. Desaparecida com a abertura da avenida Presidente Vargas.
- São Pedro, rua de – hoje inexistente. Em 1879 começava na rua Visconde de Itaboraí e terminava na praça da Aclamação (hoje Campo de Santana).
- Viollas, rua das – atual rua Teófilo Otoni. Começa na rua Visconde de Itaboraí e termina na rua da Conceição.

### **Freguesia de Santa Rita**

- Adro de São Francisco, rua do – mantém a mesma denominação. Começa na rua Eduardo Jansen e termina nas ruas do Escorrega e Mato Grosso.
- Beco, travessa do – não identificado.
- Cachorros, beco dos – não identificado.
- Caminho Novo em cima do Morro, rua do – não identificada.
- Candelária, rua da – em 1877 começava na rua do Hospício e terminava na rua de Bragança. Atualmente começa na rua Buenos Aires e termina na rua Conselheiro Saraiva.
- Cume do Morro – não identificado.
- Direita, rua – atual rua Primeiro de Março. Começa na praça XV de Novembro e termina na ladeira de São Bento.
- Em cima da Pedra – não identificada.
- Escorregadeira, rua da – não identificada. Hoje existe a rua do Escorrega, que começa na rua Sacadura Cabral e termina na rua Mato Grosso.
- Funda, rua – atual rua Eduardo Jansen. Começa na rua Sacadura Cabral e termina na rua do Escorrega.
- João Homem, ladeira de – mantém a mesma denominação. Começa na ladeira Felipe Néri e termina na praça Major Valô.
- João Inácio, beco do – mantém a mesma denominação. Começa na rua São Francisco da Prainha e termina na rua Mato Grosso.
- João José, beco de – mantém a mesma denominação. Começa no beco do João Inácio e termina no Adro de São Francisco.
- Jogo da Bola, rua – mantém a mesma denominação. Começa na ladeira João Homem e termina na rua Argemiro Bulcão.

- Livramento, calçada do – não Identificada. Hoje existe a rua do Livramento, que começa próximo à rua Sacadura Cabral e termina na rua Rivadávia Correa.
- Matto Grosso, rua do – mantém a mesma denominação. Começa na rua do Escorrega e termina na rua Jogo da Bola.
- Morro do Caminho Velho – não identificado.
- Nova do Morro, rua – não Identificada.
- Nova do Prepozito, rua – não identificada.
- Nova do Saco do Alferes, rua – não identificada.
- Ourives (vindo do Aljube) – em 1936 passou a se chamar rua Miguel Couto. Em 1879 começava na rua São José e terminava na Prainha. Hoje começa na rua do Ouvidor esquina com avenida Rio Branco e termina na rua Acre.
- Pescadores, rua dos – atual rua Visconde de Inhaúma. Começa na praça Barão de Ladário e termina no largo de Santa Rita.
- Poço ao Pé da Pedra, rua do – não identificada.
- Praça de São Francisco, rua da – não identificada.
- Prainha, rua da – mantém a mesma denominação. Começa na rua Acre e termina na rua Camerino.
- Quartéis, beco dos – não identificado.
- Quartéis, rua dos – em 1879 a nomenclatura foi alterada para rua Marcílio Dias. Começa na rua Visconde da Gávea e termina na praça Cristiano Ottoni.
- Quitanda, rua da – mantém a mesma denominação. Em 1888 chamou-se rua João Alfredo, voltou a chamar-se rua da Quitanda em 1890. Começa na rua São José, termina na rua São Bento.
- Saco do Alferes, rua Nova do – não identificada.
- Saco do Alferes, travessa – não identificada.
- Santa Rita, praça – atual largo de Santa Rita. Hoje situado entre as ruas Acre, Miguel Couto, Visconde de Inhaúma e Mairink Veiga.
- Santa Rita, beco – não identificado.
- São Francisco, rua de – atual rua São Francisco da Prainha. Começa na rua Sacadura Cabral e termina na rua Argemiro Bulcão.
- Terreiro do Jogo, rua do – não identificada.
- Valonguinho em cima do Morro – não identificado.
- Viollas, rua das – Atual rua Teófilo Ottoni. Começa na rua Visconde de Itaboraá e termina na rua da Conceição.

## Notas

1 - CAVALCANTI, Nireu – *O Rio de Janeiro setecentista; a vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da Corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

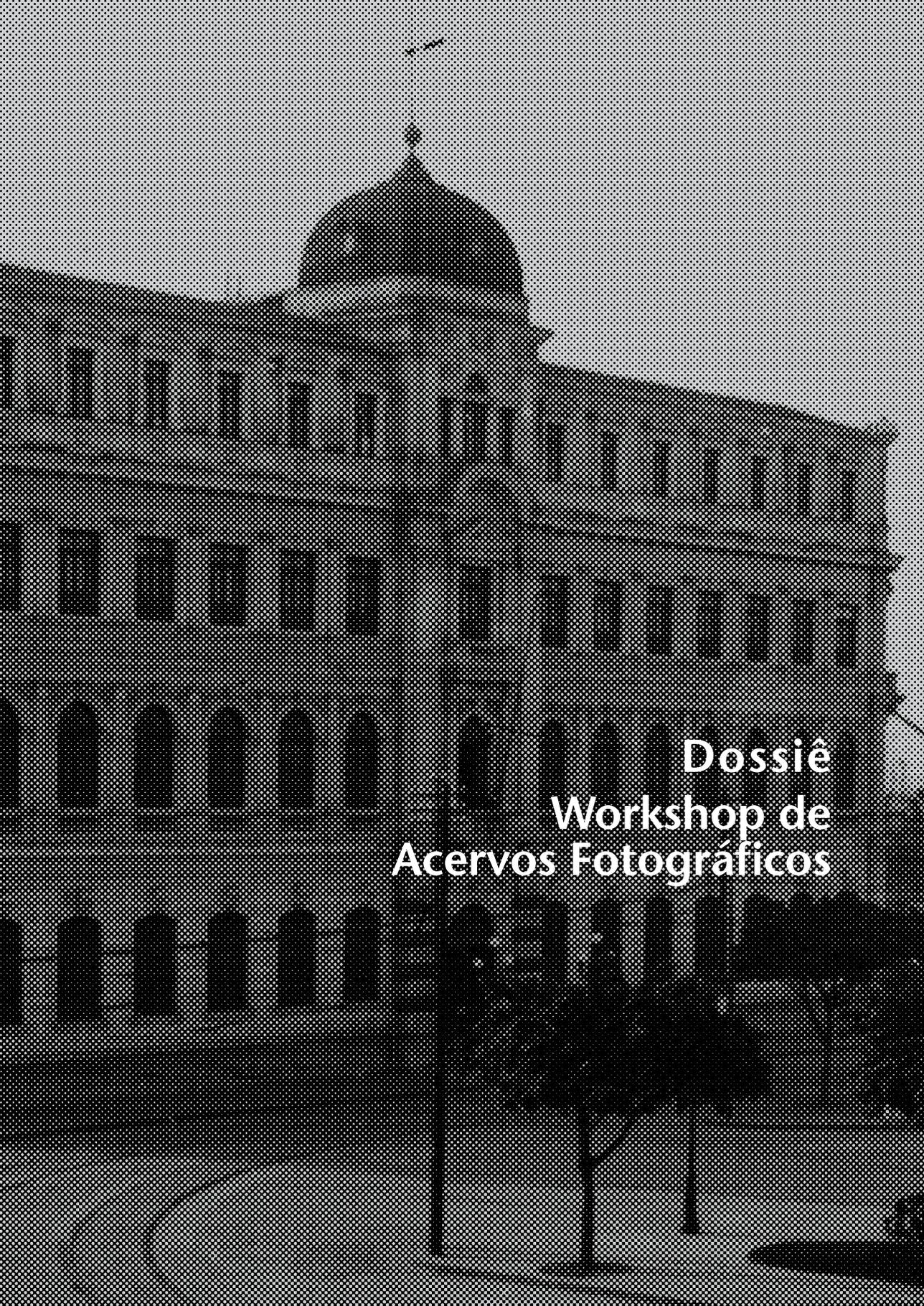
2 - Códices Décima Urbana – 1808. Livro I e II, RIO DE JANEIRO (RJ). Prefeitura. SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS. DEPARTAMENTO GERAL DE EDIFICAÇÕES. As Ruas do Rio. I a XII RA. Rio de Janeiro. I Vol. (31 de outubro de 1917 a 30 de setembro de 1977) S/D; RIO DE JANEIRO (RJ). Prefeitura do Distrito Federal. SECRETARIA DO INTERIOR E SEGURANÇA. Departamento de Geografia e Estatística. Nomenclatura

dos Logradouros Públicos do Distrito Federal. Rio de Janeiro. 1958 e Catálogo de logradouros do AGCRJ. RIO DE JANEIRO (RJ). Prefeitura do Distrito Federal. SECRETARIA DO INTERIOR E SEGURANÇA. Departamento de Geografia e Estatística. Nomenclatura dos Logradouros Públicos do Distrito Federal. Rio de Janeiro. 1958

3 - TAVARES, Georgia Costa – *Atuação dos marchantes no Rio de Janeiro colonial. Estratégias de mercado e redes de sociabilidade no comércio de abastecimento de carne verde 1763-1808*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2012.

Recebido em 21/05/2013





**Dossiê  
Workshop de  
Acervos Fotográficos**



# Apresentação

Em novembro de 2012, o Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro e o Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, em parceria, promoveram o *I Workshop de Acervos Fotográficos* do Rio de Janeiro reunindo representantes de diversas instituições em torno das temáticas relacionadas aos documentos fotográficos, em seus mais variados aspectos técnicos, teóricos e metodológicos. A proposta foi a criação de um espaço interinstitucional de reflexão e debates sobre as características e especificidades desses acervos: suas origens e formas de constituição, os tratamentos técnicos de conservação, organização e descrição aplicados e também sua utilização como fonte para a História.

Realizado no auditório do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, o evento contou com a participação de profissionais de diversas instituições tais como: Arquivo Nacional, Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Centro de Conservação e Preservação Fotográfica da Funarte, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil/FGV, Instituto Moreira Salles bem como de representantes das instituições organizadoras do evento e também de professores da Universidade de Brasília e da Universidad Complutense de Madrid.

Voltado para profissionais e pesquisadores ligados diretamente ao trabalho e à reflexão sobre o documento fotográfico, o evento – que também atraiu estudantes universitários de diversos cursos – permitiu a constituição de um rico panorama das discussões atuais sobre o tema a partir de um profícuo diálogo entre especialistas com experiências diversas nas suas práticas institucionais.

O sucesso do *I Workshop de Acervos Fotográficos* teve como desdobramento, por um lado, ações e iniciativas voltadas para a organização e ampliação de novas edições do evento, atualmente em curso e, por outro, o dossiê apresentado neste número da *Revista do AGCRJ*, composto por cinco artigos de palestrantes do *workshop* que refletem o amadurecimento de questões suscitadas durante o encontro, fornecendo assim um rico painel acerca dos acervos fotográficos e sua institucionalização em arquivos, bibliotecas, museus, centros de documentação, espaços culturais e universidades.

*Beatriz Kushnir*

*Maria Teresa Villela Bandeira de Mello*



# Quatro variações em torno do tema *acervos fotográficos*

## *Four variations on the theme of photography collections*

Aline Lopes de Lacerda  
Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz

### RESUMO:

O artigo discute a realidade documental que se expressa sob o termo *acervos fotográficos* e procura desenhar um quadro de questões sobre o trabalho desenvolvido com esses acervos. O foco incide sobre quatro variações de problemas na gestão de acervos fotográficos: as várias modalidades de formação documental subjacentes ao termo acervo fotográfico; a necessidade imperiosa de se buscar dados contextuais de produção documental e de formação desses conjuntos documentais; os desafios aos quais essa busca está submetida e a sugestão de instrumentos que auxiliem os esforços por uma contextualização dos acervos sob tratamento.

**Palavras-chave:** fotografia; acervos fotográficos; Arquivologia

### ABSTRACT:

*This article discusses the documental reality expressed by the term photography collections and seeks to outline a set of issues regarding the work carried out with these collections. The focus is on four variations of problems in the management of photography collections: the several modalities of documental formation underlying the term photography collection; the imperative need to seek contextual data on documental production and the construction of these documental sets; the challenges this search has to face and a suggestion of tools that may be of aid to the efforts towards a contextualisation of the collections being dealt with.*

**Keywords:** photography; photography collections; Archival Science

O que compreende o significado da expressão *acervos fotográficos* engloba uma série de formações documentais distintas que possuem, como denominador comum, a produção, o acúmulo e o arquivamento (guarda) de materiais fotográficos (fotos em papel, negativos, slides e outros processos) ao longo do tempo, por um produtor e/ou por um guardião, entendido como aquele que guarda o conjunto após o produtor ter cessado a sua sistemática de produção dos registros.

Nos limites deste texto, nosso propósito será desenhar um pequeno quadro de questões que envolvem o trabalho com acervos desse tipo e que nos parecem importantes pontos de reflexão, mesmo correndo o risco de as apresentarmos sob uma ótica mais generalizante. A discussão dessas questões coloca em evidência a natureza muitas vezes irregular desses conjuntos – os acervos fotográficos – e os seus impactos no trabalho de organização visando a sua disponibilização para estudos e demais usos que se façam deles.

Nosso foco incide sobre quatro variações de problemas em torno dos trabalhos de gestão de acervos fotográficos: as várias modalidades de formações documentais subjacentes ao termo acervo fotográfico; a necessidade imperiosa de se buscar dados contextuais de produção documental e de formação desses conjuntos documentais; os desafios aos quais essa busca está submetida e a sugestão de instrumentos que auxiliem os esforços por uma contextualização dos acervos sob tratamento.

## **As várias modalidades de acervos fotográficos e os tratamentos mais encontrados**

Podemos começar pela observação do que chamamos de irregularidades de natureza e de formação desses conjuntos documentais: quando falamos em acervos fotográficos, estamos nos referindo a grupos de documentos tão distintos quanto arquivos estritamente fotográficos, arquivos mais tradicionais que abarcam, além de documentos de gênero textual, também o material fotográfico, parcelas de arquivos que foram desmembrados e dos quais restam apenas seu componente fotográfico, coleções mais orgânicas de fotografias (pois que produzidas com alguma sistemática), coleções menos orgânicas de fotografias (pois que mais fragmentadas), pequenos conjuntos de fotografias avulsas reunidas sob critérios vários etc. Ou seja, muitas realidades que, do ponto de vista teórico e metodológico, devem ser objeto de reflexão no sentido de aprimoramento das abordagens de gestão e tratamento técnico por parte das instituições de guarda desses acervos de valor permanente.

Os acervos fotográficos fazem parte do patrimônio documental sob a custódia de arquivos, museus, bibliotecas e centros de documentação e em todas essas instituições de guarda serão aplicados a esses acervos o tratamento técnico de organização de acordo com as teorias e métodos relativos a cada campo disciplinar representado pela instituição custodiadora, visando ao amplo acesso, pelo público, das informações contidas nos documentos.

Embora presentes em todas essas instituições de guarda, é importante observar que os documentos fotográficos que formam esses acervos não são objeto de especialidade de nenhuma delas em especial por alguma característica de natureza documental. Assim, os documentos fotográficos não são documentos tipicamente arquivísticos, embora sejam uma realidade nos arquivos de qualquer tipo a partir de seu aparecimento e uso como registro pelas instituições e pelos indivíduos ainda no século XIX; da mesma forma, não são itens característicos de bibliotecas, embora em sua origem tenham sido depositados nessas instituições assim como outras formas de representação visual (como estampas) e tenham sido objeto das técnicas de descrição biblioteconômicas; não são objetos específicos do campo da Museologia, ainda que guardem com ele estreita vinculação desde as primeiras coleções formadas no século XIX, advindas dos trabalhos científicos que utilizavam a fotografia como instrumento de registro. Muitos trabalhos de campo possibilitados pelas viagens de cientistas utilizavam o novo tipo de registro e o montante produzido, em parte, passa a nutrir os museus europeus, que viram seus acervos crescerem com a acolhida dos materiais fotográficos.

Esse quadro de onipresença da fotografia como registro de variadas situações e sua dispersão por instituições múltiplas nos faz concluir que não são o tipo documental nem o suporte do processo fotográfico os responsáveis por determinarem sua condição de bem patrimonial de um tipo de instituição específica, mas, antes, é a função pela qual o documento é criado e seu próprio destino de armazenamento os elementos que ajudam a definir seu lugar nesses vários espaços e, conseqüentemente, o enfoque e tipo de tratamento que lhes é conferido<sup>1</sup>.

Em cada um desses espaços institucionais a metodologia de tratamento assume formas próprias, de acordo com os pressupostos teórico-metodológicos das disciplinas que alicerçam as práticas de cada organização. Os tratamentos bibliográfico, museográfico ou arquivístico determinados para organizar e descrever os conjuntos fotográficos, longe de serem técnicas neutras e objetivas, constituem-se em práticas profissionais que ajudam a dar contornos à documentação, construindo significados importantes que, naturalizados pelos que exercem essas profissões ou pelos consultantes que acessam e usam a documentação, acabam por prejudicar a compreensão dos documentos fotográficos como substratos das ações humanas nos seus mais diversos aspectos. Quer se tratem de publicações na forma de guias, inventários, catálogos, índices e, mais contemporaneamente, na produção de bases de dados *on line*, a documentação é sempre apresentada ao consultante como tendo sido “naturalmente” disposta daquela determinada forma, quando na verdade cada instrumento de pesquisa organiza e apresenta o material tratado de acordo com regras contendo certas lógicas de tratamento e de leitura da documentação. Sobretudo, o resultado do trabalho de organização desses acervos tende a fazer tábula rasa da dimensão genética da documentação, ou seja, das características que marcaram sua formação e que contribuíram para moldar seus contornos pelo acúmulo e guarda no tempo, em outras palavras, da “biografia” do conjunto documental.

Centrados na supremacia do valor do conteúdo das imagens – para o qual todos os esforços convergem no sentido de identificar a cena retratada na totalidade dos seus elementos constitutivos (local, data, retratados, autor, atributos de ambiente, de vestimenta, de relações entre retratados etc.) – os instrumentos de divulgação desses materiais quase nunca apresentam dados sobre contextos de produção dos conjuntos, sobre contextos de guarda e sobre os contextos profissionais nos quais se produziu a sua organização e disponibilização para o público. A história pregressa da documentação, desde que era apenas um conjunto mais ou menos caótico de documentos reunidos e guardados em gavetas e armários, em sótãos e galpões, até o momento em que é doada ou adquirida pelas instituições, saindo do espaço privado para entrar na esfera pública de exibição, no qual é submetida à organização, não é reconhecida como elemento de interesse para a recuperação, com qualidade, da informação nela contida. O resultado dessa prática não tem contribuído para dotar as instituições de bons instrumentos de acesso e recuperação de dados sobre seus acervos.

Perceber as modalidades de acervos torna-se uma vantagem metodológica, na medida em que formações documentais de natureza arquivística podem estar presentes em bibliotecas, por exemplo, ao passo que coleções fotográficas podem pertencer à linha de acervo de arquivos. O mesmo ocorre com os museus, que abrigam arquivos e coleções lado a lado em suas reservas técnicas. A partir do momento em que essas características dos conjuntos documentais são percebidas pelos profissionais de forma clara, esse conhecimento deve guiar a escolha do melhor método de tratamento do material, podendo ser estritamente arquivístico, bibliográfico ou museográfico, ou até mesmo híbrido. E evidentemente todas essas decisões, e as razões que conduziram os profissionais a adotá-las, devem ser objeto de registro nos instrumentos que serão oferecidos ao pesquisador dos acervos, esclarecendo sobre os mecanismos de tratamento que também ajudam a conferir sentidos às imagens oferecidas ao pesquisador.

## **A importância da busca pelos contextos de formação dos conjuntos documentais**

Nesse ponto é bom que se esclareça que perceber a natureza da formação documental que estamos prestes a tratar e investigar o contexto de sua produção não é tarefa trivial e não se alimenta, por exemplo, da simples busca de identificação dos conteúdos das imagens ou do conhecimento da proveniência da documentação. O esforço deve ser no sentido de investigar as razões da concepção e do nascimento do arquivo ou coleção, seu desenvolvimento no tempo, os atores envolvidos no processo (especialmente em se tratando de arquivos pessoais e de coleções), os sentidos investidos na documentação pelo produtor ou guardador, as práticas que nortearam a produção das imagens, as funções que elas representaram no ambiente doméstico ou institucional do qual são substratos importantes, dentre outros aspectos relevantes. Todo esse entendimento precisa ser buscado de forma

a dotar a documentação de um contexto esclarecedor sobre sua trajetória. Um arquivo desmembrado pode ser virtualmente reunido graças a uma boa pesquisa sobre a história de formação e guarda do conjunto, por exemplo. O mesmo se aplica a coleções que foram dispersas. Também se constitui como de valor uma informação que esclareça ao pesquisador que ele está diante de um extrato documental de um conjunto que na origem foi muito mais íntegro e orgânico, e que foi objeto de várias intervenções, intencionais ou não, responsáveis pela redução de seu volume.

Se as instituições arquivísticas estão teoricamente mais preparadas para lidar com o desafio da investigação de contexto de formação documental em arquivos<sup>2</sup>, o mesmo não acontece em relação aos materiais que formam as coleções. Na maioria das vezes são desprovidos de quaisquer informações que esclareçam as razões que levaram ao ato de colecionar, a origem da coleção, as relações tecidas entre itens dispersos que são intencionalmente reunidos em função de uma intenção que só o produtor confere. Na maioria dos casos, os itens são descritos nos seus atributos de conteúdo e autoria, e a coleção em si, como obra, se vê esvaziada de maiores dados que ajudariam à sua mais ampla compreensão. Carvalho e Lima já haviam chamado a atenção para a falta de investimentos das instituições de guarda de acervos, de maneira geral, em termos de atividades de documentação e pesquisa visando à integridade das coleções e arquivos e para a necessidade de superação de situações de precariedade de certas coleções que não possuem nenhum dado sobre a sua trajetória. Segundo essas autoras, “a documentação relativa à proveniência, às motivações do colecionador, às formas de classificação e arranjo formal que lhe deram personalidade de conjunto é fundamental” (2000, p. 21)<sup>3</sup>.

Parece-nos conduta importante a atenção a essa questão para que possamos escolher com mais propriedade a aplicação de métodos de tratamento a partir da avaliação no material que se tenha para tratar. Ao lado disso, buscar essa qualificação do tratamento requer uma formação mais abrangente do profissional lotado nessas instituições. Tanto arquivistas quanto bibliotecários e museólogos, além de historiadores e outros profissionais que atuam na área de tratamento de documentos fotográficos históricos devem ter a capacidade de distinguir a melhor opção metodológica para cada caso, o que supõe o conhecimento das técnicas das várias disciplinas que compõem as ciências da informação. Para embalar tudo isso com a fina capa que um trabalho de excelência requer, todos devem perceber a centralidade que a pesquisa tem nos trabalhos de organização documental, dotando os conjuntos documentais de dados que somente uma investigação que parta dos registros, mas que focalize o que está de fora dos documentos, pode proporcionar.

### **Desafios a enfrentar no processo de contextualização de arquivos e coleções**

A opção por uma abordagem metodológica que busque o conhecimento dos dados contextuais das fotografias nos arquivos e coleções esbarra numa dificuldade que esses

materiais apresentam: ao contrário de muitos documentos textuais característicos do universo dos arquivos, as imagens fotográficas normalmente não apresentam dados desse tipo na forma como se constituem documentalmente. Por diversos motivos, dentre os quais destacamos a sua entrada tardia no universo das administrações públicas como registro de funções e atividades e a sua força como signo icônico (que guarda semelhança com o referente que visa representar) socialmente construída e simbolicamente reforçada no tempo e, sobretudo, sua força como signo indicial (que constitui seu caráter de testemunho do fato registrado – o “*isso foi*” de Barthes<sup>4</sup> – solidamente enraizado na cultura ocidental), as fotografias são produzidas e usadas como registro de ações de forma muito mais autônoma e muito menos controlada que os documentos tradicionais. Enquanto certidões e diplomas têm suas formas de constituição controladas jurídica e administrativamente, imagens fotográficas são produzidas, mesmo em relação às instituições públicas, por meio de contratos com fotógrafos, estúdios, agências etc. Mesmo quando são produzidas pela própria empresa que a vai utilizar, via de regra são armazenadas e arquivadas em setores específicos, apartadas do restante dos documentos mais tradicionais de arquivo. Em relação aos arquivos pessoais e coleções de todos os tipos, a autonomia é ainda maior. O que geralmente orienta a sua produção e acúmulo é a sua ligação com o fato que busca representar e congelar no tempo, mesmo que elas também, nesse processo, registrem, subliminarmente, as razões que levaram ao registro de determinados fatos.

Não possuindo esses dados contextuais e apresentando um irresistível convite à especulação sobre seus conteúdos, as fotografias acabam sendo buscadas, nas palavras apropriadas de Lopez (2008)<sup>5</sup>, pela “interação do referente à imagem”, ao passo que, para o documentalista, a busca deveria se dar “na integração da função geradora com o documento”.

Observamos que nos arquivos institucionais, a busca pelas informações contextuais da produção dos documentos fotográficos pode ocorrer em terrenos menos acidentados. Na produção institucional de fotos, é possível perseguir rastros deixados pelas atividades que concorreram para a existência dos documentos visuais, tais como contratos com fotógrafos, tomada de preços, projetos de produção de registros visuais, propostas de trabalho, notas fiscais etc. Quando da organização de arquivos pessoais, navegamos em águas menos tranquilas. Nesses casos, as imagens de produção mais doméstica, aquelas que retratam as cenas e atividades vividas no ambiente mais privado da vida do titular do arquivo, acabam não tendo a sua função determinada, na medida em que o modelo de classificação funcional para arquivos pessoais pressupõe que o arquivo de um indivíduo reproduz, guardadas as devidas particularidades, suas facetas de forma semelhante ao que ocorre nos arquivos institucionais, nos quais os documentos refletem as funções e atividades da entidade produtora. Ora, se as imagens provenientes das atividades e funções exercidas na vida pública de um indivíduo são passíveis de serem identificadas, as que se originam da vida privada não oferecem essa possibilidade, pois não foram ainda rastreadas e compreendidas as possíveis funções

responsáveis pela produção doméstica de fotografias tão diferentes quanto as de aniversários, viagens, comemorações de datas especiais, nascimento, formatura etc. Esse aspecto continua seguindo como um desafio metodológico para a teoria e a metodologia arquivísticas. Quanto às coleções, a compreensão de sua formação se apoia fundamentalmente na figura do colecionador e seus objetivos quando do desenho que imprimiu ao conjunto no tempo.

Outro ponto a nos desafiar diz respeito à busca pelos contextos de produção das imagens *a partir* dos conteúdos das mesmas. Em que pese a importância do conhecimento dos conteúdos da imagem para auxiliar as tarefas de identificação e contextualização, é preciso não confundir as duas dimensões. Como já salientava Lopez (2000), o conteúdo de uma imagem pode veicular um significado que em nada tenha a ver com a razão que originou o aparecimento do documento no arquivo<sup>6</sup>. Por exemplo, imagens que mostram aspectos da construção de uma creche integrantes do arquivo de uma empresa do ramo de petróleo, podem ter seu significado funcional ligado à dimensão filantrópica exercida pela empresa e como forma de atestar essa função secundária da organização. Nesse caso, o conteúdo da imagem (canteiro de obras, interiores e exteriores de uma construção, trabalhadores em ação), se não relacionado às razões de produção das mesmas, dentro da lógica funcional responsável pela sua criação naquele ambiente e por aquele produtor, pode não fazer sentido algum, mesmo que se possa “identificar” o conteúdo, o fato, mostrado pelas imagens.

## **O papel das entrevistas nas boas práticas de gestão de arquivos e coleções fotográficas**

Entre o tempo de produção documental e o tempo da disponibilização, por parte das instituições, da documentação para fins culturais mais amplos, segue-se um período que, em alguns casos, pode chegar a décadas. Se não é possível um controle de produção dos documentos desde a sua origem por parte das instituições de guarda (já que os arquivos e coleções ainda não foram doados), é perfeitamente cabível, por outro lado, uma postura metodológica que busque já lidar com certos aspectos de conhecimento da documentação no momento da doação do arquivo ou coleção, o que nos leva ao nosso último ponto de reflexão.

Normalmente, o período de doação de um conjunto documental a uma instituição de guarda compreende, além do contato com o doador e a avaliação preliminar da documentação, a assinatura de um contrato de doação, o transporte dos documentos, o registro de sua entrada na instituição, a sua limpeza, possíveis desinfecções, a contagem etc. Entre esse momento e o início do tratamento técnico propriamente dito – quando se iniciam de fato os procedimentos metodológicos de organização (leitura dos documentos, separação, pesquisa para identificação, classificação, descrição, notação) – pode haver um longo período de espera, já que em muitas instituições há um cronograma de execução de atividades a seguir, com outros conjuntos documentais em espera por organização há mais tempo. Esse hiato é

um fator importantíssimo que concorre para que se percam ou que simplesmente não sejam coletadas informações que poderiam ser usadas para a contextualização dos documentos e do próprio arquivo ou coleção. Durante esse tempo de “hibernação” da documentação nos depósitos das instituições, o produtor ou responsáveis pela doação podem já ter falecido, os funcionários responsáveis pelo recebimento do conjunto podem, por diversas razões, já não estar mais presentes e os registros de entrada de acervo, em muitos casos, não contemplam informações sobre a história da formação do arquivo ou coleção.

Nesse sentido, seria muito oportuno que as instituições revissem seus procedimentos de recepção de novos conjuntos que vão integrar seus acervos. O momento da doação é privilegiado, na medida em que nele se entra em relação com o universo responsável pela formação e custódia da documentação: é nessa ocasião que a instituição tem contato direto com o próprio titular do arquivo (no caso dos arquivos pessoais) ou com o guardião da documentação – informantes fundamentais para a coleta de dados sobre a história do conjunto documental. As instituições devem investir na produção de um instrumento – um questionário, por exemplo – com perguntas que busquem o levantamento de dados sobre a produção e a trajetória de custódia da documentação. Além disso, a possibilidade de produzir entrevistas com os doadores ou seus descendentes e alimentar uma base de dados com essas entrevistas, visando subsidiar o tratamento técnico da documentação, deve ser analisada visando a sua implantação, para que se constitua, junto aos arquivos e coleções, uma documentação que será valiosa para a articulação do conteúdo dos documentos com os dados extradocumentais, coletados a partir das lembranças dos que efetivamente concorreram para a existência e sentido da documentação.

A ideia fundamental é romper com uma atitude passiva das instituições de guarda que, ao receberem novos conjuntos de documentos, limitam-se a procedimentos de controle dos mesmos, em detrimento de uma abordagem que privilegie o levantamento, coleta e sistematização de dados contextuais de produção já visando à sua organização futura, contribuindo dessa maneira para elevar a qualidade do tratamento técnico. Como resultado disso, teremos formações documentais melhor contextualizadas, com vantagens para o profissional que se dedica a organizar arquivos e também, e sobretudo, para o usuário, que terá direito a saber sobre os mecanismos que concorreram para a produção do objeto que se apresenta a ele como fonte para a sua pesquisa específica, além de um outro perfil de pesquisador, ainda incipiente, que pode se nutrir com essas bases de dados *sobre* os arquivos/coleções e sua “biografia”, contribuindo para o desenvolvimento de reflexões acerca dessa importante parcela do nosso patrimônio documental.

A produção de um questionário com perguntas previamente elaboradas tendo como objetivo o foco no levantamento de informações que ajudem a construir os sentidos da formação e da guarda da documentação, por um lado, e a produção sistemática de entrevistas com doadores visando à implantação de um banco de entrevistas *sobre* os arquivos e coleções

dados, por outro, constituem duas faces de uma mesma moeda. Ambas as iniciativas seriam benéficas para a qualificação do trabalho documental praticado nas instituições de guarda de acervos históricos, como também para a formação do próprio pesquisador em relação ao trato com as suas fontes, na medida que elas deixariam de apenas representar veículos de conteúdos e de “fatos” que se pretende atestar ou refutar, e passariam a ser também objeto de crítica enquanto fontes, portando sua própria historicidade, o que as dotam de novos significados que podem impactar tanto os seus próprios conteúdos quanto a pesquisa que se pretenda realizar.

## Notas

1 - Belloto já afirmava isso ao apresentar as características das diversas instituições de guarda de documentos, apontando diferenças e semelhanças entre elas. Ver, a esse respeito, BELLOTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. Especialmente páginas 35-43.

2 - Chamamos a atenção para a existência da Norma Brasileira de Descrição Arquivística, a Nobrade, publicada pelo Arquivo Nacional em 2006 e sua importante contribuição para a normatização dos campos de descrição dos fundos arquivísticos que exigem uma série de informações que buscam contemplar dados contextuais, tais como a história do produtor e do conjunto arquivístico, para citar dois exemplos. Trata-se de um importante passo no sentido de se incorporar, na cultura arquivística, os necessários métodos de documentação e de pesquisa sobre a produção dos diversos conjuntos documentais.

3 - CARVALHO, Vânia Carneiro de; Lima, Solange Ferraz de. Fotografias como objeto de coleção e de conhecimento: por uma relação solidária entre pesquisa e sistema documental. *Anais do Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro: MHN, 2000, v. 32, p.15-34.

4 - Em um dos seus trabalhos mais famosos, intitulado *A Câmara Clara* – e que se tornou um clássico da teoria fotográfica – o semiólogo e filósofo francês Roland Barthes defende que, no registro fotográfico, ao contrário de outras representações visuais, a questão da relação da imagem com o seu referente se coloca de forma específica, na medida em que a imagem fotográfica funcionaria como mediadora entre um real que esteve à frente da câmara em um determinado momento e um espectador no

futuro, que teria acesso a esse referente fotografado e, portanto, extraído desse real. Em suas palavras: “(...) o Referente da Fotografia não é o mesmo que o dos outros sistemas de representação. Chamo de ‘referente fotográfico’, não a coisa *facultativamente* real a que remete uma imagem ou um signo, mas a coisa *necessariamente* [ênfases do autor, no original] real que foi colocada diante da objetiva, sem a qual não haveria fotografia. (...) na fotografia jamais posso negar que a coisa esteve lá. (...) O que intencionalizo em uma foto (...) não é nem a Arte, nem a Comunicação, é a referência, que é a ordem fundadora da Fotografia. O nome do noema da Fotografia será então: ‘*Isso-foi*’ [ênfase do autor, no original]. Essa expressão também poderia ser traduzida por “Isso existiu”. Hoje objeto de críticas, ainda é um texto considerado seminal para o entendimento do que constituiria uma “ontologia” da fotografia. Ver BARTHES, Roland. *A Câmara Clara*. Nota sobre a fotografia. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984, p. 115-116.

5 - LOPEZ, André Porto Ancona. El contexto archivístico como directriz para la gestión documental de materiales fotográficos de archivo. *Universum*, Talca, v. 23, n.2, 2008. Versão traduzida para o português disponível em <http://repositorio.bce.unb.br>

6 - Ver LOPEZ, André Porto Ancona. *As razões e os sentidos*. Finalidades da produção documental e interpretação de conteúdos na organização arquivística de documentos imagéticos. Tese (Doutorado em História Social), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

## Referências Bibliográficas

BELLOTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

CARVALHO, Vânia Carneiro de; Lima, Solange Ferraz de. Fotografias como objeto de coleção e de conhecimento: por uma relação solidária entre pesquisa e sistema documental. *Anais do Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro: MHN, 2000, v. 32, p.15-34.

BARTHES, Roland. *A Câmara Clara*. Nota sobre a fotografia. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984, p. 115-116.

LOPEZ, André Porto Ancona. El contexto archivístico como directriz para la gestión documental de materiales fotográficos de archivo. *Universum*, Talca, v. 23, n.2, 2008.

\_\_\_\_\_. *As razões e os sentidos*. Finalidades da produção documental e interpretação de conteúdos na organização arquivística de documentos imagéticos. Tese (Doutorado em História Social), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

Recebido em 14/05/2013

# Perspectivas de pesquisa em acervos fotográficos a partir da experiência do Grupo de Pesquisa Acervos Fotográficos\*

## *Perspectives of research in photography collections based on the experience of the Grupo de Pesquisa Acervos Fotográficos*

André Porto Ancona Lopez

Doutor em História Social e especialista em Organização de Arquivos pela Universidade de São Paulo (USP). Professor de graduação em Arquivologia e de pós-graduação em Ciência da Informação na Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília (FCI-UnB); membro do grupo de trabalho Photographic and Audiovisual Archives Group do Conselho Internacional de Arquivos (PAAG-ICA); bolsista de produtividade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

apalopez@gmail.com

### RESUMO:

O artigo apresenta uma visão panorâmica da experiência de pesquisa científica desenvolvida pelo Grupo de Pesquisa Acervos Fotográficos (GPAF), desde 2008, apontando os principais fundamentos teóricos do grupo, dados quantitativos relativos ao *blog* construído para intercâmbio de informações e divulgação, linhas de investigação, perfil dos pesquisadores e parceiros institucionais. São feitas ainda, referências a algumas pesquisas já finalizadas, indicadas à guisa de exemplificação da diversidade de temas e abordagens praticadas. Por fim, apresentam-se as linhas gerais do projeto atual do grupo, com o objetivo de ampliar o escopo e aprimorar a cooperação científica relacionada à pesquisa em acervos fotográficos.

**Palavras-chave:** acervos fotográficos; pesquisa científica; GPAF

### ABSTRACT:

*This article presents an overview of the experience of scientific research carried out by the Grupo de Pesquisa Acervos Fotográficos (Photography Collections Research Group – GPAF) since 2008, highlighting the group’s main theoretical bases, quantitative data on the blog created for disseminating and exchanging information, the lines of research and profiles of the researchers and institutional partnerships. References are also made to some finalised research projects by way of exemplifying the diversity of themes and approaches. Lastly, the general lines of the group’s current project are presented, with the aim of widening the scope and improving scientific cooperation related to research in photography collections.*

**Keywords:** *photography collections; scientific research; GPAF*

\* Versão atualizada e ampliada de palestra apresentada no “Workshop de Acervos Fotográficos”, organizado pelo Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro e pelo Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro em novembro de 2012. O presente trabalho foi realizado com apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - Brasil.

O texto se propõe a mapear os principais aspectos práticos e teóricos que caracterizam o Grupo de Pesquisa Acervos Fotográficos (GPAF). Em 2008 institucionalizou-se, junto ao CNPq, o grupo de pesquisa denominado Acervos Fotográficos (GPAF), vinculado à Universidade de Brasília. O grupo, bastante ativo desde sua criação, congrega professores de diferentes universidades, de três unidades da federação. A perspectiva orgânica do documento fotográfico norteia suas atividades, relacionadas, sobretudo, à organização documental e à gestão da informação com vistas à descrição e ao acesso para utilização de tais documentos como prova administrativa, como insumo para gestão e como fonte de pesquisa e de conhecimentos.

O objetivo norteador foi a promoção de análises críticas a respeito da produção, circulação, distribuição, conservação e uso de documentos e informações fotográficas, considerando sua institucionalização, acessibilidade e divulgação. O GPAF/CNPq busca, constantemente, criar espaços de discussão acadêmica sobre a temática, abertos não apenas a seus membros e orientandos (nas diversas modalidades de orientação), mas também a outros pesquisadores, incluindo a participação da comunidade da área. Os membros do grupo têm utilizado todos os meios tradicionais para divulgação de suas ideias, seja através de publicações, seja por meio da apresentação de trabalhos em eventos científicos (nacionais e internacionais), ou, ainda, através de reuniões abertas, que são regulares e contam, por vezes, com a participação de pesquisadores renomados.

O GPAF busca discutir abordagens relativas a documentos fotográficos, tendo como cenário mais amplo os documentos imagéticos. A opção pela denominação documentos imagéticos deve-se às múltiplas possibilidades de ocorrência da imagem nos arquivos. Essa expressão propõe englobar as diversas categorias da imagem de modo mais amplo do que os termos fotografia, pintura, obras de arte etc. A rubrica iconografia foi descartada, basicamente, porque este termo está incomodamente associado (direta ou indiretamente) tanto às questões da imagem enquanto linguagem, como à identificação de conteúdos na imagem.

O objeto central de nossas indagações é o documento de gênero imagético, independentemente de suas implicações icônicas ou linguísticas. Uma rubrica ligada primordialmente à imagem é conceitualmente mais operativa. Essa ampliação permite entender o diferencial dado pela dimensão imagética e as respectivas implicações quanto à percepção visual. A dimensão imagética não exclui, *a priori*, a análise de conteúdo dos documentos do ponto de vista técnico, artístico, simbólico, histórico, cultural etc. Os estudos iconológicos de Panofsky, que tratam da questão da perspectiva, são fundamentais para a discussão da fotografia. Arte, imagem e sociedade se imbricam na análise de acervos de documentos fotográficos.

Nessa perspectiva ampla, fazem parte do escopo do GPAF discussões acerca da própria formação de diferentes modalidades de acervo, e das diferentes origens, compreensões e usos do documento fotográfico. O acervo fotográfico configura-se a partir da produção

documental, tornando-se um conjunto somente a partir de atividades que aglutinam documentos e informações, constituindo um *corpus*. Tal gênese orgânica é definidora da caracterização do acervo e de sua institucionalização, sendo necessário, quando possível, situar o fenômeno acervo fotográfico sob a ótica da organização e acesso a tal material como registro de atividades administrativas e como fonte de pesquisa.

O grupo congrega abordagens sobre produção, utilização e preservação da fotografia em nossa sociedade, inter-relacionando tais elementos à reflexão acerca da organização e disponibilização do documento fotográfico em diversas unidades informacionais, destacando a importância desses processos como formas de construção e manutenção de memórias. As duas linhas de investigação em que se divide o GPAF foram pensadas em função da dupla característica do documento fotográfico quando relacionado às instituições de guarda e preservação: insumo informacional para atividades comunicativas e registro e prova de atividades anteriormente realizadas. São elas:

**Comunicação e usos da informação** - objetiva analisar, por diferentes ângulos, questões relativas à comunicação social e científica da informação visual e sua utilização, nos mais variados moldes, tanto por instituições como por grupos sociais. As pesquisas podem envolver abordagens relacionadas à compreensão dos processos comunicativos, dos fenômenos da representação, dos processos de construção de memórias, histórias e identidades.

**Gestão Documental e Gestão da Informação** - objetiva promover gestão documental de documentos fotográficos com vistas à gestão da informação, englobando as várias atividades pertinentes: identificação documental, conservação e restauração documental, sistematização da informação orgânica, organização de arquivos e coleções fotográficas, descrição arquivística, organização da informação temática, replicação da informação, elaboração de banco de dados, criação de corpora e repositórios com documentos fotográficos com vistas à pesquisa.

Em 2010, o reconhecimento das pesquisas desenvolvidas foi traduzido em bolsa de produtividade em pesquisa para o líder do grupo, para desenvolvimento, por três anos, da pesquisa “DigifotoWeb: repositório digital de materiais fotográficos de arquivo”. Foi criado, então, um espaço virtual, na forma de blog, destinado a registrar, divulgar e facilitar o trabalho colaborativo, tanto da pesquisa de produtividade como do próprio GPAF: o blog DigifotoWeb (<http://digifotoweb.blogspot.com>), inaugurando a participação do grupo nos novos ambientes de produção, divulgação e compartilhamento científico. Destinado inicialmente à pesquisa para o CNPq, rapidamente foi transfigurado em um espaço mais amplo, congregando as produções científicas do GPAF, facilitando a efetivação do trabalho em rede, bem como sua ampliação, pois permite o acesso a seus recursos por interessados das mais diversas instituições e localidades, solidificando a ideia do trabalho colaborativo constante.

A articulação entre o GPAF e o DigifotoWeb provocou um aumento no número de colaboradores do *blog* (até o momento foram publicadas contribuições de 25 autores diferentes). Desde sua criação, em 3 de abril de 2010, até 15 de abril de 2013, o *blog*

contabilizou 139 postagens, com quase de 36 mil acessos, oriundos de 868 cidades em 73 países (sendo cerca de 2/3 externos a Brasília e 14% de fora do Brasil). Os números apresentados são significativos, principalmente, ao considerarmos que se trata de um tema bastante específico e que há, ainda, o fator limitador de se utilizar, preferencialmente, a língua portuguesa nas publicações do *blog* – eventualmente publicam-se excertos de trabalhos em espanhol e há também alguns materiais disponibilizados em inglês e em espanhol. Tais números demonstram a capilaridade e o alcance desta modalidade de recurso comunicativo. A figura a seguir permite melhor visualizar a dispersão espacial do público do *blog*, bastante concentrada em locais que congregam centros de produção de conhecimento, sobretudo em países de línguas ibéricas:

**Figura 1: locais de acesso ao DigifotoWeb no período de 3 de abril de 2010 a 9 de julho de 2013**



Fonte: Elaboração própria, por meio da ferramenta *Google Analytics*.

Como mencionado, os membros do grupo pertencem a diferentes instituições e têm discutido a temática em publicações e encontros científicos, muitas vezes em conjunto com os orientandos (de diversas modalidades de orientação). Atualmente, há oito pesquisadores credenciados no GPAF, oriundos de cinco distintas localidades e sete instituições, sendo dois estrangeiros. Outro pesquisador internacional está em processo de credenciamento, aguardando a simplificação da exigência do DGP/CNPq quanto à filiação na base Lattes. Em termos de pesquisas formalizadas e concluídas, o grupo apresenta, até o momento, dois trabalhos de conclusão de curso, dez iniciações científicas, e seis mestrados. Encontra-se em andamento três mestrados, cinco doutorados e um projeto de produtividade.

Os pesquisadores do grupo, além de atuarem em diferentes projetos relacionados a acervos fotográficos, se fazem presentes através de publicações e da participação ativa nos espaços de discussão acadêmica. Encontros com a participação dos membros brasileiros do grupo têm sido realizados anualmente, em diferentes cidades onde há pesquisadores do GPAF;

em todas essas ocasiões há, também, apresentação das pesquisas em desenvolvimento pelos membros discentes do grupo. Outros eventos do grupo contam, ainda, com a participação de pesquisadores internacionais da área, como no *Workshop* Internacional de Ciência da Informação 2010, da professora Antonia Salvador Benitez, da Universidad Complutense de Madrid (UCM). No ano seguinte, na nova edição do evento, o GPAF contou com a presença dos professores Joan Boadas i Rasset (Barcelona) e Isabel Pellegrino Wschebor (Montevideú), membros do Grupo de Trabalho Photographic and Audiovisual Archives, do Conselho Internacional de Arquivo (PAAG/ICA)<sup>1</sup>.

A inserção de membros do GPAF no cenário de discussão internacional dedicado a acervos fotográficos e audiovisuais merece destaque. Em 2012, os professores Andrew Russell Green (México), Solene Bergot (Chile) e Antonia Salvador (Espanha) participaram ativamente de atividades do grupo, no Brasil. Ainda em dezembro do mesmo ano, houve a colaboração do arquivista italiano, radicado no Chile, Alessandro Chiaretti. Em janeiro de 2013, os pesquisadores André Porto Ancona Lopez e Darcilene Sena Rezende participaram de atividades junto ao Cenfoto, no Chile, supervisionados pela pesquisadora Solene Bergot. A ampliação do intercâmbio científico continua a ocorrer em maio de 2013, com a realização de uma série de atividades do coordenador junto à UCM, supervisionadas pela pesquisadora Antonia Salvador Benitez e, em seguida, em junho, outro conjunto de atividades do PAAG/ICA, junto ao Centre de Recerca i Difisió de la Imatge, em Girona, Catalunha.

Além da vinculação ao PAAG/ICA, o GPAF encontra-se envolvido em outros projetos internacionais, tais como: a replicação do projeto Imaginando, da UCM em disciplina do Programa de pós-graduação em Ciência da Informação da UnB<sup>2</sup>; a criação de uma revista internacional junto com o Cenfoto (Chile) e o Instituto Mora (México), projeto de produtividade atual, amparado pelo CNPq; o esforço colaborativo em Arquitetura da Informação, com pesquisadores do México e Chile, para o desenvolvimento de ferramentas informatizadas, destinadas à gestão de imagens fotográficas; a participação na construção do projeto de mapeamento de conjuntos fotográficos ibero-americanos. Paralelamente, os esforços de pesquisa também se relacionam com os temas da agenda da transparência e do acesso à informação; nessa linha de discussão, alguns pesquisadores e alunos, membros do GPAF, participaram do simpósio internacional “El acceso a la información: ciudadanía, derechos humanos y democracia”, realizado em janeiro de 2013, durante a terceira edição do congresso internacional “Ciencias, Tecnologías y Culturas: diálogo entre las disciplinas del conocimiento, mirando al futuro de América Latina y el Caribe hacia una Internacional del Conocimiento”<sup>3</sup>.

Recentemente, foi estabelecida a primeira parceria institucional do grupo com um ente jurídico, conforme previsto na plataforma do Diretório dos Grupos de Pesquisa, do CNPq. Em meados de novembro, o Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (<http://www0.rio.rj.gov.br/arquivo/>), por meio de sua diretora, Profa. Dra. Beatriz Kushnir, se associou

ao GPAF para colaboração científica, sem transferência de recurso de qualquer espécie. Os entendimentos se deram durante o evento *Workshop* Acervos Fotográficos, realizado por aquela instituição no mesmo mês, e que contou com expressiva participação de pesquisadores do GPAF como expositores. Espera-se, como resultado concreto desta parceria, garantir ao evento periodicidade anual; nesse sentido, já está em andamento a organização da edição 2013. Ainda em dezembro de 2012, nos mesmos moldes, a Pró-empresa (<http://proempresa.inf.br/>) também se associou ao grupo.

As orientações de pesquisa no âmbito discente demonstram a diversidade que sempre norteou o GPAF. As pesquisas são desenvolvidas a partir dos interesses, vivências e formação de cada aluno que se integra ao grupo, que passa a receber orientação, permitindo-lhe avançar e amadurecer, dentro do grupo, porém preservando suas particularidades. Tal flexibilidade assegura que os alunos possam ser criativos e trabalhem em uma vasta gama de temas, com abordagens interdisciplinares. Os cinco exemplos a seguir não se pretendem exaustivos e visam apenas melhor ilustrar tal diversidade:

<b>Aluno</b>	<b>Nível</b>	<b>Ano</b>	<b>Curso</b>
<i>Luiz Carlos F. de Assumpção</i>	<i>Mestrado</i>	<i>2013</i>	<i>Ciência da Informação</i>
<b>Título</b>			<b>Tipo de pesquisa</b>
<i>Registros imagéticos e a sustentabilidade: representações sobre o uso da imagem em projetos de captação de recursos em grupos de quadrilhas juninas do DF</i>			<i>Participativa, com ampla interação com os sujeitos da base empírica</i>

<b>Aluna</b>	<b>Nível</b>	<b>Ano</b>	<b>Curso</b>
<i>Edna de Sousa Carvalho</i>	<i>Mestrado</i>	<i>2010</i>	<i>Ciência da Informação</i>
<b>Título</b>			<b>Tipo de pesquisa</b>
<i>Impacto da gestão arquivística no processo de produção digital da TV Senado.</i>			<i>Estudo de caso, com formulação de proposta prática</i>

<b>Aluno</b>	<b>Nível</b>	<b>Ano</b>	<b>Curso</b>
<i>Pedro Davi Silva Carvalho</i>	<i>Iniciação Científica</i>	<i>2011</i>	<i>Arquivologia</i>
<b>Título</b>			<b>Tipo de pesquisa</b>
<i>Análise dos efeitos da aplicação da Resolução 14 do Conarq em documentos imagéticos de arquivo, no Arquivo Público do Distrito Federal</i>			<i>Abordagem analítica, com produção de artigo com reflexões teóricas</i>

<b>Aluna</b>	<b>Nível</b>	<b>Ano</b>	<b>Curso</b>
<i>Tamara S. Neil Magalhães</i>	<i>Iniciação Científica</i>	<i>2012</i>	<i>Museologia</i>
<b>Título</b>			<b>Tipo de pesquisa</b>
<i>Registros fotográficos do Grupo Escoteiro Ave Branca (13º DF): retrospecto histórico de 25 anos do grupo e as modificações nos registros fotográficos</i>			<i>Aplicada, com confecção de instrumento de pesquisa e base de dados fotográfica</i>

<b>Aluno</b>	<b>Nível</b>	<b>Ano</b>	<b>Curso</b>
<i>Paulo Matheus Nicolau Silva</i>	<i>Iniciação Científica</i>	2011	<i>Engenharia de redes</i>
<b>Título</b>			<b>Tipo de pesquisa</b>
<i>Migração da base Digifoto para ambiente web em MySQL</i>			<i>Aplicada, com produção de ambiente digital</i>

No início de 2013, foi finalizada a pesquisa de produtividade “DigifotoWeb”, cuja proposta era criar um ambiente de guarda e acesso a imagens digitais (em princípio cópias de documentos fotográficos físicos), que fosse capaz de resguardar os dados de organicidade arquivística<sup>4</sup>, sem abandonar a informação sobre os conteúdos fotografados. O aplicativo final do projeto encontra-se *online* (<http://apalopez.info/GPAF/digifotounb/>) com um sistema hierárquico (multinível) no qual as unidades documentais (os documentos fotográficos) estão, necessariamente, vinculados a um titular e a um conjunto desse mesmo titular, estando tais dados sempre disponíveis, qualquer que seja o ponto de acesso no banco de dados. As fichas descritivas de conjuntos documentais e de suas subdivisões apresentam, como complemento de informação sobre seu conteúdo, uma lista de descritores temáticos.

A descrição de documento fotográfico (item documental) é o único nível que comporta a aplicação de descritores visuais e temáticos, por permitir a identificação de tais elementos em uma imagem específica. A existência destes dois tipos separados de descritores está baseada nas distinções, apontadas por Panofsky (1991, p. 47-48), entre a análise pré-*iconográfica* e a *iconográfica*. A primeira corresponde aos descritores visuais, que buscam indicar os elementos físicos predominantes fotografados (por exemplo: homem, cadeira, edifício etc.). A segunda corresponde aos elementos abstratos, identificados e definidos pela subjetividade do observador (por exemplo: ensino, urbanização, arquitetura etc.). Informações complementares sobre os elementos fotografados, tais como nomes de pessoas, topônimos, identificação de edifícios, de eventos e outras, são contempladas em outros campos da descrição dos documentos fotográficos e são recuperáveis pela busca textual. O uso dos descritores está vinculado a um trabalho contínuo de controle de vocabulário, executado à medida que novos dados vão sendo inseridos, e supervisionados por um responsável. As definições instrumentais adotadas aparecem para o consulente na página de busca por descritores<sup>5</sup>.

Em face do avanço que o ambiente em rede pode proporcionar para a construção científica colaborativa e considerando a conclusão do projeto “DigifotoWeb”, foi elaborado um novo projeto para o CNPq, propondo a consolidação de uma rede científica virtual, destinada a amparar as ações de discussão, construção e divulgação de conhecimentos científicos voltadas à temática dos documentos imagéticos em arquivo, sobretudo em relação à organicidade. Ao longo da atuação do GPAF constatou-se aquilo que foi definido por outra pesquisadora como “aridez” de estudos sobre fotografia no âmbito da literatura

arquivística (LACERDA, 2008, p. 20). A maior parte dos estudos na área geralmente aborda questões ligadas à preservação e conservação; outra parcela significativa busca trabalhar a organização dos documentos fotográficos, mas com uma abordagem conteudística, derivada dos postulados biblioteconômicos e absolutamente distante da organicidade arquivística (LOPEZ, 2009, p. 268). O trabalho atualmente desenvolvido com ferramentas das redes sociais tem aberto excelentes possibilidades para a produção colaborativa de conhecimento científico, capaz de impulsionar estudos sobre documentos fotográficos nos arquivos, sob a perspectiva da organicidade.

O projeto de produtividade recém-aprovado pelo CNPq “Rede FotoArq: ambiente científico virtual sobre documentos fotográficos de arquivo” além de estar relacionado aos estudos voltados às redes sociais, conecta-se aos objetivos do grupo de trabalho PAAG/ICA, na medida em que auxiliará na produção e difusão de pesquisas sobre esse tipo de documento, de acordo com a ótica arquivística. A proposta pretende trabalhar na articulação de uma rede de produção colaborativa de conhecimentos sobre documentos fotográficos em arquivos que proporcione a integração (nacional e internacional) de pesquisadores e possibilite incrementar a produção e disponibilização de textos de caráter científico (abrangendo desde estudos iniciais até artigos consolidados). Tal rede deverá incorporar, no mínimo: a) o estado atual dos estudos do PAAG/ICA, incluindo não apenas os produtos finais, como também o processo de elaboração colaborativa de tais conhecimentos por seus membros e colaboradores; b) um periódico científico eletrônico internacional sobre documentos fotográficos de arquivo a ser criado em conjunto com o Grupo de Pesquisa Acervos Fotográficos (GPAF-CNPq), o *Centro Nacional del Patrimonio Fotográfico* da *Universidad Diego Portales* (Cenfoto/UDP), do Chile e o *Laboratorio Audiovisual de Investigación Social* do *Instituto Mora* (LAIS/IM), do México; c) os trabalhos desenvolvidos, e em desenvolvimento, pelos pesquisadores e alunos do GPAF-CNPq, incluindo os textos que já vêm sendo divulgados no *blog* Digifotoweb, bem como servirá de veículo de apoio a estudos similares em desenvolvimento na UCM.

Acredita-se que, com tal projeto, será possível manter a continuidade da discussão das questões desenvolvidas até aqui pelo GPAF, quanto ao tratamento de documentos fotográficos de arquivo, particularmente no que tange às discussões sobre procedimentos arquivísticos de organização e descrição de documentos fotográficos, no âmbito específico dos postulados conceituais da Arquivologia. A estratégia é buscar aprimorar o atual *blog* DigifotoWeb em um ambiente virtual que permita articular, em uma rede de conhecimento, experiências, até o momento dispersas, de pesquisas que buscam, em maior ou menor medida, trabalhar arquivisticamente a questão da fotografia, de modo a promover sinergia entre tais estudos e estimular a produção de novos conhecimentos no âmbito da Arquivologia. Está prevista, também, a contínua formação de novos pesquisadores, os quais deverão se tornar parte ativa da rede.

## Notas

1 - Mais informações podem ser obtidas a partir da página do grupo, no portal do Conselho Internacional de Arquivos: <<http://www.ica.org/5074/about-photographic-and-audiovisual-archives-group/about-photographic-and-audiovisual-archives-working-group.html>>.

2 - Ver mais detalhes em <<http://digifotoweb.blogspot.com.br/p/imaginando-22012.html>>.

3 - Ver mais detalhes em <<http://bieau.blogspot.com.es/2013/04/resumos-dos-comunicacoes-apresentadas.html>>.

4 - Organicidade: qualidade segundo a qual os arquivos refletem a estrutura, funções e atividades da entidade acumuladora em suas relações internas e externas” (DICIONÁRIO..., 1996, p. 57).

5 - O aplicativo foi apresentado na 5ª Jornada FotoDoc, da Universidad Complutense de Madrid, em 2013, estando o material de divulgação disponível em <<http://apalopez.info/GPAF/vfotodoc/>>.

## Referências Bibliográficas

*DICIONÁRIO de terminologia arquivística*. São Paulo: AAB-SP; Secretaria de Estado da Cultura, 1996.

LACERDA, Aline. *A fotografia nos arquivos: a produção de documentos fotográficos da Fundação Rockefeller durante o combate à Febre Amarela no Brasil*. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-11092008-145559/pt-br.php>>. Acesso em: 13 ago. 2012.

LOPEZ, André Porto Ancona. Photographic document as image archival document. In: TEHNIČNI IN VSEBINSKI PROBLEMI KLASIČNEGA IN ELEKTRONSKEGA ARHIVIRANJA: referatov dopolnilnega izobraževanja s področij arhivistike, dokumentalistike in informatike v Radencih, 8, Maribor, 2009b. Tehnični in vsebinski Problemi... Maribor: Pokrajinski Arhiv Maribor, 2009. p. 362-272. Disponível em: <<http://eprints.rclis.org/bitstream/10760/12846/6/A%20LOPEZ%20Maribor%202009.pdf>>. Acesso em: 13ago. 2012.

PANOFSKY, Erwin. *Significado nas Artes Visuais*. Trad. M. Kneese; J. Guinsburg. 3ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1991 (Debates, 99).

Recebido em 25/05/2013



# Visibilidade e difusão do patrimônio fotográfico. Proposta para a criação de um guia de coleções e fundos fotográficos da Espanha, de Portugal e da Ibero-América\*

## *Visibility and dissemination of photographic heritage. A proposal for the creation of a guide for photographic collections and holdings from Spain, Portugal and Iberian-America*

Antonia Salvador Benitez  
Facultad de Ciencias de la Documentación  
Universidad Complutense de Madrid (Espanha)  
asalvador@ccinf.ucm.es

Tradução Sandra Horta

### RESUMO:

Apresenta-se o projeto *Censo-Guía de fondos y colecciones fotográficas de instituciones públicas de España, Portugal e Iberoamérica*, iniciativa promovida pelo grupo de investigação Griweb, da Faculdade de Ciências da Documentação da Universidade Complutense de Madri (Espanha) cujo objetivo é a difusão na Internet do patrimônio fotográfico conservado em centros e instituições públicas da Espanha, de Portugal e da Ibero-América. São expostos a justificativa do projeto, os objetivos e a equipe responsável pela investigação.

**Palavras-chave:** acervos fotográficos; censos; coleções fotográficas; difusão; diretórios; guias; patrimônio fotográfico

### ABSTRACT:

Here we present the project *Censo-Guía de fondos y colecciones fotográficas de instituciones públicas de España, Portugal e Iberoamérica* (*Census-Guide of photographic collections and holdings of public institutions of Spain, Portugal and Iberian-America*). This is an initiative promoted by research group Griweb, of the College of Documentation Sciences of Complutense de Madrid University (Spain), whose aim is to disseminate over the internet the photographic heritage conserved in public institutions and centres in Spain, Portugal and Iberian-America. The justification and aims of the project are presented, as is the team responsible for the research.

**Keywords:** *photography collections; censuses; photographic collections; dissemination; directories; guides; photographic heritage*

\* Este trabalho integra o projeto *Censo-Guía de fondos y colecciones fotográficas de instituciones públicas de España, Portugal e Iberoamérica* Grupo de Investigação Griweb (Recuperação de Informação na Web). Faculdade de Ciências da Documentação, Universidade Complutense de Madri.

## **Introdução**

A necessidade de elaborar um instrumento de controle e difusão de fundos e coleções fotográficos na Espanha justifica-se pela ausência de um organismo especializado, de caráter público e âmbito nacional, que coordene as atuações em matéria de localização, recuperação e descrição do patrimônio fotográfico existente em nosso país. Essa circunstância tem feito com que instituições como arquivos, bibliotecas, museus, fundações e universidades, entre outros, convertam-se em centros receptores de documentação fotográfica, cuja principal função é a conservação dos materiais para a consulta de pesquisadores e da sociedade em geral.

A variedade de centros de gestão também implica diferentes tradições documentais – museológica, arquivística, biblioteconômica – com as distintas pautas de tratamento e descrição que lhes são próprias. Nesse contexto, descobrir em que instituições se encontram as coleções, o volume, as datas, as características técnicas e os conteúdos das fotografias não é tarefa fácil. No estudo dos fundos e coleções constata-se a escassez de instrumentos que facilitem essa informação, constituindo um dos principais problemas com que se deparam os investigadores e agentes interessados na matéria. Nesse sentido, inventários, censos e guias convertem-se em instrumentos de primeira ordem para a localização e o conhecimento do patrimônio fotográfico existente.

A análise da questão, na última década, evidenciou a existência de uma incalculável quantidade de originais de diversos suportes, a dispersão dos fundos e coleções em instituições públicas e privadas e a urgente necessidade de conservação e tratamento desse patrimônio, não apenas pelo seu conteúdo e pelo seu valor para a memória histórica mas também por seu universo (suportes, emulsões, formatos etc.). Ressalta-se a necessidade de se fazer visível os fundos para quantificá-los, inventariá-los e posteriormente analisá-los.

Como resposta a essa problemática, considera-se prioritária a criação de um censo-guia como instrumento que garanta o acesso à informação sobre o patrimônio fotográfico existente e que permita a identificação e localização das instituições, dos fundos e das coleções. Logicamente, uma tarefa dessa envergadura deve ser fruto de um trabalho coletivo e requer um plano geral que garanta um mínimo de qualidade (metodológica, descritiva etc.). Um instrumento com essas características poderia ser utilizado por um conjunto heterogêneo de usuários, desde investigadores, arquivistas, bibliotecários e profissionais da documentação, até empresas de âmbito editorial, turístico, cultural e cidadãos em geral.

## **A difusão do patrimônio**

Sem dúvida, a Internet converteu-se em um meio de difusão por excelência, transformou a prática tradicional de muitas instituições assim como os meios de divulgação empregados até o momento. O patrimônio cultural e fotográfico não está alheio a essa dinâmica. Nos

últimos anos, são constantes as propostas de recuperação e digitalização de fundos e coleções fotográficas, com o objetivo de facilitar a consulta e a visibilidade dos fundos na rede. As iniciativas estão se desenvolvendo tanto nas instituições públicas como nas privadas, - em pequena e grande escala - desde plataformas internacionais, empresas, associações, fundações, universidades, até projetos que afetam o conjunto dos arquivos públicos da Espanha e da Ibero-América.

Uma das tendências das instituições culturais é a difusão e o acesso à web em um ambiente de colaboração institucional. Um exemplo disso é *Censo-Guía de Archivos Españoles e Iberoamericanos* (<http://censoarchivos.mcu.es>) elaborado pelo Centro de Informação Documental de Arquivos (CIDA), vinculado ao Ministério de Cultura. Pensado inicialmente como instrumento de controle, converteu-se em uma ferramenta-chave de difusão das instituições da Espanha e da Ibero-América incorporadas ao referido censo - um total de 52.384 - e de seus conteúdos, permitindo que se tome conhecimento da existência de fotografias nos centros citados. Outras iniciativas de grande importância são a biblioteca virtual *Europeana* (<http://www.europeana.eu/>), um único ponto de acesso a milhões de imagens, livros, pinturas, películas, objetos de museu e documentos digitais procedentes de bibliotecas, arquivos, museus e indústrias culturais de toda a Europa; e a *Europeana Photography* (<http://www.europeana-photography.eu/>) que vem completar a biblioteca digital europeia com algumas das coleções fotográficas mais prestigiadas da história da fotografia, desde 1839, com as imagens de Fox Talbot e Daguerre, até o começo da Segunda Guerra Mundial (1939).

Outro exemplo é a *EuroPhoto* (<http://www.europphoto.eu.com>), o primeiro portal de fotoperiodismo histórico do mundo, financiado pelo Programa de Apoio a Políticas TIC da União Europeia, que reúne nove das agências de notícias mais representativas da Europa - ANSA (Itália), Belga (Bélgica), DPA (Alemanha), EFE (Espanha), Lusa (Portugal), MTI (Hungria), PAP (Polônia), Scanpix (Dinamarca) e EPA (em toda Europa) - para digitalizar cerca de um milhão de imagens históricas de seus arquivos gráficos, agora disponíveis tanto na *Europeana* como em seu portal comercial.

Esses projetos são uma pequena amostra do debate e da reflexão gerados em torno do patrimônio fotográfico: como preservá-lo, que pautas aplicar na gestão, que normas de descrição e que protocolos utilizar para a difusão em rede etc.

Valorizando todas as iniciativas e objetivos alcançados, nesse panorama atual de impulso, investigação, gestão e difusão do patrimônio fotográfico se detectam lacunas significativas nos níveis que podiam ser qualificados como primários e ainda não se tem logrado estabelecer instrumentos mínimos de localização e difusão das fontes originais, ou seja, das imagens. Nesse sentido, é importante assinalar que nem todo o patrimônio é digital, pois nem tudo pode ser digitalizado. Tendo em conta os milhares de documentos fotográficos conservados

em diferentes instituições, a rede apenas mostra uma pequena porcentagem, a maior parte desse patrimônio ainda permanece invisível e inacessível.

Segue pendente, portanto, a criação de uma ferramenta que reúna e unifique a informação sobre o patrimônio fotográfico existente. A necessidade de um censo-guia de fundos fotográficos se justifica em razão da dispersão das coleções, dos fundos e dos instrumentos de descrição em distintos centros de gestão.

## **Antecedentes na Espanha, em Portugal e na Ibero-América**

Na Espanha a elaboração de um instrumento de controle e difusão do patrimônio fotográfico continua sendo um assunto pendente e ainda não se pode falar da existência de um censo-guia do conjunto de fundos e coleções do país. Não obstante, têm ocorrido experiências de caráter local e autônomas que constituem o principal referente para o desenvolvimento de um projeto de censo-guia que abarque todo o país.

As fontes documentais sobre a recuperação do patrimônio têm seu precedente no *Censo-guia de archivos y colecciones fotográficas de Álava* (ARÓSTEGUI, 1988). Não obstante, uma das grandes instituições espanholas pioneira em enfrentar a árdua tarefa de ordenar suas coleções foi a Biblioteca Nacional, com *150 años de fotografía en la Biblioteca Nacional. Guía inventario de los fondos* (KURTZ-ORTEGA, 1989), que constitui um trabalho de referência para além de nossas fronteiras.

De menção obrigatória é o *Llibre blanc del patrimoni fotogràfic a Catalunya* (ZELICH, 1996) por tratar-se de um dos primeiros projetos de guia de fundos fotográficos desenvolvidos em nosso país, o qual reúne ampla e interessante informação sobre arquivos, coleções e fundos fotográficos da Catalunha, além de fotografia de autores. Inclui, ainda, o modelo da ficha utilizada para os questionários de coleta de dados nas diferentes instituições e centros, assim como informações relativas à conservação e restauração, difusão do patrimônio, marco legal e mercado de fotografia.

A essas iniciativas seguiram-se outras impulsionadas principalmente pelas comunidades autônomas, que têm elaborado inventários e guias das coleções e fundos existentes em seus respectivos territórios. No trabalho de inventário a Catalunha encontra-se à frente, destacando-se *Inventari d'arxius fotogràfics de Catalunya* (BLANCH, 1998), e *Girona. Guia de fons en imatge* (BOADAS e CASELLAS, 1999) realizado pelo *Centre de Recerca i Difusió de la Imatge* (CRDI), que oferece informação sobre os materiais fotográficos e cinematográficos conservados em distintos arquivos e fundos da cidade de Girona. Nessa mesma direção, destacam-se outros trabalhos como o *Guia d'arxius, colleccions i fons fotogràfics i cinematogràfics de les Balears* (AGUILÓ e MULET, 2004), elaborado pelo Grupo de Investigação do Patrimônio Audiovisual das Baleares (GBAP), um estudo geral sobre a elaboração de guias de arquivos fotográficos (MULET, 2005); *Guía-Inventario de fondos y*

*colecciones fotográficas de Canarias*, de Carmelo Vega<sup>1</sup>; o projeto Isurkide do Photomuseum de Zarautz<sup>2</sup>, e o estudo de Laia Foix (2011) sobre o patrimônio fotográfico da Catalunha na rede.

Nos últimos anos, o interesse pelo patrimônio fotográfico surgiu nas universidades, concretamente na Politécnica de Valência, com o projeto *dFoto* (<http://www.dfoto.info>), iniciado em 2010, com o objetivo de criar um diretório de instituições e suas correspondentes coleções servindo de instrumento de controle e ferramenta de difusão do patrimônio fotográfico espanhol, tanto histórico como contemporâneo (GATO-GUTIÉRREZ et al, 2010; GARCÍA CÁRCELES et al, 2012). Os objetivos gerais são organizar e homogeneizar a informação das instituições, divulgar o patrimônio e dar visibilidade aos centros e seus fundos.

Soma-se a essa iniciativa o projeto *InFoco*, implementado em 2012 pelo grupo de pesquisa Griweb, da Universidade Complutense de Madri, cujo objetivo é a elaboração de um censo-guia eletrônico com informações sobre instituições, fundos e coleções fotográficas da Espanha, de Portugal e da Ibero-América, projeto apresentado no *Iº Workshop de Acervos Fotográficos* realizado no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

Ambos os projetos trabalham de forma conjunta e coordenada com o objetivo de recuperar e difundir o patrimônio fotográfico, porém com duas linhas de atuação: uma dedicada aos fundos e coleções de instituições privadas e instituições públicas espanholas de caráter local (municipal e autônomo), atuação coordenada pela Universidade Politécnica de Valência em colaboração com as universidades de Cantábria, Ilhas Baleares, Murcia, La Laguna e Pompeu Fabra de Barcelona (Projeto *dFoto*); e outra dirigida às coleções e fundos fotográficos de instituições públicas e de dependência estatal da Espanha, de Portugal e da Ibero-América, atuação coordenada pela Universidade Complutense de Madri (Projeto *InFoco*).

Em Portugal e na Ibero-América se reproduzem os mesmos fatores de dispersão e variedade de centros de gestão que na Espanha, encontrando-se coleções e fundos fotográficos em museus, bibliotecas, arquivos, meios de comunicação, fundações, universidades, ministérios etc. Por essa razão, ainda que, em um primeiro momento, o alcance do projeto *InFoco* tenha se limitado a instituições espanholas, posteriormente seu objetivo foi ampliado a outros países do âmbito hispânico, concretamente Portugal e Ibero-América, com a ideia de contribuir também para a visibilidade e difusão de seu patrimônio fotográfico.

O interesse suscitado pela fotografia e seu valor como patrimônio também tem motivado a elaboração de diretórios, guias e cadastros com a finalidade de facilitar a informação sobre os fundos e coleções existentes em seus respectivos territórios. Exemplo é *Catastro Nacional de Colecciones Fotográficas Patrimoniales* (1999) implementado pelo Centro Nacional do Patrimônio Fotográfico (CenFoto) do Chile. No processo de diagnóstico, cerca de 130 coleções foram identificadas, das quais 94 foram coletadas no cadastro, com uma estimativa inicial de mais de 16 milhões de fotos. Na última década, o CenFoto trabalhou com 63 coleções e calcula-se que o número de fotografias supere os 23 milhões.

No México, a principal iniciativa para o controle, a localização e o conhecimento do patrimônio fotográfico é o *Directorio de archivos, fototecas y centros especializados en fotografía* (2001), editado pelo Conselho Nacional para a Cultura e as Artes<sup>3</sup>. Esse instrumento proporciona dados de identificação institucional, data do fundo, área ou seção fotográfica, orçamento, necessidades, pessoal e sua formação. Também inclui dados sobre as regras de catalogação e os sistemas de classificação empregados na organização das coleções fotográficas, assim como a resolução e as normas utilizadas para sua digitalização.

Continuando a experiência do Chile, em 2005, a Argentina apresentou o Programa “Missão Fotográfica” para abordar a identificação, registro, conhecimento, proteção e uso social do patrimônio fotográfico do país, com o objetivo de realizar o *Cadastro Nacional de Fotografia* e obter informação quantitativa e qualitativa dos fundos e coleções presentes em arquivos, museus e instituições e diversos depósitos argentinos, assim como seu estado de conservação. Em 2007, o projeto do Cadastro foi apresentado no 2º Congresso Ibero-Americano de Biblioteconomia com uma estimativa de 1.244 arquivos e fundos detectados em todo o país, estabelecendo a metodologia e os resultados esperados do projeto<sup>4</sup>.

Em Portugal, um importante exemplo é o *Guia de fundos e coleções fotográficos* (2007) trabalho realizado pelo Centro Português de Fotografia (CPF), um marco do projeto Programa Operacional da Cultura<sup>5</sup>. Com quase dois milhões de documentos fotográficos, o CPF apostou, em uma primeira abordagem, na elaboração de um guia como instrumento de investigação e difusão informando, no menor tempo possível, sobre o importante volume de fundos e coleções existentes, facilitando assim o acesso ao usuário. Com esse objetivo, as descrições foram elaboradas considerando os níveis superiores – fundo e coleção – de acordo com as normas internacionais ISAD(G) e ISAAR (CPF), para garantir a coerência e a consistência exigida em uma rede de arquivos. Além disso, incorpora índices de pessoas, instituições e processos fotográficos que integram as coleções descritas.

Esses são apenas exemplos e, possivelmente, existirão outros, que lamentamos desconhecer. Porém, a difusão do patrimônio fotográfico não pode ser resolvida com esforços e iniciativas individuais. É premente ensaiar fórmulas que permitam a necessária integração do conhecimento sobre as instituições, fundos e coleções em uma ferramenta comum que melhore o acesso físico e informativo a essa documentação.

### **Projeto InFoco: Censo-Guia de fundos e coleções fotográficos de instituições públicas da Espanha, de Portugal e da Ibero-América**

Embora as grandes instituições tenham realizado uma tarefa excepcional visando difundir seus fundos, a informação se encontra dispersa em distintos centros, plataformas e bases de dados de acesso desigual. A grande maioria dos originais permanece, entretanto, invisível e se observa uma problemática que podemos resumir nos seguintes aspectos:

- Ausência de um diretório de instituições públicas e privadas com fundos e coleções fotográficos.
- Desconhecimento e invisibilidade do patrimônio fotográfico existente, que impede sua valorização quantitativa e qualitativa e, em consequência, o torna inacessível a pesquisadores, estudiosos e interessados na matéria.
- Falta de coordenação entre as distintas instituições de gestão no que se refere à recuperação, conservação e difusão do patrimônio fotográfico.
- Indefinição das estratégias de recuperação e difusão do patrimônio fotográfico, que se manifestam em iniciativas isoladas e tentativas de difusão parciais.

Como resposta a essa problemática considera-se prioritária a criação de um censo-guia para conhecer as instituições, os fundos e as coleções. Trata-se de um instrumento de descrição que garanta o acesso à informação sobre o patrimônio fotográfico existente, permitindo conhecer o que se tem conservado, quem o tem conservado (museus, arquivos, o autor etc.), como se tem conservado (estado de conservação e nível de organização) e que características têm (qualitativa e quantitativamente, condições de acesso e consulta).

## Objetivos

O censo-guia de fundos e coleções fotográficos pretende converter-se em um guia eletrônico e em um diretório de instituições da Espanha, de Portugal e da Ibero-América que permita à administração, pesquisadores e cidadãos em geral a localização imediata dos centros de gestão, assim como obter informação sobre as características dos fundos e coleções que eles custodiam. Como objetivos gerais o projeto *InFoco* assinalou o que se segue:

- Colocar à disposição da comunidade investigadora uma plataforma única que facilite a informação sobre o patrimônio fotográfico custodiado pelo Estado espanhol assim como pelas instituições estatais de Portugal e dos países ibero-americanos participantes do projeto.
- Localização e identificação dos fundos e coleções fotográficos presentes em instituições públicas da Espanha, de Portugal e da Ibero-América
- Elaboração de um Censo como instrumento básico para o conhecimento, controle e proteção do patrimônio fotográfico existente.
- Desenvolvimento de um guia eletrônico para a difusão na *web* da informação sobre as coleções e fundos fotográficos existentes em instituições públicas da Espanha, de Portugal e da Ibero-América.
- Criação do Centro Estatal de Documentação Fotográfica (CEDF) para garantir a gestão, o acesso e a difusão da informação relacionada às coleções e fundos fotográficos custodiados pelas instituições colaboradoras integradas ao censo-guia.

## Planificação e metodologia

O alcance do projeto e o volume de informação que se pretende recolher requer o estabelecimento de um marco de atuação claro e definido assim como uma colaboração suave e eficaz entre as instituições interessadas em participar do censo-guia. De acordo com os objetivos assinalados, a metodologia e o plano de trabalho para o desenvolvimento do projeto compreendem as seguintes fases:

Localização e identificação de instituições públicas gestoras de coleções de fotografias tomando como ponto de partida uma análise bibliográfica, com o objetivo de localizar e conhecer catálogos, guias, inventários e instrumentos de pesquisa sobre fundos e coleções fotográficos na Espanha, em Portugal e na Ibero-América. As entrevistas com investigadores e especialistas na matéria são outra via para a localização das instituições e suas coleções, assim como os contatos com as instituições públicas de âmbito estatal que o projeto pretende alcançar.

Desenho e implementação de um Portal *web* do censo-guia como plataforma de trabalho e comunicação com as instituições e países participantes. Nesse Portal serão incorporadas, em distintas fases, as instituições localizadas e a informação de seus fundos e coleções.

Coleta de dados e descrição dos conjuntos documentais. Para agilizar e tornar mais operacional a remissão da informação sobre fundos e coleções fotográficos desenhou-se uma ferramenta on-line que estará disponível no Portal *web* do censo-guia para que as instituições participantes possam executar e adicionar a informação diretamente em um formulário. O conteúdo, portanto, é de responsabilidade das instituições colaboradoras e dos autores da descrição dos fundos e coleções.

Difusão e consulta na *web* do censo-guia através de um Portal comum no qual seja possível encontrar informações sobre o patrimônio fotográfico conservado em centros e instituições públicas estatais da Espanha, de Portugal e da Ibero-América. O Portal dará acesso a um diretório de instituições por países, um diretório de coleções, um guia dos conjuntos fotográficos com informação sobre o volume, suportes, autores, datas e temas das fotografias, e um mapa clicável com a geolocalização das instituições gestoras das coleções fotográficas.

## Resultados

Foi realizado um estudo preliminar e um mapeamento de fundos e coleções fotográficos existentes em instituições públicas da Espanha, do Brasil e do México. Para isso, foi estabelecida uma série de contatos e entrevistas com pesquisadores e especialistas dos respectivos países, o que permitiu a localização e a seleção de uma primeira mostra de instituições com fundos e coleções fotográficos.

Do ponto de vista acadêmico, foram desenvolvidas atividades de difusão do projeto em forma de palestras em *workshops*, jornadas e seminários tais como: *VIII Workshop*

*Internacional em Ciência da Informação* (2012), celebrado na Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília com o título “Censo-Guia de acervos fotográficos da Espanha e da Ibero-América. Um projeto em construção”; *I Workshop de Acervos Fotográficos* (2012), realizado no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (Brasil) com a palestra “Proposta para a criação de um Censo-Guia de coleções e fundos fotográficos da Espanha, de Portugal e da Ibero-América”; *IV Jornada Fotodoc* (2012) realizada na Faculdade de Ciências da Documentação da Universidade Complutense de Madri, com a exposição “Proyecto Infoco. Censo-Guía de colecciones fotográficas en instituciones públicas de España, Portugal e Iberoamérica”; e no *X Seminário Hispano-Mexicano de Investigación em Biblioteconomia e Documentação* (2013), realizado em Plasencia e Madri, com a palestra “Proyecto InFoco: Bases para la creación de un censo-guía de fondos y colecciones fotográficos en España y México”.

O primeiro fruto do projeto *InFoco* foi um informe no qual ficaram definidos seus objetivos e seu alcance assim como a metodologia, cronograma e plano de trabalho, que compreende um período de três anos. Os resultados previstos no projeto são:

Desenho e implementação de um Portal *web* do censo-guia como plataforma de trabalho e comunicação com as instituições e países participantes, assim como para a difusão dos objetivos, alcance e resultados do projeto. Nesse Portal serão incorporadas, em fases distintas, as instituições localizadas juntamente com a informação sobre seus fundos e coleção.

Publicação on-line de um censo-guia de fundos e coleções fotográficos em instituições estatais da Espanha, de Portugal e da Ibero-América, que oferecerá de forma integrada e normalizada informação sobre as instituições gestoras de acervos fotográficos na Espanha, em Portugal e na Iberoamérica e suas coleções.

Desenvolvimento de uma ferramenta específica baseada em padrões de interoperabilidade para facilitar a difusão, o acesso e a consulta à informação sobre os fundos e coleções, atendendo a diferentes critérios (cronológicos, temáticos, autores/produtores dos fundos, instituições de gestão, suportes e características técnicas, os documentos fotográficos etc.)

Criação de um observatório para apresentação de projetos, iniciativas, publicações e pesquisa em matéria de patrimônio fotográfico.

Em uma primeira fase, o projeto pretende reunir e publicar instrumentos de descrição de 1.000 coleções fotográficas que correspondem à Espanha, ao México e ao Brasil. A progressiva incorporação de novos países, novas instituições e novos conteúdos sem dúvida enriquecerá esse espaço de difusão do conhecimento sobre o patrimônio fotográfico colocado à disposição da comunidade investigadora e da sociedade em geral através da Internet.

## Notas

1 - Disponível em <http://www.inventarioiofc.com/inicio.html>

2 - Projeto Isurkide. Centro de dados da fotografia do País Basco. Disponível em <http://www.photo-museum.es>

3 - *Diretório de arquivos, fototecas e centros especializados em fotografia*. México: CONACULTA-Centro da Imagem, 2001

4 - OREAN, Olga, et al. "Catastro Nacional de Fotografías". 2º Congreso Iberoamericano de Bibliotecología *Bibliotecas y nuevas lecturas en el espacio digital*. Buenos Aires, 14-17 abril, 2007. Disponível em <http://www.abgra.org.ar/fotos/2CIB/Catastro%20Nacional%20de%20Fotografia.pdf>

5 - *Guia de fundos e coleções fotográficas*. Direção Geral de Arquivos, Centro Português de Fotografia, 2007

## Referências bibliográficas

AGUILÓ, Catalina; MULET, Maria-Josep. *Guía d'arxius, col.leccions i fons fotogràfics i cinematogràfics de les Balears, 1840-1967*. Palma: Fundacion Sa Nostra, 2004.

AREAN, Olga, et al. "Catastro Nacional de Fotografías". 2º Congreso Iberoamericano de Bibliotecología *Bibliotecas y Nuevas Lecturas en el Espacio Digital*. Buenos Aires, pp. 14-17, 2007.

ARÓSTEGUI, Pilar. *Censo guía de archivos y colecciones fotográficas en Álava*. Vitoria: Gobierno Vasco, 1988.

BLANCH, Albert. *Inventari d'arxius fotogràfics de Catalunya*. Barcelona: Azimut, 1998.

BOADAS, Joan; CASELLAS, Lluís Esteve. *Girona. Guia de fons en imatge*. Girona: Ajuntament, 1999.

BOADAS, Joan; CASELLAS, Lluís Esteve; SUQUET, M. Àngels. *Manual para la gestión de fondos y colecciones fotográficas*. Girona: CCG Ediciones, 2001.

FOIX, Laia. "Patrimonio fotográfico de Catalunya en la red". *El profesional de la información*, v. 20, n. 4, pp. 378-383, 2011.

GARCÍA CÁRCELES, Miguel, et al. "DeFoto. Directorio Colecciones de fotografía en España", in *Imatge i Recerca. 12es Jornades Antoni Varés*. Girona: Ayuntamiento, 2012.

GATO-GUTIÉRREZ, Mario, et al. "Colecciones de fotografía en España: Propuesta del Directorio Fotográfico en España (De Foto)", en *Imatge i Recerca. 11es Jornades Antoni Varés*. Girona: Ayuntamiento, pp. 137-139, 2010.

GONZÁLEZ REYEZ, Gabriela (coord.). *Directorio de archivos, fototecas y centros especializados en fotografía*. México: CONACULTA-Centro de la Imagen, 2001.

*Guia de fundos e coleções fotográficas*. Direção Geral de Arquivos, Centro Português de Fotografia, 2007.

KURTZ, Gerardo; ORTEGA, Isabel. *150 años de fotografía en la Biblioteca Nacional. Guía inventario de los fondos*. Madrid: Ministerio de Cultura, 1989.

MASSE, Patricia (coord.). *Directorio de archivos, fototecas y centros especializados en fotografía*. México: CONACULTA-Centro de la Imagen, 2001.

MULET, María-Josep. "La creación de guías de archivos fotográficos", en *Actas del Primer Congreso de Historia de la Fotografía*. Zarautz: Photomuseum, pp. 33-43, 2005.

RAMOS FANDIÑO, Guadalupe Patricia; GUTIÉRREZ CHIÑAS, Agustín. "Organización de fondos fotográficos en México". *Documentación de las Ciencias de la Información*, v. 34, pp. 101-117, 2011.

RIEGO, Bernardo et al. *Manual para el uso de archivos fotográficos*. Madrid, Ministerio de Cultura, 1997.

SÁNCHEZ VIGIL, Juan Miguel. *El documento fotográfico. Historia, usos y aplicaciones*. Gijón: Trea, 2006.

SÁNCHEZ VIGIL, Juan Miguel. "Proyecto CDF: Centro de Documentación Fotográfica". *Clip*, nº 50. Madrid: Sedic, 2008.

SÁNCHEZ VIGIL, Juan Miguel; OLIVERA ZALDUA, María; SALVADOR BENÍTEZ, Antonia. "Patrimonio fotográfico", en Marcos Recio, Juan Carlos (coord.). *Gestión del patrimonio audiovisual en medios de comunicación*, Madrid: Síntesis, 2013, pp. 177-214.

VALLE GAZTAMINZA, Félix (ed.). *Manual de documentación fotográfica*. Madrid, Síntesis, 1999.

ZELICH, Cristina (coord.). *Llibre Blanc del patrimoni Fotogràfic a Catalunya*. Barcelona: Generalitat de Catalunya, 1996.

Recebido em 30/05/2013

# O acervo histórico do CPDOC: novas perspectivas

## *The historical collection of the CPDOC: new perspectives*

Martina Spohr

Doutoranda em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro;  
professora e analista de documentação e informação da Escola de Ciências Sociais/CPDOC  
martina@fgv.br

### RESUMO:

O presente artigo tem como objetivo levantar algumas reflexões acerca do tratamento, preservação e acesso ao acervo histórico do Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV), mais especificamente sobre os desafios e consequências ocasionados pelo processo de digitalização do acervo de fotografias da instituição.

**Palavras-chave:** arquivos pessoais; digitalização de acervos; Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV)

### ABSTRACT:

*This article aims to reflect on the treatment, conservation and access to the historical collection of the Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (Centre for Brazilian Contemporary History Research and Documentation of the Getúlio Vargas Foundation – CPDOC/FGV), more specifically on the challenges and consequences of the process of digitising the institution's photography collection.*

**Keywords:** *personal records; digitising collections; Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV)*

O presente artigo, resultado da palestra apresentada no workshop Acervos Fotográficos, realizado no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, em novembro de 2012, tem como objetivo levantar algumas reflexões acerca do tratamento, preservação e acesso do acervo histórico do Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV), mais especificamente sobre os desafios e consequências ocasionados pelo processo de digitalização de nosso acervo de fotografias.

O CPDOC, que neste ano de 2013 completa 40 anos de existência, foi fundado no início da década de 1970, período caracterizado pela criação de diversos cursos de pós-graduação em História e áreas afins no Brasil. Esse movimento proporcionou um aumento considerável na busca por fontes primárias com objetivos voltados para a pesquisa acadêmica. Junto a isso, observamos a criação dos primeiros cursos de graduação em Arquivologia e o consequente aumento da preocupação com a preservação, tratamento, gestão e acesso a documentos de todas as idades, em específico à documentação permanente de caráter pessoal. Além do CPDOC, nesse período foram fundados diversos centros de documentação e memória, como o Arquivo Edgar Leuenroth e o Centro de Memória na Unicamp, o Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) da USP e a Casa de Oswaldo Cruz.

O CPDOC foi criado em junho de 1973, passando a fazer parte do Instituto de Direito Público e Ciência Política da Fundação Getúlio Vargas. Surgiu com a finalidade de reunir, preservar e dar acesso a um acervo de documentos de reconhecido valor histórico para a história contemporânea brasileira pós 1930. Até então, normalmente, os acervos privados não eram vistos como material de interesse por outros que não os seus produtores e, eventualmente, suas famílias. Com o CPDOC, é reforçada a ideia de que o fundo privado pessoal tem interesse para a pesquisa. Isso funciona como uma monumentalização do acervo e é usado como argumento para a doação<sup>1</sup> – por meio do acervo transformado em monumento, permanece a memória de seu produtor. Apesar de ter sido pensado inicialmente como um centro de documentação, com o tempo o CPDOC passou a desenvolver suas próprias pesquisas, dividindo-se em dois setores: um setor de documentação e um setor de pesquisa<sup>2</sup>.

A interação das duas áreas, principalmente nesses primeiros tempos, era intensa e os acervos recebidos foram utilizados como fonte pelos pesquisadores da casa. O acervo foi constituído inicialmente de dois fundos de bastante relevância para a história do Brasil republicano: os arquivos pessoais de Getúlio Vargas – doado em junho de 1973, caracterizando a origem do Centro - e de Oswaldo Aranha – doado em outubro do mesmo ano. O acervo era, inicialmente, constituído de fundos de personagens da elite política brasileira. Ao longo do tempo, ampliamos nossa linha de acervo incluindo alguns importantes personagens do cenário nacional tais como os fundos Herbert de Souza (Betinho)<sup>3</sup>, importante sociólogo, e Evandro Lins e Silva, advogado e jurista, e não apenas de personagens da elite política nacional<sup>4</sup>. Devemos destacar a importância de uma das fundadoras do Centro, Celina Vargas do Amaral Peixoto, que recebeu de sua mãe, Alzira Vargas do Amaral Peixoto<sup>5</sup>, a doação

do arquivo de seu avô Getúlio Vargas<sup>6</sup>, fundo até hoje mais procurado em nossa Sala de Consultas.

Em palestra no ano de 1981, a então coordenadora do Setor de Documentação Célia Reis Camargo relata a primeira experiência do Centro em organização de arquivos nos fundos Getúlio Vargas e Oswaldo Aranha:

O total de unidades documentais era de 110 mil documentos, e a equipe ficou mobilizada durante praticamente dois anos para trabalhar esse material. E esse trabalho de dois anos se prolongou. O tempo é mais ou menos longo de tratamento, mas o trabalho consistia numa busca, que parecia indispensável, de estabelecer diretrizes para o tratamento de arquivos privados e, basicamente, de arquivos pessoais, no máximo familiares, pois eles têm uma especificidade dentro de uma área mais ampla de arquivos privados, que incluem arquivos de instituições. (CAMARGO, 1981: p. 59).

Este momento de criação e as dificuldades apresentadas para o início dos trabalhos desenvolvidos pela atual Coordenação de Documentação dentro do CPDOC são essenciais para a compreensão proposta em nossa palestra onde entendemos que a informatização e a posterior digitalização dos nossos documentos resultaram numa grande mudança na gestão de nosso acervo.

Em um primeiro momento, a grande preocupação do CPDOC era desenvolver procedimentos de organização a fim de padronizar e determinar o formato segundo os quais a documentação recebida pelo Centro seria tratada.

A primeira versão de nossa metodologia foi produzida em 1980, sete anos após a chegada dos primeiros arquivos ao Centro. No momento em que foi produzida, o CPDOC possuía cerca de 500 mil documentos<sup>7</sup>. Tal versão foi pioneira em sua concepção dentro da área de tratamento e preservação de arquivos pessoais no Brasil. Muitas instituições detentoras de acervos de mesma natureza utilizaram a metodologia desenvolvida pelo CPDOC como base de sua atuação.<sup>8</sup>

A preocupação quanto à divulgação dos procedimentos do CPDOC através de uma publicação é encontrada em sua apresentação:

O CPDOC, através do Setor de Documentação, tem sido procurado com muita frequência por instituições ou grupos que pretendem implantar, com fins idênticos, um trabalho de organização, utilização e divulgação da documentação histórica, de caráter público ou privado. No momento em que os esforços para a preservação da memória nacional são redobrados e generalizam-se por todas as instituições que, de algum modo, se consideram responsáveis por essa tarefa, a atitude de relatar nossas preocupações, revelando parte significativa de nossas experiências e procedimentos, assume importância fundamental para a continuidade de nossos trabalhos. É com o objetivo de atender às solicitações de colaboração interinstitucional e divulgar o trabalho que realizamos, que julgamos oportuna essa publicação. Convém ressaltar, ainda, a tentativa de abrir o debate relativo ao tratamento, utilização, divulgação e acesso às fontes primárias em nosso país. (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 1980: p. II)

Nas considerações preliminares encontramos uma evidente preocupação com a busca de informações na área da Arquivologia. Merece destaque a ênfase dada ao diálogo com experiências internacionais, visto que no Brasil não existia nenhum procedimento que desse conta das necessidades do CPDOC. Nessa primeira versão, é relatada a busca de padrões nas bibliotecas presidenciais dos Estados Unidos e na experiência francesa, procurando nessa subsídios relativos às técnicas de organização de arquivos. A influência francesa é caracterizada pela formação de alguns pesquisadores do Centro. Celina Vargas do Amaral Peixoto (fundadora e então chefe do CPDOC) e Aspásia Camargo, por exemplo, haviam acabado de fazer suas pós-graduações na França, trazendo para a construção do Centro uma perspectiva de estudos voltados para uma nova história política, que constituiu o eixo de seu acervo e de suas análises. Observamos, entretanto, que a busca pelo debate produzido nos Estados Unidos caracteriza a preocupação dos pesquisadores do Centro em considerar diferentes perspectivas.

Há, também, uma ênfase na preocupação com a relação entre a organização do acervo e a pesquisa. Diante disso, determina que a finalidade da organização de arquivos seja a de colocar à disposição do usuário documentos de valor histórico. Para isso, elegia-se como principal instrumento de pesquisa o inventário analítico, que refletia o arranjo dado ao acervo e todos os dados relativos ao documento tais como autoria e/ou nome de remetentes, nome dos destinatários e locais de produção, registro do código (notação) e do resumo dos conteúdos desses documentos.

A metodologia também dispõe sobre o tratamento de fotografias, filmes e documentos sonoros além do tratamento do material impresso. Esse último constitui o acervo da biblioteca, onde se encontram livros, folhetos, periódicos e teses acadêmicas oriundos dos arquivos e coleções ou doações avulsas. Esse material recebe, até hoje, tratamento de biblioteca, porém as siglas que representam os fundos de origem são mantidas. Os demais documentos audiovisuais recebem o tratamento técnico adequado e constituem séries únicas. Não entraremos na exposição das questões técnicas específicas de cada tipo de suporte, embora ressaltemos que a metodologia dispõe sobre tais questões.

A publicação da terceira edição em 1994 se dá, principalmente, pela entrada da tecnologia no âmbito da difusão da informação arquivística. A busca pela adoção de modelos e perspectivas que visam à posterior utilização dos instrumentos encontrados na criação de bases de dados mostra a atualidade do pensamento dos pesquisadores do Centro, preocupados desde a edição da segunda versão com a implementação da automatização do tratamento e da difusão dessas informações. Destaca-se, para fins de conservação da documentação, a utilização da microfilmagem. A linha de acervo é reafirmada, dizendo que o CPDOC tem como objetivo “receber, organizar e preservar arquivos de homens públicos com atuação na vida política nacional do pós-1930, bem como investigar temas da história brasileira do mesmo período” (CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO

EM HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 1994: p. VII).

A última versão publicada foi feita em 1998 e recebeu o nome de “Metodologia de organização de arquivos pessoais: a experiência do CPDOC” ((CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO EM HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 1998). Na realidade, não traz mudanças significativas, algo que fica evidente na apresentação dessa versão:

A revisão que ora se apresenta foi necessária para corrigir alguns erros de impressão e certas imprecisões encontradas na última tiragem, que prejudicavam a clareza do manual, bem como para acompanhar as mudanças tecnológicas no campo da recuperação da informação, notadamente nas etapas de descrição e notação dos documentos. Assim, esperamos possibilitar, num futuro próximo, o acesso informatizado aos itens documentais. (CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO EM HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 1998: p. 9).

A implementação do sistema Accessus, no ano de 2000, suscitou algumas questões, tais como a mudança na forma de consulta ao acervo. Passou-se a consultar um fundo a partir da busca informatizada de um assunto, por exemplo, levando a uma consulta extremamente pontual. A pesquisa mais específica começou a ser utilizada em detrimento da consulta ao inventário, onde o pesquisador tinha acesso ao conjunto da documentação. Essa é uma preocupação recorrente nas discussões internas do CPDOC.

A digitalização de fotografias é uma prática adotada pelo CPDOC desde o início dos anos 2000, a partir da criação de nossa base de dados Accessus. Ao longo de mais de dez anos, essa prática possibilitou o acesso online a nossas fotografias. Mais uma vez, destacamos o pioneirismo do CPDOC na digitalização e disponibilização de acervos históricos on-line, cumprindo sempre com nossa missão primordial na qual a finalidade da organização de arquivos é a de colocar à disposição do usuário documentos de valor histórico.

Ao longo desses anos, a digitalização de fotografias se tornou parte do tratamento arquivístico dado a esse suporte dentro do CPDOC. Dessa maneira, começamos a tratar a informação através de nossa metodologia e disponibilizar um banco de imagens referencial para a História Contemporânea brasileira on-line. Além disso, com o acesso remoto à documentação, conseguimos atender o público de qualquer parte do globo, preservando os originais através de seu acondicionamento adequado e atuando de forma preventiva ao evitar seu manuseio pelos pesquisadores que nos procuram. Até o ano de 2007, o CPDOC digitalizou cerca de 50.000 fotografias de seu acervo histórico, disponibilizando-a em seu portal na Internet<sup>9</sup>.

Essa primeira experiência obteve grande êxito, fazendo com que o CPDOC passasse a se dedicar a digitalizar seu acervo independente do suporte. Esse desafio iniciado pela digitalização de fotografias se estendeu aos outros suportes de nosso acervo. No ano de

2004, digitalizamos o primeiro arquivo textual completo, o fundo Getúlio Vargas. O advento dos 50 anos de morte do titular, sua importância em termos históricos e institucionais e o elevado acesso ao acervo em nossa Sala de Consultas levaram a essa primeira experiência. No ano de 2007, foi digitalizado o arquivo de outro presidente, Ernesto Geisel. Além de toda a documentação textual de seu acervo, foi possível digitalizar seus mais de cem álbuns fotográficos. Até este momento, nenhum álbum fotográfico tinha sido digitalizado, somente as fotografias avulsas.

No ano de 2008, o CPDOC inicia um amplo projeto de digitalização<sup>10</sup>, preservação e difusão de seu acervo. O processo de digitalização de diferentes suportes possibilitou uma mudança de paradigma no acesso e na difusão de nosso acervo. Nossa política de digitalização, desenhada há alguns anos para o caso das fotografias, foi desenvolvida com claros objetivos de preservação documental. O projeto, além da digitalização, tinha como objetivo a troca e o reacondicionamento dos suportes. Para isso, incluímos em nossa proposta a compra de mobiliário, invólucros, caixas para os diferentes suportes bem como a higienização de grande parte de nossa documentação. A digitalização de parte de nosso acervo acarretou em uma melhora no seu acondicionamento. Essa atuação é vista pelo Centro como essencial e entendida como um trabalho de conservação preventiva a ser realizado junto ao processo de digitalização. Além da preocupação com a preservação “física”, incluímos no projeto o aluguel de um excelente espaço em um Digital Mass Storage System (DMSS) a fim de alocar as cópias digitais produzidas ao longo do projeto. A guarda de nossa documentação digitalizada em um DMSS, sistema que combina HDs de alta capacidade com o armazenamento em fitas de dados LTO e com mecanismos de verificação de integridade, recuperação e migração de dados, foi escolhida por sua segurança, seguindo as recomendações internacionais de guarda de documentação digital encontrada em diferentes instituições de arquivo no mundo.

Diante disso, pretendemos demonstrar essa mudança e suas implicações no trabalho de preservação e acesso da documentação digitalizada ao longo dos anos que seguiram o projeto. Nosso objetivo é apresentar o estado atual desse trabalho realizado pelo CPDOC bem como o desenvolvimento de ferramentas de acesso para a disponibilização on-line dos documentos trabalhados ao longo do projeto.

Nele, foram digitalizados cerca de 30.000 fotografias, 350 discos, 65 películas cinematográficas, 388 fitas (entre fitas VHS, U-MATIC, rolo e cassete) além de 361.000 páginas de documentos textuais.

Definimos assim uma série de diretrizes de digitalização visando otimizar e padronizar o processo de digitalização e disponibilização deste material a partir de parceria com especialistas em formatos digitais. Assim sendo, podemos considerar que a digitalização de grande parte de nosso acervo apontou para a necessidade de busca por inovações tecnológicas que viessem possibilitar o acesso aos usuários de maneira palatável e visualmente simples.

Nosso objetivo no presente trabalho é apontar nossas conquistas e indicar novos horizontes para a difusão e preservação de nosso acervo.

A digitalização dos álbuns fotográficos – além das fotografias avulsas recebidas e tratadas ao longo do período do projeto pelo Centro – possibilitou a disponibilização de nossas 80.000 fotografias na Internet, em nossa base de dados. Diante da impossibilidade de montar no Centro um laboratório próprio para a digitalização dos documentos buscamos uma empresa parceira<sup>11</sup> para participar do projeto. A escolha dessa empresa também obedeceu aos critérios estabelecidos pelos profissionais do CPDOC. Era imprescindível que a parceira fosse habilitada a atender as especificidades de nosso acervo histórico. Para um resultado satisfatório, foi necessário que os funcionários de nossa parceira entendessem um pouco de nossa metodologia de organização dos documentos e dos códigos registrados nos documentos.

O processo de digitalização gerou arquivos nos formatos TIFF (alta resolução) e JPEG (baixa resolução, utilizado para disponibilização na Web). Junto a isso, realizamos o acondicionamento dos álbuns em caixas neutras produzidas especialmente para o nosso acervo e de parte das fotografias avulsas em envelopes de polietileno e papel neutro. Após o final do projeto, novos desafios se apresentaram para o acesso a essa documentação.

As fotografias, que já se encontravam disponíveis em nossa base de dados na Internet, são objeto de pesquisa de outro setor da Fundação Getúlio Vargas, a Escola de Matemática Aplicada (EMAp). A parceria desenvolvida entre a EMap e o CPDOC resultou em um software de identificação de faces chamado Very Important Faces (VIF), onde poderemos indicar, através da tecnologia de reconhecimento e identificação de faces, a localização exata de nossos personagens nas fotografias. Sua aplicação em nossa base de dados está na fase de estudos. Em breve poderemos ter esta funcionalidade disponível para os nossos usuários.

Após a finalização do projeto, continuamos atuando na preservação da documentação digital e analógica. Duas principais questões tem sido objeto de reflexão dentro do CPDOC. Uma delas diz respeito à utilização de novas tecnologias e sua influência no acesso à informação e na relação entre o pesquisador e sua fonte. Pesquisas sobre esse tema foram desenvolvidas por Renan Marinho de Castro (CASTRO, 2011), bibliotecário responsável pela sala de consultas do CPDOC, possibilitando o mapeamento de nossos usuários e trazendo uma melhor compreensão de nosso espaço dentro da área de acervos e pesquisa acadêmica. Outra questão importante que nos fez refletir está na forma como a digitalização de acervos pode potencializar a política de preservação de uma instituição de guarda.

Nossas preocupações com o gerenciamento de nosso acervo e a salvaguarda de boa parte do acervo digitalizado tornaram-se verdadeiras políticas dentro do CPDOC. A importância da definição desta política de gestão do acervo ganhou força após a finalização do projeto de digitalização. As necessidades especiais do armazenamento digital puderam trazer maior consciência da importância dessa gestão através de práticas preventivas de conservação.

Após o esforço empreendido para a digitalização ter ocorrido com o devido sucesso, pudemos voltar nossas atenções para a melhoria de nosso depósito climatizado. A realização de uma análise de risco, acompanhada de perto por José Luis Pedersoli, especialista no assunto, possibilitou o levantamento de nossas fragilidades e incrementou ainda mais nossa política de gestão do acervo. A aquisição de equipamentos de segurança, como a biometria para a entrada no depósito, e de aparelhos de controle de temperatura e umidade (os data loggers) são alguns exemplos disso.

Além das melhorias mais evidentes podemos destacar a ampliação e a conscientização das equipes de outros setores da FGV. A política de gestão desenvolvida chegou ao nível institucional. Realizamos um trabalho de conversa e conscientização de diversos setores, desde os responsáveis pela aquisição de material passando pelos responsáveis pela segurança, pela limpeza e dos bombeiros da Brigada de Incêndio do prédio.

Este processo fez com que buscássemos a socialização de nossa experiência. Por meio de eventos como o Seminário “Digitalização e difusão de acervos históricos”, realizado em abril de 2010<sup>12</sup>, da participação da equipe nos principais eventos ligados à área de acervo e dos ciclos de debates Desafios Arquivísticos, promovidos pelo Laboratório Acervos, Memória e Informação, realizados no último ano, possibilitam uma excelente troca e atualização de nossa equipe.

Dessa maneira, nosso desafio na questão da preservação – seja ela digital ou não - é constante e a implementação desta política de gestão institucional tem se mostrado o melhor caminho para que nossas melhores perspectivas se cumpram. A integração e a parceria com diferentes áreas do conhecimento, com a participação de equipes internas e a chamada de especialistas quando necessário fazem parte de uma política de gestão acurada e importante para a salvaguarda de qualquer acervo documental.

## Notas:

1- O acervo do CPDOC recebe somente doações. Na grande maioria dos casos os doadores são os próprios titulares ou membros de sua família. Dentro da estrutura organizacional do Centro mantemos o Conselho de Doadores, onde os mesmos podem acompanhar as atividades da Coordenação de Documentação e avaliar a contrapartida contratual de tratamento, preservação e acesso prevista no ato da doação do fundo.

2 - As atividades do Centro se diversificaram ao longo dos últimos anos. Em 2003, foi criado o mestrado profissional em Bens Culturais e Processos Sociais. Em 2005, foi criada a Escola de Ciências Sociais da FGV e, em 2006, o curso de graduação em Ciências Sociais. No mesmo ano, foram criados o mestrado acadêmico e o doutorado e, em 2009, o curso de licenciatura em História. Além disso, o CPDOC possui cursos de pós- graduação lato sensu em

diferentes áreas, destacando-se a Pós-Graduação em Cinema Documentário e o MBA em Relações Internacionais. Em 2009, foi criado o Centro de Relações Internacionais e a coordenação do CPDOC em São Paulo. Em 2013, o CPDOC passou a se chamar Escola de Ciências Sociais/CPDOC. Atualmente, o CPDOC possui seis coordenações: a Coordenação de Pesquisa, a Coordenação de Documentação, o Centro de Relações Internacionais, a Coordenação do CPDOC em São Paulo, a Coordenação de Ensino de Graduação e a Coordenação de Ensino de Pós Graduação.

3 - Em 2012, o CPDOC recebeu o diploma do Registro Nacional do Brasil do Programa Memória do Mundo da UNESCO concedendo o título de patrimônio documental ao Arquivo Herbert de Souza (Betinho).

4 - É interessante observar que, apesar desta abertura, a maior parte do acervo continua sendo composta de fundos cujos titulares pertenciam à elite política nacional.

5 - O arquivo pessoal de Alzira Vargas do Amaral Peixoto e de seu marido e pai de Celina Vargas do Amaral Peixoto, Ernâni do Amaral Peixoto, pertencem ao acervo do CPDOC.

6 - Em 2007 o CPDOC recebeu o diploma do Registro Nacional do Brasil do Programa Memória do Mundo da UNESCO concedendo o título de patrimônio documental ao Arquivo Getúlio Vargas.

7 - Atualmente, o CPDOC possui cerca de 200 fundos privados totalizando cerca de 1.2 milhões de documentos textuais e mais de 100 mil documentos audiovisuais.

8 - Não entraremos aqui no debate a respeito da recepção, críticas e posteriores modelos de organi-

zação realizados a partir dessa iniciativa. Para debate específico sobre a questão ver GONÇALVES, Martina Spohr. De procedimentos à metodologia: políticas de arranjo e descrição nos arquivos privados pessoais do CPDOC. Pós-graduação em organização, planejamento e direção de arquivos. Universidade Federal Fluminense/Arquivo Nacional. Niterói/Rio de Janeiro. 2007.

9 - Nosso portal: [www.fgv.br/cpdoc](http://www.fgv.br/cpdoc).

10 - O projeto foi financiado pelo Banco Santander e teve a duração de dois anos.

11 - A empresa selecionada para fazer este trabalho foi a Docpro.

12 - O seminário está disponível em vídeo na íntegra no portal do CPDOC. <http://cpdoc.fgv.br/seminarios/2010/real>.

## Referências Bibliográficas

AMARAL, Cléia Marcia Gomes. Diretrizes para a digitalização no arquivo público da cidade de Belo Horizonte. In: Proceedings CINFORM - V Encontro Nacional de Ciência da Informação, Salvador – Bahia, 2004.

BERTOLETTI, Esther Caldas. *Como fazer programas de reprodução de documentos de arquivo*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2002.

CAMARGO, Célia Reis. A experiência do CPDOC. In: *Encontro de Fotografia e Memória Nacional*, 1., 1981, São Paulo. Rio de Janeiro: CPDOC, 1981.

CASTRO, Renan Marinho de. A recuperação da informação sob a ótica dos usuários: um estudo de caso do uso da base dados Accessus. 2011. 122f. Dissertação (Mestrado em Bens Culturais e Projetos Sociais) Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2011.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL; FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. *Metodologia de organização de arquivos pessoais: a experiência do CPDOC*. 4. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. *Procedimentos técnicos adotados para a organização de arquivos privados*. 2 ed. Rio de Janeiro: 1994.

Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ. *Recomendações para digitalização de documentos arquivísticos permanentes*. Abril de 2010. Disponível em: [http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/media/publicacoes/recomenda/recomendaes\\_para\\_digitalizao.pdf](http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/media/publicacoes/recomenda/recomendaes_para_digitalizao.pdf). Acesso: 06 Jun. 2012.

*Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *Procedimentos técnicos adotados pelo CPDOC na organização de arquivos privados contemporâneos*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, CPDOC, 1980.

GONÇALVES, Martina Spohr. De procedimentos à metodologia: políticas de arranjo e descrição nos arquivos privados pessoais do CPDOC. Pós graduação em organização, planejamento e direção de arquivos. Universidade Federal Fluminense/Arquivo Nacional. Niterói/Rio de Janeiro. 2007.

LOPES, C. E. R.; Valle, E. A.; Amorim, E. D.; Vieira, F. M. . Digitalizando para durar: a experiência do Arquivo Público Mineiro. In: I Encontro Nacional de Arquivologia, Brasília-DF, 2004.

SANTOS, Gilvan Rodrigues dos. Informatização de acervos fotográficos. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano XLIII, nº1, 2007.

Recebido em 08/05/2013



# O gerenciamento de conteúdos digitais no acervo fotográfico do Instituto Moreira Salles

## *Managing the digital content of the photography collection of the Instituto Moreira Salles*

Roberta Zanatta

Graduada e mestre em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Atualmente trabalha na Área de Fotografia do Instituto Moreira Salles.

roberta.zanatta@ims.com.br

Sergio Burgi

Graduado em Ciências Sociais pela USP e pós-graduado no Mestrado em Conservação Fotográfica da School of Photographic Arts and Sciences, do Rochester Institute of Technology (EUA) onde obteve em 1984 os diplomas de Master of Fine Arts in Photography e Associate in Photographic Science pelo Rochester Institute of Technology. É membro do Grupo de Preservação Fotográfica do Comitê de Conservação do Conselho Internacional de Museus (ICOM) e coordenador da área de fotografia do Instituto Moreira Salles.

sergio.burgi@ims.com.br

### RESUMO:

O Instituto Moreira Salles possui um acervo fotográfico com cerca de 800 mil imagens, que vão do século XIX ao século XX, com variados temas, como as transformações da paisagem urbana brasileira, arquitetura colonial e moderna do Brasil, cultura, festas populares, o mundo do trabalho, urbano e rural, entre outros. Neste artigo será apresentada a experiência do Instituto com o *software* para banco de imagens Cumulus (Canto), no qual são trabalhadas as fotografias digitalizadas do acervo e suas respectivas informações. Após a catalogação das imagens um percentual é selecionado e disponibilizado na Internet, por meio de uma interface espelhada e editada. Desse modo, o processo de disponibilização digital das fotografias e informações torna-se extremamente dinâmico, o que suscita discussões, no contexto atual, sobre as diversas formas de interatividade, sobre a importância de dinamizar o acesso à imagem e à informação nela contida. Ao longo do tempo, a fotografia sempre teve um papel fundamental, não apenas ilustrando livros, revistas e propagandas, mas sendo ela mesma também objeto das artes visuais. Em meio a um cenário com tantas tecnologias, a possibilidade de difusão da imagem é hoje uma realidade e faz com que se pense em suas implicações e significações.

**Palavras-chave:** fotografia; gerenciamento de conteúdos digitais; difusão de acervos.

### ABSTRACT:

*The Instituto Moreira Salles (Moreira Salles Institute) has a photographic collection of around 800,000 images, spanning from the 19th to the 20th century, with a variety of themes such as the transformations in the Brazilian urban landscape, Brazilian colonial and modern architecture, culture, popular festivals, the world of work and the urban and rural world, among others. In this article, we will present the Institute's experience with software for image banks Cumulus (Canto), through which the collection's digitised photographs and their respective information are processed. After the images are catalogued, some are selected and made available on the Internet by means of a mirrored and edited interface. In this way, the process of making the photographs and information available digitally becomes extremely dynamic, which, in the current context, arouses discussions about the many forms of interactivity and the importance of making the access to images and the information contained in them more dynamic. Photography has always played a vital role throughout its history, not only illustrating books, magazines and advertisements, but also as an object of visual arts itself. In a scenario with so many different technologies, the possibility of image dissemination is today a reality and makes one think about its implications and meanings.*

**Keywords:** photography; digital content management; dissemination of collections

O acervo do Instituto Moreira Salles (IMS) abrange um importante conjunto de imagens que vão do século XIX ao século XX, totalizando cerca de 800 mil itens. Dentre os autores de maior destaque podemos citar: Marc Ferrez, Augusto Malta, Guilherme Gaensly, Revert Henrique Klumb, George Leuzinger, Augusto Stahl, Marcel Gautherot, Thomaz Farkas, José Medeiros, Maureen Bisilliat e David Zingg. A variedade de formatos e processos fotográficos também é muito diversificada. Entre eles, pode-se citar, em meio a outros: filmes, chapas, postais, estereoscopias, cartes de visite, negativos de vidro, autocromos, colotípias, daguerreotípias e fotografias em albumina e gelatina/prata. Nota-se que existe um abrangente leque de processos que demandam tratamento e organização em um acervo complexo e de extremo valor histórico e cultural.

Para organizar e disponibilizar um acervo desta envergadura é preciso sistematizar listas de autores, técnicas, formatos, localidades, características de deterioração, e outras informações que, acessadas por meio de um banco de imagens que compile imagem e sua respectiva ficha de catalogação, possibilite uma rápida e eficaz recuperação da informação desejada. Esse é o desafio que se coloca para alimentar consistentemente um instrumento de acesso à informação que, ao mesmo tempo, é inventário visual e base catalográfica para tratamento de metadados, e que também permite disponibilizar imagens em um *site* de busca acessado através da página do IMS na Internet. No presente artigo será discutida, portanto, a experiência do IMS com o uso de uma ferramenta específica de gerenciamento de conteúdos digitais<sup>1</sup>, o *software* Cumulus, da empresa alemã Canto, que vem sendo utilizado desde 2003 para trabalhar o acervo de imagens do Instituto. O Cumulus possui uma versão de trabalho, Cumulus Client, e uma versão de Internet, Cumulus Sites, na qual as imagens selecionadas do acervo do IMS vêm sendo disponibilizadas.

São muitas as etapas percorridas durante o processamento técnico das imagens, como: restauração do original, quando necessário; acondicionamento e preservação, por meio da manutenção de um ambiente com condições ideais de temperatura e umidade; captura digital, por *scanner* ou câmera fotográfica; tratamento digital; catalogação; pesquisa e revisão. Somente ao concluir todo esse percurso, as imagens são disponibilizadas ao público, via *site*, e se tornam acessíveis de qualquer computador, celular, Ipad, ou outro dispositivo eletrônico conectado à Internet.

A guarda de acervos fotográficos representa um alto custo, pois além da execução de todas as etapas listadas acima, requer capital humano qualificado para tais tarefas e um maquinário de alta tecnologia, em constante processo de obsolescência e renovação. A manutenção de uma Reserva Técnica Fotográfica (RTF) que mantenha salas em seu interior com temperatura a cerca de 17°C e a 40% de umidade relativa, também é um desafio por conta de nosso clima tropical úmido. Felizmente, no IMS, foi possível desenvolver não só um sistema de salas de guarda climatizadas, como também instalar uma câmara de baixa temperatura (18°C negativos e 35% de umidade relativa) capaz de estabilizar negativos em

estado avançado de deterioração. O laboratório de conservação fotográfica da RTF/IMS está equipado para tratamento de transferência de emulsão de filmes com suporte deteriorado para um novo suporte, o que é possível graças a um laboratório fotográfico especializado, que também compõe a estrutura da reserva técnica fotográfica do Instituto.

Assim, após todas as etapas de preservação, conservação, restauração, reprodução digital e pesquisa para catalogação, realizadas com sucesso, coloca-se a questão do acesso digital. A discussão sobre digitalização e acesso assume dimensões que vão muito além de sua difusão e uso. Em 2007, a Academy of Motion Picture Arts and Sciences (AMPAS), publicou um texto traduzido pela Cinemateca Brasileira em 2009 com o título *O dilema digital*: questões estratégicas na guarda e no acesso a materiais cinematográficos digitais. Este texto trata do caso da guarda de películas em Hollywood e de sua digitalização e levanta questões abrangentes. *O dilema digital* discute o uso de equipamentos, mídias, migrações, formatos, custos, preservação do original digitalizado, armazenagem das cópias digitais e gerenciamento de direitos; questões pertinentes a todas as instituições que possuem ou que virão a possuir arquivos digitais.

## **O Banco de Imagens do Instituto Moreira Salles**

Os bancos de imagens podem concentrar várias funções, como uma ferramenta de gerenciamento do acervo, permitindo acesso a imagens e documentos com suas respectivas informações, sem que se precise manusear originais e com um rápido retorno de busca. Vem se tornando cada vez mais frequente a prática da digitalização de acervos e sua difusão por meio da Internet. No Rio de Janeiro, em 2000, o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) teve a iniciativa pioneira de colocar *on-line* a base Accessus – Documentos de Arquivos Pessoais – que começou disponibilizando um inventário de seu acervo e, em 2001, publicou suas primeiras imagens digitais de coleções e, em 2004, publicou também documentos textuais digitalizados. Atualmente a maioria das instituições de guarda de acervo possui uma interface *on-line* e disponibiliza de alguma maneira seus acervos, como a Biblioteca Nacional e a Fundação Casa de Rui Barbosa.

O IMS começou a disponibilizar parte de seu acervo *on-line* entre 2004 e 2005 e a partir daí vem trabalhando para aprimorar e ampliar o acesso à documentação das suas áreas musical, literária, iconográfica e fotográfica. A área de fotografia do IMS em 2003 começou a utilizar o *software* Cumulus para trabalhar seu acervo fotográfico e, em 2012, iniciou testes com a nova versão do Cumulus, atualizada no mesmo ano, que passou a oferecer a opção de configurar um site no qual as imagens selecionadas podem ser imediatamente publicadas na Internet. Essa experiência foi ao ar em fevereiro de 2013 e tem se mostrado satisfatória à medida que o número de acessos ao *site* do IMS tem aumentado e a possibilidade de atendimento a pesquisadores de outros estados do Brasil e de outros países tem se tornado mais ágil e prática.

O Cumulus Sites é gerenciável a partir do banco de imagens Cumulus, ou seja, as imagens digitais e suas respectivas informações nele trabalhadas podem ser selecionadas para disponibilização na Internet. Dessa maneira, se pode ter, por exemplo, 100 mil imagens no banco, mas se optar por disponibilizar apenas um percentual desse montante. Isso porque nem sempre se faz necessário disponibilizar imagens ainda em processo de catalogação, sem tratamento digital, marca d'água, ou mesmo sequências inteiras de imagens, que muitas vezes têm apenas leves mudanças de plano ou enquadramento. Desse modo, fica aberta a possibilidade de alimentação quase que diária do *site*, à medida que mais imagens vão sendo trabalhadas e finalizadas.

Para garantir a integridade das informações fornecidas é preciso um grande trabalho de pesquisa, pois mesmo as informações consideradas básicas, como autoria, título, local e data, muitas vezes não estão explícitas e necessitam ser investigadas a fundo. A padronização de entradas como: nomenclatura de autores, municípios, processos, formatos padrão, características de deterioração, *copyright* e outras, também é parte essencial do processo. Segundo Jonathan Ward, da Getty Research Institute, que palestrou no seminário internacional sobre Vocabulário Controlado, organizado pelo Sesc/Pinacoteca, em novembro de 2012, é fundamental usar um vocabulário controlado, tudo o que puder ser padronizado, em listas, deve ser. Pois isso evita erros de digitação, agiliza a pesquisa tanto do catalogador quanto do pesquisador e é um meio de compartilhamento de dados entre instituições. Nesse sentido, é preciso ter atenção para o trabalho desenvolvido por outras instituições e estudiosos da área de fotografia, visto que a elaboração de listas de entradas passa pela pesquisa tanto na própria área da fotografia, como em áreas afins, a exemplo da Museologia e da Arquivologia. Entre várias publicações, vale citar: *Thesaurus para acervos museológicos*, de Helena Dodd Ferrez e Maria Helena S. Bianchini; *Subject headings*, da Library of Congress; *Dicionário Histórico-Fotográfico Brasileiro*, de Boris Kossoy; *ABC Fotográfico – Dicionário Enciclopédico Ilustrado*, organizado por João Koranyi; e o *Le Vocabulaire Technique de la Photographie* de Anne Cartier-Bresson.

A disponibilização do acervo tanto interna quanto externamente atende a demandas de pesquisa de imagens para publicações, pesquisas acadêmicas, projetos editoriais expositivos, usos em produções audiovisuais, colecionismo, restauração de edificações, entre outras. É interessante notar que o fácil acesso às imagens na Internet faz com que as pessoas que não têm finalidades específicas de consulta se interessem e despertem sua curiosidade para aspectos da cidade que se modificaram, para imagens que as remetam ao passado e a sentimentos de identificação e apreciação da imagem como arte em si mesma.

Os acervos fotográficos devem atender a critérios mínimos de organização devido ao grande número de imagens que em geral compõe os acervos fotográficos. Em certos casos, pode-se priorizar um segmento do acervo para organização e catalogação detalhada, enquanto outro segmento é tratado inicialmente de acordo com os critérios mínimos de organização

previamente estabelecidos. Isso porque as equipes responsáveis por higienizar, organizar, estabelecer arranjo para as coleções, reproduzir e catalogar, para então disponibilizar digitalmente interna e externamente o material trabalhado, não são grandes. E todas as etapas acima citadas pressupõem um trabalho quase que artesanal, mesmo dispondo atualmente de técnicas sofisticadas e de equipamentos fotográficos e de *scanners* de alta tecnologia. O manuseio de originais requer delicadeza e cuidados especiais, além de procedimentos tanto físicos como de pesquisa individualizados, já que nem sempre é passível de padronizações e automatizações.

O banco de imagens digitais tem um papel decisivo na reunião de imagens e de suas informações, sem perder a referência com a imagem original. Digitalizar, catalogar e disponibilizar não significa que o ciclo esteja fechado, pois a preservação do original fotográfico e de sua reprodução digital tem que ser constantemente reavaliadas. O original fotográfico, mesmo depois de acondicionado, deve ser mantido em condições de temperatura e umidade adequadas, como vimos no início deste artigo, e deve ser constantemente monitorado para que se tenha a segurança da manutenção do estado de estabilidade da emulsão e de seu suporte. Já a reprodução digital deve ter *backups* periódicos, a migração de mídia muitas vezes também se faz necessária. Uma possibilidade de gerenciamento destas e de outras condições de preservação da imagem pode ser feita por meio do banco de imagens. No caso do Cumulus, campos de metadados registram a data da captura digital, o modo de captura e o tamanho da imagem, entre outros dados. É possível fazer um monitoramento das imagens em seu local de armazenamento, sendo assim possível programar as datas de revisão dos arquivos periodicamente.

A possibilidade de centralizar informações em um banco de imagens facilita o fluxo de trabalho na medida em que se pode recuperar facilmente, além das informações de catalogação da imagem, dados como utilização das imagens em livros e projetos expositivos. Por exemplo, se um usuário deseja saber quais imagens do fotógrafo José Medeiros integraram a exposição *As origens do fotojornalismo no Brasil: um olhar sobre "O Cruzeiro"*, 2012, basta fazer a busca selecionando o campo "Histórico de Utilização da Imagem" e procurar por parte do título, ou por ele todo, e o resultado trará as imagens solicitadas. Ao preencher corretamente esse tipo de campo da ficha catalográfica, além do retorno de informações precisas, do ponto de vista da memória de uso da imagem, se está construindo toda uma trajetória para o item documental, para a produção do autor e para a própria instituição que detém sua guarda.

Nos dias de hoje, é muito comum a discussão sobre até que ponto se deve avançar na catalogação de um documento. É consenso que, quanto mais informação, melhor, mas também é importante pensar que com a velocidade dos meios de comunicação e difusão do conhecimento, muitas vezes, na divulgação de um acervo não se faz necessário que todas as possibilidades de informação sobre a imagem ou documento em questão sejam

exaustivamente esgotadas. É comum o questionamento: em um espaço determinado de tempo é melhor divulgar e dar acesso a 10 mil documentos com informações consistentes, porém objetivas, como código de catalogação, autor, título, data, local, processo, designação genérica e cromia; ou, divulgar e dar acesso a mil imagens com dados exaustivamente pesquisados, incluindo, além dos dados citados, resumo, notas, estado de conservação, procedimentos de restauração adotados, utilizações da imagem, entre outras? Vale lembrar que pode ser uma opção da instituição escolher determinados campos que considere básicos para serem pesquisados e divulgados para o usuário em um primeiro momento, mas todos os campos de informação de uma ficha catalográfica são fundamentais para a compreensão do contexto de produção da imagem, seu histórico de utilização e quais procedimentos de conservação e reprodução foram realizados ao longo de sua trajetória. No IMS a política que vem sendo adotada é a de divulgar em seu *site*, com consistência e constância, imagens com dados básicos, mas sem deixar de pesquisar em paralelo as demais informações, que podem ser acessados também em consulta ao sistema de Intranet.

Criar um padrão de divulgação de acervos exige o estabelecimento de critérios tanto do ponto de vista da catalogação, como da própria resolução da imagem digital. A partir do momento que se faz a opção por divulgar determinados dados e imagens em detrimento de outros se está assumindo que as fotografias e as informações selecionadas atendem a um padrão de qualidade. Em muitos casos, todos ou grande parte dos campos da ficha de catalogação do IMS<sup>2</sup> são preenchidos, mas, à medida que se tem como objetivo difundir o máximo possível os acervos, acredita-se que a melhor escolha nesse momento é eleger somente parte dos campos que compõe a informação mínima essencial que deve ter o documento. O que não impede que, em um segundo momento, outras informações sejam acrescentadas às imagens já divulgadas.

Para além da perspectiva da instituição também existe a do pesquisador que quer acesso rápido e objetivo às imagens que deseja consultar. Existem muitos tipos de usuários com diversas finalidades de pesquisa, mas em geral as pessoas não se detêm em dados que não julguem importantes para sua pesquisa. Nesse sentido, uma tela com informações sucintas sobre a imagem atende a demanda da maioria dos interessados. No *site* do IMS a tela inicial exibe a miniatura da imagem e logo abaixo informações, como autor, título, data, local, palavras-chave e código da imagem. Ainda abaixo da imagem existem três ícones que permitem: abrir a imagem em tamanho ampliado; abrir uma tela de informações sobre a imagem; adicionar a imagem a uma cesta de itens pesquisados, que podem ter seu uso solicitado junto ao IMS. Caso o usuário clique no ícone de informações ele acessará uma tela com os dados já visualizados na tela inicial além de outros dados como: dimensão, cromia, designação genérica, processo formador da imagem e *copyright*.

## Interatividade

O relacionamento com o pesquisador é muito importante e está cada vez mais facilitado nos *sites* de instituições públicas e privadas, o que permite que o usuário seja também protagonista na interação com a instituição. No Cumulus Sites existe a possibilidade de criar uma conta e salvar pesquisas, além de enviá-las para o IMS. As pesquisas ficam salvas e sempre que o pesquisador acessar sua conta pode dar prosseguimento à pesquisa anteriormente realizada ou iniciar uma nova pesquisa. O relacionamento com o IMS dessa forma é mais ágil e é possível estabelecer um diálogo entre o pesquisador e o IMS, no qual se pode solicitar informações adicionais, uso de imagens e, caso o conteúdo desejado não esteja *on-line*, agendar pesquisas presenciais diretamente no IMS.

As possibilidades de interação por meio da difusão de arquivos digitalizados e acessados via Internet, abrange tanto acervos disponibilizados por instituições públicas e privadas como por pessoas físicas, que criam blogs, *sites*, páginas em redes sociais e postam imagens que podem ser compartilhadas e comentadas por outros usuários. Ao fazer uma breve busca no *site Guia dos acervos e bibliotecas digitais*<sup>3</sup>, do governo do Estado de São Paulo, uma gama extremamente variada de acervos pode ser encontrada, entre eles estão: *Banco de Imagens do Estado de São Paulo*<sup>4</sup>, com imagens dos municípios do Estado de São Paulo, destacando pontos turísticos; *Domínio Público*<sup>5</sup>, biblioteca digital gerenciada pelo Ministério da Educação com conteúdo gratuito em domínio público, como livros, imagens, áudios e textos; *Flickr Creative Commons*<sup>6</sup>, comunidade de usuários que postam imagens públicas por eles consideradas criativas e que podem ser usadas e compartilhadas mediante tipos de licença estabelecidos pelos responsáveis pelos posts; *Mutopia*<sup>7</sup>, página na qual se pode baixar livremente partituras. Enfim, as possibilidades de compartilhamento digital se estendem quase que indefinidamente, são muitas comunidades virtuais, atendendo aos mais variados interesses.

O IMS segue na direção de ampliar a visibilidade de seu acervo e com isso proporcionar ao pesquisador navegação entre diferentes coleções e autores. Os principais temas encontrados nas imagens das coleções do IMS são: as transformações da paisagem urbana brasileira ao longo dos séculos XIX e XX; a arquitetura colonial e moderna do Brasil; o retrato na fotografia brasileira do século XIX e XX; a cultura e as festas populares nas diversas regiões do país – em registros que cobrem especialmente o período compreendido entre as décadas de 1940 e 1970; a urbanização e o desenvolvimento industrial decorrentes dos investimentos em energia elétrica realizados no início do século XX; o mundo do trabalho, urbano e rural; a paisagem natural. A difusão de seu acervo não se restringe somente ao *site* do IMS e ao Cumulus Sites, mas se amplia em compartilhamentos em sua página do Facebook<sup>8</sup>, no Instagram<sup>9</sup> e no Blog do Instituto<sup>10</sup>.

As possibilidades de difusão de imagens e de diálogo entre pessoas que transitam na esfera do mundo fotográfico podem ter vários desdobramentos. Em dezembro de 2009,

durante a realização do 5º Paraty em Foco<sup>11</sup>, um grupo ligado ao contexto de produção fotográfica se reuniu e começou a esboçar a criação de uma rede, com o objetivo de estabelecer conexões, não só entre seus pares, mas também com o Ministério da Cultura. Ao longo do ano de 2010 a ideia se consolidou e foi criada “A Rede de Produtores Culturais da Fotografia no Brasil”. No *site* da Rede<sup>12</sup> é possível acessar um banco de exposições, calendário de eventos, textos, cursos e editais sempre ligados ao tema da fotografia. É um espaço aberto de interatividade entre todos que se interessam pelo tema, como protagonistas, ou, como expectadores. A Rede se apresenta como:

A Rede de Produtores Culturais de Fotografia no Brasil – RPCFB (Rede) é uma associação de gestores do processo de criação no campo da fotografia formada por representantes de festivais e encontros, curadores, editores, professores, escolas de graduação e pós-graduação, cursos livres, galerias, ações socioculturais, associação de classe e fotoclubes, entre outros. Está presente em 25 estados em todas as 5 regiões da federação, e conta com 132 filiados efetivados e 120 em processo de filiação, que estão à frente das principais iniciativas do país no setor, constituindo a maior rede de conexão entre profissionais dedicados à difusão e ao mercado da fotografia brasileira. É uma grande obra coletiva que pretende estabelecer um canal de comunicação entre os diversos setores da fotografia brasileira colocando-se como uma legítima representante das iniciativas culturais no âmbito fotográfico capaz de manter uma interlocução direta com o Ministério da Cultura.

Outra perspectiva que vem sendo discutida é a do compartilhamento de acervos entre instituições. Em 2011 a *Rede nacional das instituições comprometidas com políticas de digitalização dos acervos memoriais do Brasil – Rede Memorial*, começou a promover uma série de encontros que resultaram na Carta do Recife<sup>13</sup>. A Carta explicita que:

No atual contexto de desenvolvimento da sociedade de informação e de expansão da economia da cultura e da cultura digital no Brasil, é imperativo definir uma política pública para a digitalização de acervos memoriais (referentes ao patrimônio cultural, histórico e artístico brasileiros). Uma tal política, de alcance nacional e que envolva os três níveis da Federação e as instituições privadas comprometidas com a guarda de acervos de valor cultural, será essencial para orientar as iniciativas de patrocinadores, agências financiadoras e fundos que tem oferecido recursos públicos e privados para a reprodução digital dos acervos e a sua publicação na rede mundial de computadores (internet).

Instituições como a Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin (Projeto Brasileira USP), Laboratório de História Oral e Imagem (UFF), Arquivo Público Estadual da Bahia, Fundação Joaquim Nabuco e Instituto Ricardo Brennand, entre outras, assinaram a Carta e continuam a se reunir com outras instituições que também participaram do seu processo de elaboração, que teve uma segunda versão em 2012, mas ainda não divulgada. No encontro realizado em 2012, o IMS e outras instituições que não participaram da primeira etapa do processo em 2011, como o Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro, compareceram

ao encontro e participaram das discussões no intuito de compreender melhor esse modelo interinstitucional de compartilhamento de acervos. Ainda falta avançar muito nesse sentido, mas somente o fato de já se apresentar toda uma movimentação que está agregando diversos interlocutores culturais indica que o caminho a se seguir pode apontar para um horizonte amplo e agregador.

## **As imagens no conhecimento e na comunicação**

Pensar o atual contexto tecnológico, no qual se convive com diversas ferramentas eletrônicas que possibilitam em até “dois cliques”, um clique para tirar a foto e outro para compartilhá-la, fazer com que uma imagem circule mundo afora, faz com que se esqueça de um passado relativamente próximo, no qual o uso de imagens passou a ser difundido, em grande parte, por meio das revistas ilustradas. No texto de Helouise Costa, *A invenção da revista ilustrada*, publicado em: *As origens do fotojornalismo no Brasil: um olhar sobre O Cruzeiro* (2012, COSTA, Helouise; BURGI, Sérgio) fica claro como no início do século XX o uso e difusão de imagens também foi uma grande revolução.

A revista ilustrada foi um produto característico da cultura moderna, gerado pelo sistema de produção capitalista de bens de consumo de massa nas duas primeiras décadas do século XX. Seu surgimento esteve intimamente relacionado ao avanço tecnológico que permitiu a inclusão da fotografia nas páginas dos periódicos, à industrialização da imprensa, à comercialização da notícia, e à expansão da publicidade. Mídia dinâmica e inovadora, cujos antecedentes se encontram nos semanários de atualidades do século XIX, a revista ilustrada potencializou as promessas da reprodutibilidade técnica, transformando a imagem fotográfica em algo maleável, transportável e capaz de adaptar-se facilmente aos sistemas de circulação e consumo impostos pela modernidade. Não por acaso a revista ilustrada foi o principal território no qual se desenvolveu e consolidou o fotojornalismo moderno. As revistas ilustradas tiveram seu período de maior relevância social entre as décadas de 1930 e 1950, quando os discursos que veiculavam atingiram um vasto público leitor junto ao qual conquistaram grande poder de persuasão.

Esta reflexão sobre o uso de imagens nas revistas ilustradas faz pensar que inovações estão acontecendo o tempo todo e cada vez mais “novos usos” vão sendo dados a imagens e registros documentais. Nesse sentido, a sala de aula é um grande exemplo para se pensar no grande número de novos recursos que se pode usar para passar os conteúdos curriculares aos alunos a partir de imagens. Se voltarmos algumas décadas no tempo, temos: quadro negro, giz, livros (nem sempre ilustrados), cadernos, lápis e borracha. Nos dias atuais: vídeoaula, quadros eletrônicos, imagens ampliadas de alta qualidade, *tablets*, livros (ilustrados em sua maioria), passeios virtuais, material didático interativo, entre outros recursos. Este cenário explica a crescente demanda por imagens para utilização em fins acadêmicos em instituições

de memória, detentoras de importantes acervos históricos, como é o caso do IMS. Como demonstrar para novas gerações o que era um bonde com tração animal? Como pensar Brasília sem suas construções monumentais? E, como falar sobre um Rio de Janeiro que tinha de pé o morro do Castelo; que não tinha o aterro do Flamengo e nem o aeroporto Santos Dumont; e no qual o mar vinha até a igreja de Santa Luzia, em plena avenida Presidente Antônio Carlos? As imagens hoje integram necessariamente o conjunto amplo de fontes que permitem a estruturação de respostas qualificadas para estas e inúmeras outras questões.

## Conclusão

O presente artigo buscou demonstrar como, através da difusão de acervos por meio de bancos de imagens, é possível expandir os limites da informação e do conhecimento a partir de coleções de fotografias de extremo valor artístico, cultural e histórico, como as reunidas no acervo fotográfico do IMS. O trabalho de organização e preservação de acervos possibilita que novas gerações possam ter acesso a um passado que se perdeu em meio a mudanças sociais, obras, demolições e novas construções. Diversas histórias sobre determinado local ou grupo são transmitidas por intermédio da memória visual, são fragmentos de história que sob um olhar mais atento e analítico ganham contornos e nuances que de outra maneira não seriam revelados. O uso de imagens permite que diferentes disciplinas se encontrem e dialoguem. Por exemplo, é possível que estudiosos da área de Arquitetura, História e Ciências Sociais, entre outros, façam pesquisas em um mesmo conjunto de imagens de Marcel Gautherot, sobre a construção de Brasília, e façam diferentes leituras, que podem se complementar e entrecruzar. Os acervos fotográficos refletem a vida em seus diversos aspectos, talvez por isso mesmo a necessidade de compartilhar e difundir imagens, pois em cada imagem está um pouco de nossa própria história.

## Anexo 1

Campos da ficha de catalogação de fotografias do Instituto Moreira Salles<sup>14</sup>

Categorias

Código do arquivo digital

Código de catalogação

Código de identificação preliminar

Autoria

Confirmação de autoria

Autoria associada/ comercial

Referências de autoria conhecida

Título

Título no original  
Local  
Município  
Estado  
País  
Data  
Data limite inferior  
Data limite superior  
Resumo  
Informações de fonte primária  
Notas  
Notas internas  
Fontes  
Sobre a coleção  
Sobre o autor  
Designação genérica  
Processo formador da imagem  
Cromia  
Dimensão  
Formato padrão  
Descrição física do objeto  
Estado de conservação  
Características de deterioração  
Tratamento proposto  
Tratamento realizado  
Reprodução  
Informações sobre reprodução e original reproduzido  
Integrante de conjunto  
Produção/ publicação/ edição (objeto fotográfico)  
Outros itens com a mesma imagem  
Histórico de utilização da imagem  
Localização física do original  
Copyright  
Status  
Arquivo Digital  
Data da catalogação e catalogador  
Histórico de atualização do registro  
Seleção web

## Notas

1 - Digital asset management – DAM.

2 - A relação com todos os campos contidos na ficha de catalogação de imagens do IMS está no anexo 1.

3 - Para acessar: <http://www.bibliotecavirtual.sp.gov.br/temasdiversos-bibliotecaseacervosdigitais.php>

4 - Para acessar: <http://www.fcvb-sp.org.br/bancodeimagens/>

5 - Para acessar: <http://www.dominiopublico.gov.br>

6 - Para acessar: <http://www.flickr.com/creativecommons/>

7 - Para acessar: <http://www.mutopiaproject.org>

8 - Para acessar: <http://www.facebook.com/instituto-moreirasalles>

9 - Para acessar: [instagram.com/imoreirasalles](https://www.instagram.com/imoreirasalles)

10 - Para acessar: <http://www.blogdoims.com.br/>

11 - Evento voltado para área de fotografia, que reúne fotógrafos e admiradores das artes fotográficas, no qual são realizados cursos, exposições e oficinas sobre o tema.

12 - Para acessar: <http://rpcfb.com.br/wp/>

13 - Para acessar: [http://www.redememorial.org.br/Carta\\_do\\_Recife](http://www.redememorial.org.br/Carta_do_Recife)

14 - Estas informações, eventualmente, estão sujeitas a possíveis adequações e atualizações.

## Referências Bibliográficas

CARTIER-BRESSON, Anne. *Le vocabulaire technique de la photographie*. Paris: Marval: Paris Musées, 2008.

KORANYI, João. *ABC fotográfico: dicionário enciclopédico ilustrado*. São Paulo: Iris, 1950.

KOSSOY, Boris. *Dicionário histórico-fotográfico brasileiro: fotógrafos e ofícios da fotografia no Brasil (1833-1910)*. São Paulo: Instituto Moreira Salles, 2002.

BIANCHINI, Maria Helena S.; FERREZ, Helena Dodd. *Thesaurus para acervos museológicos*. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, 1987 (Série Técnica).

Library of Congress. *Subject headings*. Washington: Library of Congress, 1996.

O dilema digital: questões estratégicas na guarda e no acesso a materiais cinematográficos digitais. São Paulo: MinC: Secretaria do Audiovisual: Cinemateca Brasileira, 2009

COSTA, Helouise; BURGI, Sérgio (orgs.). *As origens do fotojornalismo no Brasil: um olhar sobre O Cruzeiro*. São Paulo: Instituto Moreira Salles, 2012.

## Sites:

<http://ims.uol.com.br/>

<http://fotografia.ims.uol.com.br/Sites/>

<http://www.canto.com/>

<http://www.bibliotecavirtual.sp.gov.br/temasdiversos-bibliotecaseacervosdigitais.php>

<http://www.gettyimages.com.br/>

<http://www.fcvb-sp.org.br/bancodeimagens/>

<http://www.dominiopublico.gov.br>

<http://www.flickr.com/creativecommons/>

[http://www.redememorial.org.br/Carta\\_do\\_Recife](http://www.redememorial.org.br/Carta_do_Recife)

<http://rpcfb.com.br/wp/>

Recebido em 30/04/2013



**Resenhas**



Resenha sobre o livro (org.) KUSHNIR, Beatriz e HORTA, Sandra. *Memórias do Rio: o Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro em sua trajetória republicana* – Faperj. Rio de Janeiro: Imago, 2011. 488p.

## ***Memórias do Rio – Um livro que faz jus a seu título***

Ismênia de Lima Martins  
Professora Emérita da Universidade Federal Fluminense

Quando me chegou às mãos o volume de depoimentos sobre a criação do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, organizado por Beatriz Kushnir e Sandra Horta, senti-me logo impactada pela fotografia que ilustra sua capa: uma vista aérea da cidade exibindo o Corcovado, em primeiro plano. Mais que a beleza da imagem, provocou-me tal sensação a estrada rasgando a mata, contornando os obstáculos e resultando marcadamente sinuosa, o que interpretei como uma representação da trajetória institucional.

No segundo momento, fixei-me no título *Memórias do Rio*, e confesso que o considerei um apelo editorial, afinal, era sabedora de que o livro fora idealizado para ser um contributo à história do órgão e da administração pública municipal e, sobretudo, para conferir *sentido a fatos esparsos aparentemente desencadeados formando um todo inteligível*.

Assim, ainda que consciente da importância do Arquivo Geral da Cidade – sede do Vice-Reinado e da Corte, da Capital Federal, do Estado da Guanabara e da Capital do Estado do Rio de Janeiro, pós-fusão – considerava que a história institucional e administrativa, que se privilegiava, não se espalharia sobre a complexidade política e socioeconômica daquele espaço urbano no período estudado.

Admito que ao concluir a leitura do primeiro bloco de entrevistas já estava convencida da propriedade do título proposto. As entrevistas de Maria Augusta Machado, que chefiou o antigo Serviço de Museus; de Cybelle de Ipanema, que esteve à frente da Seção de Pesquisa e Exposições e Divulgação da Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Guanabara; de Olinio Paschoal Coelho, que dirigiu o Serviço de Tombamento e Proteção da Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Guanabara e da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro e de Júnia Guimarães e Silva, que ocupou vários cargos e chefias de serviços do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro desde

a década de 1970, produziram um conjunto de informações que ultrapassam, e muito, o objetivo inicialmente proposto, e que por caminhos diferentes, mas sempre instigantes, ancoravam-se numa mesma conjuntura.

A Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico, da qual o Arquivo Municipal era apenas um serviço, foi apresentada por todos os depoentes em diversos ângulos, mas com dois traços comuns: a precariedade das instalações contrastando com o entusiasmo dos profissionais envolvidos.

Os mesmos relatos servem, porém, a muitas outras análises. O depoimento de Maria Augusta, uma mulher a frente de seu tempo, de maneira crítica e divertida, levantou o primeiro tema: o preenchimento dos cargos públicos em tempo de escassos concursos no qual, *em síntese, quase todos os candidatos entravam pela janela.*

Importante relembrar a condição da cidade de Capital Federal centralizando todo o aparato burocrático do Estado. Ainda que houvesse o cuidado de *ocultar a barganha* vários depoimentos não apenas do primeiro bloco, mas de períodos posteriores evidenciam a sobrevivência da prática e descortinam redes de parentesco e amizades a que se sobrepõem afinidades corporativas e ideológicas. Tal é o caso, por exemplo, do depoimento relativo à escolha de Marcos Tamoyo referida por Cesar Hack Serôa da Motta, que foi seu chefe de gabinete em duas ocasiões: quando este foi secretário de obras do governo Lacerda e, posteriormente, quando foi prefeito. No seu entender a indicação de Tamoyo, *que queria ser prefeito*, deveu-se, sobretudo, ao fato de ser filho de Alcebiades Tamoyo, militar de *grande fama e grande prestígio na educação dos militares* e que era amigo do Geisel, de Ivan de Souza Neiva do SMI e do Golbery que *falou com Faria Lima que o governo Federal gostaria que o Tamoyo fosse e o Tamoyo foi!*

O período entre o golpe militar e a fusão constitui-se na conjuntura política a qual vários depoentes remetem. A primeira evidência, a mais simples, diz respeito a permanência de quadros técnicos em posições de chefias variadas da administração Lacerda a de Marcos Tamoyo. A análise das falas deixa claro, porém, que com exceção do caso de Júnia Guimarães e Silva, funcionária de carreira do Arquivo, os outros casos de permanência ou retorno, justificavam-se pelos mecanismos já citados.

Outro aspecto que ressalta sobre a referida conjuntura é o destaque de determinados corpos técnicos na administração, como o caso dos engenheiros, a partir da administração Lacerda. Tal fenômeno explica-se pelo adensamento dos setores médios urbanos, pela valorização das profissões técnicas associadas ao progresso econômico e, sobretudo, ao ideal de modernização dominante naquele período. As entrevistas de Cesar Hack Serôa da Motta, o já mencionado chefe de gabinete de Tamoyo, e de Samuel Szytyglic, secretário de Planejamento, fornecem fartas informações sobre o papel que estes profissionais desempenharam na máquina administrativa.

Estes mesmos depoimentos foram, particularmente fecundos, iluminando o complexo processo da fusão. Neste sentido, é importante que se valorize e ressalte o preparo metodológico, a acuidade intelectual e a propriedade na sua condução por parte das

entrevistadoras, professoras Beatriz Kushnir e Sandra Horta. A leitura revela o cuidadoso preparo dos roteiros personalizados, o esforço na sistematização das questões e o seu aprofundamento, além da agilidade em confrontar, no curso da entrevista, as informações ou declarações formuladas com aquelas obtidas em depoimentos anteriores.

Particularmente emblemáticas deste procedimento foram as gravações realizadas com os dois titulares do governo Tamoyo, citados anteriormente, em que o profundo conhecimento documental e bibliográfico sobre a história contemporânea brasileira e, em especial, da ditadura militar de que é possuidora a professora Beatriz Kushnir proporcionaram questionamentos instigantes sobre a conjuntura política e a máquina administrativa.

Destacam-se, ainda, os depoimentos dos sucessivos titulares da direção do Arquivo Geral a partir da inauguração do novo prédio. O conjunto é muito representativo uma vez que apenas três deles, no total de dez, não puderam, por motivos variados, participar da publicação. As duas autoras colocaram, com o mesmo empenho citado anteriormente, não apenas suas qualificações acadêmicas, mas, sobretudo, suas vivências administrativas no próprio Arquivo Geral, a serviço do melhor diálogo com os entrevistados.

Os detalhes são impactantes para os não familiarizados com os desafios do cotidiano das instituições arquivísticas: as dificuldades da transferência do acervo para o novo prédio e a instalação do novo Arquivo Geral desacompanhado de um plano de cargos e salários compatíveis; a ausência de concursos e a improvisação na área de recursos humanos através da contratação de professores da rede pública, a falta de controle da documentação etc., etc..

Também provocam perplexidade ao leitor as informações obtidas a partir das entrevistas com Valdir Ribeiro e Marcos Konder Netto sobre o projeto Cidade Nova, na área antiga conhecida como *Mangue*. Com eles as entrevistadoras tentaram esmiuçar a explicação para a construção do Arquivo Geral naquele local. Por que um prédio com todos os detalhes técnicos exigidos para abrigar um órgão com aquela finalidade, dotado do que havia de mais moderno na época, foi construído em local tão impróprio: uma região alagada que desde o período joanino era conhecida como lagoa da Sentinela e pelo mangal de São Diogo?!

Não existe resposta satisfatória e, diante da informação da atual diretora de que no subsolo existe um motor bombeando a água para fora durante vinte e quatro horas por dia, a exclamação conclusiva do especialista é hilária: *água é fogo!*

A preservação do patrimônio histórico cultural é outra questão relevante que extrapola o Arquivo Geral e chega aos quadros mais amplos da política municipal e estadual. Os embates em defesa do patrimônio e sua preservação vivenciaram capítulos importantes no período tratado nesta obra.

A destruição do Solar Monjope e os impasses sobre o tombamento do Parque Lage são retomados em vários depoimentos de diferentes formas. A demolição do Palácio Monroe, ainda que mencionada por menor número de depoentes, também é pontuada. O importante é que os casos arrolados evidenciam a fragilidade da política de defesa e manutenção do

patrimônio cultural e artístico da cidade. Se, em alguns poucos casos, como o do Parque Lage, o interesse coletivo se impôs, muitas outras batalhas foram perdidas para os interesses particulares ou vontades políticas destorcidas.

No primeiro caso, pode-se citar a destruição do Solar Monjope ou ainda a construção das Torres Candido Mendes, que violaram a integridade do conjunto mais expressivo do Centro Histórico do Rio de Janeiro, exemplo não citado neste livro, mas que sugere que os eventos mencionados não eram isolados e sim próprios de uma época. Por outro lado, ilustrativo do autoritarismo político foi a destruição do Monroe que, segundo o depoimento do chefe de gabinete do Tamoyo, teria sido resultado de uma *ordem peremptória de Geisel*.

Outro aspecto ressaltado é a descontinuidade e/ou a falta de políticas públicas para promoção da cultura muitas vezes considerada, conforme um dos depoentes, *a prima pobre da educação*. Na verdade, educação e cultura ao longo da administração municipal e/ou estadual têm ocupado ou não a mesma pasta. Infelizmente, em um e outro caso, os resultados não têm sido os almejados. O que importa é reconhecer, criticamente, que o relevante é integrá-las efetivamente, não apenas por meio da educação formal, nas escolas, desde as primeiras séries do ensino básico, mas também, acionando todos os equipamentos culturais a serviço da educação.

É desalentador o movimento e frequência estudantil nos museus da cidade, mas temos que reconhecer que os professores da rede pública têm que despende esforços desmedidos para conseguir visitá-los com seus alunos. O próprio Arquivo Geral, com seu auditório de excelente acústica, segundo uma das depoentes, já foi um espaço para inúmeras promoções até na área musical.

Enfim, o livro organizado por Beatriz Kushnir e Sandra Horta instiga e provoca muitas outras questões sobre a cidade e sua gente que não caberiam neste espaço.

Volto à capa do livro. A estrada sinuosa que volteava, exageradamente, contornando os obstáculos, afinal de contas atinge o cume pretendido! Considero que tem sido assim com o Arquivo Geral que acompanho, de perto, há quase trinta e cinco anos, verificando os progressos no arranjo, na produção de instrumentos de busca e na disponibilização dos documentos, além dos esforços na captação de recursos e na política de interação que o transforma *de templo do passado* em um equipamento indispensável à sociedade e à administração do presente.

Se de um lado as entrevistas revelaram, sem qualquer pudor, as dificuldades cotidianas do Arquivo Geral, por outro, demonstraram a dedicação, tenacidade e criatividade dos servidores públicos para enfrentá-las. Concordo plenamente com Sandra Horta ao afirmar que *ao contrário do que pensam alguns detratores do serviço e do funcionalismo público* o Arquivo Geral e a administração municipal sempre contaram com quadros diligentes.

Para concluir, afirmo confiante, que este livro faz jus ao seu título!

Recebido em 13/08/2013

Resenha do livro: MARIZ, Anna Carla Almeida. A informação na Internet: arquivos públicos brasileiros. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012. 168 p.

## **Arquivologia e Internet: novas possibilidades para os arquivos públicos brasileiros**

Marcelo Nogueira de Siqueira

Bacharel em Arquivologia (UNIRIO), mestre em História Social (UERJ), arquivista e atual coordenador de documentos audiovisuais e cartográficos do Arquivo Nacional. Presidente da Câmara Técnica de Documentos Audiovisuais, Iconográficos e Sonoros do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) e membro da Comissão Técnica de Avaliação de Arquivos Privados de Interesse Público e Social do CONARQ.

mnsiq@yahoo.com.br

Um dos grandes tabus da Arquivologia brasileira sempre foi a pouca pesquisa desenvolvida por seus profissionais, fato que se traduzia, de forma mais aparente, na pequena produção bibliográfica da área. Ultimamente, porém, esse panorama vem se alterando, com pesquisas em diversos segmentos, novas publicações, diferentes autores, surgimento de periódicos e o incremento de eventos acadêmicos e científicos. O aumento do número de cursos de Arquivologia no país e a criação de novas associações profissionais, bem como do surgimento de pós-graduações na área, reforçam a consolidação pela qual a Arquivologia brasileira vem passando. Seu inegável crescimento reforça a necessidade de se (re) pensar as ligações da Arquivologia com outras áreas do conhecimento e estabelecer diálogos e análises com os novos meios de comunicação, difusão e acesso à informação que a cada instante são criados e modificados.

Se existe atualmente uma discussão a respeito de reformas curriculares nos cursos de Arquivologia no país, uma outra reforma, por assim dizer, já está em curso na comunidade arquivística, principalmente nas universidades. Novos textos, autores, livros e assuntos vêm sendo estudados e debatidos, tanto em salas de aulas, como em eventos e fóruns virtuais, promovendo diferentes percepções, análises e abordagens de aspectos tradicionais e contemporâneos da nossa área, fazendo com que o universo teórico se amplie e seja questionado.

Toda uma geração de arquivistas, certamente, já se deparou com os três “clássicos” da literatura arquivística no Brasil,

publicados pela Editora FGV (Fundação Getúlio Vargas): *Arquivos Modernos*: princípios e técnicas, de Theodore Schellenberg, *Arquivos Permanentes*: tratamento documental, de Heloísa Liberalli Bellotto e *Arquivo: Teoria e Prática*, de Marilena Leite Paes. Sendo o primeiro uma obra voltada para os conceitos e técnicas arquivísticas, com ênfase nos arquivos correntes, o segundo para os arquivos permanentes, e o terceiro um manual prático do fazer arquivístico. Durante anos esses livros, de renomados autores, constituíram-se na base acadêmica dos estudantes de Arquivologia e de referencial para seus profissionais. Alguns anos se passaram para que a Editora FGV lançasse, em 2002, o livro *Gerenciamento Arquivístico de Documentos Eletrônicos*, de Rosely Cury Rondinelli, e, em 2005, *Arquivologia e Ciência da Informação*, de Maria Odila Fonseca, ampliando assim as dimensões teóricas e conceituais da Arquivologia e consolidando a referida editora como polo difusor do pensar arquivístico brasileiro.

Em 2012, mais um título passou a integrar este seletivo catálogo de obras referenciais. De autoria da arquivista e professora do Departamento de Estudos e Processos Arquivísticos da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Anna Carla Almeida Mariz, de ampla experiência acadêmica e profissional, mestre em Memória Social (UNIRIO) e doutora em Ciência da Informação (IBICT/UFRJ), o livro *A Informação na Internet no Brasil: arquivos públicos brasileiros*, adaptação de sua tese de doutoramento, apresenta ao leitor uma análise extremamente fundamentada dos processos de transferência da informação arquivística na Internet, em especial dos arquivos públicos brasileiros, demonstrando ao leitor as inúmeras possibilidades que a web pode propiciar ao cidadão na busca e no conhecimento de informações públicas, redefinindo a relação entre o indivíduo e os arquivos, tanto no que diz respeito ao acesso, quanto na difusão de informações arquivísticas, colaborando na consolidação dos direitos civis e políticos do cidadão.

É sabido que a web possui mecanismos de busca, acesso, difusão e transferência de informação que a humanidade nunca dispôs, transformando a rede em um verdadeiro “estado informacional” repleto de usos e possibilidades, caracterizando-se com ícone maior da contemporaneidade. A utilização de tão importante ferramenta pelos arquivos públicos brasileiros iniciou-se de forma tímida, sem o uso de sua potencialidade e servindo inicialmente apenas como instrumento de visibilidade institucional. A autora, antes de apresentar e tecer sua análise sobre essa relação entre arquivos públicos e Internet, contextualiza tanto as instituições arquivísticas como a ideia de rede, estabelecendo em seguida a utilização da web pelos arquivos, apresentando-a como um novo território a ser pensado pela Arquivologia e indicando que essa relação pode consolidar as instituições arquivísticas como espaços de cidadania e transparência, legitimados pelo acesso e difusão da informação pública.

O livro está estruturado em quatro partes, didaticamente preparado para uma compreensão sólida de seus objetivos, mesmo que o leitor não seja íntimo do assunto. No primeiro capítulo, “Transferência da informação arquivística”, Mariz apresenta e discute os conceitos de arquivo, informação, informação arquivística, transferência da informação e acesso. As dezesseis páginas desse capítulo revelam o cuidado da autora em estabelecer,

de forma criteriosa, as características e os elementos conceituais do que ela se propõe a analisar, norteando o leitor e criando uma atmosfera propícia ao entendimento de sua pesquisa. Mariz também perpassa pelo conceito de memória, tão inerente ao sentido de arquivo e documento, citando autores como Jacques Le Goff e Pierre Nora. Aliás, durante todo este breve capítulo introdutório, diversos autores são mencionados, fundamentando teoricamente a análise e estabelecendo uma coesão na linha de pensamento proposta pela autora, que recorre para isso a Luciana Duranti, Armando Malheiro da Silva, Ana Maria Camargo, José Maria Jardim, Maria Odila Fonseca, Aldo Barreto e Maria Nélida Gonzáles de Gomez, entre outros, revelando toda a profundidade de sua pesquisa. Neste capítulo, Mariz, indica a premissa que será seguida em sua análise ao explicar ao leitor que (p. 22) “a transferência da informação, portanto, não se limita a entrega do que foi solicitado ao usuário, mas pressupõe a comunicação com ele, por meio de mecanismos intermediários, do recurso de conhecimento”. A autora complementa que (p. 24) “o fluxo da informação, realizado por meio da comunicação eletrônica, mais especificamente graças às redes, torna-se fator diferencial para o processo de transferência da informação arquivística”.

No capítulo seguinte, “As instituições arquivísticas”, o livro aborda a história e as evoluções das instituições arquivísticas, identificando as que se constituíram como campo de análise da sua pesquisa e estabelecendo as relações com a Internet, destacando a situação brasileira nesse caso. Mariz informa no início do capítulo, os pontos que ela irá desenvolver para a compreensão da relação entre as instituições arquivísticas e a Internet, apresentando uma consistente história evolutiva dos arquivos, especificando o formato atual de tais instituições no país, conceituando-os e indicando como iniciaram sua história com a Internet e a situação atual dessa relação.

No subcapítulo “instituições arquivísticas públicas no Brasil”, Mariz destaca a trajetória da inserção dessas instituições no Estado brasileiro, para isso recorre a José Maria Jardim, expoente nos estudos sobre as políticas arquivísticas públicas no país e seu orientador no doutorado. A autora destaca a responsabilidade do Estado na gestão dos documentos arquivísticos públicos, conforme rege a legislação brasileira, sendo de competência das instituições arquivísticas, nas suas esferas de atuação, a promoção da gestão, que inclui não apenas os documentos já recolhidos, mas também os que ainda estão nos órgãos de origem, isto é, os documentos em todas suas (três) idades. Logo em seguida é dado o devido destaque ao Arquivo Nacional brasileiro, falando sobre sua história e funções, desde sua fundação até os dias atuais. Essa parte do livro abre espaço para que seja apresentada uma série de quadros estatísticos sobre instituições e seus usuários no país, começando pelos usuários de acervos arquivísticos dos órgãos do Poder Executivo federal em Brasília e no Rio de Janeiro, do número e percentual de municípios e de arquivos municipais em alguns estados brasileiros, do número de empregados nos arquivos estaduais e municipais, no percentual de fundos documentais inventariados por arquivos estaduais e municipais, e até mesmo do número de microcomputadores existentes nesses arquivos. Tais dados estatísticos possibilitam

ao leitor uma ampla compreensão do cenário em que as instituições arquivísticas no país estão inseridas. É a partir da construção desse cenário que Mariz inicia sua análise sobre as inúmeras possibilidades que a Internet propicia aos arquivos, pois segundo a autora (p. 61) “a Internet como espaço informacional oferece inúmeras novas possibilidades aos arquivos. É importante, portanto, abordar as características desse novo espaço, algumas experiências de instituições [...] e outras questões correlatas.” Complementando esse pensamento destaca que (p. 62) “a disponibilização de acervos arquivísticos na rede apresenta muitas vantagens: facilitar o acesso, atingir um público maior, ampliar o atendimento aos pesquisadores, permitir pesquisas, aumentar a divulgação entre outras. Cabe, portanto, recorrer a elas”.

Citando alguns autores estrangeiros que fizeram pesquisas na primeira década do século XXI sobre instituições arquivísticas que tinham sites ativos, Mariz menciona o Arquivo Nacional da Austrália, Arquivo Nacional e Direção dos Arquivos da França, Arquivo Nacional do Canadá, Arquivo Nacional da Inglaterra, País de Gales e Reino Unido e o Arquivo Nacional dos Estados Unidos, informando como essas instituições tratavam seus websites e como elas pesquisavam a Internet e sua relação com os usuários, pois para Mariz (p. 73): “a maior exatidão das informações sobre o uso da Internet será útil também para as instituições arquivísticas, a fim de que divulguem sua imagem, seus serviços e, mudem seu relacionamento com o público, usufruindo todos os benefícios que a Internet oferece.”

O conceito de redes é um dos pontos de maior importância para a investigação traçada por Mariz sobre a informação arquivística na Internet. No terceiro capítulo “A Internet e as redes de comunicação” os conceitos de rede, rede de informação e Internet são apresentados e esclarecidos, sobretudo como espaço de comunicação, destacando as inegáveis transformações que vêm proporcionando nos processos comunicacionais.

Um dado interessante apresentado no decorrer deste capítulo é o grande crescimento do número de usuários de Internet no Brasil. Com base em algumas pesquisas, Mariz nos informa que em 2003 eram 7,9 milhões, no ano seguinte 11,6 milhões e, em 2009, 64,8 milhões de usuários, o que demonstra o imenso potencial informacional e comunicativo que a Internet dispõe. Também é neste capítulo que podemos perceber como a Internet é dinâmica, mutável e autotransformadora devido a sua natureza volátil. Ao citar o site de relacionamentos Orkut, criado em 2004 por um funcionário do Google e que chegou a ser a principal rede social do país, como exemplo de meio de comunicação utilizado na Internet, Mariz nos indica como é curta a vida útil de um canal como esse. Possivelmente, a autora utilizou o Orkut como modelo de rede social em sua tese de doutorado no momento em que o Orkut era o site “da moda”, que todos comentavam e que ali desejavam interagir. Contudo, poucos anos depois, ao publicar seu livro, este site já se encontrava ultrapassado e com números de acesso em descenso. Não há menção ao agora onipresente Facebook, que um dia, possivelmente, será substituído por outro modismo ou por uma ferramenta mais interativa, um indício claro da perenidade dos sites da Internet que precisam se modificar com atualizações constante para se manterem ativos e interessantes.

Mariz encerra o capítulo comentando que em virtude da imensa oferta de conteúdo informacional disponível na Internet (jornalística, pessoais, comerciais, científicas etc) as instituições que tem por objeto a informação, como os arquivos, bibliotecas, centros de documentação e museus, devem compreender a rede mundial de computadores como um importante instrumento de transferência de informação e não apenas como um veículo de divulgação institucional ou de difusão de seus serviços.

No quarto e último capítulo, “Interfaces dos arquivos públicos brasileiros com a Internet”, Mariz estabelece as relações entre as instituições arquivísticas públicas no país com a Internet, considerando que o caráter público desta fortalece e potencializa os serviços de disponibilização de conteúdo por parte dos arquivos. É neste capítulo que efetivamente são apresentados a metodologia da pesquisa e seus resultados, trazendo ao leitor inúmeros dados e considerações e indicando o cenário atual e as possibilidades que as instituições arquivísticas públicas brasileiras dispõem. Com base em uma ampla pesquisa, entrevistas e na revisão seletiva da bibliografia existente, tanto estrangeira como nacional, Mariz apresenta ao leitor uma análise precisa da relação arquivos / Internet, demonstrando a evolução e os caminhos dessa interface através da indicação do universo de quarenta e sete instituições que possuíam sites ou páginas na rede, entre 2004 e 2009, momento final de sua pesquisa. Dentro das estratégias de conhecimento dos arquivos, Mariz faz em sua pesquisa uma série de entrevistas. Ao final desse capítulo são apresentadas algumas questões que foram perguntadas ao Arquivo Nacional, Arquivo Público de Estado do Rio de Janeiro e Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro e as respectivas respostas e considerações de cada um deles, configurando um material interessante e revelador da percepção de como essas instituições compreendem a Internet e seu usuário e de como elas se inserem ou pretendem inserir-se na rede.

O grande mérito na obra de Mariz, além da escrita dinâmica embasada em literatura e fontes consistentes e num amplo levantamento de dados bem como de uma metodologia clara e eficiente, foi apresentar ao mundo arquivístico um tema até então pouco explorado, embora discutido através de outros olhares e abordagens. Como diz o professor José Maria Jardim na “orelha” do livro, a pesquisa de Mariz “oferece-nos o mapa dos novos territórios para a difusão dos arquivos, revela-nos como aí se inserem as instituições arquivísticas brasileiras e convida-nos a várias reflexões sobre os caminhos para uma maior visibilidade de nossos arquivos públicos na web.” Além disso, o livro proporciona uma visão mais ampla e atualizada sobre nossos arquivos públicos, pois em um momento em que tais instituições são constantemente lembradas como locais de cidadania, de salvaguarda de memória e de importantes instrumentos na garantia da Lei de Acesso à Informação, sua pesquisa indica caminhos e obstáculos para usuários, dirigentes, e profissionais da informação, constituindo-se numa precisa contribuição às reflexões e inquietudes cada vez mais presentes no universo arquivístico.

Recebido em 01/05/2013

Uma resenha sobre o livro: HEYMANN, Luciana Quillet. *O lugar do arquivo: a construção do legado de Darcy Ribeiro*. Rio de Janeiro: Contra Capa / FAPERJ, 2012. 238 p.

## Por novos caminhos: algumas reflexões e muitas possibilidades

Paola Rodrigues Bittencourt  
Arquivista do Arquivo Nacional  
Aluna do Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)  
paolarb@gmail.com

O mais curioso de se debruçar sobre *O lugar do arquivo*: a construção do legado de Darcy Ribeiro é tornar-se íntimo de uma pessoa, de uma determinada área da Arquivologia, de um Centro de Pesquisas, de uma parte da história recente da política no Brasil. Porém, para compreender o livro é preciso conhecer, ainda que minimamente, a trajetória acadêmica e profissional de Luciana Heymann.

Já no prefácio, a professora Ângela de Castro Gomes destaca que este não é como muitas das teses-livro feita por quem iniciara suas pesquisas na área. A professora Luciana tem graduação em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Mestrado em Antropologia Social pela mesma Universidade e Doutorado em Sociologia, pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ).

Somando-se a sua trajetória acadêmica, Luciana trabalha desde 1986 no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro. Criado em 1973, o CPDOC é uma instituição pioneira na dedicação à guarda, preservação, tratamento e acesso aos arquivos pessoais de pessoas públicas, com o objetivo de desenvolver e contribuir para as pesquisas relativas à história recente do Brasil.

Neste ano de 2013, o CPDOC completa 40 anos de existência e de intensa atividade na área dos arquivos pessoais. Destes 40 anos, há 27 o CPDOC conta com a atuação de Luciana Heymann, agora coordenadora do Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais – criado em 2003 no CPDOC.

*O lugar do arquivo*: a construção do legado de Darcy Ribeiro é o resultado de uma pesquisa de doutorado, mas, mais do que

isso, é o reflexo de muitos anos de atividade profissional dedicada aos arquivos pessoais. Foram esses anos de experiência que perpassaram todos os questionamentos, apontamentos e conclusões marcados nas páginas deste livro. E também, mais especificamente, o trabalho desenvolvido pela autora a frente de um projeto do CPDOC com a Fundação Darcy Ribeiro para tratamento do acervo arquivístico do antropólogo.

A tese de doutoramento em Sociologia foi defendida em 2009 e, como a própria autora destaca, sua necessidade foi de “lançar um olhar sociológico” sobre sua própria prática profissional, ou seja, analisando os comportamentos e as influências externas na construção dos arquivos pessoais.

O interesse de Luciana é contagiante. Naturalmente acaba-se preso às linhas, parágrafos e páginas que retratam a construção do legado a partir da compreensão do próprio Darcy Ribeiro. Pelas mãos de Heymann nos encontramos com a história de um homem e também com a história recente do Brasil.

Ao contrário de diversos dos pesquisadores da área que têm como objeto os arquivos pessoais, Luciana não foi estudar o arquivo para entender o Darcy, seu objetivo foi estudar o Darcy para compreender seu arquivo. O arquivo é de fato um reflexo de todas as atuações de Darcy? Como o arquivo espelha as relações de Darcy com o mundo? Para isso, Luciana vai desde a Sociologia, passando pela História e pela Arquivologia, até a Antropologia, iniciando o que chama de “antropologia dos arquivos”.

Considerado por Oliveira (2012, p. 24) como “um espaço de discussão teórica pouco privilegiado”, os arquivos pessoais ainda não possuem na Arquivologia grandes fóruns de debates como os arquivos públicos. Possivelmente devido à história da disciplina que surge no seio do Estado moderno e para atender às suas necessidades.

Ao realizar algumas reflexões sobre a descrição e a pesquisa nos arquivos pessoais, Oliveira (2012, p. 33) afirma que os arquivos pessoais são arquivos e os define como “um conjunto de documentos produzidos, ou recebidos, por uma pessoa física ao longo de sua vida e em decorrência de suas atividades e função social”. Luciana parte do questionamento dos arquivos pessoais como arquivos propriamente ditos para iniciar sua discussão em torno do legado de Darcy Ribeiro. Recorrendo a diversos autores, Luciana oferece sua exploração sobre o mundo dos arquivos e da Arquivologia, partindo das abordagens mais clássicas da teoria arquivística, como Hillary Jenkinson, até as ideias mais recentes de autores como Elizabeth Kaplan e Terry Cook em torno do pós-modernismo, destacando, ainda, que nas últimas décadas o arquivo deixa de ser apenas um repositório de fontes de pesquisa para ser o objeto da pesquisa em si.

Longe de representar um pensamento hegemonicamente compartilhado pela comunidade arquivística, as bases de um pensamento pós-moderno nos arquivos, colocados por Kaplan e Cook, inserem-se no centro das novas configurações assumidas pela Arquivologia no cenário nacional e internacional. O que Kaplan e Cook apresentam é

a necessidade de se questionar alguns conceitos arquivísticos, os trabalhos nos arquivos e a própria forma de produção e acumulação destes arquivos. Propõem, ainda, como resultado desses questionamentos que a teoria arquivística seja revista e atualizada.

Em contraponto a essa postura de questionamentos assumida pelos autores pós-modernistas, estaria a postura – considerada pelos pós-modernos como positivista – de autores clássicos como Hilary Jenkinson, segundo o qual os arquivistas seriam os guardiões passivos dos arquivos. Neste universo, as teorias arquivísticas não podem ou não devem ser questionadas – isso inclui, principalmente, a naturalidade na produção e acumulação dos arquivos.

Em parte de sua exploração, Luciana aborda alguns pontos que podem ser considerados polêmicos nos fóruns arquivísticos. Um destes pontos é a discussão que a autora apresenta sobre a ideia de verdade que acompanha os arquivos, como se os documentos arquivísticos fossem isentos, imparciais e representantes fiéis do fato. Recorrendo a Foucault e Derrida, Luciana traz à superfície debates até então assumidos por poucos pesquisadores que os arquivos são “artefatos” histórico e socialmente construídos.

Poderíamos questionar se o próprio “olhar sociológico” sobre os arquivos, por si já não seriam os indícios de uma desnaturalização da acumulação dos arquivos. E essa foi uma das ações de Luciana. Questionamentos como a naturalidade dos arquivos são colocados para compor a análise.

Trazendo em sua abordagem algumas especificidades dos arquivos pessoais, Luciana discute a intencionalidade que está presente na produção e acumulação dos arquivos pessoais pelos seus produtores. Por mais que a questão mereça ser debatida também nos fóruns relativos aos arquivos públicos, merece ainda mais destaque nos arquivos pessoais. Para dar conta desta análise, a autora traça cuidadosamente o perfil do acumulador dos arquivos.

Uma questão que merece destaque, embora não tenha sido foco da autora e não sendo, portanto, parte de sua análise, são as políticas públicas arquivísticas apontadas por Jardim<sup>1</sup> que constituem elemento central na produção, processamento e uso dos arquivos.

A ausência destas políticas públicas arquivísticas pode ser observada de modo mais latente na esfera dos arquivos públicos, mas pode – e deve – também ser observada no que se refere aos arquivos privados, ou mais especificamente aos arquivos pessoais de homens públicos. A ausência destas políticas pode ser identificada a partir da análise de Luciana, ainda que indiretamente.

Uma constatação feita pela autora em sua pesquisa é o uso que é feito da declaração de interesse público e social previsto na Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991 – a ser proposta pelo Conselho Nacional de Arquivos e submetida à determinação por decreto presidencial. Em sua análise, Luciana aponta que a declaração de interesse público e social é utilizada como estratégia de reconhecimento e para captação de recursos de investimento para tratamento dos acervos privados. O fato apresentado pode ser também indicativo da ausência de políticas

públicas arquivísticas que tenham em conta a importância e as necessidades de determinados arquivos pessoais.

De questões como essas é que se pode constatar o valor de instituições como o CPDOC no tratamento dos arquivos pessoais de homens públicos. Sem desconsiderar o caráter político dessas instituições que são criadas e mantidas com a finalidade de preservar, tratar e dar acesso aos conjuntos documentais acumulados por homens públicos, cujos acervos podem fornecer importante contribuição para compreensão da história do país.

Conforme indica Heymann, por falta de métodos específicos, o tratamento dado aos arquivos pessoais segue a determinação das políticas institucionais. Destacando, ainda, a autora, a ausência de espaço dos arquivos pessoais identificada tanto na sua revisão de literatura quanto na sua análise de legislação arquivística que focam nos arquivos públicos e deixam de propor diretrizes para os arquivos privados – que incluem os pessoais.

A partir de suas análises sobre as bases teóricas da Arquivologia, um outro ponto que pode ser considerado polêmico é a abordagem de Luciana sobre a organicidade nos arquivos. A autora problematiza a organicidade, que no caso dos arquivos pessoais não lhe parece suficiente como no caso dos arquivos institucionais – públicos ou privados.

Camargo e Goulart (2007, p. 36), abordando o tratamento dado ao arquivo pessoal do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, afirmam que “Qualquer outro tratamento que passasse ao largo desse esforço de contextualização, que é na verdade a operação-chave da metodologia arquivística, poria em risco a organicidade da documentação”. De outro modo, Luciana apresenta uma outra possibilidade de caminho a ser percorrido para compreender a composição do arquivo de Darcy Ribeiro.

Ao realizar uma análise dos arquivos do ponto de vista etnográfico, a autora tem como foco explorar a relação entre o titular e seu arquivo, propondo assim diálogos e reflexões bastante interessantes à compreensão de seu objeto.

Embora o foco de Luciana seja no arquivo de Darcy Ribeiro e não no próprio Darcy, para compreender o arquivo, Luciana traça o perfil de seu produtor demonstrando não apenas sua trajetória profissional e intelectual, como nos aponta características de sua personalidade. Características estas que nos indicam os caminhos para a construção do legado de Darcy Ribeiro.

Nascido em Minas Gerais, no ano de 1922, formou-se em Ciências Sociais e especializou-se em Antropologia. Embora não fosse sua intenção inicial, conforme cita a própria Luciana, seu primeiro trabalho foi no Serviço de Proteção ao Índio.

Entre diversos trechos dos escritos do próprio Darcy, assim como em depoimentos prestados por pessoas próximas a ele, como o de seu sobrinho Paulo Ribeiro, Heymann apresenta a vida e a obra de um homem múltiplo, como ele mesmo se definira. São linhas de um texto fluído – e notas de rodapé impossíveis de serem esquecidas – que incita a curiosidade sobre um personagem interessante, sob vários aspectos, do cenário político brasileiro.

Em seu texto Luciana narra aflições, medos, vontades, decepções e vaidades de um homem público cujas realizações enriqueceram a vida da sociedade brasileira e permanecem presentes até os dias atuais. Mas, para além de todos os detalhes apontados sobre sua personalidade, apesar de fundamentais, outras informações são de grande relevância à compreensão do homem de fazimentos, como gostaria de ser lembrado, e da construção de seu legado.

A doença de Darcy, sua percepção sobre si e o medo de ser esquecido fez dele um homem de grandes ações e em diferentes áreas. Um homem múltiplo, como ele se designava. Darcy tinha como projeto individual ser lembrado por suas ideias e por seus projetos, os quais ele mesmo considerava grandiosos. Era um homem vaidoso e se orgulhava disso.

É interessante saber que diversas instituições públicas atuais foram idealizadas, projetadas por Darcy Ribeiro. Entre as suas obras constam o Museu do Índio, a Universidade de Brasília – da qual Darcy foi o primeiro reitor – e a Universidade Estadual do Norte Fluminense. Além destes, os Centros Integrados de Educação Pública (os CIEPs), o Sambódromo do Rio de Janeiro e a Biblioteca Pública Estadual do Rio de Janeiro.

Na cena política, Darcy foi de ministro de Estado a exilado político no Uruguai, durante o período de regime militar no Brasil. Entretanto, Darcy queria ser lembrado, preferencialmente, como um gênio. Mais do que como um político, mas como um intelectual. Conforme destaca Luciana, Darcy ocupava seu tempo exclusivamente com o que lhe acrescentasse.

Heymann aponta que para dar conta de seu projeto de não ser esquecido Darcy decidiu criar a Fundação Darcy Ribeiro (FUNDAR), cujo objetivo era “manter o nome de Darcy vivo”. Uma Fundação idealizada pelo próprio Darcy como uma forma de tornar-se presente e atuante, fazendo com que ela assumisse e continuasse suas realizações, mesmo após a sua morte. Assim ele permaneceria nas lembranças das pessoas por meio de suas ações que continuariam a ser executadas.

Luciana então se dedica a análise do Darcy inventor e executor de um projeto institucional que deveria levar adiante os seus ideais. Então a Fundar não foi concebida para abrigar o “legado” de Darcy Ribeiro? Não. Mas, com a morte de Darcy, essa foi uma das consequências. Com sua morte, o arquivo de Darcy Ribeiro assumiu um outro status dentro da Fundação e por esta razão estabeleceu-se contato com o CPDOC para a organização desse acervo. Pelo CPDOC, Luciana Heymann foi a responsável pelo projeto de organização do acervo de Darcy Ribeiro na FUNDAR.

Sobre a organização do arquivo de Darcy, primeiro Luciana apresenta o acervo, situando o leitor no tempo e no espaço. Aponta em que áreas há maior concentração de documentos e quais as razões – ou possíveis razões – para essas concentrações e também para as ausências de documentos em determinadas áreas de atuação. Os documentos revelam as distinções entre as atividades do intelectual e do político, mas também retratam a sua vida privada.

Embora Luciana ressalte que o arquivo era muito consultado pelo próprio Darcy, o que impôs ao arquivo uma lógica de organização dentro da necessidade de utilização dos

documentos, a autora buscou também compreender as interferências na organização do acervo ainda durante sua acumulação, grande parte feita por Berta Ribeiro, primeira esposa de Darcy, mas também por outras pessoas próximas a ele. Tais intervenções podem colocar o princípio de respeito a ordem original<sup>2</sup> no centro de muitos debates.

A forma como se deu a organização do arquivo de Darcy Ribeiro não é apenas um relato de experiência. Os apontamentos sobre como a motivação da direção da FUNDAR de ser fiel à imagem de Darcy se sobrepôs à argumentação teórica para tratamento do acervo são dados trazidos ao debate e que refletem os elementos políticos presentes na organização de qualquer arquivo, seja institucional ou pessoal.

As incorporações feitas desconsiderando o respeito aos fundos – um dos princípios arquivísticos mais difundidos e segundo o qual documentos de um fundo de arquivo não podem ser misturados aos de outros fundos – deixa claro aos leitores que nem tudo que consta na FUNDAR como parte do arquivo de Darcy Ribeiro era originalmente parte do arquivo. Algumas parcelas de documentos possuem outras proveniências em função da ideia da direção da Fundação de que o arquivo de Darcy Ribeiro deveria ser um arquivo completo, que representasse totalmente o seu titular, independente de quem acumulou o acervo.

Ao apresentar a metodologia utilizada na organização do arquivo pessoal de Darcy Ribeiro, Heymann adota uma postura pouco comum no cenário arquivístico: o de explicitar os princípios e as opções metodológicas que nortearam o desenvolvimento do trabalho.

Os diálogos travados com as experiências narradas por outras instituições responsáveis pela guarda, preservação, tratamento e acesso de acervos pessoais de homens públicos, como o de Mario Covas e do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, tornam a leitura ainda mais enriquecida.

*O Lugar do arquivo:* a construção do legado de Darcy Ribeiro apresenta fatos da vida de um homem, sua personalidade, seus ideais e suas ações e como tudo isso se expressou em seu arquivo pessoal. Mas, mais do que isso, direciona o leitor ao questionamento. Seja sobre os aportes teóricos sob os quais caminha uma disciplina, seja sobre as práticas desenvolvidas e pouco contestadas ou debatidas.

Os questionamentos da autora a alguns postulados da Arquivologia, como a naturalidade no processo de acumulação dos arquivos, o respeito à ordem original e a organicidade que não dão conta dos arquivos pessoais, deixa muito mais dúvidas do que respostas e indica ao leitor inúmeras possibilidades de pesquisa, ampliação de debates e, quem, sabe até uma revisão da teoria arquivística.

Está posto e claro que nem todos os métodos arquivísticos utilizados no tratamento dos arquivos institucionais dão conta das especificidades dos arquivos pessoais. O que nos cabe, enquanto profissionais e pesquisadores, é mergulhar nesta infinidade de possibilidades postas à reflexão por Luciana Heymann e caminhar sem medo de se aventurar por territórios pouco explorados como os arquivos pessoais.

## Notas

1 - De acordo com Jardim (2003, p. 38-39) são políticas públicas arquivísticas o “conjunto de premissas, decisões e ações – produzidas pelo Estado e inseridas nas agendas governamentais em nome do interesse social – que contemplem os diversos aspectos (administrativo, legal, científico, cultural, tecnológico etc) relativos à produção, uso e preservação da informação arquivística pública e privada”.

2 - Segundo o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (ARQUIVO NACIONAL, 2005, P. 137), Princípio do respeito à ordem original é o princípio segundo o qual o arquivo deveria conservar o arranjo dado pela entidade coletiva, pessoa ou família que o produziu.

## Referências Bibliográficas

ARQUIVO NACIONAL. *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; GOULART, Silvana. *Tempo e circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais*. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2007.

JARDIM, José Maria. Inferno das boas intenções. In: MATTAR, Eliana (org.). *Acesso à informação e política de arquivos*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. *Descrição e pesquisa: reflexões em torno dos arquivos pessoais*. Rio de Janeiro: Móbile, 2012.

Recebido em 30/04/2013



**Entrevista**



# Depoimento de Coriolano de Loyola Cabral Fagundes

## *Testimony of Coriolano de Loyola Cabral Fagundes*

Entrevista concedida a Beatriz Kushnir\*

Transcrição: Yama Arruda\*\*

Certamente existe atualmente um enorme acervo de depoimentos orais que pesquisadores, por diferentes motes, vêm constituindo como fontes primárias para seus trabalhos. Corretamente, ao final de seus estudos, esses devem ser depositados em Laboratórios, Centros de Estudos e/ou Bibliotecas universitárias. Sabemos igualmente que, se não fizerem a migração para um suporte digital de “vida longa” – se é que isso existe nesse ambiente –, tais informações se perderão. Até porque, nem todos se preocupam, mas deveriam, em formular um projeto que transcrevesse o conteúdo desse material.

Atenta a essas questões e diversas vezes inquirida acerca das fontes orais que produzi no processo de formulação de minha tese de doutoramento em História<sup>1</sup>, na qual realizei mais de 60 entrevistas, sendo 11 delas com Censores Federais de diversas gerações, percebi que, na medida do possível, poderia publicá-las. Assim, permitiria o acesso aos seus conteúdos, bem como, a partir das notas de rodapé, apontaria as reflexões que me parecessem importantes. Concomitante, demonstraria ao leitor como as utilizei no corpo do texto final, produzido para a pesquisa em foco. Com base nesta decisão, optei por iniciar esta jornada “ao meu próprio passado”, escolhendo, talvez, um dos mais importantes depoimentos que produzi: a entrevista que me foi concedida por Coriolano de Loyola Cabral Fagundes, na sua casa, em Brasília, em dois momentos: em 1996 e no dia 17/08/1998. Assim que comecei a investigar quem eram os (lendários) censores da época, levei susto ao esbarrar, de cara, com vários jornalistas, somente no primeiro grupo de nomes levantados. Do time dos 11 entrevistados, pouquíssimos autorizaram a divulgação de suas identidades reais. A maior parte é designada por nomes fictícios. Explica-se: muitos ainda são ou eram à época, funcionários de órgãos da segurança pública, ou – o que é mais embaraçoso – estão devidamente “aclimatados” no meio jornalístico.

Um dos que não se incomodou em ter o nome verdadeiro revelado foi Coriolano de Loyola Cabral Fagundes. Notícias me chegaram que teria falecido recentemente..., mas por

---

\*Beatriz Kushnir é pós-doutora em História e diretora do Arquivo da Cidade

\*\* Yama Arruda é graduado em História pela UFRJ

ocasião da entrevista havia se tornado pastor evangélico. Autor de *Censura e liberdade de expressão: tudo sobre a censura aos meios de comunicação no Brasil e no mundo* (São Paulo, Editau, 1975, 397 p.)<sup>2</sup>, o penúltimo diretor da Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP) foi um censor de carreira.

*Beatriz Kushnir*

*There is no doubt that there is today an enormous amount of oral statements that researchers, for different reasons, have gathered as primary sources for their work. At the end of their studies, these statements must, of course, be deposited in Laboratories, Study Centres and/or university Libraries. We also know that if this material is not migrated into a “long life” digital format – if such a thing exists in this setting –, this information will be lost, especially because not everyone is concerned about formulating a project for transcribing the content of this material, although they should be. Having been attentive to these issues and asked several times about the oral sources I produced when writing my doctoral thesis in History – for which I carried out more than 60 interviews, 11 of them with Federal Censors from several generations –, I noticed that, possibilities permitting, I would be able to publish them. Thus, I would be allowing access to their content, as well as pointing out the reflexions I thought important from the footnotes. In parallel, I would be demonstrating to the reader how I used them in the body of the final text produced for the research in question. Based on this decision, I chose to start this journey “into my own past” by choosing what was perhaps one of the most important statements I have ever produced: the interview given to me by Coriolano de Loyola Cabral Fagundes in his house in Brasília on two separate occasions: in 1996 and on 17th August, 1998. When I started to research who the (legendary) censors of the time were, I was startled to come across several journalists right from the outset, in the first list of names researched alone. Out of the 11 subjects interviewed, very few allowed their real identity to be divulged. The majority is identified by a fictional name. Let me explain why: many of them still are (or were at the time) either employees of law enforcement agencies or – even more embarrassingly – have been duly “acclimatised” in the journalistic environment. One of the ones who did not mind his real name being revealed was Coriolano de Loyola Cabral Fagundes. I recently heard news of his death... but at the time of the interview he was an evangelical preacher. He was the author of *Censura e liberdade de expressão: tudo sobre a censura aos meios de comunicação no Brasil e no mundo* [Censorship and freedom of expression: all about censorship in the media in Brazil and the world] (São Paulo, Editau, 1975, 397 p.2), the second-last director of the Divisão de Censura de Diversões Públicas (Division of Censorship and Public Entertainment – DCDP) and a career censor.*

Beatriz Kushnir: Começamos pelo posto mais elevado de sua carreira de censor federal. Como o senhor foi convidado para ser o chefe da Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP)?

**Coriolano:** O ministro [da Justiça] Fernando Lyra<sup>3</sup> queria um censor liberal, um censor que não fosse conivente com a política que estava saindo, a política dos governos militares. Antes de mim, quem exerceu o cargo foi a Solange Hernandez<sup>4</sup>, aliás, não me lembro se o José Vieira Madeira<sup>5</sup>, já falecido, nos intermediou ou não. Não, ele foi antes dela, é isso. Foram os próprios veículos de comunicação, a classe de autores e compositores, artistas, o pessoal das televisões, que me indicaram para o ministro. Então ele me chamou e disse que sua intenção era extinguir a Censura.

Beatriz Kushnir: Isso foi mais ou menos em 1985?

**Coriolano:** Foi no iníciozinho de 1985, na posse do [presidente] José Sarney (1985-89). Assumi [esta missão] com uma posição muito cômoda. A Administração [Pública conhecia o meu perfil e] já havia me aplicado punições brandas por causa de atitudes [consideradas] independentes. [Eu já havia concedido] entrevistas durante o Governo Militar. Ao *Jornal do Brasil* declarei que era contra a censura de imprensa. Fui mandado para a Academia [Nacional de Polícia], onde não tinha nada para fazer. Fui para lá durante a administração de Solange Hernandez à frente da DCDP. [No período, o Diretor do Departamento de Polícia Federal era o Moacyr Coelho<sup>6</sup>]. Depois de sua saída da administração da Polícia Federal, e quando eu estava no mundo..., o encontrei em uma boate em Brasília. Bom, então o ministro Lyra convidou-me para assumir, em um momento em que o governo queria acabar com a censura. A minha posição, a minha oportunidade foi muito boa, muito fácil, porque naquela época eu acreditava que a extinção da censura [significava] dar um passo à frente para a democracia. Fui [realizar algo em que] acreditava, tinha esperança na extinção da censura, na modernização política do país. Já [no período anterior] quando a Solange Hernandez assumiu o controle da censura a situação era completamente diferente. [Ela comandou o DCDP] durante a ditadura militar, então tinha que apresentar serviço em termos de um rigor censório, em termos de repressão na produção cultural<sup>7</sup>. O meu momento foi muito melhor, mais simpático.

Beatriz Kushnir: Conte, por favor, como foi o convite.

**Coriolano:** Fui [encontrar] Fernando Lyra, que mandou me chamar e falou, em resumo: “Vou extinguir a censura. Quero saber se você aceita esse papel de preparar o caminho interna e externamente para a extinção da censura”. Disse a ele que aceitava, e que, inclusive, pessoalmente, eu também abraçava esse ponto de vista. Ele nomeou-me e autorizou-me a falar com a imprensa diretamente, o que os diretores anteriores da censura eram proibidos de fazer. E me deu também um gabinete no Ministério da Justiça.

Beatriz Kushnir: O senhor não ficou no Departamento da Polícia Federal?

**Coriolano:** Não, porque fui o diretor de censura escolhido pelo ministro à revelia da administração da Polícia Federal. A indicação deles era outra pessoa, ligada à comunidade de informações. Então, empenharam-se pela nomeação dessa pessoa. Fui escolhido pelo ministro e, acredito que o ministro, antevendo as dificuldades internas que eles iriam criar, me deu um gabinete próximo ao dele, no Ministério da Justiça, com a ordem de desarticular a censura. Assumi nessas condições e fui desarticulando a censura. Por exemplo, tínhamos um órgão revisor, o Conselho Superior de Censura (CSC)<sup>8</sup>, que, por vezes, queria ser mais rigoroso do que a censura. Trabalhava sintonizado com a Solange, por exemplo. Então, passei a resolver tudo em primeira instância, no meu nível e, com isso, o Conselho Superior de Censura foi totalmente esvaziado<sup>9</sup>. Foi mais um foco de ataque à minha administração. Havia conselheiros que me odiavam, porque acabei com o trabalho deles. Eu liberava em primeira instância, depois passava pelo ministro. E o que os censores queriam interditar, eu colocava em revisão ali no nosso nível, distribuía para outras turmas examinarem e acabava liberando. Então, fiquei entre dois fogos, entre o da administração da Polícia Federal, que não gostava de mim porque eu era liberal e ia contra as convicções da maioria, e porque fui nomeado à sua revelia. Muitos delegados não se conformavam por eu ter um gabinete próximo ao do ministro e ter acesso a ele diariamente. Eles não tinham. Esse fato criou uma situação de ciúmes. De outro lado, o Conselho Superior de Censura pressionando, porque queriam que as peças subissem para a primeira instância, os filmes, os programas de televisão. E ele estava esvaziado, então, fiquei entre dois fogos<sup>10</sup>. E quando saí já era o ...ministro...aquele gaúcho...como era mesmo o nome dele?

Beatriz Kushnir: O ministro da Justiça, depois do Fernando Lyra, foi o Paulo Brossard.

**Coriolano:** Exatamente. O Paulo Brossard estava me mantendo lá, apesar da campanha contra essa desmoralização, eles queriam ver se mudavam a direção da Censura, e eu ali atrapalhando! Quando vi uma entrevista do presidente José Sarney interpellando o ministro sobre o porquê de ele não ter me substituído ainda... [compreendi que minha permanência no cargo estava com as horas contadas]<sup>11</sup>. O José Sarney era a favor do recrudescimento, haja vista o “*Je vous salue, Marie*”, que ele queria que fosse interditado, ele pressionou até ser... interditado. Naquela época foi pressão do presidente, porque, antes do filme chegar, ele assumira um compromisso com a Igreja de que o filme nunca [seria exibido] no Brasil<sup>12</sup>. Creio que esse filme foi o último a ser proibido, porque censurado é um termo mais abrangente do que proibido. Por exemplo, tem uma cena que você manda excluir, esse filme está censurado, embora ele seja liberado. [Apenas] não vão ver esse filme no país na versão integral. Então, o último proibido integralmente, acredito foi o “*Je vous salue, Marie*”. Com esse incidente para a proibição desse filme, o presidente [Sarney] começou a pressionar. Inclusive falei para a imprensa que foi com tristeza e sob pressão [que o filme] foi vetado. O próprio ministro

Fernando Lyra não queria [essa proibição], tanto que ele renunciou, entre outros motivos, também por esse. Ele declarou à imprensa, e era sincero, que queria extinguir a censura, não iriam proibir nada durante sua administração. Até saíram aquelas brincadeiras “é proibido proibir”. Ele não queria enfrentar nada, coisa nenhuma, queria passar pelo Ministério da Justiça conservando a imagem de um liberal e foi forçado pela Presidência a me mandar proibir. O ato proibitório foi meu, mas o autor intelectual foi o presidente Sarney<sup>13</sup>.

Beatriz Kushnir: Uma década e meia se passou entre o episódio do “Je vous salue, Marie” e esta nossa conversa. Algo mudou para o senhor?

**Coriolano:** Então, chegamos nessa altura da entrevista sobre a qual eu estava lhe falando, a da Marília Gabriela (jornalista, apresentadora, entrevistadora) e ela me perguntou: “E hoje, você seria censor de novo?” Eu disse que seria, e muito mais rigoroso do que fui. Porque naquele tempo eu era um liberal, hoje em dia não sou mais. E ela disse: “Como pode uma pessoa mudar de posição? Por que o senhor mudou de posição!” Falei a ela que Jesus transformou a minha vida, naquele tempo eu era um homem do mundo, preocupado com as leis materiais humanas, com os problemas sociais, com problemas exclusivamente de educação da criança, e hoje preocupo-me com problemas de natureza moral, de natureza espiritual, na transformação do indivíduo para melhor<sup>14</sup>. Entendo que os homens de comunicação social [precisam de parâmetros], com exclusão da imprensa escrita, pois acho que a imprensa escrita tem o direito de publicar tudo o que quiser. Primeiro, porque o nosso país deve ter 50% de analfabetos, então esse grande contingente da nossa população já está privado de ler.

Beatriz Kushnir: Já que o senhor mencionou a imprensa escrita e a sua não concordância naquela época, e também agora, com os atos censórios a esse meio de comunicação, gostaria de lhe indagar sobre a sua atuação no Sigab<sup>15</sup> (Serviço de Inteligência do Gabinete), vinculado diretamente ao gabinete do ministro da Justiça e que possuía agências em todos os estados da federação.

**Coriolano:** O que é Sigab?... É a censura à imprensa, não é? Fiz parte em São Paulo, mas por três meses só<sup>16</sup>. Não conheço os bastidores do Sigab porque, naquela altura, conforme já te disse, tinha dado uma entrevista ao *Jornal do Brasil* declarando-me contra a censura à imprensa, dizendo que a censura à imprensa era um retrocesso. Porque eu compreendia, e em parte eu era liberal, que a existência da censura de diversões – porque a diversão, a partir do advento da televisão, adentra a sua casa sem pedir permissão. Seus filhos menores ligam o aparelho e veem programas que muitas vezes têm uma mensagem deletéria, que prejudica a formação do menor. Sempre justifiquei a existência de uma censura de diversões públicas, mas voltada para o bem-estar do menor, para a boa formação. Sempre entendi isso, por exemplo, a proibição total, como eu estava lhe falando, de um espetáculo qualquer, gera

turbulência, porque você está proibindo o maior de ver, e o maior tem a opção de escolha. O maior já tem sua formação política, social, moral. Não é porque ele viu um filme que vai mudar sua opinião. Acho que isso é exploração. Isso é coisa daquelas pessoas que são mais realistas do que o rei! Querem fiscalizar até a diversão do maior. Então, dentro desse prisma, achava que a censura à imprensa era realmente um retrocesso. Porque tinha um grupo que falava de censura à imprensa durante a ditadura de Getúlio Vargas, Estado Novo. Conheci isso, ainda garoto, ouvi meu pai falar disso, ele era professor da Faculdade de Direito. A luta política dele – e ele se queixava que foi marginalizado durante muito tempo pela ditadura porque era liberal e não concordava com isso e nem escrevia para os jornais –, porque era contra aquela ditadura e foi prejudicado em suas aspirações, inclusive políticas. Recebi dele criação de casa, de a gente ser contra a ditadura, quando a ditadura é manifestada sobre a forma de censura à imprensa. Eu também tinha essa posição contra a censura à imprensa. Então, agora, quando fui chamado, quando fui intimado a fazer [parte do] Sigab por três meses, foi quando fui para São Paulo. Fui para São Paulo no começo de 1973. Entre o fim de 1973 e o começo de 1974, o coronel [Antônio] Lepiani<sup>17</sup>, que me conhecia, até me dava muito bem com ele. Era uma pessoa socialmente muito agradável, sabe? E, por sorte minha, ele tinha uma aparentada dele ou da senhora dele, agora não me lembro mais, e ela era censora também. Ela e o marido ficaram muito amigos nossos, meu e da minha mulher. Eles iam lá em casa, em São Paulo. Fui transferido [para São Paulo], porque queria passar uma temporada fora de Brasília. Pedi, e eles me colocaram lá. Fui para São Paulo porque já estava há muito tempo em Brasília<sup>18</sup>. Ingressei na Polícia Federal em 1961, quando ainda era o Departamento Federal de Segurança Pública. Essa foi a época da implantação da Censura [em Brasília, na capital recém-fundada]. Fui o primeiro censor nomeado. Uma semana depois, veio mais um, o José Vieira Madeira, jornalista, carioca. O interessante é o seguinte, a imprensa fala muito em censura, não é? Eu me lembrei disso e já declarei isso em entrevista. Pelo menos os dez primeiros censores [em Brasília] eram jornalistas, a única exceção, o único que não era jornalista, era eu.

Beatriz Kushnir: Já havia percebido esse “curioso” perfil dos censores/jornalistas e fiquei surpresa com isso também.

**Coriolano:** [Pois é, então vamos do início]. Ingressei na Polícia Federal através do Juizado de Menores. Na época, o chefe da Polícia Federal se aliou ao juiz de Menores de Brasília [para atuar na Censura], e pediu um representante do juiz de Menores lá. Eu tinha recém-chegado de São Paulo... não, morava no Rio, tinha recém-vindo para Brasília. Quando cheguei aqui, meu pai, que era juiz do TRE – Tribunal Regional Eleitoral –, era amigo do dr. Geraldo Irineu Onofre, que era o juiz de Menores. Então, o chefe da Polícia Federal ligou para dr. Geraldo Irineu Onofre, e esse juiz vinha muito aqui em casa jogar xadrez e meu pai ia muito na casa dele. Eu também ia na casa desse juiz, e ele me conhecia, conversava muito

com ele. Quando o chefe da Polícia Federal ligou para ele dizendo que ia implantar a censura e queria que o juiz indicasse alguém para representá-lo na Polícia Federal, por coincidência eu estava ali, visitando o gabinete dele com meu pai. O dr. Geraldo Irineu Onofre disse que tinha um jovem muito bom para isso, professor de inglês, e deu lá as minhas qualificações. “Toma nota do nome dele aí – Coriolano –, ele vai aí então”. Desligou e me perguntou se eu aceitava, quer dizer, o juiz de Menores abriu as portas para o meu ingresso na Censura. E os outros censores [que compuseram esse primeiro grupo] eram os jornalistas credenciados no gabinete do diretor-geral da Polícia Federal.

Beatriz Kushnir: O senhor se lembra de alguns nomes?

**Coriolano:** Zé Vieira Madeira, Wilson Queiroz Garcia<sup>19</sup>, e daí a pouco, estava cercado de jornalistas credenciados. No começo, inclusive, muita gente batia o martelo lá na máquina de Censura para mandar parar o jornal e alguns jornais mais radicais, entre aspas, tipo *O Estado de S. Paulo*, implicaram com esse emprego que os censores deles arranjaram. Teve gente que perdeu o emprego em jornal, teve que mudar de jornal e tal. Mas, de qualquer maneira, a grande maioria ali era jornalista. No começo era um contingente de homens. Bom, aí nós começamos a censura, sem literatura nenhuma, sem experiência, porque a Censura da Guanabara, da Presidência no Rio de Janeiro, aquele pessoal continuou no Rio, não quis ir para Brasília. Então tivemos que implantar uma Censura arregimentada no próprio local, aqui em Brasília. Fomos nomeados, o primeiro a ser nomeado fui eu, depois o Zé Vieira Madeira e depois os outros. Aí começou a Censura, no final de 1961 fui nomeado, e em 1962 começou. A Censura originalmente era na esplanada dos ministérios, em um prédio, se eu não me engano, no Ministério da Agricultura, não era nem no Ministério da Justiça, era em uma sala conseguida lá. No comecinho havia uma sala grande, uma secretária, um executivo de fiscalização, e eu. Daí a pouco, mais um, Madeira; depois surgiram mais dois ou três e assim foi crescendo e a Polícia Federal passando circular para as nossas ações sincronizadas, para orientar os produtores a mandar os filmes para cá, peças teatrais e tal.

Beatriz Kushnir: Queriam centralizar o trabalho?

**Coriolano:** [Sim, e] em Brasília, e vão levar tempo, uma briga até que se conseguisse implantar. Então foi isso. Estive lá desde o primeiro dia da Censura até o último dia. E, sim, você tinha perguntado sobre o Sigab. Quando eu estive no Sigab, esse coronel Lepiani, talvez tenha sido uma prova de fogo para mim. Saiu um censor que precisava de férias, ele me chamou e disse: “Coriolano, quero que você assuma o lugar desse censor que saiu de férias para você fazer Sigab.” Eu já estava inclusive meio esquentado de comissão branca. Eu disse: “Coronel, o senhor sabe que tenho declarado que sou contra a censura à imprensa, mas estou em um órgão no qual existe hierarquia e disciplina. Se o senhor me obrigar a fazer a censura, vou ter que fazer, mas gostaria que o senhor me poupasse disso”. O próprio coronel Lepiani

me falou: “eu me alegro muito que você tenha falado assim, porque se você se negasse eu ia puni-lo”. Então, eu disse: “Está bom”. Nisso ele me disse que era por uma semana, para substituir um censor que havia saído de férias, e saía outro e outro e nisso fiquei lá três meses.

Beatriz Kushnir: Quem dirigia o Sigab em São Paulo, o senhor se lembra?

**Coriolano:** Era um senhor idoso... Richard Bloch. A Tesourinha (Solange Hernandez) era assessora dele. Eles eram muito amigos. O Richard Bloch também era uma pessoa muito polida, muito educada no tratamento. Mas, não topava ninguém não. Se eu não me engano ele era arquiteto, mas, politicamente era um radical de direita. Eu estava falando para você que tive sorte de ter feito amizade com uma parenta do Lepiani, porque eu estava em um incidente com esse Richard Bloch. A sorte nossa é que o *Estadão* é uma instituição organizada. Qualquer censor que chegava lá, na portaria, o porteiro já anotava. Chegou a que horas? Ficou quanto tempo? Saiu e tal”. Muito bem, eu estava escalado para censurar, e saiu uma matéria da qual o governo não gostou. O Richard Bloch era o diretor, então fui chamado para prestar explicação. Quando li a matéria, falei: “Olha, eu interditei essa matéria.” Ficou a minha palavra contra a palavra do jornal. Eles ficaram com o jornal, e queriam me punir como se eu tivesse sido omissos. [O Bloch me disse:] “Não, o senhor não foi lá. Eu tenho informação do jornal que o senhor esteve lá e saiu, sua obrigação era ter fiscalizado se eles estavam cumprindo a sua ordem ou não. Inclusive eu soube que teve duas edições desse jornal. Saíram quantos exemplares sem essa matéria? De qualquer maneira o senhor não ficou lá o tempo suficiente”. [Já] estava todo mundo decidindo que eu seria punido. Aí eu falei com essa minha amiga censora que era amiga do Lepiani: – “Fala lá com o seu parente que estive lá, que eu não minto. Inclusive, me admiro porque vocês estão em posição antagônica ao jornal e a palavra dele vale mais do que a de um funcionário que devia ter fé pública. Eu não estou entendendo esse negócio.” Ela falou com o Lepiani, e ele mandou investigar. Minha sorte foi que o porteiro registrou a minha entrada – fiquei lá umas quatro horas –, e a minha saída. Quando chegou essa informação da portaria do jornal, o Lepiani me chamou e disse: “O senhor não vai ser punido porque conseguiu provar que estava lá.” Então, a posição do funcionário era muito melindrosa por causa disso. Porque se o jornal furasse a posição da sua censura, era a sua palavra contra a dele e você seria punido. Então, realmente eu fiz três meses de Sigab. O Sigab ficava nesse prédio da Polícia Federal em São Paulo, nas proximidades do gabinete do representante do diretor-geral regional, do coronel Lepiani. Quando a gente estava de serviço no *Estadão*, soube também que eles censuraram [outros jornais]. Não só o diretor do Sigab tinha o telefone, também nos era dado o telefone do coronel Moacyr Coelho, o diretor-chefe supremo da Polícia Federal. A gente tinha autorização de ligar para ele a qualquer hora do dia e da noite para tirar dúvidas sobre matérias, se podiam sair ou não. Consultava-o diretamente, então a gente trabalhava lá nesse regime. Para os jornais era o Sigab que ligava dizendo o que não se podia publicar. “Por ordem superior fica proibido

publicar isso<sup>20</sup>. Era o próprio Sigab, que tinha uma equipe lá. O censor fazia o trabalho dele, no próprio jornal o censor dizia o que podia sair ou não. E tinha que relatar para o Sigab: foi proibido isso, aquilo e aquilo outro. O Sigab recebia, da Comunidade de Informação, notícias sobre matérias jornalísticas: o jornal tal vai publicar tal matéria. Nesses casos, o Sigab ligava, assim que tinham conhecimento através de informação. Porque, no meio jornalístico existia muito dedo-duro, sabe? Muito informante de dentro do jornal ligava para o Sigab para contar.

Beatriz Kushnir: O Waldemar de Souza tinha esta função?

**Coriolano:** Ele era da extrema-direita, era uma pessoa que vivia ali na Polícia Federal, oferecendo-se a pedido da Polícia Federal, para dar curso para censores de enrijecimento, de fechamento. Por exemplo, tinha esses grandes diretores de cinema, Godard. Ele provava que na filmoteca de cada um deles, que cada um deles era comunista. Tinham que ter seus filmes interditados, entendeu? Era uma pessoa muito preocupada com o conteúdo político dos filmes dos grandes diretores. Para ele, todo grande diretor era subversivo, merecia ter seus filmes proibidos. Ele tinha um cargo alto na [editora] Abril, mas que cargo era eu não sei. Só sei que tinha grande mobilidade em termos de passagem de avião, hospedagem em Brasília. Internamente, na Polícia Federal, tinha livre acesso e na Comunidade de Informação, entendeu? Era ligado ao SNI, era informante. Embora fosse uma pessoa de *status* profissional bom, ele era jornalista e tal, ele era um elemento que vinha muito aqui trazer nomes de subversivos, [ministrar cursos] na Academia de Polícia. A profissão daqueles, cujos nomes ele trazia, eu não sei. Mas, ele era um elemento de informação<sup>21</sup>.

Beatriz Kushnir: Seguindo por essa linha de desenhar perfis, estabelecendo este quadro de colaboradores, gostaria de me deter na trajetória do Wilson Queiroz Garcia.

**Coriolano:** Quem trabalhava no Sigab era elemento que tinha afinidade com informação e porque gostava daquele serviço. E quem era ligado a essa Comunidade de Informação, que era um órgão em última instância de segurança do próprio regime, era muito prestigiado. A maneira de fazer carreira era oferecer os préstimos lá, prestar bons serviços ao Sigab que você ficava com a ficha boa. O Sigab acabou com a queda do Governo Militar chamando a Nova República. Wilson Queiroz Garcia era jornalista, aqui em Brasília. Creio que no começo ele era d'O *Globo*, depois houve mudanças. O Zé Vieira Madeira foi o primeiro a ser nomeado diretor d'O *Globo* aqui em Brasília e [era] assessor do director-geral da Polícia Federal. Depois foi nomeado censor. [Para a] Censura, [a vinculação entre a] Polícia Federal e a Comunidade de Informação, [imprimiu a] ela [DPF] um estigma, uma marca. Era constantemente dirigida por militar, coronel e tal. Eram os homens de confiança.

Beatriz Kushnir: E o episódio que envolveu o Romero Lago, o senhor se lembra?

**Coriolano:** Lembro-me, fui assessor dele, trabalhava ao lado do gabinete dele. O Romero Lago, eu conhecia, sabe? Inclusive viajei com ele várias vezes. Ele era um homem, um gaúcho dinâmico. Tinha muito empreendimento aí fora. E era amigo pessoal do general que veio dirigir a Polícia Federal, agora o nome eu não me lembro. A memória de novo. O general que dirigia a Polícia Federal na época, em 1967... era o Riograndino Krueel, diretor do DPF no governo Castelo Branco (1964-1967). O Romero Lago era amigo pessoal, era afilhado do [general] Riograndino Krueel, que o trouxe para a Censura. Romero Lago era um alheio à Censura, era um empresário, ao que me consta, razoavelmente bem-sucedido. O erro dele, naquela conjuntura, é que ele era muito vaidoso, gostava muito de dar entrevista e aparecer. Então, nós soubemos nos bastidores, na época, que ele tinha problemas no passado, um suposto envolvimento em um homicídio<sup>22</sup>. Ele nunca foi censor. Ele era uma pessoa ligada a uma equipe do diretor do gabinete geral. Foi nomeado chefe, funcionou interinamente como censor enquanto chefe. Porque a decisão estava na mão dele. Mas aí, ele chegou lá, uma pessoa bem simpática, bem falante, economicamente bem-sucedida. Às vezes até ajudava algum funcionário em dificuldade, um funcionário que naquele dia estava com problema em casa, problema com família e chegava tarde, ele chamava e perguntava: “Qual é o seu problema?” Ele até ajudava, ele não era assim um homem com esse sentimento de punição, com esse ímpeto de punir, de se vingar. Era um homem muito sensível aos problemas dos outros. Bom, então ele estava lá dirigindo a Censura, mas ele era um homem muito vaidoso, gostava muito de dar entrevista na televisão, de aparecer. O que constituía uma imprudência, porque se ele tinha esse passado de suposto envolvimento em homicídio, devia se resguardar mais, mas ele se expunha. Aí consta, soube isso nos bastidores, que um elemento que o conhecia, lá do Rio Grande do Sul, veio trabalhar em Brasília, era contínuo em um desses ministérios. O Romero Lago aparecia muito na televisão e esse cidadão bebia muito e vendo-o na televisão em um dia de bebedeira, de porre, contou a história do Romero Lago em um local público onde tinha agente de Informação. “Esse cidadão é do Sul, eu conheço ele, estava envolvido em um crime, matou um homem”. E isso chegou aos membros da Comunidade de Informação. O Romero Lago também era um homem visado pela Polícia Federal e pelos outros militares, porque tinha um padrinho general com força bastante para mantê-lo ali, mas despertava inveja, porque a posição de um diretor da Censura sempre deu muita projeção, muita facilidade de ser convidado para entrevistas, de aparecer e se fazer politicamente. E o Romero Lago aparecia muito, e isso causava muito mal-estar em delegados, que achavam que deviam estar lá, coronel que (achava) devia estar lá. Ele era civil. Então o pessoal tinha inveja dele, da projeção dele e logo puseram isso para apurar. Ele tinha uma briga com um reformado da Aeronáutica, coronel, major, alguma coisa assim. Esse [sujeito da Aeronáutica] estava brigando com ele, porque queria interditar um filme, e ele não estava obedecendo. Então, eles armaram aquela situação para desmoralizá-lo. Inclusive tratava-se de filme de

mais de 20 anos, que já estava prescrito pela lei. Mas aí, eles fizeram aquele *rebu* tremendo e tiraram Romero Lago. Depois ele continuou com os negócios dele, era um homem de negócios. Foi para o Rio e faleceu.

Beatriz Kushnir: Vamos nos deter agora em casos emblemáticos, tratemos da censura ao filme *Pra Frente, Brasil*?

**Coriolano:** Esse *Pra Frente, Brasil*, se não me engano, foi um filme em que apareci por fora brigando, porque desapareceram processos, pareceres foram retirados. Eu denunciei [tudo isso e era] na administração da Solange Hernandez. Ela queria interditar. Eram esses filmes que chegavam com a advertência da Comunidade de Informação insinuando que deveriam ser proibidos. E quem era ligado à Informação se sujeitava, como uma hierarquia superior, tipo uma Gestapo, que falava e a outra estremecia até as bases. A grande maioria tinha medo da Comunidade de Informação. Então, *Pra Frente, Brasil* foi um desses filmes que chegaram lá como carta marcada para morrer. Fui ver o processo. Roberto Farias era meu amigo, meu conhecido, falou comigo do filme e tudo, fui examinar o processo e vi que faltava o parecer. Aí, comprei uma briga<sup>23</sup>.

Algumas vezes eu me expunha, brigando por retidão da Censura. Se um filme estava liberado por uma maioria, porque a Comunidade mandou tinha que interditar?! Sempre tive uma posição que a minha função era de examinar o conteúdo moral e político das criações, das produções do intelecto da inteligência humana. Eu tenho que censurar, eventualmente até condenar a criação intelectual, mas não tenho que julgar o homem. As suas tendências políticas e sexuais, isso não é problema meu, é do autor. E a Comunidade de Informação se incomodava com isso. Então virava o que a Ordem dos Advogados uma vez chamou de super-polícia. Além de fiscalizar a vida da pessoa ainda censurava a produção artística, intelectual. Eu procurava separar as duas coisas, não ia pela Informação. Eu sempre tive ojeriza à Informação. Achava que era uma indignidade você viver bisbilhotando a vida das pessoas, anotar num papelzinho. Muita gente fez carreira injusta, pois eram profissionais incompetentes, subiram porque se ligavam à Comunidade de Informação e passavam a fazer intriga, fofoca da vida dos outros, daqueles que tinham mais condições do que eles de vencer. Havia uma inversão de valores e isso me dava um mal-estar, então eu não me ligava à Comunidade de Informação e por consequência tive que pagar um preço.

Beatriz Kushnir: Gostaria de destrinçar o processo de contratação, concursos e treinamento dos censores. Neste sentido, poderia narrar quando se deu as primeiras provas para técnico de Censura, já que há um primeiro grupo apenas de indicados, não é?

**Coriolano:** Veja bem, naquela época todo órgão, em Brasília, era implantado assim. Você tinha uma tremenda carência de mão de obra especializada. Para você conseguir uma secretária decente, era uma apoteose. Porque você sabe que as pessoas que afluíam para Brasília

eram aquelas que estavam correndo atrás de emprego. Pessoas não qualificadas, que a gente chamava de candango, aquele pessoal do interior do Nordeste, de Goiás, sem qualificação nenhuma para trabalho algum. Então, o governo contratava em massa e começava a formar o quadro. Assim também os censores, todo mundo foi para lá sem experiência nenhuma, sem ter quem ensinasse. O primeiro trabalho, que me deram para fazer, por exemplo, eu me lembro, chamava-se *Um cidadão....* parece... *Um cidadão americanizado*. Como o próprio nome indica, tratava-se de uma crítica a uma suposta subserviência intelectual e política aos americanos. Minha primeira proposta foi de interdição da obra, no meu trabalho de estreia, pelo conteúdo político.

Beatriz Kushnir: Então podemos concluir que mesmo no pré-1964, há a atuação de uma censura política?

**Coriolano:** Tinha, tinha um senso... [Até porque,] a legislação de censura falava em moral e bons costumes, conteúdo político e violência. [Nosso trabalho era regido pelo] Decreto 20.493/46, que veio da ditadura Vargas<sup>24</sup>. Acho que por isso dava enfoque também ao conteúdo político. E o governo sempre se valeu da censura, os chamados governos democráticos também valeram-se da censura, faziam pressão. Só que a apoteose da censura foi no Governo Militar.

A primeira prova para técnico de censura surgiu com o advento da Lei 5.568 que criou o corpo de censores. Só não me lembro o ano, se é 1968, 1969<sup>25</sup>. Então, com base nessa lei passou-se a exigir um curso disso e daquilo. É, a estruturação. A partir dali eles passaram a exigir que o censor apresentasse certificado de conclusão de curso superior devidamente registrado no Ministério de Educação. [Primeiro existiram só] os concursos internos e depois os públicos para arregimentar mais vagas. [Aconteceram] uns quatro [concursos] pelo menos<sup>26</sup>.

Beatriz Kushnir: O senhor ministrou aulas na Academia Nacional de Polícia (ANP). Poderia me contar um pouco como eram essas provas, esses cursos.

**Coriolano:** Dei aula. Os cursos eram cursos normais, em sala de aula. Lecionei quatro anos e meio de inglês também. Lecionei no Colégio Dom Bosco logo que cheguei a Brasília, um semestre lá, porque o padre teve que fazer um curso nos Estados Unidos. Fui para ajudá-lo. Então, tenho experiência de magistério. [Na ANP], era um curso normal, por exemplo, legislação de censura. Eu pesquisava o fundamento legal do exercício da censura e [utilizava os livros organizados por censores, como os do] Wilson Queiroz Garcia, e do Carlos Rodrigues – mais dois jornalistas [e igualmente censores]<sup>27</sup>. [Eles organizam a legislação] para começar o trabalho, para fazer o concurso interno, e depois o concurso público. [Assim], foi [se] estruturando a Censura. No início era só voltada para diversões públicas. A partir dos governos militares, voltaram a exercer [as questões políticas].

Beatriz Kushnir: Nestes cursos da ANP, o que os novos censores apreendiam? Quem ministrava as aulas?

**Coriolano:** Eles arregimentavam. Por exemplo, nós tínhamos curso de cinema ministrado pela equipe do Curso Superior de Cinema, pelos professores da PUC-Belo Horizonte. Os professores eram convidados.

Beatriz Kushnir: E sabiam para quem ministrariam as aulas?

**Coriolano:** Como? [Que os alunos eram os censores federais?]. Sabiam e vinham. Então a gente aprendeu técnica de cinema, tanto que eu sei filmar, sei montar um filme, trabalhar em uma *moviola*. Porque os censores mais preocupados com a eficiência profissional apreendiam, se empenhavam e estudavam essas técnicas de cinema, teatro e televisão por fora, para saber o que estavam fazendo. Às vezes, você resolvia a interdição de um filme tirando cinco fotogramas. Você sugeria ao produtor: “A briga toda está nessa imagem aqui.” Eu me lembro, por exemplo, foi no tempo da Solange [Hernandez], eles queriam interditar um filme em que a cena era o seguinte: a moça deitava o dorso em cima de uma mesa, do tipo sala de jantar, e o rapaz vinha e levantava a saia dela e aparecia a saia caindo. Aparecia um plano, detalhe bem próximo, no qual o rapaz carimbava a nádega da moça. Mas, aquela carimbada na nádega, você só sabia que era nádega pela sequência de gestos, entendeu? Porque, [só em] um plano muito próximo para você poder ver o carimbo, um fundo branco, com o carimbo em cima, parecia até uma folha de papel. Ela era muito branca. Então, eles ficaram preocupados com a nádega da mulher sendo carimbada. E o filme daquele jeito não saía. Chamei o importador do filme e expliquei a ele que o impasse estava todo naquilo, que aquela tomada em nada alteraria se ele tirasse aqueles cinco fotogramas. Ficava a ideia de que a moça fora carimbada na nádega do mesmo jeito, a única coisa é que a gente não iria ler o carimbo, mas estava escrito em sueco, e a gente aqui não lê sueco mesmo, então não fazia diferença nenhuma. [Permanecia] a ideia de que a moça foi carimbada, sem precisar aparecer aquele detalhe. Ele entendeu e comprou logo a ideia. E, para salvar o filme dele, dei o voto, contanto que excluíssem as tomadas que caracterizavam a nádega. Cortaram cinco [fotogramas] e ele saiu feliz da vida. Agora, para fazer uma descrição dessa, você precisa entender de montagem de filme. Você vê que não dá pulo na trilha musical. Porque, às vezes, está a música ali em cima, no fundo. A pessoa precisa entender de trilha sonora. [Portanto,] tínhamos [cursos] de cinema, de teatro [ministrado pelo] pessoal de teatro, atrizes, diretores. Mas [os professores] não vinham por conviência com a censura, não. Eles vinham com a esperança de uma censura mais arejada, mais bem preparada, maior conhecedora de teatro. Vinham com o intuito de obter censores mais preparados para o exercício<sup>28</sup>. [Neste sentido,] a Censura se consolidou como um órgão que zelava pelo bem-estar do menor, pela moral política e intelectual. Ela começa voltada para isso. A situação nova foi no Governo Militar, quiseram que ela voltasse às características que já tivera durante o governo Vargas, no Estado

Novo. Em síntese é isso. E a Censura funcionou até o advento da Nova República, quando os civis recuperaram o poder. Aí se extingue a censura à imprensa e o ministro [Lyra] veio com a ideia de extinguir a censura. Finalmente, saiu essa lei agora que extingue o cargo<sup>29</sup>.

Beatriz Kushnir: Mas os censores constituíram uma estratégia política para que continuassem vinculados ao DPE, fundando a ANACEN (Associação Nacional dos Censores Federais)?<sup>30</sup>

**Coriolano:** A ANACEN foi fundada quando saiu a lei, em 1988, consolidando os cargos<sup>31</sup>. O problema da ANACEN é com o futuro. Na realidade, nós somos funcionários, na qualidade de censores, policiais de nível superior, temos todos os direitos e benefícios de um delegado em final da carreira. É o topo da carreira na Polícia Federal. Eu me aposentei com todos os direitos e vantagens de um delegado em final de carreira. [Quanto à] ANACEN, [temos que compreendê-la quando] veio essa Lei 5.568/68, que consolidou a carreira de censor da Polícia Federal<sup>32</sup>. [Naquele momento,] nós fizemos a Associação para zelar pelos interesses da classe. Porque havia muita disputa interna. Os delegados rejeitavam os censores porque entendiam que a atividade dos censores era realmente atípica. Nós tínhamos os direitos e as vantagens dos policiais, mas exercíamos uma atividade [diferenciada do policial], o policial se expõe. O delegado vai prender bandido no morro, e o censor era um trabalho de gabinete, de assistir, de apreciação artística e intelectual. [Muitos censores não se consideram policiais]. Eu me considero, porque a lei diz que eu sou. Não adianta nada não se considerar. Nenhum [censor] diz isso porque, se ele não se considerar um policial, perde os direitos econômicos. A lei estendeu esses benefícios ao censor, porque a própria Lei declara que o censor é policial. Se você perder o *status* de policial, perde muitos direitos. Um técnico de censura aposentado, que chega ao grau máximo, se aposenta bem. Dá para viver bem decentemente em qualquer país do mundo. É uma boa aposentadoria<sup>33</sup>.

Beatriz Kushnir: Já que estamos falando de números, gostaria de ter uma noção de quantos censores existiram no período de 1961 até 1988.

**Coriolano:** Lá no clímax, tinha uns 250 censores no Brasil todo. Hoje [1998], tem uns 70 em atividade. Em Brasília, tinha concentrado uns 150, eu acho. O trabalho pesado mesmo era em Brasília, porque eles obrigavam as televisões, os produtores e importadores de filmes a trazerem esses produtos para serem examinados aqui. Havia um fluxo de filmes, [que obrigava o departamento de] Censura [a ter] ali embaixo, [no subsolo do prédio], uma cabine de 35 mm. Eram pelo menos quatro filmes [examinados] por dia. Além dessa sala de projeção grande, [por] Brasília [ser] uma cidade atípica, [Capital Federal], houve um tempo em que esses filmes chegavam aqui, [refiro-me] as grandes produções, e [o departamento de] Censura fazia a sessão de cinema para a elite brasileira. Eram disputadíssimos os convites do [departamento de] Censura. Era uma questão de *status*, vinha todo mundo ver, em primeiríssima pré-estreia.

Beatriz Kushnir: Gostaria que fizesse, se possível, uma avaliação dos censores enquanto agentes a serviço do governo.

**Coriolano:** O maior problema da Censura era exatamente esse: eles pegaram uma equipe, deram formação profissional, ensinaram técnica de cinema, técnica de televisão, de comunicação, de rádio. Depois colocavam o poder de decisão nas mãos de uma pessoa alheia a isso tudo. Pegava um coronel da cavalaria e botava como diretor da Censura. Ele decidia tudo, o que era saudável para o menor ou não. Aí está o desencontro da Censura. Podia até ser uma pessoa de nível intelectual, de escolaridade boa. [Por exemplo, teve] um general, ele era diretor-geral da Polícia Federal, Nilo Caneppe<sup>34</sup>, era um homem que recebeu embaixadas do Brasil no exterior como adido militar, era um homem considerado da elite intelectual do Exército<sup>35</sup>. Foi servir na Polícia Federal. [Pois, é] ele tinha uma fixação pelo pêlo pubiano. Se aparecesse era imoral, se não aparecesse não era. [Assim], se você fizesse uma cena de nu, todo mundo depilado, passava por ele. Agora, se aparecesse pêlo pubiano, pronto, é imoral. Eu acho, desculpe, mas a verdade é essa: nós éramos burros por tabela. É o que estava lhe dizendo. Tinha uma equipe lá dentro, que eles treinaram e investiram dinheiro. Trouxeram professor de cinema, professor de teatro, professor disso e daquilo. E a gente estudava aquilo com afinco, porque se não passasse não podia continuar na carreira. E, na hora de nomear o chefe, o diretor pegava uma pessoa qualquer lá fora, de outra área completamente diferente. Por exemplo, oficial da cavalaria, esse vai ser o diretor da Censura. Que experiência podia ter um militar com a censura?

Beatriz Kushnir: Nesta linha, poderia descrever o Rogério Nunes<sup>36</sup>?

**Coriolano:** Rogério Nunes foi considerado um dos bons chefes de Censura, o que mais demorou lá. Quando ele se aposentou, era o diretor da Censura. Depois foi ministro do Tribunal de Contas da Justiça Federal. Acho que ele morreu nesse cargo. Ele era advogado. Era um homem muito sereno, muito tranquilo. Não tinha esses arroubos de perseguição aos outros. Era um homem que sabia viver dentro daquele contexto. Por exemplo, chegava um filme problemático, ele botava em uma bandeja. Tinha bandeja para um mês, dois meses, três meses, até seis meses. Ele era ligado nas ondas, naquela tranquilidade dele, ele via as ondas, as tendências da Comunidade de Informação. Um diplomata muito sereno, muito tranquilo. Na verdade, a palavra-chave era essa, ele era um diplomata. Ele deixou o cargo, eu acho, porque o prolongamento em um cargo desses acaba cansando a pessoa, de ambas as partes. Há a necessidade de renovar. [Depois do período que fiquei em São Paulo, quando estive por três meses no Sigab], voltei para Brasília, porque o Rogério Nunes me convidou para assumir um posto de chefia. Falei para ele que voltaria sim, mas com a condição de ele conseguir apartamento funcional para mim. Ele conseguiu e em alguns meses eu voltei. Enquanto estive no Sigab, [os censores] recebiam normas, porque o Sigab não era previsto em lei. Foi criado

para atender a uma circunstância, a uma conjuntura. Trabalhei excepcionalmente aqueles três meses. Depois disso, finalmente, consegui voltar para fazer a censura só de diversões.

Beatriz Kushnir: De que nomes e trajetórias de censores o senhor se lembra?

**Coriolano:** No Rio, o Luís Carlos Giesta, meu amigo. Quando ele assumiu, eu sabia que ele tinha problema de atrito interno. Eu o convidei para chefiar o [Serviço de Censura no] Rio de Janeiro, durante a minha gestão. Então, tenho bom relacionamento com ele até hoje. Mas, não estou a par desse incidente [que teve com os censores]. Sei que houve um incidente lá, mas não sei detalhes. Tem o José Leite Ottati<sup>37</sup>, foi censor e depois se aposentou. Continuou prestando serviço à [TV] Globo. Foi o elemento de contato da Globo. Era censor de carreira e depois que se aposentou aceitou um emprego, uma verba da Globo, e passou a fazer contato com a Censura para benefício da Globo. Foi contratado da Globo durante muito tempo. José Augusto da Costa, Zé Augusto, é uma pessoa lendária no meio da censura. Esse eu conheço bem. Não tenho notícia dele. O Zé Augusto era bem falante, tinha uma conversa macia. Uma capacidade de envolver as pessoas. Era jornalista, mais um dos jornalistas. Ele foi funcionário da embaixada americana. Sabe-se que [para o] funcionário do governo brasileiro é proibido trabalhar para governo estrangeiro. Ele precisava de uma autorização especial do presidente da República. Nunca teve. E nessa de jornalista e bem falante, ele arrumava emprego a três por quatro, inclusive com coincidência de horário. Uma função que ele exerceu por muito tempo foi a de funcionário da embaixada americana e sem autorização do governo. Então, ele trabalhava para embaixada americana, para a Censura, para mais de um jornal. [Atuou no Sigab]. Ele era um homem de vida intensa. Eu achava muito engraçado, porque há pessoas que aparecem em um contexto meio duro e sabem se movimentar com um desembaraço impressionante. Um deles foi Zé Augusto, tirava vantagem de todo mundo.

Beatriz Kushnir: E a gestão do Romeu Tuma<sup>38</sup> na Polícia Federal, nesse final de Censura, como foi?

**Coriolano:** Não tenho um bom relacionamento com o Romeu Tuma. Não tenho muita simpatia pela administração dele. No meu caso, ele quis fazer comigo o que fizeram com o Romero Lago. Ele quis que eu sáisse desmoralizado, com escândalo. Acontece que eu não tinha o antecedente criminal do Romero Lago. Logo que assumi a Censura, um diretor da Censura em São Paulo, o Drauzio, me mandou uma relação de casas. Tinha surgido a epidemia do videopôquer em São Paulo e, como não tinha regulamento nenhum, o menor frequentava aquilo. É um verdadeiro caça-níquel, é como nas antessalas dos cassinos. Não conhecia na época, fui conhecer na Europa – Cassino de Mônaco. Nas antessalas dos cassinos têm aquelas máquinas caça-níquel. E esse videopôquer, em resumo, era um caça-níquel, e as crianças estavam tendo acesso a ele. Muita reclamação de mãe de família, principalmente, porque surgiu primeiro no Rio e em São Paulo, antes de se alastrar pelo país todo. Aí me mandou

um relatório dizendo das reclamações das mães de família por essa praga do videopôquer. Tinha filho que roubava dinheiro até dos pais para jogar naquilo, estava viciado. Então, como o nosso órgão estava ligado à censura de diversões públicas – e videopôquer é Diversões Públicas –, baixei uma portaria dizendo que os lugares em que havia videopôquer instalado o menor não poderia frequentar. A minha portaria é isso, se você ler, é isso, qualquer um que sabe ler, é isso. Aí, o Romeu Tuma subiu, tem o antecedente de homem que serviu à Ditadura Militar, à Comunidade de Informação. Ele subiu com essa animosidade, acho até que, nos bastidores, ele assumiu um compromisso de me derrubar. Porque é aquilo que eu lhe disse: fui nomeado à revelia da direção da Polícia Federal. Fui apartado pelo ministro e levado para lá. Bom, então o Romeu Tuma criou uma nuvem esparsa em volta do meu nome, criou um escândalo inventado para me tirar. Porque eles queriam colocar outro para recrudescer a censura e retornar [o gabinete da] Censura para [o prédio da] Polícia Federal. [Mas] a direção, no nível de ministro, naquela época, era no sentido contrário, no sentido de extinguir. Houve um momento em que a tendência era um recrudescimento, porque o Fernando Lyra saiu, e ele era o homem que havia abraçado essa bandeira.

Beatriz Kushnir: E sobre os censores/jornalistas, o que o senhor tem a dizer?

**Coriolano:** Não pode o jornalista agora querer vender uma imagem de vestal. Porque, eles propiciaram que a censura fosse implantada, inclusive aceitando a remuneração econômica do cargo. Se para eles era desonroso, não podiam ter aceitado, certo? Eles propiciaram a implantação da censura, [pelo] salário, e de repente começa a aparecer aí como vestal, como gente especial. Censor não tem nada de especial, foram todos arregimentados segundo a disponibilidade local. Você precisava de pessoas de certo nível, que soubessem se expressar, pelo menos em termos de uma boa redação, para poder explicar as situações de enredo, de contexto. Os primeiros foram arregimentados dentro desses critérios, de saber se expressar, de saber escrever. E onde eles foram encontrar isso? No meio jornalístico, principalmente, não é? Eu, porque era professor de inglês, e por coincidência meu pai era amigo do juiz de Menores. A realidade é essa. Então, comecei uma carreira para a qual não tinha me preparado. Mas, foi simplesmente uma oportunidade de emprego. A maioria das pessoas que ingressaram na carreira foi assim. Depois, começou a sair anúncio nacional, aquela coisa de concurso. Dizia das vantagens de salário, e que havia outras vantagens, e começaram a aparecer candidatos. Eu peguei isso não foi para espionar, não. Foi só para me arrumar.

Beatriz Kushnir: Destrince o Conselho Superior de Censura.

**Coriolano:** Instalou-se no Ministério da Justiça e ficou como um órgão [de recurso. Uma obra] mutilada na Censura em primeira instância, entrava com recurso no Conselho Superior de Censura. E eles faziam as revisões e podiam revogar as decisões da Censura. Então, ficou sendo mais um órgão para a pessoa ir e chorar as lágrimas e negociar, no sentido

britânico da palavra, em que o índio negociava com o branco, troca concessões. Por exemplo, eu deixo essa cena no seu filme se você concordar em tirar aquela outra, e adia a deliberação. Iam discutir nesse nível com o Conselho Superior de Censura. Então, muitas decisões em primeira instância, que também estavam sobre a pressão de militar, que era dirigente lá, foi superada nesse órgão superior de Censura. E o ministro [dava] a última palavra. Em resumo, muita coisa que era interdita em primeira instância, por pressão de outros órgãos alheios, acabava sendo reformada lá em cima. Eu me lembro de *Terra em transe*, por exemplo, era um general o nosso chefe imediato. Na primeira turma de censores que foram examinar fui eu, Zé Vieira Madeira e mais outro censor, e nós assistimos ao filme. Terminado o filme, nós discutimos e resolvemos liberar. Eu me lembro que era o *Terra em Transe*, e aí nós três fomos interpelados por este general e mandaram me chamar ao seu gabinete. Ele nos disse assim, entre outras coisas ofensivas: “Olha, o fato de vocês liberarem esse filme eu só vejo de uma ótica, isso é um ato de covardia ou de corrupção”. Não obstante o nosso parecer favorável à liberação, ele internamente botou outras pessoas para verem o filme e proporem a interdição e interdito o filme. E o filme foi levado à instância superior, ao Conselho Superior de Censura, que manteve a interdição dele e finalmente o ministro liberou o filme.

Beatriz Kushnir: Não tocamos ainda na censura aos livros.

**Coriolano:** Na realidade, não sei dizer, porque nunca trabalhei nisso. Nunca vi como funcionava isso. Realmente ignoro. O que sei é que muita coisa acontecia, e a Censura levava a pecha, porque tinha costas largas para segurar. Porque outros órgãos de fora da Informação, que efetivamente exerciam a censura, jogavam a carga na Censura. Divulgava que a Censura proibiu, mas os censores mesmo não tinham a mínima noção do que estava se passando nessa área de Segurança, de Informação do governo. Então, realmente essa questão da censura a livros eu não sei. Sei que, de vez em quando, chegavam uns livros, umas ordens do SNI, da Comunidade de Informação, para a Polícia Federal fazer um recolhimento de livros nas editoras. Na realidade existiam outros órgãos lá fora que exerciam a Censura... Eram todos de uma linha só. Então, é isso minha jovem. [Agora estou na] Igreja Assembleia de Deus. Desde os 57 anos, um pouco mais de quatro anos. [Hoje] tenho 61. Sou pastor. É a maior igreja evangélica do país, Assembleia de Deus. Agora é que está surgindo esse outro movimento da chamada Universal. Está crescendo muito, mas a Assembleia de Deus ainda é a maior do país.



Para concluir, gostaria apenas de sublinhar uma imensa alegria que me trouxe esta volta ao meu próprio passado. Isto porque, no intuito de preencher lacunas e ampliar a reflexão, fiz questão de elaborar longas notas explicativas. Foi uma agradável surpresa constatar que

existem inúmeros trabalhos, posteriores ao meu, que tocam na questão da censura e que utilizam as mesmas fontes por mim apontadas e dissecadas e, ainda, que o levantamento feito por mim, e que posteriormente ordenei, embasou essas pesquisas. Alegro-me, sobretudo, o fato de que o estudo que desenvolvi teve desdobramentos, enriquecendo a historiografia sobre o assunto. Tratando-se de trabalhos de cunho acadêmico, gostaria apenas que não se esquecessem do apud. *Apud* é uma palavra latina que significa **junto a, perto de, em**. Utilizamo-la para que nossos leitores saibam que essa referência nos chegou de forma indireta e é uma forma de lealdade para com a obra e seu autor.

## Notas

1 - Realizei meu doutoramento junto ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Trabalho, na Unicamp, entre 1996 e 2001. A tese foi publicada com o título *Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988* (São Paulo, Boitempo, 2004. Com uma 2ª. edição em 2012). Para mais, consultar também: <http://caesdeguarda-jornalistasecensores.blogspot.com.br/>

2 - Coriolano Fagundes não foi o único censor, que na ativa, escreveu sobre o ofício. A necessidade de descrever e instruir sobre como censurar, arrolando as “normas de agir”, induziu outros censores a comporem e publicarem trabalhos tentando decifrar os meandros desta ação. Um livro de pouca relevância, a empreitada de Selma Chaves e Mariotavia Cunha (*Censura: sim ou não*. Rio de Janeiro, s. n., s. d.) expressa os vínculos construídos durante a carreira de Selma Chaves. Censora da geração do início dos anos 1960, dirigiu o Serviço de Censura, no Rio de Janeiro, quando Solange Hernandez era a diretora do DCDP. Produzida como uma tese em Sociologia, a reflexão de Sheila Feres (*A censura, o censurável, o censurado*. São Paulo, tese de doutorado em sociologia, Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 1980), censora em São Paulo, rendeu um grande debate, pois veio a público durante um simpósio sobre censura, dentro das discussões pós-Anistia. E por fim, o trabalho de Carlos Rodrigues, Vicente Alencar Monteiro e Wilson Q. Garcia (*Censura Federal – leis, decretos-lei, decretos e regulamentos*. Brasília, C.R. Editora, 1971). Tido como a “bíblia” dos censores, os três autores eram censores e jornalistas. Essa compilação de legislação, realizada para ordenar um serviço, embasava os pareceres. Vale destacar que tanto Coriolano Fagundes, em Brasília, como Selma Chaves, no Rio, e Sheila Feres, no interior do estado de São Paulo, receberam-me e concederam-me depoimentos. As duas censoras, entretanto, solicitaram-me o uso de pseudônimos, prática também demandada por Wilson de Queiroz Garcia – o único dos três autores da “bíblia” ainda vivo por ocasião da elaboração dessa pesquisa.

3 - O maranhense José Sarney tomou posse interinamente e, com a morte de Tancredo Neves, tornou-se o novo presidente. O ministério empossado foi o escolhido pelo presidente morto, e o ministro da Justiça era o advogado e deputado federal pernambucano Fernando Lyra (PMDB-PE).

4 - “[...] Imbuído do espírito de transformação, o ministro Lyra sentenciou o fim da censura e pôs à frente da Divisão de Censura de Diversão Pública (DCDP) um censor de primeira hora, pertencente ao grupo que chegou a Brasília por ocasião da fundação da cidade e que ainda estava na ativa. Coriolano de Loyola Cabral Fagundes, no cargo desde 1961, substituiu a irascível Solange Hernandez, conhecida como Solange *Tesourinha*. O intuito de Lyra, ao nomear Coriolano Fagundes, era desmembrar aquela estrutura e extinguir a Divisão” (Beatriz Kushnir. *Cães de guarda: jornalistas e censores*. 2ª ed., São Paulo, Boitempo, 2012, p.79).

5 - O jornalista e ex-chefe da Censura em São Paulo, José Vieira Madeira, foi convidado pelo ministro da Justiça do governo do general João Batista Figueiredo, Petrônio Portella, para ser chefe do DCDP.

6 - “O coronel Moacyr Coelho foi o diretor-geral do DPF por longos 11 anos. Assumiu no governo Geisel e lá permaneceu até o fim do governo Figueiredo. Nomeou para diretor do DCDP, primeiro, Rogério Nunes e, depois, José Vieira Madeira, ambos jornalistas e censores de carreira. Cada um ficou no cargo o tempo de um mandato de presidente da República. Madeira havia dirigido a censura em São Paulo e foi substituído pela mais famosa censora, Solange Hernandez. Nos tempos da Nova República, foi Coriolano de Loyola Cabral Fagundes que substituiu *Tesourinha* e tornou-se o penúltimo diretor do DCDP” (Kushnir, 2012, p. 181).

7 - “Solange Hernandez, a Solange *Tesourinha*, era a legítima representante da ‘linha dura’ da censura. Sintonizada com as reflexões do Armando Falcão [ministro da Justiça do governo Geisel], enquanto foi a ‘dona da tesoura’, desaprovou, segundo os registros do DCDP, 2.517 letras de música, 173 filmes inteiros, 42 peças de teatro e 87 capítulos de novelas. Para visualizar a radicalidade da censora [naquele instante], o cineasta Neville d’Almeida lembrou-se de sua negociação com Solange Hernandez para a liberação do filme *Rio Babilônia*. Sempre muito

simpática, intransigente e firme nas suas posições, sentenciou que ‘(...) o povo não está preparado para isso. (...) O problema do seu filme não são os detalhes, mas a essência’” (Kushnir, 2012, p. 152).

8 - “[...] o ministro [da Justiça] Gama e Silva (...) editou, em 1968, uma lei censória, a de nº 5.536. O seu instrumento mais ‘ousado’, a criação do Conselho Superior de Censura (CSC), entretanto, levou onze anos para sair do papel” (Kushnir, 2012, p. 26). Extinto em 30 de setembro de 1988, por meio de decreto, o CSC foi transfigurado a partir dali em Conselho Superior de Defesa da Liberdade de Criação e Expressão, também vinculado ao Ministério da Justiça. Este deveria elaborar uma jurisprudência de critérios e normas para uma Censura indicativa e classificatória da programação. Caberia ao órgão apontar o melhor horário de apresentação e a faixa etária apropriada para assistir ao programa e nada mais. “[...] Talvez o principal artigo da 5.536/68 seja o de número 15, que criou o Conselho Superior de Censura [CSC], órgão diretamente subordinado ao Ministério da Justiça. Essa norma e, principalmente, o dispositivo do CSC deram a esse recurso jurídico um caráter liberal e progressista, sublinhado pelo senador Pompeu de Souza [PMDB-CE], mas que nunca foi utilizado na sua plenitude máxima. A dubiedade da proposta de criar o CSC no momento vivido poderia confundir, mas é facilmente explicável, pois, como ironizava Millôr Fernandes, “se é de censura, não pode ser superior” (Kushnir, 2012, p. 95).

9 - Ricardo Cravo Albim, membro do CSC, publicou uma narrativa da sua trajetória neste órgão (ALBIM, Ricardo Cravo. *Driblando a censura*. Rio de Janeiro, Gryphus, 2002), na qual comenta que aceitou o convite para compor o Conselho Superior de Censura a convite de Bonifácio de Oliveira, então diretor de programação da Rede Globo, e para substituir Otto Lara Resende, o primeiro a ser indicado, mas que recusara alegando problemas de saúde.

10 - Para que se compreenda um pouco dos embates acerca do fim ou não da Censura de Estado na época, é importante observar que “[...] o grande desafio foi como se desfazer dessa enraizada estrutura. Nessa perspectiva, a década de 1980 foi palco de inúmeras tentativas de dar uma solução à questão. Para cumprir tal tarefa, houve atos públicos demarcando o seu fim. Por exemplo, o teatro Casa Grande, no Rio, e a cerimônia do seu fim conduzida pelo ministro Fernando Lyra. Mas o retorno dessa *fênix* trazia sempre a desesperança e o receio da volta dessa prática. Os censores, entretanto, não esperaram que alguém definisse o seu término. Antes que o ‘enfim, acabou’ fosse decretado e que, como uma corporação, perdessem alguma vantagem funcional, resolveram agir. O objetivo desse grupo era manter o DCDP subordinado ao DPF contra a vontade do penúltimo chefe da Censura, Coriolano Fagundes. Ou, caso o órgão controlador da Censura deixasse de existir, que eles permanecessem funcionários do DPF. Os censores temiam perder vantagens financeiras e funcionais que a função de policial federal lhes garantia. Em uma reportagem do *Jornal do Brasil*, de 16/1/1987, intitulada “Censura organiza seu ‘lobby’”, compreende-se o porquê de ‘todo esse amor’ pela carreira policial”. [Tratava-se de questões salariais]. “Dois dias depois, o mesmo jornal carioca noticiava a possível exoneração de Coriolano Fagundes. Era uma clara vitória da “linha dura” da Censura, que queria manter-se no DPF. Com esse ato, os censores ganhavam o apoio do diretor-geral da PF, Romeu Tuma, e do ministro da Justiça, Paulo Brossard” (Kushnir, 2012, pp. 159-160).

11 - “[...] A pasta da Justiça no governo Sarney teve, portanto, três titulares, e o segundo foi o jurista Paulo Brossard. Militante do MDB, deputado federal e senador pelo Rio Grande do Sul, foi líder do PMDB no Senado no início da década de 1980. Ficando quase três anos no governo, de fevereiro de 1986 a janeiro de 1989, não demonstrou ter o mesmo afinco em pôr fim à Censura como demonstrou o seu antecessor” (Kushnir, 2012, p. 141).

12 - “Se, em julho de 1985, o ministro da Justiça, Fernando Lyra, jurou solenemente que a ‘Censura está extinta’, seis meses depois o país descobriu o engano do ministro. Nos primeiros dias de fevereiro de 1986, a portas fechadas no Palácio do Planalto, o presidente José Sarney ordenou que se proibisse *Je vous salue, Marie*, de Jean-Luc Godard – que, no imaginário, ficou como o último ato de censura (Kushnir, 2012, p. 132).

13 - “[...] Entre o ato público no Teatro Casa Grande, em julho de 1985, promovido pelo ministro Lyra e por intelectuais para decretar o fim da censura e o primeiro choque da realidade, foram apenas dezesseis dias de ilusória mudança. Uma nota da coluna *Radar*, da revista *Veja*, noticiou que ‘(...) o governo terá de descascar o abacaxi representado pelo filme *Je vous salue, Marie*, de Jean-Luc Godard, no qual a Virgem Maria é uma jogadora de basquete que fala palavrões e aparece nua em diversas cenas. Exibido na Europa no início do ano e condenado pelo papa João Paulo II, o filme fez um enorme sucesso de público. No Brasil, a Igreja Católica e o governo tentaram evitar que *Je vous salue, Marie* fosse importado, mas o filme já havia chegado ao país e começara a ser legendado. Se o governo for sensível aos argumentos da Igreja, que considera o filme um tentado à imagem de Nossa Senhora, e proibi-lo, o ministro Fernando Lyra será obrigado a desdizer sua famosa frase ‘Adeus, censura’” (Kushnir, 2012, p. 121).

14 - A revista *IstoÉ*, em 24/8/1996, publicou uma matéria intitulada “O último censor”, quando na verdade Coriolano Fagundes foi o penúltimo. “[...] Considerado de postura liberal no governo Sarney, hoje ele mudou completamente a sua visão. ‘Tenho uma nova ordem de valores’, relata Fagundes, que há um ano virou pastor da Igreja Assembleia de Deus. Não assiste [a] televisão, que considera ‘obra do maligno’ e deixou de frequentar cinemas. Não vê nem mesmo os telejornais. ‘As cenas picantes nos intervalos deterioram a programação’, critica. ‘Na época assinei o ato interdatório [do filme *Je vous salue, Marie*] contra a minha vontade. Hoje o faria com a

maior tranquilidade”, diz o ex-censor, que anda de *Bíblia* na mão. Na sua opinião, nem o departamento de censura nem a Justiça podem dar jeito na bagunça. ‘Não bastam soluções humanas, que são todas paliativas’, discursa o pastor. ‘Para barrar a caminhada perversa da humanidade, só resta Jesus Cristo’” (Kushnir, 2012, p. 198).

15 - “[...] As intervenções do governo no controle das informações a serem divulgadas na grande imprensa deram-se segundo duas estratégias: ou se tinha um censor na redação, diariamente, ou se aceitavam (...) informes [diários e por telefone, notificando o que não se podia publicar. Por esta estratégia,] se realizava a autocensura. O Serviço de Censura também se dividiu em dois para atender a essas demandas. Toda a Censura à imprensa era feita por censores do DCDP alocados no Sigab [que se comunicavam com as redações demarcando as proibições]. (...) No Rio de Janeiro, ocupou o quinto andar da rua Senador Dantas, número 61”. (...) “Em São Paulo, o Sigab foi dirigido por Richard Bloch, um empresário aposentado e sem vínculos com o DPF, tendo como assessora direta Solange Hernandez, advogada e historiadora formada pela USP, que auxiliava no preenchimento dos pareceres respeitando decretos e leis. Nesse período, Solange *Tesourinha* era apenas uma voz, seu nome (...) é muito temido nas emissoras de TV de São Paulo. Essa senhora, cujo rosto e qualificação são desconhecidos, é quem telefona da Polícia Federal para as redações, determinando as notícias que não podem ser divulgadas” (Kushnir, 2012, pp.186 e 193).

16 - Relativizando esta pouca atuação na censura à imprensa, que Coriolano Fagundes sublinhou, vale destacar que “(...) a ação censória esteve no *Estadão* por mais de seis anos e, no discurso dos donos do jornal, as estratégias de preencher o espaço reprovado não com outras matérias, mas com os poemas e as receitas, eram tentativas de denunciar ao público leitor que o periódico estava sob censura prévia. [Já que era proibido deixar os espaços em branco].” Por ocasião dos trinta anos do AI-5, em 1998, muitos jornais realizaram séries de reportagens sobre a decretação do Ato Institucional e suas consequências. No *Estadão*, não foi diferente. Para ilustrar seus atos no período, relatou que, em “(...) 1973, estampou [no *Jornal da Tarde*] uma página inteira de Receitas do Alfredo’s. O censor não percebeu que se tratava de uma ironia com o objeto da notícia que deveria ter saído naquele espaço [e que se fazia assim, uma “homenagem” ao] ministro da Justiça, Alfredo Buzaid”. Delimitando o alcance dessa estratégia, Oliveiros S. Ferreira [que foi de 1967 a 1978, secretário de Redação do jornal] lembrou que era frequente os leitores ligarem para o jornal queixando-se de que as receitas culinárias, publicadas muitas vezes na primeira página, não davam certo... Para o censor Coriolano Loyola Cabral Fagundes, que atuou no *Estadão* à época, a tática de utilizar as receitas e os poemas era, na visão da Censura, uma permissão ao jornal.” (Kushnir, 2012, p. 35).

17 - Nos primeiros dias de março de 1974, em um dos últimos atos do presidente Médici, Lepiani, que nunca chegou a general, foi empossado como superintendente da Delegacia Regional da Polícia Federal, em São Paulo, tendo como superior direto o general Antônio Bandeira. O coronel Antônio Lepiani foi o comandante do 4º Regimento de Infantaria de Quitaúna, em Osasco, a partir de 1967. Em janeiro de 1969, um comandante de Lepiani – o capitão Carlos Lamarca – desertou dessa unidade militar, levando armas e optando pela luta armada de esquerda para combater o regime autoritário vigente.

18 - Neste momento da transferência de Coriolano Fagundes de Brasília para São Paulo, o comando do Departamento de Polícia Federal (DPF) estava a cargo do general Antônio Bandeira, empossado em 29/5/1973. Antônio Bandeira foi anteriormente, general de brigada do Exército e comandante do 3º BI/Distrito Federal, entre 1971 e 1973. Como comandante do Batalhão de Infantaria, era o responsável pela repressão e tortura aos militantes das esquerdas armadas. Em parceria com o general Hugo de Abreu, comandante do cerco à guerrilha do Araguaia entre abril de 1972 e 1974. Com a posse do general Antônio Bandeira na direção do DPF, há uma clara demonstração do endurecimento das visões censórias. Em menos de um mês no cargo, ordenou a apreensão de dez filmes liberados pela gestão anterior e determinou que a transmissão dos informes às redações – os *bilhetinhos* – receberia um tratamento policial e controlado, com data e horário determinados, instalando o terror também entre os seus funcionários. O medo de que Brasília – personificado na figura de Bandeira – não gostasse de qualquer liberação assustava os censores.

19 - “Na trajetória de Queiroz Garcia, é forçoso perceber que esse censor/jornalista assumiu um papel de destaque na burocracia censória. Dirigiu o Serviço de Censura no Rio de Janeiro de 1974 a 1977, como também, e concomitante, o órgão, no âmbito estadual, que realizou a censura à imprensa – o Sigab. (...) Na multiplicidade de suas atividades, Queiroz Garcia compunha uma engrenagem que explica por que a Censura podia contar com um número reduzido de censores. Semelhante às diretrizes da autocensura que a grande imprensa instituiu para si, algumas empresas de comunicação foram além. Montaram para si um aparato paralelo que lhes garantisse não ter problemas com o governo nessa seara. Localizei essa estrutura em duas organizações: na Rede Globo e na Editora Abril. (...) A relação entre o Serviço de Censura e a Globo foi montada seguindo a perspectiva de que um censor aposentado saberia como limitar a programação às regras impostas. José Leite Ottati foi o chefe do serviço em 1967 e se aposentou no início dos anos 1970. Convidado por Walter Clark, permaneceu na Globo até falecer, em fevereiro de 1987. Foi substituído pelo jornalista e censor aposentado Wilson Queiroz Garcia, que, ao deixar o cargo na TV, no início dos anos 1990, alocou nele a ex-censora Maria Helena da Costa Reis. Essa engrenagem só se desfez no final da década de 1990, fruto das alterações de cúpula que a Rede Globo implementou. Certamente também porque era patente que o momento era outro” (Kushnir, 2012, pp. 187 e 190).

20 - Sobre o tema, ver: Kushnir, Beatriz. *“De Ordem Superior... Os bilhetinhos da Censura e os rostos das vozes”*. In: Gomes, Angela Maria de Castro. *Escrita de si, escrita da História*. Fundação Getúlio Vargas, 2004.

21 - “(...) em uma correspondência de Waldemar de Souza, funcionário da Abril e conhecido como ‘professor’, a Edgardo de Silvio Faria – advogado do grupo e genro do sócio minoritário Gordino Rossi [datada] de 31/7/1975 e intitulada “Instruções para censura prévia da revista *Homem*”, Waldemar informa a Edgardo que as normas eram as seguintes: seios, apenas mostrar um; genitálias, nem a sombra; nádegas, só se diluía com recursos técnicos; palavrão, segundo o Ministério da Justiça, só se estiver apropriado ao contexto. No mesmo documento, Waldemar de Souza adverte sobre o fato de que estabeleceu contato tanto com o chefe do Serviço de Censura em São Paulo – o censor de carreira e jornalista José Vieira Madeira – como com o diretor do DCDP – Rogério Nunes – para facilitar a aprovação da revista e sua ida para as bancas sem cortes. (...) Esses vínculos do ‘professor’ Waldemar de Souza com membros do governo, entretanto, são anteriores a esse período e justificam seu potencial de negociação. Para compreender essa *afinidade*, em novembro de 1971, o relações-públicas do DPF, João Madeira – irmão de José Vieira Madeira –, expediu uma carta ao diretor-geral da Editora Abril. Nela ratificava o convite do general Nilo Canepa, na época diretor do DPF, a Waldemar de Souza, diretor responsável daquela empresa, para que fosse a Brasília ministrar um curso especial aos censores. Em maio de 1972, o próprio general Canepa enviou a Vitor Civita, diretor-geral da Abril, uma correspondência de agradecimento pelas palestras sobre censura de filmes, de Waldemar de Souza na ANP [Academia Nacional de Polícia]. Para continuar colaborando, no ano seguinte, Souza formulou uma brochura intitulada ‘Segurança Nacional: o que os cineastas franceses esquerdistas já realizaram em países da América do Sul e pretendem repetir aqui no Brasil’. E, em 1974, com o general Antônio Bandeira no comando do DPF, Waldemar de Souza, em caráter confidencial, expôs o porquê de censurar *Kung Fu* e sua mensagem que “infiltra a revolta na juventude” (Kushnir, 2012, pp.190-191).

22 - “Em junho de 1967, a revista *Realidade* publicou uma longa reportagem sobre a estrutura da Censura. Vasculhou o quarto andar do prédio onde o DPF estava alocado em Brasília e encontrou os 16 homens do serviço – dirigidos por Romero Lago (...) [que], na verdade, chamava-se Hermelindo Ramirez Godoy. Nascido no Rio Grande do Sul em 1920, foi preso em 1944 como mandante de um homicídio. Fugiu e registrou-se com uma nova identidade, vindo para o Rio de Janeiro e indo trabalhar no Palácio do Catete. Amigo do general Riograndino Kruel, diretor do DPF no governo Castelo Branco, Romero Lago foi nomeado para um cargo de enorme poder e prestígio na época: a chefia do Serviço de Censura” (Kushnir, 2012, pp.177-178).

23 - “[Petrônio] Portella ocupou o cargo de ministro [da Justiça] por pouco mais de um ano, [de 15/3/1979 a 7/1/1980, tendo como antecessor Armando Falcão e sucessor Golbery do Couto e Silva]. Com o seu prematuro falecimento, [o censor José Vieira] Madeira, tido como um censor liberal deixou a direção geral do DCDP. Quem assumiu, em uma cerimônia secreta, foi uma censora de carreira, historiadora formada pela USP e braço direito da censura política (o Sigab) em São Paulo, Solange Hernandez, conhecida como Solange *Tesourinha*. Em tempos de Anistia, sua posse foi considerada um retrocesso. Sua gestão marcou uma centralização das atividades censórias, cobrada em relatórios periódicos de seus subordinados. O escândalo mais famoso desse momento foi o processo de censura do filme *Pra Frente, Brasil*, de Roberto Farias. Aprovado pelos censores, foi vetado pela diretora da Censura. Entre idas e vindas, recursos ao CSC e pareceres de censores sendo retirados do processo, o filme, depois da Copa do Mundo de 1982, chegou às salas de cinema de todo o país. (...) O filme, analisado por três censores, como de praxe, sendo um deles Coriolano Fagundes, foi liberado. A narrativa visitaria pela primeira vez os duros momentos de luta armada do início da década de 1970 no Brasil, com direito também a cenas de tortura explícita. (...) A disputa ali se deu entre as duas alas de censores, os mais liberais, ligados a Coriolano Fagundes; e os mais radicais, ligados à diretora da Censura. Em agosto de 1982, Solange declarou à imprensa que havia retirado os pareceres de dentro do processo e justificou sua atitude afirmando preocupar-se com a saúde mental da população” (Kushnir, 2012, pp. 128 e 205).

24 - Há um equívoco de data do fim da ditadura Vargas, pelo entrevistado. Expõe, contudo, um sentido de permanência entre os períodos, importante de se ressaltar. Além disso, nas reflexões que pautam a minha análise da legislação censória, tomei por base o tripé legislativo, elaborado pelo jornalista Pompeu de Souza – primeiro presidente do CSC – no início da década de 1980. Ao longo do segundo capítulo do livro *Cães de guarda* busco destrinçar e relacionar os três principais vetores legislativos: o Decreto 20.493/46, a Lei 5.536/68 e o Decreto-Lei 1.077/70, buscando assim, delimitar os limites do que nos era permitido saber.

25 - “(...) As propostas contidas nessa lei apontavam para um quadro liberal que, infelizmente, não se desenhava. Estabelecia um fórum intermediário entre a decisão da DCDP, apoiada pelo DPF, e o ministro da Justiça. Essa arena teria ainda uma maioria composta fora dos quadros do governo. Então, em tese, era perfeita. Alguns dias depois, foi decretado o AI-5, e o endurecimento tanto das políticas de Estado como das normas de censura se tornaria claramente visível. (...) Nessa direção, o artigo 3º da [lei] 5.536/68, ao sentenciar que nenhuma manifestação poderia ser contrária às questões de política e segurança da nação, como também aos elementos de moral e bons costumes, expõe que a censura, nesse momento, era percebida *sempre* como um ato político, e não restrito apenas ao universo das diversões públicas. Tudo – do livro ao filme, do jornal à música, do teatro ao carnaval – era objeto de censura: avaliação, aprovação ou proibição. (...) Para aumentar essa pequena estrutura, foi em 1974, seis anos depois da legislação censória de Gama e Silva, materializada na

Lei nº 5.536/68, que aconteceu o primeiro concurso para técnico de censura, cargo cunhado por aquela lei. (...) Interessante é perceber que isso aconteceu no governo Geisel, que pregava a abertura política e o fim da censura” (Kushnir, 2012, pp. 95, 97, 118 e 176).

26 - *Op. Cit* nota 2.

27 - “Esses concursos, segundo os dados da [Academia Nacional de Polícia] ANP, ocorreram nos anos de 1974, 1975, 1977, 1979, 1980 e 1985 – este último em plena Nova República – e ofereceram aos quadros do DCDP um total de trezentos censores em todo o país, todos funcionários concursados, policiais federais vinculados ao DPF e subordinados ao Ministério da Justiça, que deveriam cumprir nove requisitos para ser censor: ser brasileiro; ter 18 anos completos; estar quite com as obrigações militares; estar em gozo dos direitos políticos; ter procedimento irrepreensível; apresentar diploma de conclusão de curso superior nas áreas de Ciências Sociais, Direito, Filosofia, Jornalismo, Pedagogia ou Psicologia; passar no concurso; ser aprovado no teste psicotécnico e no exame médico” (Kushnir, 2012, p. 176).

28 - Segundo os dados da ANP, em Brasília, onde 17 tomos do Departamento de Ensino registram esses quase 20 anos de atividades, compreendemos que, “(...) preocupado com o bom desempenho dos censores, o general [Bretas] Cupertino [diretor do DPF] enfatizava que todos eram reciclados periodicamente em cursos de aperfeiçoamento e especialização na Academia Nacional de Polícia (ANP). Essa prática foi instaurada pelo então chefe do SCDP, Antônio Romero Lago, segundo as normas das portarias nº 123, de 10/10/1966, e nº 134, de 24/11/1966, e existiu por quase 20 anos, sendo executados também pelos últimos técnicos de censura concursados, já na Nova República. Na estrutura acadêmica instalada nesses cursos, para formar e atualizar os censores, o primeiro, de 1966, foi composto dos seguintes professores: o coronel Oswaldo Ferraro de Carvalho ministrou técnica de censura; o censor Coriolano Fagundes, direito aplicado; e a atriz Sylvia Orthof, teatro. Em 1976, a professora de técnica e censura de teatro foi Maria Clara Machado e, no ano seguinte, professores da Universidade de Brasília ministraram também disciplinas para os censores. O exercício de ter docentes vindos de órgãos de Inteligência do Exército, representantes da Censura e membros das universidades e das artes foi uma prática constante. Para se prepararem melhor, como ‘mestres do ato censório’, os censores Coriolano Fagundes e José Vieira Madeira, também jornalista, cursaram, em 1967, com o professor Eideimar Massoti, na Universidade Católica de Minas Gerais, a cadeira de Censura Cinematográfica. A cátedra de legislação especializada era de especial atenção. Em 1971, o censor Rogério Nunes proferiu esse curso, oferecido antes tanto por Coriolano Fagundes como pelo chefe do Sigab, Hélio R. Damaso” (Kushnir, 2012, p. 178).

29 - Coriolano Fagundes se refere à Lei 9.688, de 6/7/1998, que dispõe sobre a extinção dos cargos de Censor Federal e sobre o enquadramento de seus atuais ocupantes.

30 - Após a promulgação da Constituição de 1988 e a extinção da Censura de Estado, o lugar dos censores no DPF torna-se uma questão. No início de 1987, é publicado o Decreto-Lei 2.320, que dispõe sobre o ingresso nas categorias funcionais da Carreira de Policial Federal e as formas de progressão daquele momento em diante. Mas, em 1998, é decretada a Lei 9.688, que dispõe sobre a extinção dos cargos de Censor Federal.

31 - Coriolano Fagundes se refere ao Decreto-Lei 2.418, de 8/3/1988, que altera o Decreto-Lei nº 2.320, de 26/1/1987, que “dispõe sobre o ingresso nas categorias funcionais da Carreira de Polícia Federal”.

32 - Creio que Coriolano Fagundes se confundiu nesse momento. Não que não possa ter existido uma associação de censores no fim dos anos 1960, apenas nada encontrei sobre isso. Mas “buscando garantir, pela lei e pelo lobby político, sua manutenção dentro do *máscara negra*, o prédio sede do DPF, o último diretor da DCDP, o censor de carreira Eustáquio Mesquita, declarava que ‘ser censor nos realiza’. E, para permanecer nesse lugar, em 17/9/1986, fundaram a Associação Nacional dos Censores Federais (Anacen). O discurso que justificava a criação da entidade calcava-se no sentimento de desproteção e na percepção de estarem à margem da burocracia do Estado. Competia à Anacen, segundo o seu estatuto, “representar seus associados, em juízo ou fora dele, para a defesa dos direitos e interesses gerais da classe, quer sejam eles coletivos ou individuais”. Nesse sentido, a Associação também era uma resposta às novas diretrizes e pessoas que comandavam o Serviço de Censura a partir da Nova República.” Em janeiro de 1987, dos 220 censores na ativa, 160 já eram membros da instituição. (Kushnir, 2012, p. 152).

33 - “Em uma reportagem do *Jornal do Brasil*, de 16/1/1987, intitulada ‘Censura organiza seu lobby’, compreende-se o porquê de ‘todo esse amor’ pela carreira policial. ‘O censor federal não é apenas funcionário público. Como policial federal, ele possui um *status* comparável aos funcionários da Receita Federal e do Corpo Diplomático, e a perda de gratificações pela função policial poderia reduzir à metade os seus salários: Cz\$ 18 mil em média podendo chegar até Cz\$ 40 mil’. Em janeiro de 1987, o salário mínimo valia Cz\$ 964,80 (novecentos e sessenta e quatro cruzados e oitenta centavos). Os censores, portanto, recebiam de 18,65 a 41,45 salários mínimos. [Por Lei], ninguém pode ganhar mais que o presidente da República, que [recebia em outubro de 2001] um pouco mais R\$ 12 mil (doze mil reais). Alguns censores que entrevistei esbravejaram. Poderiam ter salários (na ativa ou aposentados) de até R\$ 20 mil (vinte mil reais), cerca de 111 vezes o salário mínimo, que, [naquele período], era de R\$ 180,00. Mas tinham de se contentar com o teto máximo permitido” (Kushnir, 2012, pp. 151-152).

34 - Na matéria “Saiu o 2º listão: 442 torturadores”, publicada pelo jornal *Em tempo* (no. 54, 8-14/3/1979, p. 4-5), lê-se que Nilo Canepa era “general do Exército, diretor do DPF em 1972, chefe da rede de assassinos lotados naquele órgão federal de repressão e tortura”. Em um relatório do Sigab, encaminhado pelo general Nilo Canepa ao ministro Alfredo Buzaid, “(...) o general relata as atividades de censura à imprensa um pouco antes de deixar o cargo. Assim, contabilizou oitenta intervenções, de 10/8/1971 a 3/1/1973. As preocupações giravam em torno de temáticas como: subversão, publicações, política, clero, sucessão presidencial, tóxicos, política econômica, apreensão de jornais e/ou revistas e assuntos diversos” (Kushnir, 2012, p. 195).

35 - Coriolano Fagundes demonstra, nesse trecho, ter total noção, em 1998, de quem seria Nilo Canepa. Em abril de 2013, sites (<http://www.apublica.org/2013/04/dea-canepa-policia-federal-operacao-condo/>) divulgaram documentos demonstrando que o ex-diretor do DPF é tido como um dos primeiros líderes da Operação Condor. Como destacou o Portal Vermelho, “(...) tanto [o general Antonio] Bandeira como [o general] Canepa aparecem nas listas de torturadores da ditadura, feitas a partir de documentos e denúncias de presos políticos, como ‘coniventes’, pelo fato de terem comandado operações que resultaram em tortura e desaparecimento de presos sem, no entanto, ter sido flagrados com ‘a mão na massa’, para usar uma expressão suave. (...) O coronel Canepa foi promovido a general assim que a ditadura militar se instalou, e a general-de-brigada em 1971, no governo Médici, mesmo ano em que passou a chefiar o DPF em Brasília. Em 1972, [Canepa] recebeu a Medalha do Pacificador – a maior honraria do Exército, destinada aos ‘revolucionários’ de 1964”

36 - “Tendo como foco central as demandas censórias executadas pelo Estado brasileiro no pós-1964, o ano de 1972 é um marco para compreender o papel dos censores dentro do processo de controle da informação imposto pelos governos autoritários pós-1964. O governo do general Médici estava na metade de seu mandato e o ministro da Justiça, Alfredo Buzaid, tinha como seus colaboradores, entre outros, o general Nilo Canepa, no DPF, e o policial de carreira, Rogério Nunes, que, à frente do Serviço de Censura, faria que este se transformasse em uma divisão” (Kushnir, 2012, p. 193).

37 - *Op. Cit* nota 19.

38 - Romeu Tuma, ao ser convidado pelo presidente José Sarney (1985-90) para assumir a direção do DPF, rompeu a tradição de militares ocuparem o cargo máximo dessa instituição. “(...) Foi o presidente José Sarney, e não o ministro Lyra, que nomeou, em janeiro de 1986, o delegado federal Romeu Tuma para o cargo. Por mais que fosse um civil no posto, a vinculação de Tuma à repressão era conhecida. No primeiro grupo de ministros selecionados por Tancredo Neves, o designado para o DPF havia sido o coronel, na época já na reserva, Luís Alencar Araripe. Ligado à Comunidade de Informações, não assinalava nenhuma mudança na esfera do DPF (Kushnir, 2012, p. 79).

Recebido em 12/06/2013



